

REVISTA DO

FÓRUM GERENCIAL

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VOLUME 1, NÚMERO 3



UNIPAM
Educação que transforma

REVISTA DO FÓRUM GERENCIAL

Revista do Centro Universitário de Patos de Minas

Vol. 1, n. 3, out. 2021

Patos de Minas: Revista do Fórum Gerencial, UNIPAM, v. 1, n. 2, out. 2021: 1-517



Centro Universitário de Patos de Minas



Núcleo de Editoria e Publicações

UNIPAM | Centro Universitário de Patos de Minas

Reitor

Milton Roberto de Castro Teixeira

Pró-reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão

Henrique Carivaldo de Mirando Neto

Pró-reitor de Planejamento, Administração e Finanças

Renato Borges Fernandes

Coordenadora de Extensão

Adriana de Lanna Malta Tredezini

Diretora de Graduação

Maria Marta do Couto Pereira Rodrigues

Coordenador do Núcleo de Editoria e Publicações

Geovane Fernandes Caixeta

A *Revista do Fórum Gerencial* é uma publicação anual dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Gestão Comercial, Gestão Financeira, Gestão do Agronegócio, Gestão de Marketing, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Pública, Sistemas de Informações e Comunicação Social do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).

R454 *Revista do Fórum Gerencial* [recurso eletrônico] / Centro Universitário de Patos de Minas. – Dados eletrônicos. – v. 1, n. 3 (2021)- . – Patos de Minas : UNIPAM, 2021-

Irregular

Disponível em: <https://revistas.unipam.edu.br>

1. Gerência – periódicos. I. Centro Universitário de Patos Minas. II. Título.

CDD 650.130 5

Os textos publicados na *Revista do Fórum Gerencial* são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não expressam necessariamente a opinião da Comissão Editorial e do Conselho Científico.

Editor responsável

Dra. Adriene Stéfane Silva – UNIPAM
Me. Gustavo de Magalhães Vieira – UNIPAM

Conselho Editorial Interno

Dra. Adriene Stéfane Silva, Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM
Me. Ana Paula Lara de Vasconcelos Ramos, Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM
Me. Carlen Fonseca Gonçalves, Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM
Me. Claudio Roberto Vaz Teixeira, Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM
Me. Heitor Cunha Barros, Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM
Dr. Henrique Carivaldo de Miranda Neto, Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM
Me. Guilherme Caixeta Borges, Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM
Esp. João Wander Silva, Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM
Me. Milton Roberto de Castro Teixeira, Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM
Me. Mislene Dalila Silva, Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM
Me. Pablo Fonseca da Cunha, Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM
Me. Sandro de Paula Matias, Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM

Conselho Editorial Externo

Esp. Marcos Geraldo Alves da Silva – Sebrae Minas
Dr. Nidelson Falcão – Fecoagro

Diagramação

Núcleo de Editoria e Publicações

SUMÁRIO

A CONTABILIDADE E SEU USO NO PLANEJAMENTO DAS FINANÇAS PESSOAIS: ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO UNIPAM.....	10
Amália Ferreira de Souza Jarim Marciano Ferreira	
A ESCOLHA CONTÁBIL NA ELABORAÇÃO DO RELATO INTEGRADO.....	23
Priscilla Soares Ribeiro Wesley Daniel Barbosa Gonçalves	
A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO HOSPITALAR.....	36
Tayná Alves Amaral João Wander Silva	
A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE JORNADA DOS MOTORISTAS E O NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A LEI 13.103/2015 EM UMA EMPRESA DE LATICÍNIOS DE PATOS DE MINAS.....	49
Felipe Augusto Duarte Rodrigues Wânia Alves Ferreira Fontes	
A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA CARGA TRIBUTÁRIA DO ICMS POR GESTORES DE EMPRESAS QUE PROMOVEM AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS INTERESTADUAIS.....	61
Bruno Barbosa Silva Gustavo de Magalhães Vieira	
A IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA NA ÁREA HOSPITALAR.....	73
Fernanda Aparecida Moreira Marcilio Geraldo Mendes	
A MULHER CONTABILISTA NO MERCADO DE TRABALHO EM PATOS DE MINAS/MG.....	85
Monike L. Silva Adriana de Lanna Malta Tredezini	
ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE ARTIGOS DE CONTABILIDADE GERENCIAL.....	99
Nathalia Alves Correa da Silva Sandro Ângelo de Andrade	
ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO EM UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS.....	111
Bárbara Daniela Mota Barbosa Sandro Ângelo de Andrade	

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL E SUA APLICAÇÃO EM MICROEMPRESAS DO MUNICÍPIO DE VARJÃO DE MINAS/MG..... 123

Marcela Eduarda Rodrigues de Oliveira
Jarim Marciano Ferreira

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA VALE S.A.: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS ANTES E DEPOIS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO – MG..... 136

Gabriela Silva

ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO E CONSUMISMO EM RELAÇÃO AO USO DO CARTÃO DE CRÉDITO: ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNIPAM..... 150

Mariana Magalhães Vinhal
Jarim Marciano Ferreira

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DAS CULTURAS DE FEIJÃO E SOJA IRRIGADOS NO MUNICÍPIO DE VAZANTE: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA “ECR AGRONEGÓCIOS” DE LAGOA FORMOSA – MG..... 163

Amanda Rosa de Lima
Jarim Marciano Ferreira

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA NA PECUÁRIA DE LEITE: ESTUDO DE CASO NA FAZENDA GIRASSOL EM PRESIDENTE OLEGÁRIO - MG..... 177

Janaina Fonseca
Jarim Ferreira

ANÁLISE DO CUSTO X BENEFÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DA OFICINA INTERNA DE CAMINHÕES EM UMA INDÚSTRIA..... 190

Gustavo José Ferreira
Gustavo de Magalhães Vieira

ANÁLISE DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO: ESTUDO DE CASO UTILIZANDO O MÉTODO NPS – NET PROMOTER SCORE NO SICOOB DE VARJÃO DE MINAS - MG..... 202

Rafaela Vieira de Faria
Marcílio Geraldo Mendes

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL..... 211

Maria Inês Carneiro Machado
Jarim Marciano Ferreira

ANÁLISE E COMPARAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA EMPRESA UNIMED PATOS DE MINAS EM RELAÇÃO À UNIMED UBERABA E À UNIMED VALE DO AÇO NO TRIÊNIO 2017-2019..... 225

Isabelle Laís Caixeta Matos
Pablo Fonseca da Cunha

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS E FINTECHS NACIONAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO DO TRIÊNIO 2017-2019 APLICADO À METODOLOGIA DE ANÁLISE CAMELS..... 238

Natan Benfica Barbosa
Moisés Ávila da Silva

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA ENTRE OS MAIORES BANCOS FÍSICOS DO BRASIL E MAIORES BANCOS DIGITAIS..... 252

Gabriel Pereira Campos Salgado
Moisés Ávila da Silva

ANÁLISE FUNDAMENTALISTA DO EFEITO BOLHA EM COTAÇÃO DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA..... 265

Otávio Oliveira Dias
Gustavo de Magalhães Vieira

ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA REFORMA TRABALHISTA NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE..... 277

Caio César Caixeta e Silva
Gustavo de Magalhães Vieira

AS MUDANÇAS NO CÁLCULO DO INSS APÓS A REFORMA DA PREVIDÊNCIA..... 290

Wenderson Fernandes da Costa
Gustavo de Magalhães Vieira

AUDITORIA INTERNA: IMPLEMENTAÇÃO DOS PROCESSOS DO SETOR CONTÁBIL NUMA EMPRESA DE RAÇÕES DO ALTO PARANAÍBA..... 303

Whênia Kriss Resende de Oliveira
Valério Nepomuceno

CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – CASO: LAGOA FORMOSA, MG..... 316

Letícia Rosa Alves
Marcílio Geraldo Mendes

CONTABILIZAÇÃO DE RESULTADOS COM OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS COM A COMMODITY CAFÉ EM UMA TRADING..... 330

Vagner Geraldo Gonçalves Silva
Heitor de Cunha Barros

**CONTROLADORIA: ESTUDO DA VIABILIDADE DO MODELO DE GESTÃO DA
COMPANHIA LOJAS AMERICANAS S.A. PELO SEU FLUXO FINANCEIRO..... 343**

Monnielly de Fátima Caetano Andrade
Valério Nepomuceno

ESTRESSE EM CONTADORES..... 353

Micaela Luan de Jesus Machado
Ana Paula Lara Vasconcelos Ramos

ÉTICA NO COTIDIANO DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE..... 366

Paulo Ricardo de Lima Oliveira
João Wander Silva

**ICMS NO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DA APLICAÇÃO E IMPACTO DOS
BENEFÍCIOS FISCAIS EM UM COMÉRCIO DE INSUMOS
AGROPECUÁRIOS..... 379**

Jacqueline Fernandes Machado
Jarim Marciano Ferreira

**NÃO APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 905, DE 11 DE NOVEMBRO DE
2019: AVANÇO OU RETROCESSO?..... 390**

Daniele Mateus de Andrade
Wania Alves Ferreira Fontes

**NÍVEL DE EXPECTATIVA DOS ALUNOS DO 2º PERÍODO E SATISFAÇÃO DOS
ALUNOS DO 4º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UNIPAM COM
APLICAÇÃO DO MÉTODO NET PROMOTER SCORE..... 403**

Bruna Monyelle da Silva Martins
Marcílio Geraldo Mendes

**O PROCESSO PARA IMPLANTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2018 EM UM
ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE..... 417**

Luiz Eduardo Gondim Furtado
Laércio José Vida

**PROFISSÃO DO CONTADOR: ANÁLISE DAS INTENÇÕES DOS FORMANDOS
EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA ESCOLHA DA ÁREA DE LABORAÇÃO NO
MERCADO DE TRABALHO..... 429**

Lara Lúcia Caixeta

**RELEVÂNCIA DO ESTUDO E DOMÍNIO EM DIREITO TRIBUTÁRIO PARA
DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO
UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS – UNIPAM..... 443**

Kene Faria Silva

SIMPLES NACIONAL: ANÁLISE DOS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS APÓS AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NA LEI COMPLEMENTAR 123 DE 2006..... 454

Gabriela Fernandes C. Ribeiro
Jarim Marciano Ferreira

TURNOVER DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NOS SERVIÇOS HOSPITALARES: CASO HOSPITAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – HNSF..... 467

Cecília de Carvalho Costa
Sandro Ângelo de Andrade

TURNOVER EM DISTINTOS SETORES EM UMA INDÚSTRIA..... 479

Késsia Soares Magalhães
Gustavo de Magalhães Vieira

UMA ANÁLISE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: ARRECADAÇÕES VERSUS GASTOS..... 490

Joice Pereira Almeida
Welice Cicera Ribeiro

UMA ANÁLISE DA SÍNDROME DE BURNOUT NOS PROFISSIONAIS DE FORMAÇÃO CONTÁBIL..... 503

Mariana de Araújo Ferreira
Adriene Sttéfane Silva

A CONTABILIDADE E SEU USO NO PLANEJAMENTO DAS FINANÇAS PESSOAIS: ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO UNIPAM¹

Amália Ferreira de Souza²
Jarim Marciano Ferreira³

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo analisar se existe o uso da contabilidade nas finanças pessoais. Foi realizado um estudo de caso com os alunos do UNIPAM- Centro Universitário de Patos de Minas, dos cursos de Direito e Enfermagem, escolhidos aleatoriamente. A pesquisa foi aplicada através de um questionário enviado aos alunos por e-mail, com 44 respostas para análise. Ao analisar as respostas, foi possível perceber que 28% dos entrevistados afirmaram fazer o registro e comparação de todas as suas receitas e despesas mensais e anuais, 41% fazem algum um tipo de fluxo de caixa mensal, registrando todas as suas receitas e despesas mensais. 68% afirmaram não conhecer nenhum método contábil. 52% fazem economias ou investimentos com o dinheiro que sobra ao pagar as contas mensais e 81% assinalaram não possuir experiência ou cursos na área de gestão, contabilidade, economia e afins. Foi possível perceber a relevância do uso da contabilidade nas finanças pessoais, pois, apesar da falta de conhecimento teórico dos entrevistados, fica evidente a tentativa de se fazer esse tipo de planejamento por pelo menos metade deles.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade; Finanças pessoais; Estudo de caso.

ABSTRACT: The present study aimed to analyze whether there is the use of accounting in personal finances. A case study was carried out with students from UNIPAM- Centro Universitário de Patos de Minas, from Law and Nursing courses, chosen at random, excluding courses in the area of accounting, management and the like. The survey was applied through a questionnaire sent to students by e-mail, with 44 responses for analysis. When analyzing the responses, it was possible to notice that 28% of the interviewees affirmed to register and compare all their monthly and annual income and expenses, 41% make a type of monthly cash flow, recording all their monthly income and expenses. 68% said they did not know any accounting method. 52% make savings or investments with the money left over when paying the monthly bills and 81% said they have no experience or courses in management, accounting, economics and the like. It was possible to perceive the relevance of the use of accounting in personal finances, because, despite the lack of theoretical knowledge of the interviewees, it is evident the attempt to make this type of planning by at least half of them.

KEYWORDS: Accounting; Personal finances; Case study.

¹ Trabalho apresentado na área temática III Ciências Contábeis do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: amaliasouza@unipam.edu.br.

³ Orientador do trabalho. Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: jarim@unipam.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade há milênios faz parte da vida das pessoas, mesmo que indiretamente. É preciso ter controle sobre o próprio patrimônio para viver em sociedade, pois precisamos consumir para suprir nossas necessidades básicas como comer, vestir, ter uma moradia, conforto, saúde, estudos, entre outros. Iudícibus, Marion e Faria (2018) evidenciam em seu trabalho que a contabilidade possui como campo de atuação o patrimônio de toda entidade, seja pessoa física ou jurídica, acompanhando a evolução qualitativa e quantitativa patrimonial.

Tendo em vista que a contabilidade e as finanças pessoais não fazem parte da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e considerando a importância do controle financeiro na vida pessoal, o presente estudo pretende investigar o uso da contabilidade nas finanças pessoais por alunos do UNIPAM – Centro Universitário de Patos de Minas. A pesquisa se justifica, pois visa analisar o grau de conhecimento e controle dos jovens a respeito de sua própria vida financeira e patrimonial. Assim, pode-se verificar a necessidade de inclusão desse conhecimento na grade curricular da escolaridade básica.

Desse modo, como objetivo geral, o estudo visa analisar a existência do planejamento financeiro e a utilização da contabilidade pelas pessoas físicas, mesmo que a teoria da contabilidade não seja conhecida pelos entrevistados. Seguindo a ideia do objetivo geral, os objetivos específicos são coletar informações sobre como as pessoas lidam com suas despesas, gastos e se fazem investimentos de acordo com suas respectivas receitas, examinar o modo de registro, contabilização e controle das contas e do patrimônio pessoal.

2 O USO DA CONTABILIDADE POR PESSOAS FÍSICAS

O campo de atuação da Contabilidade, ou seja, o seu objeto, é o patrimônio de toda entidade, seja pessoa física ou jurídica, acompanhando a evolução qualitativa e quantitativa do mesmo. A Contabilidade auxilia a tomada de decisão coletando dados econômicos, mensurando, registrando e sumarizando em relatórios para contribuir na tomada de decisão. O objetivo maior da ciência contábil é fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira, produtiva e social aos usuários. (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2018).

A contabilidade gerencial consiste na coleta de dados e informações que serão armazenadas e processadas, proporcionando informações que permitem avaliar a situação econômico-financeira da entidade através da apresentação clara e objetiva de acordo com a necessidade de cada usuário. Dessa forma, a contabilidade gerencial deve ser atualizada e conciliada com as técnicas contábeis. Essa ciência é fundamental na vida econômica, pois visa o controle financeiro, dos gastos, fluxos de caixa e o planejamento tributário, garantindo efetividade e eficiência nas operações (CREPALDI; CREPALDI, 2017).

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA PESSOAS FÍSICAS

A CONTABILIDADE E SEU USO NO PLANEJAMENTO DAS FINANÇAS PESSOAIS:
ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO UNIPAM

Os rendimentos de pessoas físicas, de acordo com Padoveze (2015), podem ser demonstrados através do balanço patrimonial e a demonstração de resultados do exercício. O balanço é a representação dos valores, bens, direitos e o aumento da riqueza da entidade por meio do patrimônio líquido. No balanço são considerados os bens e direitos à esquerda, ou seja, a representação do ativo. As dívidas e ônus reais ficam à direita, representando o passivo. Desse modo, para o balanço estar em equilíbrio, é preciso introduzir o patrimônio líquido, que consiste na soma dos bens e direitos menos as obrigações (PADOVEZE, 2015).

O patrimônio líquido é a riqueza efetiva da entidade, isso significa que mesmo vendendo todo o patrimônio e quitando todas as dívidas, o indivíduo terá de sobra o patrimônio líquido, ou seja, sua riqueza. Apesar do patrimônio líquido ser representado do lado de direito, a fim de dar igualdade entre o passivo e o ativo, ele não é uma exigibilidade. Tem-se como exemplo de balanço patrimonial a tabela abaixo (PADOVEZE, 2015).

Tabela 1: Balanço patrimonial 31/12/X0

Ativo		Passivo	
Bens e Direitos		Passivo exigível	
Casa	90.000	Cartão de crédito 1	2.000
Apartamento	40.000	Cartão de crédito 2	800
Carro	18.000	Cheque especial	100
Saldo banco 1	500		
Saldo banco 2	400		
Poupança	4.000	Patrimônio Líquido	150.000
Total	152.900	Total	152.900

Fonte: adaptado pela Autora de Padoveze (2015).

Também pode ser elaborado um balanço final após a passagem de um ano, com os mesmos dados, porém com valores atualizados (PADOVEZE, 2015).

Tabela 2: Balanço patrimonial 31/12/X1

Ativo		Passivo	
Bens e Direitos		Passivo exigível	
Casa	90.000	Cartão de crédito 1	1.800
Apartamento	40.000	Cartão de crédito 2	1.400
Carro 1	18.000	Cheque especial	250
Carro 2	8.000		
Saldo banco 1	600		
Saldo banco 2	450		
Poupança	4.400	Patrimônio Líquido	158.000
Total	161.450	Total	161.450

Fonte: adaptado pela Autora de Padoveze (2015).

É possível perceber a variação do patrimônio líquido, que aumentou em 8.000. Essa variação é evidenciada pela demonstração dos resultados do exercício, exemplificado na tabela a seguir (PADOVEZE, 2015).

Tabela 3: Demonstração do resultado do exercício

Receitas	Valor
Rendimentos	50.000
(-) Descontos de Previdência	- 2.000
(-) Descontos de IR	- 6.000
(+) 13º Salário	4.050
Aluguel de apartamento	6.000
Rendimentos de poupança	400
Soma	52.450
(-) Despesas	
Pagamentos e doações efetuados (b)	
Livraria	2.200
Farmácia	9.600
Médico	2.000
Dentista	1.400
Hospital	4.000
Faculdade	6.500
Curso de Inglês	2.300
Total	28.000
Gastos não declarados (c)	16.450
Gastos Totais (d = b + c)	44.450
SOBRA LÍQUIDA DO ANO (a - d)	8.000

Fonte: adaptado pela Autora de Padoveze (2015).

O exemplo utilizado por Padoveze (2015), evidencia que o modelo contábil pode ser totalmente utilizado para o controle das finanças pessoais, seguindo o padrão utilizado também pelas empresas e organizações. Todos os métodos apresentados são exatamente os mesmos utilizados para estruturar a informação contábil e gestão econômica, patrimonial e financeira de todas as entidades.

4 DECLARAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DA PESSOA FÍSICA

Para Padoveze (2015), a modalidade de controle contábil pode ser totalmente aplicada ao controle das finanças e patrimônio pessoal, mesmo que involuntariamente, pois o governo federal obriga as pessoas a fazerem a declaração de imposto de renda. Desse modo, é possível perceber que a estrutura utilizada na declaração do imposto de renda é uma variação do método contábil, conceitos e estrutura, estes aplicados ao patrimônio de cada um.

O principal objetivo da Receita Federal com a declaração do imposto de renda é verificar futuros ganhos e perdas com as vendas desses bens e direitos, utilizando dos dados para fiscalização dos eventos futuros. Isso seria suficiente para justificar o aumento dos valores dos bens e direitos, sendo possível detectar renda não declarada pelo contribuinte. A declaração de dívidas também é importante para a Receita Federal, pois parte dos bens e direitos podem ter sido pagos com dinheiro emprestado (PADOVEZE, 2015).

5 A RELEVÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

Pires (2006) ressalta que o conhecimento financeiro é uma necessidade da sociedade contemporânea. Ganhar e gastar bem o dinheiro próprio e de terceiros para ter acesso às mercadorias e bens de serviço é o principal problema ou objetivo das finanças pessoais.

A relevância da valorização do dinheiro como Santos (2014) enfatiza, deve ser inserida durante toda a formação e etapas do desenvolvimento humano como na escola, no meio acadêmico, na família e outros.

Ao formalizar o seu planejamento financeiro, é possível visualizar como as contas estão hoje e como ficarão durante o período. Santos (2014), diz que é muito importante o consumo racional às pessoas que planejam seus gastos e investimentos, com prioridade aos gastos indispensáveis e com o essencial, evitando o consumo irracional de forma desordenada e sem planejamento. Portanto, é importante evitar a influência de campanhas publicitárias para diminuir o consumo.

6 A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E O CONSUMO

Um dos rótulos utilizados por intelectuais, acadêmicos e profissionais de marketing para se referirem à sociedade atual é Sociedade de Consumo. Para Barbosa (2004), consumir para satisfazer necessidades básicas ou supérfluas é uma atividade presente em qualquer sociedade humana. Por consequência, houve o reconhecimento de que o consumo é o centro do processo de reprodução social de qualquer sociedade. Assim o ato de consumir é cultural em sua essência.

Na cultura do consumo existe o poder de escolha do indivíduo, que pode se esconder por trás do marketing e da propaganda, abrindo um campo de debate sobre a real liberdade de escolha. O estudo de Barbosa (2004) enfatiza a importância do planejamento financeiro pessoal, pois como já foi dito anteriormente, a sociedade atual precisa consumir para sobreviver. Porém, o marketing e a cultura do consumo pregam a ostentação imediata de todo o dinheiro disponível ou até mesmo do que ainda não se possui, gerando endividamento.

7 ORÇAMENTO FAMILIAR

Com a finalidade de evitar o consumo e dívidas excessivas, para Santos (2014) é indispensável que as pessoas e famílias façam o monitoramento de todas as suas receitas e despesas em determinado período, formalizando o planejamento financeiro. Esse planejamento consiste, na prática, em visualizar numa planilha ou formulário o orçamento com a confrontação entre a renda total e despesas totais realizadas pela família ou pessoa.

O planejamento financeiro permite adequar o rendimento familiar e pessoal aos gastos indispensáveis e eliminar os supérfluos, com o planejamento de compras evitando o pagamento de juros excessivos. Isso permite a realização dos objetivos

pessoais e de vida, possibilitando enfrentar os problemas financeiros com maior tranquilidade (SANTOS, 2014).

8 CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE PARA AS FINANÇAS PESSOAIS

Para Iudícibus (2019), o objetivo básico da contabilidade é, portanto, fornecer informações econômicas para vários tipos de usuários, proporcionando assim decisões que sejam racionais de acordo com o objetivo pessoal. As pessoas estão preocupadas com sua capacidade de consumo e de adquirir bens e serviços, buscam aumentar sua renda e construir um futuro. A contabilidade ocupa-se dos mesmos assuntos, como identificar propriedades e direitos, gastos, receitas, controlar recebimentos e pagamentos. Por isso é possível associar a contabilidade empresarial e a de pessoas físicas.

A contabilidade pode ser utilizada para fins particulares para as pessoas buscarem suas respostas. É muito usada pelos administradores, investidores, acionistas, fornecedores de mercadorias, bancos, governo, empregados, e pela pessoa física, ou seja, todo ser humano ou indivíduo que está basicamente interessado em obter lucros e pagar dívidas e impostos. Portanto, a contabilidade pode ser feita e utilizada por qualquer indivíduo (MARION, 2018).

9 METODOLOGIA

O presente estudo se classifica como uma pesquisa quantitativa e qualitativa. Com o propósito de tornar o problema proposto mais explícito, visando a obtenção de novos conhecimentos, esta pesquisa é exploratória. A modalidade de pesquisa utilizada é o estudo de caso. Objetivando proporcionar uma visão geral acerca do tema proposto, envolve a pesquisa bibliográfica e webliográfica, fornecendo fundamentação teórica sobre a história da contabilidade, teoria e demonstrações contábeis, além do perfil de consumo da sociedade contemporânea e a relevância do planejamento financeiro para a vida pessoal (GIL, 2017).

A técnica de coleta de dados utilizada é um questionário (APÊNDICE I). A unidade elementar a ser utilizada é a de alunos do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM, com a utilização do centro universitário como unidade amostral. A amostra foi coletada com base nos alunos dos cursos de graduação, com exceção dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Tecnologia em Gestão Comercial e Tecnologia em Gestão do Agronegócio, com a finalidade de obter uma amostra com resultados mais próximos da realidade da população em geral pois esses cursos possuem em sua grade curricular noções sobre contabilidade e finanças (BOLFARINE; BUSSAB, 2005).

Foi utilizado o procedimento subjetivo com amostras quase aleatórias com a utilização de um plano aleatório simples, ou seja, cujo protocolo permite ao pesquisador utilizar seus julgamentos para a seleção de uma boa amostra. Assim, a utilização do plano de amostragem aleatória simples permite o sorteio de unidades elementares com probabilidades iguais, com seleção aleatória (BOLFARINE; BUSSAB, 2005).

A CONTABILIDADE E SEU USO NO PLANEJAMENTO DAS FINANÇAS PESSOAIS: ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO UNIPAM

Com base no critério de seleção aleatória, foram selecionados os alunos dos cursos de Enfermagem e Direito, que não estão entre os cursos já excluídos da amostra, permitindo simplificar o desenvolvimento das propriedades do plano amostral.

Foram incluídos os alunos maiores de 18 anos e capazes, de qualquer sexo e estado civil. Foram excluídos os alunos com alguma restrição psíquica, os que não informaram a renda ou que não assinaram o TCLE. Os que informaram no questionário que têm curso na área de gestão, contabilidade, economia ou afins serão mantidos para fins de comparação com as demais respostas.

Os dados foram coletados e analisados com uso de tabelas e gráficos, utilizando-se da plataforma Excel. A hipótese levantada foi a seguinte: Alunos do UNIPAM utilizam da contabilidade para o planejamento das finanças pessoais.

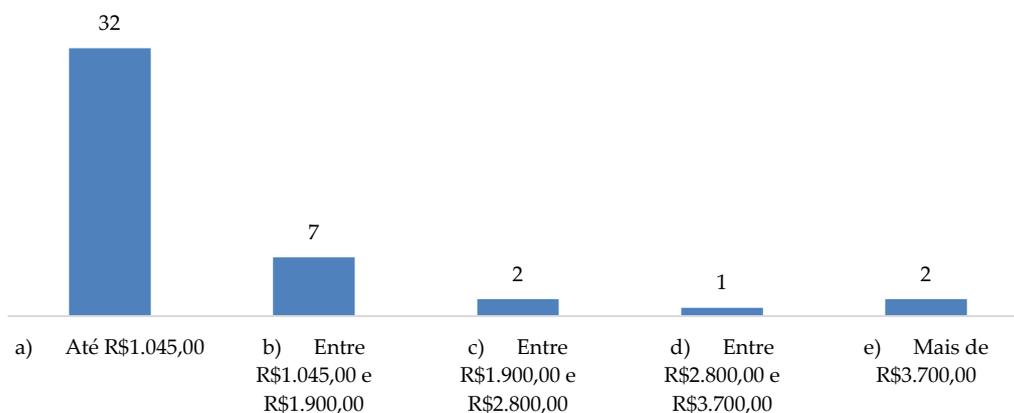
10 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Serão apresentados os resultados obtidos com questionários aplicados aos alunos dos cursos de Direito e Enfermagem. O questionário foi elaborado com questões de múltipla escolha e enviado por e-mail aos alunos dos respectivos cursos. A amostra obtida foi de 44 respostas. Buscando cumprir com os objetivos geral e específicos, foi aplicado um questionário com questões sobre a renda, experiência profissional, controle e planejamento financeiro, pois esse planejamento na prática consiste em confrontar a renda total e as despesas totais em determinado período.

As primeiras análises são acerca da renda, conhecimento e experiência desses estudantes. O objetivo é buscar compreender a relação entre o conhecimento sobre controle financeiro e a renda. O Gráfico 1 demonstra a renda mensal desses estudantes. Dos 44 estudantes, 32 (73%) possuem renda mensal de até 1 salário mínimo (R\$1.045,00). Outros 7 estudantes (16%) declararam possuir uma renda mensal entre R\$1.045,00 e R\$1.900,00. Os 4 estudantes restantes (9%) assinalaram possuir uma renda maior que R\$1.900,00. Com isso, fica evidente que a maioria dos entrevistados possuíam renda mensal de até um salário mínimo em 2020.

Gráfico 1: Renda mensal

1. A minha renda mensal atual é de, aproximadamente:

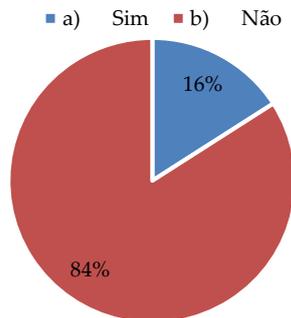


Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Ao serem questionados sobre conhecimento e experiência profissional (Gráfico 2) nas áreas de contabilidade, economia, gestão e semelhantes, 84% dos entrevistados assinalaram que não possuem nenhum conhecimento ou experiência nessas áreas citadas. Esse resultado evidencia a deficiência desse tipo de conhecimento na formação dos estudantes.

Gráfico 2: Conhecimento e experiência profissional

2. Você possui experiência profissional ou cursos na área de gestão, contabilidade, economia ou afins?

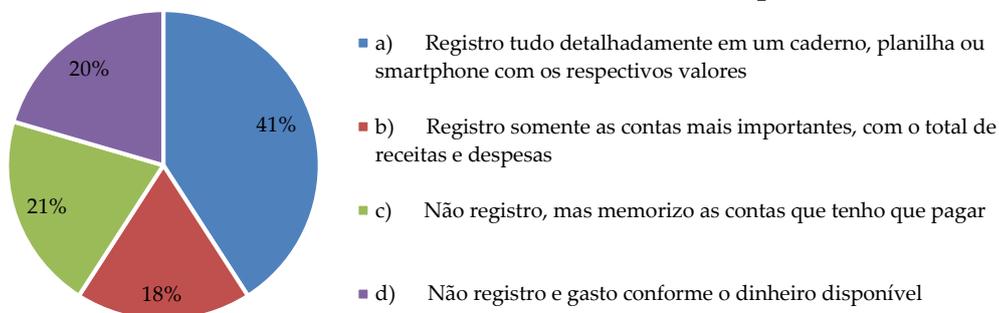


Fonte: elaborado pela autora, 2020.

O Gráfico 3 trata do registro de receitas e despesas dos entrevistados. Do total de respostas, 41% registra detalhadamente suas receitas e despesas em algum caderno, planilha ou smartphone, o que demonstra uma preocupação acerca do controle financeiro. Porém, 20% afirma não fazer nenhum tipo de registro e gasta o dinheiro conforme disponível. Essa resposta evidencia que essas pessoas não controlam seus gastos. Apesar disso, os outros 38% dos entrevistados disseram possuir algum tipo de preocupação com o registro de suas receitas e despesas, significando uma iniciativa para o registro e controle de suas contas.

Gráfico 3: Registro de receitas e despesas

3. Como você controla suas receitas e despesas?



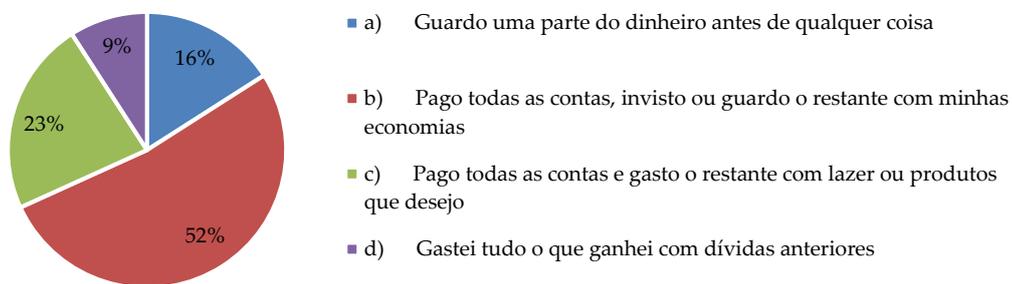
Fonte: elaborado pela autora, 2020.

A CONTABILIDADE E SEU USO NO PLANEJAMENTO DAS FINANÇAS PESSOAIS:
ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO UNIPAM

O Gráfico 4 apresenta as respostas acerca do controle de gastos. Mais da metade dos entrevistados (52%) declararam fazer economias ou investir uma parte de sua renda. Apesar de não ser a melhor resposta, é perceptível o esforço dessas pessoas em ter um controle e planejamento financeiro. A melhor resposta esperada seria guardar parte do dinheiro antes de qualquer gasto, que foi assinalada por 16% dos estudantes. Apesar disso, 25% assinalam respostas consideradas insatisfatórias. Dentre essas respostas, 16% dos entrevistados disseram que pagam suas contas e gastam o restante do dinheiro, não fazendo nenhum tipo de planejamento para sua vida financeira futura, e 9% já gastaram todo o dinheiro com dívidas anteriores.

Gráfico 4: Controle de gastos

4. Quando recebo meu seu salário ou ganhos mensais, eu:

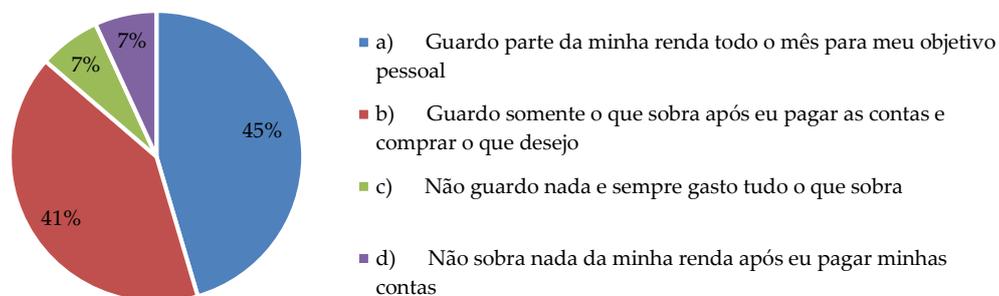


Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Quando questionados sobre o controle financeiro mensal, como pode ser visto no Gráfico 5, 45% responderam que guardam parte da renda para seu objetivo pessoal, aproximando quase a metade dos entrevistados à uma boa resposta sobre seu controle financeiro. Outros 41% assinalaram a opção que guardam somente o que sobra após pagar as contas e fazer suas compras, o que apesar de ser uma boa resposta, não chega a ser o ideal. O restante (14%), marcaram as opções em que não sobra nada da renda ou que gasta tudo o que sobra ao fim do mês, evidenciando que não existe um bom controle sobre seus gastos mensais.

Gráfico 5: Controle financeiro mensal

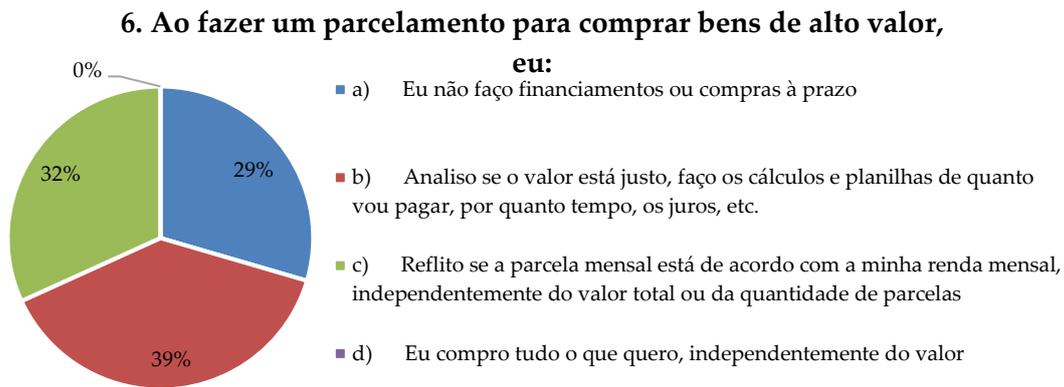
5. Você possui planos futuros de acordo com a sua renda?



Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Sobre o planejamento financeiro e compras de bens de alto valor (Gráfico 6), 39% disseram que analisam o valor do produto, fazem cálculos sobre quanto vão pagar, por quanto tempo e os juros. Isso aproxima quase a metade dos entrevistados a uma boa resposta quanto ao planejamento e uso da matemática financeira. Outros 29% afirmaram não fazer compras a prazo ou financiamentos. Do total, 32% assinalaram não fazer as contas do valor total ou quantidade de parcelas, o que não é o ideal ao se fazer um parcelamento ou endividamento a longo prazo. Ninguém marcou a última opção, que seria a menos satisfatória.

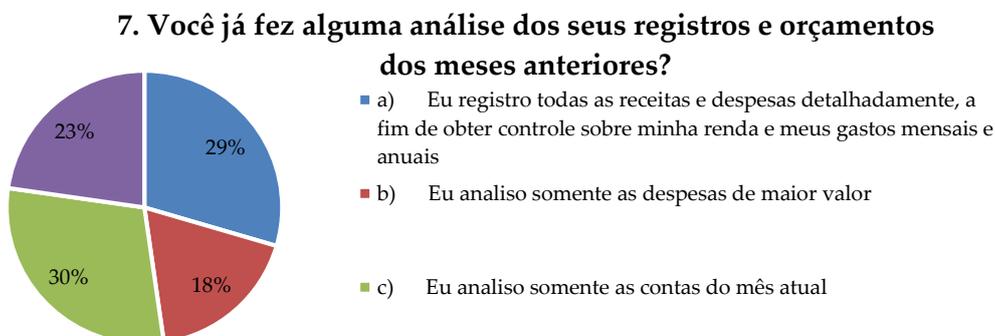
Gráfico 6: Planejamento financeiro



Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Para avaliar o conhecimento contábil dos entrevistados, foi perguntado sobre a análise dos registros e orçamentos dos meses anteriores (Gráfico 7). A primeira opção foi marcada por 29% dos alunos, que fazem o registro de todas as receitas e despesas detalhadamente, registrando os gastos mensais e anuais, semelhante ao balanço patrimonial e à demonstração do resultado do exercício, mesmo que esses registros contábeis não sejam conhecidos pelos mesmos. Do total, 18% analisam somente as despesas de maior valor, 30% somente as contas do mês atual e 23% não fazem nenhum tipo de registro ou análise.

Gráfico 7: Registro de contas e orçamentos

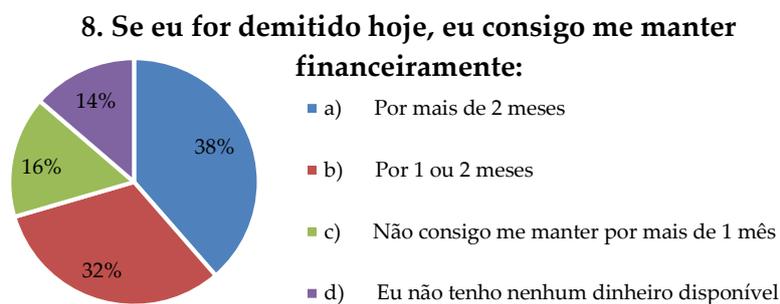


Fonte: elaborado pela autora, 2020.

A CONTABILIDADE E SEU USO NO PLANEJAMENTO DAS FINANÇAS PESSOAIS: ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO UNIPAM

Ao analisar o patrimônio e a preocupação com a disponibilidade financeira dos mesmos, 38% assinalaram conseguir se manter por mais de 2 meses caso fossem demitidos, demonstrando assim que possuem uma reserva de dinheiro. Outros 32% assinalaram que conseguiriam se manter por 1 ou 2 meses, o que não é muito, porém é uma resposta satisfatória considerando a renda mensal dos entrevistados. Os 30% restantes assinalaram as últimas opções, em que não conseguiriam se manter por 1 mês ou não possuem nenhum dinheiro disponível. Apesar da maioria receber apenas um salário mínimo, ainda é possível fazer controle dos gastos e guardar algum dinheiro para investimentos futuros.

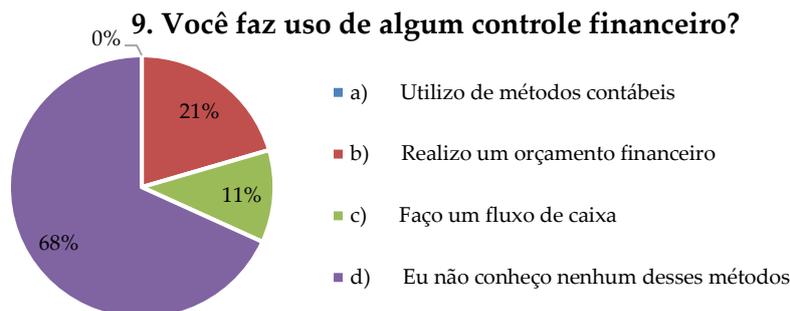
Gráfico 8: Disponibilidade financeira



Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Ao serem questionados sobre o uso de métodos contábeis, a maioria (68%) disse não conhecer nenhum método contábil. 21% realizam um orçamento e 11% fazem fluxo de caixa. Nenhum marcou a opção de utilizar outros métodos contábeis.

Gráfico 9: Uso de métodos contábeis



Fonte: elaborado pela autora, 2020.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo geral, o presente estudo evidenciou a existência do planejamento financeiro e a utilização da contabilidade pelas pessoas físicas, pois 28% dos entrevistados afirmaram fazer o registro e comparação de todas as suas receitas e despesas mensais e anuais, e 41% afirmou fazer um tipo de fluxo de caixa mensal,

registrando todas as suas receitas e despesas mensais. Os objetivos específicos foram cumpridos ao evidenciar o uso dos tipos de registros contábeis, mesmo que indiretamente.

Ao serem questionados sobre seus gastos, orçamentos e disponibilidade financeira, foi possível verificar a tentativa de se fazer esse controle, porém fica evidente a falta de conhecimento teórico contábil por essas pessoas, pois 68% afirmaram não conhecer nenhum método contábil. Dos entrevistados, 52% afirmaram fazer economias ou investimentos com o dinheiro que sobra ao pagar as contas mensais, o que evidencia uma preocupação com a vida financeira dos mesmos.

Com tudo isso, é perceptível a relevância do uso da contabilidade nas finanças pessoais, pois, apesar da falta de conhecimento teórico dos entrevistados, fica evidente a tentativa de se fazer esse tipo de planejamento por pelo menos metade deles. Dos entrevistados, 81% assinalaram não possuir experiência ou cursos na área de gestão, contabilidade, economia e afins. Por isso, é importante analisar a inserção do conhecimento contábil e controle financeiro desde a infância, alcançando assim a porcentagem de pessoas que não possuem esse tipo de controle de seus gastos em suas vidas.

Apesar de não ter afetado os resultados da pesquisa, houve limitações quanto à aplicação do questionário. O link do questionário feito no *Google Forms* foi enviado para 724 e-mails de alunos, e somente 44 responderam.

Por fim, o presente trabalho contribui para o conhecimento financeiro pessoal dos alunos participantes, possibilitando assim buscar melhorias e conhecimentos sobre finanças pessoais aprimorando a gestão de suas finanças. Como sugestões para novas pesquisas, poderia ser feito entrevistas sobre os métodos utilizados de registros contábeis e com sugestões de aprimoramentos para os entrevistados.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, Sérgio. **Contabilidade Geral: 3D - Descomplicada, Decifrada, Desmitificada**. 4. ed. rev. atual. e aum. Salvador - BA: JusPODIVM, 2018. 2080 p.

Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. [S. l.], 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 maio 2020.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 72 p.

BRASIL. **Decreto n. 9.580, de 22 de novembro de 2018**. Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Brasil, 22 nov. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm. Acesso em: 05 maio 2020.

BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Elementos de Amostragem**. São Paulo - SP: Blucher, 2005. 290 p.

A CONTABILIDADE E SEU USO NO PLANEJAMENTO DAS FINANÇAS PESSOAIS:
ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO UNIPAM

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial**: teoria e prática. 8. ed. atual. São Paulo: Atlas Ltda., 2017. 640 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo - SP: Atlas, 2017. 188 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de *et al.* (Coord.). **Contabilidade Introdutória**: livro texto. 12. ed. rev. e atual. São Paulo - SP: Atlas, 2019. 272 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade**: para graduação. 6. ed. São Paulo - SP: Atlas Ltda., 2018. 320 p.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 12. ed. atual. São Paulo - SP: Atlas Ltda., 2018. 320 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à Contabilidade**: com abordagem para não contadores. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda., 2015. 432 p.

PIRES, Valdemir. **Finanças Pessoais**: Fundamentos e Dicas. Piracicaba - SP: Editora Equilíbrio, 2006. 114 p.

SANTOS, José Odálio dos. **Finanças Pessoais para Todas as Idades**: um guia prático. 1. ed. São Paulo - SP: Atlas S.A., 2014. 296 p.

A ESCOLHA CONTÁBIL NA ELABORAÇÃO DO RELATO INTEGRADO¹

Priscilla Soares Ribeiro²
Wesley Daniel Barbosa Gonçalves³

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo geral, identificar as características das empresas listadas na B3, que escolhem adotar ou não o Relato Integrado. O delineamento do trabalho deu-se por meio de um estudo descritivo e bibliográfico, com abordagem de cunho qualitativo. A população desta pesquisa corresponde às 261 organizações que divulgaram e não divulgaram o relatório integrado no período de 2019. Dessa maneira, foi possível identificar quais as características podem interferir significativamente na escolha da adoção do Relato Integrado.

PALAVRAS-CHAVE: Escolha Contábil. Relato Integrado. Características das Empresas.

ABSTRACT: The present article had as a general objective, to identify the characteristics of the companies listed in B3, which choose to adopt or not the Integrated Report. The work was designed through a descriptive and bibliographic study, with a qualitative approach. The population of this research corresponds to the 261 organizations that released and did not publish the integrated report in the period of 2019. Thus, it was possible to identify which characteristics can significantly interfere in the choice of adopting the Integrated Report.

KEYWORDS: Choose Accounting. Integrated Reporting. Company Characteristics.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente observa-se que os *stakeholders* estão levando em consideração não só a rentabilidade das organizações, mas também as práticas socioambientais voltadas para o desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva, muito se tem discutido sobre a percepção de valor das organizações que adotam esses critérios por meio de recursos, atividades e relatórios. Segundo Eccles e Serafeim (2013), companhias que visam atingir a responsabilidade socioambiental corporativa, conseguem aumentar a percepção de valor da empresa perante o mercado, atrair mais acionistas e consequentemente obter maior retorno financeiro.

Neste sentido, as empresas estão aderindo à elaboração do Relato Integrado para a busca de uma atividade mais sustentável, tendo como público alvo os *shareholders* e os *stakeholders*, propondo uma abordagem mais eficiente e coerente comparado com os relatórios que as organizações já divulgam, além disso, por meio dele é possível que a empresa consiga desenvolver uma visão integrada de seu negócio, conseguindo gerar mais valor e analisar com maior clareza as oportunidades, os riscos e os impactos que afetam a capacidade que a empresa tem de gerar valor (CARVALHO; KASSIA, 2013).

¹ Trabalho apresentado na área temática 3 - Ciências Contábeis. Categoria: Comunicação Oral do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: priscillasr@unipam.edu.br.

³ Orientador do trabalho. Mestre e professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: wesley@unipam.edu.br.

Posto isto, diante das transformações impostas pelo ambiente macroeconômico, a elaboração do Relato Integrado proporciona uma melhor gestão do desafio socioambiental e conseqüentemente aumenta a credibilidade da empresa no ambiente corporativo. Assim, com a finalidade de entender como as empresas adotam esse relatório, buscou-se agrupar informações com o propósito de responder a seguinte questão que norteia esta pesquisa: Quais as características que identificam a escolha em elaborar o Relato Integrado?

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral: identificar as características das empresas listadas na B3, que escolhem adotar o Relato Integrado. Para alcançar o objetivo geral deste estudo, se propõe como apoio os seguintes objetivos específicos: comparar as características das empresas que optaram por elaborar o Relato Integrado e verificar quais as variáveis que poderiam interferir significativamente na escolha da adoção do Relato Integrado.

O projeto desta pesquisa justifica-se por meio do estudo de uma temática que está se consolidando no setor contábil e que nos últimos anos vem se tornando essencial para a criação de valor nas organizações, principalmente no que diz respeito às práticas para obtenção e transformação de recursos financeiros e sustentáveis, de modo que com melhores informações sobre a empresa, ela conseguirá desenvolver as melhores estratégias para obtenção destes recursos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Referencial Teórico buscou alinhar no campo do conhecimento teórico as referências fundamentais e conceitos de diversos autores, com a finalidade de fornecer informações suficientes para desenvolver e embasar a pesquisa.

2.1 RELATO INTEGRADO

O Relato Integrado é uma nova forma de preparação e apresentação de relatórios corporativos, que vem sendo estudado e incorporado pelas empresas com o objetivo de agregar ainda mais valor e credibilidade às organizações. Visando isso, neste tópico serão apresentados os principais conceitos que balizam as informações supracitadas, discorrendo tanto o conceito de Relato Integrado, quanto seus impactos no ambiente corporativo.

Logo, define-se Relato Integrado como um relatório que reúne tanto informações financeiras quanto não financeiras, e seu objetivo não é só auxiliar as empresas a tomarem decisões mais sustentáveis, mas demonstrar aos provedores de capital, como uma organização gera valor ao longo do tempo, levando em consideração formas alternativas de pensar sobre a maximização do lucro e o sucesso corporativo a longo prazo (IIRC, 2013). Essa nova abordagem foi desenvolvida pelo *International Integrated Reporting Council – IIRC*, que é composta por “uma coalizão global de reguladores, investidores, empresas, definidores de padrões, profissionais do setor contábil e ONGs” (IIRC, 2013, p. 1).

Dessa forma, o Relato Integrado auxilia as organizações a aprimorarem a gestão empresarial e suas responsabilidades por meio dos capitais que abordam esse relatório:

financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social/relacionamento e natural; e visa também apoiar a integração do pensamento, da tomada de decisão e das ações que focam na geração de valor no curto, médio e longo prazo (IIRC, 2013).

2.2 ESCOLHAS CONTÁBEIS

Neste tópico será abordado o tema de escolhas contábeis, sendo que por meio delas é possível entender e identificar quais características têm maior impacto para tomada de decisão de cada organização. Logo, Fields, Lys e Vincent (2001) conceituam escolhas contábeis como uma tomada de decisão que impacta e influencia na essência da empresa, levando em consideração não apenas as demonstrações financeiras, mas todas as outras exigências relacionadas ao funcionamento da organização, tais como declarações fiscais e exigências regulatórias.

Esses autores ainda postulam que é inviável a existência de apenas um padrão contábil que ofereça uma linguagem universal de divulgação que atenda às necessidades de todas as empresas e mercados. Em consonância, Watts (1992) defende que as escolhas contábeis incluem as preferências dos gestores das empresas por um ou mais métodos contábeis em detrimento de outros. Além disso, as escolhas contábeis estudam o como e o porquê os gestores utilizam dessas escolhas de práticas contábeis em detrimento das outras.

Posto isto, para que se compreenda melhor os conceitos de escolhas contábeis e a sua relação com o Relato Integrado, nos seguintes subtópicos serão apresentados *insights* sobre as características mais relevantes que podem levar uma organização a elaborar o Relato Integrado por meio das escolhas contábeis realizadas pelos tomadores de decisões.

2.2.1 Setor de Atuação

As organizações que visam crescer e se destacar no mercado precisam fazer escolhas estratégicas que criam valor ao seu negócio, portanto, é crucial que as empresas realizem relatórios que consigam lhes fornecer informações essenciais sobre seu ramo de atuação e como ele torna-se atrativo para os clientes. Diante deste cenário, cada ramo de atuação apresenta suas particularidades, sendo que em alguns setores é necessário a elaboração do Relato Integrado para auxiliar a prestação de contas (ADAMS; SIMNETT, 2011).

Frías, Rodríguez e Garcia (2013) afirmam que os relatórios integrados apresentam inúmeras vantagens, não só para aqueles setores que são obrigatórios, mas também para todas as áreas, devido às informações que são fornecidas por eles serem claras e concisas, o que proporciona uma melhor alocação de recursos e conseqüentemente uma prestação de contas mais eficaz.

Dessa forma, o setor de atuação torna-se um fator determinante na escolha da divulgação do Relato Integrado, pois além da obrigatoriedade deste relatório para determinadas áreas, como a do setor público, uma organização que deseja aumentar a credibilidade e demonstrar com clareza que cumpre todas as especificações e regras do seu setor, deve apresentar suas ações a comunidade, a fim de garantir uma boa opinião,

conquistar novos investidores e clientes, além de conseguir expandir seu negócio (IIRC, 2013).

2.2.2 Tamanho da Empresa

O porte da empresa influencia diretamente em como ela se apresenta para a sociedade, quais relatórios precisa divulgar, como irá realizar a prestação de contas ou até mesmo quais as informações devem ser levadas em consideração no momento da elaboração de seus relatórios (BANZ, 1981). Logo, por essas razões e a fim de auxiliar as companhias, existem estudos que consideram o tamanho da empresa como uma *proxy* relacionada a quantidade de informações disponíveis sobre ela e o modo como elas podem interferir na relevância das informações contábeis (FREEMAN, 1987).

Nesse sentido, o relatório integrado é utilizado tanto por pequenas quanto por grandes empresas, em virtude dos grandes benefícios que ele proporciona. Inclusive no programa piloto, foi destacado a importância da participação de pequenas empresas, para que assim essas empresas também consigam aprimorar o sistema de comunicação, criar valor ao longo do tempo e conseqüentemente desenvolver uma mudança de mentalidade em relação à estratégia de negócios, atraindo e retendo cada vez mais clientes (IIRC, 2013).

2.2.3 Nível de Governança Corporativa

As práticas de governança corporativa têm grande responsabilidade com a função empresarial e com a percepção sobre os controles internos das companhias, sendo que por meio delas é possível identificar uma situação de seleção adversa ou de risco moral, reduzir a assimetria de informação e conseqüentemente melhorar a qualidade e quantidade de informações publicadas nos relatórios fornecidos pelas empresas (JENSEN, 1993).

Por isso, o conceito de governança corporativa está relacionado a um conjunto de normas e princípios que protegem os acionistas de possíveis violações por parte das companhias negociadas em bolsas de valores. De modo que, as empresas listadas em níveis de governança corporativa apresentam ser mais confiáveis entre os acionistas, em virtude das leis e compromissos formais, estabelecidos por órgãos reguladores como a B3 e CVM (TRADEMAP, 2019).

Assim diante do supracitado, Vieira e Mendes (2004) postulam que analisar o Relato Integrado, juntamente com a governança corporativa, visando uma melhor gestão, significa que as organizações estão dispostas a discutir sobre regras e condutas de governança corporativa que objetivam reduzir os riscos, principalmente para os investidores, concedendo os direitos e garantias assegurados aos acionistas e às informações mais completas divulgadas.

2.2.4 Financiamentos e empréstimos

Tanto as pequenas, quanto as grandes empresas, em determinado momento, necessitam realizar financiamentos ou empréstimos, para isto é crucial que as mesmas

apresentem todas as informações necessárias para tal ação, buscando transmitir confiabilidade e clareza aos investidores (FRÍAS; RODRÍGUEZ; GARCÍA, 2013).

Dessa forma, os relatórios anuais evidenciam informações relevantes aos *stakeholders* para negociar com a empresa nas melhores condições, fazendo com que as organizações que tenham a melhor qualidade de informações contábeis, tenham condições mais favoráveis de financiamento. E ainda mais, as empresas que divulgam informações sobre sustentabilidade têm menores restrições de capital e consequentemente maiores chances de conseguirem a aprovação para os empréstimos solicitados (CHENG; IOANNOU; SERAFEIM, 2014).

Logo, as organizações que realizam a divulgação do Relato Integrado tendem a conseguir com maior facilidade financiamentos, além de conseguirem elaborar com mais exatidão os relatórios para prestação de contas de partes interessadas.

2.2.5 Retorno e Preço da ação

Nesse sentido, com a finalidade de auxiliar o investidor na busca por informações, a bolsa de valores do Brasil passou a incentivar a divulgação de relatórios de sustentabilidade ou afins, como o Relato Integrado, tal incentivo é considerado como uma forma de conscientização, visando atrair mais investidores (B3, 2015).

Segundo Eccles e Krzus (2011) a grande parte dos relatórios que existiam, disponibilizados para os investidores, não apresentavam a formatação adequada para atender a demanda desse público, por isso, o ambiente corporativo necessitava de uma evolução nos relatórios empresariais, como através da criação do Relato Integrado, apresentando informações relevantes sem a complexidade e inadequação das informações atualmente existentes.

Nesse sentido, Dalmácio (2009) ressalta que as informações fornecidas pelo RI são utilizadas como base para a tomada de decisão dos investidores, em que os analistas de mercado formulam suas opiniões por meio das informações que são divulgadas pelos relatórios anuais.

2.2.6 Lucro ou Prejuízo

É essencial que o investidor ou as outras partes interessadas na organização busquem por informações em seus relatórios antes de qualquer investimento, nesse sentido os relatórios contábeis são uma das maneiras mais práticas e objetivas de apresentar informações econômico-financeira de uma empresa em certo período (SAYURI, 2010).

Dessa forma, por meio da divulgação do Relato Integrado é possível que aquelas organizações que tiveram prejuízo consigam identificar mais facilmente seus erros e criar novas estratégias, para evitar as mesmas falhas. Já para empresas que não adotam o Relato Integrado, esse tipo de relatório passa a ser essencial para salvar a empresa do afundamento, pois por meio dele a companhia passa a ter relatórios mais eficientes e coesos, além de melhorar a qualidade da informação e de permitir alocação de capital de maneira produtiva e satisfatória (IIRC, 2013).

Já para aquelas que deram lucro, o RI permite que a empresa consiga ver com clareza quais as táticas devem ser mantidas ou melhoradas, a fim de obterem ainda mais lucros. Sendo que na maioria dos casos, com a divulgação do Relato Integrado, as partes interessadas conseguem ter um maior controle acerca de como está a organização, tornando-se uma ferramenta ainda mais vantajosa para a empresa que elabora o Relato Integrado (OLIVEIRA, 2015; IIRC, 2013).

3 METODOLOGIA

Diante do objetivo de identificar as características das empresas que escolhem adotar o Relato Integrado, este estudo foi classificado como uma pesquisa descritiva, tendo a pesquisa bibliográfica como meio de investigação.

O tratamento para as informações coletadas foi de cunho qualitativo, sendo que essa abordagem tem o foco na compreensão dos significados dos eventos, tentando chegar ao “como” e o “porquê” das respostas obtidas no estudo, além disso a pesquisa qualitativa utiliza coleta de dados para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Os dados foram obtidos por meio do sistema Economática® juntamente com os demonstrativos de resultados publicados no site da B3, no período de 2019 de uma amostra de 261 empresas, utilizando estatística descritiva.

Assim, como ferramenta de trabalho deste estudo utilizou-se o software de estatística Stata® 15.1 para a plataforma Windows, onde por meio de testes entre o Modelo Probit e o Modelo Logit, foi possível identificar que o Modelo Logit apresentou um qui-quadrado mais vantajosos para o estudo. Além disso, a Equação 1 apresenta o modelo testado no presente estudo.

Equação 1:

$$EC = \beta_0 + \beta_1SET + \beta_2TA + \beta_3NDCG + \beta_4FE + \beta_5RA + \beta_6PA + \beta_7LP + \varepsilon$$

Com o intuito de analisar as empresas que optaram por divulgar e diferenciá-las das companhias que não fizeram a publicação, foram identificadas as características das empresas, conforme apresentadas abaixo no quadro 1:

Quadro 1: Variáveis que impactam na divulgação do Relato Integrado

Variável	Especificações	Hipóteses	Proxy
EC: Escolha contábil	Reconhecimento das empresas		Variável <i>dummy</i> : 0 = não divulga; 1 = divulga
SET: Setor de atuação	Empresas classificadas de acordo com o setor de atuação na B3	H1: O setor da atuação interfere na escolha da empresa em divulgar o Relato Integrado?	1 = Bens Industriais; 2 = Comunicações; 3 = Consumo Cíclico; 4 = Consumo Não Cíclico; 5 = Materiais Básicos; 6 = Petróleo, Gás e Biocombustíveis;

			7 = Saúde; 8 = Tecnologia de Informação; 9 = Transporte; 10 = Utilidade Pública
TA: Tamanho da empresa	Porte das empresas	H ₂ : O tamanho da empresa influencia na escolha da empresa em divulgar o Relato Integrado?	1 = Microempresa; 2 = Pequeno porte; 3 = Médio porte; 4 = Grande porte.
NDCG: Nível de Governança Corporativa	Níveis diferenciados para medir a governança corporativa	H ₃ : Quanto maior o nível de governança corporativa da empresa mais ela tende a fazer a divulgação do Relato Integrado?	1 = Nível I; 2 = Nível II; 3 = Bovespa Mais 3 = Bovespa Mais II; 4 = Novo Mercado;
F/E: Financiamentos e Empréstimos	Empresas que buscam por financiamentos	H ₄ : Empresas que tem maiores níveis de financ. ou empréstimos tendem a divulgar o Relato Integrado?	Variável <i>dummy</i> : 0 = não divulgam; 1 = divulgam.
RA: Retorno da Ação	Retorno da ação das companhias	H ₅ : Companhias que possuem um grande retorno de ação visam divulgar o Relato Integrado?	Variável <i>dummy</i> : 0 = não divulga; 1 = divulga
PA: Preço da Ação	Preço da ação das companhias	H ₆ : Companhias que procuram valorizar o preço de suas ações divulgam o Relato Integrado?	Variável <i>dummy</i> : 0 = não divulga; 1 = divulga
L/P: Lucro/Prejuízo	Empresas que apresentam prejuízos	H ₇ : Empresas que apresentaram grandes lucros/prejuízos tendem a divulgar o Relato Integrado?	Variável <i>dummy</i> : 0 = não divulga; 1 = divulga

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Posto isto, com base nas informações que estão apresentadas no Quadro 1 e na Equação 1, a ocorrência do evento de interesse do estudo é a divulgação do Relato Integrado, que foi apresentado pela *dummy* 1, e a não divulgação pela *dummy* 0.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção apresentam-se as análises e discussões das informações coletadas com a finalidade de identificar quais as características impactam na divulgação do Relato Integrado pelas empresas listadas na B3. Primeiramente, buscou-se identificar quais as empresas no período de 2019 iriam se enquadrar neste estudo, com base nas informações coletadas no sistema Economatica®, juntamente com dados publicados no site da B3, conforme exposto no Tabela 1.

Tabela 1: Amostra do estudo

CATEGORIAS	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Amostra inicial	1.312	100%
Canceladas/suspensas	512	39,02%
Dados incompletos	539	41,08%
Não divulgaram	131	9,98%
Divulgaram	130	9,91%

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Logo, percebe-se que as duas categorias (empresas que divulgam e não divulgam) estão com valores muito próximos, 9,98% não divulgam, e 9,91% das organizações divulgam o RI. Dessa forma, afirma-se que atualmente o mercado encontra-se bem dividido entre os que não divulgam e os que divulgam. Posto isto, acredita-se que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que a grande parte das companhias elaborem o Relatório Integrado (IIRC, 2013).

Posteriormente, para a identificação da divulgação do RI buscou-se identificar as informações sobre os dados quantitativos das empresas, conforme exposto na Tabela 2.

Tabela 2: Estatística descritiva

VARIÁVEIS	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	VALOR MÍN.	VALOR MÁX.
TA	39.100.000,00	181.000.000,00	26,00	174.000.000.000,00
F/E	4.324.508,00	20.400.000,00	0,00	310.000.000,00
RA	178,67	1.877,34	-8.506.667,00	30.367,85
PA	25,37	26,72	0,86	266,05
L/P	884239,20	3.882.362,00	-9.000.434,00	4.010.000.000,00

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Neste sentido, conforme a Tabela 2, a variável TA apresenta valor mínimo de 26,00 correspondente à empresa Ppla de investimentos financeiros. Já o seu valor máximo é apresentado pelo Banco Itaú com um valor de 174.000.000.000,00. O desvio padrão é no valor de 181.000.000,00, justificando o fato de que quando existe um desvio padrão deste tamanho, 95% das empresas estão a mais ou a menos em relação a este desvio padrão. Enquanto a média de 39.100.000,00, significa que a maior parte das empresas se desviam em torno da média.

A variável F/E apresenta várias companhias com o valor 0,00 de financiamentos ou empréstimos, tais como, Indusval, Merc Brasil e Invest, Pine e Ppla, sendo que a maioria delas se encontram no setor financeiro. A empresa com valor máximo é o Banco Itaú, apresentando um valor de 310.000.000,00 para financiamentos ou empréstimos. O desvio padrão é no valor de 20.400.000,00 significando que os valores amostrais estão bem distribuídos em torno da média, enquanto a média é de 4.324.508,00.

Em relação a RA o valor mínimo é de - 8.506.667,00 da empresa Azevedo e Travassos de engenharia e construção, que apresentou um prejuízo no ano de 2019. Já o valor máximo de 30.367,85 faz referência a empresa Generalshopp, responsável por empreendimentos no ramo de shopping centers. O seu desvio padrão foi de 1.877,34 demonstrando que as empresas estão a mais ou a menos em relação a este desvio padrão.

Enquanto a média de 178,67 significa que a maior parte das empresas se desviam em torno da média.

Já a variável PA apresentou um valor mínimo de 0,86, pertencente à empresa Oi de telecomunicações, enquanto o valor máximo é de 266,05 das Bicicletas Monarck. O desvio padrão encontrado foi de 26,72 e sua média no valor de 25,37, de modo que os valores das empresas estão condensados próximos ao valor da média, ou seja, a amostra dessa variável encontra-se mais homogênea comparada com as demais.

Por fim, a variável L/P apontou um valor mínimo de - 9.000.434,00 da empresa Teka, uma das maiores fabricantes de roupa de cama, mesa e banho da América Latina, resultado justificado pelo fato de a empresa estar em recuperação judicial. O valor máximo obtido foi de 4.010.000.000,00 da Nord Brasil, um dos maiores fabricantes do mundo de acionamentos mecânicos e eletrônicos de alta tecnologia. O valor do desvio padrão foi de 3.882.362,00 o que apresenta que 95% das empresas estão a mais ou a menos em relação a este desvio padrão e a média 884.239,20 significa que a grande parte das empresas se desviam em torno da média.

Subsequentemente a esta análise, a decisão em optar por divulgar ou não o relatório integrado gerou duas *dummy* de interesse para o estudo, sendo elas: 0 = não divulgação do Relato Integrado, e 1 = divulgação de Relato Integrado, que será apresentado na Tabela 3.

Tabela 3: Resultados para o modelo Logit

VARIÁVEIS	COEFICIENTES	DESVIO PADRÃO	Z	P> Z	[95% CONF. INTERVAL]	
SET	-0,00202160000	0,00514410000	-0,39	0,694	-0,0121039000	0,0080607000
TA	-0,00000000528	0,00000000249	-2,12	0,034	-0,0000000102	-0,0000000004
NDGC	-0,16886700000	0,10136240000	-1,67	0,096	-0,3675336000	0,0297996000
F/E	0,00000031900	0,00000006980	4,57	0,000	0,0000001820	0,0000004560
RA	-0,00320570000	0,00198820000	-1,61	0,107	-0,0071024000	0,0006910000
PA	0,00399820000	0,00516000000	0,77	0,438	-0,0061152000	0,0141115000
L/P	0,00000044600	0,00000016300	2,74	0,006	0,0000001270	0,0000007650
Constante	0,19180160000	0,55018870000	0,35	0,727	-0,8865484000	1,2701520000
NUMBER OF OBS			LOG LIKELIHOOD			
261			- 14.387,906			
LR CHI2(7)			PSEUDO R2			
74,06			0,2047			
PROB > CHI2						
0,0000						

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Para a realização do teste e efeitos marginais Logit, realizou-se possíveis tentativas a fim de identificar as variáveis que não contribuem significativamente para a explicação do modelo. Por meio do referido teste, as variáveis Setor de Atuação (SET), Nível de Governança Corporativa (NDGC), Retorno da Ação (RA) e Preço da Ação (PA) não foram significativas. Assim, as variáveis decorrentes das hipóteses H1, H3, H5 e H6, levantadas a partir da plataforma teórica, não foram confirmadas por não apresentarem significância estatística para o modelo ($P > z > 0,05$). Sobre as variáveis que impactam na

escolha da divulgação do Relatório Integrado, as hipóteses H2, H4 e H7 apresentaram significância estatística de 5%.

Detalhando estas variáveis, a H2 fala sobre o Tamanho da Empresa (TA) representado pelo seu ativo total, onde apresentou significância estatística quanto a escolha por divulgar o RI no valor de 0,034, o que consequentemente responde a H2 “O tamanho da empresa influencia na escolha da empresa em divulgar o Relato Integrado?”.

No entanto, em relação a esta variável (TA), deve-se atentar pelo fato de que por mais que ela tenha apresentado um resultado significativo, o seu coeficiente foi negativo, ou seja, quanto menor o tamanho da empresa, maior a probabilidade da escolha em divulgar o Relato Integrado, justificando-se pelo fato de que as pequenas empresas não tem tanta visibilidade quando as empresas grandes, logo, elas apresentam demais motivações para divulgação do Relato Integrado, tais como, aumentar a sua visibilidade, preocupação com o meio ambiente, novas formas de apresentação de dados financeiros e outros motivos internos (IIRC, 2013).

Outra hipótese que também teve relevância para o estudo foi a H4 “Empresas que têm maiores níveis de financiamento ou empréstimos tendem a divulgar o Relato Integrado?”. Logo, a resposta é sim, pois esta característica (F/E) apresentou uma significância ao nível de 0,000. Sendo assim, por ter significância estatística, foi possível identificar que quanto maior o financiamento/empréstimo de uma companhia, maior será a sua tendência em divulgar o Relato Integrado, pois por meio das informações contidas neste relatório a empresa passa a ter condições mais favoráveis de financiamentos e empréstimos, devido a qualidade nas informações divulgadas. Logo, esta ação facilita e diminui a burocratização deste processo, pois a instituição financeira tem uma imagem clara e coesa da companhia que está solicitando o financiamento ou empréstimo (FRÍAS; RODRÍGUEZ; GARCÍA, 2013).

A hipótese H7 apresentou uma significância de 0,006 em relação a característica de Lucro/Prejuízo (L/P), sendo possível responder de forma afirmativa a questão “Empresas que apresentaram grandes lucros/prejuízos tendem a divulgar o Relato Integrado como forma de melhorar a divulgação de seus relatórios?” Posto isto, foi possível inferir que quanto maior o lucro de uma organização, maior será a sua tendência em divulgar o Relato Integrado, pois através desta divulgação as partes interessadas conseguem ter um maior controle acerca de como está a organização, o que justifica o resultado encontrado, logo elas conseguem identificar quais as táticas devem permanecer, quais devem ser melhoradas e as que devem ser alteradas para que a companhia continue dando lucro (OLIVEIRA, 2015; IIRC, 2013).

Por fim, a variável Nível de Governança Corporativa (NDGC) foi significativa a 10%, indicando que essa característica tem influência na motivação das empresas em divulgar o Relatório Integrado, mas como ela não entrou nos parâmetros adotados, não foi confirmada para o estudo. Outra variável que também poderia ter sido considerada, foi o Retorno da Ação (RA), que não apresentou o resultado de 0,05, apresentado 0,107, por este motivo também não foi levada em consideração pela pesquisadora.

Por fim, após a observação dos resultados supracitados, foi possível comprovar a validade deste estudo, em que por meio do modelo Logit e através de R², identificou-se

que 20,47% das 261 empresas que divulgam ou não o Relatório Integrado sofre influência das variáveis que foram analisadas neste estudo.

Em relação aos coeficientes das variáveis que apresentam a variação na probabilidade, os valores foram estimados por meio do modelo Logit, assim prova-se que o conjunto das informações obtidas fazem sentido, pois o que comprova a validade desse tipo de modelo estatístico é o fato da probabilidade estar abaixo de 0,05 e o resultado obtido neste caso foi de qui-quadrado de 0,0000.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou através do objetivo geral, identificar as características das empresas listadas na B3, frente à escolha em adotar o Relato Integrado. Com a finalidade de atingir esses objetivos, foram utilizados os objetivos específicos relacionados a comparar as características das empresas que optaram por elaborar o Relato Integrado e verificar quais as variáveis que poderiam interferir significativamente na escolha da sua elaboração.

Logo, foi possível encontrar três variáveis, sendo elas: Tamanho da Empresa (TA); Financiamentos/Empréstimos (F/E); e Lucros/Prejuízos (L/P). Posto isto, as três hipóteses, H2, H4 e H7, foram aceitas neste estudo, por apresentarem um nível de significância de 5%, o que denota que o modelo está adequado e possibilitou realizar estimativas e classificações confiáveis ($\text{prob} > \chi^2 > 0,05$). No entanto, a hipótese H2, que se refere ao tamanho da empresa, apresentou significância, porém com sinal diferente do esperado.

Sendo assim, foi possível identificar que a característica Tamanho da Empresa, apresentou que quanto menor o tamanho da empresa, mais ela tende a divulgar o Relato Integrado. A outra característica de relevância foi a de Financiamento/Empréstimo, apontando que quanto maior o financiamento/empréstimo de uma companhia, maior será a sua tendência em divulgar o Relato Integrado. E por último, a característica de Lucro/Prejuízo retratando que quanto maior o lucro de uma organização, maior será a sua tendência em divulgar o Relato Integrado.

Nesse sentido, postula-se que os testes estatísticos realizados no estudo apresentaram discriminação excelente quanto a sua interpretação diante às variações na escolha da elaboração do Relato Integrado, de modo que, por meio das variáveis testadas no estudo, verificou-se que o modelo utilizado explicou essas variações em aproximadamente 20,47%.

Diante do exposto, durante a busca pelos resultados da pesquisa, encontrou-se possíveis limitações, tais como, características que tiveram de ser substituídas, pela razão de não serem mensuráveis e o fato da curta trajetória do RI, o que resultou em uma amostra pequena de empresas que realizam o Relatório Integrado. Além disso, em estudos futuros pode-se ampliar a amostra, incluindo empresas estrangeiras, relatos de anos subsequentes e outros métodos de pesquisa.

No entanto, apesar deste estudo ter limitações, apresenta contribuições, como por exemplo, na gestão das empresas, o qual contribui para desdobrar o framework do RI e mostrar a relevância e vantagens que as organizações podem obter por meio da divulgação deste relatório. E no meio acadêmico contribui para constatar a abordagem

interdisciplinar do Relato Integrado, além de auxiliar o crescimento da literatura já existente sobre escolhas contábeis. Dessa forma, o estudo também pode auxiliar outros pesquisadores, tanto por meio do referencial teórico, como da metodologia e dos resultados adquiridos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, S.; SIMNETT, R. **Integrated Reporting: an opportunity for Australia's not-forprofit sector**. *Australian Accounting Review*, [S. l.], v. 21, p. 292-301, 2011.

B3. **Sustentabilidade, Relate ou Explique**, 2015. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/noticias/sustentabilidade-8AE490CA646C889901648493B32C4081.htm. Acesso em: 24 maio 2020.

BANZ, R. W. The relationship between return and market value of common stocks. *Journal of Financial Economics*, v. 9, n. 1, p. 3-18, 1981.

CARVALHO, Nelson; KASSAI, José Roberto. **Relato integrado: a próxima evolução contábil**. São Paulo: FEA-SUP, 2013.

CHENG, Beiting; IOANNOU, Ioannis; SERAFEIM, George. Responsabilidade social corporativa e acesso ao financiamento. *Strategic Management Journal*, 2014.

DALMÁCIO, F. Z., LOPES, A. B. & SARLO Neto, A. **Uma análise da relação entre governança corporativa e acurácia das previsões dos analistas do mercado de capitais brasileiro**. In: **Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis**, 4, 2009. Natal: ANPCONT, 2009.

ECCLES, R. G.; KRZUS, M. P. **Relatório único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2011.

ECCLES, R. G.; SERAFEIM, G. **A table of two stories: sustainability and the Quarterly Earnings Call**. *Applied Corporate Finance*, v. 25 n. 3, p. 8-19, 2013. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jacf.12023/abstract>. Acesso em: 15 mar. 2020.

FIELDS, T.D.; LYS, T.z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, [S. l.], ano 2001, v. 31, n. 3, p. 255-307, 2001.

FREEMAN, C. **Technology policy and economic performance: lesson from Japan**. London, Frances Pinter, 1987.

FRÍAS-ACEITUNO, J. V; RODRÍGUEZ-ARIZA, L.; GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M. Is integrated reporting determined by a country's legal system? An exploratory study. *Journal of Cleaner Production*, [S. l.], n. 44, p. 45-55, 2013.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). **The International Framework**, 2013. Disponível em: <http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THEINTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

JENSEN, M. **The modern industrial revolution, exit, and the failure of internal control systems**. *Journal of Finance*, v. 48, n. 3, p. 831-880, 1993.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, Leandro. **Como os relatórios contábeis podem auxiliar na gestão da sua empresa**, [S. l.], 2 ago. 2015. Disponível em: <https://capitalsocial.cnt.br/relatorios-contabeis/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SAYURI, Cinthia. **O que são relatórios contábeis e por que eles são importantes?** [S. l.], 2 abr. 2010. Disponível em: <https://www.diretocontabilidade.com.br/o-que-sao-relatorios-contabeis/#>. Acesso em: 2 jul. 2020.

TRADEMAP. **Governança corporativa na B3**. [S. l.], 2 ago. 2019. Disponível em: <https://trademap.com.br/governanca-corporativa-na-b3/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

VIEIRA, S.P.; MENDES, A.G.S.T. **Governança corporativa: uma análise de sua evolução e impactos no mercado de capitais brasileiro**. *Revista do BNDES*, v. 11, n. 22, p. 103-122, dez. 2004.

WATTS, Ross L. Accounting Choice Theory and Market-Based Research in Accounting. *British Accounting Review*, n. 24, p. 235-267, 1992.

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO HOSPITALAR¹

Tayná Alves Amaral²
João Wander Silva³

RESUMO: O presente trabalho tem como principal causa, mostrar a importância da contabilidade gerencial no planejamento estratégico da gestão hospitalar. Tem como objetivo, comprovar que a contabilidade gerencial é necessária e fundamental dentro do planejamento estratégico da organização. Para que fosse possível, foi necessário o recolhimento de relatórios gerenciais de um hospital situado na cidade de Patos de Minas, com o intuito de analisar os já utilizados na empresa e, por fim, poder dar sugestões que possam acrescentar na administração do hospital. Mediante o estudo, foi possível notar que o hospital conta com uma ótima estrutura e com uma direção impecável, com um plano de ação estratégico em aplicação estando em constante busca de melhores resultados e em ser referência na cidade e em todo o triângulo mineiro.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade gerencial, gestão, planejamento, Resultados.

ABSTRACT: The main purpose of this paper is to show the importance of management accounting in the strategic planning of hospital management. It aims to prove that management accounting is necessary and fundamental within the organization's strategic planning. To make it possible, it was necessary to collect management reports from a hospital located in the city of Patos de Minas, in order to analyze those already used in the company and, finally, to be able to give suggestions that they can add to the hospital's administration. Through the study, it was possible to notice that the hospital has an excellent structure and an impeccable direction, with a strategic action plan in place being in constant search for better results and to be a reference in the city and throughout the mining triangle.

KEYWORDS: Management accounting, management, planning, Results.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade gerencial é definida como o conjunto de processos, técnicas e demonstrações contábeis que após análise, fornecem informações de grande importância para o processo de tomada de decisão nas empresas. O papel do contador neste processo é essencial para a análise dos balanços e estatísticas, pois assim ele tem a capacidade de sugerir mudanças que podem impactar positivamente o negócio, conseqüentemente, diminuindo custos e aumentando a receita. Além disso, pode também sugerir estratégias de tributação mediante seu contato com impostos e regulamentações, podendo auxiliar em medidas seguras e coerentes com o negócio (CREPALDI A., CREPALDI S., 2019).

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de graduação 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: tayna.amaral01@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Diretor executivo do UNIPAM. E-mail: jwander@unipam.edu.br.

Com isso, o ponto forte da contabilidade gerencial é o uso da informação contábil para os administradores, pois essas informações auxiliam diretamente no planejamento estratégico da organização de forma a mostrar a necessidade de um sistema gerencial contábil eficiente. No sistema gerencial contábil seu objetivo é conter todos os detalhes de todas as unidades da empresa, gerando relatórios valiosos para o administrador. Mas para isso, há toda uma estrutura a ser desenvolvida na empresa e com os colaboradores responsáveis por este sistema (IUDÍCIBUS, 2020).

Como esse sistema de contabilidade gerencial e de controle oferece dados detalhados, sua aplicação na prática entra diretamente no planejamento estratégico da empresa e no seu futuro. Planejamento estratégico é o processo de traçar planos, metas e objetivos do futuro, de forma a demonstrar o impacto das decisões feitas na gestão hoje. Sendo assim, este trabalho teve a finalidade de mostrar a importância da informação gerencial contábil e o quanto ela está interligada ao planejamento estratégico da organização, analisando o sistema gerencial existente e possíveis alterações capazes de facilitar esse processo.

Nesse contexto foi formulado o seguinte problema de pesquisa: O sistema de contabilidade gerencial e de controle pode fornecer informações gerenciais capazes de formular estratégias para a busca de resultados melhores?

O projeto de pesquisa teve como justificativa a importância de a visão do contador ir além de apenas entender as demonstrações contábeis e tributações, mas ter a voz e a capacidade de auxiliar nos projetos dando sugestões e posicionamentos, sendo assim participando cada vez mais ativamente nas questões gerenciais e nas decisões da organização. Para desenvolver um sistema de contabilidade gerencial e de controle é necessário um sistema bem estruturado. Com isso, pretende-se analisar seu desenvolvimento e sua capacidade de conter informações de grande valia tanto para o gestor quanto para seus colaboradores.

Para isso, é viável analisar os projetos atuais, as metas e objetivos traçados pela organização, sua conduta, suas fraquezas, oportunidades do mercado e seus concorrentes. Sendo assim, pode-se compreender sua estratégia e possíveis formulações de novas a fim de buscar sucesso e lucratividade.

Mediante o exposto foi definido como objetivo geral comprovar que a contabilidade gerencial é fundamental no planejamento estratégico e na tomada de decisão. Para cumprir com o objetivo geral serão executados os seguintes objetivos específicos: Identificar a política de divisão dos setores da organização; Colher todos os relatórios que são de uso do gestor para análise; Verificar a existência de sistema de contabilidade gerencial e de controle; Identificar no material a necessidade de relatórios não existentes que possam contribuir com a empresa; Construir uma análise sobre todos os dados coletados e sugerir relatórios não existentes que possam agregar na gestão.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A Empresa Alfa - Ltda não autoriza a divulgação de informações e dados coletados em sua organização, na elaboração do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), realizado pela pesquisadora, com objetivos de preservação dos dados, não sendo aceito publicação e/ou divulgação em veículos acadêmicos. Sendo assim, foram apresentados

dados fictícios, porém os documentos utilizados para desenvolver o trabalho são reais. A empresa é de natureza jurídica, tributada pelo regime do Lucro real. A empresa deu início às suas atividades em 08/12/1944, localizada em Patos de Minas, apresenta grande referência no ramo de serviços hospitalares e fornece serviços de alta qualidade no Alto Paranaíba e noroeste de Minas Gerais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 INFORMAÇÃO GERENCIAL CONTÁBIL

A contabilidade gerencial é uma ferramenta de análise das informações operacionais e financeiras a fim de auxiliar os administradores. “Sistemas gerenciais contábeis produzem informações que ajudam [...] a tomar decisões e aperfeiçoar os processos e desempenhos de suas empresas” (ATKINSON *et al.*, 2000, p.36). A informação gerencial contábil é o princípio que norteia a tomada de decisão e o controle das organizações. Além disso, ela mede o desempenho econômico onde é ligada a estratégia.

Para Padoveze (2010), a informação gerencial contábil é uma ferramenta bastante útil para os administradores, pois possui detalhes informacionais capazes de orientar na busca por excelência empresarial. A informação para ser valiosa deve ser desejada. O contador gerencial é aquele que tem consciência do que é necessário para atender as necessidades. Atkinson *et al.* (2000) diz que os sistemas de contabilidade gerencial bem desenvolvidos oferecem informações precisas e a tempo de possíveis ações e decisões importantes.

3.2 DIFERENÇAS ENTRE CONTABILIDADE GERENCIAL E CONTABILIDADE FINANCEIRA

A contabilidade Financeira é o processo de desenvolvimento dos demonstrativos financeiros, as informações econômicas de uma empresa, que são dirigidas para propósitos externos: acionistas, credores (bancos, fornecedores) e autoridades governamentais. A informação contábil financeira comunica aos agentes externos a saúde da organização, as falhas e melhorias em seus processos mediante relatórios obrigatórios. Com isso, a contabilidade financeira é movida a seguir regras e condutas que vão desde os lançamentos em diário até os procedimentos que geram os demonstrativos financeiros.

Em contraste, a contabilidade gerencial fornece as informações econômicas para o pessoal interno: funcionários, gerentes e executivos. Os administradores que elaboram sistemas, processos que levam a informação aos seus funcionários, não apenas sobre seus recursos organizacionais, mas também sobre seus clientes, produtos e serviços. Os funcionários tendo ciência sobre essas informações gerenciais serve de auxílio e incentivo na melhoria da qualidade das operações, redução dos custos operacionais e aumento na adequação das operações às necessidades dos clientes (CREPALDI A., CREPALDI S., 2019).

3.3 NATUREZA DOS SISTEMAS DE CONTROLE GERENCIAL

A natureza dos sistemas de controle gerencial se baseia em três atividades que segundo Anthony e Govindarajan (2002) se relacionam entre si criando o produto final que significa o resultado mediante as funções de planejamento e controle.

3.3.1 Abrangência do controle gerencial

O controle gerencial é uma das etapas de planejamento e formulação de estratégias que ocorrem na empresa. Cada tarefa exige planejamento e controle, ambas são de grande importância no controle gerencial, diferenciando apenas pelo tipo das atividades. O planejamento está mais relacionado na criação de estratégias e o controle está mais relacionado no controle dos processos e tarefas. Com isto, Anthony e Govindarajan (2002, p. 33) definem o controle gerencial como “o processo pelo qual os executivos influenciam outros membros da organização, para que obedeçam às estratégias adotadas”. O objetivo do controle gerencial é poder visualizar se as estratégias estão sendo obedecidas.

3.3.2 Formulação de estratégias

A formulação de estratégias é o planejamento pelo qual são definidos os objetivos da organização e como alcançá-los. Uma organização é ativa sempre com um conjunto de estratégias e conseqüentemente o surgimento de riscos e oportunidades. A diferença entre a formulação de estratégias e o controle gerencial é que a formulação de estratégias está ligada ao processo de desenvolvimento de estratégias e o controle gerencial é o processo de implementação de estratégias e a obediência a elas. Inicialmente, a proposta de desenvolvimento das estratégias varia conforme o momento, seguindo os objetivos propostos (ANTHONY, GOVINDARAJAN, 2002).

3.3.3 Controle de tarefas

O controle de tarefas é o processo de conferência se as tarefas estão sendo realizadas de forma eficiente e eficaz, de forma individualizada. Isso se diz respeito a parte operacional, se as atividades estão sendo cumpridas e se estão seguindo as regras conforme estabelecido. São utilizados máquinas, sistemas e computadores que são necessários para controle ao menos que a tarefa tenha que ser feita precisamente por pessoas, por se tratar de ser algo mais confiável. A principal diferença entre o controle gerencial e o controle de tarefas é que o controle gerencial tem ênfase nas unidades organizacionais e o controle de tarefas está direcionado às tarefas executadas pelas unidades operacionais (ANTHONY, GOVINDARAJAN, 2002).

3.4 FUNÇÕES DA CONTABILIDADE GERENCIAL

Conforme o nível organizacional, o acesso à informação gerencial contábil diversifica. No nível operacional, onde a matéria-prima é transformada no produto final

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO HOSPITALAR

para chegar ao cliente, a informação é necessária para melhorar e controlar os processos. Com isso Atkinson *et al.* (2000) observou que à medida que sobe o nível da hierarquia a informação se torna mais agregada, mais financeira e econômica que física. Os gerentes, por exemplo, fiscalizam e supervisionam o trabalho e tomam decisões sobre os produtos, serviços, clientes, ou seja, recursos físicos e financeiros. Com isto, usam as informações para auxiliar na elaboração de planos melhores de acordo com seus interesses.

No ponto mais alto da hierarquia que se diz sobre os executivos da empresa, recebem a informação gerencial contábil a fim de apoiar as decisões que têm consequências a longo prazo para a organização. Utilizam essas informações para decisões estratégicas para avaliar os efeitos econômicos sobre a empresa. Com isso, os executivos recebem a informação com menor frequência já que está diretamente ligado ao estratégico em vez do operacional (ATKINSON *et al.*, 2000).

3.5 MODELO DE GESTÃO

O modelo de gestão é o conjunto de normas e condutas que orientam os gestores nas decisões para o cumprimento da sua missão com eficácia. Padoveze (2005, p. 26) descreve o modelo de gestão ideal com a seguinte estrutura:

- O processo de gestão do sistema empresa: Planejamento, execução, controle.
- A avaliação de desempenho das áreas e dos gestores: Responsabilidade pelos resultados das áreas de suas responsabilidades.
- O processo decisório: Centralização ou descentralização.
- O comportamento dos gestores: Motivação – empreendedores.

No modelo de gestão existem três importantes aspectos para desenvolver a visão geral da empresa e na elaboração do planejamento estratégico: Missão, visão e valores. A missão da empresa é o propósito, definindo o que ela faz, qual sua atividade, seu mercado, seu diferencial e seu papel em relação à concorrência. Também apresentar as conquistas que a empresa quer adquirir, seu valor e utilidade. A visão é a jornada da empresa, onde ela quer chegar, o caminho para o seu futuro. E por fim, os valores que são as crenças e os princípios que norteiam as suas atividades e ações (PADOZEVE, 2005).

3.6 SISTEMAS DE CONTABILIDADE GERENCIAL E DE CONTROLE E CIÊNCIA COMPORTAMENTAL

As metas do sistema de contabilidade gerencial e de controle (SCGC) descritas por Atkinson *et al.* (2000, p. 763) são as seguintes:

- Auxiliar a empresa a planejar o futuro;
- Monitorar os eventos do ambiente externo e seus efeitos no projeto e funcionamento do SCGC;
- Medir e registrar os resultados das atividades que ocorrem dentro da empresa para assegurar que os tomadores de decisão estejam bem informados;
- Motivar aquelas pessoas e grupos que são afetados e que afetam o SCGC;
- Avaliar o desempenho dos funcionários e grupos da empresa.

Essas metas estão diretamente envolvidas com as pessoas, embora atualmente os estudiosos da área contábil tenham estudado e desenvolvido o comportamento organizacional, e aprendido como colocar essas práticas na contabilidade gerencial das empresas. Com isso, essas ideias são importantes e necessárias para uma análise dos funcionários, seu desenvolvimento em grupo, como são motivados e acompanhar suas ações (ATKINSON *et al.*, 2000).

3.7 CARACTERÍSTICAS DE UM SISTEMA DE CONTABILIDADE GERENCIAL E DE CONTROLE BEM PROJETADO

Primeiramente um SCGC, deve ter uma estrutura técnica e global que permita flexibilidade nos grupos ou unidades operacionais da empresa e evolua de forma contínua. Com isso, desenvolve uma perspectiva para o projeto, que seja dinâmico e consistente e que permita ajustes e melhorias. Logo após, incorpora-se o código de ética e conduta da empresa a fim de, implantar o projeto para um bom comportamento.

O desenvolvimento e uso das informações seja qualitativa ou quantitativa é usada para controle, motivação e monitoramento do desempenho. Em seguida, a interação do funcionário no projeto é de suma importância para compreender como o sistema funciona, como ele interpreta as informações e quais decisões deve tomar. E, por fim, desenvolver sistemas de recompensas ligadas ao bom desempenho promovendo a motivação e coerência de metas pessoais e os da empresa (ATKINSON *et al.*, 2000).

3.8 CONCEITO DE ESTRATÉGIA

De forma geral, o consenso que chega em conceito de estratégia descrito por Anthony e Govindarajan (2002, p. 92) é “estratégia descreve a direção geral em que uma organização planeja mover-se para atingir seus objetivos”. Sendo explícita ou não, toda organização tem estratégias. A empresa analisa suas capacidades e formula suas estratégias conforme as oportunidades do mercado. O processo de decisão cabe à alta administração avaliando os pontos fracos e fortes da organização de acordo com seus fundamentos e capacidades juntamente com os riscos e oportunidades existentes.

3.9 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Planejamento é a primeira etapa do processo de gestão. Segundo Padoveze (2005, p. 28) “planejamento é a definição de um plano para ligar uma situação desejada com a situação atual”. Planejar é necessário e de grande importância para uma organização. O planejamento faz referência ao futuro. Anthony e Govindarajan (2002, p. 382) definem planejamento estratégico como “o processo pelo qual se decidem os programas que a empresa adotará e a quantidade aproximada de recursos que a empresa reservará para cada um desses programas, nos vários anos seguintes”. A formulação de estratégia e o planejamento estratégico têm definições distintas, onde formular é o processo de desenvolver uma estratégia e o planejamento estratégico é como implementar uma estratégia.

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO HOSPITALAR

O planejamento estratégico é sistemático, porém a 50 anos atrás, as empresas se preocupavam apenas com o planejamento a longo prazo, mas não era de forma sistemática. Algumas empresas adotaram esses sistemas de planejamento estratégico só no fim da década de 1950, porém com fracasso. Esses sistemas eram fracos na elaboração de orçamentos, por conta da burocracia com preenchimento de formulários e afins. Atualmente, as empresas já utilizam das vantagens da elaboração de planos para daqui a cinco anos, por exemplo. Os planos atuais têm menos detalhes que aqueles usados na década de 1950 (ANTHONY, GOVINDARAJAN, 2002).

O processo do planejamento estratégico é preparado pela alta administração juntamente com os executivos das unidades e dos centros de responsabilidade, mas em algumas empresas o responsável é a controladoria. Um plano estratégico geralmente é composto num período de cinco anos, pois é suficiente para mostrar o impacto das decisões. Dependendo das decisões e das consequências, há empresas que desenvolvem planos para até 20 anos.

4 METODOLOGIA

A metodologia é um estudo sobre os métodos, caminhos, formas de análises necessárias para o desenvolvimento de um trabalho científico. A metodologia de pesquisa para Oliveira (2008) se inicia desde a intenção de uma suposta ideia de um determinado tema para pesquisa até a análise de dados sobre essa pesquisa e por fim sua resolução do problema identificado. De forma simplificada, Andrade (2017) define como metodologia o conjunto de métodos ou caminhos que são trilhados para a obtenção do conhecimento, geralmente analisados em prol de solucionar um problema em questão.

Assim, a metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, webliográfica, descritiva e quali-quantitativa. Para realizar este projeto de pesquisa utilizou-se a revisão bibliográfica nas áreas da contabilidade gerencial e de controle a fim de comprovar sua importância juntamente com o planejamento estratégico. Com isso, foram analisadas várias obras entre artigos, livros e internet que abordam esses assuntos em questão, fazendo com que fosse possível o desenvolvimento do trabalho.

A pesquisa bibliográfica é considerada um dos métodos mais utilizados para este tipo de pesquisa, pois se trata da análise das obras contidas em livros e revistas. Para Nascimento (2012, p. 27) “a pesquisa bibliográfica pressupõe a consulta a um número variado de obras que abordam o mesmo assunto para que o autor-aluno tenha a oportunidade de verificar como são diversificadas as opiniões sobre ele”. A partir da leitura e do contato com este tipo de pesquisa o autor pode desenvolver argumentos e posições sobre o assunto.

A pesquisa descritiva é um método de estudo que tem o objetivo de descrever como, por exemplo, as características de determinada população ou determinado fenômeno. Vergara (1998, p.45) define que:

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de

explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

E por fim, a pesquisa tipo quali-quantitativa, que significa que terá os dois tipos qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa é uma metodologia mais subjetiva, ou seja, os resultados não têm contabilização numérica exata, e sim um aprofundamento e compreensão de algo. Este tipo tem como objetivo buscar explicar o porquê de algo, sem quantificar, podendo expressar sua opinião sobre determinado assunto. Ao contrário, a pesquisa quantitativa tem como objetivo dados numéricos, que serão analisados e transformados em estatísticas. Portanto, a pesquisa quali-quantitativa faz uso dos dois tipos para uma análise mais aprofundada sobre o tema proposto. Os dois tipos em conjunto são complementares, pois a quantitativa faz o levantamento de dados e a qualitativa demonstra a possibilidade da explicação dos resultados.

Para desenvolver este trabalho foi feito uma lista dos possíveis relatórios gerenciais necessários para a contabilidade e para o gestor. Logo após verificado os setores responsáveis por fornecer essas informações, e assim foi colhido todos os relatórios para fins de análise e dissertação sobre sua contribuição para o planejamento estratégico da organização em estudo⁴.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este tópico faz referência a todas as informações colhidas de relatórios gerenciais de um hospital, e, conseqüentemente, a análise e a dissertação sobre os resultados obtidos conforme objetivos expostos. Os relatórios gerenciais são documentos que disponibilizam informações valiosas, capazes de orientar e dar suporte no planejamento e nas decisões. Vale ressaltar, que esses relatórios são de suma importância para o gestor, e são capazes de expor a visão de como estão os processos dentro da empresa, permitindo visualizar redução de custos, despesas e até aumento nos lucros.

5.1 RELATÓRIO DE ATENDIMENTOS POR PROCEDIMENTO

Neste relatório contém os procedimentos realizados pela organização de forma geral, sendo eles: atendimento ambulatorial, pronto atendimento, atendimento externo e interno. A separação é feita por setores sendo esses: cirurgia geral, cirurgia plástica, reumatologia, clínica médica, exames, ginecologia, neurologia, obstetrícia, oftalmologia, ortopedia, pediatria, urologia, otorrino e outros. O relatório é dividido por especialidades, e a soma seria o valor total por procedimentos diários feitos no hospital. O objetivo deste tipo de relatório de atendimento é mostrar sua demanda diária, e poder ter visão de qual procedimento ele oferece que gera mais números em questão de quantidade para o hospital.

Após análise, foi compreendido que de todos esses procedimentos que o hospital oferece, o setor de exames é o que gera mais retorno em questão de quantidade,

⁴ Disponível em: <https://projetoacademico.com.br/pesquisa-quali-quantitativa/>. Acesso em: 15 mai. 2020.

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO HOSPITALAR

em seguida os atendimentos de consultas com clínico em pronto atendimento, e em terceiro as consultas ortopédicas de pronto atendimento. Com este tipo de relatório pode ser montado facilmente um gráfico demonstrativo que deixa até mais prático a visão das diferenças de cada procedimento em determinado período.

5.2 RELATÓRIO DE FATURAMENTO POR SETOR

O relatório de faturamento por setor é composto por todos os setores de atendimento do hospital. Nele contém quantidades e valor monetário divididos da seguinte forma: Apartamentos, berçário, centro cirúrgico, centro obstétrico, densitometria óssea, endoscopia/ colonoscopia, enfermaria térreo, farmácia central, IMAC, laboratório, mamografia, métodos gráficos, observação PA (pronto atendimento), pronto atendimento, raio x, ressonância magnética, sala recuperação, suítes, tomografia computadorizada, UTI, ultrassom procedimentos, ultrassom 1, ultrassom 2. Diante de todos os setores é apresentado a quantidade de diárias, contas, exames, pacientes, repasse hospitalar em valor e repasse médico em valor. Este tipo de relatório é apresentado para ter informação de quantidade x valor adquirido sendo de suma importância por apresentar um breve resumo de faturamento de forma individual de cada setor.

5.3 RELATÓRIO FATURAMENTO DE CONVÊNIOS

Assim como o Relatório de faturamento por setor, este é composto da mesma maneira, porém apresenta o faturamento dos convênios que são atendidos pelo hospital. Desta forma, são separados por ordem alfabética e agrupados por números de diárias, contas, exames, paciente e valor faturado. Este relatório auxilia os profissionais responsáveis por faturar as contas dos respectivos convênios tendo a visão do valor a receber. Além disso, com este relatório pode-se tirar conclusões sobre a demanda de cada convênio sobre quantidade e sobre montante em valores.

5.4 RELATÓRIO DE ESTOQUE ALMOXARIFADO CENTRAL E COMPRAS

Nestes relatórios são expostos todos os materiais disponibilizados no almoxarifado central e setor de compras, respectivamente. Todos os itens estão em ordem alfabética constando quantidade, unidade de medida, valor unitário e valor total. Este é um relatório responsável por apresentar o saldo em estoque tanto em quantidade quanto em valor monetário. Com isso, é feito o controle de estoque dos dois setores, além de facilitar os processos de compras e negociações ao fornecedor e na reposição destes materiais.

5.5 RELATÓRIO DE ESTOQUE FARMÁCIA

Assim como o relatório de estoque de materiais, o relatório da farmácia segue o mesmo modelo. São lançadas todas as medicações e materiais disponibilizados na farmácia, sendo separada por quantidade, unidade de medida, valor unitário e valor

total. Com este relatório o setor de farmácia tem toda a informação sobre seu estoque e consegue ter controle de quantidade e reposição dos mesmos.

5.6 BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial é além de um relatório, ele é uma das demonstrações financeiras mais importantes da contabilidade e da empresa. Segundo Marion (2005, p. 42):

É a principal demonstração contábil. Reflete a Posição Financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano de um período prefixado. É como se tirássemos uma foto da empresa e víssemos de uma só vez todos os bens, valores a receber e valores a pagar em determinada data.

A Resolução n 686/90, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na NBC T 3.2, item 3.2.1 diz que, “o balanço patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, em uma determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade”. O balanço do hospital em estudo é feito trimestralmente e consta no ativo todos os seus bens e direitos e no passivo suas obrigações com terceiros e patrimônio líquido, podendo analisar seu crescimento ou não de suas contas financeiras.

5.7 DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

A DRE é uma demonstração que mostra de forma resumida as operações feitas pela organização. Nela contém as receitas, despesas, custos, investimentos, entre outros, de forma a moldar o resultado líquido da empresa. Para Santos e Veiga (2014) a DRE é de suma importância e relevância administrativa, pois traz de forma clara em sua estrutura todos os lançamentos que envolvem receitas, despesas além de conter os tributos que incidem nas vendas. Com a DRE é possível através da análise vertical compreender por exemplo, qual a porcentagem dos custos em relação às receitas facilitando a visão sobre o aumento e a redução desses custos em relação às vendas.

5.8 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ORGANIZAÇÃO

Como a parte de planejamento é de forma sigilosa, foi feita uma entrevista com o administrador atual do hospital para agregar a este projeto. Cezar Augusto Tanoeiro é Administrador Geral Hospitalar, formado em Ciências Contábeis pela Universidade de Braz Cubas, Pós-graduado em Controladoria pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e MBA Gestão em Saúde pela Fundação Getúlio Vargas. Tem experiência sólida de 18 anos nas áreas Administrativa, Controladoria, Finanças, em diversas empresas conceituadas no ramo da saúde, tais como: Fundação Faculdade de Medicina, Instituto de Reabilitação Lucy Montoro, Instituto de Medicina Física e Reabilitação,

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO HOSPITALAR

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo,
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

1. Como o senhor descreve e avalia o perfil do profissional contábil atualmente?

“O profissional de contabilidade hoje deve ser informatizado, atualizado sempre. É de suma importância estar atualizado no CFC (Conselho Federal de Contabilidade) principalmente nas partes fiscais e na previdência por estar em alteração constante. O profissional hoje tem um perfil totalmente diferenciado do profissional do passado que era mais conservador e havia menos recursos. Hoje temos acesso fácil e rápido à informação digital, cabe a nós buscar sempre mais conhecimento na área”.

2. Qual o papel deste profissional hoje nas organizações?

“O profissional de contabilidade além de apurar resultados ele dá suporte para as outras áreas. Dentro do planejamento estratégico ele atuando no financeiro ou na contabilidade ele tem papel importantíssimo, pois é ele que através das demonstrações contábeis auxilia na tomada de decisão correta. Hoje ele atua não somente na contabilização, mas no processo de planejamento e também na parte orçamentária do projeto”.

3. A contabilidade gerencial é importante no processo de tomada de decisão? Você como gestor acredita que a contabilidade gerencial auxilia na gestão?

“A contabilidade gerencial ela faz parte do planejamento estratégico com isso tem papel fundamental dentro da tomada de decisão da empresa e na parte orçamentária. Hoje aqui no hospital nós contamos com uma contabilidade terceirizada, mas estamos em processo de troca para uma contabilidade mais informatizada nos processos, pois quero a informação contábil mais próxima, quero que o profissional participe dos processos de fechamento. Vamos implantar um profissional aqui meio período terceirizado para que facilite no financeiro e nos custos”.

4. Hoje como está o desenvolvimento do planejamento estratégico aqui do hospital?

“Hoje o hospital não consta com um planejamento estratégico. Estamos no momento de análise interna para viabilidade de planejamento estratégico com uma proposta de longo prazo para 36 meses. Geralmente empresas grandes fazem planejamento estratégico para 5 anos. No nosso caso, considerando que temos uma gerência de 2 em 2 anos, vamos desenvolver para 3 anos. Esse primeiro ano é somente revisão de processos, depois vamos começar a desenvolver o planejamento que deve ser feito pelas necessidades do hospital como ampliação de leitos, aumento de produção, aumento de serviço,

renegociação com convênios. O planejamento estratégico é importante para trazer resultados concisos para a instituição, pois abrange o hospital como um todo, ou seja, a união de todos os setores em prol de conquistar a missão imposta”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os relatórios gerenciais de um hospital, a fim de demonstrar a importância da contabilidade gerencial no planejamento estratégico. O hospital utilizado para análise preferiu não divulgar seus dados, mas confirma a veracidade dos valores apresentados. Após recolher todas as informações necessárias para análise e dissertação pode notar que o hospital é composto de uma grande estrutura e consta com nova direção.

Mesmo com a troca recente do sistema de gestão, pode-se notar a organização e as constantes melhorias. Há relatórios gerenciais que não foram disponibilizados por estarem com setores em formação e aplicação como o Centro de custos e de patrimônio, pois esse serviço era feito por consultoria externa. O relatório de fluxo de caixa, despesas e até mesmo informações sobre planejamento estratégico são informações sigilosas e não foram disponibilizadas para análise.

O problema de pesquisa imposto e o objetivo geral citados nesse projeto de pesquisa foram alcançados e confirmados. No hospital, possui um sistema de gestão Tasy capaz de conter informações e gerar relatórios que já auxiliam diretamente a gestão nos projetos. Sobre o planejamento estratégico, já está sendo avaliado e discutido para implantação. Diante disto, foi sugerido juntamente ao administrador geral a importância do setor de custos e o quanto obter informações contábeis do profissional contábil traz interpretações valiosas para a organização.

Mediante o exposto, este projeto foi de grande valia por apresentar o quanto o profissional contábil é necessário hoje nas organizações. Suas interpretações trazem consigo informações de suma importância para todos os processos da administração. Com isso, fica como sugestão de trabalhos futuros, analisar financeiramente a contabilidade gerencial e seu impacto nos projetos estratégicos, analisando a sua capacidade de redução de custos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ANTHONY, Robert N; GOVINDARAJAN, Vijay. **Sistemas de Controle Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2001.

ATKINSON, Anthony A. *et al.* **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 686, de 14 de dezembro 1990**. Dispõe sobre conceito, conteúdo, estrutura e nomenclatura das demonstrações

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL NO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO DA GESTÃO HOSPITALAR

contábeis. Disponível em: www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_686.doc. Acesso em: 02 out. 2020.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial: da teoria à prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 11. ed. Atlas. São Paulo, 2005.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação**. São Paulo: Thomson, 2003.

PESQUISA Quali-Quantitativa: Veja como fazer, conceito, o que é e definição. **Projeto Acadêmico**, 2019. Disponível em: <https://projetoacademico.com.br/pesquisa-quali-quantitativa/>. Acesso em: 15 maio 2020.

SANTOS, Fernando de Almeida; VEIGA, Windsor Espenser. **Contabilidade: com ênfase em micro, pequenas e médias empresas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE JORNADA DOS MOTORISTAS E O NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A LEI 13.103/2015 EM UMA EMPRESA DE LATICÍNIOS DE PATOS DE MINAS¹

Felipe Augusto Duarte Rodrigues²
Wânia Alves Ferreira Fontes³

RESUMO: Os motoristas se tornaram uma classe cada vez mais requisitada no país, devido ao aumento do transporte de cargas. Foi necessário a criação de uma Lei que regulamenta a carga horária da profissão, a Lei 13.103/2015. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica, com quantitativa e qualitativa. Os dados foram obtidos nos meses de setembro e outubro de 2020. Após a entrevista percebe-se a importância do controle de jornada para os trabalhadores desse setor.

PALAVRAS-CHAVE: Controle de Jornada. Lei. Motoristas.

ABSTRACT: Drives have become a class increasingly in demand in the country due to the increase in cargo transport. It was necessary to create a Law that regulated the workload of the profession, Law 13.103/2015. Bibliographic, quantitative and qualitative research was used. They were obtained in the months of september and october 2020. After the interview, the importance of working hours control for workers in this sector is perceived.

KEYWORDS: Journey Control; Law. Drives.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a principal forma de transporte de cargas é por meio de caminhões, eles são responsáveis por transportar praticamente tudo que usufruímos no nosso dia-a-dia, desde um tênis ao alimento que chega à nossa mesa. No ano de 2018, em busca de melhorias para a profissão, grande parte dos caminhoneiros do Brasil entraram em greve, foi instaurado um pequeno caos no país, pois a mercadoria não chegava ao comércio, e por consequência faltava à população, devido a redução da oferta e o aumento da demanda, alguns produtos tiveram seus preços na altura, o exemplo mais comum foi a gasolina.

Atualmente, a profissão de motorista é regulamentada pela Lei 13.103/2015 que estabelece normas para regulamentar a rotina do motorista, essa Lei trouxe importantes mudanças para a profissão, em virtude do exposto o objetivo geral deste trabalho foi de demonstrar a importância do controle de jornada de motorista dentro de uma empresa e verificar o nível de satisfação dos gestores e do motorista em relação às mudanças ocorridas. Este trabalho teve como objetivos específicos: identificar os motivos e a importância de se fazer o controle de jornada dos motoristas, descrever as mudanças que ocorreram com a lei 13.103/2015 em relação a jornada e realizar uma pesquisa de campo

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 6º período do curso de Administração do UNIPAM.

³ Professora orientadora.

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE JORNADA DOS MOTORISTAS E O NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A LEI 13.103/2015 EM UMA EMPRESA DE LATICÍNIOS DE PATOS DE MINAS

através de um questionário, a fim de verificar o nível de conhecimento dos colaboradores em relação a lei 13.103/2015 e sua opinião em relação a importância do controle de jornada dos motoristas.

O presente trabalho justifica-se pela falta de conhecimento acerca da lei pelos motoristas, que após a famosa greve de 2018, voltou a ser discutida e questionada. O tema foi escolhido por se tratar de uma classe de extrema importância para o mercado mundial, é importante que seja de conhecimento geral como é feito o controle de horário dessa profissão e os benefícios que esse controle pode trazer, tanto para o empregado, quanto para o empregador.

Diante dessa nova legislação se faz os seguintes questionamentos: qual o nível de conhecimento dos diretamente afetados em relação às mudanças trazidas pela lei 13.103/2015 e qual a importância do controle de jornada dos motoristas em uma empresa?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO

A empresa é de natureza jurídica, tributada pelo regime do Simples Nacional. Deu início às suas atividades em 1993, em Campo Belo – MG e hoje está localizada na cidade de Patos de Minas - MG, a empresa apresenta grande destaque no ramo de comercialização e laticínios em todo o país, garantindo a preservação das propriedades nutricionais e a segurança alimentar dos alimentos, bem como entregas rápidas e eficientes.

2.2 RELAÇÕES TRABALHISTAS

As relações trabalhistas, de forma breve, podem ser definidas como a relação entre empregador e empregado. Jorge Neto e Cavalcante (2017, p. 60) definem relação de trabalho como sendo uma:

Relação jurídica em que o prestador dos serviços é uma pessoa natural, tendo como objetivo a atividade pessoal, subordinada ou não, eventual ou não, e que é remunerada (ou não) por outra pessoa natural ou pessoa jurídica. Portanto, relação de trabalho é o gênero, sendo a relação de emprego uma de suas espécies.

Empregador é aquele profissional, ou aquela empresa que tem a responsabilidade de contratar, é ele quem assume, assalaria e dirige o empregado contratado, o Decreto-Lei 5.452, de 01 de maio de 1943, declara que:

Art. 2º Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

§ 1º Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as

associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

Empregado é aquele que está à disposição do empregador, ele é o assalariado e é quem recebe as ordens, de acordo com o artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (1943), considera-se empregado:

Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Parágrafo único – Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

Haja vista o que foi apresentado, entende-se que a relação trabalhista é basicamente a relação entre partes que desejam servir e prestar algum tipo de trabalho. Os nomes usados para denominar tais partes são empregador e empregado, empregados são aqueles que oferecem mão-de-obra e empregadores são aqueles que contratam a mão-de-obra.

2.3 JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho nada mais é que o dia trabalhado do empregado, tendo em vista as horas trabalhadas, de acordo com o art. 4º CLT “considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada”.

Para Basile (2018, p. 164), “salvo previsão contratual, a jornada de trabalho do motorista empregado não tem horário fixo de início, de final ou de intervalos”. Tendo em vista a definição acima e com intuito de complementar.

2.4 CONTROLE DE JORNADA DOS MOTORISTAS

O controle de jornada é um instrumento já utilizado em todas as organizações como forma de controle de horas de seus funcionários e com a categoria dos motoristas não é diferente. O art. 2o, V, b, da Lei n. 13.103/2015, prevê que:

Art. 2o São direitos dos motoristas profissionais de que trata esta Lei, sem prejuízo de outros previstos em leis específicas:

V - se empregados:

b) ter jornada de trabalho controlada e registrada de maneira fidedigna mediante anotação em diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, ou sistema e meios eletrônicos instalados nos veículos, a critério do empregador.

Por se tratar de um funcionário que trabalha de forma externa, o motorista tem sua jornada registrada e controlada de uma forma diferente dos demais funcionários

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE JORNADA DOS MOTORISTAS E O NÍVEL DE
CONHECIMENTO SOBRE A LEI 13.103/2015 EM UMA EMPRESA
DE LATICÍNIOS DE PATOS DE MINAS

comuns de uma empresa. Com o intuito de esclarecer todos esses processos, Martinez (2019) diz que, o responsável pela guarda, preservação e exatidão das informações de seu controle de jornada é do motorista, visto que o mesmo é quem anota. Inclusive podendo ser vistoriada por um supervisor hierárquico, mas que não é necessariamente obrigatório e deve conter a assinatura do empregado, no caso do motorista.

2.5 LEI 13.103/2015

É fato que a profissão do caminhoneiro é de extrema importância no mundo, são eles os responsáveis por transportar praticamente tudo o que usamos no nosso dia a dia, como: alimentos, roupas e móveis. Desse modo, se tratando então de uma profissão crucial para a nossa vivência diária. Por ser uma profissão tão essencial em diversos âmbitos, há leis que os regulamentam e também os protegem. Conhecida popularmente como “lei dos motoristas”, o decreto-lei 13.103/2015, de 02 de março de 2015, em seu art 1º, declara que:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de motorista profissional, atendidas as condições e qualificações profissionais estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Integram a categoria profissional de que trata esta Lei os motoristas de veículos automotores cuja condução exija formação profissional e que exerçam a profissão nas seguintes atividades ou categorias econômicas:

- I - de transporte rodoviário de passageiros;
- II - de transporte rodoviário de cargas.

A implementação da lei trouxe várias mudanças, dentre elas em relação aos exames toxicológicos, agora os motoristas serão submetidos a exames toxicológicos no momento da admissão e desligamento da função, com direito à contraprova e confidencialidade dos resultados. Devem ser submetidos a exames com janela de detecção mínima de 90 dias e programa de controle do uso de drogas e de bebida alcoólica, instituído pelo empregador, com ampla ciência do empregado, pelo menos uma vez a cada dois anos e seis meses.⁴

Mesmo sendo uma lei que foi editada a 5 anos, ainda é de conhecimento mínimo entre a própria classe dos motoristas e também é pouco discutida nos meios que a abrangem. Suas mudanças envolvem alguns fatores importantíssimos da vida de um funcionário caminhoneiro, também tem impacto na organização e no seu controle de jornada. Suas principais modificações em relação ao controle de jornada foram: o controle e o registro, a jornada de trabalho, o tempo de direção e de espera e o descanso.

⁴ Disponível em: <https://www.appelsoft.com.br/blog/lei-do-motorista-fique-por-dentro-do-que-mudou-na-jornada-de-trabalho-de-motoristas/>. Acesso em: 25 mai. 2020.

3 METODOLOGIA

Para se alcançar os objetivos da pesquisa foram definidos procedimentos metodológicos. Segundo Nascimento (2012, p. 11), a metodologia é a aplicação do método para a aquisição de conhecimento e de como fazer ciência proporcionando caminhos alternativos, ferramentas e procedimentos. Para Jung (2004, p. 227) a metodologia é “um conjunto de técnicas e procedimentos que tem por finalidade viabilizar a execução da pesquisa, obtendo-se como resultado um novo produto, processo ou conhecimento”.

A pesquisa é do tipo descritiva, Costa e Costa (2001, p. 62) afirmam que a pesquisa descritiva “é a mais tradicional das pesquisas. Ela descreve as características de uma determinada população ou de um determinado fenômeno”.

Se trata de uma pesquisa também exploratória, de acordo com Gil (2008) o objetivo desse modelo de pesquisa é permitir que haja maior relação ao problema apresentado, o que resultará em um entendimento evidente para construção de hipóteses e desenvolvimento de novas ideias. Também é utilizado o método comparativo, pois o trabalho levou a compreender a realidade através da comparação, ou seja, identificar o que mudou e o que continuou semelhante na nova lei 13.103/2015.

Buscando atingir os objetivos propostos neste estudo, foram utilizadas fontes bibliográficas e webliográficas. A pesquisa webliográfica é aquela que utiliza a internet como meio de pesquisa, para Kauark; Manhães; Medeiros (2010, p. 58).

A internet representa uma novidade nos meios de pesquisa. Trata-se de uma rede mundial de comunicação via computador onde as informações são trocadas livremente entre todos. Sem dúvida, a Internet representa uma revolução no que concerne à troca de informação. A partir dela, todos podem informar a todos.

A abordagem utilizada neste trabalho de pesquisa foi quali-quantitativa, visto que, foram utilizados mecanismos estatísticos na análise de resultado. em relação a abordagem quantitativa, Richardson (1999, p. 79) afirma que ao contrário do quantitativo a pesquisa qualitativa não utiliza o emprego de ferramentas estatísticas como base do processo de análise de um determinado problema, afirmam que “na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo” (PRODANOV, FREITAS, 2013, p. 70).

A pesquisa foi realizada em uma empresa de laticínios de Minas Gerais, a unidade de pesquisa foi composta por 106 colaboradores da empresa, sendo os 99 caminhoneiros profissionais empregados pela empresa em questão, o gerente do setor diretamente ligado a pesquisa (Transporte/Logística), 6 funcionários e gestores que atuam na área em que será realizado o estudo. Essa escolha de amostra se deu, pois, são 146 os colaboradores diretamente envolvidos no controle de jornada. A amostragem de 106 colaboradores visou estabelecer uma confiança de 95%, com uma margem de 5% de

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE JORNADA DOS MOTORISTAS E O NÍVEL DE
CONHECIMENTO SOBRE A LEI 13.103/2015 EM UMA EMPRESA
DE LATICÍNIOS DE PATOS DE MINAS

erro na pesquisa, a fim de conseguir ter uma real noção do conhecimento acerca da lei 13.103/2015 e a importância do controle de jornada.

O critério de inclusão a ser adotado no questionário, será os funcionários da empresa de laticínio de Patos de Minas - MG que são afetados diretamente pela Lei 13.103/2015 e controle de jornada.

A coleta de dados foi realizada através de um questionário, que foi aplicado entre os meses de setembro e outubro de 2020. O setor escolhido para realização da pesquisa foi transporte/logística.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa, dividida em duas subseções, a primeira será demonstrada o conhecimento dos entrevistados em relação a Lei 13.103/2015, na segunda subseção, apresenta a percepção dos entrevistados em relação ao controle de jornada.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

O Quadro 3 vem mostrar o perfil dos profissionais que foram entrevistados, sendo que estes foram escolhidos por acessibilidade, os entrevistados serão identificados apenas por sua profissão, mantendo sigilo da sua identidade.

Quadro 1: Perfil dos entrevistados.

CARGO	QUANTIDADE	IDADE/MÉDIA
Motorista	99	41 anos
Gerente	1	36 anos
Supervisor	1	49 anos
Analista	3	34 anos
Assistente	2	22 anos

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Ao analisar o Quadro 1 é possível identificar que a maioria dos entrevistados são motoristas, e que a faixa etária média dos entrevistados varia entre 22 e 49 anos. Nota-se também que foram entrevistados profissionais com cargos distintos, isso para possibilitar a verificação do ponto de vista de cada setor frente às mudanças feitas pela Lei 13.103/2015.

4.2 RESULTADO DO QUESTIONÁRIO LEI 13.03/2015

O decreto-lei 13.103/2015, de 02 de março de 2015, em seu art 1º, ressalta que se trata de uma profissão de livre exercício e que a lei em questão se enquadra tanto em transporte rodoviário de passageiros, quanto de cargas, além claro, se aplica a quem exerce a função profissionalmente.

As primeiras questões aplicadas no questionário são voltadas aos conhecimentos dos colaboradores acerca da LEI 13.103/2015.

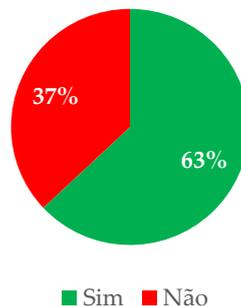
Gráfico 1: Quem conhece a Lei 13.103/2015 “lei dos motoristas”



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Observando o gráfico percebe-se que a maior parte dos entrevistados tem conhecimento da “Lei dos motoristas”, totalizando 57%, porém 30% dos entrevistados disseram não conhecer a lei, com isso é possível afirmar que se trata de uma Lei conhecida por parte dos colaboradores da empresa, fato importante, pois está devidamente ligado a profissão deles.

Gráfico 2: Conhecimento em relação às mudanças feitas pela Lei 13.103/2015

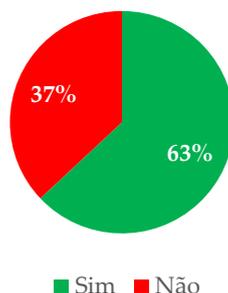


Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Com base no gráfico acima observa-se que 63% dos entrevistados que disseram conhecer a lei, também conhecem quais foram as mudanças trazidas pela mesma. Com essa informação pode-se indicar que de fato ela vem sendo observada a fundo pelos que têm conhecimento da sua existência na empresa. Demonstrando um alto índice de aprofundamento nessa questão, o que de fato é importante para empresa.

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE JORNADA DOS MOTORISTAS E O NÍVEL DE
CONHECIMENTO SOBRE A LEI 13.103/2015 EM UMA EMPRESA
DE LATICÍNIOS DE PATOS DE MINAS

Gráfico 3: Opinião acerca das mudanças feitas pela Lei 13.103/2015



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

No gráfico 3, nota-se que dos entrevistados apenas 5% dos que conhecem as mudanças feitas, as consideraram ruins. Os outros 95% disseram ter considerado as mudanças boas ou ótimas. Dados esses que demonstram um acerto na implementação da lei, e um alto índice de satisfação dos funcionários em relação a mesma.

Na última questão da subseção foi perguntado aos colaboradores se eles fariam alguma modificação na lei em questão, foram extraídas algumas respostas e sugestões que valem a pena se atentar. Na opinião do Gerente do setor de transporte, as mudanças trazidas pela lei 13.103/2015 são “ruins”, e deixou a seguinte sugestão: “flexibilizaria alguns pontos da lei, podendo dar mais horas de direção para quem consegue trabalho por mais tempo”.

Como pode ser observado o gerente do setor de transportes sugere uma flexibilização de alguns pontos da lei, sugerindo um aumento nas horas de direção para quem consegue trabalhar por mais tempo, visto que se trata de uma minutagem padrão para todos os motoristas, ou seja, independente de conseguir ou não dirigir por mais tempo, deve-se haver a parada obrigatória.

Na opinião dos motoristas, as alterações trazidas pela lei 13.103/2015 são consideradas “boas ou ótimas”, as principais sugestões feitas por eles, foram as seguintes: “refeição de no mínimo 30 minutos”, “aumento da jornada”, “mais horas trabalhadas e mais tempo de direção”, maior jornada aos sábados” e “ 10 horas de direção”.

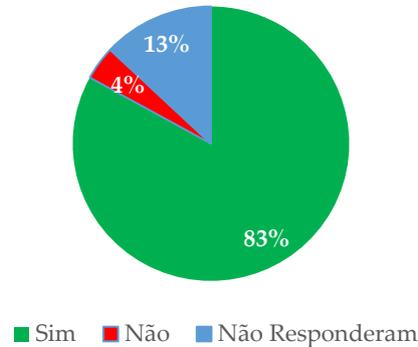
É possível observar na opinião dos motoristas um padrão nas respostas, em sua grande maioria relacionadas a mais tempo de condução sem a parada obrigatória imposta pela lei. Opinião essa que coincide com a sugestão dada pelo gerente do setor, de que deve haver mais flexibilização de horários para aqueles que de fato conseguem dirigir por mais tempo na estrada sem a parada obrigatória.

4.3 RESULTADO DO QUESTIONÁRIO CONTROLE DE JORNADA

Nesta subseção serão abordados os resultados referentes a parte final do questionário que aborda a importância de se fazer o controle de jornada dos motoristas na empresa, e a opinião dos colaboradores acerca do assunto. O art. 2o, V, b, da Lei n. 13.103/2015, diz que é um direito dos motoristas que se faça o controle de sua jornada de trabalho e que ela deve ser controlada e registrada através de anotações em diário de

bordo, papeleta, ou até mesmo meios eletrônicos, tudo a critério de escolha do empregador.

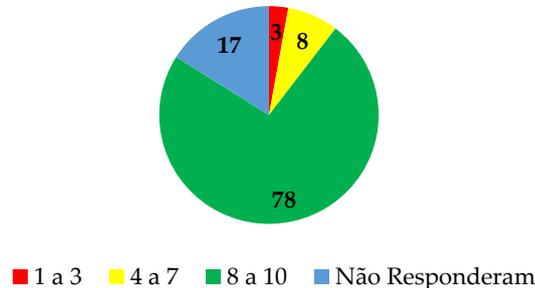
Gráfico 4: Sabem o que é controle de jornada



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Com base no gráfico acima observa-se que 83% dos entrevistados sabem do que se trata o controle de jornada. Resultado não surpreendente, visto que, se trata de algo rotineiro na vida desses colaboradores, já que estão frequentemente registrando e controlando a sua jornada de trabalho.

Gráfico 5: Nível de importância de se fazer o controle de jornada



Fonte: dados da pesquisa 2020.

O gráfico 5 demonstra o nível de satisfação dos colaboradores em relação a importância de se fazer o controle da jornada, junto a sua classificação em uma escala de 1 a 10, sendo 1 desnecessário e 10 fundamental. Foi possível observar que em sua grande maioria totalizando aproximadamente 73 % (77 dos 106 entrevistados), acreditam ser de fundamental importância que se faça o controle de jornada dos motoristas.

Atenta-se também ao pequeno número de colaboradores que acham desnecessário que se faça o controle de jornada, apenas 3% aproximadamente (3 dos 106 entrevistados). O que de fato demonstra que na opinião dos colaboradores é importante sim que se faça o controle de jornada.

Na sequência do questionário foi pedido para que caso fosse de interesse do colaborador, o mesmo justificasse a nota que foi dada a importância de se fazer o controle de jornada, abaixo será mostrado algumas dessas justificativas.

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE JORNADA DOS MOTORISTAS E O NÍVEL DE
CONHECIMENTO SOBRE A LEI 13.103/2015 EM UMA EMPRESA
DE LATICÍNIOS DE PATOS DE MINAS

Quadro 2: Justificativa dos colaboradores.

OPINIÃO	JUSTIFICATIVA
Entre 8 a 10	"Segurança do usuário das vias"
	"Visa segurança para o motorista e trânsito em geral"
	"Importante para o motorista andar mais descansado, evitando acidentes, etc."
	"Tendo um controle de jornada o motorista mais descansado"
	"Segurança para vida"

Fonte: dados da pesquisa 2020.

No quadro 2, foi apresentado a justificativa dos colaboradores que classificaram a importância de se fazer o controle de jornada entre 8 e 10, ou seja, fundamental. Observa-se que há uma certa concordância nas respostas, ambas voltadas para a segurança e descanso do motorista, visto que, ao se fazer esse controle de jornada, o motorista acaba descansando mais, evitando acidentes e problemas de saúde.

Quadro 3: Justificativa dos colaboradores.

OPINIÃO	JUSTIFICATIVA
Entre 1 e 3	"Desnecessário, porque na estrada é complicado fazer horário"
	"O Brasil não tem rodovias e postos preparados para que o motorista siga seu horário"
	"Maior horário pra trabalho"

Fonte: dados da pesquisa 2020.

No quadro 3, foi apresentada a justificativa dos colaboradores que classificaram a importância de se fazer o controle de jornada entre 1 e 3, ou seja, desnecessária. É possível destacar respostas interessantes e até críticas feitas pelos que responderam a pesquisa. A maior parte relacionada justamente à parada obrigatória que a lei 13.103/2015 exige e que é cobrada no controle de jornada, foi possível perceber insatisfação a locais seguros para se fazer essa parada, o que nos chama atenção a um ponto não antes discutido.

Esse ponto que foi salientado por alguns dos respondentes da pesquisa, é de suma importância para que haja um bom controle de jornada, mas não só isso, também a preservação da segurança daqueles que estão na estrada.

Na última questão do questionário foram apresentados alguns relatórios que o controle de jornada é capaz de extrair, a fim de, mudar ou não a opinião dos mesmos em relação a importância de se fazer o controle de jornada. Entre aqueles que classificaram entre 8 e 10, nenhum mudou sua opinião após a amostragem dos relatórios. Já entre aqueles que classificaram entre 1 e 7, apenas um entrevistado mudou sua opinião, de 3 para 10.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito a demonstração das mudanças que ocorreram na área trabalhista com a inclusão da Lei 13.103/2015, a chamada Lei dos Motoristas. O quadro comparativo utilizado no trabalho foi essencial para apresentar

essas modificações, visto que foram apontadas as principais mudanças relacionadas ao controle de jornada que é o foco do trabalho, com uma explicação sucinta de como eram antigamente, e como ficaram após a lei.

Os colaboradores entrevistados foram muito importantes na realização deste relatório. Foi possível perceber que a maioria dos funcionários que estão diretamente envolvidos pela lei 13.103/2015, de fato conhecem a lei, sabem quais foram as mudanças realizadas pela mesma e as consideraram boas ou ótimas. Também foi observado que há bastante sugestões para modificação da mesma, principalmente em relação ao horário de trabalho, pedindo mais flexibilização.

Na segunda parte do questionário voltada para importância de jornada, foi possível observar que a grande maioria dos colaboradores sabem o que é controle de jornada e consideram importante que seja feito, justificando a resposta com argumentos relacionados à qualidade de vida, segurança e descanso do motorista durante a sua viagem. Vale ressaltar que houve também sugestões interessantes daqueles que disseram considerar desnecessário fazer o controle de jornada, principalmente voltados à infraestrutura das estradas e locais mais seguros para realizarem as paradas, visto que, são obrigatórias e cobradas no controle de jornada.

Para a conclusão do presente trabalho a limitação encontrada foi de aplicar o questionário de entrevista aos colaboradores, uma vez que, os mesmos trabalham em dias diferentes e horários diferentes em virtude da jornada de trabalho fazendo com que o encontro com os mesmos fosse dificultado.

Pode-se concluir que o tema discorrido no Relatório de Estágio proporcionou muito conhecimento e sanou muitas dúvidas em relação à lei que regulamenta esses funcionários e o qual os gestores devem se atentar. Além de mostrar como é importante se fazer um controle de jornada efetivo e conciso em uma empresa que trabalhe transporte de cargas.

Para realização de novas pesquisas relacionadas à Lei 13.103/2015 e controle de jornada, sugere-se o estudo de mais normas e regras que foram alteradas e incluídas com a criação da Lei e que não foram citadas neste relatório, devido a sua extensão, além de estudos sobre controle de jornada realizados por diversos autores da área de direito trabalhista.

REFERÊNCIAS

BASILE, César Reginaldo Offa. Coleção Sinopses Jurídicas 27 - **Direito do trabalho:** teoria geral, contrato de trabalho e segurança e saúde no trabalho. 8 ed. São Paulo, Saraiva, 2018. (Minha Biblioteca). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600304/>. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. **Decreto-lei n. 13.103, de 02 de março de 2015.** Brasília, DF, mar 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13103.htm. Acesso em: 12 maio 2020.

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE JORNADA DOS MOTORISTAS E O NÍVEL DE
CONHECIMENTO SOBRE A LEI 13.103/2015 EM UMA EMPRESA
DE LATICÍNIOS DE PATOS DE MINAS

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943**. Brasília, DF, maio 1943.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 13 mai. 2020.

COSTA E COSTA, M.A. F. COSTA, M. F. B. **Metodologia da pesquisa**: conceitos e técnicas. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Minha Biblioteca). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597018974>. Acesso em: 18 mai. 2020.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia para pesquisa & desenvolvimento**: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.

KUARK, Fabiana da Silva. MANHÃES, Fernanda Castro. MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa**: um guia prático. Bahia, Letterarum, 2010.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho**: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. 10. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Minha Biblioteca). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553610129>. Acesso em: 15 maio 2020.

NASCIMENTO, Luís Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa**: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. São Paulo, Cengage Learning, 2012. (Minha Biblioteca). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126293/>. Acesso em: 21 maio 2020

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA CARGA TRIBUTÁRIA DO ICMS POR GESTORES DE EMPRESAS QUE PROMOVEM AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS INTERESTADUAIS

Bruno Barbosa Silva¹
Gustavo de Magalhães Vieira²

RESUMO: O presente estudo foi elaborado com a intenção de enfatizar a importância do planejamento da carga tributária do ICMS. Com objetivo de mensurar os impactos financeiros de uma empresa enquadrada no Simples Nacional, com atividades de comércio de tintas e materiais para pintura, o estudo se deu como do tipo descritivo e de abordagem quantitativa. Na pesquisa ficou demonstrada a importância do planejamento da carga tributária do ICMS nas empresas, quando da execução de compra de produtos em transações internas e interestaduais. Percebeu-se no estudo que a decisão por adquirir produtos com vistas apenas no valor dos mesmos – desprezados os tributos da operação – poderá ocasionar perdas financeiras para a empresa.

PALAVRAS-CHAVE: ICMS; Tributo; Planejamento Tributário.

ABSTRACT: This study was designed with the intention of emphasizing the importance of planning the ICMS tax burden. With the objective of measuring the financial impacts of a company within the Simples Nacional with activities in the trade of paints and materials for painting, the study took place as a descriptive and quantitative approach. The research demonstrated the importance of planning the ICMS tax burden on companies, when executing product purchases in internal and interstate transactions. It was noticed in the study that the decision to purchase products with a view only to their value - disregarding the taxes of the operation - may cause financial losses for the company.

KEYWORDS: ICMS; Tribute; Tax Planning.

1 INTRODUÇÃO

O sistema tributário brasileiro é composto por diversos tributos que somados impactam as contas das empresas ao gerar encargos financeiros nas transações econômicas. A cobrança destes pode oscilar conforme o método de tributação adotado em cada uma das situações. Tal sistema está associado ao uso particular pelos estados brasileiros como meio de promover políticas de desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 2013).

Dos vários tributos exigidos às empresas no Brasil, o que possui maior arrecadação por parte dos estados brasileiros é o ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação). Sobre isso, Rezende, Pereira e Alencar (2011) explicam que o ICMS é um imposto regulamentado pelos próprios

¹Estudante de Graduação 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: bruno@unipam.edu.br.

²Mestre e professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: gustavomv@unipam.edu.br.

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA CARGA TRIBUTÁRIA DO ICMS POR GESTORES DE EMPRESAS QUE PROMOVEM AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS INTERESTADUAIS

estados, os quais podem criar uma legislação própria para o tributo, gerando uma grande complexidade funcional do mesmo. Isso porque, os produtos não circulam apenas dentro dos próprios estados, ou seja, um consumidor de Minas Gerais pode comprar um produto advindo de São Paulo, por exemplo. Como na maioria das situações cada esfera estadual de origem ou destino possui alíquotas e obrigações acessórias divergentes, o cálculo do tributo se torna complexo não sendo corretamente inserido nos planejamentos tributários elaborados pelas empresas.

Além da dificuldade no cálculo do imposto, as diferenças nas alíquotas entre os entes federativos promovem ainda a chamada “guerra fiscal”, ao atrair a instalação de grandes campanhas usando da concessão de benefícios fiscais cedidos pelo estado (REZENDE; PEREIRA; ALENCAR, 2011).

Na esfera estadual, o ICMS é um dos impostos que mais sofrem modificações na legislação. Com a meta de tornar a arrecadação do ICMS mais efetiva surgiu a modalidade do ICMS por substituição tributária que se divide em três modelos: concomitante, diferida ou para trás e a subsequente, a qual este Relatório de Pesquisa estudou. Nesse viés, a administração tributária estabeleceu a figura do substituto tributário cuja sua definição se remete ao contribuinte que está responsável por calcular, recolher e cobrar o imposto que será devido nas operações subsequentes. De uma forma mais clara, trata da antecipação do imposto antes mesmo da existência do fato gerador que seria a venda ao consumidor final. Um dos motivos para este pagamento antecipado é a facilitação na fiscalização, visto que é recolhido de uma só vez, ou seja, deixa de ser recolhido em cada uma das etapas de comercialização até a venda ao consumidor final (PÊGAS, 2017). Entretanto, deve-se ressaltar que o contribuinte deverá ter cuidado para visualizar o impacto tributário da substituição tributária nas receitas da entidade independente do regime tributário adotado.

Conforme já mencionado, o ICMS pode gerar grandes impactos aos cofres públicos e empresas. As empresas optantes pelo Simples Nacional, por exemplo, conseguem, em virtude do regime, unificar os tributos – inclusive o ICMS – em uma única guia para pagamento tendo como base a receita bruta para apuração (BRASIL, 2006).

É importante ressaltar, porém, que mesmo o ICMS sendo incluso na guia supramencionada, as empresas optantes pelo regime em questão, ao realizar a aquisição de mercadorias ou serviços (transporte) fora do estado de origem para comercialização ou para uso próprio, deverão efetuar o pagamento do imposto referente a diferença entre alíquotas interestaduais e a alíquota interna, conforme inciso I do § 8º e no § 9º do art. 43 RICMS/MG (MINAS GERAIS, 2002).

Em grande parte das situações, as empresas são atraídas pelo menor preço oferecido pelos estados vizinhos, devido à alíquota estadual ser menor que à interna (Resolução do Senado Federal n. 22/1989). Assim, conseqüentemente, tendem a adquirir mais mercadorias e serviços oriundos de outros estados e a desconsiderar os encargos financeiros dessas operações, podendo gerar impactos negativos para a organização.

Tendo em vista o acima apresentado, faz-se os seguintes questionamentos: Quais os impactos financeiros para as empresas advindos da aquisição de mercadorias de outros estados? Que cuidados os empresários devem ter na formação do preço de venda?

Buscando responder aos questionamentos supramencionados definiu-se como objetivo geral da pesquisa, analisar os efeitos da substituição tributária progressiva, bem como a recomposição e diferencial de alíquotas do ICMS no momento da aquisição e na composição do preço de venda de mercadorias. Para fazer cumprir o objetivo geral, foi preciso comparar os custos das mercadorias adquiridas em transações interestaduais com as internas e apontar os efeitos na margem de contribuição dos produtos, ambos objetivos específicos.

A justificativa da pesquisa é organizacional. Tendo em vista a elevada carga tributária brasileira, torna-se necessário que os empreendedores, juntamente com seus contadores, consultores e gestores – buscando reduzir os custos do negócio de forma lícita – se preocupem em entender com profundidade sobre as peculiaridades da carga tributária brasileira, em especial sobre o ICMS. Ao buscar entendimento sobre, será possível não só melhorar o planejamento organizacional, mas também, verificar possibilidades de redução no custo de aquisições de mercadorias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será possível conhecer as principais características da contabilidade tributária e a aplicabilidade das operações relacionadas ao ICMS nas operações interestaduais realizadas por empresas optantes do Simples Nacional. Será possível verificar ainda a definição, características e formatação da margem de contribuição, fator de grande importância na execução do planejamento da compra de mercadorias.

2.1 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

O Brasil tem uma das cargas tributárias mais pesadas entre todos os países do mundo. Segundo Oliveira (2013) as contínuas modificações das normas tributárias estabelecem um campo extremamente instável, fazendo com que somente as organizações mais preparadas (menor número) tenham possibilidades de gerar lucro. Com isso surge a necessidade de uma boa gestão dos tributos nas empresas utilizando-se da contabilidade tributária. Fabretti (1999, p. 25) define contabilidade tributária como sendo “o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática os conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada”.

Sobre isso, Faria (2016) complementa que a contabilidade tributária tem por objetivo a gestão estratégica dos tributos. Para compreender como a contabilidade tributária impacta no cotidiano empresarial, faz-se necessário entender também os meios jurídicos pelos quais ela atua. Seguindo o conceito de tributo, o artigo 5º do CTN (1966) descreve quais tributos são classificados e podem ser encontrados de três formas: impostos, taxas ou contribuições.

Para entender as análises que esta pesquisa realizou será necessário entender sobre impostos, mais especificamente, sobre o ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, o qual será conceituado a seguir.

2.2 ICMS – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

Dentre os vários impostos existentes no Brasil, o ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – destaca-se não só em virtude dos altos valores registrados de arrecadação do mesmo pelos Estados e Distrito Federal, mas também em virtude da complexidade do seu cálculo. Conforme a legislação vigente, considera-se contribuinte do ICMS qualquer pessoa física e ou jurídica que opere atividades com intuito comercial, tais como as operações com mercadorias ou a prestação de serviço intermunicipal e interestadual e de comunicação, ainda que se tenha origem no exterior (OLIVEIRA, 2013). Além disso, trata-se de um imposto não cumulativo, ou seja, que permite a possibilidade de abater o valor pago na etapa anterior (de compra) a de circulação da mercadoria (de venda final).

Para as fixações das alíquotas do ICMS nas operações internas deverão ser observados as regras que constam no artigo 155, §2º no inciso VI da Constituição Federal. Estas são determinadas pelos Estados e Distrito Federal e caminham para, no futuro, serem iguais em todo o território nacional, se diferenciando apenas em relação a produtos e serviços (BRASIL, 1988).

Já em relação às alíquotas interestaduais, em regra geral, devem ser menores que as alíquotas internas, mas há exceções em virtude de alguns produtos (Resolução do Senado Federal n. 22/1989). Nessa temática as alíquotas interestaduais do ICMS podem ser de 12% ou 7% a depender da localização do destinatário da operação cujo quadro 1 apresenta:

Quadro 1: Alíquotas interestaduais do ICMS

Regra Geral	
Alíquotas Interestaduais	Destino
7%	para as Regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e para o Espírito Santo
12%	para demais regiões, sendo Sul e Sudeste, com exceção do Espírito Santo.

*Caso o produto seja importado aplicar a alíquota interestadual de 4%.

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

No quadro 1 é possível observar o percentual das alíquotas interestaduais a serem aplicadas pelas empresas que remetem mercadorias ou serviços (transporte) para os estados que se encontram nas regiões de destino (Resolução do Senado Federal n. 22/1989). Vale ressaltar ainda, que nas operações interestaduais com comercialização de produtos importados as empresas deverão aplicar alíquota de 4% independente de qual região for destinada a operação (Resolução Federal n. 13/2012).

A administração tributária além de estabelecer os percentuais referentes às alíquotas de ICMS promove a fiscalização dos contribuintes, quando do recolhimento do imposto (BRASIL, 1988). Como existe uma grande circulação de mercadorias entre as várias empresas espalhadas pelo Brasil, tal fiscalização se torna prejudicada. Sendo assim, como forma de reduzir a sonegação fiscal do ICMS, criou-se a modalidade de substituição tributária que concentra a responsabilidade do recolhimento do imposto

apenas em um contribuinte da cadeia. Nos tópicos a seguir será possível aprofundar o assunto.

2.3 SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

A substituição tributária é uma modalidade regulada pelo fisco com o objetivo de reduzir a sonegação do ICMS. A mesma está prevista e ordenada no art. 150, § 7º da Constituição Federal e no art. 128 do Código Tributário Nacional. Na substituição tributária o recebimento do imposto ocorre antecipadamente através de um único contribuinte, que na maioria das vezes, é o primeiro da cadeia de valor. Desta forma, os Estados e o Distrito Federal conseguem promover o aumento da arrecadação e redução da sonegação do imposto. O catálogo de produtos sujeitos ao regime da substituição tributária é elaborado pelos Estados e Distrito Federal e tem sofrido constantes modificações (BIAVA e OYADOMARI, 2010).

Jorge, Coutinho Filho e Theóphilo (2007), complementam que a substituição tributária pode ser segmentada em três tipos principais: antecedente, concomitante e progressiva, as quais serão abordadas nos parágrafos seguintes. Antes, porém, torna-se necessário conhecer os segmentos que estão remetidos ao regime tributário do ICMS, os quais diferem de Estado para Estado.

Os segmentos sujeitos ao regime de substituição tributária no Estado de Minas Gerais, por exemplo, estão dispostos no anexo XV do RICMS/MG (Regulamento do ICMS de Minas Gerais), dos quais, pode-se citar as operações subsequentes a: autopeças, combustíveis e lubrificantes, ferramentas, lâmpadas, reatores e “starter”, materiais de construção e congêneres, materiais de limpeza, tintas e vernizes, dentre outros (MINAS GERAIS, 2002).

Discorrendo sobre esta temática, Oliveira *et al.* (2015) relata que é relevante analisar a legislação do próprio estado para verificar quais produtos estão sujeitos ao regime ST. Isto porque a responsabilidade pelo recolhimento da substituição tributária é baseada em relação às mercadorias ou serviços que estão previstas na lei de cada Estado.

Além do método de recolhimento do ICMS através da substituição tributária, todas as empresas – independentemente do regime tributário adotado – ao adquirir mercadorias que não estejam sujeitas ao regime ST fora do Estado, estarão obrigadas a recolher o DIFAL (diferencial de alíquota) do ICMS (Emenda Constitucional 87/2015). Sabendo que as análises deste estudo foram realizadas utilizando-se de dados de uma empresa optante pelo Simples Nacional, torna-se importante entender como funciona a antecipação do ICMS nas operações interestaduais de empresas optantes por este regime – próximo tópico desta seção.

2.4 TRIBUTAÇÃO ICMS INTERESTADUAL NO REGIME SIMPLES NACIONAL

Os contribuintes optantes pelo Simples Nacional quando da condição de remetente de mercadorias para revenda não sujeitas ao regime ST fora do estado, estarão obrigados a pagar as diferenças entre as alíquotas internas e a interestadual da mercadoria que se subdivide em duas modalidades: diferencial de alíquota (uso e

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA CARGA TRIBUTÁRIA DO ICMS POR GESTORES DE EMPRESAS QUE PROMOVEM AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS INTERESTADUAIS

consumo) e antecipação de alíquota (revenda) observado o disposto no inciso I do § 8º e no § 9º do art. 43 RICMS/MG (MINAS GERAIS, 2002).

O diferencial de alíquotas é devido na entrada de mercadorias no estabelecimento contribuinte para uso e consumo ou ativo permanente, em decorrência de operação interestadual conforme Art. 55 § 6º do RICMS/MG (MINAS GERAIS, 2002).

Além disso, vale ressaltar que é devido, a título de antecipação do imposto, o valor corresponde à diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual nas entradas de mercadorias destinadas à comercialização ou industrialização, conforme artigo 2º, incisos II e III, e artigo 42, §§ 1º e 14, do RICMS/MG (MINAS GERAIS, 2002).

Outro fator que carece de observação pelas empresas quando da realização de operações interestaduais é a análise dos benefícios fiscais referentes aos produtos e serviços adquiridos e a existência de convênios entre as unidades da federação envolvidas.

Os convênios (acordo entre Estados) do ICMS atribui a eliminação ou redução, direta ou indireta, da alíquota do ICMS nas mercadorias e ou serviços. Dentre os mais conhecidos destaca-se as isenções, a redução da BC do imposto e os créditos presumidos. Vale ressaltar que os mesmos somente poderão ser utilizados por meio da lei, observado o disposto no artigo 155, parágrafo 2º, XII, "g", da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Sendo assim, torna-se importante que o contribuinte verifique junto a Secretaria da Fazenda do seu Estado, os benefícios e incentivos fiscais disponíveis, com intuito de aproveitá-los na forma da legislação vigente. Outra questão que deve ser observada pelos gestores com atenção é a formação do preço de venda e a margem de contribuição dos produtos comercializados.

2.5 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO UNITÁRIA.

De acordo com Martins (2018) a margem de contribuição por unidade nada mais é que a sobra entre o preço unitário de venda do produto deduzidos dos seus custos variáveis, ou seja, é o valor que a empresa obtém através da venda de determinado produto subtraído pela soma dos custos advindos da transação de venda.

Nessa temática é necessário ressaltar a necessidade de as empresas possuírem um controle efetivo dos seus custos unitários praticados no mercado a fim de evitar surpresas nos resultados operacionais.

3 METODOLOGIA

A pesquisa em questão é do tipo descritivo. Segundo Gil (2002) a pesquisa descritiva é aquela que tem como fundamento principal a descrição das características de determinado fenômeno ou determinada população, ou por outro lado a relação que ocorre entre variáveis.

Já com relação a abordagem da pesquisa, a mesma se deu como quantitativa, visto que utilizou números e cálculos nas análises dos resultados. Fazendo cumprir com as características da pesquisa quantitativa, os resultados foram expostos utilizando-se de gráficos, planilhas e tabelas (LOZADA, 2018).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Este estudo foi realizado em uma empresa optante pelo Simples Nacional, com atividade de comércio de tintas e materiais para pintura, enquadrada nos anexos I e III da lei complementar 123/2006, os quais constam no anexo I e II. As análises realizadas aconteceram através do fornecimento de informações sobre cotações de preços e notas fiscais de entrada movimentadas no 1º semestre de 2020. Diante destas informações foi possível calcular o custo das aquisições dos produtos e, conseqüentemente, fazer as análises propostas no estudo.

Antes de quaisquer análises realizou-se uma pesquisa no site Econet (informativo tributário contábil restrito para assinantes) com intuito de verificar se as mercadorias adquiridas pela empresa estudada, possuíam incidência de Substituição Tributária ou algum benefício fiscal específico. O quadro 2 apresenta os resultados comparativos referentes às compras de mercadorias efetuadas fora do estado e os recolhimentos realizados pela empresa advindos destas aquisições durante o 1º semestre de 2020.

Quadro 2: Aquisições interestaduais da empresa - 1º Semestre

1 - Aquisições Interestaduais da Empresa - 1º Semestre			
Descrição	SC	SP	RS
Valor Total dos Produtos (+IPI)	R\$ 21.949,66	R\$ 16.747,74	R\$ 1.300,00
Valor ST repassado nos preços	R\$ 2.029,41	R\$ 2.853,26	-
Valor Total Pago nas Aquisições	R\$ 23.979,07	R\$ 19.601,00	R\$ 1.300,00
2 - Valor Efetivo Pago com os impostos - 1º Semestre			
	SC	SP	RS
Valor Total Pago nas Aquisições	R\$ 23.979,07	R\$ 19.601,00	R\$ 1.300,00
Antecipação Tributária a pagar	R\$ 867,63	R\$ 150,69	R\$ 95,12
Substituição Tributária a pagar (referente aos fretes)		R\$ 102,04	
Diferencial de Alíquota a pagar	R\$ 19,46		
FRETE		R\$ 452,77	
Valor Efetivamente Pago	R\$ 24.866,16	R\$ 20.306,50	R\$ 1.395,12
Desembolso efetuado com impostos	R\$ 887,09	R\$ 705,50	R\$ 95,12
Valor total pago de impostos	R\$ 1.687,71		

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

A partir dos dados levantados no quadro 2 torna-se possível observar que no 1º semestre de 2020 a entidade optou pela compra de produtos fora do estado. Diante do informado faz-se necessário o recolhimento e pagamento do imposto da aquisição dos produtos ora encaminhados para o Estado de destino – Minas Gerais. Sendo assim, foi buscando verificar esses valores que foram promovidas análises das mercadorias adquiridas no site da Econet, ficando constatado que a empresa estaria obrigada a recolher os respectivos impostos: antecipação, diferencial de alíquotas e substituição tributária de alguns produtos específicos. Diante dessa informação, constatou-se conforme ainda apontado no quadro 2, que os valores financeiros devidos pela empresa

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA CARGA TRIBUTÁRIA DO ICMS POR GESTORES DE EMPRESAS QUE PROMOVEM AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS INTERESTADUAIS

em virtude da aquisição de mercadorias advindas do estado de Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul eram iguais a R\$ 887,09, R\$ 705,50 e R\$ 95,12, respectivamente – incluindo o frete. A partir de então, percebeu-se que além dos valores pagos pelos produtos adquiridos, a empresa desembolsou um total de R\$1.687,71 de tributos gerados na operação, os quais podem ocasionar impactos de curto e ou longo prazo nas finanças organizacionais.

A partir da constatação do desembolso total supramencionado, realizou-se no quadro 3, uma análise de 5 (cinco) produtos específicos adquiridos pela empresa no 1º semestre nos estados de Santa Catarina e São Paulo. Na ocasião, levantou-se ainda o valor do custo para aquisição dos mesmos produtos no estado Minas Gerais – Estado em que a empresa revendedora está instalada.

Quadro 3: Comparação de operações interestaduais e operação interna

Valor das aquisições - Com os Impostos			FORNECEDOR 01		FORNECEDOR 2		FORNECEDOR 03	
			SANTA CATARINA		SP		MG	
Item	Quant	Descrição do Produto	R\$ Unit.	Total (+IPI)	R\$ Unit.	Total (+IPI)	R\$Unit.	Total
1	6	PRODUTO 1	R\$ 7,37	R\$ 44,22	R\$ 4,27	R\$ 28,18	R\$ 9,26	R\$ 55,56
2	12	PRODUTO 2	R\$ 13,90	R\$ 166,80	R\$ 15,64	R\$ 206,44	R\$ 18,65	R\$ 223,80
3	6	PRODUTO 3	R\$ 15,12	R\$ 90,72	R\$ 13,99	R\$ 85,62	R\$ 26,75	R\$ 160,50
4	6	PRODUTO 4	R\$ 15,12	R\$ 90,72	R\$ 11,79	R\$ 74,28	R\$ 16,25	R\$ 97,50
5	4	PRODUTO 5	R\$ 54,19	R\$ 216,76	R\$ 37,55	R\$ 150,20	R\$ 45,00	R\$ 180,00
IPI			R\$	27,46	R\$	26,54	R\$	-
Valor Total dos Produtos sem impostos			R\$	636,68	R\$	571,26	R\$	717,36
Substituição Tributária			R\$	62,40	R\$	47,13	R\$	-
Antecipação do Icms			R\$	18,84	R\$	22,22	R\$	-
Diferencial de Alíquota			R\$	4,21	R\$	2,00	R\$	-
Total a Desembolsar			R\$	749,59	R\$	669,15	R\$	717,36

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Ao analisar o quadro 3, torna-se possível constatar que a empresa estudada não realiza verificações de tributos a pagar quando da realização de cotações de produtos, ou seja, leva em consideração apenas o valor total dos produtos, que neste caso, seriam de R\$ 636,68 caso optasse por comprar em Santa Catarina, R\$ 571,26 em São Paulo e R\$ 717,36 em Minas Gerais. Já os tributos advindos das respectivas transações seriam: DIFAL (mercadorias para uso e consumo) no valor de R\$ 4,21 para o fornecedor 01 (SC) e R\$ 2,00 para o 02 (SP), antecipação do ICMS (produtos para revenda) no valor de R\$ 18,84 para fornecedor 01 (SC), R\$22,22 para o 02 (SP) e substituição tributária de parte dos produtos conforme a legislação analisada no valor de R\$ 62,40 e R\$ 47,13 para os fornecedores 01 (SC) e 02 (SP), respectivamente.

Ao analisar os dados apresentados no quadro 3, percebeu-se que os tributos elevam os valores que deverão ser pagos nas aquisições de produtos realizadas pela empresa. Portanto, se a empresa efetuasse o planejamento das suas aquisições, suas compras deveriam ser efetuadas somente via fornecedor 02 (SP) e ou fornecedor local – 03 (MG). Isto, pois o custo total da transação junto ao fornecedor 02 (SP) seria de R\$669,15, ou seja, 12% (doze por cento) menor que o fornecedor 01 (SC) – R\$ 749,59 – e 7% (sete por cento) menor que o fornecedor 03 (MG) – R\$717,36. Vale ressaltar que outros fatores como o prazo de entrega, fretes e condições de pagamento não foram levados em consideração.

Apesar das análises acima não apresentarem diferenças significativas em relação aos fornecedores, torna-se necessário ressaltar que o aumento nas quantidades

adquiridas de produtos e no número de transações de compras realizadas poderá ocasionar desembolsos representativos ao longo do tempo. Neste viés, apresenta-se no quadro 4 uma simulação de custos entre os fornecedores já relacionados dos mesmos 5 produtos, porém, com uma quantidade maior de cada item e considerando as mesmas particularidades analisadas em relação a tributação de cada produto.

Quadro 4: Simulação dos custos financeiros ao longo prazo

Cotação de Preços - Com os Impostos			FORNECEDOR 01		FORNECEDOR 2		FORNECEDOR 03	
Item	Quant	Descrição do Produto	SANTA CATARINA		SP		MG	
			R\$ Unit.	Total	R\$ Unit.	Total	R\$Unit.	Total
1	50	PRODUTO 1	R\$ 7,37	R\$ 368,50	R\$ 4,27	R\$ 216,06	R\$ 9,26	R\$ 463,00
2	50	PRODUTO 2	R\$ 13,90	R\$ 695,00	R\$ 15,64	R\$ 800,76	R\$ 18,65	R\$ 932,50
3	50	PRODUTO 3	R\$ 15,12	R\$ 756,00	R\$ 13,99	R\$ 701,18	R\$ 26,75	R\$ 1.337,50
4	50	PRODUTO 4	R\$ 15,12	R\$ 756,00	R\$ 11,79	R\$ 589,50	R\$ 16,25	R\$ 812,50
5	50	PRODUTO 5	R\$ 54,19	R\$ 2.709,50	R\$ 37,55	R\$ 1.877,50	R\$ 45,00	R\$ 2.250,00
IPI			R\$	148,75	R\$	126,75	R\$	-
Total dos Produtos			R\$	5.433,75	R\$	4.311,75	R\$	5.795,50
Substituição Tributária			R\$	125,35	R\$	85,65	R\$	-
Antecipação do Icms			R\$	114,56	R\$	110,50	R\$	-
Diferencial de Alíquota			R\$	48,75	R\$	35,60	R\$	5.795,50
Valor Total a Desembolsar			R\$	5.722,41	R\$	4.543,50	R\$	5.795,50

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Ao analisar o quadro 3 torna-se possível perceber quais os impactos financeiros ocasionados na entidade caso continuasse suas aquisições de produtos com cada um dos fornecedores mencionados anteriormente – 01 (SC), 02 (SP) e 03 (MG). Da mesma forma que nos exemplos anteriores, comprar do fornecedor 02 (SP) seria a melhor alternativa para a empresa. Nesta ocasião desembolsaria um custo total na transação de R\$ 4.543,50, ou seja, R\$ 1.178,91 e R\$ 1.252,00 a menos que na aquisição dos produtos junto aos fornecedores 01 (SC) e 03 (MG), respectivamente. Outro fator que chamou atenção foi que na compra de quantidades menores a segunda opção de aquisição com o custo menor era MG – fornecedor 03. Nota-se, porém, que ao aumentar a quantidade de produtos adquiridos, as compras realizadas junto ao fornecedor 01 (SC) passam a ser mais compensativas, quando da comparação com o fornecedor 03 (MG).

Outra questão analisada diz respeito à margem de contribuição. No quadro 5 é possível verificar qual o tamanho dos efeitos dos respectivos impostos desembolsados pela empresa na margem de lucro unitária dos produtos.

Quadro 5: Simulação dos impactos dos impostos na margem de contribuição

PRODUTOS	Preço de Venda de Mercado	Custos e despesas variáveis Incorridas			Margem de Contribuição Unitária		
		SC	SP	MG	SC	SP	MG
A	R\$ 64,56	R\$ 7,74	R\$ 4,48	R\$ 9,72	R\$ 56,82	R\$ 60,08	R\$ 54,84
B	R\$ 64,56	R\$ 14,60	R\$ 16,42	R\$ 19,58	R\$ 49,96	R\$ 48,14	R\$ 44,98
C	R\$ 64,56	R\$ 15,88	R\$ 14,69	R\$ 28,09	R\$ 48,68	R\$ 49,87	R\$ 36,47
D	R\$ 64,56	R\$ 15,88	R\$ 12,38	R\$ 17,06	R\$ 48,68	R\$ 52,18	R\$ 47,50
E	R\$ 64,56	R\$ 56,90	R\$ 39,43	R\$ 47,25	R\$ 7,66	R\$ 25,13	R\$ 17,31
TOTAL	R\$ 322,80	R\$ 111,00	R\$ 87,40	R\$ 121,70	R\$ 211,80	R\$ 235,40	R\$ 201,10
Desembolsos com Impostos fora do estado					R\$ 85,45	R\$ 71,35	R\$ 0,00
Margem de Contribuição Efetiva					R\$ 126,35	R\$ 164,05	R\$ 201,10

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA CARGA TRIBUTÁRIA DO ICMS POR GESTORES DE EMPRESAS QUE PROMOVEM AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS INTERESTADUAIS

Ao observar o quadro 9 percebe-se que os produtos adquiridos pelo empresário têm preço médio de R\$ 64,56 (sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) para comercialização no mercado local, segundo informações obtidas com os gestores da empresa. Neste sentido, se a empresa se comercializa uma única unidade de cada um dos produtos registraria uma receita total de R\$ 322,80. Já quanto aos custos e despesas variáveis incorridas, notou-se que estas somariam R\$ 111,00, R\$ 87,40 e R\$ 121,70 a depender da aquisição junto aos fornecedores localizados em SC, SP e MG, respectivamente. Vale ressaltar que os valores de custos e despesas mencionados se relacionam a embalagens, mão de obra e comissões, não levando em consideração os impostos pagos, posteriormente, em virtude da aquisição dos produtos fora do estado (no caso de SC e SP). Após subtrair os custos e despesas variáveis do preço de venda encontrou-se a margem de contribuição dos 5 produtos em cada um dos estados sendo maior no estado de SP – R\$ 235,40 –, seguida pelos estados de SC e MG – R\$ 211,80 e R\$ 201,10, respectivamente. Observa-se, porém, que os valores se alteram após a contabilização dos impostos gerados em virtude da compra fora do estado. Ao subtrair o valor destes impostos R\$ 85,45 (SC), R\$ 71,45 (SP) e R\$ 0,00 (MG) nos valores da margem de contribuição supramencionados, nota-se que o estado de Minas Gerais se torna o estado de compras mais compensativas, visto que oferece à empresa maior margem de contribuição – R\$ 201,10. O estado de MG nesta ocasião é seguido pelo estado de SP e SC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório fez um estudo sobre a importância do planejamento da carga tributária do ICMS no custo das aquisições de mercadorias interestaduais e seus impactos financeiros em uma empresa com atividade de comércio de tintas e materiais para pintura, enquadrada no Simples Nacional nos anexos I e III da lei complementar 123/2006.

Após as análises realizadas torna-se possível afirmar que os objetivos propostos pelo estudo em questão foram alcançados, ficando demonstrada a importância do planejamento da carga tributária do ICMS nas empresas, quando da execução de compra de produtos em transações internas e interestaduais. Percebeu-se no estudo que a decisão por adquirir produtos com vistas apenas no valor dos mesmos – desprezados os tributos da operação – poderá ocasionar perdas financeiras para a empresa.

Nesse viés a empresa poderá sofrer uma redução significativa na margem de contribuição unitária de seus produtos, visto que a mesma desconsidera o valor dos impostos nos custos e despesas variáveis das mercadorias que ocasiona uma margem de lucro unitária distorcida.

Dentre as dificuldades enfrentadas no estudo destaca-se não só a complexidade da legislação tributária brasileira, mas também a falta de material científico escrito sobre tal assunto.

Por fim, vale ressaltar que a execução do estudo em questão permitiu sugerir novos estudos com transações interestaduais realizadas entre empresas de segmentos

diferentes para verificar os impactos financeiros quando da não elaboração do planejamento tributário.

REFERÊNCIAS

BIAVA J., Roberto O., Jorge C.T. Impactos da Substituição Tributária do ICMS na Lucratividade e nos Custos Empresariais. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 4, p. 71-91, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/issue/view/524>. Acesso em: 24 mar. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 março 2020.

BRASIL. Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 05 maio 2020.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, **Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm. Acesso em: 05 maio 2020.

EMENDA CONSTITUCIONAL. Constituição (2015). **Emenda n. 87, de 16 de abril de 2015**. Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal e inclui o art. 99 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para tratar da sistemática de cobrança do ICMS incidente sobre as operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc87.htm. Acesso em: 10 mai. 2020.

ESTRELA, Carlos. **Metodologia Científica**. São Paulo: Artes Médicas, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/>. Acesso em: 22 maio 2020.

FABRETTI, L.C. **Contabilidade tributária**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FARIA, de R.A. C. **Contabilidade Tributária**. Porto Alegre: SAGAH, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JORGE, Ricardo Sizílio; COUTINHO FILHO, Fernando Batista; THEÓPHILO, Carlos Renato. Os reflexos da substituição tributária antecipada nas empresas do segmento de autopeças de montes claros. In: 4º CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em:

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA CARGA TRIBUTÁRIA DO ICMS POR GESTORES DE EMPRESAS QUE PROMOVEM AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS INTERESTADUAIS

http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/an_resumo.asp?con=2&cod_trabalho=539.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.

LOZADA, G. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: SAGAH EDUCAÇÃO S.A., 2018.

MINAS GERAIS **Regulamento n. 43080, de 13 de dezembro de 2002**. Altera o Regulamento do ICMS - RICMS. Disponível em: http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/ricms/partegeral2002.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.

OLIVEIRA, de, G. P. **Contabilidade Tributária**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Oliveira, L. M. D. E. A. **Manual de Contabilidade Tributária: textos e testes com respostas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 9788597002003. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/>. Acesso em: 5 abril 2020.

PÊGAS, Henrique, P. **Manual de Contabilidade Tributária**. 9. ed. São Paulo: Atlas 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, 2013.

REZENDE, José, A., PEREIRA, Alberto, C., ALENCAR, de, R. C. **Contabilidade tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas**. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/>. Acesso em: 8 abril 2020.

RESOLUÇÃO FEDERAL N. 22, DE 22 DE MAIO DE 1989. Estabelece alíquota do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, nas operações e prestações interestaduais. **Ato do Senado Federal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/RSF/RSF%2022-89.htm. Acesso em: 25 março 2020.

RESOLUÇÃO FEDERAL N. 13/ 2012. Alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. Ato do Senado Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, abril 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm Acesso em: 9 maio 2020.

A IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA NA ÁREA HOSPITALAR¹

Fernanda Aparecida Moreira²

Marcílio Geraldo Mendes³

RESUMO: O estudo tem como objetivo mostrar a importância do fluxo de caixa na área hospitalar, a fim de demonstrar a relevância que o controle do fluxo de caixa tem sobre as decisões a serem tomadas pelo gestor e também a facilidade para análises, relatando todas as movimentações feitas pela empresa, de onde originou o montante e para quais fins foi destinado. Através de um estudo de caso, que passou inicialmente por uma revisão bibliográfica, onde foram descritos os conceitos do fluxo de caixa, e posteriormente para obtenção dos dados foram utilizadas uma pesquisa descritiva e uma abordagem quantitativa. Com os resultados, observa-se que as receitas tiveram uma queda de 20 milhões para 6 milhões, devido a pandemia, e que o particular do hospital gera 80% das suas receitas. Foram apontadas decisões que podem ser tomadas diante do fluxo de caixa e foi constatado ainda que a empresa possui apenas o controle do fluxo de caixa realizado, deixando como sugestão a criação da projeção para melhor atender a empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Fluxo de caixa. Administração financeira. Planejamento financeiro.

ABSTRACT: The study aims to show the importance of cash flow in the hospital area, in order to demonstrate the relevance that cash flow control has on the decisions to be made by the manager and also the facility for analysis, reporting all the movements made by the company, from where the amount originated and for what purposes it was destined. Through a case study, which initially went through a bibliographic review, where the concepts of cash flow were described, and later to obtain the data, a descriptive research and a quantitative approach were used. With the results, it can be seen that revenues fell from 20 million to 6 million, due to the pandemic, and that the hospital's private sector generates 80% of its revenues. Decisions were made that can be made regarding the cash flow and it was also found that the company has only a control of the realized cash flow, leaving as a suggestion the creation of the projection to better serve the company.

KEYWORDS: Cash flow. Financial administration. Financial planning.

1 INTRODUÇÃO

As organizações hoje vivem em um mercado repleto de mudanças a todo momento, gerando vários desafios para elas. Um dos principais desafios encontrados é a busca por ferramentas que permitam que a empresa possa tomar decisões rapidamente e com precisão. O administrador necessita dessa ferramenta que possa mostrar o capital que a empresa possui e as obrigações que ela tem até o exato momento, e assim planejar, controlar e tomar decisões necessárias.

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de graduação do 8º período do curso de Administração do UNIPAM. E-mail: fernanda.moreira508@gmail.com.

³ Mestre em Ciências Contábeis. E-mail: marcelio@unipam.edu.br.

O fluxo de caixa é uma ferramenta que permite visualizar essas informações que o administrador precisa, possibilitando analisar as movimentações efetuadas pela empresa. Com o fluxo de caixa o líder financeiro consegue analisar a liquidez e prever futuros problemas de caixa, o gestor financeiro possui várias preocupações, mas essa seria a mais importante, saber o exato momento que a organização carece de cortar gastos ou até mesmo recorrer a recursos de financiamentos.

Quando a organização não trabalha com o fluxo de caixa ela fica vulnerável às mudanças que podem ocorrer no mercado e com um planejamento duvidoso. Já as empresas que possuem o controle do fluxo de caixa conseguem diagnosticar problemas e verificar suas metas, fazendo um planejamento de curto, médio ou longo prazo e se preparando para as mudanças futuras.

Na área da saúde não é diferente, o gestor financeiro precisa estar sempre conectado às mudanças e inovações, que estão ocorrendo com muita frequência devido às mudanças tecnológicas. A concorrência entre hospitais cresce a cada momento, os profissionais juntamente com o setor administrativo precisam sempre procurar melhorias para ajudar tanto o paciente como os profissionais de saúde.

O presente projeto teve como objetivo geral mostrar a importância do fluxo de caixa em hospitais. Para realização desse objetivo foi desenvolvido três objetivos específicos: definição através da literatura os principais conceitos e autores sobre o estudo temático do tema de pesquisa; retratou a importância do fluxo de caixa nas tomadas de decisões e planejamentos; mostrou a facilidade para análise do fluxo de caixa, relatando a origem e o destino do dinheiro.

Este estudo possuiu como finalidade responder à seguinte pergunta: Qual a importância do fluxo de caixa para a área hospitalar?

Para a execução do projeto utilizou-se uma abordagem quantitativa, a fim de mensurar os dados, utilizando como método um estudo de caso, mostrando informações da própria empresa. O estudo baseou-se na pesquisa bibliográfica e descritiva mostrando a opinião de cada autor.

A presente proposta de pesquisa foi escolhida devido à importância que o fluxo de caixa tem para as empresas, independente da área de atuação, para mostrar os benefícios para a tomada de decisão e para o planejamento. Sendo assim, o presente trabalho poderá balizar estudos futuros, de forma a contribuir como referência de pesquisa para alunos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado a pesquisa bibliográfica realizada com o intuito de abordar temas relacionados com o fluxo de caixa, o referencial teórico é de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa.

2.1 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Todas as organizações possuem uma área responsável pelos recursos financeiros, seja ela para fins lucrativos ou não, denominado como administração financeira, o gerenciamento desses recursos é feito para obtenção de lucros. Também é

utilizada para observar os riscos e para conseguir em menos tempo o retorno dos investimentos feitos (SILVA, 2018).

Silva (2018) ainda relata que a administração financeira é a responsável por proporcionar valor para as organizações. Pois, ela está envolvida totalmente com todos os processos, em todas as tomadas de decisões, escolhendo as melhores opções para o desenvolvimento da mesma e dessa forma consegue gerenciar o patrimônio da marca, promovendo situações para aumentar a eficiência.

A administração financeira, hoje conhecida como gestão financeira é uma ferramenta ou técnica utilizada para controlar da forma eficaz, à concessão de crédito para clientes, planejamento, análise de investimentos e, de meios viáveis para a obtenção de recursos para financiar operações e atividades da empresa, visando sempre o desenvolvimento, evitando gastos desnecessários, desperdícios, observando os melhores “caminhos” para a condução financeira da empresa (MORAIS, 2010, p. 33).

De acordo com Silva (2018, p.8) a função da administração financeira,

é ser responsável pela obtenção dos recursos necessários e pela formulação de uma estratégia voltada para a otimização do emprego desses fundos. Em geral, no Brasil, as funções de tesouraria são exercidas pelo gerente financeiro ou tesoureiro, e as funções de controladoria são exercidas pelo *controller*. No entanto, essas funções surgem, expandem-se ou desaparecem dependendo das necessidades de cada companhia, de acordo com a sua natureza, complexidade, porte e estágio de desenvolvimento.

2.2 FLUXO DE CAIXA

Fluxo de caixa é o resultado de todas as entradas e saídas que acontecem na empresa, ou seja, todos os movimentos realizados. Considera-se que é a principal ferramenta administrativa utilizada para planejar, controlar e analisar os investimentos, despesas e receitas da organização. É uma ferramenta que permite a visualização dos recursos disponíveis em tempo real, garantindo que os gestores possam tomar uma decisão imediata e com precisão (SILVA, 2018).

Fluxo de caixa é conceituado como uma técnica que tem o poder de apurar os ingressos e desembolsos das empresas em um determinado tempo, que o gestor financeiro pode usar ao seu favor, como a antecipação de possíveis problemas no caixa ou sobras que podem ser usadas para investimentos. (ZDANOWICZ, 2014)

Para Frezatti (2014) a definição é muito fácil e simples, considera que é todo dinheiro que entra e sai do bolso, sendo a primeira forma que o empresário possui de controle após abrir a empresa, é considerado o ativo mais líquido possuído pela organização, onde pode-se mostrar o verdadeiro capital encontrado no caixa. Mencionado pelo autor como a primeira forma de controle, que pode ser realizado em sistema ou para pequenas empresas em planilhas básicas.

O fluxo de caixa necessita de alguns requisitos para sua elaboração para sua eficiência, tais como, definição de um gestor responsável pelas informações confiáveis de cada setor, capacitar gestores para acompanhar os processos, comprometimento dos mesmos, possuir um sistema confiável que garante todas as informações, consolidação das informações financeiras, regras claras e bem definidas (SILVA, 2018).

É usado também para o controle de empréstimos representando as entradas e saídas durante todo o tempo, controlando a data de recebimento do dinheiro e a data da devolução, implicando o desembolso de algum valor para recebê-lo após algum período de tempo, com acréscimo de juros (HOJI, 2017). Para essa alternativa deve-se realizar uma projeção durante todo o período, observando se realmente será vantajoso o acréscimo dos juros e possíveis multas.

Sendo assim, pode-se afirmar que o fluxo de caixa é a ferramenta mais simples e que tem o poder de fornecer informações para a tomada de decisão em uma empresa, onde o departamento financeiro pode acompanhar todo o histórico das atividades de longo e curto prazo. Assim, o administrador pode traçar estratégias para que não falte capital para o cumprimento das obrigações e também decidir qual a melhor hora para um investimento.

Para Zdanowicz (2014) o objetivo principal do fluxo de caixa é monitorar as entradas e saídas dos recursos financeiros, e assim tomar as medidas necessárias diante de cada situação, visando as necessidades de empréstimos bancários ou de aplicações, podendo evitar que os recursos fiquem ociosos. Zdanowicz (2004, p. 41) ainda destaca também outros objetivos:

- Facilitar a análise e o cálculo na seleção das linhas de crédito a serem obtidas junto às instituições financeiras;
- Programar os ingressos e os desembolsos de caixa, de forma criteriosa, permitindo determinar o período em que deverá ocorrer carência de recursos e o montante, havendo tempo suficiente para as medidas necessárias;
- Permitir o planejamento dos desembolsos de acordo com as disponibilidades de caixa, evitando-se o acúmulo de compromissos vultosos em época de pouco encaixe;
- Determinar quanto de recursos próprios a empresa dispõe em dado período, e aplicá-los de forma mais rentável possível, bem como analisar os recursos de terceiros que satisfaçam as necessidades da empresa;
- Proporcionar o intercâmbio dos diversos departamentos da empresa com a área financeira;
- Desenvolver o uso suficiente e racional do disponível;
- Financiar as necessidades sazonais ou cíclicas da empresa;
- Providenciar os recursos para atender os projetos de implantação, expansão, modernização ou realocação industrial e/ou comercial;
- Fixar o nível de caixa, em termos de capital de giro;
- Auxiliar na análise dos valores a receber e estoque, para que se possa julgar a conveniência em aplicar esses itens ou não;
- Verificar a possibilidade de aplicar possíveis excedentes de caixa;
- Estudar um programa saudável de empréstimos e financiamentos;

- Projetar um plano efetivo de pagamento de débitos;
- Analisar a viabilidade de serem comprometidos os recursos pela empresa;
- Participar e integrar todas as atividades da empresa, facilitando assim os controles financeiros.

O fluxo de caixa projetado tem como objetivo principal informar se a empresa tem capacidade de liquidar seus compromissos financeiros, sejam eles de curto, médio ou longo prazo. Possui também outras finalidades importantes que devem ser consideradas como planejar a possibilidade de contratar empréstimos ou financiamentos, fazer aplicações com as sobras, avaliar as variações dos custos e o aumento das vendas (SANTOS, 2001).

Santos (2001, p. 57) ainda complementa que “a necessidade de planejamento de caixa está presente tanto em empresas com dificuldades financeiras, como naquelas bem capitalizadas”. Como o autor relata, independentemente da situação financeira da empresa, deve-se sempre saber o que fazer com o dinheiro ou com a falta dele, estar sempre preparada para as mudanças no mercado, e para alterações nas estratégias com a finalidade de melhorar financeiramente.

O controle do fluxo de caixa necessita de uma análise do período em que foi realizado o planejamento, com o objetivo de verificar os possíveis problemas que ocorreram e corrigi-los. Entre as várias finalidades do fluxo de caixa Zdanowicz (1989) destaca o controle da atividade financeira, onde se encontra todas as responsabilidades que a empresa possui e o controle das atividades da empresa, apresentando o sistema operacional para que não possua mais desembolsos do que receitas.

De acordo com Santos (2001), existem várias finalidades para o controle do fluxo de caixa, mas a mais importante é habilidade que essa ferramenta tem para mostrar se a empresa dispõe de recursos para a liquidação de todos os compromissos sejam eles de curto, médio ou longo prazo.

O planejamento do fluxo de caixa é muito importante, porque irá mostrar com antecedência os compromissos assumidos pela empresa. Com essa informação o administrador financeiro consegue se programar e visualizar quando poderá ter problemas no caixa, pelo aumento das compras ou por períodos em que haja uma diminuição no faturamento (ZDANOWICZ, 2014).

De acordo com Santos (2001), o planejamento do fluxo de caixa é considerado importante porque contém todos os dados recebidos pelo setor financeiro que foram gerados em outros setores das empresas, como por exemplo impostos, pagamentos efetuados, recebimentos, entre outras despesas e receitas.

3 METODOLOGIA

Este estudo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, mostrando como os autores se manifestam referente ao devido assunto. “A pesquisa Bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno [...] o pesquisador passa a somar uma série de

informações, com a finalidade de elaborar o seu projeto de pesquisa” (OLIVEIRA,2002, p. 119).

O método utilizado é um estudo de caso, uma vez que os resultados foram obtidos a partir de informações da empresa, por meio de análises dos dados fornecidos e observando as decisões tomadas em cada caso. Fornecendo informações das movimentações financeiras e através da observação das atividades operacionais.

O estudo de caso “refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado ou grupo humano sob todos os aspectos [...] reúne grande número de informações detalhadas, valendo-se de diferentes técnicas de pesquisa. Seu objetivo é aprender determinada situação e descrever a complexidade de um fato” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 305).

É uma pesquisa descritiva, pois permite um levantamento de dados, que podem ser comparados em devidos períodos. “A pesquisa descritiva tem por finalidade observar, registrar e analisar os fenômenos sem, entretanto, entrar no mérito do seu conteúdo. [...] Destinam-se a descrever as características de determinada situação, podendo ser de utilidade quando coletar dados com um objetivo definido” (OLIVEIRA, 2002, p. 128).

Para este estudo a abordagem utilizada é a quantitativa, “conforme o próprio nome indica, significa quantificar opiniões, dados, nas formas de coletas de informações, assim como também o emprego de recursos e técnicas estatísticas” (OLIVEIRA, 2002, p. 115).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com Silva (2008), o fluxo de caixa realizado contém as informações que já foram efetuadas, ou seja, o passado. Contendo informações diárias, semanais, mensais ou anuais sobre a movimentação de caixa geradas pelas entradas e saídas no período. Mostrando detalhadamente para quais fins esses montantes deram saída no caixa, disponibilizando uma comparação para verificar se as despesas estão com valores fixos ou se encontram oscilando.

Conforme Zdanowicz (2004) as principais entradas para constituição do fluxo de caixa são: vendas à vista, recebimentos, descontos, títulos e cobranças de duplicatas de vendas a prazo efetuadas pela organização.

Silva (2018) apresenta os principais ingressos e desembolsos que as organizações têm, podendo definir os ingressos como tudo que a empresa recebe de seus clientes e os desembolsos de todas as dívidas geradas para a obtenção de receitas.

Os principais itens que compõe as entradas são os créditos e receitas do fluxo de caixa em amostra, são referentes aos atendimentos prestados aos pacientes, que podem ser à vista (dinheiro ou depósitos bancários), no cartão (débito ou crédito em até 10 vezes), cheque ou boleto (até 6 vezes) e por último os recebimentos de inadimplências.

De acordo com Zdanowicz (2004) as principais saídas podem ser definidas como: compras de matéria-prima à vista e a prazo, salários e encargos sociais, custos indiretos de fabricação, despesas administrativas, com vendas, financeiras e despesas tributárias.

As saídas são formadas pelos débitos e despesas do fluxo em amostra, que são fornecedores de produtos ou serviços e também os desembolsos com folha de pagamento, encargos dos colaboradores e os tributos e contribuições. As compras são realizadas diariamente com o prazo mínimo de 07 dias (para compras alimentícias) e máximo de 150 dias, com isso os pagamentos são realizados todos os dias.

Como relatado por Silva (2018), o fluxo de caixa são todas as movimentações de entradas e saídas realizadas pela empresa, facilitando a visibilidade das informações para que o gestor possa realizar o planejamento. O fluxo de caixa inicia sempre com o saldo final do dia anterior, logo abaixo encontram-se os créditos (recebimento particular), débitos, convênios, despesas com fornecedores e por fim temos o saldo final do dia.

Figura 1: Fluxo de caixa reduzido

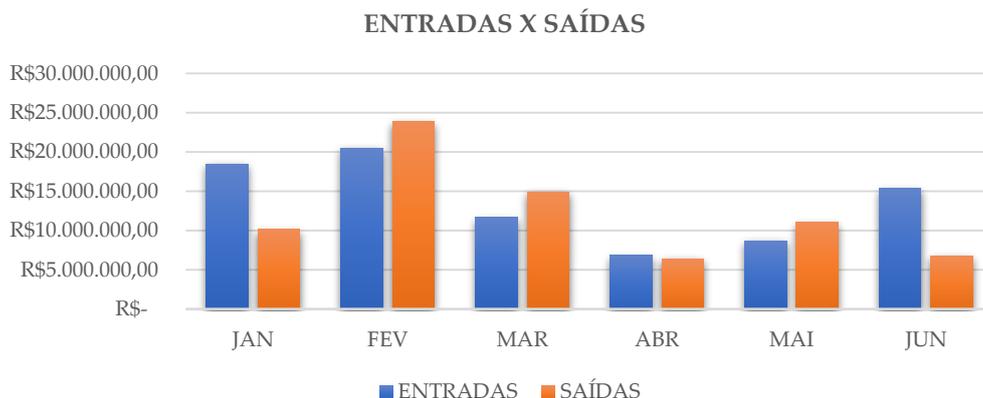
MÊS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
SALDO INICIAL	R\$ 1.403.415,91	R\$ 9.764.908,70	R\$ 6.361.790,75	R\$ 3.109.860,81	R\$ 3.551.212,92	R\$ 1.196.765,32
TOTAL ENTRADAS	R\$ 18.490.207,40	R\$ 20.481.297,63	R\$ 11.646.345,76	R\$ 6.836.704,69	R\$ 8.693.981,65	R\$ 15.323.567,10
+ CREDITO	R\$ 15.426.981,59	R\$ 17.875.039,15	R\$ 8.040.164,14	R\$ 4.265.143,24	R\$ 5.607.706,97	R\$ 13.316.188,05
+ DEBITO	R\$ 4.680.818,37	R\$ 12.824.266,58	R\$ 10.718.091,63	R\$ 2.855.847,82	R\$ 8.128.605,20	R\$ 3.139.194,45
RECEITAS	R\$ 3.063.225,81	R\$ 2.606.258,48	R\$ 3.606.181,62	R\$ 2.571.561,45	R\$ 3.086.274,68	R\$ 2.007.379,05
+ CONVENIOS	R\$ 3.063.225,81	R\$ 2.606.258,48	R\$ 3.606.181,62	R\$ 2.571.561,45	R\$ 3.086.274,68	R\$ 2.007.379,05
DESPESAS	R\$ 5.447.896,24	R\$ 11.060.149,00	R\$ 4.180.184,07	R\$ 3.539.504,76	R\$ 2.919.824,05	R\$ 3.630.225,60
+ GASTOS COM PESSOAL	R\$ 1.448.564,07	R\$ 1.154.076,54	R\$ 1.200.886,47	R\$ 948.311,39	R\$ 741.715,12	R\$ 1.126.904,60
+ GASTOS COM UTILIDADES + GASTOS COM TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	R\$ 95.019,58	R\$ 100.055,11	R\$ 85.625,86	R\$ 16.941,36	R\$ 36.847,41	R\$ 25.551,22
+ GASTOS COM MATERIAIS + GASTOS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	R\$ 639.330,35	R\$ 297.567,09	R\$ 304.796,01	R\$ 167.749,16	R\$ 136.565,34	R\$ 119.678,97
+ GASTOS COM OCUPAÇÃO E MANUTENÇÃO	R\$ 1.120.559,38	R\$ 899.967,29	R\$ 966.659,60	R\$ 974.152,82	R\$ 708.595,48	R\$ 1.048.216,07
+ OUTROS GASTOS	R\$ 152.177,05	R\$ 59.044,57	R\$ 60.073,85	R\$ 36.925,49	R\$ 34.342,43	R\$ 46.973,92
+ DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 295.722,83	R\$ 7.185.080,09	R\$ 65.550,68	R\$ 56.080,38	R\$ 52.266,06	R\$ 49.566,94
TOTAL SAIDAS	R\$ 10.128.714,61	R\$ 23.884.415,58	R\$ 14.898.275,70	R\$ 6.395.352,58	R\$ 11.048.429,25	R\$ 6.769.420,05
SALDO FINAL	R\$ 9.764.908,70	R\$ 6.361.790,75	R\$ 3.109.860,81	R\$ 3.551.212,92	R\$ 1.196.765,32	R\$ 9.750.912,37

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

No primeiro semestre em análise, conforme a figura 1, as entradas foram maiores que as saídas apenas nos meses janeiro e junho, já nos outros meses tivemos saídas maiores ou equivalentes aos ingressos. Observa-se também que nos meses de março, abril e maio as receitas foram bastantes afetadas pela pandemia, que representam aproximadamente uma queda de 40% nas receitas.

O fluxo de caixa permite fazer essas comparações semanais, mensais e anuais, com a alimentação do fluxo pode-se observar na figura 1 os ingressos e desembolsos gerados, podendo assim comparar a oscilação decorrente no primeiro semestre do ano de 2020. Para uma melhor visualização, o Gráfico 1 mostra a oscilação do período.

Gráfico 1: Comparação - Entradas x Saídas



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Observa-se que houve uma queda significativa nas entradas nos meses seguintes a fevereiro, no começo da pandemia, mas em junho a demanda começa a crescer vagarosamente. As saídas tiveram um aumento excessivo no mês de fevereiro e entraram em declínio a partir de março, com a situação do país a tendência era aumentar qual seria o motivo da diminuição?

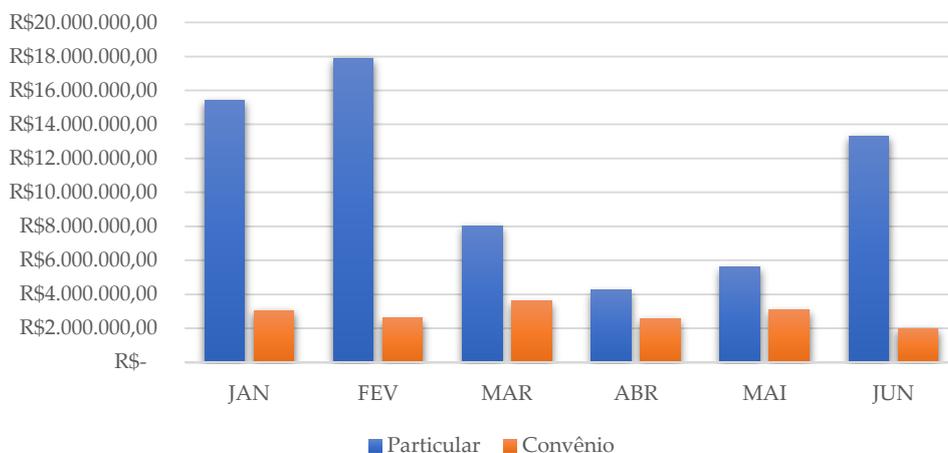
Com a análise do fluxo de caixa, foi decidido que nos meses seguintes a fevereiro, o setor financeiro ficaria responsável pelo parcelamento de todas as despesas, incluindo o não pagamento de alguns impostos suspensos temporariamente pelo governo. Segundo o site Agência Brasil (2020) o governo adiou vários pagamentos de impostos, entre eles Fundo de Garantia de Tempo e Serviço (FGTS), Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Programa de Integração Social (Pis).

De acordo com Silva (2018), o fluxo de caixa é utilizado como um instrumento de gerenciamento e relatórios com informações gerenciais, para auxiliar os administradores nas tomadas de decisões, podendo ser usado como comparativo entre acumulo de vendas diárias, mensais e anuais. Sendo assim, é usado para fazer comparativos entre entradas e saídas, e também mostrar qual produto é mais lucrativo.

Como relatado pelo autor, proporciona ao gestor a informação do método que gera maior lucratividade para o hospital, sendo assim, foi constatado que o atendimento particular, representado pelos créditos, tem um valor exorbitante compara com os convênios, simbolizando 80% dos lucros gerados enquanto os convênios correspondem somente a 20%.

Gráfico 2: Maior Rentabilidade

PARTICULAR X CONVÊNIO



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O Gráfico 2 exemplifica a diferença entre os atendimentos particulares e convênios, além disso percebe-se que houve uma alta queda nos atendimentos particulares de mais de 50% de março a maio, mas que em junho voltou a crescer. Já os convênios não obtiveram mudanças expressivas, permanecendo praticamente no mesmo nível de atendimentos.

Além dos comparativos diários, mensais e anuais, citados por Silva (2018), podem ser efetuadas comparações entre classificações das despesas e receitas, para verificação de possíveis despesas desnecessárias e departamentos com maior volume de gastos. Na figura 1, pode-se visualizar que os maiores gastos se encontram nos gastos com pessoal, materiais e serviços de terceiros.

Na tabela 1, pode-se verificar que de janeiro até junho a empresa possuía um total de R\$ 9.738.549,26 aplicado, desse valor houve uma necessidade de resgate de R\$ 4.552.366,40 para pagamento das despesas. Com o fluxo o gestor pode controlar diariamente os valores aplicados e resgatados, podendo fazer algumas movimentações entre as contas para evitar os resgates.

Percebe-se que no fluxo de caixa a empresa não possui nenhum tipo de controle dos rendimentos que as aplicações fornecem para o hospital, apenas são apresentadas as aplicações e resgates feitos em determinado período de tempo.

Figura 2: Aplicação e Resgate

MÊS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
CREDITO							
Resgate Aplicação	R\$ 23.815,88	R\$ -	R\$ 2.775.750,06	R\$ -	R\$ 99.355,36	R\$ 1.633.445,10	R\$ 4.552.366,40
DEBITO							
Aplicação Bancária	R\$ 271.400,00	R\$ -	R\$ 4.650.000,00	R\$ 247.000,00	R\$ 3.944.724,24	R\$ 625.425,02	R\$ 9.738.549,26

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Na Figura 2, podemos apontar ainda a estratégia que a empresa utilizou para o rendimento do capital, aplicando o dinheiro que se pode definir como sobras ou reservas

para alguma atividade futura. Zdanowicz (2014), relata que as sobras devem ser usadas para investimentos que gerem algum retorno para a empresa.

Analisa-se ainda, que foram feitos empréstimos nos meses de janeiro, fevereiro e junho gerando um total de R\$ 21.785.000,00, com esses empréstimos o hospital efetuou o pagamento de R\$ 5.658.020,24 referentes a empréstimos antigos que estavam em aberto. E também quitou o valor de 1.972.248,76 relacionado a pagamentos de empréstimos de sócios. Como mostra na figura 3:

Figura 3: Captação de empréstimo

MÊS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
CRÉDITO							
Capitação de empréstimo (+)	R\$ 8.500.000,00	R\$ 4.650.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.635.000,00	R\$ 21.785.000,00
DEBITO							
Adiantamento – Pagamentos	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.775.750,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 862.125,00	R\$ 3.637.875,00
DESPESA FINANCEIRAS							
Pagamento Empréstimos Bancários	R\$ 257.273,14	R\$ 5.190.735,22	R\$ 52.658,50	R\$ 55.520,38	R\$ 52.266,06	R\$ 49.566,94	R\$ 5.658.020,24
Pagamento Empréstimos Sócios	R\$ -	R\$ 1.972.248,76	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.972.248,76

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Ainda com esse valor dos empréstimos, demonstrado na figura 3, foi feito um pagamento adiantado em março de R\$ 2.775.750,00 e outro em junho de R\$ 862.125,00, no sistema do fluxo de caixa pode-se, com a opção *drill down* (detalhar), visualizar que se trata de uma compra de uma máquina de tomografia.

Como Zdanowicz (2014) afirma, o fluxo de caixa é muito importante para as empresas, pois, planeja, dirige, organiza, coordena e controla os recursos da organização em determinado tempo. Silva (2018) defende que o fluxo de caixa é uma ferramenta para gerenciamento das informações gerenciais.

Conforme os dados levantados pela pesquisa, percebe-se a relevância do fluxo de caixa para o controle financeiro, mostrando a facilidade em manusear e analisar as informações para as tomadas de decisões com maior eficácia, com o auxílio da alimentação diária.

5 CONCLUSÃO

O PROJETO foi pautado em referências bibliográficas e com base nos conceitos estudados, o objetivo desta pesquisa foi mostrar a importância do fluxo de caixa na área hospitalar. Para isso foram elencados três objetivos específicos, primeiramente buscar a literatura dos conceitos sobre administração financeira e fluxo de caixa, logo em seguida demonstrando a importância do fluxo de caixa nas tomadas de decisão e a facilidade nas análises.

Para a realização dos objetivos foi necessário coletar os dados do fluxo de caixa do hospital e averiguar os processos de alimentação do mesmo. A empresa em estudo utiliza o fluxo de caixa a vários anos, porém a ferramenta é nova no sistema Tasy. Possui uma rotina diária para os lançamentos das informações, facilitando para o gestor a visualização da liquidez diária.

Sabe-se que o atual mercado competitivo exige soluções rápidas e eficazes nas empresas, para isso o administrador precisa de ferramentas que auxiliem nas tomadas

de decisões. Com a realização do estudo, identificou-se a relevância do controle e acompanhamento do fluxo de caixa, tornando possível visualizar todas as entradas e saídas realizadas nos períodos de janeiro a junho de 2020, com uma ferramenta de fácil acesso e entendimento.

Com a análise do fluxo de caixa, mesmo sem a criação de gráficos é possível notar o que traz maior rentabilidade para a empresa, qual a forma de pagamento mais utilizada, qual setor gera mais gastos, a liquidez da empresa, entre outros. Com o importante fator de saber a saúde da empresa, o gestor pode tomar as devidas decisões, como por exemplo o que foi feito no hospital, reparcelar todos os pagamentos e suspender alguns para evitar que o hospital deixe de comprar o essencial: medicamentos e materiais para cirurgias.

Como citado pelos autores, o fluxo de caixa é um instrumento de controle do financeiro da empresa que tem como objetivo fornecer informações e apoiar nas tomadas de decisões. Fornecendo relatórios de todas as informações financeiras, sendo de extrema importância para o controle de todas as empresas.

Com base nas informações coletadas, pode-se afirmar que a empresa possui apenas um controle do fluxo de caixa realizado, não possui um fluxo de caixa projetado para analisar melhor suas obrigações a serem cumpridas futuramente e também saber as receitas tanto de convênio quanto de particular que estão previstas para os próximos meses.

Pode-se enaltecer que o fluxo de caixa pode ser utilizado de várias formas para auxiliar a gestão financeira da empresa, como exemplificado, auxiliar no gerenciamento de gastos, controle financeiro, planejamento e apoiando as tomadas de decisões.

Durante a elaboração do estudo algumas limitações foram encontradas, como a falta de disponibilização das informações do fluxo de caixa dos anos anteriores a 2020, das planilhas em Excel, para realizar comparativos entre as receitas e despesas nos anos anteriores.

Este estudo não tem a pretensão de se dar por concluído, pois além das mudanças dos fatores externos e internos, pode-se destacar a falta de dados para comparativos anuais, deixando aberto para novas pesquisas para a criação do fluxo de caixa projetado, para auxiliar ainda mais nas tomadas de decisões. Além de poder realizar previsões de pagamentos e recebimentos, planejando de uma forma segura futuras operações financeiras.

Além da criação do fluxo de caixa projetado, as inadimplências, que hoje se encontram apenas em planilhas no Excel, precisam ser incluídas no sistema Tasy, criando uma opção de contas pendentes no jurídico, para uma melhor cobrança das mesmas.

Sem deixar de fora a sugestão de controlar os rendimentos das aplicações bancárias, que não fazem parte do fluxo de caixa, para assim analisar qual melhor investimento será melhor para a organização.

Por fim, espera-se que o estudo seja útil ao meio acadêmico, como uma forma de auxiliar nas pesquisas se outros estudantes que cursam Administração ou Ciências Contábeis e também para pessoas que têm interesse no assunto.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Confira pagamentos e tributos adiados ou suspensos durante pandemia.** Disponível em: agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/confira-pagamentos-e-tributos-adiados-ou-suspensos-durante-pandemia.

FREZATTI, Fábio. **Gestão de fluxo de caixa: perspectivas estratégica e tática.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MORAIS, Szabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** São Paulo: Pioneira, 2002.

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração financeira da pequena e média empresa.** São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas.** São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas Guia de Sobrevivência Empresarial.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro.** 3. ed. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, 1989.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro.** 10. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Gestão financeira para cooperativas: enfoques contábil e gerencial.** São Paulo: Atlas, 2014.

A MULHER CONTABILISTA NO MERCADO DE TRABALHO EM PATOS DE MINAS/MG¹

Monike L. Silva²

Adriana de Lanna Malta Tredezini³

RESUMO: O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a percepção de mulheres contabilistas quanto ao nível de inserção no mercado de trabalho de Patos de Minas. Diante disso, foi preciso delinear os seguintes objetivos específicos: descrever a luta histórica das mulheres para ingressarem no mercado de trabalho; abordar a representatividade das mulheres no setor contábil nacional; analisar a percepção das mulheres de Patos de Minas que atuam no setor contábil quanto a abrangência da profissão e as dificuldades com relação ao gênero. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de cunho quali-quantitativo. Quanto ao procedimento utilizaram-se os métodos documental, bibliográfico e pesquisa de campo, através da aplicação de um questionário semiestruturado. Para análise do questionário, utilizou-se o método *survey*. Concluiu-se que as mulheres contabilistas de Patos de Minas conseguiram integrar-se ao mercado contábil, apesar de dificuldades encontradas, como dupla jornada de trabalho, falta de oportunidade e de reconhecimento profissional. Mesmo assim, é possível reconhecer um avanço das mulheres em um ambiente que outrora era preponderantemente masculino.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Contabilistas; Patos de Minas.

ABSTRACT: The general objective of this research was to analyze the perception of female accountants regarding the level of insertion in the job market in Patos de Minas. In view of this, it was necessary to outline the following specific objectives: to describe the historical struggle of women to enter the labor market; address the representativeness of women in the national accounting sector; to analyze the perception of women from Patos de Minas who work in the accounting sector regarding the scope of the profession and the difficulties in relation to gender. This is a descriptive, qualitative and quantitative research. As for the procedure, documental, bibliographic and field research methods were used, through the application of a semi-structured questionnaire. For the analysis of the questionnaire, the survey method was used. It was concluded that the female accountants from Patos de Minas were able to integrate into the accounting market, despite difficulties encountered, such as double working hours, lack of opportunity and professional recognition. Even so, it is possible to recognize an advance of women in an environment that was once predominantly male.

KEYWORDS: Women; Accountants; Patos de Minas.

1 INTRODUÇÃO

As mulheres travam uma luta há séculos para se integrarem no mercado de trabalho, figurando a Revolução Industrial como um marco em que as mulheres foram aceitas no contexto laboral público. Mesmo contratadas para atuar em grandes

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: monikelima@unipam.edu.br.

³ Professora do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: adriana@unipam.edu.br.

indústrias e sendo necessária a mão-de-obra, as mulheres eram vítimas de desigualdades e opressão (SILVA, 2017).

Depois de anos de batalha e mesmo com o direito à igualdade de gênero reconhecido em leis, tratados internacionais e na Constituição Federal, as mulheres ainda lutam para ocupar o espaço de trabalho, com a mesma equidade que os homens. Essa recalcitrância em aceitar a mulher no mercado de trabalho ocorre por muitos fatores, pois ainda existe a crença de que a mulher nasceu para procriar e cuidar dos afazeres domésticos. Outro fator preponderante é a imagem culturalmente formada de que mulheres devem ocupar somente espaços privados e ao homem compete o papel perante a sociedade e indústria (PALA *et al.*, 2017).

Cerqueira e Cabecinhas (2012) asseveram que apesar do aumento de mulheres contabilistas, a gerência e funções de confiança nos escritórios de contabilidade ainda são atribuídas em grande parte aos homens. Nesse paradigma, surgiram os seguintes questionamentos: Como a mulher lutou historicamente para se introduzir no mercado de trabalho? Como é a expressividade da mulher no setor contábil nacional? As mulheres atuantes nos setores contábeis da cidade de Patos de Minas se sentem igualmente valorizadas e têm as mesmas chances que os homens?

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a percepção de mulheres contabilistas quanto ao nível de inserção no mercado de trabalho de Patos de Minas.

Foi necessário delinear os seguintes objetivos específicos: descrever a luta histórica das mulheres para ingressarem no mercado de trabalho; abordar a representatividade das mulheres no setor contábil nacional; analisar a percepção das mulheres de Patos de Minas que atuam no setor contábil quanto à abrangência da profissão e as dificuldades com relação ao gênero.

A pesquisa realizada possui fundamental importância para o meio social, porque visou demonstrar como é árdua a luta das mulheres em busca da igualdade, principalmente estando numa profissão preponderantemente masculina como a contabilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, serão tratados a importância dos direitos trabalhistas e como estão regulados em lei; o percurso histórico que a mulher percorreu para se introduzir no mercado de trabalho e a representatividade das mulheres no setor contábil em seara nacional.

2.1 IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS TRABALHISTAS

A origem do Direito do Trabalho remonta à Revolução Industrial (século XIX), momento histórico em que ocorreu uma intensa mudança tecnológica, econômica, social e política. Juntamente com a revolução industrial nasceu a sociedade industrial, e, por conseguinte, o trabalho assalariado, para o fim de regular a ordem econômica, política e jurídica (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

O Direito do Trabalho é um conjunto de normas e princípios, organizados sistematicamente, que disciplinam as relações de trabalho entre empregado e

empregador. Em caso de descumprimento das normas trabalhistas, existem punições para ambos os envolvidos, visando harmonizar a integralidade dessas relações, de modo a salvaguardar os direitos e deveres do trabalhador no contexto laboral (PALA *et al.*, 2017).

A Constituição Federal de 1988 foi crucial, para o fim de garantir os direitos individuais aos trabalhadores, relacionando no artigo 7º temas variados sobre o trabalho. Mas essa legislação não está condensada somente na Carta Magna. Existe também uma legislação não consolidada que acompanhou a modernidade, de modo a regular direitos e deveres, ilustrando-se o Fundo de Garantia, repouso semanal remunerado, banco de horas (DUTRA, 2016).

2.2 ONU MULHER

O Instituto da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres foi instituído como mais uma estratégia de promover a inserção da mulher na sociedade, incluindo o mercado de trabalho, efetivando-se seus direitos fundamentais (BARROSO, 1989).

Portanto, o objetivo crucial da ONU Mulheres é lutar pela efetivação dos direitos das mulheres no mundo, consagrando a igualdade de gênero como um direito fundamental, com seus incontáveis resultados na sociedade e economia (ALVES, 2016). O empoderamento feminino é definido como o encorajamento a produtividade e avanços, pois mesmo que a sociedade civil aumente as oportunidades em favor das mulheres, a desigualdade de gênero ainda é latente.

Falta a muitas mulheres oportunidade de ostentar um trabalho digno, pois se deparam com diferenças salariais (a menor) e também ocupacionais. Muitas vivem em condições piores, pois não tem oportunidade de ter instrução e saúde. Em todas as partes do mundo sofrem opressão e abusos físicos (ALVES, 2016).

Visando dar efetividade a igualdade de gênero, a ONU Mulheres oferece um suporte e incentivo para que as mulheres tenham representatividade política e funções de chefia, desenvolvendo parcerias com entes particulares e públicos. O pacto com a ONU Mulheres encontra respaldo no Brasil, já que o país ocupa, felizmente, o segundo lugar no ranking de organizações que aderiram aos ditames da ONU Mulheres. Em sede internacional, a entidade possui parceria com países do Sul, em especial os africanos e latino-americanos (CERQUEIRA; CABECINHAS, 2012).

2.3 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO – UM APANHADO HISTÓRICO

A Revolução Francesa em 1789 trouxe além das mudanças referentes aos valores de Liberdade, igualdade e fraternidade, um novo paradigma quanto à função da mulher na sociedade civil. Dentre as mudanças ocorridas, a mulher resolveu desafiar o sistema e buscar melhores condições de vida, maior representatividade e participação política e principalmente a igualdade de gênero (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014).

Na Revolução Industrial (segunda metade do século XVIII), houve aumento da mão-de-obra, inclusive feminina, para fins de pagamento menor de salário. Esse ponto marcou a história, pois houve a introdução definitiva da mulher na indústria (D'AVILA NETO, 1994). Nessa etapa, constata-se a figura da mulher assalariada, em grande escala,

assumindo significativa relevância na indústria têxtil, em que pese o parco reconhecimento social (ABRAMO, 2014).

Teixeira (2009) explica que ao final do século, o trabalho sofreu uma divisão de espaços entre homens e mulheres. O trabalho das mulheres era eminentemente doméstico e ocupava somente a área privada, já os meios de produção eram destinados aos espaços públicos. Andrade (2004) reitera que essa estruturação significou uma marcante divisão de trabalho entre homens e mulheres. Aos homens cabia o espaço público, com o respectivo salário, aceito e aclamado pela sociedade. Às mulheres cabiam as atividades domésticas, sem qualquer salário.

O mercado de trabalho se expandiu consideravelmente na América Latina, em meados da década de 70 e 90, principalmente considerando o aumento de horas nas jornadas diária e semanal. Do mesmo modo, as manifestações e reclamações trabalhistas também cresceram (COLCERNIANI; D'AVILA NETO; CAVAS, 2015). A surpresa é que o nível de escolaridade feminino cresceu mais que dos homens, o que tornou mais evidentes e injustas as diferenças de salário e funções estereotipadas, registrando-se uma sensível melhora nesse campo. Por outro lado, o alto desemprego das mulheres continuou existindo, sempre maior que dos homens. Por esses motivos é que muitas assumiram funções problemáticas e com pouco reconhecimento pela sociedade (TEIXEIRA, 2009).

2.4 A MULHER E O TRABALHO CONTÁBIL NO BRASIL

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2020) registra a representatividade por gênero e por região. Estima-se que na região Sudeste, o número de contabilistas era de 51,4% em 31 de dezembro de 2016. Esse número subiu para 51,6% em 31 de dezembro de 2017. Essas pesquisas ratificam as afirmativas do Conselho Federal de Contabilidade (2016) de que se formam mais mulheres em Ciências Contábeis do que homens.

Segundo Mota e Souza (2014), Maria Divina Nogueira foi a primeira bacharela em Ciências Contábeis a obter o registro no CRC/MG foi, no ano de 1947, mas a primeira mulher a receber o título de doutoramento foi somente em 1986. Em 2012, as mulheres estudantes de Ciências Contábeis eram de 27.754 mil, ao passo que o total de homens era de 19.287 mil estudantes.

Segundo dados do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 2020, o número de mulheres com registro ativo atingiu cerca de 219.438 mulheres, incluindo contadoras e técnicas, chegando a um percentual de 42,69%. Nesse sentido, está a Tabela 1:

Tabela 1: Profissionais ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por gênero - abril/2020

REGIÃO	Feminino					
	Contador	%	Técnico	%	Total	%
Centro-oeste	13.756	31,2700	3.776	8,5836	17.532	39,8536
Nordeste	25.907	31,2792	8.824	10,6538	34.731	41,9330
Norte	12.526	40,9373	2.294	7,4972	14.820	48,4345
Sudeste	78.808	29,6979	34.041	12,8279	112.849	42,5258
Sul	30.358	33,2771	9.148	10,0276	39.506	43,3047

Total	161.355	31,3915	58.083	11,3000	219.438	42,6916
--------------	---------	---------	--------	---------	---------	---------

Fonte: CFC (2020).

E é graças à participação das mulheres no setor contábil, é que se criaram programas e estratégias voltadas ao público feminino, como congressos, cursos de capacitação em níveis federais e estaduais, de modo a contribuir para a formação das mulheres na contabilidade.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se classifica como descritiva, porque expõe as características de uma determinada população ou fenômeno. Segundo magistério de Gil (1994, p. 42): a pesquisa descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto aos procedimentos, realizaram-se um levantamento bibliográfico, delineando o tema de forma ampla, através da pesquisa com livros, monografias, dissertações, teses e artigos científicos eletrônicos.

Realizou-se a pesquisa documental, pois o estudo reuniu fontes primárias, como as contidas no portal do Conselho Federal de Contabilidade e são fontes que não receberam tratamento analítico e podem ser utilizadas como interpretação ao longo da pesquisa.

Os dados foram levantados através do método *survey* o que significa coletar os dados diretamente do grupo que se pretende conhecer o comportamento ou fenômeno. Gil (1994) esclarece que a análise dos dados coletados é realizada de modo quantitativo (e assim conhecer as conclusões sobre o estudo).

A análise não considerou o ambiente como fonte direta dos dados, pois o questionário foi formulado através do aplicativo *Google Forms* e foi enviado por *e-mail* a 10 profissionais do setor contábil, escolhidas aleatoriamente, dentre as que atuam no mercado de Patos de Minas. Os dados foram coletados entre os meses de maio a setembro de 2020.

Depois de organizar os dados, realizou-se a tabulação através do *Microsoft Excel* e conseqüente análise e discussão de resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

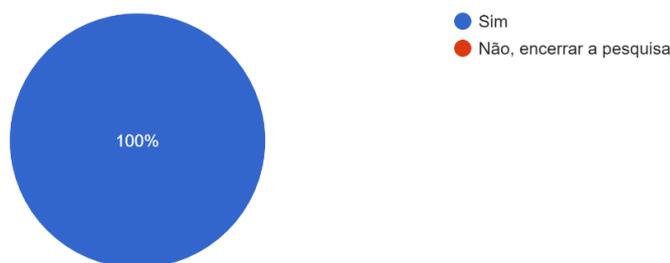
Através desta pesquisa, analisou-se a percepção de 30 mulheres contabilistas quanto ao nível de inserção no mercado de trabalho de Patos de Minas. Esta pesquisa que passou sob o crivo do Comitê de Ética do Unipam, foi autorizada por estar em consonância com preceitos e normas éticas do CONEP e buscou evidenciar os desafios e dificuldades encontrados no ramo, analisando se a mulher contabilista possui espaço e representatividade na profissão.

A primeira pergunta do questionário diz respeito ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo certo que todas as respondentes concordaram com os termos da pesquisa. Senão confira-se:

Gráfico 1: Ciência das respondentes quanto ao TCLE

Aceita os termos do formulário?

30 respostas



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

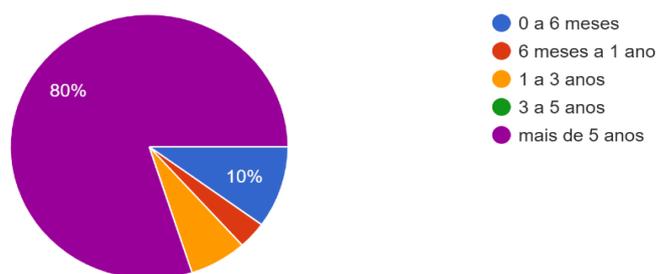
Quanto à faixa etária das respondentes, o questionário demonstrou que 33,3% possuem de 31 a 35 anos e 23,3% possuem de 26 a 30 anos. A faixa etária menos expressiva foram mulheres de 36 a 40 anos e de 46 ou mais anos. Note-se que a pesquisa demonstrou que dentre as respondentes, as mulheres mais jovens são mais atuantes na área.

O Gráfico 2 demonstra que 80% das respondentes residem em Patos de Minas há mais de cinco anos.

Gráfico 2: Tempo de residência em Patos de Minas

2 Quanto tempo você reside em Patos de Minas?

30 respostas



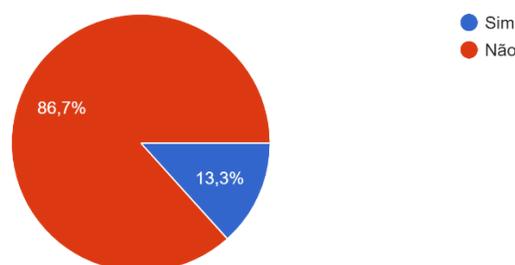
Fonte: dados da pesquisa, 2020.

É interessante observar que as mulheres contabilistas conseguem trabalhar em Patos de Minas e se mantêm estáveis, pois do contrário não ficariam estabelecidas na cidade por tanto tempo.

O Gráfico 3 demonstra que 86,7% das respondentes não precisaram mudar de cidade para exercer a profissão de contadora ou demais vertentes do mercado de trabalho contábil.

Gráfico 3: Necessidade de mudança de endereço

3 Houve necessidade de mudar de endereço para conseguir exercer a profissão?
30 respostas



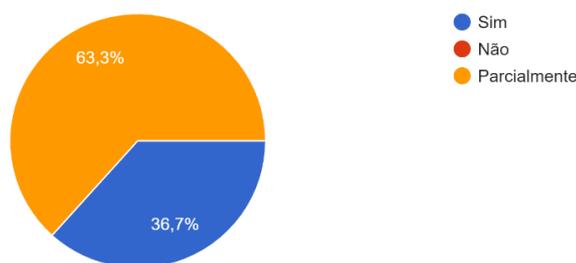
Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Muito embora as mulheres enfrentem os obstáculos do mercado de trabalho ao ganharem maior expressividade e representatividade no setor contábil, é interessante mencionar que os mesmos autores do estudo “Mulheres em evidência: desafios e perspectivas da mulher contabilista” concluíram que homens possuem melhores salários que mulheres, maior estabilidade e conseguem emprego em empresas de maior porte.

O Gráfico 4 trata das expectativas profissionais proporcionadas pelo curso de ciências contábeis. A pesquisa evidenciou que 63% das respondentes estão parcialmente satisfeitas com os resultados da graduação.

Gráfico 4: Expectativas quanto ao curso de Ciências Contábeis

4 O Curso de Ciências Contábeis atendeu suas expectativas pessoais e profissionais?
30 respostas



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

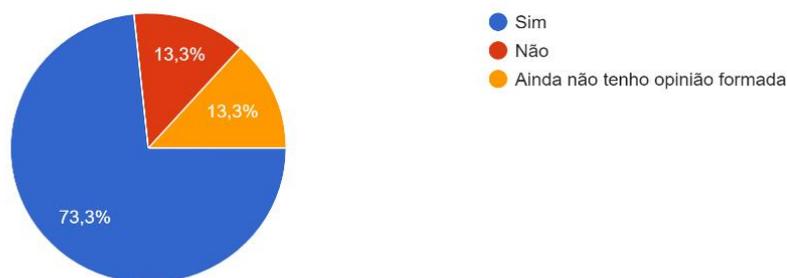
Tonetto (2012, p. 80) realizou uma pesquisa denominada “A mulher contadora: o perfil das profissionais e as perspectivas para o futuro das formadas entre 2007 a 2011 do curso de ciências contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense”, onde constatou que o curso de graduação “atendeu parcialmente a expectativas de 49% das

mulheres pesquisadas que fizeram o curso e que 77% das mulheres que atuam na área contábil sentem-se realizadas”.

O Gráfico 5 ocupou-se de demonstrar se as respondentes se sentem realizadas com a profissão escolhida. Deste modo, 73% das respondentes responderam que sim, 13,3% responderam que não e 13,3% responderam que não possuem opinião formada.

Gráfico 5: Realização quanto à profissão escolhida

5 Você sente realizada com a profissão escolhida?
30 respostas



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

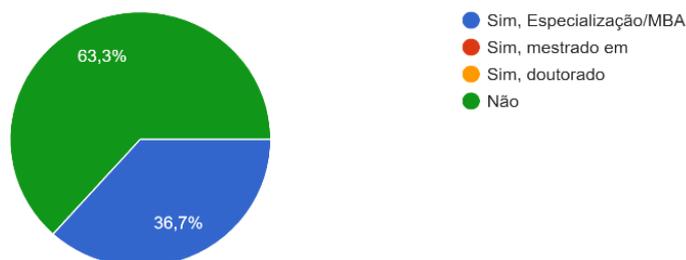
Mazocco *et al.* (2018, p. 4) ao realizarem um estudo denominado “A percepção da mulher sobre o mercado contábil da cidade de venda nova do Imigrante – ES” publicado no IV Seminário Científico da FACIG constataram, em pesquisa similar a esta, que “a afinidade natural com a profissão ficou em primeiro lugar com 30,56%, o que significa que há uma conexão verdadeira com a profissão escolhida”. Os pesquisadores constataram que 16,67% das respondentes entendem que o mercado para o setor contábil é bom e torna-se cada dia mais promissor.

O gráfico 6 foi o responsável para indicar o nível de escolaridade das participantes, sendo possível constatar que 63,3% não possuem pós-graduação. No mesmo gráfico, é possível analisar que nenhuma das entrevistadas possuíam mestrado ou doutorado. As que investiram em uma pós-graduação ou MBA totalizaram 36,7% em relação ao total de mulheres contadoras.

Gráfico 6: Nível de escolaridade

6 Você possui Pós-Graduação?

30 respostas



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

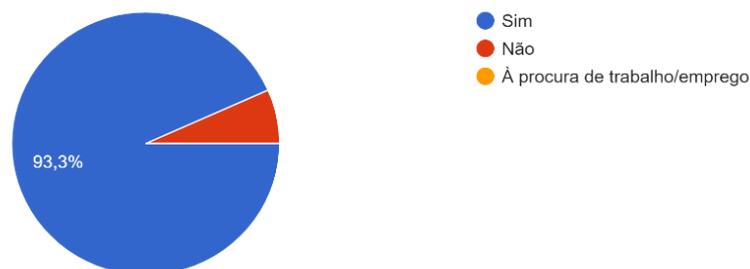
Esse dado pode ser interpretado sob outra ótica, ou seja, de que as mulheres contabilistas não conseguem conciliar o trabalho, com as atividades domésticas e pessoais e aprofundar nos estudos.

O gráfico 7, por sua vez, demonstrou que 93,3% das respondentes estão exercendo a profissão contábil.

Gráfico 7: Exercício da profissão contábil

7 Você está exercendo a Profissão Contábil?

30 respostas



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

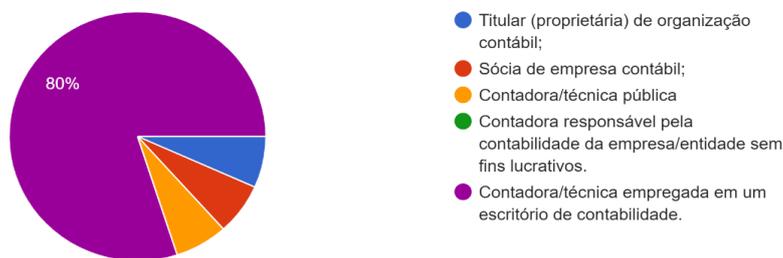
O que as mulheres procuram hoje é a igualdade e ao buscarem esse propósito, acabam alcançando benefícios em suas vidas em casa, porque podem contribuir para aumentar a renda familiar. Já não se fala mais na figura da mulher que fica somente em casa e ocupa espaços eminentemente privados, pois hoje a sobrevivência da entidade familiar, em termos financeiros, já não é mais responsabilidade só do homem, mas de todos os membros da família.

O Gráfico 8 apresenta que 80% das respondentes ocupam a função de contadora/técnica empregada em um escritório de contabilidade.

Gráfico 8: Ramos de atuação na contabilidade

8 Qual sua forma de atuação no ramo da contabilidade?

30 respostas



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

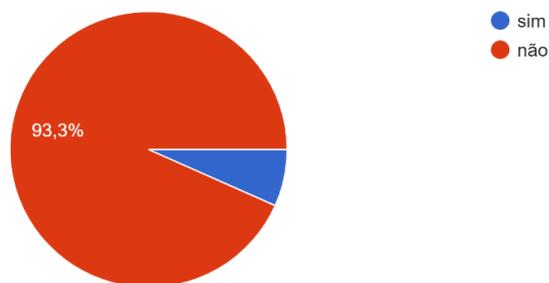
Em estudo similar, Santos e Vilela (2018, p. 17) revelaram que dentre as funções exercidas, estão em sua maioria a de “auxiliar contábil, sendo a primeira colocada como a função de maior ocupação entre as mulheres, de modo que 32% das entrevistadas responderam que atualmente, possuem carteira assinada como auxiliar contábil”.

O gráfico 9 tratou sobre a percepção das respondentes sobre a dificuldade em ingressar no mercado de trabalho em razão das mesmas serem do gênero feminino tratado nesta presente pesquisa. Confira-se:

Gráfico 9: Dificuldades em ingressar na profissão, em razão do gênero

9 Você encontrou dificuldade em ingressar na área contábil, por ser mulher?

30 respostas



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

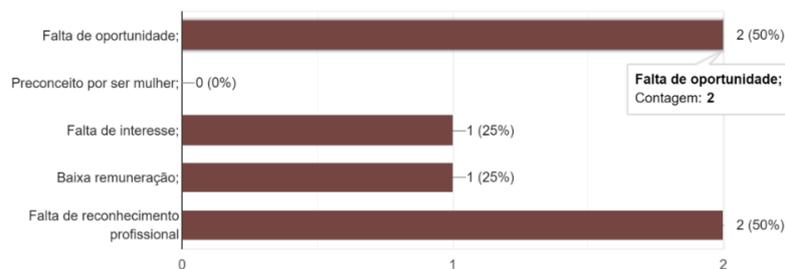
Em conformidade com os dados compilados, pode-se observar que a dificuldade das mulheres em se introduzirem no mercado de trabalho tem sido minimizada. Santos e Vilela (2018) aduzem que parte dessas mulheres somente encontram emprego quando são indicadas por parentes ou amigos.

O Gráfico 10 nos revelou os maiores motivos que podem influenciar para que as mulheres encontrem dificuldades em ingressar no mercado contábil, figurando como maiores motivos: a falta de oportunidade (50%) e falta de reconhecimento profissional (50%).

Gráfico 10: Motivos que dificultam o ingresso no mercado contábil

10 Se respondeu SIM à questão 9, aponte qual maior dificuldade você encontra em exercer a profissão contábil, considerando a condição de ser mulher:

4 respostas



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

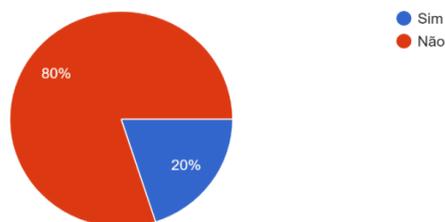
Observe-se que as profissionais de Patos de Minas asseveram que não encontraram dificuldades em ingressar no mercado de trabalho, por razões de gênero.

O Gráfico 11 nos revela que 80% das participantes não necessitam de outra fonte de renda, além do serviço contábil, o que demonstra que a remuneração é satisfatória para os fins de garantir a subsistência digna da mulher e sua família.

Gráfico 11: Fonte de rendimento

11 Você possui outra fonte de rendimento?

30 respostas



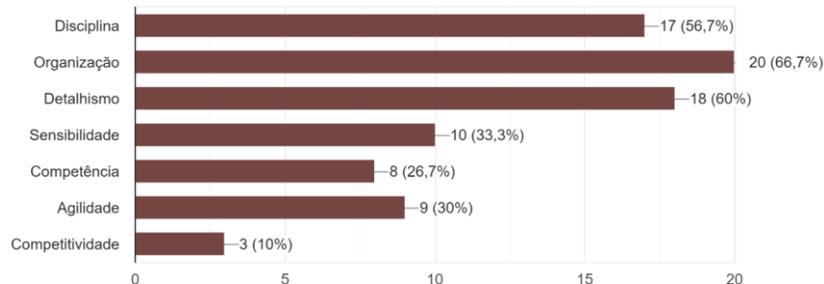
Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Sillas, Freitas e Pacheco (2015) realizaram uma pesquisa com o título “Mulheres Contabilistas: um estudo das profissionais atuantes no Paraná”, em que entrevistaram 192 mulheres contabilistas e constataram que 142 não realizam outras atividades complementares à principal. Entretanto, ponderam que a soma de mulheres que necessitam desempenhar outras atividades a fim de complementar renda, ou seja, 26% são expressivas. Os autores também destacaram que as principais características pessoais dessas profissionais, estão em ser donas de casas e mães.

E por fim, o Gráfico 12 traz as principais características apontadas pelas respondentes como diferencial competitivo entre mulheres e homens na seara contábil. O principal se trata da organização (66,7%), seguido por detalhismo (60%) e disciplina (56,7%). Confira-se:

Gráfico 12: Características de diferenciação de gênero no setor contábil

12 Quais as características que você aponta como principal diferencial competitivo das mulheres em relação aos homens, na área contábil?
30 respostas



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Há que se reconhecer que mulheres contabilistas possuem uma desenvoltura melhor para formular cálculos, além de serem mais organizadas, disciplinadas e detalhistas. Figueiredo (2008, p. 55) destaca que: “o aumento da participação da mulher na contabilidade deve-se à facilidade que elas têm em lidar com detalhes peculiares à profissão”.

Ademais, mesmo que homens e mulheres tenham capacidade idêntica para aprender e trabalhar, as mulheres têm se destacado por serem mais criteriosas, detalhistas e empenhadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu analisar a percepção da mulher contabilista de Patos de Minas, destacando-se questões referentes ao gênero e representatividade. A importância desta pesquisa se justifica na medida em que é possível motivar outras mulheres que pretendem ingressar no ramo contábil.

A pesquisa permitiu identificar que a maioria das mulheres estão inseridas no mercado de trabalho há mais de cinco anos, não precisaram mudar de cidade para exercerem a contabilidade e não necessitam de outra fonte de renda para sobreviver.

O estudo ainda apontou que as mulheres contabilistas atuantes em Patos de Minas são razoavelmente satisfeitas com o curso em que escolheram e não sofrem discriminação em razão de gênero.

A pesquisa foi exitosa em concluir que as mulheres estão ocupando cargos que antigamente eram exclusivos de homens, e estão conquistando seus espaços, o que se justifica pela qualidade dos trabalhos, já que são organizadas, detalhistas e disciplinadas.

Muito embora existam obstáculos para uma mulher introduzir-se no mercado contábil, como dupla jornada de trabalho e discriminações, as mulheres estão superando as dificuldades do cotidiano e alcançando a meta tão almejada por outras mulheres que lutaram no passado.

Diante disso, de acordo com os dados coletados nesta pesquisa realizada em Patos de Minas, foi possível alcançar-se todos os objetivos propostos no projeto de

pesquisa: realizou-se um apanhado teórico, com a descrição sobre a luta histórica das mulheres para ingressarem no mercado de trabalho; abordou-se a representatividade das mulheres no setor contábil nacional; analisou-se a percepção das mulheres de Patos de Minas que atuam no setor contábil quanto a abrangência da profissão e as dificuldades com relação ao gênero, através de uma pesquisa de campo.

Felizmente, a pesquisa permitiu concluir que a mulher contabilista é bem recepcionada no mercado contábil patense e a cada dia conquista mais seu espaço profissional.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força secundária?** 2014. 323 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. .
- ALVES, J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 629-638, ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000200629&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 abril 2020.
- ANDRADE, A. S. C. **Mulher e trabalho no Brasil dos anos 90.** 2004. 162 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286472/1/Andrade_AdrianaStrasburgeCamargo_D.pdf. Acesso em: 08 abril 2020.
- BERND, D. C. ANZILAGO, M.; BEUREN, I. M. Presença do Gênero Feminino entre os Discentes dos Programas de Pós-graduação de Ciências Contábeis no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade.** Brasília, v. 11, n. 4, p. 408-429, out./dez. 2017.
- BORDIN, P. LONDERO, R. I. **Atividade contábil exercida pela mulher.** Santa Maria RS. 2006.
- D'AVILA NETO, M. I. **O autoritarismo e a mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no brasil.** Portugal: Artes & Contos, 1994. 126 p.
- BAYLÃO, A. L. S.; SCHETTINO, E. M. O. A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho brasileiro. *In: Simpósio de excelência e gestão em tecnologia*, 11, 2014, Lodrina: SEGET, 2014. p. 1-12. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/20320175.pdf>. Acesso em: 04 abril 2020.
- BARROS, A. M. **Curso de direito do trabalho.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 904 p.
- BARROSO, C. As mulheres e as nações unidas: as linhagens do plano mundial de população. **Tempo Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 183-197, Jun 1989. Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701989000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 abril 2020.

BORDIN, P.; LONDERO, R. I. Atividade Contábil Exercida pela Mulher em Santa Maria/RS. **Disciplinarum Scientia**: Série Ciências Sociais Aplicadas. Santa Maria. v. 2, n. 1. p. 109-121, 2006. Disponível em: <https://periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumSA/article/view/1465/1380>. Acesso em: 01 abril 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181 p.

BRITO FILHO, J. C. M. Trabalho Decente. **Análise jurídica da exploração do trabalho**: trabalho escravo e outras formas de trabalho indigno. 4. ed. São Paulo: LTR, 2016. 168 p.

CARDOSO, R. L.; RICCIO, E. L. Existem competências a serem priorizadas no desenvolvimento do contador? Um estudo sobre os contadores brasileiros. **Revista de Gestão**, v. 17, n. 3, p. 353-367, 2010.

DUTRA, J. S. **Gestão de Pessoas**: modelo, processos, tendências e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 408 p.

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE ARTIGOS DE CONTABILIDADE GERENCIAL¹

Nathalia Alves Correa da Silva²

Sandro Ângelo de Andrade³

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar as características bibliométricas de artigos sobre Contabilidade Gerencial, nos últimos 10 (dez) anos, publicados nos periódicos nacionais de contabilidade, classificados como Qualis B1 e B2, pela CAPES. Além de uma pesquisa bibliométrica, constitui num estudo exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa. Verificou-se que a maioria dos artigos foi escrita por três ou mais autores, com predominância do sexo masculino, com temas que compreenderam o uso instrumentos de contabilidade gerencial pelas organizações, a visão de profissionais contábeis sobre a importância do uso da contabilidade gerencial no processo de gestão e tomada de decisão e discussões sobre o ensino da Contabilidade Gerencial, atendendo a duas orientações para aplicabilidade da Contabilidade Gerencial: 1) Gestão Empresarial e 2) Comunidade Acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Análise bibliométrica; Contabilidade; Contabilidade Gerencial.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the bibliometric characteristics of articles on Management Accounting, in the last 10 (ten) years, published in national accounting journals, classified as Qualis B1 and B2, by CAPES. In addition to a bibliometric research, it constitutes an exploratory, descriptive study, with a qualitative and quantitative approach. It was found that most of the articles were written by three or more authors, predominantly male, with themes that understood the use of management accounting instruments by organizations, the view of accounting professionals on the importance of using management accounting in the process of management and decision making and discussions on the teaching of Management Accounting, meeting two guidelines for the applicability of Management Accounting: 1) Business Management and 2) Academic Community

KEYWORDS: Bibliometric analysis; Accounting; Management accounting.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Gerencial é um ramo da contabilidade que tem por escopo fornecer instrumentos aos gestores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais. Oferece possibilidade de melhor uso dos recursos econômicos da empresa, mediante adequado controle dos insumos realizado por meio de um sistema de informação gerencial. (SANTOS *et al.*, 2002).

Essa área objetiva estabelecer um vínculo entre as ações dos gerentes e a rentabilidade da organização, de forma que todos estejam preparados para qualquer tomada de decisão. Ao adequar as ações gerenciais na gestão, a contabilidade gerencial contribui como motivadora, pois, auxilia as pessoas na obtenção das metas

¹ Trabalho apresentado na área temática Educação e pesquisa em contabilidade do Fórum Gerencial 2020, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: nathaliaalvescs@unipam.edu.br.

³ Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: sandroangelo@unipam.edu.br.

organizacionais, podendo gerar dados para que os gerentes estejam bem fundamentados para esquematizar as melhores estratégias para a empresa. (MENEZES, 2010).

A partir desse contexto o problema deste estudo foi: Como a contabilidade gerencial proporciona atendimento aos mais diferentes usuários no processo de tomada de decisões, este trabalho tem como proposta avaliar a seguinte situação: como se desenvolveu a pesquisa científica sobre contabilidade gerencial nos últimos dez anos?

O objetivo deste estudo foi analisar as características bibliométricas de artigos sobre Contabilidade Gerencial, nos últimos 10 (dez) anos, publicados nos periódicos nacionais de contabilidade, classificados como B1 e B2 de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES.

O estudo se justifica em razão da contabilidade gerencial ser importante para diferentes tomadas de decisões das entidades, permitindo a geração de informações a serem utilizadas no processo de gestão.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A contabilidade gerencial fornece aos gerentes e funcionários de uma organização informações financeiras e não financeiras relevantes para tomada de decisões quanto a alocação de recursos, monitoramento, avaliação e recompensa por desempenho. O relatório de despesas de um departamento operacional, o custo de fabricar um produto, o custo de prestar um serviço e o custo de desempenhar uma atividade ou processo de negócio são exemplos de informação contábil-gerencial. (ATKINSON, 2015).

Segundo Carraro et al. (2018) a contabilidade gerencial se divide em quatro etapas que evoluíram e segundo as necessidades de informações se modificaram, conforme se observa no Quadro 1.

Quadro 1: Etapas evolutivas da Contabilidade gerencial

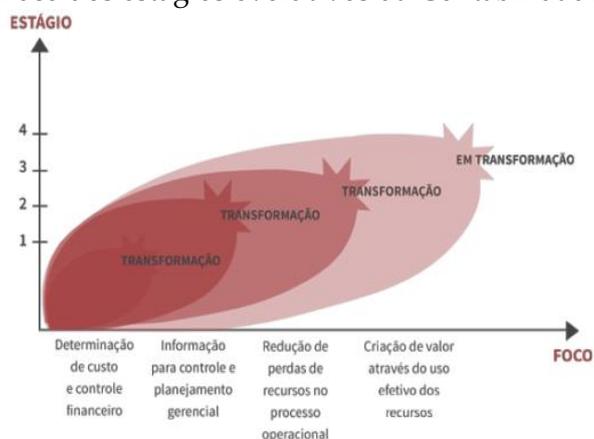
Estágio	Período	Denominação	Características	Enfoque
1º	Anterior à década de 1950	Determinação de custos e controle financeiro.	Foco na determinação dos custos e controle financeiro.	<ul style="list-style-type: none"> • Custeio por Absorção • Custeio Variável • Controle Financeiro e Operacional • Orçamento Anual
2º	Entre 1950 e 1965	Informação para planejamento e controle gerencial.	Foco na geração de informações para controle e planejamento gerencial.	<ul style="list-style-type: none"> • Custo Padrão • Custo Baseado em Atividades (ABC) • Métodos de Custeamento RKW • Orçamento de Capital • Descentralização
3º	Entre 1965 e 1985	Redução de perdas de recursos em processos organizacionais.	Preocupação com a redução de custos durante o processo operacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Baseada em Atividades (ABC) • Centros de Responsabilidade • Preço de Transferência • Custo Meta • Métodos de Custeio Kaizen • Custeio do Ciclo de Vida
4º	A partir de 1985	Criação de valor através do uso efetivo dos recursos.	Demonstra a preocupação com a criação de valor por meio do uso eficiente dos recursos.	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento Estratégico • Balanced Scorecard • Métodos de Avaliação de Desempenho: EVA e MVA

Fonte: Carraro *et al.*, (2018, p. 24).

A Contabilidade gerencial passou a integrar as estratégias das organizações, de forma a auxiliar o planejamento estratégico e as suas fases de operacionalização, controle e avaliação dos projetos. A Figura 2 exhibe estágios considerando-se quatro etapas. Diversas empresas brasileiras acreditam estar empenhadas em criar valor por meio de recursos disponíveis, entretanto, muitas não atingem o terceiro estágio, se limitando a referir e controlar os recursos utilizados (CARRARO *et al.*, 2018).

A maior parte das empresas brasileiras atende aos requisitos do primeiro e segundo estágios. Mas, esse apontador pode mudar conforme se expandem as funções da Contabilidade gerencial. A maioria das empresas não realiza um Planejamento Estratégico, também não adota métodos de avaliação de desempenho ou BSC-*Balanced Scorecard*, ou Indicadores Balanceados de Desempenho. (CARRARO *et al.*, 2018).

Figura 2: Foco dos estágios evolutivos da Contabilidade gerencial



Fonte: Carraro *et al.*, (2018, p. 25).

A Contabilidade Gerencial se caracteriza por um enfoque especial conferido a vários procedimentos e técnicas contábeis na análise financeira e de balanços, num grau de detalhe analítico, de maneira a atender às necessidades dos gestores no processo decisório. Seu objetivo principal é atender à administração da empresa, com informações úteis, tempestivas e confiáveis. Devem ser adotados os procedimentos gerenciais contemplados pelas normas internacionais de Contabilidade no que tange ao ajuste a valor presente de ativos e passivos; ativos a preço de mercado; ativos a preço de reposição; e valor presente dos fluxos de caixa de ativos (IUDÍCIBUS, 2020).

Pode-se utilizar a Contabilidade Gerencial para acompanhar os seguintes aspectos:

Orçamentos, processos, resultados, diagnósticos, verificação de sistemas confiáveis, feedback (retorno) e *feedforward* (projeção). (...) o controle gerencial auxilia no crescimento organizacional, e, independente do propósito, sua aplicação depende de dois fatores contextuais:

= > conhecimento sobre os objetivos a serem alcançados e

=> habilidade para medir e entender os resultados obtidos (CARRARO *et al.*, 2018, p. 10).

Como disciplina contábil independente devido ao tratamento oferecido à informação contábil, a Contabilidade gerencial tem como foco é o planejamento, controle e tomada de decisão, âmbito do domínio de um sistema de informação contábil. Pertinente ao provisionamento de dados para os profissionais de entidades que se responsabilizam pela direção e controle de operações, a Contabilidade gerencial produz ainda dados para os acionistas, credores. É um ramo da contabilidade que dispõe de instrumentos para subsidiar suas funções gerenciais. Dirige-se para o uso dos recursos econômicos da organização, por meio de adequado controle dos insumos alcançados por um conjunto de informações gerenciais. (SANTOS *et al.*, 2002).

A contabilidade gerencial permite associar ações dos gerentes e a lucratividade da iniciativa, de forma que a gestão visualize o norte a ser seguido. Ao avaliar o impacto de ações no desempenho da organização, a Contabilidade gerencial motiva as pessoas a colaborar para o alcance dos objetivos organizacionais. (MENEZES, 2010).

Organizada por técnicas de gestão empresarial que usam termos contábeis para impetrar dados para tomada de decisões, a Contabilidade gerencial dispõe de ferramentas como planilhas, relatórios, conferiões e definição de preço de produtos e serviços para futuros planejamentos. Encontra-se associada a análise contábil, financeira, balanços, auditoria, consolidação de balanços, contabilidade fiscal e orçamentária. A contabilidade gerencial pode demonstrar a vida financeira de qualquer empresa, a adoção de suas técnicas consente analisar de mercado, confrontar com os concorrentes, prever e direcionar as estratégias da gestão. (LIMA, COLAVITE e FÉLIX, 2013)

Ferramentas gerenciais são importantes para colocar a Contabilidade gerencial em prática, estas incluem orçamento, custeio direto ou variável, custeio por absorção e fluxo de caixa.

Diferentes pesquisas bibliométricas têm sido realizadas em Contabilidade Gerencial. Araújo; Oliveira; Silva (2009) realizaram um estudo para conhecer as características bibliométricas da Contabilidade Gerencial (CG) nos EnANPADs de 2004 a 2008. Tratou-se de um corte longitudinal de cinco anos, foram avaliados 195 artigos baseado no modelo de Shields (1997), a pesquisa foi empírico-analítica, exploratória, foram utilizados métodos estatísticos descritivos e feita a aplicação da Lei de Lotka. Os dados apontaram uma preponderância de autores do sexo masculino e uma tendência de queda da quantidade e qualidade das pesquisas individuais. Enfim, afirma-se que a área de CG vem sendo rigorosa para avaliar trabalhos submetidos, uma vez que, a percentagem de autores com dois ou mais trabalhos no período analisado revelou-se muito aquém do que define a teoria bibliométrica.

Oliveira e Boente (2012) realizaram um *survey* com 50 artigos científicos, no período de 2002 a 2010, concluindo que predominava a pesquisa exploratória e o equilíbrio na utilização de referências nacionais e internacionais.

Faria *et al.* (2013) realizaram um estudo para mapear e analisar a produção acadêmica publicada na área de Contabilidade Gerencial em periódicos nacionais no período de 2002 a 2012, foi utilizada a bibliometria. A amostra contou com sete periódicos nacionais selecionados por meio da lista de revistas disponíveis no

QUALIS/CAPES das áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo com qualificação mínima de B2, periódicos da área contábil. Foram avaliados 135 artigos obtidos mediante busca nas revistas selecionadas. Os resultados mostraram que a maior parte dos estudos utilizaram a pesquisa descritiva, a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. A tipologia com maior uso foi o Sistema de Controle Gerencial e Contabilidade de Custos. Verificaram-se uma preferência dos pesquisadores pelo estudo de caso devido a sua frequência.

Catapan *et al.* (2013) desenvolveram um estudo bibliométrico sobre contabilidade gerencial, e estudaram os principais periódicos nacionais, publicados entre os anos de 2002 a 2012. A amostra contou com 21 trabalhos. Dentre outros resultados, foi verificada a baixa composição de artigos teóricos e predomínio de artigos empíricos. A maior parte dos artigos contou com cerca de quatro autores, a Universidade de São Paulo apresentou maior percentual de publicações. Referente ao setor econômico da amostra dos estudos, 12 artigos não apontam setores. Foi observado ainda que as técnicas mais adotadas para as pesquisas são estatística descritiva e o método de *Cluster Analysis*.

Gomes e Soares (2017) buscaram identificar as características das publicações realizadas sobre Contabilidade Gerencial no Congresso USP entre os anos de 2010 a 2014. Foi realizado um estudo empírico analítico, exploratório com métodos estatísticos descritivos. Basearam-se no modelo de Lunkes, Feliu e Rosa (2012). Os dados mostraram que as publicações sobre a CG corresponderam a 23% do total, com redução nos cinco anos analisados. O que sugere sua perda de espaço na academia. Observaram-se um crescimento da participação feminina como primeiro autor e o uso frequente de periódicos internacionais, houve redução de citações procedentes de livros, corroborando o amadurecimento dos pesquisadores. As linhas de pesquisa mais abordadas foram planejamento, controle e custos. Dentre os temas mais explorados constataram-se gestão estratégica, análise de indicadores e mensuração e avaliação de desempenho. Sugerem-se que a contabilidade gerencial é uma área que necessita de uma clara personalidade para os estudos e de um aprofundamento metodológico.

3 METODOLOGIA

A pesquisa tem caráter exploratório consistindo em uma análise bibliométrica sobre contabilidade gerencial em periódicos classificados pela CAPES como B1 e B2, que abrigam as principais revistas nacionais na área de contabilidade.

A investigação exploratória, “que não deve ser confundida com leitura exploratória, é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa” (VERGARA, 2016, p. 49).

Conforme Junger (2019) o estudo bibliométrico permite observar o nível alcançado pela ciência e pela tecnologia, mediante toda a produção científica patentada em um repositório de dados.

O estudo foi desenvolvido através da análise criteriosa de artigos científicos, patentes e citações, que são demarcados de maneira prévia à seleção dos dados, utilizados para responder aos objetivos traçados para o estudo, que compõem o texto

que forma a publicação ou os elementos encontrados em registros sobre publicações retiradas da base de dados bibliográficos, como:

nome de autores, título, fonte, idioma, palavras-chave, classificações e citações. A bibliometria pode auxiliar na identificação de tendências de crescimento do conhecimento em determinada disciplina, dispersão e obsolescência de campos científicos, autores e instituições mais produtivos e periódicos mais utilizados na divulgação de pesquisas em determinada área do conhecimento (JUNGER *et al.*, 2019, p. 12).

Após a identificação dos periódicos, foi realizada a coleta dos artigos, no período de dez anos (2011 a 2019), com a busca da expressão “Contabilidade Gerencial”. Os artigos compatíveis foram lidos individualmente para a identificação de suas características e classificações como B1 e B2 conforme a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES. Em seguida foram selecionados os artigos que continham a expressão Contabilidade Gerencial no título, resumo, corpo do texto e considerações finais, determinando especificamente que o tema central discutido no artigo era a Contabilidade Gerencial. O período de dez anos foi considerado dentro de um padrão razoável para a análise.

O estudo constitui ainda como pesquisa descritiva, conforme Gil (2017), a pesquisa descritiva sugere descrever as características de alguma população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis, e abrange o uso de técnicas uniformizadas de coleta de dados.

Sobre a abordagem foi realizada uma pesquisa quantitativa e qualitativa, a partir da qual buscou-se levantar estatisticamente os resultados e as características dos artigos analisados. Segundo Malhotra (2005, p. 155), a pesquisa quantitativa busca submeter a pesquisa a quantificação das informações levantadas e comumente se aplica uma análise estatística.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção apresenta-se a análise bibliométrica realizada para analisar as características bibliométricas de artigos sobre Contabilidade Gerencial, nos últimos 10 (dez) anos, publicados nos periódicos nacionais de contabilidade, classificados como B1 e B2 de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES.

Após levantamentos, foram identificados 11 periódicos, classificados como B1 e B2 pela CAPES: Base (Unisinos), Custos e @gronegocio on line, Contabilidade, Gestão e Governança – CGG, Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC, Revista Enfoque: Reflexão Contábil, Revista Pensar Contábil, Revista Catarinense da Ciência Contábil, Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade – REUNIR, Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis – UERJ, Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade e Sociedade, Contabilidade e Gestão, sendo identificados 29 artigos publicados, com enfoque na Contabilidade Gerencial.

Tabela 1: Artigos selecionados por periódico

Período de publicação: 2011 a 2019									
Q*	PERIÓDICOS	CC*	2011	2013	2014	2016	2017	2018	2019
01	Base (Unisinos)	B1	0	0	1	0	0	0	0
02	Contabilidade, Gestão e Governança – CGG	B1	1	1	0	0	0	1	0
03	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC	B1	0	0	0	0	0	0	1
04	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2	0	0	0	1	1	0	0
05	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis UERJ	B2	0	0	0	0	0	1	0
06	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	B2	1	0	1	0	0	0	0
07	Sociedade, Contabilidade e Gestão	B2	0	1	0	0	0	0	0
Subtotal: 07 Periódicos			2	1	2	1	1	2	1
Total Geral dos anos de 2011 a 2019			10 artigos utilizados						

Q*= Quantidade. CC* = Classificação Capes

Fonte: elaborado pelos autores.

A Tabela 1 mostra que 10 artigos, atendiam às condições da pesquisa, ou seja, termo “Contabilidade Gerencial” presente no título, no resumo, no corpo do texto e nas considerações finais, não sendo encontrados artigos publicados nos anos de 2010 e 2012, no período analisado.

Nos artigos analisados encontramos: 1 artigo escrito por 4 autores, 2 artigos escritos por 5 autores, 3 artigos por 2 autores e 4 escritos por 3 autores, sendo que somente a autora BEUREN, I.M. publicou em dois periódicos diferentes, Revista Catarinense da Ciência Contábil e Revista de Administração da Unisinos.

Em relação a variável sexo: 43% dos autores são do sexo feminino e 57% dos autores são do sexo masculino.

Na tabela 2 podemos observar os objetivos e as contribuições e cada artigo para a Contabilidade Gerencial.

Tabela 2: Contribuições dos artigos selecionados para com a Contabilidade Gerencial

Autores	Objetivo	Contribuições para a CG
Camin <i>et al.</i> (2014)	Demonstrar a visão de profissionais contábeis sobre a importância do uso da contabilidade gerencial no processo de gestão e tomada de decisão.	Evidencia a relevância da contabilidade gerencial nas considerações dos profissionais como fundamental à gestão dos negócios e à sobrevivência das empresas.
Ferreira Júnior <i>et al.</i> (2011)	Elucidar a existência de contribuição significativa da Contabilidade Gerencial na gestão das empresas que atuam no setor de cerâmica vermelha.	Apresenta novos estudos fundamentais no uso da Contabilidade Gerencial por parte das microempresas, de forma a promover mediante planejamentos estratégicos, uma diferenciação diante do mercado competitivo em que se encontra.
Paulo e Cintra (2018)	Identificar e descrever o uso de artefatos de contabilidade gerencial ao longo do ciclo de vida de uma pequena empresa de confecção do setor têxtil, cujo setor apresenta	O estudo oferece contribuições para a pesquisa em Contabilidade Gerencial, ao passo em que completa uma lacuna de estudos de campo, especialmente estudos de caso, objetivando a compreensão da adoção das práticas gerenciais em organizações de pequeno e médio porte.

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE ARTIGOS DE CONTABILIDADE GERENCIAL

	relevância econômica e social mundialmente.	
Paes <i>et al.</i> (2018)	Descrever e interpretar as percepções e sugestões de coordenadores e docentes sobre o ensino da Contabilidade Gerencial na graduação e sua afinidade com o mercado.	Contribuiu para avançar no conhecimento referente ao ensino em Contabilidade Gerencial, e despertar para que o estudo seja aplicado por coordenadores e docentes no sentido de promover avanços ao planejar, executar e mensurar o ensino da disciplina. Concluem que há significativa distância entre o que o mercado precisa e o que é ensinado nas instituições acadêmicas.
Vailatti (2017)	Analisar as abordagens e métodos usados em pesquisas internacionais, que aplicaram a Teoria Institucional para aferir fatores de mudanças na adoção de práticas de contabilidade gerencial no período compreendido entre 2006 a 2015.	Traz que a abordagem da Nova Sociologia Institucional dominou o contexto do estudo referente às mudanças em contabilidade gerencial. Torna-se necessário investigar mais profundamente as mudanças acontecidas em contabilidade gerencial na perspectiva organizacional.
Macohon; Beuren (2016)	Investigar as fases evolutivas da contabilidade gerencial que prevalecem em um polo industrial moveleiro.	Os resultados do estudo contribuem para compreender que o <i>International Federations of Accountants</i> (IFAC) identifica quatro estágios evolutivos da Contabilidade Gerencial: o primeiro com 58%, o segundo com 53%, o terceiro com 40% e o quarto com 21%, dos artefatos em fase de implantação e implantados. Sugerem novas pesquisas, com mais instrumentos gerenciais em maior profundidade, visando buscar explicações para o pouco uso dos artefatos dos estágios mais adiantados do IFAC na CG.
Beuren e Nascimento (2014)	Analisar o perfil dos artigos de Contabilidade Gerencial publicados na <i>Accounting, Organizations and Society</i> nos anos de 2005 a 2009.	Os resultados da pesquisa demonstram, além de características gerais e a autoria dos artigos, que, quanto às disciplinas de base dos artigos pesquisados, a Sociologia sobressaiu-se, seguida de Economia; Produção e Gerenciamento; e Psicologia.
Valmorbida, Ensslin e Ensslin (2018)	Realizar uma revisão integrativa da literatura sobre avaliação de desempenho (AD), de maneira a evidenciar como a Contabilidade Gerencial pode colaborar para superar as dificuldades de uso dos dados geradas pela AD na gestão organizacional.	O estudo contribui para compreender que a Contabilidade Gerencial gera aprendizado quando se pode avaliar o desempenho seguido de diagnóstico <i>ad hoc</i> a circunstância que permita adotar medidas para aprimoramento, quando o objetivo é expandir a comunicação das informações a todas as partes interessadas, de forma a auxiliar a melhoria contínua.
Dieng, Siqueira e Viana (2019)	Analisar a articulação dos subsídios dos artigos da disciplina de Controladoria e Contabilidade Gerencial, de 2010 a 2016, informações são procedentes de um total de 190 artigos publicados sobre Controladoria e Contabilidade Gerencial, no período de 2010 a 2016.	O estudo permite compreender que foi constatado que, no Brasil, a maneira de articular adotada pelos pesquisadores da área de Contabilidade Gerencial corresponde à observação de uma “lacuna” em estudos precedentes. Mas, o estudo propicia melhor entendimento da articulação das pesquisas atuais referentes a Contabilidade Gerencial ao demonstrar paradigmas, teorias e metodologias, de modo a destacar possibilidades de roteiro de produção de conhecimento prevaletentes entre os estudiosos da comunidade científica.

Fonte: análise bibliométrica (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou características bibliométricas de artigos sobre Contabilidade Gerencial, nos últimos 10 (dez) anos, publicados nos periódicos nacionais de contabilidade, classificados como B1 e B2 de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES.

Nos 10 artigos analisados no período compreendido entre 2011 a 2019, verificou-se que a maioria dos artigos foram escritos por três ou mais autores, com predominância do sexo masculino, com temas que compreenderam o uso instrumentos de contabilidade gerencial pelas organizações, a visão de profissionais contábeis sobre a importância do uso da contabilidade gerencial no processo de gestão e tomada de decisão e discussões sobre o ensino da Contabilidade Gerencial, contribuindo no avanço do conhecimento das práticas gerenciais e sua aplicabilidade, tanto para gestão empresarial como para a comunidade acadêmica.

Das contribuições dos artigos selecionados para a análise bibliométrica para com a pesquisa em Contabilidade Gerencial, foi possível observar que os estudos analisados atendem a duas orientações para aplicabilidade da contabilidade gerencial para: 1) Gestão empresarial e 2) Comunidade acadêmica.

Uma limitação do estudo consistiu em encontrar artigos dentro do período previamente estipulado que tratassem exclusivamente de tema Contabilidade Gerencial, muitos dos artigos encontrados contemplavam o tema, muito superficialmente, direcionados para outras áreas, que não correspondiam ao objetivo do presente estudo.

Para estudos futuros, sugere-se avaliar artigos com outras classificações, além de qualis B1 e B2, constituindo parâmetros de comparação com os resultados encontrados, bem como a avaliação de artefatos gerenciais que possam ser adotados em qualquer tipo de empresa, independentemente de seu porte ou segmento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. A. T.; OLIVEIRA, V. C.; SILVA, W. A. C. Estudo bibliométrico da produção científica sobre contabilidade gerencial. *In: XII SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO. Anais...* São Paulo, set. 2009.

ATKINSON, Anthony A. *et al.* **Contabilidade gerencial**. Tradução Ailton Bomfim Brandão; revisão técnica Rubens Famá. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BEUREN, I. MA.; NASCIMENTO, S. Perfil dos artigos de contabilidade gerencial da accounting, organizations and society publicados de 2005 A 2009. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 11, n. 4, p. 332-346, out./dez., 2014.

CAMIN, Camila Roberta; MARCIANO, Vanessa Cristina; PASSOS, Ivan Carlin; BRITO, Eduardo de; GAIO, Luiz Eduardo. Análise crítica da contabilidade gerencial sob a ótica do profissional contábil: um estudo nas empresas atuantes no ramo sucroalcooleiro do interior do estado de São Paulo. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, ISSN 2238-5320, UNEB, Salvador, v. 4, n. 3, p. 45-63, set./dez., 2014.

CARRARO, Wendy Beatriz Witt Haddad *et al.* A contabilidade gerencial agregando sucesso nas organizações. Capítulo 1: p. 9-27. *In: CARRARO, Wendy Beatriz Witt Haddad et al. Destaques da contabilidade gerencial* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Da UFRGS, 2018. 166 p. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/175151/001066477.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 maio 2020.

CAPES. Ministério da Educação. **Crterios de classificao Qualis – Ensino**. Setor Bancrio Norte, Quadra 02 Bloco L - CEP 70040-020 - Braslia/DF / Brasil. p. 1-9, 2020. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/qualis/ensino.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.

CATAPAN, A.; LOUÇÃO, A. S.; CARVALHO, B. D.; IVASCO, F. F. Contabilidade gerencial: um estudo bibliométrico dos anos de 2002 a 2012. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, p.1677-9665, v.12, n. 23, 2º Semestre de 2013.

DIENG, M.; SIQUEIRA, D. D.; VIANA, D. M. S. Perfil de articulao da contribuio gerao de conhecimento em Controladoria e Contabilidade Gerencial. **REPeC**, Braslia, v. 13, n. 3, art. 5, p. 310-327, jul./set. 2019.

FARIA, P. M. F.; LEAL, E. A.; SOARES, M. A.; GODOI-DE-SOUSA, E. Pesquisa em Contabilidade Gerencial no Brasil: um estudo bibliométrico de 2002 a 2012 nos principais peridicos nacionais. **XX Congresso Brasileiro de Custos – Uberlndia, MG, Brasil**, 18 a 20 de novembro de 2013.

FERREIRA JÚNIOR, Altino Nascimento; SILVA, Thiago Bruno de Jesus; LIMA FILHO, Raimundo Nonato. A Influênci da contabilidade gerencial no desempenho econmico – financeiro das empresas de cerâmica vermelha de senhor do Bonfim – BA. **Revista de Gesto, Finanas e Contabilidade**, UNEB, Salvador, v. 1, n. 1, p. 72-85, jan./dez., 2011.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, A. K. L. J.; SOARES, K. R. S. Produo cientfica em contabilidade gerencial: estudo bibliométrico em um congresso nacional de Ciências Contábeis. **R. Eletr. do Alto Vale do Itajaí – REAVI**, v. 6, n. 9, p. 01-14, jul., 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial: da teoria à prática**. 7. ed. rev. e atual. - São Paulo: Atlas, 2020.

JUNGER, Alex Paubel *et al.* Análise bibliométrica da produo cientfica brasileira sobre gesto educacional. **FTT Journal of Engineering and Business**. São Bernardo do Campo, SP, dez. p. 8-18, 2019. ISSN 2525-8729. Disponível em: <http://journal.ftt.com.br/seer/index.php/FTT/article/view/121>. Acesso em: 19 jun. 2020.

LIMA, Guilherme Diegues de; COLAVITE, Gustavo Marcos; FÉLIX, Lorraine Vilas Boas Valeriano. Contabilidade gerencial como ferramenta de gestão. **Semana Acadêmica**. p. 1-14, 2013. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/contabilidade_gerencial_.pdf. Acesso: 08 junho 2020.

MACOHON, E. R.; BEUREN, I. M. Estágios evolutivos da contabilidade gerencial que preponderam em um polo industrial moveleiro. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, ISSN 1808-3781 - eISSN 2237-7662, Florianópolis, SC, v. 15, n. 45, p. 09-22, maio/ago. 2016.

MALHOTRA, Naresh k. *et al.* **Introdução à pesquisa de marketing**. Tradução: Robert Brian Taylor. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

MENEZES, Valdelício. **A contabilidade gerencial e sua importância na atualidade**. 2010. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/a-contabilidade-gerencial-e-sua-importancia-na-atualidade/47936/>. Acesso: 08 jun. 2020.

PAES, Aurea Lopes da Silva; VIEGAS, Roberta Orru; PORTUGAL, Guilherme Teixeira BRAUER, Marcus. O ensino da contabilidade gerencial no estado do Rio de Janeiro e sua relação com o mercado: percepções e sugestões de coordenadores e professores. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 50 - 69, jan./abr., 2018.

PAULO, Alessandro Souza de; CINTRA, Yara Consuelo. O uso de artefatos de contabilidade gerencial no ciclo de vida de empresas do setor têxtil: O Caso Acr Fashion. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 3-27, jan./abr., 2018.

SANTOS, Carlos Werner dos *et al.* Existe de fato uma contabilidade gerencial? **Contab. Vista & Rev.** Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 9-24, abr. 2002. Disponível em: http://internet.sefaz.es.gov.br/informacoes/arquivos/publicacoes/publicacao_10.pdf. Acesso: 08 maio 2020.

VAILATTI, J. L.; ROSA, F. S.; VICENTE, E. F. R. A teoria institucional aplicada à contabilidade gerencial: análise da contribuição teórica e metodológica de publicações internacionais ocorridas no período de 2006 a 2015. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, ISSN 1808-3781 - eISSN 2237-7662, Florianópolis, SC, v. 16, n. 47, p. 97-111, jan./abr. 2017.

VALMORBIDA, S. M. L.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Avaliação de Desempenho e Contabilidade Gerencial: Revisão Integrativa da Literatura para Superar as Dificuldades de Aplicação Prática da Avaliação de Desempenho na Gestão

Organizacional. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 21, n. 3, p. 339-360, set./dez., 2018

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

OLIVEIRA, E. K. F.; BOENTE, D. R. Análise bibliométrica da produção científica recente sobre contabilidade gerencial. **Revista Organizações em Contexto**, v. 8, n. 15, p. 199-212, 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/7507/analise-bibliometrica-da-producao-cientifica-re--->. Acesso: 08 junho 2020.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO EM UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS¹

Bárbara Daniela Mota Barbosa²

Sandro Ângelo de Andrade³

RESUMO: O presente artigo analisou a realização do orçamento na atividade da suinocultura no ano de 2019, analisando as variações entre orçado e realizado. O trabalho aborda os princípios teóricos de estudo de caso de caráter exploratório quantitativo, através de coleta e análise de dados do ano de 2019. Por meio do orçamento foi possível identificar a variação dos custos, despesas e receitas da empresa no decorrer do período analisado. Através dos resultados do período foi possível constatar que a margem de contribuição da atividade foi de 27,55% em relação a receita e a margem líquida foi de 22,99%. Foi possível concluir que o orçamento como ferramenta de gestão possibilitou a previsão do crescimento de forma planejada e o seu controle efetivo contribuiu para que a empresa atingisse suas metas previstas utilizando os recursos disponibilizados.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento orçamentário. Controle. Suinocultura.

ABSTRACT: This article analyzed the realization of the budget in the swine farming activity in 2019, analyzing the variations between budgeted and realized. The work addresses the theoretical principles of a quantitative exploratory case study, through the collection and analysis of data for the year 2019. Through the budget it was possible to identify the variation in costs, expenses and revenues of the company over the period analyzed. Through the results of the period it was possible to verify that the contribution margin of the activity was 27.55% in relation to the revenue and the net margin was 22.99%. It was possible to conclude that the budget as a management tool made it possible to forecast growth in a planned manner and its effective control contributed to the company achieving its predicted goals using the resources made available.

KEYWORDS: Budget planning. Control. Pig farming.

1 INTRODUÇÃO

A suinocultura brasileira, a exemplo de outras cadeias produtivas do agronegócio, cresceu consideravelmente nos últimos anos. Esse crescimento é notado quando se analisa os vários indicadores econômicos e sociais, como volume produção, exportações, participação no mercado mundial, número de empregos diretos e indiretos, entre outros. (GONÇALVES; PALMEIRA, 2006).

Na atualidade, o Brasil tem na suinocultura um dos setores mais expressivos da atividade pecuária, ocupando o quarto lugar como maior produtor mundial de carne suína. São bilhões de reais necessários para girar toda a produção que aumenta a cada ano. Contudo, os dados apresentados na suinocultura são globais, sendo que, para avaliar apenas a lucratividade do produtor seriam necessárias informações de dados

¹ Trabalho apresentado na área temática III – Ciências Contábeis Educação e pesquisa em contabilidade do Fórum Gerencial 2020, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: barbaramota@unipam.edu.br.

³ Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: sandroangelo@unipam.edu.br.

mais próprios (SÜPTITZ; WOBETO; HOFER, 2008). Dessa forma, o planejamento orçamentário pode ser utilizado como uma importante ferramenta para auxiliar no gerenciamento dessa atividade.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a execução do orçamento em uma unidade de produção de suínos. E objetivos específicos: a) conceituar os principais termos relacionados com a elaboração, execução e acompanhamento do orçamento; b) realizar o levantamento de valores relacionados com o orçamento de uma unidade de produção de suínos; c) realizar análises do comportamento da execução do orçamento e os impactos financeiros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

Com o início da Revolução Industrial e a expansão das empresas industriais, manifestou-se na contabilidade o problema de adaptar os procedimentos de apuração do resultado para empresas que adquiriam matérias-primas e utilizavam elementos no processo produtivo para produzir produtos destinados à venda. (VICECONTI; NEVES, 2018).

A contabilidade de custos possui um ambiente de interpretação de vários tipos de atividades além de uma grande flexibilidade gerencial, inicialmente tinha como finalidade oferecer aos gestores informações que permitissem planejar as ações no ambiente operacional, bem como mensurar os efeitos desse planejamento nos setores da organização. O planejamento é extremamente necessário pois proporciona a empresa o controle dessas ações na atualidade e no futuro. Tanto o controle quanto o planejamento garantem maior qualidade no processo de tomada de decisões nos ambientes operacionais e administrativos para os gestores. (PINTO *et al.*, 2008).

Nesse sentido Veiga e Santos (2016) complementam afirmando que a Contabilidade de Custos é propícia para a análise dos gastos exercida pelas entidades durante as suas atividades operacionais, podendo auxiliar na tomada de decisões e envolver as opções de produção, formação de preço e alternativas entre produção própria e terceirizada. Ela colabora na determinação do lucro ao processar as informações contábeis e proporciona ainda, dados sobre a rentabilidade e desempenho de várias atividades de uma empresa, de forma a auxiliar no planejamento e controle e no desenvolvimento das operações.

Os custos podem ser divididos quanto a relação à produção, que são os custos diretos e indiretos e eles também podem ser divididos em relação ao volume de produção, que são os custos fixos, variável, semifixo e semivariável. Já os sistemas de acumulação são divididos em por processo e por ordem de serviço.

Todas essas classificações são necessárias para que a contabilidade de custos possa atingir três objetivos principais: a determinação do lucro, o controle das operações e a tomada de decisões de algum objeto de custo, ou seja, qualquer item para o qual se queira ter uma medida separada de custos, podendo ser de um produto, uma atividade, um projeto, um departamento uma unidade de negócio, entre outros. (PINTO *et al.*, 2008).

O mesmo autor ainda explana que para isso, a empresa acumula os custos (sistema de acumulação) para depois associá-los a algum objeto de custo (método de custo). Por isso, para escolher o sistema de acumulação de custos é preciso tomar como base o tipo do processo produtivo. Pinto *et al.* (2008) lista os sistemas de acumulação de custos mais comuns em: acumulação de custos por processo e acumulação de custos por ordem de produção.

2.2 ORÇAMENTO

Atualmente é muito comum vermos o uso de termos e expressões como orçamento, plano orçamentário, controle orçamentário, dentre tantos outros.

Orçar significa processar todos os dados constantes do sistema de informação contábil de hoje, introduzindo os dados previstos para o próximo exercício, considerando as alterações já definidas. O orçamento compreende diversos objetivos empresariais, na busca da expressão do plano e do controle de resultados. O plano orçamentário não serve apenas para prever o que vai acontecer, mas sim estabelecer o processo e coordenar objetivos para todas as áreas da entidade, de forma que todos trabalhem em prol do plano de lucros. (PADOVEZE, 2010).

Para Frezatti (2017, p. 41-42) o orçamento é:

O plano financeiro para implementar a estratégia da empresa para determinado exercício. É mais do que uma simples estimativa, pois deve estar baseado no compromisso dos gestores em termos de metas a serem alcançadas. Contém as prioridades e a direção da entidade para um período e proporciona condições de avaliação do desempenho da entidade, suas áreas internas e seus gestores. O orçamento depende do planejamento estratégico e a ele está subordinado.

O orçamento surge como continuação do plano estratégico. Se ele for desenvolvido a partir de um plano estratégico bem elaborado, ele será mais coerente e consistente. (FREZATTI, 2017). O plano orçamentário de uma empresa para outra tende a variar e seu processo de planejamento pode levar de dias ou meses para ser realizado.

Além disso, a elaboração do orçamento está vinculada às características da entidade, como o tamanho da empresa, as alternativas propostas pela administração, o ramo de negócios e os fatores comportamentais. Desta forma, o orçamento é feito basicamente através dos documentos estratégicos da empresa, como a missão, a visão e os planos estratégicos, e também os planos operacionais. (SOUZA, 2014).

2.3 SUINOCULTURA

Suinocultura consiste na criação, abate, distribuição, industrialização e comércio de carnes suínas, constituindo-se então na cadeia de valor completa dessa atividade econômica.

A produção mundial de carne suína está em franco crescimento nos últimos anos. De acordo com a ABPA 2019, a produção mundial de carne suína foi de 101.977

milhões de toneladas. A China, em relação à atividade de suinocultura, é o país que lidera a produção mundial, os dados mostram que o país produziu aproximadamente 43 milhões de toneladas de carne suína, ou seja, ela possui aproximadamente 41,73% da produção mundial. Em segundo lugar aparece a União Europeia com 23,47%, em terceiro os Estados Unidos com 12,30% e em quarto lugar aparece o Brasil com 3,91 % da produção mundial.

Segundo dados da Embrapa (2019), o Brasil é o quarto maior exportador de carne suína no mundo, o país exportou 861 mil toneladas no ano de 2019, ficando atrás da União Europeia que aparece em primeiro lugar nas exportações com 3,551 mil toneladas ano, seguida pelos Estados Unidos com 2,867 mil toneladas e em terceiro lugar está o Canadá com 1,284

A suinocultura brasileira assume diferentes contornos quando se observa a escala de produção, o nível de adoção tecnológica e o arranjo produtivo entre o produtor e a empresa de processamento. O modelo produtivo diferencia-se de acordo com a região do país, no Sul há a predominância de pequenos suinocultores integrados ou cooperados, que são especializados em determinada fase da produção, já a região Sudeste é marcada por produtores independentes com produção de ciclo completo. Cada sistema está ajustado ao seu mercado e todos vêm ganhando eficiência e competitividade, mantendo o crescimento da produção nacional. (ABCS, 2016).

Os números da produção de suínos em Minas Gerais mostram que o estado tem mantido sua relevância no cenário nacional da suinocultura brasileira. O estado, possui o quarto principal plantel do país, possui mais de 5 milhões de cabeças e detém um dos maiores centros industriais de abate do país. As concentrações mais elevadas da suinocultura no estado encontram-se no Triângulo, Zona da Mata e no Alto Paranaíba, em razão da formação de pólos especializados nas cidades de Uberlândia, Patos de Minas, Varjão de Minas, Urucânia, Pará de Minas, Jequeri, Patrocínio, Ponte Nova, Ituiutaba e Santa Juliana (IBGE, 2017).

A região do triângulo mineiro e Alto Paranaíba contam com os maiores frigoríficos do estado, onde em primeiro lugar está a unidade da BRF/Sadia em Uberlândia com capacidade atual para abate de 5,5 mil cabeças/dia, seguido pela unidade Rio Branco Alimentos Ltda em Patrocínio com 2,2 mil cabeças/dia e em terceiro lugar aparece os frigoríficos da Suinco em Patos de Minas e Coop Vale do Piranga/Saudali com capacidade para abate de 1,8 mil cabeças /dia respectivamente. Além disso, o estado conta com uma associação estadual, a Associação dos Suinocultores de Minas Gerais (ASEMG), onde a mesma foi fundada na cidade de Patos de Minas no ano de 1972, mas hoje sua sede é localizada em Belo Horizonte. (ABCS, 2016).

3 METODOLOGIA

A metodologia é constituída pela forma de desenvolvimento da pesquisa. São os procedimentos científicos que serão utilizados.

Para Mattar (2008, p. 162) “explicitar a metodologia de pesquisa de campo ou de laboratório é bastante importante, [...] isso define de antemão os possíveis resultados do trabalho”. Ela incluiu a descrição dos métodos ou procedimentos que serão utilizados no decorrer da pesquisa.

Assim, com o intuito de obter os dados necessários para realizar a análise do orçamento em uma unidade de suínos, foram utilizadas pesquisa bibliográfica e webliográfica, pesquisa descritiva e abordagem quantitativa, onde foram utilizados instrumentos de coleta de dados para análises.

A pesquisa foi descritiva, pois, o presente projeto teve como finalidade o estudo específico de um determinado grupo através da coleta de dados, bem como teve a missão de descrevê-los, classificá-los e interpretá-los, além de possibilitar a análise de dados adquiridos sem qualquer alteração por parte do pesquisador (GIL, 2002).

As informações coletadas para o presente estudo foram referentes a safra 19/19 sendo analisados os meses compreendidos no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, foram utilizadas planilhas para a demonstração dos dados e a análise dos mesmos

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No custo de produtos vendidos (CPV) são apurados os custos da suinocultura, como o custo do pessoal aplicado na produção, os custos de aquisição de matérias primas e serviços, os custos de manutenção e reparo em máquinas, equipamentos e implementos utilizados e os encargos de depreciação dos bens aplicados na produção.

A atividade da suinocultura na empresa é dividida em dois setores. O primeiro é o Sítio 1 ou maternidade, onde as matrizes produzem os leitões e os mesmos permanecem com elas 26 dias após o nascimento. Depois desse período, os leitões são transferidos para o Sítio 2, que é onde eles permanecem até atingirem o peso ideal e saírem depois para venda.

Como existem funcionários específicos para cada setor da suinocultura, sítio 1 e sítio 2, os custos com os funcionários é realizado de acordo com cada setor. Os custos com o pessoal da suinocultura na Safra 2019/2019 do mês de janeiro totalizou valor orçado de R\$1.126.174,03 e valor realizado no final do período de R\$1.106.905,54, a diferença entre o comparativo e o realizado foi de R\$ 19.268,49 positivo, ou seja, a empresa teve custos menores do que o orçado conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1: Custos com mão de obra - Sítio 1

Descrição	Orçado	Realizado	Varição (R\$)
Salário e Hora Extra	629.947,50	593.582,34	36.365,16
Impostos sobre folha	203.774,98	204.373,38	-598,40
Benefícios Funcionários	251.425,00	269.808,82	-18.383,82
Despesas de Turnover	41.026,55	39.141,00	1.885,55
Total	1.126.174,03	1.106.905,54	19.268,49

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Já o Sítio 2, apresentou no mês de janeiro o valor total orçado de R\$ 992.828,02 e o valor realizado de R\$ 1.006.615,16, a variação entre o orçado e realizado foi de R\$ - 13.787,14 negativo, ou seja, a empresa teve custos maiores do que o orçado, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2: Custos com mão de obra - Sítio 2

Descrição	Orçado	Realizado	Varição (R\$)
Salário e Hora Extra	550.828,38	546.498,55	4.329,83
Impostos sobre folha	178.257,53	187.838,98	-9.581,45
Benefícios Funcionários	229.864,17	246.691,63	-16.827,46
Despesas de Turnover	33.877,95	25.586,00	8.291,94
Total	992.828,02	1.006.615,16	-13.787,14

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Como podemos observar na tabela 2 essa diferença decorreu em virtude do pagamento de impostos sobre a folha maior do que o orçado. O outro fato é na conta de Benefícios de funcionários, que com o aumento do combustível, o transporte acabou ficando mais caro do que o orçado.

Os custos de produção da granja, no momento em que são orçados, são separados em custos fixos e variáveis. Onde os principais custos fixos são considerados as peças para manutenção, as manutenções mecânicas e prediais, lavanderia, controle de pragas, serviços de terceiros, material de consumo, entre outros. Por se tratar de relatórios extensos, foram demonstrados os principais custos variáveis e os demais foram agrupados em outros custos, como pode ser observado na tabela 3.

Tabela 3: Custos fixos - Sítios 1 e 2

Descrição	Orçado Sítio 1	Realizado Sítio 1	Orçado Sítio 2	Realizado Sítio 2	Varição (R\$)
Controle de Pragas e Roedores	29.040,00	28.526,88	26.940,00	23.768,87	3.684,25
Manutenção	70.488,73	97.190,48	75.561,73	113.515,88	-64.655,90
Lavanderia	23.686,38	27.418,33	23.686,38	27.418,37	-7.463,94
Peças e Acessórios	18.000,00	14.962,99	20.500,00	31.492,80	-7.955,79
Serviço de Terceiro	4.500,00	9.052,33	17.300,00	26.291,37	-13.543,70
Material de Consumo	17.100,00	15.476,10	22.710,00	28.939,65	-4.605,75
Outros Custos	65.726,00	25.519,26	58.210,67	38.680,64	59.736,77
Total	228.541,11	218.146,37	244.908,77	290.107,58	-34.804,07

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Por meio deste comparativo é possível constatar as contas que tiveram maiores alterações. Podemos notar que o sítio 2 teve maiores alterações em relação ao orçado do que o sítio 1. Os custos com manutenção por exemplo, é o custo que sofreu maior variação, ele compreende cerca 30,85% em relação ao valor total orçado dos custos fixos e foi realizado aproximadamente 10,61% a mais do que orçado.

Em contrapartida, controle de pragas e roedores e outros custos que os somando tínhamos um valor orçado de R\$ 179.916,67, mas devido a negociação feita pelo departamento de compras junto com fornecedores foi utilizado apenas R\$ 116.495,65 do saldo.

A exemplo do que acontece durante a realização do orçamento temos orçado para os custos fixos totais o valor de R\$473.449,88, porém o realizado foi de R\$ 508.253,95, restando assim um saldo de R\$ 34.804,07 negativo para a empresa.

Já os custos variáveis estão compreendidos entre energia elétrica, medicamentos e material veterinário e a ração, conforme mostra a tabela 4.

Tabela 4: Custos variáveis - Sítios 1 e 2

Descrição	Orçado Sitio 1	Realizado Sitio 1	Orçado Sitio 2	Realizado Sitio 2	Varição (R\$)
Energia Elétrica	132.500,00	139.693,14	75.500,00	49.631,73	18.675,13
Medicamentos e Mat. Veterinário	624.000,00	712.082,68	318.000,00	400.546,50	-170.629,18
Ração	2.649.147,48	2.722.114,93	10.596.589,92	10.888.459,74	-364.837,27
Total	3.405.647,48	3.573.890,75	10.990.089,92	11.338.637,97	-516.791,32

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Por meio da tabela 4 foi possível observar as variações entre o orçado e realizado dos custos variáveis. O principal custo variável da granja é com ração, visto que ela representa um percentual de 92,01% em relação ao valor total orçado dos custos variáveis. Outro ponto relevante que é possível notar, se deve ao fato do valor da ração orçado no sítio 2 ser 80% maior do que o do sítio 1, isso acontece porque no sítio 1 a alimentação é controlada visto que os leitões ainda são novinhos e ainda amamentam nas matrizes e no sítio 2 por já estarem em processo de engorda, a alimentação é livre.

Além disso, o valor total orçado para os custos variáveis da granja foi de R\$ 14.395.737,40 e foi realizado o valor de R\$ 14.912.528,72 resultando assim em uma variação de R\$ 516.791,32 a mais de custos para a empresa. Essa diferença ocorreu devido ao aumento da matéria prima utilizada para fabricar a ração e o aumento do valor dos medicamentos veterinários.

A tabela 5 apresenta as despesas variáveis da granja, conforme demonstrado na tabela os fretes representam 100% das despesas variáveis. É possível observar que foi orçado R\$ 395.500,00 e foi realizado R\$ 345.484,00 restando um saldo positivo de R\$ 50.016,00 para a empresa. Essa diferença se deve às negociações do setor de logística na hora de fechar o frete, onde se conseguiu reduzir os valores.

Tabela 5: Despesas variáveis

Descrição	Orçado	Realizado	Varição R\$
Fretes e Carretos - Saídas	395.500	345.484	50.016

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

No orçamento as vendas são apuradas mensalmente, indicando a quantidade em quilos e o preço médio de cada quilo. A composição das receitas é a venda de suínos para abate (cevadados), com uma média de 150 dias (do nascimento ao abate), venda de matrizes (referente às matrizes pouco reprodutivas que são descartadas) e outras receitas (experimento de pesquisa). No final da safra é feito a soma dos valores dos produtos vendidos e o valor bruto apurado com as vendas será para a composição da DRE.

Na tabela 6 estão demonstrados os valores orçados e realizados do período, por se tratar de relatórios extensos, foram demonstrados a seguir o valor total do período.

Tabela 6: Receitas suinocultura

	Orçado	Realizado
Receita Operacional em R\$	21.581.285,00	21.858.935,57
Suínos Cevados	21.067.785,00	21.680.582,67
Suínos Matrizes	291.500,00	-
Outras receitas/experimento	222.000,00	178.352,90
Quantidade (Kg)	5.271.950,00	4.615.231,00
Suínos Cevados	5.146.950,00	4.615.231,00
Suínos Matrizes	125.000,00	0,00
Preço (R\$)	4,09	4,70
Suínos Cevados	4,09	4,70
Suínos Matrizes	2,33	0,00

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

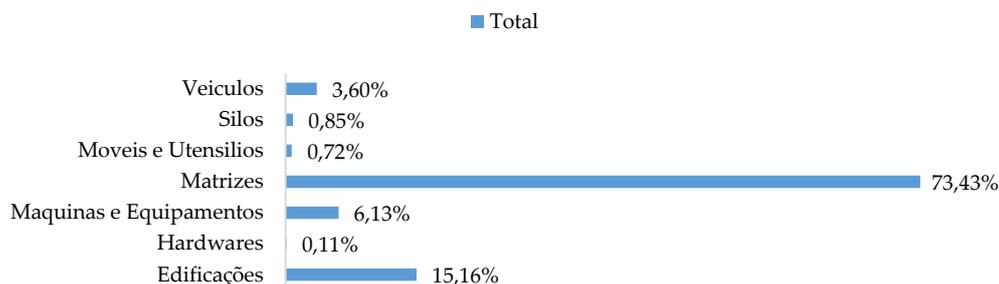
As informações contidas na tabela 6 nos permitiu verificar que a empresa obteve uma receita bruta durante o período analisado de R\$ 21.858.935,57, desse montante 99,18% é receita com os cevados e os outros 0,82% com o experimento. Outro ponto a ser destacado, é que foi orçado valor de R\$ 291.500,00 com venda de matrizes, mas não foi realizado nenhum valor, devido ao fato de nenhuma matriz durante o período estar com baixa reprodutividade. O preço do quilo de venda do animal tem uma influência muito grande nas receitas, visto que quanto maior o preço maior a receita da empresa. No tocante preço médio do kg/suíno, foi verificado que a média da granja durante o período analisado foi de R\$ 4,70 o kg do suíno vivo.

Tabela 7: Depreciação e Exaustão

Descrição	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Varição
	Sítio 1	Sítio 1	Sítio 2	Sítio 2	
Depreciação	60.000	59.839	131.000	130.684	477
Exaustão	166.000	165.405	-	-	595

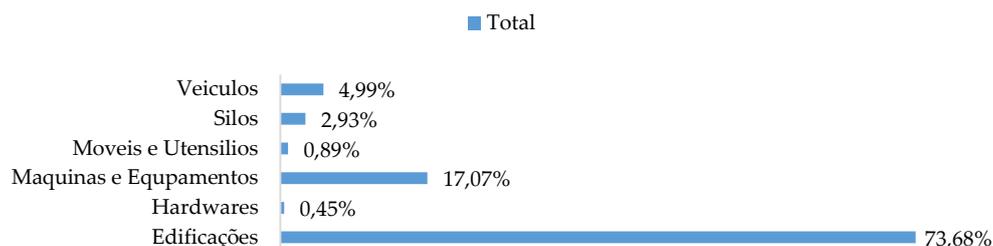
Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Na empresa os bens são classificados e separados em grupos, sendo classificados em: edificações, hardwares, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, silos, veículos e matrizes. Nos gráficos abaixo temos o percentual de cada grupo dos bens em relação ao valor total realizado no período com depreciação.

Gráfico 1: Bens - Sítio 1

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Podemos observar que a depreciação maior do sítio 1 é com a exaustão das matrizes, que representa 73,43% em relação ao valor total depreciado no período. Em seguida vem acompanhado das depreciações com 15,16% e Máquinas e equipamentos com 6,13%. Já no sítio 2, o maior gasto com depreciação é com as edificações com 73,68%, seguido pelas máquinas e equipamentos com 17,07% e Veículos com 4,99%.

Gráfico 2: Bens - Sítio 2

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Por fim, todas as informações com custos, despesas e receitas são transferidas para a DRE, onde todos os resultados apurados da atividade serão apresentados de forma resumida no período de um ano correspondente à safra.

Tabela 8: Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)

	Orçado	Realizado
(=) Receita Operacional - Suinocultura	21.581.285,00	21.858.935,57
(-) Deduções da Receita	427.485,18	798.249,98
(=) Receita Líquida	21.153.799,82	21.060.685,59
(-) Custos Variáveis	14.395.737,40	14.912.528,72
(-) Despesas Variáveis	398.500,00	345.484,00
(=) Margem de Contribuição	6.359.562,42	5.802.672,87
% Margem de Contribuição	30,06%	27,55%
(-) Custos Fixos	473.449,88	508.253,95
(=) EBITDA	5.886.112,54	5.294.418,92
% EBITDA	27,83%	25,14%
(-) Depreciação e Exaustão	357.000,00	355.927,98

(=) EBIT	5.529.112,54	4.938.490,94
% Margem EBIT	26,14%	23,45%
(-) Resultado Financeiro	0,00	97.397,70
(=) Lucro Líquido	5.529.112,54	4.841.093,24
% Margem Líquida	26,14%	22,99%

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

De acordo com a Tabela 8, foi verificado que a margem de contribuição total do período analisado representa 27,55 % da receita total das vendas. O *Ebitda* que é um indicador financeiro que representa quanto a empresa gera de recursos através de suas atividades operacionais, sem contar impostos e outros efeitos financeiros, foi de 25,14% no período analisado. E o lucro líquido de R\$ 4.841.093,24 com sua margem líquida de 22,99%.

Através das análises dos dados deste trabalho foi possível observar que a execução do orçamento no período analisado teve comportamentos diferentes em relação aos valores orçados. Algumas contas tiveram variações positivas e outras negativas. As que sofreram maiores variações em relação ao valor orçado foram as de manutenção, medicamentos e materiais veterinários e ração, somando um valor de R\$ 600.122,35 de gastos a mais para a empresa.

A ideia do orçamento na empresa não é limitar as pessoas que estão inseridas no meio ao qual ele está sendo aplicado, e sim para apresentar os objetivos e metas a serem cumpridas no período, e quais os recursos estarão disponíveis para que isso aconteça. O orçamento utilizado pela empresa não é estático, durante o período ele pode sofrer variações, essas variações estão relacionadas com a mudança da realidade da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso buscou analisar como é feito a elaboração de um orçamento em uma empresa do agronegócio que ofereça informações para tomadas de decisões, apresentando assim as principais informações utilizadas em um planejamento orçamentário. Analisando as estratégias criadas pela empresa para acompanhamento do mesmo, a fim de se alcançar os objetivos propostos nos números orçados nas contas de receitas, custos e despesas.

A despesa de maior relevância no período analisado foram os fretes, que agregaram uma despesa de 100% em relação ao total, e foi classificada como despesa variável. Não há possibilidade de fazer uma previsão exata com estas despesas, em detrimento de que sua variação depende também de fatores externos.

A receita total com vendas foi no valor de R\$ 21.858.935,57, durante todo o período analisado. Foi possível constatar que a margem de contribuição da atividade foi de 27,55% em relação à receita. E o resultado operacional obtido no período foi de R\$ 4.841.093,24.

Conclui-se com esse estudo que o planejamento orçamentário é uma grande ferramenta que oferece análises de desenvolvimento detalhadas da atividade, em que é possível apresentar os índices de crescimento passado, presente e futuro da mesma.

Além disso foi possível observar que o objetivo do orçamento na empresa é oferecer uma sensação de controle e direcionamento, visto que não é possível obter um controle exato de tudo que foi orçado, mas a partir do orçamento é possível direcionar a empresa para os seus objetivos, buscando a redução dos custos e despesas e aumentando a sua lucratividade.

Dentre as limitações encontradas para elaboração do trabalho, está a dificuldade em verificar a veracidade dos dados. A atividade da suinocultura é dividida em dois setores (Sítio 1 e Sítio 2) e no sistema da empresa os lançamentos dos dados são feitos por centro de custo. Cada setor tem o seu centro de custo específico e por possuírem uma grande quantidade de lançamentos mensais, pode acontecer de ter alguns erros, visto que passam em vários setores como operacional dentro da granja, compras, custos e por fim a controladoria.

Para pesquisas futuras é recomendada a realização de estudos adicionais com intuito de promover a redução das despesas da atividade. Com base nas análises, pode-se verificar que os fretes representam a maior parte das despesas variáveis da granja. Como ele é terceirizado na empresa, sugere-se uma análise econômica de se adquirir um transporte próprio, analisando os gastos com: a compra de caminhões, mão de obra, combustível e manutenção, e se é viável adquirir o transporte próprio ou continuar com a contratação de terceiros.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL (Org.). **Relatório anual 2020**. São Paulo: ABPA, 2020. 62 p. Disponível em: <http://www.abpa-br.org>. Acesso em: 27 maio 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE SUINOS (Org.). **Mapeamento da Suinocultura Brasileira**. Brasília: ABCS, 2016. Disponível em: <http://www.abcs.org.br/materiais-abcs>. Acesso em: 27 maio 2020.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Estatística e Desempenho da Produção**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/suinoseaves/cias/estatisticas>. Acesso em: 30 maio 2020.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Rafael Garcia; PALMEIRA, Eduardo Mauch. SUINOCULTURA BRASILEIRA. **Observatorio de La Economía Latinoamericana**: Revista Acadêmica de Economia, Pelotas, v. 2, n. 2, dez. 2006. Disponível em: <https://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/06/rgg.htm>. Acesso em: 12 maio 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pecuaria.html?localidade=31&tema=75677. Acessado em: 19 jun. 2020.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

NEVES, Silvério das. **Contabilidade de Custos: um enfoque direto e objetivo**. 11. ed. São Paulo. Saraiva, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria Básica**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PINTO, Alfredo Augusto Gonçalves; LIMEIRA, André Luis Fernandes; SILVA, Carlos Alberto dos Santos; COELHO, Fabiano Simões. **Gestão de Custos: série gestão financeira, controladoria e auditoria**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SOUZA, Acilon Batista de **Curso de administração financeira e orçamento: princípios e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2014.

SÜPTITZ, Luciane Andréa Siedleski; WOBETO, Marciani Carla Rhoden; HOFER, Elza. Gestão de custos na suinocultura: um estudo de caso. *In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS*, 2008, Paraná. **Gestão de custos na suinocultura: um estudo de caso**. Curitiba: Unioeste, 2008. p. 01-16. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1206/1206>. Acesso em: 12 maio 2020.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

VEIGA, Windsor Espenser; SANTOS, Fernando de Almeida. **Contabilidade de custos: gestão em serviços, comércio e indústria**. São Paulo: Atlas, 2016.

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL E SUA APLICAÇÃO EM MICROEMPRESAS DO MUNICÍPIO DE VARJÃO DE MINAS/MG

Marcela Eduarda Rodrigues de Oliveira¹
Jarim Marciano Ferreira²

RESUMO: O trabalho realizou uma pesquisa sobre a legislação e aplicação do Simples Nacional em empresas do município de Varjão de Minas. Avaliou os principais benefícios e dificuldades, junto aos empresários, referente à tributação. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, descritiva, exploratória e coleta de dados via questionário estruturado. Os principais resultados apontaram que apenas 33,3% dos empresários diz ter conhecimento sobre a legislação que rege o Simples Nacional, sendo que 66,7% confirmaram ter baixo conhecimento, 50% dos entrevistados concordam que o Simples beneficiou na redução de impostos, mas todos afirmaram a necessidade de maior redução da carga tributária. Ainda foi possível perceber a carência sobre o nível de gestão e controles da classe micro empresarial. Foi possível concluir que o simples nacional simplificou a tributação, mas ainda necessita de ajustes para atender os anseios dos micros empresários. O estudo serviu para mostrar os aspectos da contabilidade tributária e suas contribuições no planejamento e processo de gestão dos tributos aos microempresários.

PALAVRAS-CHAVE: Simples Nacional. Microempresário. Benefícios.

ABSTRACT: The work carried out a research on the legislation and application of Simples Nacional in companies in the municipality of Varjão de Minas. It assessed the main benefits and difficulties with business people regarding taxation. The methodology used was bibliographic, descriptive, exploratory research and data collection via structured questionnaire. The main results pointed out that only 33.3% of the entrepreneurs say they have knowledge about the legislation that governs Simples Nacional, with 66.7% confirming that they have little knowledge, 50% of the interviewees agree that "Simples" benefited from tax cuts, but all stated the need for further reduction of the tax burden. It was also possible to notice the lack of management level and controls in the micro business class. It was possible to conclude that the simple national simplified taxation, but still needs adjustments to meet the desires of micro entrepreneurs. The study served to show the aspects of tax accounting and their contributions in the planning and management process of taxes to micro entrepreneurs.

KEYWORDS: Simple National. Micro Businessman. Benefits.

1 INTRODUÇÃO

Em 1988, a Constituição Federal determinou que as micro e pequenas empresas (MPes) teriam o direito de receber tratamento simplificado e favorecido da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O Regime Tributário Simplificado instituído pela Lei n. 9.317/1996, trouxe vários benefícios para as MPes, possibilitando

¹ Estudante de Graduação 8º período do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: marcelaeduarda@unipam.edu.br.

² Professor Orientador do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: jarim@unipam.edu.br.

seu crescimento no cenário econômico e simplificando o cálculo e o recolhimento dos impostos federais e contribuições, sendo através de um único DARF (Documento de arrecadação da Receita Federal) e reduzindo sua carga tributária (BRASIL, 1996).

Posteriormente em 2006 foi sancionada a nova lei, que ficou conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a Lei Complementar 123 regulamentada no dia 14 de dezembro de 2006, que estabeleceu diversos privilégios aos pequenos empreendimentos, com o incentivo à participação nas compras governamentais, à diminuição da burocracia e a redução dos impostos. Além disso, o Simples Nacional passou a ser recolhido por meio do DAS (documento de arrecadação do Simples Nacional), e teve como função a reorganização das alíquotas e a junção dos tributos federais, estaduais e municipais (BRASIL, 2006).

Por ser o regime de tributação que, em comparação aos demais regimes, apresenta a menor carga tributária, o Simples Nacional é optado por quase todos os pequenos negócios. Teve como objetivo impulsionar as MPEs, com a simplificação das suas obrigações e amparada pelo princípio da isonomia. O autor Humberto Ávila diz que a igualdade é norma que está por trás de todas as outras, proporcionando uma execução uniforme. É também norma que anda lado a lado com todas as outras, pois busca nelas os parâmetros para medidas comparativas e funcionalidades imprescindíveis ao seu andamento (ÁVILA, 2008).

As dificuldades enfrentadas pelas microempresas refreiam a aplicação da legislação do Simples Nacional e a informatização de seus estabelecimentos. A grande maioria dos comerciantes não possuem conhecimentos suficientes sobre a legislação, resistindo às mudanças e às novas tecnologias, alegando que esse sistema aumentaria sua carga tributária.

Neste contexto surge a seguinte questão de pesquisa: Qual o nível de conhecimento e sua aplicação, pelos microempresários, sobre a Legislação do Simples Nacional na cidade de Varjão de Minas – MG?

O Simples Nacional veio com um grande diferencial na aplicação das alíquotas, reduzindo drasticamente a carga tributária, porém, para que essa redução aconteça na prática, o microempresário precisa ter conhecimento mínimo da legislação para o correto cadastramento de cada produto no sistema de gestão referente a cada tributo existente.

Evidentemente, isso nem sempre acontece, pois, o nível de conhecimento dos empresários Varjonenses sobre a legislação é bastante superficial e a maioria sequer possui sistemas de gestão. Dessa forma, não aproveitam os benefícios da legislação no que tange a redução das alíquotas e conseqüentemente, a redução da carga tributária.

O objetivo geral da pesquisa será analisar os dispositivos legais referentes ao tratamento simplificado de impostos e sua aplicação pelas micro e pequenas empresas no município de Varjão de Minas. Para cumprir com o objetivo geral da pesquisa, os objetivos específicos serão: analisar a legislação do Simples Nacional; examinar as características do município estudado; aplicar um questionário sobre o nível de conhecimento e sua aplicação sobre a legislação do Simples Nacional; apresentar as dificuldades enfrentadas pelos comerciantes locais na aplicação da legislação; concluir sobre os resultados da pesquisa.

2 CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO

O estudo foi desenvolvido na empresa Titõe Serviços LTDA, onde prestam serviços de contabilidade, situada à Rua José Praxedes, 317 – Centro, no município de Varjão de Minas, CEP: 38.794-000, inscrita no CNPJ: 05.411.504/0001-18, com início das atividades em 28/11/2002.

A empresa Titõe Serviços LTDA, conta com a colaboração de 07 funcionários. Integrados ao quadro de colaboradores, a empresa possuiu um total de dois sócios administradores que dividem as funções de administração e gerência da empresa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa aborda os aspectos da contabilidade, contabilidade tributária, planejamento tributário, Simples Nacional e o impacto da legislação sobre as microempresas.

3.1 CONTABILIDADE

A Contabilidade é a ferramenta que dispõe o máximo de informações úteis para a tomada de decisões da empresa. Ela é antiga e sempre existiu para auxiliar no processo de tomada de decisões. Eventualmente, o governo passou a utilizá-la para arrecadar impostos e tornando-a obrigatória para grande parte das empresas, ressalta Marion (2018).

Padozeve (2006, p.32), acredita que “a contabilidade representa uma linguagem comum no âmbito da empresa, ou seja, uma linguagem falada por todos, a qual, por ser bastante precisa, é mais fácil de ser aprendida e entendida por todos; por isso, ela é conhecida como a linguagem universal dos negócios”.

3.2 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

A Contabilidade Tributária, segundo Prado (2013) é a união das áreas Contábil e Jurídica. Direito e Contabilidade são ciências que se completam e andam juntas. Realizam uma atividade, produzem serviços ou produtos, comercializam, e eventualmente, pagam tributos.

Fabretti (2017, p. 34) conceitua a contabilidade tributária como “o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada”.

3.3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Para o autor Chaves (2017), o planejamento tributário é necessário para contribuintes, tanto pessoas jurídicas quanto físicas, embora este trabalho não deva ser aplicado de forma isolada como ferramenta para um planejamento tributário. Para isso, é fundamental inteirar-se sobre a situação do contribuinte, disposto a reduzir os custos, planejando seus negócios.

Araújo (2018, p. 13) define o planejamento tributário como “o conjunto de ações que permite ao contribuinte, pessoa física ou jurídica, organizar preventivamente seus negócios, visando à redução da carga tributária de forma lícita”.

3.3.1 Elisão Fiscal

Para Faria (2016) elevada carga tributária e a competitividade mundial, levam as empresas a procurarem opções válidas dentro da legislação vigente, com o intuito de diminuir, de forma lícita, a carga tributária e optando pela alternativa que mais convém, assim reduzindo os tributos.

3.3.2 Evasão Fiscal

Oliveira (2015, p. 26) diz que “na evasão fiscal, a contribuinte busca, antes ou depois da submissão a uma hipótese tributária desfavorável, um modo de mascarar seu comportamento de forma fraudulenta”.

Padozeve *et al.*, (2017), afirma que os órgãos governamentais perceberam, há alguns anos, que grande parte da evasão fiscal se dava pelo fato dos contribuintes produzirem bens de pouco valor e de alto consumo e não emitirem nota fiscal no ato da transação. Formando-se assim, estoques milionários, em empresas com pouca estrutura, em atribuição da escassa fiscalização e deste crime tributário.

3.3.3 Elisão Fiscal

Conhecida também como elisão ineficaz, “é a situação em que o contribuinte simula determinado negócio jurídico com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador” (CREPALDI, S; CREPALDI, G, 2019, p. 105).

Segundo Oliveira (2013, p. 105) “no caso da elisão, o contribuinte assume o risco pelo resultado, visando a uma tributação menos onerosa, conforme o uso de meios atípicos – seja para evitar a ocorrência do fato gerador, seja para pô-lo em subsunção com uma norma menos dispendiosa”.

3.4 SIMPLES NACIONAL

3.4.1 Surgimento

Fabretti *et al.*, (2019) relata que antes da Lei n. 123/06 ser sancionada, a Lei n. 9.317/96 instituiu o regime tributário simplificado para micro e pequenas empresas, denominado Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – Simples, que se tratava da unificação do pagamento de vários impostos e contribuições em um único documento de arrecadação federal, chamado DARF – Simples.

“O Simples Nacional abrange oito tributos, entre os quais o ICMS e o ISS, que são recolhidos por meio de um documento único, apurados com base em uma alíquota única” (JUNIOR; PUJALS, 2015, p. 5).

O Simples consiste no pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

- a) Imposto de Renda das Pessoa Jurídica (IRPJ);
- b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- d) Contribuição para os Programas de Integração Social e de
- e) Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- f) e as contribuições previdenciárias a cargo da pessoa jurídica, inclusive as devidas por empresas rurais. (OLIVEIRA, 2013, p. 165, 166).

3.4.2 Opção pelo regime

“Podem optar pelo Simples Nacional as ME e EPP que preencham os requisitos previstos na lei e se enquadrem nas definições da Lei Complementar n. 123, desde que não exerçam nenhuma atividade impeditiva de participar do regime” (OLIVEIRA, 2015, p. 406).

Oliveira (2015) ressalta que para optar pelo Simples Nacional, a empresa não poderá exercer uma atividade impeditiva, mesmo que exerça alguma atividade permitida conjuntamente. As empresas que exercem atividades que possuem códigos na tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), coincidentemente impeditivas e permitidas para a opção do Simples Nacional (CNAE ambíguas), poderão fazer a opção do regime, desde que, declare que exerce apenas as atividades permitidas.

3.4.3 Impedimento pelo regime

“Para o ingresso no regime do Simples Nacional, além dos limites de receita estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da LC n. 123/06, existem outras limitações quanto à: atividade exercida pela MEP; estrutura da MPE; situação jurídica dos titulares da MPE e situação fiscal” (FABRETTI *et al.*, 2019, p. 151).

Segundo Oliveira (2015, p. 407):

O Simples Nacional é um regime facultativo para o contribuinte, isso significa que mesmo a empresa estar possibilitada e enquadrada na condição de ME e EPP, ela pode decidir não fazer a opção e uma vez selecionado o regime, a empresa permanece neste por todo o ano calendário, só podendo ser modificada no ano seguinte.

3.4.4 Recolhimentos e percentuais

As micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional, terá um valor mensal determinado pela sua atividade com base na aplicação das tabelas dos anexos I, II, III, IV e V considerando que a receita bruta utilizada será dos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração (OLIVEIRA, 2013).

3.4.5.1 Exclusão

3.4.5.1 Exclusão de ofício

“Esse ato poderá resultar em aplicação de variadas sanções, que podem inclusive ultrapassar a órbita administrativa, descambando para outras esferas, como, por exemplo, a penal” (JUNIOR; PUJALS, 2015, p. 157).

“A competência para excluir de ofício a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional pertence às administrações tributárias federal, estaduais ou do Distrito Federal, segundo a localização do estabelecimento” (OLIVEIRA, 2015, p. 415).

3.4.5.2 Exclusão por comunicação

Segundo Oliveira (2015) a exclusão por comunicação acontece quando a empresa, seja ME ou EPP se envolve em alguma condição que a impossibilita que permanecer optante pelo Simples Nacional. Dessa maneira, o contribuinte fica obrigado a comunicar sua exclusão em prazo dependente da circunstância que o levou a exclusão.

“A ME ou a EPP excluída do Simples Nacional sujeitar-se-á” “a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas” (ANDRADE; LINS; BORGES, 2015, p. 149).

3.5 O IMPACTO DA LEGISLAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL SOBRE MICROEMPRESAS

As micro e pequenas empresas são de extrema importância para o produto interno bruto brasileiro que reflete em 27%, representadas por cerca de 9 milhões de empresas. Fonte primordial de riqueza, as MPÉs correspondem a 53,4% do PIB no Comércio. Na indústria equivale a 22,5% e no setor de serviços, 36,3% representa o PIB do país (SEBRAE, 2011).

As principais conclusões sobre o impacto do Simples Nacional foram que, o Simples estimula a abertura de empresas e a formalização dos empreendimentos informais, proporciona a simplificação da arrecadação dos impostos, oportuniza o aumento da taxa de sobrevivência da empresa e contribui para a redução da inadimplência dos Pequenos Negócios. Grande parte das empresas optantes aprova o Simples Nacional. E em um possível fim desse regime, cerca de 2/3 das atuais empresas ficariam prejudicadas (SEBRAE, 2017).

4 METODOLOGIA

O método é a diretriz que deve determinar diferentes procedimentos indispensáveis para alcançar certo objetivo ou um resultado desejado (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2014).

Para realização do presente trabalho foram utilizados os métodos pesquisas bibliográficas, descritivas, exploratórias, com abordagem qualitativa e quantitativa, e coleta de dados via questionário estruturado.

Para Gil (2008, p. 50),

a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Sobre isso a pesquisa descritiva, Andrade (2010, p. 112) diz que “nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”.

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2008, p. 27).

No que se refere à abordagem quantitativa, Gil (2008, p. 175) explica que “a análise dos dados nas pesquisas experimentais e nos levantamentos é essencialmente quantitativa. O mesmo não ocorre, no entanto, com as pesquisas definidas como estudos de campo, estudos de caso, pesquisa-ação ou pesquisa participante”. O autor Matias – Pereira (2019, p. 88) diz que “sob este enfoque tudo pode ser mensurado numericamente, ou seja, pode ser traduzido em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas”.

De acordo com Martins e Theóphilo (2016, p. 140), a pesquisa qualitativa também é conhecida como pesquisa naturalística, uma vez que para estudar um fenômeno relativo às ciências humanas e sociais é necessário que o pesquisador entre em contato direto e prolongado com o ambiente no qual o fenômeno está inserido.

No presente estudo será feita uma coleta de dados via questionário estruturado (Apêndice IV). Segundo Marconi e Lakatos (2018, p. 94), questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.

O questionário foi aplicado aos microempresários do município de Varjão de Minas/MG, de forma online, utilizando uma plataforma digital e os resultados foram computados pela própria plataforma. O período da aplicação dos questionários foi do dia 24 de setembro ao dia 07 de outubro do ano de 2020.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Esse tópico apresentou inicialmente a caracterização do município de Varjão de Minas/MG, em seguida o perfil dos entrevistados, posteriormente avaliou o nível de

conhecimento sobre o regime de tributação e finalmente apresentou os resultados da pesquisa sobre a aplicação e a legislação do Simples Nacional no município.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VARJÃO DE MINAS

O município de Varjão de Minas é localizado no interior do estado de Minas Gerais, possui cerca de 6.054 habitantes e tem como municípios limítrofes, São Gonçalo do Abaeté, Presidente Olegário, Patos de Minas e Tiros. Antes pertencente à cidade de São Gonçalo do Abaeté, em 22 de outubro de 1996, se tornou um município independente, quando teve sua fundação oficializada.

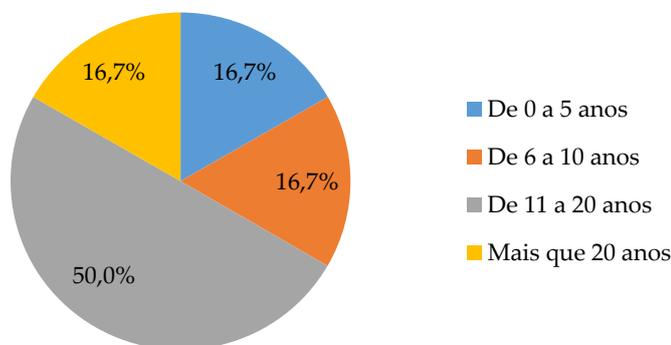
Atualmente, o município pertence à Comarca de Patos de Minas e possui Lagoa Seca e Sede como distritos e os povoados de Bocaina, Geribá, Barro Preto, Côrte e São Domingos, que se dividem entre os distritos.

5.2 PERFIL DOS EMPRESÁRIOS

5.2.1 Área e tempo de atuação no mercado

A primeira pergunta procurou identificar o período em que os empresários estão atuando no município de Varjão de Minas.

Gráfico 1: Tempo de atuação

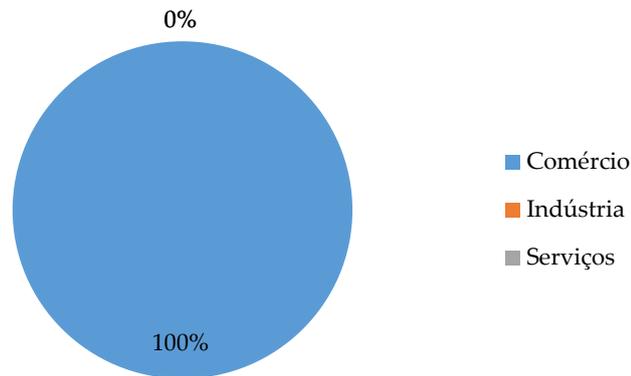


Fonte: elaborado pela autora (2020).

Verifica-se que 50% dos empresários atuam no município entre 11 e 20 anos, 16,7% correspondem aos empresários que atuam entre 0 e 5 anos, entre 6 e 10 anos e a mais que 20 anos.

O segundo questionamento busca identificar qual a área de atuação que os empresários exercem, como: Comércio, Indústria ou Prestação de Serviços.

Gráfico 2: Área de atuação



Fonte: elaborado pela autora (2020).

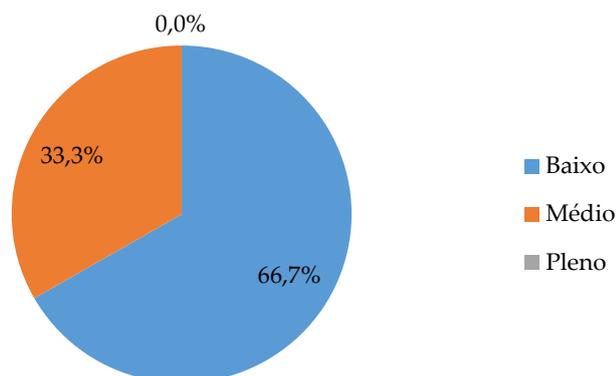
Nota-se que 100% dos empresários entrevistados atuam na área do Comércio.

5.3 Nível de Conhecimento sobre Regime de Tributação

O objetivo da terceira pergunta foi identificar qual o nível de conhecimento dos empresários em relação ao seu regime de tributação.

Como é possível observar no Gráfico 3, nenhum dos entrevistados diz ter conhecimento pleno sobre seu regime de tributação. Apenas 33,3% dizem ter conhecimento mediano e um total de 66,7% afirmam ter um baixo conhecimento sobre o regime de tributação.

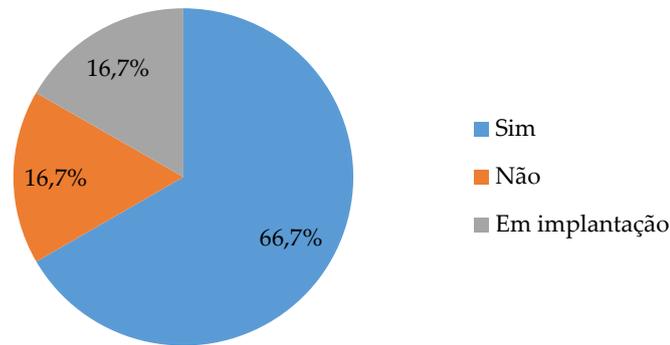
Gráfico 3: Conhecimento sobre o regime de tributação.



Fonte: elaborado pela autora (2020).

A questão 4 trata-se de identificar se a empresa utiliza algum programa de gestão e controle.

Gráfico 4: Utilização de programa de gestão e controle.



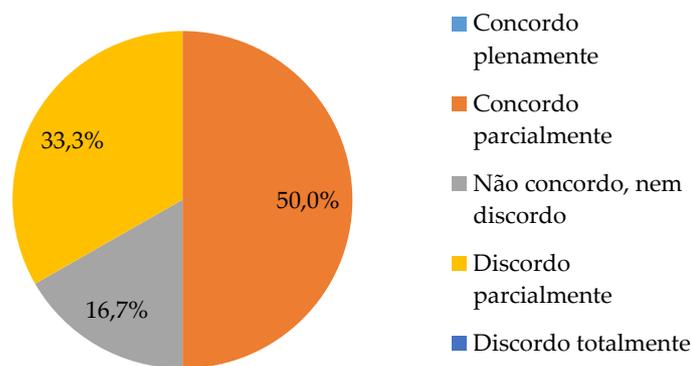
Fonte: elaborado pela autora (2020).

Observa-se no Gráfico 4 que apenas 16,7% dos comerciantes ainda não possuem programa de gestão e controle. Quanto aos demais empresários, 16,7% dizem ainda estar em processo de implantação e 66,7% já utilizam programa de gestão e controle em seus estabelecimentos.

5.4 AVALIAÇÃO SOBRE O REGIME DE TRIBUTAÇÃO SIMPLES NACIONAL

A quinta questão objetivou-se em verificar se a legislação tributária e trabalhista atende a todos os anseios do empresário, referente à simplificação dos impostos.

Gráfico 5: Simplificação dos impostos em relação à legislação

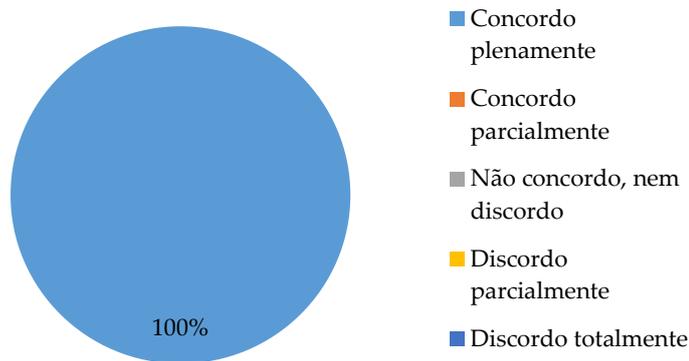


Fonte: elaborado pela autora (2020).

Percebe-se com o Gráfico 5 que 50% dos entrevistados concordam parcialmente que a legislação atende aos seus anseios em relação à simplificação dos impostos, 33,3% discorda parcialmente e os outros 16,7% não concordam e não discordam.

Diante da sexta pergunta, foi questionado se os empresários entendem que seria necessária uma maior redução da carga tributária para que a legislação atenda melhor a classe empresarial.

Gráfico 6: Redução da carga tributária



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Como se observa no Gráfico 6, todos os empresários entrevistados concordam plenamente que seria necessária uma redução na carga tributária do Simples Nacional, para atender os anseios dos microempresários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada com a finalidade de analisar a legislação e a aplicação do Simples Nacional nas empresas de Varjão de Minas. O público alvo escolhido contemplou os micros empresários do município, levando em consideração o regime de tributação, todos optantes pelo Simples Nacional.

Os resultados da pesquisa sobre a análise da legislação do Simples Nacional e sua aplicação em microempresas do município de Varjão de Minas/MG, apontaram que o nível de conhecimento dos entrevistados em relação ao regime de tributação, apenas 33,3% dos empresários diz ter conhecimento mediano e os outros 66,7% indicam ter baixo conhecimento.

Quanto à utilização de programa de gestão e controles, apenas 66,7% dos empresários confirmaram a sua utilização. Muitos empresários continuam utilizando métodos antigos, sendo assim, não conseguem gerenciar plenamente seus negócios.

Em relação à questão se a legislação atende seus anseios e suas necessidades no que tange a simplificação dos impostos, observa-se que 50,0% dos entrevistados concordaram parcialmente no que tange a simplificação dos impostos, porém todos os empresários afirmam que o Simples Nacional teria que oferecer uma redução ainda maior na tributação para atender plenamente os anseios da classe empresarial.

A principal limitação da pesquisa foi a baixa participação dos entrevistados, sendo que apenas 6 questionários foram respondidos, e apesar que a aplicação tenha sido de forma totalmente digital, muitos dos empresários não responderam ao questionário. Caso tivesse uma participação maior de entrevistados o resultado poderia ter sido diferente.

Considerando a falta de interesse dos empresários em entender a fundo a legislação e a falta de uso de programas de gestão, sugere-se para futuras pesquisas

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL E SUA APLICAÇÃO EM
MICROEMPRESAS DO MUNICÍPIO DE VARJÃO DE MINAS/MG

aprofundar o estudo sobre o nível de conhecimento da legislação e sua aplicação a microempresários de outros municípios.

O estudo serviu para mostrar a necessidade de entendimento da legislação tributária e as contribuições da contabilidade tributária no processo de gestão dos tributos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Euridice S. Mamede de; LINS, Luiz dos Santos; BORGES, Viviane Lima. **Contabilidade tributária**: um enfoque prático nas áreas federal, estadual e municipal. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ANDRADE, Maria de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, Dayane de Almeida. **Planejamento tributário aplicado aos instrumentos sucessórios**. São Paulo: Almedina, 2018.

ÁVILA, Humberto. **Teoria da igualdade tributária**. São Paulo: Malheiros, 2008.

BRASIL. **Lei n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alvino; SILVA, Roberdo da. **Metodologia científica**. 6. ed. reimpr. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento tributário na prática**: gestão tributária aplicada. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CREPALDI, Silvio; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade fiscal e tributária**: teoria e prática. 2. d. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

FABRETTI, Láudio Camargo, FABRETTI, Denise, FABRETTI, Dilene Ramos. **As micro e pequenas empresas e o Simples Nacional**: tratamentos tributário, fiscal e comercial. São Paulo: Atlas, 2019.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FARIA, Ramon Alberto Cunha de. **Contabilidade tributária**. Porto Alegre: SAGAH, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JUNIOR, Geraldo Roberto Ribeiro; PUJALS, João. **Auditoria Integrada do Simples Nacional: o que muda com o SEFISC – Sistema Eletrônico Único de Fiscalização**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da Pesquisa Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARION, José Carlos; SANTOS, Ana Carolina Marion. **Contabilidade Básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Luís Martins de, *et al.* **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à contabilidade, com abordagem para não-contadores: texto e exercícios**. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

PADOVEZE, Clóvis Luís, *et al.* **Contabilidade e gestão tributária: teoria, prática e ensino**. São Paulo: Cengage, 2017.

PRADO, Eliana Cristina Pires. O papel e a atuação do contador tributário. **Revista de Ciências Gerenciais**, Sumaré, v. 17, n. 26, p. 131-143, jun. 2013.

SEBRAE. **As Pequenas Empresas do Simples Nacional**. Brasília. SEBRAE, 2011.

SEBRAE. **Os Impactos do Simples Nacional**. Brasília. SEBRAE, 2017.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA VALE S.A.: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS ANTES E DEPOIS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO – MG

Gabriela Silva¹

RESUMO: O presente estudo buscou analisar os indicadores econômicos e financeiros quanto ao desempenho das demonstrações contábeis elaboradas pela mineradora Vale S.A. Para balizar este estudo foram analisados os períodos de 2015 a 2019, este intervalo de tempo superior a cinco anos é utilizado devido a precisão de análise de indicadores. Neste sentido, para embasamento do referencial teórico e apresentação do assunto, foram feitas pesquisas bibliográficas, juntamente com estudo de caso, por intermédio de uma pesquisa documental para levantamento de dados. Neste contexto, optou-se por ferramentas de análise, utilizando os indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento. Os resultados obtidos, após analisados, ficaram evidentes que por meio da análise de indicadores, as demonstrações da empresa sofreram impactos negativos, após o acidente, que conseqüentemente resultou em um prejuízo no ano de 2019.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade. Indicadores. Demonstrações Contábeis.

ABSTRACT: The present study sought to analyze the economic and financial indicators regarding the performance of the financial statements prepared by the mining company Vale SA. In order to guide this study, the periods from 2015 to 2019 were analyzed, this time interval greater than five years is used due to the precision of analysis of indicators. In this sense, to support the theoretical framework and presentation of the subject, bibliographic research was carried out, along with a case study, through documentary research to collect data. In this context, analysis tools were chosen, using liquidity, profitability and indebtedness indicators. The results obtained, after being analyzed, were evident that through the analysis of indicators, the company's statements suffered negative impacts after the accident, which consequently resulted in a loss in 2019.

KEYWORDS: Accounting. Indicators. Accounting statements.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos, a maior parte dos acidentes ambientais acarretam em danos à população brasileira, deixando momentos marcantes e por vezes irreparáveis. O ano de 2019 foi marcado por um dos piores desastres ambientais no Brasil, ocorrido no município de Brumadinho, situado no estado de Minas Gerais, no dia 25 de janeiro de 2019, a barragem da Mina do Córrego do Feijão, da mineradora Vale S.A. se rompeu causando 259 mortes, deixando 11 pessoas desaparecidas, além da destruição do município e conseqüentemente um dano ambiental inestimável (PCMG, 2019).

Diante disso, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar os indicadores econômicos e financeiros da empresa Vale S.A. comparando o antes e depois do desastre ocorrido em 2019 no município de Brumadinho – MG, na Mina do Córrego

¹ Estudante de Graduação 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: gabrielasilva@unipam.edu.br.

do Feijão, por meio de estudos das demonstrações contábeis. Para se atingir o objetivo, elencam-se os objetivos específicos relacionados: analisar os principais indicadores para análise econômica e financeira; abordar os principais indicadores econômicos e financeiros da empresa Vale, antes e depois do desastre em Brumadinho e analisar os indicadores obtidos e o comportamento nos períodos analisados.

Este estudo se fez necessário na medida em que pudéssemos contribuir através de ferramentas que a contabilidade oferece, utilizando as análises para conhecer a organização, proporcionando maior segurança no ato de tomada de decisões. Também visando à valorização por parte dos gestores da contabilidade e dos profissionais que têm habilidades para interpretar e traduzir as informações.

Neste contexto, o presente estudo se tornou relevante à medida que poderá servir como fonte balizadora de pesquisa, permitindo com que os graduandos possam compreender de forma clara e objetiva, os métodos e os conceitos no que diz respeito à análise das informações contábeis, podendo contribuir como fonte para trabalhos futuros na área temática.

2 DADOS DA ORGANIZAÇÃO

A Companhia Vale do Rio Doce – CVRD foi fundada no Brasil, em 1º de junho de 1942, em Minas Gerais, na cidade de Itabira, por meio do Decreto-Lei n. 4.352, com o intuito de durar 50 anos, foi fundada por Getúlio Vargas, apesar de ser criada em 1942, se deu início em 1908. Carrion (2019) relata que em 1996 ocorreu a privatização da Vale pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo a segunda estatal brasileira de maior valor e em seguida a Petrobras, até nos dias de hoje.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico buscou alinhar as referências e conceitos básicos de diferentes autores no campo do conhecimento, a fim de fornecer informações suficientes para o desenvolvimento e apoio à pesquisa.

3.1 CONTABILIDADE

No contexto de Oliveira (2019) a contabilidade é tão antiga quanto a própria história da civilização, propagou-se a partir das necessidades das primeiras civilizações da humanidade em resguardar seu patrimônio, ter controle e proteger seus bens. Por consequência, vem regressando para contribuir ao aperfeiçoamento na geração de informações.

Nas definições de Padoveze (2018) a contabilidade é um sistema de informações para controle patrimonial de uma entidade pertencentes a uma pessoa jurídica ou pessoa física, neste controle é feito um processo de coleta, armazenamento e processamento das informações procedente de fatos no que lhe diz respeito da alteração de tal massa patrimonial.

Na visão de Pinto e Vasques (2019) a atual contabilidade é vista como um instrumento para delegar a todos que participam da empresa e certamente o contador

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA VALE S.A.: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS ANTES E DEPOIS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO – MG

não é único que utiliza a contabilidade, mas como também todos que participam da organização, de forma direta ou indireta. Neste sentido sua função é de extrema importância, pois é o organizador de informações, que são atribuídas a cada setor da organização, auxiliando as movimentações ocorridas dentro da entidade.

No entanto, Marion (2018) descreve que a contabilidade apesar de ser antiga, mas que sempre existiu, tem como instrumento fornecer o máximo de informações úteis e que não pode ser vista apenas para atender as demandas do governo, embora sua função seja muito mais importante; auxiliar nos processos de gerenciamentos para tomadas de decisões.

3.2 CONTABILIDADE GERENCIAL

Diante do pressuposto, a contabilidade gerencial é tratada como uma ferramenta voltada para atender as necessidades da gestão, para tomada de decisão e controle, reunindo os elementos que complementam a contabilidade financeira, aos quais são especificamente focados, contribuindo para técnicas e procedimentos contábeis conhecidos e processados em contabilidade financeira, contabilidade de custos, análise financeira, balanços e outras ferramentas (CREPALDI; CREPALDI, 2019).

Padoveze (2010) destaca um ponto fundamental da contabilidade gerencial, o uso das informações contábeis como uma ferramenta de gerenciamento. Entretanto, a contabilidade é uma ferramenta adequada para disseminar informações sobre o meio ambiente, podendo ser comparada com a contabilidade gerencial, onde calcula e analisa as informações para tomadas de decisões dentro da organização (PEIXOTO; SOUZA, 2018).

Vale enfatizar que a geração de informações gerenciais proporciona melhores decisões em várias situações de uma entidade, sobretudo para garantir que seus propósitos sejam atingidos. Ribeiro (2018) relata que existem diversas técnicas, para serem utilizadas na contabilidade, uma delas seria a Demonstrações Contábeis, que são relatórios técnicos que apresentam dados contábeis extraídos da empresa.

3.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade nos dias atuais é uma ferramenta que auxilia na tomada de decisão, além de contribuir significativamente para a análise estratégica para a gestão, atendendo a todos os seus usuários, para esclarecer questões financeiras, sociais e até ambientais, onde se destaca a presença marcante da contabilidade ambiental. Do ponto de vista macroeconômico, um dos principais aspectos da contabilidade ambiental é a questão de medir o patrimônio para que os recursos naturais existentes possam ser valorizados (RIBEIRO, 2010).

Entende-se que a contabilidade ambiental é de suma importância no âmbito de gerar informações, em relação à entidade com o meio ambiente, tanto para fins de controle para a entidade, quanto aos danos ambientais, enfatizando a preocupação com o futuro e conservação do planeta. Neste contexto, Tinoco e Kraemer (2011) afirmam que as informações sobre os impactos ambientais são conduzidas por meio das demonstrações contábeis.

3.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis têm por objetivo, corresponder a uma estrutura da atual situação patrimonial de uma entidade, apresentando o desempenho ocorrido durante um período específico. Dessa forma, para melhor entendimento da estrutura patrimonial, a entidade necessita verificar objetivos para gerar novos recursos, portanto para as operações da uma entidade utiliza-se o método de partidas dobradas, que consiste em classificar as contas de um balanço de natureza devedoras e credoras. Para tanto, segundo Lins e Francisco Filho (2012) afirma que a contabilidade consiste num padrão onde não há débito sem crédito no mesmo valor.

Dessa maneira, Carvalho, Guimarães e Cruz (2019) afirma que as demonstrações contábeis são projetadas para demonstrar informações que atendam aos interesses de diversos usuários de uma entidade, de maneira padronizada e abrangente. Em cumprimento com os requisitos legais, as demonstrações permitem realizar uma análise da atual situação econômica de uma entidade e verificar se os recursos investidos estão sendo utilizados adequadamente em torno do objetivo de gerar lucros para a empresa.

3.4.1 Análise das Demonstrações Contábeis

Na concepção de Souza *et al.* (2015) a análise das demonstrações contábeis é essencial para atender diversos interesses de usuários, pois através desta análise é possível verificar se o conteúdo planejado anteriormente alcançou as metas estabelecidas e se existem condições para tomar decisões futuras.

Com o intuito de se ter uma boa análise e tomar decisões é de suma importância seguir um esquema básico de avaliação. O método proposto foi elaborado com três etapas, primeiro deve observar as demonstrações contábeis, fazendo um diagnóstico inicial, em seguida realizar um exame nas contas e encontrar um sentido nas demonstrações contábeis, utilizando as ferramentas fornecidas na literatura para análise e coletar informações importantes (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2019).

Silva (2019) descreve que primeiramente deve-se iniciar com foco na análise horizontal e vertical, pois se tornarão o estágio da preparação de análise por meio de uso de indicadores. Ao analisar de forma horizontal e vertical, revelará as principais mudanças ocorridas no patrimônio e na dinâmica operacional da empresa e indicará quais aspectos requerem análises mais detalhadas ao fazer a análise por meio de indicadores ou quocientes.

Para entender a situação real da empresa, é impossível observar apenas um tipo de informação, entretanto é necessário considerar relatórios, demonstrações financeiras e indicadores financeiros, para que seja possível determinar a situação financeira da empresa e tentar prever possíveis resultados futuros (SILVA, 2019).

3.5 INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Esta seção apresentará os principais indicadores financeiros utilizados na análise das demonstrações contábeis, que podem fornecer um diagnóstico preciso para a tomada de decisões.

3.5.1 Indicadores de liquidez

Os indicadores de liquidez são utilizados para analisar a capacidade de pagamento da entidade, essa capacidade de pagamento pode ser analisada por meio de longo prazo, curto prazo ou prazo imediato, portanto, para este tipo de análise deve-se considerar quanto maior melhor (MARION, 2019). No contexto de Padoveze (2010) esses indicadores são extraídos apenas do balanço patrimonial, em razão disso são considerados indicadores estáticos, ou seja, no período seguinte estes indicadores terão alterações, sendo alterados de forma gradual.

O indicador de Liquidez Seca é bastante conservador, pois demonstra a situação financeira da empresa. Portanto, para uma entidade demonstrar um fator de liquidez baixo não significa que está passando por uma fase econômica ruim. Alinhado a isto, Assaf Neto (2020) afirma que este indicador, como também outros indicadores de liquidez são essenciais para entender o negócio da empresa, pois indica a capacidade que a empresa tem em honrar suas dívidas.

Segundo Silva (2019, p. 147), o indicador de liquidez corrente é “quanto a empresa possui em dinheiro, em bens e em direitos realizáveis no curto prazo, comparando com suas dívidas a serem pagas no mesmo período”. Neste sentido, o índice de liquidez corrente demonstra a capacidade da entidade de pagamento de curto prazo, portanto para fins de análise deve se atentar nos cálculos, na interpretação como também no conceito.

De acordo com Silva (2017), o índice de liquidez geral indica quanto em dinheiro, bens e direitos a empresa pode possuir no curto e no longo prazo para compensar sua dívida total. Portanto este indicador indica a capacidade de pagamento de uma entidade, visando as condições totais de saldos a receber. O índice tem como objetivo mostrar a capacidade de pagamento a longo prazo da empresa, levando em consideração tanto a curto quanto a longo prazo, revelando sua capacidade de cumprir todos os seus compromissos (MARION, 2019).

3.5.2 Indicadores de estrutura e endividamento

Nesta seção, serão abordados os indicadores de estrutura e endividamento de acordo com o atual referencial teórico. O objetivo básico desses indicadores é converter as ações de valor que representam as principais categorias do balanço em porcentagens e mensurar essas porcentagens em termos de patrimônio (PADOVEZE; BENEDICTO, 2011).

A participação do capital de terceiros no patrimônio líquido demonstra outra maneira de expressar a relação entre recursos de terceiros e investimento dos sócios. O

quociente obtido indica quanto fundos de terceiros a empresa levantou para cada R\$ 1,00 investido pelos sócios (BRUNI, 2014).

Matarazzo (2010) descreve que o índice do Patrimônio Líquido indica quanto a empresa aplicou de Ativo permanente para cada R\$ 100,00 de Patrimônio líquido, dessa forma considera quanto maior melhor. Contudo, quanto maior a entidade investir no Ativo permanente, menos recursos próprios sobrarão para o ativo circulante, consequentemente maior a dependência de capitais de terceiros para financiamento do ativo circulante.

O índice de imobilização de recursos não correntes, indica o percentual de recursos não correntes que a empresa aplicou no ativo permanente, dessa maneira, considera-se também quanto menor o resultado obtido, melhor. Entretanto, este índice demonstra quanto a empresa destinou ao ativo permanente (MATARAZZO, 2010).

Nos conceitos de Matarazzo (2010, p. 95) “o CCL representa a folga financeira a curto prazo, ou seja, financiamentos de que a empresa dispõe para o seu giro e que não serão cobrados de curto prazo”. Neste sentido, quando uma empresa possui capital circulante positivo, significa que ela aplicou recursos de longo prazo em contas de curto prazo. Porém, ao reverter essa situação, esse capital de giro líquido é negativo, os investimentos de longo prazo se mostram financiados com recursos de curto prazo.

3.5.3 Indicadores de rentabilidade

Nesta seção aborda os indicadores de rentabilidade de acordo com o referencial atual. Para Matarazzo (2010) a rentabilidade é medida pelo investimento, dessa maneira as fontes de investimento em ativos são capitais próprios de e terceiros, e este gerenciamento adequado pode trazer maiores retornos para a empresa. Por outro lado, os gerentes querem saber quanto esse retorno é relativo ao capital em que investem.

O índice de Rentabilidade sobre o ativo total demonstra o quanto a empresa teve de lucro líquido em relação ao ativo, agregando um potencial de geração de lucro para entidade. Assim, gerando uma média de capacidade da empresa em gerar lucro líquido e consequentemente poder de capitalizar (MATARAZZO, 2010).

Para Ribeiro (2010, p. 169), descreve que o giro do ativo “evidencia a proporção existente entre o volume das vendas e os Investimentos totais efetuados na empresa, isto é, quanto a empresa vendeu para cada \$1 de investimento total”. Portanto para o GA, quanto maior o índice, melhor a situação econômica da empresa, pois quanto maior as vendas, mais recursos ela possui (ALVES, 2013).

A margem de lucro líquido representa o percentual de cada unidade monetária de vendas restante após a empresa comprar produtos, demais despesas e impostos. Neste contexto, a margem de lucro líquido de uma empresa depende em grande parte do setor em que opera e do volume de negócios que ela pode proporcionar, geralmente, quanto maior a margem de lucro líquido, melhor a situação financeira da empresa (BRUNI, 2014).

Para julgar os indicadores de uma entidade e conceituar bom ou ruim, o método mais recomendado é compará-los com os indicadores em outros períodos para determinar a tendência da situação da entidade, evitando tirar conclusões antecipadas.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA VALE S.A.: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS ANTES E DEPOIS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO – MG

Desta forma, baseado em apenas um período, poderia não ser tão bom quanto em analisar em vários períodos (ALVES, 2013).

4 METODOLOGIA

Para iniciarmos uma pesquisa científica, primeiramente precisamos buscar respostas que ajudem a identificar e entender o problema da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013). Para análise comparativa de indicadores econômicos e financeiros da empresa Vale S.A. foram abordados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica sobre o tema, com coleta de dados por meio do exame documental e descritiva com a apresentação dos resultados por meio de uma análise quantitativa.

O presente estudo utilizou-se de pesquisa bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2017) a pesquisa bibliográfica é elaborada com o apoio de fontes disponíveis, documentos impressos, artigos, livros, teses, trabalhos acadêmicos apresentados em congressos. “A pesquisa bibliográfica pode ser de laboratório ou de campo” (MARCONI; LAKATOS 2017, p. 32). Em Vergara (2016) percebe-se uma postura semelhante, a pesquisa bibliográfica trata-se de um estudo sistêmico desenvolvido com base em materiais como livros, relatórios de pesquisa, revistas, jornais e meios eletrônicos.

A pesquisa constituiu aplicação de estudo de caso, segundo Prodanov e Freitas (2013) o estudo de caso inclui a coleta e análise de informações sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade, a fim de estudar diferentes aspectos de suas vidas. Dessa forma, para balizar este estudo foi possível efetuar uma análise comparativa entre os períodos escolhidos, para contribuir na análise dos resultados.

Marconi e Lakatos (2017) ainda asseguram que a análise documental permite que um documento primário se transforme em um documento secundário, ou seja, após a execução da análise documental é possível fazer a rerepresentação compactada das informações disponibilizadas em certo documento.

Neste estudo, optou-se pelo uso de ferramentas de análise financeira fundamentalista, dentre estão análise vertical, horizontal e indicadores de desempenho, aplicados sobre os demonstrativos contábeis da empresa, com o foco nos períodos de 2015 a 2019, para identificar a posição financeira da empresa Vale S.A., apontando os impactos nas demonstrações do antes e depois do rompimento da barragem e Brumadinho – MG. O intervalo de tempo superior a cinco anos é escolhido devido a precisão de análise de indicadores, pois segundo Braga (2009), o modelo de avaliação de ativos não deve ser estático, pois novas informações são divulgadas.

A escolha dos indicadores justificou-se pela relevância das alterações nos indicadores durante os períodos selecionados, fornecendo uma base técnica para identificar tais impactos nas demonstrações. Dessa forma, foi aplicado o raciocínio de Matarazzo para análise dos demonstrativos contábeis, a fim de balizar os resultados foi realizada a comparação dos índices no tempo, pois conforme Matarazzo (2010) esse método é fundamental quando os índices são analisados em conjunto.

Assim, as apresentações dos dados foram de forma quantitativas e qualitativas, devido à coleta de dados econômicos e financeiros das demonstrações contábeis e dos

demais relatórios publicados pela empresa Vale S.A.; e por abordar aspectos subjetivos da gestão da empresa em estudo.

Os dados obtidos por esta abordagem foram apresentados por meio de planilhas e tabelas, demonstrando, verificando e analisando os valores encontrados nas demonstrações e nos indicadores financeiros. Desta forma, após a coleta dos dados dos demonstrativos e a aplicação do cálculo dos índices observados no referencial teórico, ocorreu a discussão acerca dos resultados que foram apresentados pela amostra em questão e a comparação com outros parâmetros similares.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os cálculos e interpretações das análises vertical e horizontal do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício. O desenvolvimento deste estudo advém dos dados extraídos das demonstrações contábeis da empresa Vale S.A., com o intuito de apontar os impactos nas demonstrações, do antes e depois do rompimento da barragem de Brumadinho.

5.2 INDICADORES FINANCEIROS E ECONÔMICOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados e análises dos indicadores econômicos e financeiros a fim de apontar as mudanças ocorridas no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos exercícios de 2015 a 2019, desta forma serão apresentados os achados nesta pesquisa.

Tabela 1: Análise dos Índices de Liquidez

Índice de Liquidez	2019	2018	2017	2016	2015
Liquidez Seca	0,92	1,19	1,15	1,71	1,13
Liquidez Corrente	1,23	1,68	1,45	2,01	1,47
Liquidez Geral	0,64	0,66	0,59	0,57	0,49

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

A partir desta análise da tabela 1 foi possível concluir que o índice de liquidez seca revela a capacidade de pagamento da Vale S.A. em relação às suas exigibilidades. Pois, os períodos com maiores destaques foram 2016 e 2019. Após apresentar um melhor índice em 2016, a empresa necessitou de captação de recursos para cobrir os custos do desastre de Mariana, cujo a empresa Vale tem parte relacionada com a mineradora Samarco S.A.

No ano de 2019 observou-se que a entidade operou com o índice de liquidez abaixo de R\$1,00, percebe-se o decréscimo da capacidade de pagamento, em razão à queda do ativo circulante no ano de 2019, desconsiderando os estoques. Cerca de R\$ 366 milhões foram bloqueados nas contas bancárias e também foram convertidos R\$ 12,4 bilhões em depósitos judiciais relacionados ao evento de Brumadinho.

Na análise de Liquidez Corrente, percebe-se que em 2016 houve um crescimento, este aumento é devido às obrigações que a empresa teve, devido ao desastre. Entretanto, a Vale no ano de 2016 reconheceu em seu passivo circulante na

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA VALE S.A.: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS ANTES E DEPOIS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO – MG

conta “Passivos relacionados a participação em coligadas e joint ventures” uma obrigação no montante de R\$ 2,5 bilhões, isso se refere a implantação de programas de recuperação e compensação de áreas e comunidades impactadas pelo rompimento da barragem da Samarco.

Desta forma, a empresa apresentou uma queda em sua capacidade de pagamento no curto prazo, pelo fato das obrigações a curto prazo terem aumentado de forma expressiva em relação aos recursos disponíveis. Assim, para o ano de 2019 o impacto deste indicador deve-se às obrigações relacionados ao rompimento da barragem de Brumadinho, pois a empresa reconheceu no passivo circulante cerca de R\$ 6,3 bilhões de passivos relacionados a Brumadinho e um montante de R\$ 1,2 bilhões para o processo de descaracterização de barragens.

O índice de liquidez geral permaneceu abaixo de R\$ 1,00 em todos os períodos analisados. Nota-se que no período de 2015 apresentou o índice mais crítico e conseqüente mantendo os próximos períodos constantes. Em 2015, a Vale faz parte de uma entidade responsável por recuperar e indenizar os efeitos de longo prazo da tragédia de Mariana e também pela descaracterização da barragem de Germano, de propriedade da Samarco e outras empresas de sua propriedade. No ano de 2019 apresentou uma modesta redução, entretanto percebe-se que diante das obrigações da entidade o índice não é satisfatório.

Conclui-se que a análise dos índices de liquidez Seca e Corrente, certamente teve um fraco desempenho no exercício de 2019, devido ao impacto significativo no balanço patrimonial pelo fato do rompimento da barragem em Brumadinho, o que aumentou as obrigações da empresa no curto e longo prazo, que conseqüentemente contribuiu para que os números índices reduzissem no ano de 2019.

Tabela 2: Análise dos Indicadores de Endividamento

Indicadores de Endividamento	2019	2018	2017	2016	2015
Relação capital terceiros	0,57	0,49	0,55	0,59	0,60
Participação capital de terceiros	1,35	0,97	1,22	1,41	1,48
Imobilização do P.L.	43,08	29,73	29,68	25,50	29,84
Imobilização de Recursos	74,32	75,33	77,77	75,17	80,01

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Esse conjunto de índices é altamente correlacionado pois demonstra a dependência do terceiro em relação ao capital da empresa. Conforme apresentado no referencial teórico, quanto menor o índice de endividamento, menor a dependência da empresa em relação ao capital de terceiros.

Uma das causas que contribuíram para o aumento do passivo circulante foi a conta do Programa de refinanciamento (REFIS), que de fato até 2018 a empresa não possuía este passivo, até que em 2019 a mesma contribuiu para que este passivo aumentasse, bem como outras contas relevantes, tais como a participação em coligadas e joint ventures, o processo de descaracterização de barragens, provisões e passivos relacionados à Brumadinho. A maior parte do aumento do passivo foi devido ao rompimento da Barragem em 2019.

Desde 2015 até 2018 a dependência de capital de terceiros vinha diminuindo, até que em 2019 teve um aumento, consequentemente dependendo do capital de terceiros. Um dos motivos desse aumento se justifica pelo fato da conta “Outros passivos financeiros” evidenciando os valores reconhecidos no passivo circulante e não circulante ter aumentado.

Diante disso, aplicando-se este índice é possível perceber que nos períodos analisados, a empresa possuía uma situação desfavorável, que de fato vem dependendo de recursos de terceiros. Como resultado, é possível afirmar que o acidente afetou este indicador, visto que grande parte das obrigações teve origem no acidente de Brumadinho.

O índice de imobilização do patrimônio líquido retrata a situação econômica da empresa desfavorável, pois os percentuais apresentados têm sido elevados, o que indica que a empresa imobilizou um valor superior a todos os seus recursos próprios e consequentemente houve a necessidade de buscar recursos de terceiros. Essa situação ainda é desfavorável pelo alto índice de fixação, mas pode-se concluir que o acidente de Brumadinho não afetou este indicador, devido ao imobilizado ter crescido em 2019 cerca de 0,13% comparando com 2018, na análise horizontal.

Para o índice imobilização de recursos não corrente, em todos os períodos em análise podemos concluir que foram favoráveis, visto que permaneceram abaixo de R\$ 1,00, não havendo a necessidade de captar recursos de curto prazo para financiar ativos circulantes, imobilizados e ativos intangíveis.

Assim sendo, é possível compreender que o ativo circulante teve um aumento na conta de depósitos judiciais. Conforme mencionado na liquidez geral, este valor será mantido no ativo não circulante até a manifestação do órgão competente tome decisões cabíveis para este acontecimento em Brumadinho.

Tabela 3: Análise dos Indicadores de Rentabilidade

Indicadores de Rentabilidade	2019	2018	2017	2016	2015
Capital Circulante Líquido	12.892,00	23.971,00	19.344,00	36.937,00	19.236,00
Rentabilidade sobre o Ativo Total	-2,35	7,54	5,41	4,12	13,31
Rentabilidade sobre P.L.	-5,53	14,84	11,99	9,94	-32,99
Giro do Ativo	0,40	0,39	0,33	0,29	0,23
Margem Líquida	-5,85	19,17	16,36	14,05	-58,93

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O índice de capital circulante líquido, mostra que, em 2016 a empresa teve um aumento considerável em seu capital circulante, visto que o ativo circulante na conta “Contas a receber” representou um aumento de 107,13%. Já o passivo circulante apresentou uma queda de 18,91% no mesmo exercício, pois a conta “Empréstimos e financiamentos” diminuíram cerca de 44,73%.

Já no ano de 2019, houve uma queda na capital circulante líquido, em razão do passivo circulante das obrigações relacionadas ao evento de Brumadinho, que está relacionado aos passivos do processo de descaracterização da barragem e conforme mencionado no índice de liquidez geral.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA VALE S.A.: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS ANTES E DEPOIS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO – MG

Mesmo diante da queda do capital circulante líquido em 2019, a situação da empresa ainda é considerada favorável, devido à sobra financeira dos ativos de curto prazo em relação aos passivos de curto prazo. Mas diante destas informações, é importante destacar que o acidente impactou o empenho deste indicador, pois o mesmo vinha crescendo ao longo dos períodos analisados, entretanto no ano do desastre as obrigações tiveram um expressivo aumento em suas obrigações.

Os crescimentos do índice retorno sobre o ativo apresentam nos anos analisados um pequeno aumento de 2015 a 2018, no entanto não apresenta aumento expressivos, em especial as contas de imobilizados que a empresa detém no seu balanço patrimonial, que representam uma média de 55,62% de recursos aplicados em seus investimentos.

Analisando os períodos, é possível detectar uma queda relevante no retorno sobre o ativo da Vale, o motivo desta queda justifica-se pelo fato do lucro líquido ter diminuído em 126% em 2019, o que se tornou um prejuízo de R\$ 6,6 bilhões.

Neste sentido, pode-se observar que o índice de rentabilidade sobre o patrimônio líquido apresentou um leve aumento nos anos em análise, principalmente de 2015 a 2018, no entanto em 2019 a Vale apresentou um prejuízo, que de tal forma afetou diretamente na rentabilidade. Por consequência, as despesas financeiras tiveram um aumento bastante expressivo, representando um aumento de 78,38% em relação aos períodos em análise.

Outro fator bastante importante, é o seu lucro líquido ter uma redução de 126% em 2019, tornando um prejuízo de R\$ 6,6 bilhões, conforme a figura 7, apresentado no índice de “Rentabilidade sobre o ativo”. Desta forma, o índice em questão é desfavorável nos períodos em análise, pois o rompimento da barragem de Brumadinho afetou diretamente os resultados, pois os gastos confirmados aumentaram significativamente, o que pode prejudicar a rentabilidade da empresa.

Ao comparar os índices de giro do ativo, observa-se que a Vale está em uma situação desfavorável visto que este indicador relaciona as vendas totais aos ativos da empresa, desta forma a receita gerada é inferior ao investimento total. Neste sentido, pode-se analisar que a empresa em estudo apresentou um crescimento constante em todos os períodos analisados,

A Vale não obteve resultados satisfatórios nos períodos em análise, pois, a receita gerada foi inferior ao investimento total e não conseguiu cobrir seus custos, embora o acidente de Brumadinho não afetou a queda deste indicador.

Comparando a margem líquida nos períodos analisados a Vale apresentou índices mais significativos no ano de 2015 apresentou um prejuízo, gerando quociente negativo de 58,93%. Portanto, a entidade apresentou uma tendência de mudança gradativa, entretanto não apresentando bons resultados neste período.

A margem líquida diminuiu significativamente em 2019, embora a receita líquida tenha aumentado, alguns fatores contribuíram para a redução do lucro líquido, que diminuiu 226%. Percebe-se, que a margem líquida da empresa teve um grande impacto após a tragédia de Brumadinho, uma vez que valores significativos foram reconhecidos como resultado de prejuízo para a entidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve a finalidade de demonstrar uma análise comparativa baseada no desempenho dos indicadores econômicos e financeiros das demonstrações contábeis da companhia de mineração Vale S.A. elaboradas baseadas no balanço patrimonial e demonstração do resultado, analisando os períodos de 2015 a 2019.

O objetivo deste estudo foi alcançado através do referencial teórico, para isto foi necessário estudar o referencial teórico, calcular os índices econômicos e financeiros e interpretar os indicadores escolhidos.

Através desta pesquisa foi possível concluir que a situação da empresa nos anos de 2015 e 2019 apresentaram prejuízos, em 2015 devido a Vale ter parte relacionada com a mineradora Samarco S.A., neste ano houve o rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG e em 2019 o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho – MG, estes eventos trouxeram danos irreparáveis à sociedade e ao meio ambiente e consequentemente impactando negativamente as demonstrações contábeis da Vale.

Para tanto, dos três indicadores de liquidez, as análises mostraram que a liquidez seca foi a que mais sofreu impacto com o acidente. O indicador vinha crescendo, mas o rompimento da barragem influenciou, aumentando as obrigações de curto prazo.

Os indicadores de rentabilidade foram os que mais comprometeram o desempenho com o acidente. Os indicadores “Rentabilidade sobre o Ativo Total” e “Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido” apresentaram resultados negativos no exercício de 2019, pois os elevados gastos relacionados ao sinistro contribuíram para que a empresa tivesse prejuízo no período.

Os resultados mostraram que a mineradora obteve para os períodos em análise valores significativos e claros, em relação aos índices de liquidez geral, a empresa apresentou resultados crescentes, porém o índice não apresentou recursos excedentes para novas aplicações financeiras.

A limitação deste estudo consiste na consolidação dos dados da demonstração contábeis para realização das análises, visto as adaptações dos pronunciamentos contábeis. Sugere-se a realização de pesquisas futuras envolvendo outros segmentos, bem como enfatizar a importância de divulgar eventos subsequentes aos usuários contábeis.

Desta forma, só foi possível chegar a essa conclusão através da contabilidade, que de fato a função do contador é suma importância para subsidiar no processo decisório e através das análises é possível ter uma visão da real situação econômica e financeira de uma entidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Revson Vasconcelos. **Contabilidade Gerencial**: livro-texto com exemplos, estudos de caso e atividades práticas. São Paulo: Atlas, 2013.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA VALE S.A.: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS ANTES E DEPOIS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO – MG

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis**: estrutura, análise e interpretação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRUNI, Adriano Leal. **A Análise Contábil e Financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CARRION, Fernando. **A privatização da Vale do Rio Doce**. *Jornal do Comércio*, Rio Grande do Sul, 14 out. 2019. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/opiniao/2019/10/707195-a-privatizacao-da-vale-do-rio-doce.html. Acesso em: 4 abr. 2020.

CARVALHO, Marcia da Silva; GUIMARÃES, Guilherme Otávio Monteiro; CRUZ, Cláudia Ferreira da. **Contabilidade geral**: uma abordagem interativa. São Paulo: Atlas, 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial**: teoria e prática. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LINS, Luiz dos Santos; FRANCISCO FILHO, José. **Fundamentos e análise das demonstrações contábeis**: uma abordagem interativa. São Paulo: Atlas, 2012.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 8. ed. Atlas: São Paulo, 2017.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: Abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Aline Strambeck Domingues de. **Estudo dos impactos nas demonstrações contábeis após o rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho/MG**. 2019. 91 f. Monografia (Especialização) - Universidade de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, 2019.

PADOVEZE, Clovis Luís. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade introdutória e intermediária. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PCMG – Polícia Civil de Minas Gerais. **PCMG identifica mais duas vítimas da barragem em Brumadinho**. 2019. Disponível em: <https://www.policiacivil.mg.gov.br/noticia/exibir?id=2349633>. Acesso em: 28 mar. 2020.

PEIXOTO, Fabiane de Moraes Fukushima; SOUZA, Patrícia Cristina Silva. **A Contabilidade Gerencial como ferramenta de apoio à tomada de decisão: uma pesquisa de campo em microempresas do ramo do comércio varejista de materiais de construção no município de Tomé-açu/PA**. 2018, 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Ciências Contábeis – Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, Tomé-açu – PA, 2018. Disponível em: <http://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/302/1/A%20contabilidade%20gerencial%20como%20ferramenta%20de%20apoio%20%C3%A0%20tomada%20de%20decis%C3%A3o%20....pdf>. Acesso em: 07 jun. 2020.

PINTO, Maikol Nascimento; VASQUEZ, Selma Culturati. **Contabilidade geral: fundamentos e práticas**. São Paulo: Érica, 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica: fácil**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 13. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SOUZA, Ailton Fernando de *et al.* **Análise financeira das demonstrações contábeis na prática**. São Paulo: Trevisan, 2015.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO E CONSUMISMO EM RELAÇÃO AO USO DO CARTÃO DE CRÉDITO: ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNIPAM¹

Mariana Magalhães Vinhal²
Jarim Marciano Ferreira³

RESUMO: Este estudo analisou o endividamento e o consumismo sob a ótica do uso de cartões de crédito. O objetivo foi identificar o nível de conhecimento dos alunos relacionados com os controles financeiros e o comportamento sobre o uso do cartão de crédito e a propensão ao endividamento. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória, com abordagem quanti-qualitativa e coleta de dados por meio de questionário estruturado aplicado aos alunos do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM dos períodos 2º, 4º, 6º e 8º. Os principais resultados apontaram que dos 154 estudantes que responderam a pesquisa, mais de 50% possuem dívidas atualmente e se consideram propensos ao endividamento e ao consumismo, além de concordarem que os cartões de crédito servem como facilitador de gastos. Foi possível concluir, que o estudo contribuiu com conhecimentos para mensuração do endividamento e aprendizado sobre educação financeira, controles e contabilidade financeira e gerencial.

PALAVRAS-CHAVE: Endividamento; Consumismo; Finanças; Cartão de Crédito.

ABSTRACT: This study analyzed indebtedness and consumerism from the perspective of using credit cards. The objective was to identify the students' level of knowledge related to financial controls and behavior regarding the use of credit cards and the propensity for indebtedness. The methodology used was bibliographic, descriptive and exploratory research, with a quantitative-qualitative approach and data collection through a structured questionnaire applied to students in the Accounting Sciences course at UNIPAM from the 2nd, 4th, 6th and 8th periods. The main results showed that of the 154 students who responded to the survey, more than 50% are in debt today and consider themselves prone to debt and consumerism, in addition to agreeing that credit cards serve as a spending facilitator. It was possible to conclude that the study contributed with knowledge for measuring indebtedness and learning about financial education, controls and financial and managerial accounting.

KEYWORDS: Indebtedness; Consumerism; Finances; Credit Card.

1 INTRODUÇÃO

Uma das temáticas mais discutidas atualmente é o consumismo, que significa a compulsão com que as pessoas fazem compras por prazer ou para adquirir um bem ou

¹ Trabalho apresentado na área temática III – Educação e pesquisa em Contabilidade do UNIPAM, em 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: marianavinhal@unipam.edu.br.

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: jarim@unipam.edu.br.

serviço sem ter necessidade de possuí-lo, sem pensar ou administrar seus gastos. Exemplo disso, é a facilidade do acesso ao crédito que pode, além de facilitar o cotidiano da sociedade, acarretar ao endividamento precoce de determinados indivíduos (SCIRÉ, 2007).

Diante disso, a pesquisa apresentou a seguinte hipótese: existe endividamento e consumismo em relação ao uso do cartão de crédito. Nesse contexto, surgiu a questão de pesquisa: Qual a propensão de endividamento de alunos de Ciências Contábeis do UNIPAM relacionado ao uso do cartão de crédito?

A presente pesquisa considerou como justificativa o consumismo e o endividamento dos universitários do UNIPAM, tendo como base o fato de que algumas pessoas, mesmo não possuindo o dinheiro em mãos, consomem mercadorias em seu cotidiano, aplicando como forma de pagamento o cartão de crédito.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a propensão de endividamento pessoal dos alunos de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM) e relacionar este nível com o consumismo sob o uso do cartão de crédito.

Os objetivos específicos da pesquisa foram: identificar o perfil do aluno respondente; verificar o conhecimento dos alunos em relação a assuntos de cunho financeiro; realizar o estudo sobre a situação financeira dos jovens no ensino superior; identificar o comportamento da prática do uso do cartão de crédito nas compras; avaliar a propensão ao endividamento dos alunos com o uso do cartão de crédito; e, verificar os critérios utilizados para o pagamento de suas compras pessoais, acadêmicas e/ou profissionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CARTÕES DE CRÉDITO

O cartão de crédito é como uma forma de empréstimo oferecido por instituições financeiras e bancos criados para facilitar e diminuir a circulação de dinheiro vivo. Este cartão magnético é um pequeno objeto feito de plástico, o qual possui características e números necessários para a identificação de seu dono, podendo também registrar o momento das transações realizadas e demais movimentos. Sua finalidade consiste em facilitar as transações em geral com o direito a pagamentos à vista, parcelamentos, descontos e promoções (OLIVEIRA; IKEDA, SANTOS, 2004).

Dentre as diversas tecnologias e demandas oferecidas pelo mercado, os cartões de crédito seguem sendo um dos primeiros da lista na preferência da população. Estes costumam disponibilizar um determinado limite previamente estabelecido, vinculado à uma taxa de juros calculada pelo banco, e, posteriormente, o titular receberá uma fatura em seu nome e o compromisso de pagar em dinheiro a porcentagem usada. A oferta de que os clientes podem pagar à vista ou parcelar suas dívidas atrai diversos indivíduos em seu cotidiano.

2.2 A CULTURA DO CONSUMISMO NA SOCIEDADE

Diante da evolução do mercado consumidor são extraídos cada vez mais recursos naturais para que possam ser produzidos bens materiais à população mundial. A origem da cultura do consumo já está enraizada na sociedade como um ato biológico que serve para a sobrevivência humana. Com o crescimento da civilização e o desenvolvimento tecnológico, uma nova forma de consumo nasceu nos primórdios da Idade Moderna e Contemporânea, denominada consumismo, vista por muitos como uma ação por diversas vezes compulsiva, desnecessária e supérflua (VIEIRA; REIS, 2016).

Segundo Luiz (2007) o consumismo se faz presente na vida de todos os indivíduos, sendo uma das características mais marcantes da população em geral. Para Barbosa (2004), a sociedade de consumo utiliza desta atividade para distinguir as ideologias pessoais de cada indivíduo, como a diferenciação social, identidade e o seu *status*.

2.2.1 Comportamento dos Consumidores

Para Hawkins e Mothersbaugh (2018) o comportamento do consumidor perante as situações que envolvem os cartões de crédito são relevantes para as pesquisas nas quais se envolve a sociedade do consumo. Os assuntos que englobam esta temática são precisamente complexos, devido ao fato de que os indivíduos estão sempre em fases de transformações que influenciam em diversos fatores, como culturais e seus costumes diários.

A compra compulsiva é explicada como um comportamento incontrolável e agonizante, quando o indivíduo possui incessantemente a necessidade de adquirir mercadorias a nível exagerado (OLIVEIRA; IKEDA, SANTOS, 2004).

2.2.2 O Cartão de Crédito Como Facilitador Dos Gastos

O cartão de crédito atrai cada vez mais a atenção da sociedade, pois em seus serviços estão características como a facilidade, praticidade e segurança em quaisquer transações. Oferece um alto limite ao indivíduo, com várias opções de parcelamento para que seja possível programar qual a melhor data para pagamento de seus compromissos (SILVA; MENEZES; SOUSA; LINHARES, SANTOS, 2019).

2.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira, para Kotler e Keller (2012), é vista como um importante estudo do comportamento do ser humano, que pode auxiliar na diminuição do consumo deste e, conseqüentemente, aumentar a sua qualidade de vida. Relaciona-se ao aprofundamento do subconsciente de um indivíduo, identificando, em se tratando do consumismo, quais são suas necessidades e quais são os momentos que fazem parte de uma satisfação momentânea ligada ao seu prazer e ao bem-estar.

Para que determinado indivíduo consiga ser bem-sucedido, segundo Santos (2014), deve se fazer presente em sua vida a saúde financeira. Desta forma, ele saberá o necessário para que possa utilizar corretamente seu dinheiro de forma produtiva e enriquecedora.

2.4 ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

Segundo Carvalho, Sicsú e Studart (2015) é através do endividamento que são criadas as incapacidades da sociedade de cumprir com seus compromissos financeiros, não conseguindo quitar e honrar as dívidas por ela assumidas. O atraso ou descumprimento de suas obrigações ocasiona na iliquidez do mercado, provocando com que surjam vários indivíduos que, ao não receber de seus clientes, também fiquem endividados.

3 METODOLOGIA

O trabalho é predominantemente constituído por uma pesquisa bibliográfica, ou seja, desenvolvido e sistematizado como referências em livros, artigos científicos, dissertações, teses revistas, jornais e redes eletrônicas. (VERGARA, 2016). Foi utilizada também a pesquisa webliográfica, que corresponde às referências retiradas da internet, em diversos sites (GIL, 2018). A pesquisa é quantitativa, ou seja, capaz de medir as diferentes opiniões entre os indivíduos (MORESI, 2003). Possui também, caráter exploratório e descritivo que, Segundo Gil (2008) tem como finalidade identificar um problema fazendo uma visão geral a respeito de um fato.

O projeto teve como finalidade a verificação de resultados por meio de uma amostra de seleção e análise de dados, em que a coleta de informações foi desenvolvida pelo instrumento estatístico questionário. A amostragem da pesquisa foi não probabilística intencional, sendo que foram incluídos à pesquisa alunos do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM nos períodos 2º, 4º, 6º e 8º. Para a análise dos dados, foram utilizados gráficos e tabelas processados pela plataforma Excel, impossibilitando a divulgação e identidades dos respondentes.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O questionário aplicado foi dividido em 6 partes. Os alunos totalizam 328 e desta amostra, responderam 154 alunos subdivididos entre os períodos.

4.1 PERFIL DOS ALUNOS

Primeiramente, o questionário buscou obter as características pessoais dos alunos. Do 2º período responderam 24 estudantes; do 4º período, 30 alunos; do 6º período, 47 estudantes; e do 8º período, 53 alunos. Dos respondentes, 96 alunos do sexo feminino, 57 do sexo masculino e 1 se considera como outros.

ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO E CONSUMISMO EM RELAÇÃO AO USO DO CARTÃO DE CRÉDITO: ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNIPAM

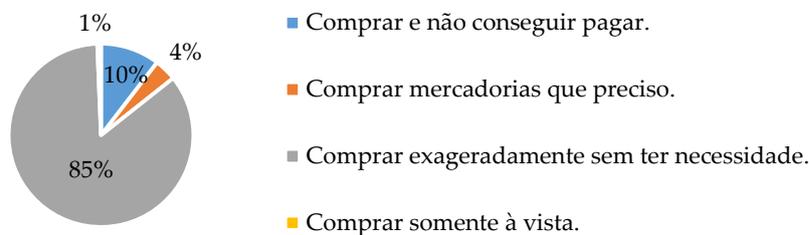
O público alvo da pesquisa envolve pessoas do estado civil solteiro, que corresponde a 142 alunos. Os estudantes casados equivalem a 10 alunos e apenas 2 alunos assinalaram a alternativa “outro”.

A pesquisa possui: alunos de 20 a 25 anos, o que corresponde a 104 respondentes; alunos com menos de 20 anos, sendo 36 alunos; alunos de 26 a 30 anos, sendo 12 respostas; e apenas 2 alunos marcaram que possuem mais de 31 anos. Do total, 150 alunos não possuem filhos. Enquanto que apenas 4 assinalaram que possuem filhos.

4.2 CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE FINANÇAS

Adiante, na segunda parte do questionário, os alunos foram submetidos a um pequeno teste de conhecimentos gerais sobre finanças pessoais, no qual eles teriam que responder qual o significado das palavras consumismo e inadimplência.

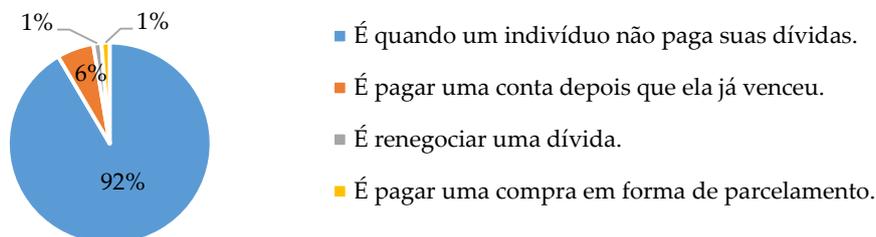
Gráfico 1: Para você, o que significa consumismo?



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

De acordo com o Gráfico 1, responderam corretamente à pergunta 131 alunos. Os demais 23 alunos, não souberam responder a alternativa correta do que é o significado da palavra consumismo. Dos que responderam incorretamente, 7 alunos são do 2º período, 5 alunos são do 4º período, 8 alunos são do 6º períodos e 3 alunos são do 8º período.

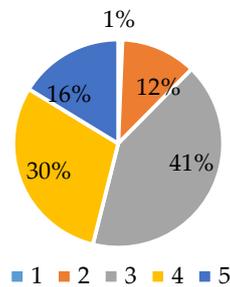
Gráfico 2: Para você, o que significa inadimplência?



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Segundo o Gráfico 2, 141 alunos responderam corretamente à pergunta a respeito do significado de inadimplência. Os que erraram a resposta, totalizam 13 alunos, sendo 5 estudantes do 2º período, 3 estudantes do 4º período, 2 alunos do 6º período e 3 pessoas do 8º período.

Gráfico 3: Nível de conhecimento sobre finanças pessoais



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

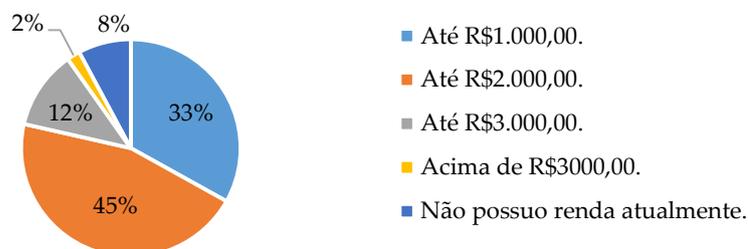
De acordo com o Gráfico 3, apenas 1 aluno respondeu que corresponde o seu conhecimento de 1 a 5 como 1 (considerando 1 como pouco conhecimento e 5 como muito conhecimento). Responderam a alternativa 2, 36 alunos. A alternativa 3 foi marcada 64 vezes. Marcaram a quarta alternativa 46 alunos. Por fim, marcaram a quinta alternativa 25 alunos.

4.3 SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS PARTICIPANTES

Na terceira parte do questionário foi realizado uma pesquisa com os alunos em que eles responderam perguntas a respeito de como está sua vida financeira atualmente, como por exemplo, se este possui um emprego, qual a sua renda, se possui dívidas, se sua ocorrência se deve ao auxílio no uso do cartão de crédito e se este considera-se endividado.

No geral, ao perguntar aos alunos se atualmente eles utilizam cartões de crédito, a grande maioria respondeu que sim. Dos 154 questionários respondidos, apenas 14%, ou seja, 21 alunos, responderam que não usam cartões de crédito em suas transações diárias. Enquanto que o restante, sendo 86% ou 133 alunos, assinalaram que utilizam dos serviços de crédito.

Gráfico 4: Qual a sua média salarial?



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO E CONSUMISMO EM RELAÇÃO AO USO DO CARTÃO DE CRÉDITO: ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNIPAM

De acordo com Gráfico 4, 70 universitários possuem pelo menos R\$2.000,00 em sua renda mensal e 51 alunos ganham até R\$1.000,00. Os que correspondem a alternativa de até R\$3.000,00 são 18 estudantes. Aos que responderam que sua renda é acima de R\$3.000,00 por mês, equivale apenas a 3 alunos. Dos 154 questionários respondidos, somente 12 alunos não possuem renda atualmente por não trabalharem.

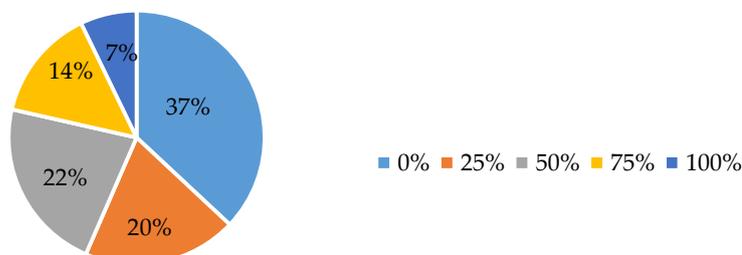
Gráfico 5: Qual é o nível atual do seu endividamento?



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

De acordo com o Gráfico 5, 69 alunos possuem pelo menos R\$1.000,00 de endividamento atualmente e 25 alunos possuem até R\$2.000,00 de endividamento. Somente 3 alunos responderam que possuem um endividamento de até R\$3.000,00 e, também, apenas 3 alunos marcaram a alternativa de um endividamento acima de R\$3.000,00. O restante, que corresponde a 54 estudantes, não possui dívidas atualmente.

Gráfico 6: Quanto você considera que essas dívidas são de faturas do cartão de crédito?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

De acordo com o Gráfico 6, 63% assinalaram que suas dívidas possuem influência do cartão de crédito. Os outros 37% correspondem a respostas de 57 alunos. No geral, ao perguntar aos alunos se atualmente eles utilizam cartões de crédito, a grande maioria respondeu que sim. Dos 154 questionários respondidos, apenas 21 alunos responderam que não usam cartões de crédito em suas transações diárias.

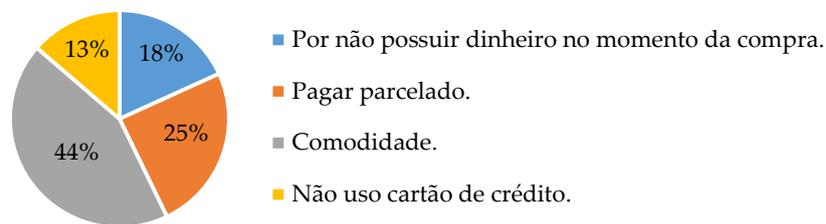
4.4 COMPORTAMENTO COM O USO DE CARTÕES DE CRÉDITO

Na quarta parte do questionário, os alunos tiveram que responder como é o seu comportamento quando lidam com o cartão de crédito durante uma compra.

Ao perguntar com que frequência dependem dessa forma de pagamento para pagar seus gastos, pelo menos 85% dos alunos usa pouco, às vezes ou o tempo todo. Os outros 15% responderam que nunca utilizam seus serviços diariamente.

Adiante, ao questionar aos alunos se achavam que o cartão de crédito auxilia ou não a adquirir dívidas, a grande maioria respondeu que sim. Dos 154 questionários respondidos, obtendo uma margem de 84%, 129 alunos concordaram que cartões de crédito realmente auxiliam ao seu endividamento. Discordaram do assunto apenas 4 alunos, com apenas 3% do total. Os outros 14%, sendo 21 alunos, corresponde aos que não usam cartão de crédito.

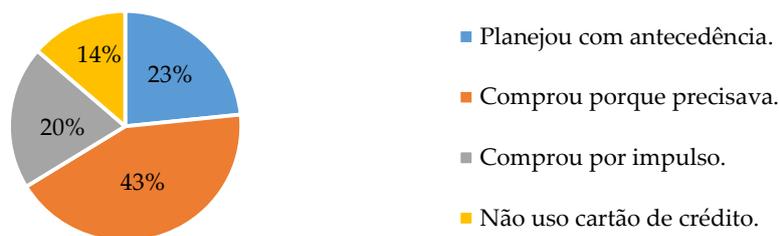
Gráfico 7: Na hora de fazer alguma compra, por que você escolhe o cartão de crédito como forma de pagamento?



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Conforme o Gráfico 7, a comodidade foi marcada por 67 alunos, pagar parcelado assinalado por 38 alunos. A opção não possui dinheiro no ato da compra teve 28 respostas. O restante das respostas corresponde aos alunos que não utilizam cartões de crédito, sendo um total de 21 alunos.

Gráfico 8: Na maioria do tempo, ao realizar uma compra usando o cartão de crédito, você:



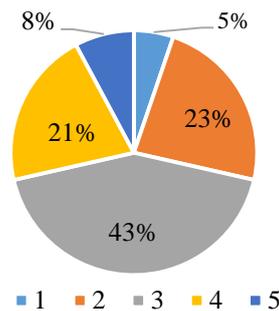
Fonte: dados da pesquisa, 2020.

De acordo com o Gráfico 8, 66 alunos compram alguma mercadoria porque precisam, 36 alunos planejam com antecedência, 31 alunos compram por impulso. O restante dos alunos não utiliza cartão de crédito em suas contas, sendo esses 21 alunos.

4.5 PROPENSÃO AO ENDIVIDAMENTO SOB O USO DO CARTÃO DE CRÉDITO

Na quinta parte do questionário, os alunos de Ciências Contábeis foram submetidos a perguntas de cunho financeiro, como quais seriam as chances de ter uma dívida possuindo o cartão de crédito e como é o seu controle financeiro ao pagar uma fatura de cartão ao final do mês.

Gráfico 9: De 1 a 5, quanto você se acha consumista?



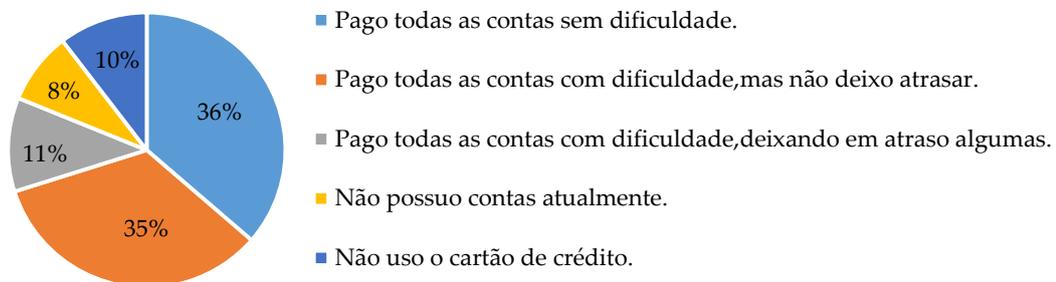
Fonte: dados da pesquisa, 2020.

De acordo com o Gráfico 9, 66 alunos consideram que seu consumismo seja mediano, 36 alunos consideram o seu consumismo como abaixo da média e 32 alunos consideram o seu consumismo acima da média.

Foi questionado aos alunos se acham que o cartão de crédito aumenta suas chances de comprar alguma mercadoria ou não. Com 122 alunos respondeu que sim. Enquanto 11 alunos que não. O restante das respostas foi marcado por 21 alunos que não utilizam o cartão de crédito, correspondendo a 14% do total.

Ao pagar a fatura ao final do mês, 47 alunos costumam pagar juros de faturas de cartão de crédito. Contudo, a maioria paga em dia suas dívidas para conseguir se livrar dos juros. Esses são 86 estudantes. Os outros 21 alunos não usam cartão de crédito.

Gráfico 10: Qual das seguintes afirmações melhor te descreve em relação ao seu acompanhamento atual das suas contas e compromissos de crédito?



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

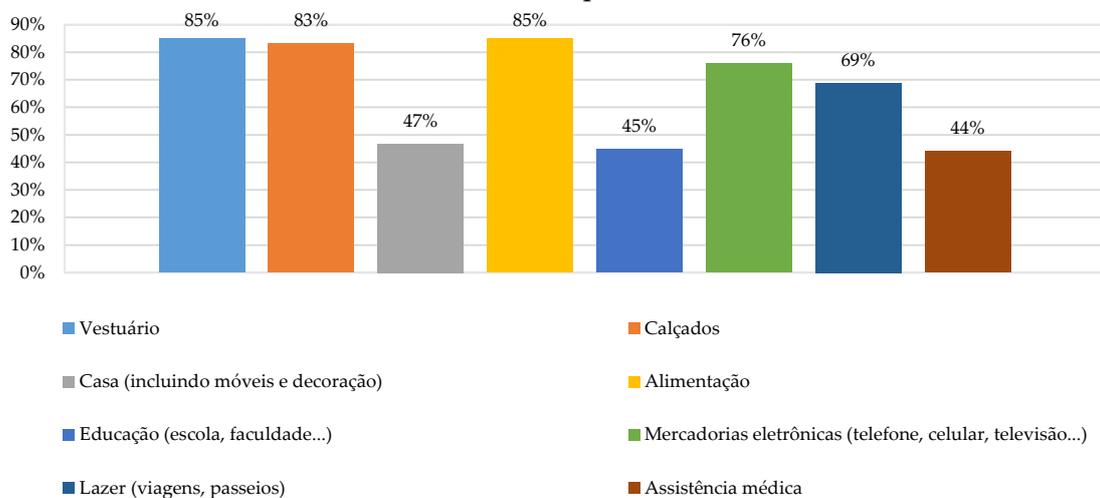
A partir do Gráfico 10, 51 alunos conseguem quitar suas contas sem dificuldade, 52 alunos pagam todas suas contas sem atraso, mas com um pouco de dificuldade, 17

alunos pagam suas contas com dificuldade e deixam algumas em atraso. Responderam que não possuem dívidas com cartões de crédito atualmente 13 alunos. O restante, sendo 21 alunos, não utilizam o cartão de crédito como forma de pagamento.

4.6 CRITÉRIOS DE UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO

Por fim, na sexta e última parte do questionário foi perguntado aos alunos os critérios mencionados abaixo, como é a distribuição de suas compras pessoais utilizando o cartão de crédito como forma de pagamento em uma escala de 0 a 5, em que 0 é não compra usando o cartão de crédito e 5 é que compra muito.

Gráfico 11: Critérios Utilizados Nas Compras Feitas Com Cartões de Crédito



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

De acordo com o Gráfico 11, entre os 154 respondentes, apenas 23 alunos responderam que não utilizam o cartão de crédito para pagamento de vestuário, correspondendo a 15% do total. Os outros 85% responderam entre a alternativa 1 e 5. No critério dos calçados, 17% dos alunos responderam a alternativa 0, indicando que 26 alunos não compram sapatos com cartões de crédito. O restante, que corresponde a 83%, assinalou da seguinte forma.

Poucos alunos assinalaram que utilizam o cartão em compras para a casa, sendo estes apenas 47% do total. A alimentação também obteve um alto índice com gastos com cartão de crédito, com uma margem de 85% das respostas entre 1 e 5.

O critério da educação foi um dos menos usados pelos alunos, apenas de 45% de uso. As mercadorias eletrônicas tiveram uma grande porcentagem de participação nas compras dos alunos feitas com cartão de crédito, com um total de 76% das respostas.

A opção de lazer, incluindo viagens e passeios, obteve 69% do total. Por fim, o critério da assistência médica é o menos usado em pagamento com cartões, possuindo apenas 44% das participações entre 1 e 5. Mais da metade dos respondentes, ou seja, 86 alunos ou 56% do total, não usam o cartão de crédito para pagar sua assistência médica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO E CONSUMISMO EM RELAÇÃO AO USO DO CARTÃO DE CRÉDITO: ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNIPAM

Este trabalho teve como finalidade analisar o endividamento e o consumismo sob a ótica do uso de cartões de crédito, tendo objetivo de obter informações sobre a situação financeira dos estudantes sob o uso do cartão de crédito.

No que tange à propensão ao endividamento dos alunos percebe-se que, apesar de possuir uma base de educação financeira, mais da metade dos alunos estão endividados no momento. Dos estudantes endividados, a maioria possui dívidas com o valor total de pelo menos a metade de sua renda mensal, pois 45% dos alunos possuem um salário de até R\$2.000,00 e destes, também 45% dos alunos assinalaram que possuem até R\$1.000,00 de dívidas atualmente.

Em relação ao consumismo, em uma média de 1 a 5 (na qual 1 é pouco e 5 é muito) uma grande parte dos alunos consideram seu consumo como 3. Conseqüentemente, do total de alunos que responderam, 43% consideram seu ato consumista como médio. E, conforme os gastos gerados com cartões de crédito, 86% dos alunos assinalaram que utilizam seus serviços em suas compras diárias.

Ao questionar o motivo pelo qual a opção de pagamento pelo cartão de crédito prevalece entre as demais, muitos responderam que o prefere por possuir a opção de pagar parcelado e pela comodidade ao não precisar carregar dinheiro consigo. Isto pode ser preocupante para a posição financeira dos alunos, pois 84% dos estudantes acham que o cartão serve como um facilitador de gastos. Deste modo, é possível considerar que a capacidade dos alunos de Ciências Contábeis se endividarem com cartões de crédito é alta, apesar de menos da metade se considerar consumista.

Diante das respostas dos alunos, pode-se dizer que apesar de grande parte destes estarem endividados, a maioria consegue quitar suas dívidas em dia. Além disso, muitos responderam que conseguem quitar suas dívidas sem dificuldade. Contudo, é necessário que eles possuam um conhecimento básico sobre a temática para que consigam se controlar e conter seus gastos com mais facilidade.

Portanto, é aceitável considerar que o cartão de crédito pode se tornar um vilão na saúde financeira dos jovens no ensino superior do curso de Ciências Contábeis. Para a grande maioria o cartão de crédito serve como um atalho em sua compra, facilitando o consumo de mercadorias que talvez não sejam necessárias no momento. Como sugestão de novas pesquisas, seria relevante comparar especificamente o perfil do aluno, como sexo, idade e estado civil, com suas escolhas financeiras e verificar se suas características sofrem influências ou não sobre o seu comportamento no mercado financeiro.

Conclui-se que o estudo é relevante para a sociedade, possibilitando a todos entender a importância de controlar os gastos, além de conhecer o que pode levar o indivíduo ao endividamento e a importância de se economizar e controlar as finanças.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Livia. **Sociedade de Consumo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 53 p.
Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537807620/cfi/6/2\[;vnd.vst.idref=FrontCover\]!](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537807620/cfi/6/2[;vnd.vst.idref=FrontCover]!). Acesso em: 27 mar. 2020.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de; SICSÖ, Francisco Eduardo Pires de Souza João; STUDART, Luiz Fernando Rodrigues de Paula Rogério. **Economia Monetária e Financeira: teoria e política**. São Paulo: Elsevier Editora Ltda., 2015. 406 p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154896/cfi/6/2!/4/2/2@0:0.00>. Acesso em: 05 maio 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 173 p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/cfi/6/2!/4/2@0:0>. Acesso em: 02 abr. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

HAWKINS, I. Del; MOTHERSBAUGH, David L. **Comportamento do consumidor: Construindo a estratégia de marketing**. 2018. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=pSNwDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 20 mar. 2020.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. 796 p. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/x51081>. Acesso em: 20 maio 2020.

LUIZ, L. T. A Ideologia do consumismo. **Colloquium Humanarum**. DOI: 10.5747/ch.2005.v03.n2/h027. ISSN: 1809-8207, v. 3, n. 2, p. 39-44, 27 mar. 2007.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. 2003. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de; IKEDA, Ana Akemi; SANTOS, Rubens da Costa. **Compra compulsiva e a influência do cartão de crédito**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v44n3/v44n3a07.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

SCIRÉ, Claudia D'Ilpolitto de Oliveira. **Financeirização da pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo**. 2007. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/244/182>. Acesso em: 02 maio 2020.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 13. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. 561 p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125784/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 05 maio 2020.

ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO E CONSUMISMO EM RELAÇÃO AO USO DO CARTÃO DE CRÉDITO: ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNIPAM

VERGARA, Silvia Constrant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 145 p. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/8sxcs8>. Acesso em: 15 junho 2020.

VIEIRA, Gabriella Castro; REIS, Émilien Vilas Boas. Sociedade de risco: o consumo desenfreado e os impactos ambientais. **Revista Argumentum**, Marília/SP, v. 17, p. 135-154, 2016. Disponível em: <http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/257/55>. Acesso em: 08 abr. 2020.

SANTOS, José Odálio dos. **Finanças Pessoais para todas as idades**: um guia prático. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522485741/cfi/3!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 02 abr. 2020.

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DAS CULTURAS DE FEIJÃO E SOJA IRRIGADOS NO MUNICÍPIO DE VAZANTE: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA “ECR AGRONEGÓCIOS” DE LAGOA FORMOSA – MG¹

Amanda Rosa de Lima²
Jarim Marciano Ferreira³

RESUMO: O trabalho analisou a viabilidade econômica nas culturas irrigadas de feijão e soja no município de Vazante – MG, utilizando-se da contabilidade de custos e da contabilidade gerencial aplicadas no agronegócio. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, descritiva, exploratória, tipo estudo de caso, com abordagem quantitativa e coleta de dados documental. O estudo analisou as safras 2019/2019 da cultura de feijão e 2019/2020 da cultura de soja. Os principais resultados apresentaram margem de lucratividade da safra de feijão de 37,5% e da safra de soja de 17,01%; retorno sobre investimento (ROI) de 105,93% para o feijão e 19,25% para a soja; e *payback* de 11 meses, que corresponde aproximadamente a uma safra, para a cultura de feijão e, 5 anos e 2 meses, que corresponde aproximadamente a 5 safras, para a cultura de soja. Foi possível concluir que as culturas são viáveis do ponto de vista econômico se comparadas com outros investimentos. O estudo serviu para mostrar a relevância da contabilidade gerencial aplicada no agronegócio, fornecendo informações relevantes ao empresário para a tomada de decisões.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio. Contabilidade gerencial. Viabilidade econômica.

ABSTRACT: The work analyzed the economic viability of irrigated beans and soybean crops in the municipality of Vazante - MG, using cost accounting and management accounting applied in agribusiness. The methodology used was bibliographic, descriptive, exploratory, case study type, with a quantitative approach and documentary data collection. The study analyzed the 2019/2019 crops for beans and 2019/2020 for soybeans. The main results showed a profit margin of 37.5% for the bean crop and 17.01% for the soybean crop; return on investment (ROI) of 105.93% for beans and 19.25% for soybeans; and, 11 months payback, which corresponds approximately to one crop, for the bean crop and, 5 years and 2 months, which corresponds to approximately 5 crops, for the soybean crop. It was possible to conclude that cultures are economically viable compared to other investments. The study served to show the relevance of management accounting applied in agribusiness, providing relevant information to the entrepreneur for decision making.

KEYWORDS: agribusiness, management accounting, economic viability.

¹ Trabalho apresentado na área temática III – Ciências Contábeis: Contabilidade Gerencial e de Custos da I Revista Fórum Gerencial do UNIPAM, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação - 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: amandalima@unipam.edu.br.

³ Professor Orientador do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: jarim@unipam.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio pode não ser notado como deveria, no entanto, é o maior responsável pelos alimentos que chegam à população. Pode até não parecer, mas ele gera um grande ciclo econômico para o país: agricultores; fornecedores de maquinários, sementes e peças diversas; veterinários; transportadoras; comércio e o consumidor final, são os principais responsáveis por gerar resultados dentro desse setor, conforme descreve o *site* G1⁴.

O presente estudo fará considerações teóricas que servirão como base para as discussões. Nessa perspectiva, pode-se conceituar Contabilidade Gerencial como sendo aquela responsável por atuar diariamente nos diversos tipos de empresa, pois permite aos gestores gerenciar os resultados da organização.

As informações para análises são geradas pela Contabilidade Financeira, que utiliza técnicas e procedimentos contábeis para fornecê-las. No entanto, ao falar de Contabilidade Gerencial, deve-se atentar também para a Contabilidade Financeira. As duas possuem diferenças, pois, enquanto a primeira se preocupa em repassar ao administrador da organização informações que possam ser úteis na tomada de uma decisão mais ágil, a segunda se preocupa em entregar os relatórios estabelecidos por lei, de acordo com RFB Consultoria em Sistemas⁵ (2020).

Considerando a relevância do agronegócio, na região do Alto Paranaíba – MG, o relatório teve a finalidade de analisar a viabilidade econômica de culturas produzidas pela empresa ECR Agronegócios, com sede na cidade de Lagoa Formosa – MG, utilizando-se da Contabilidade de Custos e Gerencial. Diante desse contexto, o presente estudo apresenta a seguinte questão de pesquisa: a área de atuação da empresa, com diversidades de produção dentro do agronegócio, especificamente a produção de Feijão e Soja irrigados são viáveis economicamente?

O estudo justifica-se por contribuir com informações relevantes para o processo de gestão da empresa, identificando custos e indicadores gerenciais para a tomada de decisão, facilitando a visão das áreas de controles que possam ser melhoradas para a estabilidade da organização, com o foco na lucratividade e crescimento.

Sabe-se que é necessário todo um processo para verificar se a empresa é ou não economicamente viável. Para isso, foram estabelecidos objetivos capazes de auxiliar nessa análise. O objetivo geral se empenha em avaliar a viabilidade econômica da produção de feijão e soja irrigados. Para atingir o objetivo geral e o problema de pesquisa, serão executados os seguintes objetivos específicos: levantar o inventário patrimonial dos bens aplicados na produção; levantar os custos de produção das culturas; classificar os custos e despesas de comercialização e administração; calcular o preço de venda; demonstrar o resultado da atividade exercida pela empresa; analisar o custo, volume e lucro e, por fim, avaliar a viabilidade econômica.

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/diadaagricultor/brf/noticia/2019/08/05/entenda-como-o-agronegocio-impulsiona-a-economia-brasileira.ghtml>. Acesso em: 27 ago. 2020.

⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zuZhVm2_wvw&t=23s. Acesso em: 08 jun. 2020.

Com o propósito de demonstrar autenticidade, o estudo se sustentou em dados fornecidos pela empresa, contando com um método de pesquisa quantitativa, a qual, por meio dos números concedidos pela organização, foi desenvolvida a análise das informações. Para isso, nos próximos tópicos serão apresentadas características da empresa, como também uma revisão literária que concede ao leitor breves conhecimentos técnicos acerca do tema estudado, para que, adiante, os resultados apresentados possam ser compreendidos.

2 CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO

O desenvolvimento do estudo ocorreu na empresa Eliesio Carlos Rodrigues e Outra (ECR Agronegócios), que possui sua sede na cidade de Lagoa Formosa – MG, mas que disponibilizou dados da Fazenda Veredas, filial Xupé, para realização do trabalho em questão. A matriz situada na Rua Sinhô Limírio, N.760, Bairro Bela Vista, Lagoa Formosa – MG, CEP 38720-000, está inscrita no CNPJ 14.949.669/0001-39 e foi fundada em março de 2000, com cadastro de pessoa jurídica aberto em 25/05/2009.

A empresa conta atualmente com 1.000 colaboradores diretos atuando na área de produção, beneficiamento e comercialização em diversas fazendas e unidades nos municípios de Lagoa Formosa, Patos de Minas, Presidente Olegário, Vazante, Lagoa Grande e Buritizeiro, onde destacam-se as culturas de tomate, cebola, soja, milho e feijão, além de outras atividades iniciadas recentemente, como cultivo de café, algodão, abóbora, melão e também a pecuária. A ECR Agronegócios é hoje um destaque no estado de Minas Gerais, bem como nos demais estados do Brasil, justificando a escolha desta empresa para análise.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura desta pesquisa baseia-se em autores que estudam principalmente sobre Contabilidade de Custos e sobre Contabilidade Gerencial. Para Santos (2006), a revisão de literatura é indispensável em trabalhos acadêmicos, visto que é uma maneira de se colocar em meio à área estudada e de se nortear baseado nas pesquisas realizadas anteriormente.

3.1 CONTABILIDADE GERENCIAL

A Contabilidade Gerencial é a responsável por coletar informações relevantes e que auxiliem gestores e demais funcionários em uma tomada de decisão eficaz nas organizações, feita por meio de relatórios financeiros e não financeiros. No entanto, apesar de se apoiar na Contabilidade Financeira, a Contabilidade Gerencial não necessita, em grande escala, de procedimentos contábeis, visto que a mesma oportuniza os gestores a utilizarem de sua originalidade para contribuir com a tomada de decisão, ressalta Mendes (2016).

3.2 ANÁLISE DE CUSTO/VOLUME/LUCRO

Na análise de custo, volume e lucro, conforme diz Padoveze (2006), os custos, quando separados em fixos ou variáveis, possibilitam uma análise quando comparada ao nível de produção e venda dos produtos. Esta análise visa a uma compreensão para tomada de futuras decisões dentro das organizações, relacionadas ao possível aumento ou diminuição na produção.

3.2.1 Preço de Venda – Markup Divisor

Após a análise e cálculos feitos pelo gestor da organização e a partir dos resultados encontrados, pode-se apurar o preço de venda pelo *markup* divisor ou multiplicador, métodos ainda muito utilizados pelos administradores. Veja a seguir, na fórmula 1, como calcular.

Fórmula 1: *Markup* Divisor
$$\text{Markup divisor} = 100/[100-(DF+DV+MLP)]$$

Segundo Padoveze (2013), os “componentes do *markup* são determinados por meio de relações percentuais médias sobre os preços de venda e, a seguir, aplicados sobre o custo dos produtos” (PADOVEZE, 2013, p.331). Por fim, o presente estudo analisou o preço de venda pelo *markup*; neste caso, o divisor que é calculado, utilizando a razão do *markup* pelo custo do produto.

3.2.2 Ponto de Equilíbrio – PE

O ponto de equilíbrio para Mendes (2016), é uma análise de extrema importância para visualização do quanto é necessário vender/produzir para que os gastos sejam supridos. Quando é obtido um resultado acima do ponto de equilíbrio, pode-se dizer que a empresa está tendo lucros e, quando o resultado está abaixo do ponto de equilíbrio, conseqüentemente está tendo prejuízos. Veja como calcular de acordo com a fórmula 2.

Fórmula 2: Ponto de Equilíbrio
$$\text{PE} = \text{Custo fixo} + \text{Despesa Fixa} / \text{MC Unitária}$$

Para tal, conforme diz Crepaldi e Crepaldi (2018, p.177), o ponto de equilíbrio é “onde os custos totais e as receitas totais se igualam, a partir desse ponto, a empresa entra na área da lucratividade”. Padoveze (2013, p.297) acrescenta que ponto de equilíbrio é o momento quando a quantidade vendida e/ou produzida se nivela aos custos e despesas fixas da organização.

3.2.3 Margem de Contribuição

A margem de contribuição para Martins (2018), é a diferença entre o preço de venda unitário e o custo variável de cada produto. “Significa que, a cada unidade vendida, a empresa lucrará determinado valor” (PADOVEZE, 2013, p.294). Por fim, ao multiplicar pelo total vendido, tem-se a margem de contribuição total do produto, conforme a fórmula 3.

Fórmula 3: Margem de Contribuição

$$MC = \text{Preço de venda} - (\text{Custo Variável} + \text{Despesa Variável})$$

3.3 ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA

A Análise de Viabilidade Econômica proporciona aos gestores, administradores e demais usuários, um estudo da saúde financeira da empresa com o propósito de detectar informações necessárias que auxiliarão em tomadas de decisões e previsão de tendências, ou seja, buscam avaliar como a empresa está se destacando em seu ramo de negócio e o que deve ser modificado para que a mesma obtenha resultados satisfatórios, de acordo com o apresentado por Assaf Neto e Lima (2019).

3.3.1 Retorno Operacional do Investimento – ROI

O Retorno Operacional do Investimento é um indicador de rentabilidade, que permite à empresa saber o quanto está ganhando ou perdendo quando cada investimento feito é observado, ou seja, se está ocasionando o efeito esperado. É possível calcular através da fórmula 4.

Fórmula 4: ROI

$$ROI = (\text{Lucro Operacional} - \text{Investimento}) / \text{Investimento} \times 100$$

A tomada de decisão nas organizações é apoiada em análises de viabilidade econômica e, portanto, é necessária uma comparação do ativo e do passivo, que é realizada pelo custo de capital. Entretanto, segundo Padoveze (2012, p.187) “a análise de rentabilidade pelo ROI complementa o processo decisório, com a verificação subsequente da eficácia das decisões de investimento e financiamento”.

3.3.2 Prazo do Retorno do Investimento – PAYBACK

Obter o retorno de um investimento é um ponto importante para que a empresa se mantenha firme no mercado e seja capaz de lidar com a concorrência. “O período de *payback*, de aplicação bastante generalizada na prática, consiste na determinação do tempo necessário para que o investimento inicial seja recuperado pelas entradas de caixa promovidas pelo investimento” (ASSAF NETO; LIMA, 2019, p. 394). A seguir, a maneira como calcular é evidenciada na fórmula 5.

Fórmula 5 – PAYBACK

$$\text{PAYBACK} = \text{Investimento inicial} / \text{Ganho do período} = 100\% / \text{ROI}$$

3.4 CONTABILIDADE DE CUSTOS

Para Mendes (2016), a contabilidade de custos é necessária para auxiliar o contador gerencial a perceber as oportunidades do mercado. É possível também “conhecer o ponto de equilíbrio, a margem de segurança, o grau de alavancagem operacional, entre outros” (MENDES, 2016, p.25). Em súpula, para Leone e Leone (2010), a contabilidade de custos é responsável por coletar dados da entidade, os chamados dados internos. Em seguida, é responsável por organizar, compreender e expor esses dados para cooperar com os diversos níveis administrativos da organização, por meio de relatórios que os auxiliarão na tomada de decisões.

3.4.1 Custos Fixos

Os custos fixos possuem uma característica importante para sua identificação: “considerando a relação entre período e volume de atividade, não se está comparando um período com outro. Esse fato é de extrema importância na prática para não se confundir Custo Fixo com custo recorrente (repetitivo)” (MARTINS, 2018, p.38). Padoveze (2006), demonstra que alguns custos fixos podem oscilar de um período para o outro; como é o caso do aluguel, por exemplo, um custo fixo indireto, que sofre variações, mas que se tornou um auxiliador na produção de vários produtos, embora não o integre.

3.4.2 Custos Variáveis

Para Padoveze (2013), os custos variáveis são aqueles que diversificam em relação à quantidade produzida ou vendida; além disso, o autor deixa evidente uma característica importante dos custos variáveis que, não contando com produção no período, não haverá custo. Outros autores preferem definir custo variável como “aquele que varia com o volume de qualquer atividade que tenha sido escolhida como referência” (LEONE; LEONE, 2010, p.39). Exemplificam ainda com uma variação decorrente no custo de energia; custo que pode, por exemplo, variar com base na quantidade de horas-máquinas, tal como pode acontecer com outros custos também nomeados como variáveis.

3.5 AGRONEGÓCIO DE CEREAIS: FEIJÃO E SOJA

Graças ao setor de agronegócio, que não pára e há tempos se destaca na economia brasileira e mundial, a oferta de alimentos é garantida para todo o mundo. A seguir, serão apresentadas informações acerca do agronegócio do feijão e da soja, tanto em uma visão global, quanto em uma visão nacional.

3.5.1 Agronegócio de Feijão

Existem registros de que o feijão é cultivado desde 3.000 a.C e, no Brasil, é um alimento presente nos pratos das famílias brasileiras. “Trata-se de uma cultura significativa para o agronegócio, além de ser um alimento altamente nutritivo, trazendo inúmeros benefícios à saúde do brasileiro” (SYNGENTA, 2020)⁶. O Brasil está hoje entre os maiores produtores de feijão do mundo, junto com *Myanmar*, Índia, Estados Unidos, México e Tanzânia. Trazendo para a realidade brasileira, o destaque fica para os estados do Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Bahia e São Paulo, que são os maiores produtores dentro do país.

3.5.2 Agronegócio de Soja

A soja foi a segunda cultura escolhida para desenvolvimento do trabalho em questão. Ressalta-se que a soja impactou diretamente a economia do Brasil, e o país hoje é destaque na agricultura graças a sua colaboração. Ela pode ser utilizada de diferentes formas “tanto na alimentação humana quanto animal, produtos industriais ou matéria-prima para agroindústrias” (YARA BRASIL, 2020). O mercado da soja é bastante variável em razão da sua composição, com isso, óleo, farinha, farelo de soja para produção de ração, biodiesel, dentre outros, fazem parte de sua transformação após a colheita, continua o site⁷ Yara Brasil.

4 METODOLOGIA

O decorrente trabalho foi, substancialmente, baseado em teoria e prática, o que é também conhecido como trabalho teórico-prático e; portanto, inicialmente, fundamentou-se em uma revisão de literatura que apresentou conhecimentos técnicos e também aqueles que se referem à empresa em pauta. Em seguida, fez-se necessário um levantamento dos dados da organização para que a análise de viabilidade econômica fosse interpretada e, posteriormente, repassada para os gestores a fim de colaborar com os mesmos em processos decisórios.

O projeto em foco tratou de uma abordagem quantitativa que, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 69), “significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.)”.

Para utilizar a abordagem quantitativa, a segunda parte da metodologia, inicialmente mencionada, trata do levantamento dos dados, sendo que estes foram coletados através de contatos virtuais e presenciais com os gestores da organização, bem como a responsável pelo departamento de custo e planejamento.

⁶ Disponível em: <https://portalsyngenta.com.br/noticias/feijao-a-cultura-que-engorda-o-agro/>. Acesso em 24 ago. 2020.

⁷ Disponível em: <https://www.yarabrasil.com.br/nutricao-de-plantas/soja/influenciando-a-qualidade-da-soja/mercado-da-soja/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DAS CULTURAS DE FEIJÃO E SOJA IRRIGADOS NO
MUNICÍPIO DE VAZANTE: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA
“ECR AGRONEGÓCIOS” DE LAGOA FORMOSA – MG

Por fim, o projeto desenvolvido foi realizado na matriz da empresa ECR Agronegócios, que está situada em Lagoa Formosa – MG, e que conta também com diversas fazendas em diferentes regiões de Minas Gerais. O período abrangido para fins de pesquisa foi a safra 2019/2019 para a cultura do feijão, com vigência de 4 meses, e da safra 2019/2020 para cultura da soja, vigência de 5 meses, utilizando informações como: gastos gerais, análise de custos, e demais informações necessárias para que a viabilidade econômica pudesse ser apresentada.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para análise de discussão dos resultados, inicialmente, foi levantado o inventário patrimonial dos bens utilizados na cultura de feijão e o inventário patrimonial dos bens utilizados na cultura de soja. Em seguida foram apresentados os custos durante a produção de feijão e soja, as despesas de comercialização e administração e finalmente apurado a demonstração do resultado do exercício com a análise de viabilidade econômica do negócio.

5.1 INVENTÁRIO PATRIMONIAL DOS BENS UTILIZADOS NA CULTURA DE FEIJÃO

O inventário patrimonial da cultura de feijão, subdividido em diversas máquinas, equipamentos, veículos e construções, apresentou um investimento total de R\$12.985.984,71 e uma depreciação de R\$60.058,80. Os bens necessários para suprir toda a demanda de produção da safra analisada sofrem depreciação, que foi calculada por horas trabalhadas em função do plantio. Nessa cultura, um total de 7.414 horas obteve valor depreciado de R\$47.816,59, e mensalmente calculado em função dos 4 meses de safra, que totalizou R\$12.242,21.

É importante ressaltar que o percentual residual e a vida útil de cada equipamento são estabelecidos de acordo com o profissional qualificado na área, neste caso o Engenheiro Agrônomo da empresa. Os bens utilizados na produção de feijão fizeram parte de diversas fases do processo produtivo, como: plantio, adubagem, pulverização, colheita e serviços gerais.

5.2 INVENTÁRIO PATRIMONIAL DOS BENS UTILIZADOS NA CULTURA DE SOJA

No inventário patrimonial da cultura de soja, também subdividido em diversas máquinas, equipamentos, veículos e construções, apresentou-se um investimento total de R\$14.845.539,06 e uma depreciação de R\$41.933,55. No caso da soja, os bens depreciados por horas trabalhadas sofreram depreciação total de R\$26.776,31 referentes às 1.538 horas e aqueles depreciados mensalmente, durante os 5 meses de safra, o valor total foi de R\$15.157,24.

O inventário de construções foi utilizado tanto na soja quanto no feijão, refere-se à investimentos feitos em balanças; construções necessárias para atender ao setor administrativo e técnico da fazenda; rede elétrica; internet; torre de rádio; piscinão;

poços artesianos, entre outros, e que assim como o maquinário agrícola, sofreu depreciação baseada nos meses de cada safra.

5.3 CUSTOS DIRETOS DURANTE A PRODUÇÃO DE FEIJÃO E SOJA

Foram levantados os custos diretos incorridos durante a produção de feijão e soja. Os custos foram detalhados como sendo referentes à mão de obra, insumos agrícolas, manutenção de maquinário, aluguel, arrendamento, custos com irrigação e, diferentemente para a soja, o custo com a análise de solo. Para tanto, os custos com o feijão apresentaram um valor total de R\$1.689.718,15 e para a soja R\$981.055,90.

5.4 CUSTOS INDIRETOS DURANTE A PRODUÇÃO DE FEIJÃO E SOJA

Os custos indiretos da cultura de feijão e soja são rateados levando em consideração a quantidade total de hectares da fazenda e a quantidade de hectares utilizada na safra. No feijão somam um total de R\$1.052.022,47 referentes aos 3.742 hectares da fazenda, e um total de R\$111.662,82 pertencentes aos 397,18 hectares analisados. Em sequência apresenta-se os custos indiretos implicados à cultura da soja, calculados igualmente ao do feijão, com um total de R\$1.799.066,65 para os 3.742 hectares e na área de soja somaram R\$190.954,92.

Percebe-se uma variação entre os custos indiretos das culturas de feijão e soja, que se dá em razão da produção de algodão, iniciada no fim da cultura de soja, portanto, os custos totais da fazenda aumentam, e conseqüentemente quando rateado para a área de soja, aplicam uma diferença quando comparada ao feijão, neste caso, uma variação percentual de 71,01%, que corresponde a R\$79.292,10.

5.5 DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS DAS CULTURAS DE FEIJÃO E SOJA

Neste tópico serão apresentadas despesas de comercialização e administração incorridas durante a produção. Para o feijão apurou-se uma despesa de comercialização de R\$9.654,48 enquanto para a soja a despesa total foi de R\$151.622,95. A diferença de valor se dá em razão principalmente do frete, que foi em maioria custeado pela empresa ECR durante o período da soja. Além disso, o feijão não apresenta despesas com seguro, frete e beneficiamento/classificação, o que também colabora para que a despesa com a soja seja maior. Como total de despesas, obteve-se um valor de R\$161.277,43.

Foram levantadas também as despesas administrativas durante a produção de feijão e soja. As despesas indiretas administrativas encontradas no período totalizaram R\$246.276,29 para os 3.742 hectares da fazenda que, em seguida, foram rateadas para os 397,18 hectares de feijão e soja. Para o feijão foram alocadas despesas no valor de R\$10.225,16, enquanto para a soja R\$15.914,88. Quando comparadas, nota-se uma diferença de R\$5.689,72 o que corresponde a uma variação percentual de 55,64% a mais para a soja.

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DAS CULTURAS DE FEIJÃO E SOJA IRRIGADOS NO
MUNICÍPIO DE VAZANTE: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA
“ECR AGRONEGÓCIOS” DE LAGOA FORMOSA – MG

5.6 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

A seguir, após levantamento e análise de custo, foi realizada a DRE, conforme descrita na figura 1. A demonstração apresentou uma receita total de R\$5.676.396,86 sendo R\$3.893.598,63 para a safra de feijão, enquanto a soja apresentou um valor de R\$1.782.798,23. Com isso, apresenta-se uma margem de lucratividade operacional sobre as vendas de 52,51% para o feijão e 23,8% para a soja. Já a margem líquida de lucro para o feijão foi de 37,5% e para a soja 17,01%, o que apresenta um menor resultado para a soja, quando comparada ao feijão.

Figura 1: Demonstração do Resultado do Exercício

ESPECIFICAÇÃO	FEIJÃO SAFRA 2019/2019				SOJA SAFRA 2019/2020			
	Quant.	Preço/	Valor	AV	Quant.	Preço/	Valor	AV
	SC	Custo	R\$	em	SC	Custo	R\$	em
	60Kg	Unitário	Em R\$1	%	60Kg	Unitário	Em R\$1	%
Receita Bruta	19.531	199,35	3.893.598,63	100	21.195	84,11	1.782.798,23	100
Impostos (Variável)	1,50%	2,99	58.403,98	1,5	1,40%	1,18	24.959,18	1,4
Receita Líquida		196,36	3.835.194,65	98,5		82,94	1.757.839,05	98,6
CPAV				0				0
Custos Variáveis	19.531	77,11	1.506.095,73	38,68	21.195	38,92	825.011,27	46,28
Custos Fixos	19.531	15,12	295.285,25	7,58	21.195	16,37	346.999,55	19,46
LUCRO BRUTO			2.033.813,67	52,23			585.828,23	32,86
Despesas Administrativas			10.225,16	0,26			15.914,88	0,89
Fixas		0,52	10.225,16	0,26		0,75	15.914,88	0,89
Variáveis		0	0	0		0	0	0
Despesas Comerciais			9.654,48	0,25			151.622,95	8,5
Fixas		0	0	0		0	0	0
Variáveis		0,49	9.654,48	0,25		7,15	151.622,95	8,5
LUCRO OPERACIONAL			2.013.934,03	51,72			418.290,40	23,46
Impostos e Contrib. s/ Lucro				0				0
CSLL				0				0
IRPF	27,50%	28,36	553.831,86	14,22	27,50%	5,43	115.029,86	6,45
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		74,76	1.460.102,17	37,5		14,31	303.260,54	17,01

Fonte: elaborada pela autora (2020).

5.7 ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA

Neste tópico apresentam-se os resultados obtidos através dos indicadores demonstrados na figura 2. A margem de contribuição para o feijão foi de R\$93,39 por saca e para a soja R\$32,61 por saca, o que quer dizer que, do preço de venda retirando os custos e despesas variáveis, esses valores restaram para pagar as despesas fixas e contribuir para a formação do lucro, logo, a margem de contribuição retorna positiva nas duas safras.

Em seguida, o ponto de equilíbrio para o feijão foi de 3.271,31 sacas e para a soja 11.129,79 sacas. O ponto de equilíbrio refere-se à quantidade de sacas que precisam ser vendidas para que suas receitas e custos se igualem, portanto, percebe-se uma quantidade bem maior para a soja, quando comparada ao feijão.

Para análise do percentual *markup* foram encontradas porcentagens de 53,73% para o feijão e 34,26% para a soja, que indicam o quanto se deve marcar acima dos custos de produção para a determinação do preço de venda. Nota-se também uma variação de

19,47% a mais para o feijão quando comparado à soja, demonstrando que seus custos estão com um intervalo maior em relação aos preços de venda.

Figura 2: Análise de Resultados

	SAFRA DE FEIJÃO 2019/2019			SAFRA DE SOJA 2019/2020		
Margem de Contribuição = MC em R\$	P.Venda - (C.Var. + Desp.Var.)	=	93,39	P.Venda - (C.Var. + Desp.Var.)	=	32,61
Ponto de Equilíbrio = PE em SC	C.Fixo + Desp.Fixa / MC Unitária	=	3.271,31	C.Fixo + Desp.Fixa / MC Unitária	=	11.129,79
Percentual Markup = Markup em %	(P.Venda-Custo) x 100 / Preço de Venda	=	53,73	(P.Venda-Custo) x 100 / Preço de Venda	=	34,26
Formação do Preço = PVU em R\$	100 / [100- (DF+DV+MLP)]	=	215,04	100 / [100- (DF+DV+MLP)]	=	105,45

Fonte: elaborada pela autora (2020).

A formação de preço pelo *markup* divisor possibilita aos empreendedores uma visão ampla de seu negócio. Através da formação do preço de venda por esse método, é possível observar a precificação do produto garantindo uma margem de lucro desejada e assim assegurando uma grande visão gerencial e da gestão de vendas, é o que relata o *site Vers Contabilidade*⁸ (2020).

5.8 ANÁLISE COMPARATIVA DE VIABILIDADE ECONÔMICA DAS CULTURAS

A análise de viabilidade econômica foi feita e comparada entre as culturas conforme demonstra a figura 3. É importante ressaltar que o investimento total feito pela empresa com máquinas, equipamentos, pivôs, veículos leves e construções, somaram um montante de R\$12.985.984,71 para o feijão e R\$14.845.539,06 para a soja. Esse investimento foi feito considerando os 3.742 hectares da fazenda, mas para os cálculos de viabilidade econômica foram encontrados valores proporcionais ao plantio em análise.

Para encontrar o valor proporcional das culturas de feijão e soja foram utilizados 397,18 hectares para cada, e assim o investimento foi de R\$1.378.346,71 para o feijão e R\$1.575.721,86 para a soja. A proporção é feita em razão da necessidade de se obter o patrimônio líquido para o cálculo do ROI, tendo em vista que o valor total não pode ser considerado, pois não é utilizado somente em função dos 397,18 hectares. Os resultados estão descritos na figura a seguir.

⁸ Disponível em: <https://www.verscontabilidade.com.br/2015/12/28/a-importancia-da-tecnica-do-mark-up-na-definicao-do-preco-de-produtos/>. Acesso em: 01 out. 2020.

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DAS CULTURAS DE FEIJÃO E SOJA IRRIGADOS NO
MUNICÍPIO DE VAZANTE: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA
“ECR AGRONEGÓCIOS” DE LAGOA FORMOSA – MG

Figura 3: Análise Comparativa de Viabilidade Econômica

	FEIJÃO SAFRA 2019/2019			SOJA SAFRA 2019/2020		
CAPITAL INVESTIDO	RS 1.378.346,71			RS 1.575.721,86		
Retorno Sobre Investimento = ROI	LL/PL * 100	105,93	%	LL/PL * 100	19,25	%
Prazo Pagamento Investimento = PayBack	100/ROI	0,94	anos	100/ROI	5,2	anos
Margem de Segurança = MS	Vendas em Q - PE	16.259,69	sacos	Vendas em Q - PE	10.065,47	sacos

Fonte: elaborada pela autora (2020).

Por fim, foram identificados resultados de 105,93% de ROI para o feijão e 19,25% para a soja; um *payback* de 0,94 anos (11 meses) para o feijão que corresponde aproximadamente a uma safra e, 5,2 anos (5 anos e 2 meses) para a soja que corresponde aproximadamente a cinco safras, e uma margem de segurança de 16.259,69 sacas de feijão e 10.065,47 sacas de soja, que após o cálculo, foram descritas e concluídas nas considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade do estudo foi verificar a viabilidade econômica das culturas irrigadas de feijão e soja. Por meio de cálculos, foi constatado que o feijão é o mais viável, por conseguinte proporcionar mais lucro. Para o desenvolvimento e conclusão do trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica, fundamentada nos principais autores, além de uma pesquisa quantitativa, a fim de coletar dados relevantes para a análise.

A coleta de dados foi da unidade denominada Fazenda Veredas, filial Xupé, fornecidos pelo setor de Custos e Planejamentos da organização da empresa ECR Agronegócios. Os principais resultados apresentaram lucro líquido do feijão de R\$1.460.102,17, enquanto a soja foi de R\$303.260,54, demonstrando assim que o feijão possui maior lucratividade.

Nas análises dos índices de custo, volume e lucro, foi possível perceber resultados positivos, tanto para margem de contribuição, ponto de equilíbrio e consequentemente para a margem de segurança. Dentre os resultados de viabilidade, o feijão apresentou um ROI de 105,93% enquanto a soja foi de 19,25%, o que quer dizer que o retorno sobre o investimento inicial foi suprido. O *payback* foi de 0,94 anos (11 meses) para o feijão que corresponde aproximadamente a uma safra, e 5,2 anos (5 anos e 2 meses) para a soja que corresponde aproximadamente a cinco safras, o que significa o tempo gasto para retornar todo o investimento inicial.

Portanto, por meio dos indicadores analisados e apresentados, foi possível perceber que o feijão foi a cultura economicamente mais viável para empresa na safra 2019/2019 e, consequentemente, proporcionou maior lucro para a organização. O alto valor da margem de lucro líquido se deu em razão da alta produtividade da safra, por isso, seus índices foram mais elevados, apresentando maior viabilidade econômica.

Quanto às limitações encontradas, em grande parte se deram em função das coletas de dados e orientações, que em razão da COVID 19, não foi possível realizá-las de forma presencial. Para os próximos estudos, sugere-se que sejam analisadas as safras de feijão e soja em anos seguintes e em outra região da empresa, com o intuito de acompanhar e comparar a viabilidade econômica de cada cultura. Desse modo, o estudo serviu para mostrar a relevância da contabilidade gerencial aplicada no agronegócio fornecendo informações relevantes ao empresário para a tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de Administração Financeira**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Acesso em: 19 maio 2020.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade de Custos**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018. Acesso em: 21 abr. 2020.

G1. **Entenda como o agronegócio impulsiona a economia brasileira**: produção agrícola e pecuária garantem segurança alimentar e estimulam crescimento sustentável do país. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/dia-do-agricultor/brf/noticia/2019/08/05/entenda-como-o-agronegocio-impulsiona-a-economia-brasileira.ghtml><https://g1.globo.com/especial-publicitario/dia-do-agricultor/brf/noticia/2019/08/05/entenda-como-o-agronegocio-impulsiona-a-economia-brasileira.ghtml>. Acesso em: 27 ago. 2020.

LEONE, George S. G.; LEONE, Rodrigo José Guerra. **Curso de Contabilidade de Custos**: contém critério do custeio ABC aplicação de métodos quantitativos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Acesso em: 21 abr. 2020.

MENDES, Marcílio Geraldo. **Contabilidade Gerencial**. Patos de Minas: 2016.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade de Custos**: teoria, prática, integração com sistema de informações (ERP). São Paulo: Cengage Learning, 2013. Acesso em: 21 abr. 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2012. Acesso em: 20 maio 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Curso Básico Gerencial de Custos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006. Acesso em: 21 abr. 2020.

PORTAL SYNGENTA. **Feijão, a cultura que engorda o agro**: paixão nacional, cultura produz números significantes para o setor. 2020. Disponível em:

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DAS CULTURAS DE FEIJÃO E SOJA IRRIGADOS NO
MUNICÍPIO DE VAZANTE: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA
“ECR AGRONEGÓCIOS” DE LAGOA FORMOSA – MG

<https://portalsyngenta.com.br/noticias/feijao-a-cultura-que-engorda-o-agro>. Acesso em: 24 ago. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Acesso em: 29 maio 2020.

RFB CONSULTORIA EM SISTEMAS. **O que é a contabilidade gerencial?**. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zuZhVm2_wvw&t=23s. Acesso em: 08 jun. 2020.

SANTOS, Luiz Fernando Amaral dos. **Apostila Metodologia da Pesquisa Científica II**. 2006. 11 f. Tese (Doutorado) - Faculdade Metodista de Itapeva, Itapeva, 2006. Disponível em: <https://www.socrates.cnt.br/apostmetoditapeva.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2020.

VERS CONTABILIDADE. **A importância da técnica do Markup na definição do preço de produtos**. 2020. Disponível em: <https://www.verscontabilidade.com.br/2015/12/28/a-importancia-da-tecnica-do-mark-up-na-definicao-do-preco-de-produtos/>. Acesso em: 01 out. 2020.

YARA BRASIL. **Mercado da soja**. 2020. Disponível em: <https://www.yarabrasil.com.br/nutricao-de-plantas/soja/influenciando-a-qualidade-da-soja/mercado-da-soja/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA NA PECUÁRIA DE LEITE: ESTUDO DE CASO NA FAZENDA GIRASSOL EM PRESIDENTE OLEGÁRIO - MG¹

Janaina Fonseca²

Jarim Ferreira³

RESUMO: Este trabalho fez um estudo sobre a pecuária de leite no município de Presidente Olegário - MG. O objetivo geral foi identificar os custos de produção e análise de viabilidade econômica utilizando-se da contabilidade gerencial aplicada no agronegócio. As metodologias adotadas foram pesquisa bibliográfica e webliográfica de caráter descritivo, com abordagem quantitativa e coleta de dados documentais. Os principais resultados apontaram lucro líquido de R\$106.387,00, que equivale a margem líquida de 14,8%. Considerando que o capital investido foi de R\$1.485.943,90, a taxa de retorno anual do investimento foi de 7,16%, o que proporcionou o pagamento do investimento em 14 anos. Foi possível concluir que se comparado à rentabilidade com outros investimentos, como por exemplo a poupança, a atividade é viável economicamente. O estudo serviu para mostrar a relevância da contabilidade gerencial no processo de gestão da empresa rural.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade Rural. Viabilidade econômica. Pecuária de Leite.

ABSTRACT: This study carried out a study on dairy cattle in the municipality of Presidente Olegário - MG. The general objective was to identify the costs of production and analysis of economic viability using management accounting applied in agribusiness. The methodologies adopted were descriptive bibliographic and webliographic research, with a quantitative approach and documentary data collection. The main results showed a net profit of R\$ 106,387.00, which is equivalent to a net margin of 14.8%. Considering that the capital invested was R \$ 1,485,943.90, the annual rate of return on the investment was 7.16%, which provides for the payment of the investment in 14 years. It was possible to conclude that compared to profitability with other investments, such as savings, the activity is economically viable. The study served to show the relevance of management accounting in the management process of the rural company.

KEYWORDS: Farm Accounting. Economic Viability. Milk Cattle.

1 INTRODUÇÃO

Embora ofereça inúmeras vantagens, a contabilidade ainda é pouco utilizada entre produtores que possuem o gênio mais conservador, o que impede o crescimento da contabilidade rural e também o desenvolvimento das atividades no campo (CREPALDI, 2019). Apesar disso, o meio rural é um setor que expande tecnologias de forma acelerada e desse modo, pecuaristas vêm buscando conhecimento para adquirir

¹ Trabalho apresentado na área temática III – Contabilidade Gerencial e de Custos do Fórum Gerencial do UNIPAM, realizado em 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: janainaff@unipam.edu.br.

³ Orientador do trabalho, Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: jarim@unipam.edu.br.

novas técnicas de manejo e recursos tecnológicos, capazes de proporcionar maior retorno de investimento.

O presente estudo teve como objetivo geral identificar o custo e a viabilidade econômica da produção leiteira, buscando auxiliar nas tomadas de decisões futuras. A fim de alcançar o objetivo geral, foram aplicados os objetivos específicos relacionados: pesquisar na literatura os conceitos científicos sobre o assunto e que são essenciais ao estudo, inventariar os bens patrimoniais da propriedade, tendo como base o resultado de uma pesquisa documental, bibliográfica e webliográfica de caráter descritiva, com abordagem quantitativa.

Neste sentido, o presente trabalho justifica-se pela relevância em apresentar e detalhar informações ao empresário rural, sobre o patrimônio, os gastos da produção de leite, análise da viabilidade econômica e o retorno do investimento.

2 DADOS DA ORGANIZAÇÃO

Este estudo foi realizado na Fazenda Girassol, localizada no município de Presidente Olegário – MG, na região do Tomazinho. A fazenda possui uma área total de 74 hectares e conta com as atividades principais de produção de leite e da cria e recria de bezerras. A produção leiteira tem uma média de 62 vacas em lactação, o que faz com que a fazenda produza, em média, 1.240 litros de leite diariamente. A ordenha mecânica é operada duas vezes ao dia pelos funcionários, que são responsáveis também pelo manejo do gado, bem-estar dos animais e cuidado dos bens da propriedade.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico buscou dispor de conhecimentos acerca da Contabilidade Rural, bem como, fornecer referências e conceitos provenientes de vários autores, para o desenvolvimento do estudo.

3.1 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade gerencial possui funções próprias de gestão, decisão, mensuração e informação. Dessa forma, ela desenvolve o planejamento futuro do desempenho econômico organizacional.

Para melhor compreensão, Crepaldi e Crepaldi (2019, p. 1) expõe que:

A Contabilidade Gerencial proporciona aos seus administradores informações que permitem avaliar o desempenho de atividades, de projetos e de produtos da empresa, bem como a sua situação econômico-financeira por meio da apresentação de informações claras e objetivas de acordo com a necessidade de cada usuário.

Em síntese, percebe-se o quanto a contabilidade gerencial tem função importante para contadores, gestores e administradores, visto que sua atuação otimiza o desenvolvimento da organização e os auxilia para a tomada de decisão. Sendo assim,

na empresa rural bem como nas organizações, a contabilidade gerencial é responsável por fornecer informações relevantes em tempo ágil (CORONADO, 2012).

3.2 CONTABILIDADE DA PECUÁRIA

A pecuária está relacionada com a criação de animais no campo, destinados para abate, consumo doméstico, serviços na lavoura, reprodução, produção de leite, sendo para fins industriais e comerciais. No Brasil, as atividades pecuárias com maior destaque são a Pecuária de Corte e a Pecuária de Leite, podendo ser desenvolvidas nos sistemas de produção extensiva, intensiva ou rotacionada (SANTOS; MARION; SEGATTI, 2009).

De acordo com Marion (2020) a contabilidade da pecuária compreende e avalia o estoque vivo em duas modalidades, sendo valores de custo e valores de mercado. Em uma propriedade, o gado destinado a produção de leite integra o Ativo Não Circulante Imobilizado da fazenda, que de acordo com o Parecer Normativo n.57/76 (1976) pode ser classificado como “gado de renda, representando bovinos, suínos, ovinos e equinos que a empresa explora para a produção de bens que constituem objeto de suas atividades”.

3.3 PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES DOS CUSTOS

De simples ferramenta auxiliar, a contabilidade de custos passou a ser instrumento de controle e de decisões gerenciais. Para leigos, custos é meramente o preço inicial de um produto, mas quando direcionada a contabilidade, se refere aos bens e serviços usados para produção de outros bens e serviços. Desse modo, a contabilidade de custos engloba alguns princípios contábeis atuais (MARTINS, 2018).

Em síntese, a contabilidade de custos possui algumas classificações fundamentais para o sistema de informação de custeio, que tem como finalidade manter o padrão de compreensão dos termos utilizados na contabilidade (VEIGA; SANTOS, 2016).

3.3.1 Custos fixos

São considerados custos fixos, aqueles cujo valor independe do volume produzido em determinado momento e nem de acordo com a prestação de serviço efetuada. Os custos fixos são invariáveis, a empresa produzindo ou não. Dentro desse conceito podemos exemplificar: custos com pessoal, impostos indiretos, aluguel, seguros, depreciação de máquinas, entre outros (VEIGA; SANTOS, 2016).

De acordo com Padoveze (2013), são considerados custos fixos aqueles que voltam a se manter estáticos com as alterações do volume das práticas operacionais. O autor ressalta ainda, que os custos podem variar dependendo da capacidade e do intervalo de produção ou venda, em casos que o aumento de volume seja expressivo.

3.3.2 Custos variáveis

Segundo Martins (2018, p. 39),

para ser classificado como custo variável, um elemento de custo não precisa, necessariamente, variar de forma absolutamente proporcional ao volume de produção; basta que haja uma forte correlação entre ambos (o volume de produção e o recurso utilizado).

É normal também encontrar custos que possuam duas naturezas.

Os custos variáveis são variantes de acordo com o volume total de produção, mas fixos com relação à unidade produzida. De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2018), os custos variáveis sofrem mudanças quando relacionados ao volume de produção ou serviço, como exemplo temos, matéria-prima e embalagens. Logo, os custos unitários são fixos no decorrer do método produtivo.

3.4 ANÁLISE DE CUSTO VOLUME X LUCRO

A Análise de Custo-Volume-Lucro (CVL) também é comumente conhecida como ponto de equilíbrio ou *Break Even Point*. De acordo com Stopatto (2020, p. 61), esta análise “nos apresenta a relação direta entre os custos envolvidos nas operações com suas receitas e os resultados dessas operações, sejam eles negativos, positivos ou estáveis, resultando zero no ponto de equilíbrio”.

Crepaldi e Crepaldi (2019) evidenciam que os princípios da análise de Custo-Volume-Lucro são relativos ao uso de sistemas de custo no auxílio de decisões de curto prazo, atributo do método de custeio variável. Além disso, destacam que esta análise possui considerável importância como ferramenta de apoio à tomada de decisão, planejamento e controle.

3.4.1 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

A Margem de Contribuição representa o lucro variável obtido pela empresa, que pode ser identificado de forma unitária ou total. A diferença entre o preço da venda e os custos variáveis do produto unitário são multiplicados pelo total de vendas e resultam na margem de contribuição total (PADOVEZE, 2013).

Ademais, o site SEBRAE (2016) apresenta a fórmula para encontrar a Margem de Contribuição de um produto:

$$MC = PV - (CV + DV) \quad (1)$$

Dado que:

MC = Margem de Contribuição;

PV = Preço de Venda;

CV = Custos Variáveis;

DV = Despesas Variáveis.

3.4.2 Ponto de equilíbrio

O ponto de equilíbrio acontece quando o somatório da margem de contribuição é satisfatório, a ponto de quitar todos os custos e despesas fixas, de forma que não seja contabilizado lucro, nem prejuízo. Dessa maneira, aponta a quantidade de produtos que devem ser vendidos para que ocorra o equilíbrio entre custos e despesas (VEIGA; SANTOS, 2016).

$$PE = (CF + DF) / MCU \quad (1)$$

Onde:

PE = Ponto de Equilíbrio;

CF = Custos fixos;

DF = Despesas fixas;

MCU = Margem de contribuição unitária.

3.4.3 Retorno sobre investimento (ROI)

Segundo Martins (2018), o retorno sobre o investimento está entre os indicadores financeiros essenciais e é considerado a melhor ferramenta de cálculo para mensuração dos resultados da propriedade. Dessa forma, este é o método mais utilizado para análise de desempenho.

De acordo com Tibúrcio (2012), a fórmula para encontrar o *Return On Investment* (ROI) compreende em:

$$ROI = \text{Lucro Operacional} \times 100 / \text{Investimento} \quad (2)$$

3.4.4 Payback

O *Payback* é traduzido como “prazo de retorno” e faz parte dos modelos para decisões de investimentos, responsáveis por verificar a viabilidade econômica de um investimento antes de ser realizado. Dessa forma, o *Payback* quando aplicado, tem a finalidade de indicar quantos períodos serão necessários para se obter o retorno do investimento inicial (PADOVEZE, 2016).

Assim, este método é importante tanto para quem busca investimento rápido, quanto para quem dispõe de pouco recurso para investimento. Visto que, o *Payback* identifica a quantidade de meses ou anos, que o investimento leva para se pagar. Por isso, quanto mais rápido o retorno, mais desejável o investimento.

3.4.5 Mark-up

O *Mark-up* é um índice que tem como função definir o preço de venda, em outras palavras, compreende em acrescentar ao custo unitário do produto ou serviço uma margem de lucro para captar o preço de venda (MORAES, 2016). No cálculo *mark-up* o

preço deve ser capaz de reembolsar todos os custos, despesas e impostos e ainda assim originar lucro na venda para que continue sendo viável o funcionamento da organização.

3.5 PECUÁRIA LEITEIRA

A pecuária leiteira é uma das atividades mais antigas no Brasil e está presente em 40% das propriedades rurais, gerando renda para milhares de famílias. Na década de 90 a atividade leiteira passou por modificações que afetaram significativamente o bolso dos produtores rurais, com a alteração na forma de pagamento pelo litro do leite, que antes era determinado por tabelamento (RODRIGUES, 2017).

Em virtude de obter um rebanho amplamente adaptado a diferentes climas e sistemas produtivos, é que o Brasil está entre os maiores produtores de leite do mundo. Além de gerar trabalho, renda e fomentar uma vasta cadeia produtiva, a pecuária leiteira impulsiona a produção agropecuária do país (REVISTA AGROPECUÁRIA, 2020).

4 METODOLOGIA

Quanto aos fins, esta pesquisa foi de caráter descritivo, pois, em concordância com Gil (2018, p. 26) “as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. A abordagem da pesquisa foi quantitativa, visto que, foram realizadas análises e verificações dos números alcançados pela Fazenda Girassol.

Para Fonseca (2002, p. 20):

[...] A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. [...]

A prática deste estudo deu-se através de uma pesquisa documental, desse modo, a pesquisa documental consiste em comprovantes que contenham informações internas à organização, podendo ser em formato material (papel) ou eletrônico, desde que seja capaz de ser utilizado na comprovação de fatos ou acontecimentos (GIL, 2018).

Ademais, com a finalidade de obter informações além das disponibilizadas em livros e documentos, foram utilizadas pesquisas webliográficas, que segundo Gil (2018) consiste na pesquisa e coleta de referências expostas na internet. Por fim, ressalta-se que o trabalho foi desenvolvido com base na atividade desempenhada no período de 12 meses. Desta forma, a coleta de dados e demonstrativos contábeis econômicos financeiros foi realizada de julho de 2019 a junho de 2020.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nessa seção, apresentam as análises e discussões encontradas através dos dados coletados, embasados no referencial teórico que auxiliou para o estudo das informações obtidas e posteriormente as análises dos resultados da pesquisa.

5.1 INVENTÁRIO DOS BENS PATRIMONIAIS

As instalações construídas na propriedade são antigas, o que impossibilitou a existência de notas fiscais e documentos de aquisição dos valores de construções, benfeitorias e maquinários obtidos na fazenda. Os animais foram avaliados com base no valor de mercado aplicado no município, tendo em consideração que são estimados acima do valor de pauta, por serem destinados à produção de leite.

Conforme exibido na Figura 1, o inventário patrimonial da Fazenda Girassol é constituído por: terras no valor de R\$1.110.000,00; construções R\$170.085,00; benfeitorias R\$59.440,00; pastagens R\$55.500,00; equipamentos R\$95.000,00; tratores e implementos R\$52.830,00; ferramentas R\$322,00; plantel de reprodução R\$521.100,00 e animais de trabalho R\$1.000,00. O somatório do inventário patrimonial totalizou R\$2.065.277,00, resultando uma depreciação anual de R\$79.510,72 e mensal de R\$6.625,89.

Figura 1: Inventário patrimonial

GRUPO DE BEM	MARCA/OBS.	QUANT	MEDIDA	PREÇO UNIT/há	VR.TOTAL	VIDA ÚTIL	TAXA DEP.	VR.DEP. AA
TERRAS		74	HÁ	75.000,00	1.110.000,00			
Construções e estradas		1,5	HÁ	15.000,00	22.500,00			
Reservas e APP		17	HÁ	15.000,00	255.000,00			
Área de Plantio de Milho 1		20	HÁ	15.000,00	300.000,00			
Área de Plantio de Milho 2		8	HÁ	15.000,00	120.000,00			
Terra Nua		28	HÁ	15.000,00	412.500,00			
CONSTRUÇÕES					1.70.085,00			5.391,52
Casa dos Funcionários		1	UN	25.000,00	25.000,00	25	4,0%	1.000,00
Barracão de Trato		1	UN	50.000,00	50.000,00	25	4,0%	2.000,00
Bebedouros de Cimento		8	UN	120,00	960,00	25	4,0%	38,40
Curral	120m² cd	3	UN	20.000,00	60.000,00	40	2,5%	1.500,00
Sala de Ordenha		70	M²	357,14	25.000,00	40	2,5%	625,00
Bezerreiro	14 animais	450	M²	2,50	1.125,00	40	2,5%	28,13
Casa para Tanque		1	UN	8.000,00	8.000,00	40	2,5%	200,00
BENFEITORIAS					59.440,00			5.944,00
Cercas		8	KM	5.000,00	40.000,00	10	10,0%	4.000,00
Cochos para Sal		8		180,00	1.440,00	10	10,0%	144,00
Cochos para Silagem		9	UN	2.000,00	18.000,00	10	10,0%	1.800,00
PASTAGENS		56			55.500,00			2.550,00
Gramma Estrela		2	HÁ	1.000,00	1.500,00	20	5,0%	300,00
Brachiarão		54	HÁ	1.000,00	54.000,00	20	5,0%	2.250,00
EQUIPAMENTOS					95.000,00			7.166,67
Silo Graneleiro	7.8 e 3.6 T	2	UN	5.000,00	10.000,00	15	6,7%	666,67
Ordenha	5 Coni. GE4	1	UN	60.000,00	60.000,00	15	6,7%	4.000,00
Tanque de Expansão 2500L	ECHED	1	UN	15.000,00	15.000,00	10	10,0%	1.500,00
Tanque de Expansão 1600L	DELAVAL	1	UN	10.000,00	10.000,00	10	10,0%	1.000,00
TRATORES E IMPLEMENTOS					52.830,00			5.283,00
Trator 4x4	Valmet 785	1	UN	17.550,00	17.550,00	10	10,0%	1.755,00
Vagão Forrageiro Hidráulico	IPACOL	1	UN	35.000,00	35.000,00	10	10,0%	3.500,00
Carrinho de Mão		2	UN	80,00	160,00	10	10,0%	16,00
Pulverizador Costal	Guarany	1	UN	120,00	120,00	10	10,0%	12,00
FERRAMENTAS					322,00			32,20
Aparelho de Choque	ZEBU	2	UN	80,00	160,00	10	10,0%	16,00
Enxadas		3	UN	54,00	162,00	10	10,0%	16,20
PLANTEL DE REPRODUÇÃO					521.100,00			53.043,33
Vacas em Lactação		62	UN	5.000,00	310.000,00	10	10,0%	31.000,00
Vacas Secas		14	UN	5.000,00	70.000,00	10	10,0%	7.000,00
Bezerros em Aleitamento		12	UN	800,00	9.600,00	10	10,0%	960,00
Novilhas em Recria		23	UN	2.500,00	57.500,00	10	10,0%	5.750,00
Novilhas em Reprodução		15	UN	4.000,00	60.000,00	10	10,0%	6.000,00
Reprodutor		2	UN	7.000,00	14.000,00	6	16,7%	2.333,33
ANIMAIS DE TRABALHO					1.000,00			100,00
Equinos/cavalos		1	UN	1.000,00	1.000,00	10	10,0%	100,00
TOTAL					2.065.277,00			79.510,72
DEPRECIACÃO MENSAL						12		6.625,89

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA NA PECUÁRIA DE LEITE: ESTUDO DE CASO NA FAZENDA GIRASSOL EM PRESIDENTE OLEGÁRIO - MG

5.2 COMPOSIÇÃO DE RECEITAS

De acordo com a Figura 2, dentro do período analisado a atividade leiteira atingiu a produção de 418.283 litros de leite. Considerando a receita de leite, venda de animais e outras receitas, o total de entradas foi de R\$635.108,24. Além disso, salienta-se que em março de 2020 a produção sofreu queda, em função da troca de funcionários da fazenda e também com o início do período da seca.

Figura 2: Composição das Receitas

ESPECIFICAÇÃO	JUL./2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV./2019	DEZ./2019	JAN./2020	FEV./2020	MAR./2020	ABR./2020	MAIO/2020	JUN./2020	TOTAL
Preço do Leite	1,5290	1,4460	1,4900	1,4500	1,3850	1,3994	1,3907	1,5386	1,5456	1,6319	1,5644	1,6624	1,3872
Total de Leite Produzido/Litros	33.669	31.642	35.845	41.665	42.193	40.597	40.848	34.619	28.765	28.865	27.920	31.655	418.283
Receita de Leite	51.479,90	45.754,33	53.409,05	60.414,25	58.437,31	56.811,44	56.807,31	53.264,79	44.459,18	47.104,79	43.678,05	52.623,27	624.243,68
Outras Receitas						15.000,00							15.000,00
Venda de Animal R\$	17.249,83			5.968,00		25.270,00							48.487,83
Total de Receitas da Atividade	68.729,73	45.754,33	53.409,05	66.382,25	58.437,31	97.081,44	56.807,31	53.264,79	44.459,18	47.104,79	43.678,05	52.623,27	635.108,24
Recebimento de Empréstimos													
Total de Entradas	68.729,73	45.754,33	53.409,05	66.382,25	58.437,31	97.081,44	56.807,31	53.264,79	44.459,18	47.104,79	43.678,05	52.623,27	635.108,24
Leite vendido em litros	30.544	28.517	32.820	38.540	40.968	38.712	39.273	33.194	26.570	25.995	24.800	28.035	387.968
Aleitamento (Litros)	3.100	3.100	3.000	3.100	1.200	1.860	1.550	1.400	2.170	2.850	3.100	3.600	30.030
Receita de Aleitamento (R\$)	4.739,90	4.482,60	4.470,00	4.495,00	1.662,00	2.602,88	2.155,59	2.154,04	3.353,95	4.650,92	4.849,64	5.984,64	45.601,16
Consumo (Litros)	25	25	25	25	25	25	25	25	25	20	20	20	285
Receita com leite para consumo	38,23	36,15	37,25	36,25	34,63	34,99	34,77	38,47	38,64	32,64	31,29	33,25	426,53

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.3 CUSTO DE PRODUÇÃO DO LEITE - FIXOS E VARIÁVEIS

Observa-se na Figura 3 que o maior custo variável da atividade está relacionado com a alimentação dos animais. As rações e concentrados, totalizam R\$182.192,25 dos gastos, pois são alimentos complementares indispensáveis para a maior produção e melhor qualidade do leite. A silagem, que também faz parte da alimentação das vacas em lactação, corresponde a R\$59.535,00 e está entre os três maiores custos.

Figura 3: Custos Variáveis da Propriedade

ESPECIFICAÇÃO	JUL./2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV./2019	DEZ./2019	JAN./2020	FEV./2020	MAR./2020	ABR./2020	MAIO/2020	JUN./2020	TOTAL
CUSTOS VARIÁVEIS	35.459,28	50.738,10	40.739,89	48.832,00	34.695,65	34.382,81	29.851,98	41.892,78	27.090,99	41.761,10	41.150,53	47.529,01	474.124,12
Mão de obra	5.528,54	5.528,54	5.528,54	5.648,54	5.528,54	8.361,19	7.588,04	7.932,40	4.987,50	4.256,50	4.280,00	4.417,69	69.586,02
Rações e concentrados	9.129,00	18.750,15	9.205,50	18.645,60	18.954,00	9.613,50	10.215,30	21.363,90	10.704,90	22.077,90	11.258,25	22.274,25	182.192,25
Sais e minerais	265,00	2.052,01	1.730,80	251,89	1.367,96	1.817,45	289,08	1.289,10	1.210,28		439,09	1.453,95	12.166,61
Forrajesiras anuais	990,00	4.690,28				4.122,96		2.148,00	3.174,69	1.884,00	2.590,05	49,00	19.648,98
Medicamentos Curativos	5.481,31	4.412,99	3.584,59	4.078,26	2.408,42	4.517,32	1.942,69	2.996,23	2.373,94	2.333,14	5.854,02	3.414,72	43.397,63
Material de ordenha e tanque	82,23	312,00	124,40	1.250,91	320,58	397,25	234,33	791,43	1.427,61	2.208,45	1.916,98	1.515,14	10.581,31
Silagem	9.688,00	10.626,00	10.782,00	10.782,00							8.750,00	8.907,00	59.535,00
Assistência Técnica	877,61	877,61	877,61	877,61	877,61	877,61	852,15	877,61	918,61	917,02	917,02	1.159,02	10.907,09
BST (Somatotropina Bovina)			3.059,90	1.358,00	1.358,00	1.358,00	1.358,00	1.358,00	1.358,00	1.358,00	1.358,00	1.880,25	15.804,15
Controle e exames sanitários		500,00								80,00	300,00		880,00
Energia elétrica/Combustível	3.134,70	2.345,20	2.390,27	4.302,34	2.337,87	2.480,47	3.314,91	2.966,77	749,09	2.659,39	2.639,88	632,45	29.953,34
Reparo de Benfeitorias	108,15	204,51	3.280,56	1.354,30		44,50							137,15
Manutenção de Máquinas		101,00		117,00	1.365,54	623,82	3.870,48			3.802,14	720,00	1.400,40	12.000,38
Administração	174,74	337,81	175,72	165,55	177,13	168,74	187,00	169,34	186,37	184,56	127,24	287,99	2.342,19

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Além disso, no período analisado houve troca dos funcionários na fazenda, o que provocou despesas rescisórias, onde somadas aos salários do período, refletem R\$69.586,02 dos custos, sendo o segundo maior. Verifica-se que no total, os custos variáveis somam o valor bruto de R\$474.124,12.

Já a Figura 4 dispõe os custos fixos do período, que totalizaram R\$100.163,30. Deste valor, R\$79.510,72 foram incorridos com depreciação, representando o maior custo fixo na propriedade. Os custos com material de conservação e limpeza ocupam o segundo maior custo com R\$10.581,31, seguidos dos impostos e taxas que somam R\$8.719,99.

Figura 4: Custos Fixos

ESPECIFICAÇÃO	JUL./2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV./2019	DEZ./2019	JAN./2020	FEV./2020	MAR./2020	ABR./2020	MAIO/2020	JUN./2020	TOTAL
CUSTOS FIXOS	7.498,83	7.641,66	7.570,84	8.808,47	7.823,01	7.897,42	7.274,50	8.235,16	8.736,03	10.516,57	9.213,13	8.947,65	100.163,30
Material de conservação e	82,23	312,00	124,40	1.250,91	320,58	397,25	234,33	791,43	1.427,61	2.208,45	1.916,98	1.515,14	10.581,31
Manutenção de pastagem							392,18			960,00			1.352,18
Impostos e taxas	790,71	703,77	820,54	931,67	876,54	874,28	22,10	817,84	682,53	722,23	670,26	806,62	8.719,09
Depreciação/exaustão	6.625,89	6.625,89	6.625,89	6.625,89	6.625,89	6.625,89	6.625,89	6.625,89	6.625,89	6.625,89	6.625,89	6.625,89	79.510,72

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.4 ANÁLISE GERENCIAL DOS CUSTOS

Através da visualização da Figura 5, observa-se os custos variáveis por litro de leite no valor de R\$1,16 e os custos fixos no valor de R\$0,25 perfazendo um custo total de R\$1,41 por litro de leite produzido. Além disso, salienta que a Fazenda Girassol atingiu a média 628 litros de leite por hectare, ainda, a média de produção por vaca foi de 603 litros por mês e 20 litros por dia.

Figura 5: Composição dos Custos

ANÁLISES GERENCIAIS DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO													
ESPECIFICAÇÃO	JUL./2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV./2019	DEZ./2019	JAN./2020	FEV./2020	MAR./2020	ABR./2020	MAIO/2020	JUN./2020	TOTAL
Total de Leite Produzido em Litros	33.669	31.642	35.845	41.665	42.193	40.597	40.848	34.619	28.765	28.865	27.920	31.655	418.283
Leite Vendido (Litros)	30.544	28.517	32.820	38.540	40.968	38.712	39.273	33.194	26.570	25.995	24.800	28.035	387.968
Aleitamento (Litros)	3.100	3.100	3.000	3.100	1.200	1.860	1.550	1.400	2.170	2.850	3.100	3.600	30.030
Descarte (Litros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Consumo (Litros)	25	25	25	25	25	25	25	25	25	20	20	20	285
Custos Variáveis Totais	35.459,28	50.738,10	40.739,89	48.832,00	34.695,65	34.382,81	29.851,98	41.892,78	27.090,99	41.761,10	41.150,53	47.529,01	474.124,12
Custos Variáveis por Litro	1,05	1,60	1,14	1,17	0,82	0,85	0,73	1,21	0,94	1,45	1,47	1,50	1,16
Custos Fixos Totais	7.498,83	7.641,66	7.570,84	8.808,47	7.823,01	7.897,42	7.274,50	8.235,16	8.736,03	10.516,57	9.213,13	8.947,65	100.163,30
Custo Fixos por Litro	0,22	0,24	0,21	0,21	0,19	0,19	0,18	0,24	0,30	0,36	0,33	0,28	0,25
Custo Total por Litro	1,28	1,85	1,35	1,38	1,01	1,04	0,91	1,45	1,25	1,81	1,80	1,78	1,41
ANÁLISES GERENCIAIS DA QUANTIDADE PRODUZIDA													
Área Explorada em HA	55,5	55,5	55,5	55,5	55,5	55,5	55,5	55,5	55,5	55,5	55,5	55,5	56
Produção em Litro por HA	607	570	646	751	760	731	736	624	518	520	503	570	628
Quant. Vacas em Lactação	62	68	69	69	61	60	62	56	63	59	56	57	62
Produção Litros por Vaca/Mês	574	605	663	694	663	691	595	481	524	540	579	627	603
Quantidade Dias Mês	31	31	30	31	30	31	31	29	31	30	30	30	30
Produção Litros por Vaca/Dia	19	20	22	22	22	22	19	17	17	18	19	21	20

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.5 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO PERÍODO

Através da análise do Figura 6, evidencia-se a receita da venda de leite, no valor de R\$624.244,00, que somadas à receita de aleitamento no valor de R\$45.601,00; receita de leite para consumo no valor de R\$427,00; receita com venda de animais no valor de R\$48.488,00 e deduzido 1,5% do Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) no valor de R\$8.719,00, apresenta-se a receita líquida de R\$710.040,00.

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA NA PECUÁRIA DE LEITE: ESTUDO DE CASO NA FAZENDA GIRASSOL EM PRESIDENTE OLEGÁRIO - MG

Figura 6: Demonstração do Resultado

ESPECIFICAÇÃO	PRODUÇÃO DE LEITE 2019/2020			
	B	Preço/Médio	Valor	AV
	LT	Custo	R\$	em
		Unitário	Em R\$1	%
Total de Receitas			R\$ 718.759,20	100
Receita bruta venda de leite	R\$ 387.968,00	R\$ 1,609	R\$ 624.243,68	86,85
Receita leite para aleitamento	R\$ 30.030,00	R\$ 1,519	R\$ 45.601,16	6,34
Receita leite para consumo	R\$ 285,00	R\$ 1,497	R\$ 426,53	0,06
Receita com venda de animal			R\$ 48.487,83	6,75
Impostos (Funnural)	1,5%	R\$ 0,022	R\$ 8.719,09	1,21
Receita Líquida	R\$ 418.283,00	R\$ 1,830	R\$ 710.040,11	98,79
CPAV		-		-
Custos Variáveis	R\$ 418.283,00	R\$ 1,134	R\$ 474.124,12	65,96
Custos Fixos	R\$ 418.283,00	R\$ 0,239	R\$ 100.163,30	13,94
LUCRO BRUTO	R\$ 387.968,00	R\$ 0,350	R\$ 135.752,69	18,89
Despesas Administrativas		-	-	-
Fixas	2,0%	R\$ 0,032	R\$ 12.484,87	1,74
Variáveis	0,38%	R\$ 0,006	R\$ 2.372,13	0,33
Despesas Comerciais		-	-	-
Fixas	0,0%	-	-	-
Variáveis		R\$ 0,002	R\$ 743,00	0,10
LUCRO OPERACIONAL		R\$ 0,310	R\$ 120.152,69	16,72
Impostos e Contrib. S/Lucro		-	-	-
IRPF	15,0%	R\$ 0,035	R\$ 13.765,33	1,92
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ 0,274	R\$ 106.387,36	14,80

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Destaca-se que, da receita líquida retirou-se R\$100.163,00 decorrente dos custos fixos e R\$474.124,00 dos custos variáveis, alcançando o lucro bruto no valor de R\$135.753,00. Atentando que a atividade leiteira obteve baixos índices de despesas administrativas e comerciais, apurou-se o lucro operacional no valor de R\$120.153,00. Em síntese, com a dedução do IRPF de R\$13.765,00, obtém-se o lucro líquido do exercício no valor de R\$106.387,00, que equivale à margem líquida de 14,8%.

5.6 ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA

Mediante a Figura 7, observa-se que a cada litro de leite produzido, a contribuição com o custeio de despesas, custos fixos e para a formação do lucro, é de R\$0,95. Ressalta-se que, o ponto de equilíbrio “é o ponto onde os custos totais e as receitas totais se igualam” (CREPALDI; CREPALDI, 2018, p. 177), ou seja, quando não se obtém lucro ou prejuízo. No período analisado este ponto de equilíbrio é alcançado quando a produção de leite atinge a quantidade de 118.651 litros.

O *Mark-up* é o índice responsável por acrescentar um percentual sobre os custos, para que este seja capaz de reembolsar despesas, impostos e formação do lucro. No período analisado a atividade teve o índice de 14,67%. A Fazenda Girassol investiu um total de R\$2.122.777,00 conforme exposto na Figura 7, porém na atividade leiteira a utilização é de apenas 70% e corresponde a R\$1.485.943,90. Sendo assim, a taxa de

retorno sobre o investimento é de 7,16%, com o prazo de retorno do investimento equivalente a 13,97 anos.

Figura 7: Índices da Atividade

Margem de Contribuição = Mcu R\$	$P. Venda - (C. Var + D. V)$	=	R\$ 0,95
Ponto de Equilíbrio = PE em Litros	$\frac{C. Fixo + Desp. Fixa}{MC \text{ unitária}}$	112.648,18	118.651
		0,95	
Percentual Mark-Up = Mkup %	$\frac{(P. Venda - Custo) \times 100}{Preço venda}$	23,60	14,67
		1,61	
Formação do Preço = Pvu em R\$	$\frac{P. Custo \times 100}{100 - Perc. Markup}$	137,30	R\$ 1,61
		85,33	
Retorno Sobre Investimento = ROI	$LL/PL * 100$	7,16	%
Prazo Pqto. Investimento = PayBack	$100/ROI$	13,97	ANOS
Margem de Segurança= MS	$Vendas em Q - PE Q$	MS =	R\$ 269.316,51
Capital Investido (Ver inventários)	R\$ 2.122.777,00	70%	Total Investido R\$ 1.485.943,90

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como finalidade destacar a relevância da contabilidade gerencial aplicada ao agronegócio e suas contribuições para o empresário rural. Para isso, realizou-se a coleta de dados do período de julho de 2019 a junho de 2020, identificando assim, a viabilidade econômica da atividade leiteira na propriedade.

Os principais resultados apresentaram os indicadores econômicos da atividade, como inventário patrimonial avaliado em R\$2.065.277,00 com uma depreciação mensal de R\$6.625,89, a venda de 387.968 litros de leite ao preço médio de R\$1,61 e custo médio de R\$1,41 por litro.

A Fazenda Girassol obteve o lucro líquido de R\$106.387,00, que resulta em uma margem de lucratividade líquida de 14,8%. Tendo em vista que a pecuária leiteira utiliza apenas 70% dos investimentos, destaca-se o capital investido de R\$1.485.943,90, a taxa de retorno anual foi de 7,16%, o que significa que este investimento será pago no decorrer de 14 anos.

A partir da análise desenvolvida no presente trabalho, foi possível concluir que comparado à rentabilidade de investimento, como exemplo na poupança, a atividade da pecuária leiteira na Fazenda Girassol seja viável do ponto de vista econômico.

Dentre as limitações da pesquisa, inclui-se a dificuldade na obtenção dos dados essenciais para a análise, devido à falta de uma contabilidade regular. Sugere-se para futuros estudos a aplicação da contabilidade gerencial em outras atividades do agronegócio.

Foi possível concluir que a contabilidade gerencial, aplicada ao agronegócio, contribui de forma relevante no fornecimento de informações para o processo de gestão da empresa rural.

REFERÊNCIAS

CORONADO, Osmar. **Contabilidade gerencial básica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA NA PECUÁRIA DE LEITE: ESTUDO DE CASO NA
FAZENDA GIRASSOL EM PRESIDENTE OLEGÁRIO - MG

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Contabilidade de custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. 8. ed. [2. Reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antonio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural: agrícola, pecuária e imposto de renda**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MORAES, Izaque de. O que é Markup?. **Contábeis**. nov. 2016. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/30248/o-que-e-markup/>. Acesso em: 29 mai. 2020.

NORMAS BRASIL. **Parecer Normativo CST n. 57 de 30/07/1976**. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/parecer-normativo-57-1976_92376.html. Acesso em: 26 mai. 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Administração financeira: uma abordagem global**. São Paulo: Saraiva, 2016.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade de custos: teoria, prática, integração com sistemas de informações (ERP)**. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda., 2013.

REVISTA AGROPECUÁRIA (Brasil). **Potencialidades e desafios da criação de gado de leite no Brasil**. 2020. Disponível em: <http://www.revistaagropecuaria.com.br/2019/07/03/potencialidades-e-desafios-da-criacao-de-gado-de-leite-no-brasil/>. Acesso em: 31 mai. 2020.

RODRIGUES, Thiago Francisco. **Produção de leite no Brasil, a evolução não pode parar**. CNA BRASIL. jun. 2017. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/artigos-tecnicos/artigo-t%C3%A9cnico-produ%C3%A7%C3%A3o-de-leite-no-brasil-a-evolu%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-pode-parar>. Acesso em: 31 mai. 2020.

SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de Custos na Pecuária**. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2009.

SEBRAE NACIONAL. **Cartilha Saiba Mais**: o que é Margem de Contribuição?. jan. 2016. Disponível em: encurtador.com.br/oCEX8. Acesso em: 31 mai. 2020.

STOPATTO, Mauro. **Contabilidade de custos simplificada e interativa**: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2020.

TIBÚRCIO, César. **Retorno sobre o investimento- ROI**. Contabilidade Financeira. mar. 2012. Disponível em: <https://www.contabilidade-financeira.com/2012/03/roi.html>. Acesso em: 29 mai. 2020.

VEIGA, Windsor Espenser; SANTOS, Fernando de Almeida. **Contabilidade de custos**: gestão em serviços, comércio e indústria. São Paulo: Atlas, 2016.

ANÁLISE DO CUSTO X BENEFÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DA OFICINA INTERNA DE CAMINHÕES EM UMA INDÚSTRIA¹

Gustavo José Ferreira²
Gustavo de Magalhães Vieira³

RESUMO: Todo e qualquer investimento necessita de um acompanhamento específico antes, durante e após a implantação, visando um bom retorno para a organização. Com isso, este presente estudo teve como objetivo a análise do custo x benefício da implantação de uma oficina interna em uma indústria de laticínios do Alto Paranaíba, a qual possui frota própria para a coleta da matéria prima e distribuição dos produtos industrializados. A pesquisa se deu através do método descritivo quantitativo, baseado no estudo de caso, a qual foi analisado o valor da construção, implantação e manutenção da oficina interna, incluindo gastos com salários e despesas rotineiras, foi feita também a identificação dos valores pagos com a manutenção feita externamente antes e depois do funcionamento da oficina interna e o cálculo do quilômetro rodado. Após a análise de todos os dados mencionados, será possível tirar uma conclusão fidedigna, podendo assim auxiliar os gestores em uma futura tomada de decisões.

PALAVRAS-CHAVE: Custos, análise de investimento, oficina interna.

ABSTRACT: Any and all investments need specific monitoring before, during and after implementation, aiming at a good return for the organization. Thus, this study aimed to analyze the cost x benefit of implementing an internal workshop in a dairy industry in Alto Paranaíba, which has its own fleet for the collection of raw materials and distribution of industrialized products. The research took place through the quantitative descriptive method, based on the case study, which analyzed the value of the construction, implantation and maintenance of the internal workshop, including expenses with salaries and routine expenses, the identification of the amounts paid with the maintenance carried out externally before and after the operation of the internal workshop and the calculation of the kilometer run. After analyzing all the data mentioned, it will be possible to draw a reliable conclusion, thus being able to assist managers in future decision making.

KEYWORDS: Costs, investment analysis, internal workshop.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade possui um papel muito importante dentro das organizações, pois é responsável por transformar todos os dados coletados nos setores das empresas em informações que serão utilizadas como base nas tomadas de decisões. Nesse contexto, dentre as várias ramificações da ciência contábil, a contabilidade de custos se

¹ Trabalho apresentado na área temática III – Educação e pesquisa em Contabilidade do UNIPAM, em 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: gustavojf@unipam.edu.br.

³ Orientador do trabalho. Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: gustavomv@unipam.edu.br

destaca na mensuração exata dos custos dos produtos industriais, sendo fundamental para elaboração dos orçamentos das organizações (SALOTTI *et al.*, 2019).

Diante da importância da contabilidade de custos e do aumento da competitividade entre as empresas, principalmente, em virtude da globalização, é importante que os gestores tenham um olhar atento para com a mesma. A partir de então será possível verificar constantemente, as possibilidades de reduzir os custos e, em consequência disto, tornar seus produtos mais competitivos no mercado (CREPALDI; CREPALDI, 2018).

Para analisar os custos e possibilidades de reduzi-los, os gestores e contadores do negócio deverão ter um conhecimento aprofundado das terminologias e classificações dos custos. Os investimentos, por exemplo, relacionam-se a uma terminologia muito utilizada na contabilidade de custos, a qual trata do desembolso de determinado valor para aquisição de um bem capaz de gerar receita para a empresa e ou minimizar o seu custo (MARTINS, 2018). Neste sentido faz-se a seguinte pergunta: Seria viável a implantação de uma oficina interna de veículos pesados, em uma indústria de laticínios com frota própria de aproximadamente 185 caminhões que fazem a distribuição dos produtos comercializados?

Buscando responder à pergunta supramencionada, este estudo teve como objetivo geral a análise dos resultados da implantação da oficina interna de caminhões em uma indústria de laticínios. Para cumprir com o objetivo geral, define-se como objetivo específico os atos de analisar o valor gasto com a construção e implantação da oficina de caminhões, identificar os valores pagos externamente com manutenção de veículos antes e depois da implantação da oficina, apresentar os gastos gerados diretamente com a oficina interna, calcular o custo por quilômetro rodado.

Vale ressaltar que o estudo se justifica devido à essencialidade de uma análise precisa de todos os investimentos e custos gerados na execução das atividades de toda e qualquer empresa. Neste sentido, torna-se possível afirmar que tal feito permitirá o aprimoramento contínuo dos vários setores organizacionais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A CONTABILIDADE E SUAS RAMIFICAÇÕES

De acordo com Marion (2018) a contabilidade é o instrumento na qual reúne os dados e registra em forma de relatórios, tornando possível tomar decisões de forma clara e precisa. A contabilidade, como em outras áreas profissionais, é subdividida em ramificações. Dentre as várias ramificações da contabilidade destacam-se a financeira, gerencial e a de custos.

2.2 CARACTERÍSTICAS E TERMINOLOGIAS UTILIZADAS NA CONTABILIDADE DE CUSTOS

Crepaldi e CrepalDI (2018) em concordância com Padoveze (2013) explicam que embora todas as terminologias utilizadas na contabilidade de custos, de forma ampla, tenham o mesmo significado, para que tais conceitos sejam utilizados em âmbito

empresarial, é necessário entender o significado de cada uma delas, visto que afetam diretamente nos resultados das organizações.

Os gastos podem ser subdivididos em três categorias, quais sejam: despesa, investimentos e custos (PADOVEZE, 2013). Veiga e Santos (2016) afirmam que as despesas são gastos utilizados fora do processo produtivo, mas que também visam a obtenção de receita. Estas, podem ser classificadas como administrativas, comerciais, gerais, financeiras, dentre outras. Stopatto (2020) complementa ainda que as despesas podem ser classificadas como fixas ou variáveis. As taxas fixas referem-se, por exemplo, a remuneração do pessoal do administrativo e as variáveis com a comissão dos vendedores, as quais estão diretamente ligadas a quantidade de produtos produzidos e vendidos.

Os investimentos por sua vez tratam de gastos feitos visando benefícios futuros como, por exemplo, a compra de equipamentos para a fábrica. Estes, têm como objetivo principal o aumento da produção (BERNARDI, 2017; MARTINS, 2018). Para a contabilização correta dos investimentos, Dutra (2017) recomenda o entendimento do CPC 28 o qual esclarecerá de forma detalhada como proceder no registro dos mesmos.

Por fim, os custos estão diretamente ligados à área de produção da empresa. São os gastos utilizados na fabricação dos produtos que serão integrados ao valor de venda, ou seja, que serão recuperados quando houver a efetivação da comercialização do bem produzido (RIBEIRO, 2018; PADOVEZE, 2013).

2.3 A CLASSIFICAÇÃO CORRETA DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO

A depender do tipo de custo, este poderá ser classificado em direto ou indireto e em fixo ou variável (CREPALDI; CREPALDI, 2018). Os custos, deverão ser classificados como diretos quando estiverem ligados diretamente aos produtos (WERNKE, 2019).

Diferentemente dos custos diretos, os indiretos são aqueles que necessitam de cálculos e rateios para serem agregados aos produtos. Um exemplo prático disto é o gasto com aluguel da fábrica, pois não é possível saber de forma clara o valor gasto de aluguel por cada um dos produtos produzidos (VICECONTI; NEVES, 2018).

Já com relação aos custos fixos e variáveis, Viceconti e Neves (2013) ressaltam que os custos são classificados como fixos quando não há variação em relação ao volume produzido, ou seja, quando são incorridos independentemente de qualquer variação na produção.

Enquanto os custos fixos independem da quantidade produzida, as variáveis estão ligadas diretamente à variação do volume produzido pela empresa, ou seja, quanto maior for a produção, maior será seu custo variável (DUTRA, 2017).

2.4 MÉTODO DE CUSTEIO VARIÁVEL OU DIRETO

Dutra (2017) define este método como o primeiro a ser realizado pela contabilização dos custos, visto que é utilizado para distribuir os custos diretos a cada produto. Há vantagens e desvantagens na utilização deste método de custeio.

Sobre isso, Saraiva *et al.* (2018) considera como vantagens a facilidade de contabilização dos custos entre os produtos, a possível avaliação mais prudente dos inventários evitando acúmulo de custos fixos na produção e a praticidade na elaboração de orçamentos flexíveis. Já como desvantagens, ressalta que o método não é aceito para exposição de relatórios ao público externo. Explica ainda que neste método há também a dificuldade de distinção entre os custos fixos e variáveis, o que o torna bastante limitado.

2.5 MÉTODO DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO

De acordo com Bruni (2018), o método de custeio por absorção possui esse nome devido a abrangência de todos os custos gastos na fabricação do produto, independentemente, se custos diretos, indiretos, fixos ou variáveis.

Stopatto (2020) alerta que tal método não é totalmente fidedigno com a sua apuração, visto que os custos fixos e indiretos são contabilizados por meio de rateio. O autor salienta que há sempre discussões dentro das empresas quando é decidido os critérios de rateio, visto que poderá beneficiar algum produto que estava com o resultado meio defasado ou vice-versa. A decisão dos critérios é totalmente da empresa, porém este não deverá ser alterado aleatoriamente, pois fere os princípios da uniformidade.

2.6 CUSTEIO ABC

Existe ainda o método de custeio derivado do termo *Activity Based Costing* (Custeio Baseado em Atividades – em português), comumente conhecido por método de custeio ABC. Este, surgiu na década de 80 nos Estados Unidos e tem como objetivo aproximar mais ainda a mensuração dos custos reais dos produtos produzidos. Todavia, por se tratar de um método que utiliza o rateio de acordo com a atividade levaria um alto custo para ser implantado, devido a necessidade de treinamento de profissionais altamente qualificados para fazer tal avaliação, tendo em vista a importância do custeio dentro dos resultados da empresa (YANASE, 2018).

O custeio ABC, da mesma forma que o por absorção, é utilizado para ratear os custos indiretos gerados. Partindo desta premissa, Silva e Lins (2017) reforça a importância de adotar um método de custeio que seja fidedigno com o real custo utilizado nos produtos. O método ABC parte da ideia que todo produto fabricado é oriundo de alguma atividade. Estes são os reais responsáveis pelos custos. Os processos de compra, cobrança, fabricação e preparação, por exemplo, são atividades consumidas dentro das empresas.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como sendo do tipo descritivo, pois teve como objetivo descrever os resultados da implantação de uma oficina interna de caminhões em uma indústria de laticínios. Para Silva e Menezes (2005), a pesquisa descritiva é aquela que procura descrever as características do objeto estudado, utilizando de

questionários e observações sistêmicas para coletar os dados, assumindo, de maneira geral, a forma de levantamento de informações.

Este relatório de estágio utilizou a abordagem quantitativa, visto que utilizará números e ferramentas estatísticas (gráficos e tabelas). Sobre isso, Pereira (2019 p. 88) destaca que a abordagem quantitativa é o estudo mensurado numericamente, ou seja, que pode ser traduzido em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Já quanto ao método utilizado, tratou-se do estudo de caso, o qual refere-se ao estudo aprofundado de um ou mais casos, procurando explorar situações reais cujos limites não estão claramente definidos. Visando a formulação de hipóteses ou teorias, o estudo de caso pode auxiliar os gestores na tomada de decisões (GIL, 2018).

A unidade de análise e os sujeitos da pesquisa foram os mesmos. Trataram de uma indústria de laticínios localizada na região do Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais, a qual investiu recentemente na implantação de uma oficina interna de veículos pesados. Ressalta-se ainda que a empresa mencionada possui frota própria de caminhões e é responsável pela entrega dos seus produtos vendidos.

Com intuito de realizar a coleta de dados de forma satisfatória, foram realizados, durante o mês de julho de 2020, encontros com os gestores da empresa no intuito de explicar os objetivos do estudo. Em seguida, após o aceite iniciaram as análises dos relatórios e documentos relacionados aos custos dos veículos e da manutenção da oficina de caminhões. Também foram desenvolvidos: relação do fluxo de entrada e saída dos produtos do almoxarifado, relatórios de abastecimentos para encontrar a quilometragem rodada, análises dos documentos dos veículos, dentre outras informações necessárias.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico são apresentados os resultados obtidos através da coleta dos dados mencionados anteriormente. A empresa estudada não autorizou a divulgação do seu nome, todavia será abordada como Laticínios X, a qual está situada no interior de Minas Gerais e é especializada na coleta, industrialização e distribuição de produtos derivados do leite, como por exemplo, o leite integral, o creme de leite, o leite condensado, dentre outros.

Em termos contábeis, a empresa é praticante do Lucro Real, visto que a receita auferida é maior que o limite legal dos outros tipos de tributação. Os custos e despesas são apurados através de lançamentos em centros de custos específicos, em que cada setor, departamento, produto e ou veículo possui o seu, podendo haver ramificações. Bernardi (2017) conceitua os centros de custos como sendo unidades que possuem a finalidade de acumular custos e despesas.

As construções do ponto de abastecimento e a oficina interna se iniciaram em 2017, finalizando em março e junho de 2018. A contabilidade decidiu alocar os dois investimentos em um único centro de custo, que é utilizado até o presente momento para toda e qualquer apropriação de custos e despesas. As construções foram contabilizadas no valor total de R\$851.448,50, todavia, em consulta ao orçamento enviado pela engenharia, ficou constatado que a oficina apresenta cerca de 49,59% do valor total, percentual que será utilizado também na contabilização da depreciação.

Tendo em vista que existem equipamentos considerados imobilizados que são utilizados na oficina, pode-se observar o quadro 1, o qual demonstra estes itens. Todavia, alguns produtos já haviam sido adquiridos antes mesmo da implantação, porém estavam alocados em outros setores. Com isso, foi iniciada a depreciação em junho, mês em que as atividades foram iniciadas.

Quadro 1: Imobilizado

Item	2018		2019	
	Valor	Depreciação	Valor	Depreciação
Ponto de abastecimento e lubrificação	R\$ 422.233,31	R\$ 1.407,44	R\$ 422.233,31	R\$ 8.444,66
Ferramentas	R\$ 4.557,38	R\$ 21,14	R\$ 26.800,23	R\$ 2.578,80
Tanques de Lubrificantes	R\$ 23.190,18	R\$ 1.254,50	R\$ 23.830,08	R\$ 2.243,94
Departamento administrativo	R\$ 13.908,88	R\$ 1.192,77	R\$ 13.908,88	R\$ 2.222,48
Câmeras de segurança e software	R\$ 5.741,25	R\$ 360,99	R\$ 5.741,25	R\$ 886,68
Valor Total	R\$ 469.631,00	R\$ 4.236,84	R\$ 492.513,75	R\$ 16.376,55

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Ao analisar o quadro 1, torna-se possível averiguar que o investimento é tido de alto risco, visto que o montante gasto para sua inicialização é elevado. Além disso, foi possível observar que muitas ferramentas foram adquiridas em 2019, gerando um aumento considerável no custo com depreciação, a qual passou de R\$21,14 para R\$2.578,80.

A oficina é composta por 1 (um) mecânico especializado em serviços gerais, 2 (dois) especializados em revisões, 1 (um) eletricista e 2 (dois) funcionários relacionados a parte administrativa, os quais têm a função de emitir ordens de serviços, requisitar produtos no almoxarifado e enviar pedidos de compra de peças para o setor de compras efetuar cotações e aquisições, todavia, estes últimos não fazem serviços apenas para a oficina. Sendo assim, não entraram no cálculo de custo deste estudo.

Ainda que a oficina tenha iniciado suas atividades em 2018, vale ressaltar que em 2015, já haviam produtos armazenados em estoque, como, por exemplo, pneus e lâmpadas. Em 2016 e 2017 o estoque expandiu em relação a diversidade das lâmpadas. Em 2018 e 2019 foram feitas aquisições de óleos, filtros, correias, baterias e uma variedade de peças elétricas. O quadro 2 demonstra a despesa com os produtos do almoxarifado entre os anos de 2015 e 2019.

Quadro 2: Despesa com almoxarifado

Produtos	2015	2016	2017	2018	2019
Pneus	R\$ 348.981,69	R\$589.920,40	R\$ 700.343,79	R\$ 781.681,93	R\$ 802.279,61
Filtros, librificantes e correias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 97.595,11	R\$ 331.929,76
Elétricos	R\$ 4.462,84	R\$ 9.700,36	R\$ 20.877,16	R\$ 20.880,77	R\$ 34.852,87
Outros itens de consumo	R\$ 7.979,28	R\$ 7.630,16	R\$ 5.660,62	R\$ 16.111,70	R\$ 17.530,98
Total	R\$ 361.423,81	R\$ 607.250,92	R\$ 726.881,57	R\$ 916.269,51	R\$ 1.186.593,22

ANÁLISE DO CUSTO X BENEFÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DA OFICINA INTERNA DE CAMINHÕES EM UMA INDÚSTRIA

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Ao analisar o quadro 2 verifica-se que os gastos com pneus sempre foram os mais elevados. Nesse sentido, é possível perceber que o impacto gerado pelas revisões feitas em 2018 e 2019 com a troca de lubrificantes, filtros e correias, correspondem a 27,97% do custo geral de 2019. Isto indica que as revisões deixaram de ser feitas externamente, ou seja, foram realizadas internamente. Os dados expostos no quadro anterior foram retirados com base nas entradas e saídas dos produtos no sistema do almoxarifado, sendo considerado apenas as saídas para a manutenção dos veículos, excluindo quaisquer gastos para outros setores.

Também é necessário considerar as compras de consumo direto que foram contabilizadas no centro de custo da oficina e as despesas com salários e encargos dos funcionários que ali atuavam. O quadro 3 demonstra os custos mencionados.

Quadro 3: Despesas gerais da oficina interna

Custos	2015	2016	2017	2018	2019
Salários e encargos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 37.887,51	R\$ 81.236,99
Consumo direto	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 13.510,43	R\$ 12.210,65
Total	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 51.397,94	R\$ 93.447,64

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Ao observar o quadro 3 torna-se possível identificar que o valor desembolsado com salários e encargos não é tão elevado, visto que são 6 funcionários atuando de segunda a sábado de forma direta. Os itens de consumo direto não têm tamanha significância, comparado ao restante dos custos, principalmente em 2019, o qual representa apenas 13,07% das despesas gerais da oficina interna. As informações de salários e encargos foram extraídas pelo departamento de RH da empresa, sendo confidencial a divulgação do valor gasto com cada um dos funcionários. Já as despesas de consumo direto foram retiradas através do documento de entrada e analisadas de acordo com a finalidade, ou seja, se foi para o posto de combustível ou oficina de veículos, visto que são lançadas no mesmo centro de custos.

Com as informações expostas acima, foi finalizada a análise dos custos gerados internamente. A partir de então passou-se a analisar os valores pagos em manutenções de oficinas externas, sendo incluídos oficinas especializadas em pneus, parte elétrica, lanternagem e pintura, molas, injeção, torneamento, retífica, dentre outras. Todavia, antes de analisar os custos, foi necessário conhecer o perfil da frota conforme demonstrado no quadro 4.

As informações transcritas no quadro 4 foram retiradas dos cadastros dos veículos no sistema utilizado pela empresa. A partir de então calculou-se uma média em relação ao ano de fabricação e anos de uso. Com isso, foi possível perceber que em 2015 o tempo de uso dos veículos era curto e que foram adquiridos novos Trucks em 2016 e vendidos outros nos anos seguintes. Percebe-se também que a empresa investiu na compra de juletas, que são especializadas na captação de leite in natura nas fazendas da região, aumentando, com isso, a média de ano de fabricação deste modelo.

Quadro 4: Perfil da frota

2015			
Modelo	Ano fabricação	Quantidade	Anos de Uso
Truck	2011	160	3
Cavalo	2012	23	3
Reboque	2012	17	2
Julieta	2013	26	2
Total		226	

2016			
Modelo	Ano fabricação	Quantidade	Anos de Uso
Truck	2011	166	4
Cavalo	2012	23	4
Reboque	2012	17	3
Julieta	2013	26	3
Total		232	

2017			
Modelo	Ano fabricação	Quantidade	Anos de Uso
Truck	2011	165	5
Cavalo	2012	23	5
Reboque	2012	17	4
Julieta	2013	26	4
Total		231	

2018			
Modelo	Ano fabricação	Quantidade	Anos de Uso
Truck	2011	166	6
Cavalo	2012	23	6
Reboque	2012	17	5
Julieta	2014	29	4
Total		235	

2019			
Modelo	Ano fabricação	Quantidade	Anos de Uso
Truck	2011	163	7
Cavalo	2012	22	6
Reboque	2012	17	6
Julieta	2014	30	5
Total		232	

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

As informações apresentadas no quadro 4 são de suma importância na análise das despesas de manutenção dos veículos, visto que conforme vai se passando o tempo, os problemas técnicos tendem a aumentar. No quadro é possível constatar que em 2019 havia 163 trucks com média de 7 anos de uso, 22 cavalos e 17 reboques com 6 anos de utilização e 30 juletas com 5 anos de uso. Com isso, serviços como revisão de motor, caixa de câmbio, diferencial e embreagem são cada vez mais constantes e possuem um custo bastante elevado, quando comparado com os outros serviços.

Embora a oficina interna tenha sido implantada, alguns serviços ainda continuam sendo feitos externamente, principalmente, os que gastam mais tempo, como, por exemplo, revisões de roda, serviços no ar condicionado, de lanternagem e pintura, alinhamento e balanceamento e ressolagem de pneus, onde são necessários equipamentos específicos e mão de obra especializada.

O quadro 5 tem a função de demonstrar os gastos com manutenção externa de 2015 a 2019, sendo subdividido por peças e serviços. Foi elaborado com base nos documentos de entrada, os quais foram lançados nos centros de custos dos veículos, excluindo combustíveis e outras despesas não relacionadas à manutenção.

ANÁLISE DO CUSTO X BENEFÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DA OFICINA INTERNA
DE CAMINHÕES EM UMA INDÚSTRIA

Quadro 5: Gastos com manutenção externa

	2015	2016	2017	2018	2019
Peças	R\$ 2.116.983,53	R\$ 2.269.597,46	R\$ 2.389.472,34	R\$ 3.083.813,24	R\$ 2.528.875,38
Serviços	R\$ 1.726.153,40	R\$ 1.907.495,79	R\$ 1.912.066,92	R\$ 2.150.899,71	R\$ 2.077.780,79
Total	R\$ 3.843.136,93	R\$ 4.177.093,25	R\$ 4.301.539,26	R\$ 5.234.712,95	R\$ 4.606.656,17

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Pode-se observar no quadro 5 um aumento constante nos gastos com peças, apresentando uma queda significativa de 21,94% em 2019 em relação a 2018. Todavia, comparado com dos dados de 2015, percebe-se que houve um aumento de R\$ 411.891,85, ou seja, 19,46%.

O mesmo acontece com os serviços. Nestes constatou-se uma diminuição em 2019 de R\$ 73.118,92 quando comparado com os valores de 2018 e um aumento de R\$ 351.627,39 (20,37%) de 2017 para 2018. Isto se justifica em virtude do aumento do tempo de utilização dos veículos, que como mencionado anteriormente, a cada período que passa, os custos deles se alteram para mais. Outro fator que implica diretamente no aumento dos preços é a alta do dólar, que desde 2015 vem aumentando constantemente, o que implica na aquisição de peças a valores superiores, visto que boa parte delas são importadas.

Outro indicador que também é muito importante na análise do custo dos veículos é a quilometragem rodada, a qual implica diretamente nas despesas com pneus e revisões. O quadro 6 demonstra a quilometragem rodada no intervalo pesquisado.

Quadro 6: Quilometragem percorrida

	2015	2016	2017	2018	2019
KM Rodado	11.794.619	10.764.580	11.751.339	11.679.582	12.301.813
Variação	-	-8,73%	9,17%	-0,61%	5,33%

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O quadro 6 foi elaborado de acordo com a quilometragem rodada verificada em cada um dos abastecimentos. Neste, percebeu-se uma variação positiva de R\$ 507.194,00 – de 2015 para 2019 – a qual afeta diretamente no custo da manutenção, visto que quanto maior a quilometragem percorrida, maior é a probabilidade de os veículos apresentarem defeitos mecânicos e elétricos.

Após a análise do quadro 6, o levantamento dos custos totais de manutenção com a oficina interna, almoxarifado e a manutenção externa foram encerrados. No quadro 7 é possível tomar ciência do resumo do saldo final das contas apresentadas anteriormente.

Quadro 7: Custos totais

	2015	2016	2017	2018	2019
Peças	2.116.983,53	2.269.597,46	2.389.472,34	3.083.813,24	2.528.875,38
Serviços	1.726.153,40	1.907.495,79	1.912.066,92	2.150.899,71	2.077.780,79
Almoxarifado	361.423,81	607.250,92	726.881,57	916.269,51	1.186.593,22
Salários e encargos	0,00	0,00	0,00	37.887,51	81.236,99
Depreciação	0,00	0,00	0,00	4.236,84	16.376,55
Cons. Direto	0,00	0,00	0,00	13.510,43	12.210,65

Custo Total	4.204.560,74	4.784.344,17	5.028.420,83	6.206.617,24	5.903.073,58
KM Rodado	11.794.619	10.764.580	11.751.339	11.679.582	12.301.813
Custo / KM	0,36	0,44	0,43	0,53	0,48

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Com a análise do quadro 7, torna-se possível observar a redução de R\$0,05 do custo por KM rodado em 2019, comparando-o com o de 2018. Apesar da redução ressalta-se que esse custo continuou elevado em relação ao período em que não havia oficina interna na empresa.

Percebeu-se ainda, um aumento do custo total em R\$ 1.698.512,84 (40,4%). Tal aumento aconteceu, principalmente, em virtude da ampliação do saldo do almoxarifado, o qual contempla um crescimento de 228,31% (R\$ 825.169,41), quando comparado com o período inicial de avaliação. Todavia, conforme dito anteriormente, houve um acréscimo significativo na quilometragem rodada, a qual implica diretamente nos custos de manutenção e pneus. Estes compreenderam 67,61% da movimentação total do almoxarifado em 2019, conforme observado no quadro 9.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo a análise dos resultados da implantação da oficina interna de caminhões em uma indústria de laticínios. Cabe ressaltar, porém, que mesmo após as análises realizadas não foi possível ter uma conclusão fidedigna sobre o resultado a curto prazo do investimento realizado. Isso, pois existem vários fatores que afetam diretamente no resultado da pesquisa, como, por exemplo, o aumento dos preços das peças e serviços ao longo do tempo e o envelhecimento da frota, a qual contribuiu diretamente para que houvesse aumento no volume de caminhões em manutenção. Contudo, a disponibilidade de possuir mecânicos capazes de solucionar problemas dentro da própria empresa, sem a necessidade de recorrer a oficinas externas também tem que ser levado em conta na tomada de decisões, visto que é poupado tempo e combustível para deslocar até as mesmas que também não seriam capazes de oferecer um serviço exclusivo.

Sendo assim, recomenda-se aos gestores analisar a melhor forma para que o investimento gere resultados econômicos para a empresa, como, por exemplo, ampliar o quadro de funcionários ligados diretamente a oficina interna, visando diminuir cada vez mais a demanda de serviços externos, visto que foi um investimento com um valor bastante elevado, e que pode ser mais aproveitado pela empresa.

Este estudo contribuiu para com a empresa estudada ao apresentar um parecer relacionado ao investimento feito com a implantação da oficina interna. Através dele, os gestores poderão refletir sobre o assunto e ou até tomar decisões significativas.

Como sugestões para novos estudos sugere-se a elaboração de um estudo relacionado aos custos da oficina a longo prazo. Isso, pois acredita-se que a projeção a longo prazo dos custos e despesas advindos da utilização da frota, possibilitaria afirmar com maior fidedignidade se a oficina de fato proporciona benefícios à organização.

Dentre as dificuldades do estudo destaca-se a limitação de documentos, relatórios de entrada e saída de produtos, abastecimentos, dentre outros.

REFERÊNCIAS

- BERNADI, Luiz Antônio. **Formação de preço: estratégias, custos e resultados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- BRUNI, Adriano Leal. **A administração de custos, preços e lucros**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade de custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- DUTRA, René Gomes. **Custos: uma abordagem prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade de custos: teoria, prática, introdução com sistemas de informação (erp)**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- SALOTTI, Bruno Meirelles. *et al.* **Contabilidade financeira**. São Paulo: Atlas, 2019.
- SARAIVA, Adélio. *et al.* **Contabilidade de gestão: cálculo de custos e valorização de inventário**. São Paulo: Almedina, 2018.
- SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: Ufsc, 2005.
- SILVA, Raimundo Nonato Sousa; LINS, Luiz dos Santos. **Gestão de custos: contabilidade, controle e análise**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- STOPATTO, Mauro. **Contabilidade de custos simplificada e alternativa: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Atlas, 2020.
- VEIGA, Windsor Espenser; SANTOS, Fernando de Almeida. **Contabilidade de custos: gestão em serviços, comércio e indústria**. São Paulo: Atlas, 2016.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos**: um enfoque direto e objetivo. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

WERNKE, Rodney. **Análise de custos e preços de venda**: ênfase em aplicações e casos nacionais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

YANASE, João. **Custos e formação de preços**: importante ferramenta para tomada de decisões. São Paulo: Trevisan Editora, 2018.

ANÁLISE DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO: ESTUDO DE CASO UTILIZANDO O MÉTODO NPS – *NET PROMOTER SCORE* NO SICOOB DE VARJÃO DE MINAS - MG¹

Rafaela Vieira de Faria²
Marcílio Geraldo Mendes³

RESUMO: Com a modernização do mercado, as empresas se vêem na obrigação de dar atenção redobrada aos clientes, que estão cada vez mais exigentes, pois, a cada dia aparecem novas tecnologias e novos tipos de produtos e serviços. Em função disso, conhecer estratégias que garantem a manutenção e a lealdade dos clientes se tornam cada vez mais necessárias. Este trabalho aborda a estratégia de retenção de clientes por meio de uma pesquisa, com o intuito de descobrir a percepção dos clientes de uma cooperativa bancária na região do Alto Paranaíba. Assim, o presente trabalho visou encontrar três tipos de clientes, com apenas uma pergunta; os promotores, aqueles que são fiéis à empresa e fazem questão de indicá-la aos amigos; o passivo, aqueles clientes satisfeitos, mas pouco entusiasmados, que podem ser facilmente seduzidos pelo concorrente e os detratores que são os clientes infelizes que se encontram presos a uma relação ruim. Com esse propósito, o resultado de 268 pessoas que responderam a esta pesquisa, foi de 79% de clientes considerados promotores, 14% de clientes considerados passivos, e 7% de detratores, chegando assim, ao escore de 100%.

PALAVRAS-CHAVE: Passivos, detratores, promotores, NPS, cooperativa.

ABSTRACT: With the modernization of the market, companies are under an obligation to give extra attention to customers, who are increasingly demanding, as new technologies and new types of products and services appear every day. As a result, knowing strategies that ensure the maintenance and loyalty of customers is increasingly necessary. This work addresses the strategy of customer retention through a survey, in order to discover the perception of customers of a banking cooperative in the Alto Paranaíba region. Thus, the present work aimed to find three types of customers, with just one question; the promoters, those who are loyal to the company and make a point of referring it to friends; the passive, those satisfied but not enthusiastic customers, who can be easily seduced by the competitor and the detractors who are the unhappy customers who are trapped in a bad relationship. With this purpose, the result of 268 surveys, 79% of customers were considered promoters, 14% of customers considered passive, and 7% detractors, thus reaching a score of 100%.

KEYWORDS: Liabilities, detractors, promoters, NPS, cooperative.

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: rafaela@unipam.edu.br.

³ Orientador do trabalho: Marcílio Geraldo Mendes – curso de ciências contábeis do UNIPAM. E-mail: marcilio@unipam.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A satisfação é um dos índices mais importantes para uma empresa, com ele é possível identificar o quanto a empresa atende bem o cliente, seja por meio de seus produtos ou até mesmo do seu atendimento. O nível de satisfação do cliente é necessário para diversos fins, um deles é identificar o número de clientes que voltariam a comprar ou até mesmo a indicar a instituições para outras pessoas.

Por meio da satisfação de clientes o presente estudo tem como objetivo identificar o nível de satisfação dos Associados do SICOOB Credipatos – Varjão de Minas, a fim de que seja possível identificar maneiras para melhorar o atendimento da agência e identificar os pontos de possíveis falhas nesse quesito.

O método utilizado para conhecer este nível de satisfação será o NPS – *Net Promoter Score*, reconhecido mundialmente, principalmente por apresentar respostas precisas, e de fácil entendimento para os entrevistados.

O objeto de estudo, onde foi realizada a pesquisa de satisfação é a Cooperativa de Crédito do Alto Paranaíba e Região Ltda. – SICOOB CREDIPATOS, que foi fundada em 09/05/1988, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e integrante da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. (SICOOB, 2019).

No estudo foi realizada uma pesquisa de satisfação, medido pelo índice NPS, para que seja possível identificar pontos positivos e negativos em relação ao atendimento no posto de atendimento VARJÃO DE MINAS, a pesquisa será realizada no período de agosto de 2020 a setembro de 2020.

Com a globalização e transformação digital, cada vez mais foi permitido para os consumidores acesso a vários produtos e serviços, das mais variadas opções, e ainda mais fácil para que os mesmos possam fazer pesquisas sobre as empresas e prestadores de serviços, facilitando a comparação entre os concorrentes e analisar as avaliações sobre as mesmas feitas por demais pessoas. (SEBRAE, 2015).

2 CONTABILIDADE DE INSTITUIÇÕES COOPERATIVAS

Dentro da contabilidade de instituições cooperativas uma das especificidades a se atentar na escrituração é no emprego da terminologia contábil específica para as execuções vistos como “Atos Cooperados” e operações consideradas “Atos Não Cooperados”, em situações que elas representem algum tipo de ganho econômico. As operações econômico-financeiras, que seja conseqüente de ato cooperado, deve imprescindivelmente estar descrito no estatuto social. A partir de um resultado econômico são denominadas Sobras ou Perdas aquelas realizados de operações consideradas, de atos cooperados. (NBC T 10.8-IT-01, 2005).

Diante disso as operações onde se decorre de atos não cooperados, devem ser exemplificadas como receitas, custos e despesas, e os mesmos devem ser contabilizados separadamente dos atos cooperativos, e se for obtido algum resultado econômico a partir de atos não cooperados elas devem ser contabilizadas como Lucros ou Prejuízos. (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2010).

ANÁLISE DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO: ESTUDO DE CASO UTILIZANDO O MÉTODO NPS – NET PROMOTER SCORE NO SICOOB DE VARJÃO DE MINAS - MG

Se durante o exercício contábil houver sobras, estas deverão ser divididas entre os associados, conforme sua participação em produção de bens ou serviços entregues ou realizados, salvo pela deliberação de forma contrária definida pelos associados na Assembleia Geral. (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2010).

Diante do exposto os resultados observados em operações consideradas de Atos Não Cooperados, lucros ou prejuízos, definidos em cada exercício social, não vão ser deliberados pelos associados, e sim, se houver lucros, o valor é contabilizado ao fundo legal, denominado de Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). E se ao contrário houver um resultado negativo em relação consequente de atos não cooperados, o valor será contabilizado na Reserva Legal, se a mesma não suportar todo o prejuízo encontrado, o valor remanescente deve ser rateado entre os associados. (NBC T 10.8-IT-01, 2005).

Outra particularidade desenvolvida na escrituração contábil dessas sociedades está no capital social, que é construído por cotas partes, estas devem ser descritas de forma individualizada, pois se trata de sociedade de pessoas, nelas a conta capital social é movimentada constantemente de acordo com a admissão de novos cooperados que entram como sócios integralizando quotas conforme valores descritos no estatuto social. E a mesma pode ser movimentada por novas inclusões dos cooperados já existentes na cooperativa, mediante retenção de produção ou serviços, ou ainda pela capitalização das sobras encontradas no exercício anterior. Ela também pode ser movimentada conforme saída do associado perante demissão ou exclusão. (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2010).

3 COOPERATIVAS

Cooperativa de acordo com SEBRAE (2017), é uma organização formada por um determinado conjunto econômico ou social, que tem como finalidade desempenhar determinada atividade com objetivo o bem comum, elas têm como premissas: identidade de propósitos e interesses; ação conjunta para contribuição e serviços; alcance de determinado resultado útil e solidário a todos.

O Cooperativismo tem origem nos meios populares, segundo Abrantes (2004), significa trabalhar de forma unida e em conjunto, mas pode ser considerado como mutualismo onde é necessária a contribuição de todos para que juntos alcancem os benefícios individuais de cada colaborador. Está presente na natureza em várias formas de mutualismo, das formigas, das abelhas e até mesmo envolvendo mais de uma espécie, ou seja, este modelo de função não foi elaborado pelos seres humanos. Dessa forma, é possível conceituar que o cooperativismo tem início antes mesmo dos humanos se juntarem para desenvolver suas atividades com visão o bem comum do grupo.

Os primeiros princípios que regem o cooperativismo e estão presentes nos dias de hoje foram constituídos em 1844, os mesmos foram revistos conforme o passar dos anos e transformações tanto econômicas quanto sociais ao redor do mundo. (COUTO, 2016).

Segundo o sistema OCEMG (2018), os princípios cooperativistas são as direções guias para as quais as cooperativas coloquem seus valores na prática. Dentre eles podemos listar os principais:

1º - Adesão Voluntária e Livre, onde elas são voluntárias e abertas para as pessoas que têm aptidão em utilizar seus serviços e responsabilizar como cooperados.

2º - Gestão Democrática pelos Cooperados, elas têm como princípio ser controladas por seus membros que atuam efetivamente na formação das suas políticas e colaborem na tomada de decisões.

3º - Participação Econômica dos Cooperados, os mesmos auxiliam igualmente para o capital das suas cooperativas, e influenciam democraticamente as decisões. E eles são normalmente remunerados como condição de sua adesão.

4º - Autonomia e Independência, este princípio se dá em questão de que for realizado algum acordo com outras organizações sejam elas públicas ou não, ou utilizarem capital externo, elas devem assegurar o controle democrático por seus cooperados retendo a autonomia da cooperativa.

5º - Educação, Formação e Informação, elas contribuem firmemente a educação e a formação dos seus colaboradores e membros e tem como objetivo informar ao seu público e principalmente os jovens, sobre os benefícios e importância da cooperação.

O cooperativismo permite a união de recursos sociais, capital financeiro e recursos humanos, garantindo o aumento do resultado multiplicador das aplicações efetuadas, garantindo a cada sócio chance de poder gerir seus recursos financeiros tendo a oportunidade de viabilizá-los para os proveitos dos recursos humanos e recursos naturais, assim gerando grande possibilidade de diminuir os riscos que são inerentes às operações financeiras, tendo como responsável pela análise de viabilidade das propostas a própria comunidade e conseqüentemente a análise da viabilidade do empreendimento e conseqüentemente sua permissão.

Com o seu surgimento foi possível a união de diversas seções que são ligadas ao movimento, o econômico se resalta pelos efeitos envolvidos aos vários processos que foram adaptados que antes não eram possíveis devido à falta de conhecimento e orientação dos responsáveis por este novo formato de associação. (COUTO,2016).

Para Araújo (2011), o cooperativismo procura o bem-estar social, para com isso as pessoas possam ser promovidas e autodesenvolvidas, para que se tornem pessoas mais conscientes e seja instrumento para impulsionar a melhoria de vida dos cooperados e da comunidade, atuando como uma eficiente ferramenta de inclusão social perante dificuldades e debilitação de trabalho.

Conforme exposto, elas são uma junção de pessoas que se integram voluntariamente, e fazem suas movimentações através delas, estes associados-sócios, são os donos da cooperativa junto uns com os outros. Elas não visam o lucro, por esse motivo seus produtos e serviços, na maioria das vezes, têm preços mais acessíveis e competitivos do que bancos tradicionais. (SEBRAE, 2017).

Seus cooperados contribuem igualmente para o capital das suas cooperativas, onde o controlam de forma democrática e parte desse capital é propriedade comum da cooperativa para que seja usado para alcançar o objetivo em comum, o desenvolvimento de suas cooperativas. (COUTO, 2016).

Elas são organizações que não possuem fins lucrativos, e não são sujeitas a falência e tem como objetivo dar melhores condições para que seus sócios e colaboradores trabalhem e consigam sua renda elas não possuem repartição de lucros, mas, se ao longo de sua atividade durante o exercício contábil (janeiro a dezembro) ela

ANÁLISE DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO:
ESTUDO DE CASO UTILIZANDO O MÉTODO NPS – NET PROMOTER SCORE NO
SICOOB DE VARJÃO DE MINAS - MG

tenha saldo positivo e suficiente para dividir entre os associados, será denominado sobras e as mesmas são distribuídas conforme participação na cooperativa. (COUTO, 2016).

Elas são democráticas e sua gestão é de responsabilidade dos seus membros, que tem como função participarem efetivamente na elaboração de suas políticas e participarem das tomadas de decisões, cada cooperado tem direito a um voto, por este motivo são entendidas como uma organização democrática. (COUTO, 2016).

4 NET PROMOTER SCORE – NPS

Para que seja possível calcular o índice NPS, os entrevistados são divididos em três grupos, tendo como base suas respostas, os três grupos são os promotores, neutros e detratores. (REICHHELD, 2011).

Aquelas pessoas que têm notas 9 ou 10 podem ser considerados promotores, pois são pessoas que demonstram gostar da empresa e querem manter relação com ela. Os que colocarem notas 7 e 8 são considerados neutros, pois não ajudam nem atrapalham na divulgação da marca. E aqueles que consideram notas entre 0 a 6, podem ser chamados como detratores, pois provavelmente não tiveram uma experiência muito agradável e acabam de certa forma atrapalhando a imagem da empresa. (REICHHELD, 2011).

Desta forma quando se conhece os números de promotores, neutros e detratores são possíveis identificar o indicador NPS, a fórmula utilizada não é complicada o que facilita na hora que a organização vai calcular, ela é desenvolvida por:

$$\frac{(\text{N. DE PROMOTORES} - \text{N. DE DETRATORES})}{\text{N. TOTAL DE ENTREVISTADOS}}$$

Para que a pesquisa seja considerada confiável, primeiro devem encontrar o cálculo amostral necessário para que os entrevistados representem a maioria dos clientes. Um conjunto de elementos, retirados de um todo, desde que este conjunto não esteja vazio é considerado como amostra. A amostragem é uma técnica eficaz para recolher a amostra, o mesmo garante que o acaso na escolha. Deste modo todos os elementos do conjunto têm a mesma possibilidade de ser selecionado, garantindo assim um caráter representativo da amostra. (CRESPO, 2009).

O processo de amostragem depende de técnicas de escolha entre todos os membros da população de maneira que apenas aquela amostra calculada permita concluir sobre toda a população analisada, para que se possa identificar a amostra correta e confiável é necessário descrever alguns conceitos para que seja possível o cálculo da amostra. (CRESPO, 2009).

5 METODOLOGIA

A metodologia adotada para a realização da pesquisa foi o Net Promoter Score, ou NPS, é uma estrutura metodológica que foi desenvolvida por Fred Reichheld nos EUA, foi divulgado em um artigo da “Harvard Business Review” em 2003 (Revista da

Universidade de Harvard – EUA), que tem como finalidade de efetuar a estimação do grau de fidelidade dos Consumidores de seja qual for o tipo de empresa. Ele é muito utilizado devido a sua ampla simplicidade, agilidade e confiabilidade da metodologia. (DUARTE, 2018).

E para Gil (2008), ela é executada por meio de matérias e documentos já dispostos, principalmente constituídos por livros e artigos científicos e parte da pesquisa exploratória pode ser exposta como pesquisas bibliográficas.

No que se refere ao formato a qual foi realizada a análise dos componentes, foi feito um estudo quantitativo, que conforme Gil (2008) é conceituado pela interrogação direta das pessoas onde o objetivo foi conhecer o comportamento das mesmas, ou seja, submetidos a disponibilizar os dados a determinado grupo de pessoas a respeito do problema pesquisado a fim do mesmo ser submetido a análise quantitativa, e alcançar as devidas conclusões referentes aos dados coletados.

Para Gil (2008), as ciências sociais pressupõem que os fatos humanos são correlativos aos encontrados sobre a natureza, verificado sem ideais pré-concebidos e são expostos a experimentações, evidente em formas quantitativas e definidos conforme leis gerais.

O principal recurso metodológico utilizado para desenvolver este estudo foi a pesquisa bibliográfica, que é aquela realizada por meio dos registros liberados, em outras pesquisas realizadas anteriormente, em documentos impressos como artigos, teses, livros, revistas, etc. Por meio destas, são utilizados os dados ou categorias teóricas que foram acertadamente registrados.

Para que seja cumprido o objetivo geral do estudo, com o intuito de avaliar o nível de satisfação dos associados, foi desenvolvido um questionário com as seguintes questões: “Qual o seu nível de satisfação em relação aos serviços prestados pelo atendimento da agência” e “Qual o seu nível de satisfação em relação aos produtos oferecidos pelo atendimento da agência”, sendo que os entrevistados responderam em uma escala de 0 a 10 e justificaram sua resposta, para que dessa maneira fosse possível alcançar os resultados pretendidos. E por fim, os estudos realizados na pesquisa foram necessários para analisar o nível de satisfação dos associados da agência SICOOB CREDIPATOS – VARJÃO DE MINAS sentem em relação ao atendimento realizado na mesma, através do método NPS – Net Promoter Score.

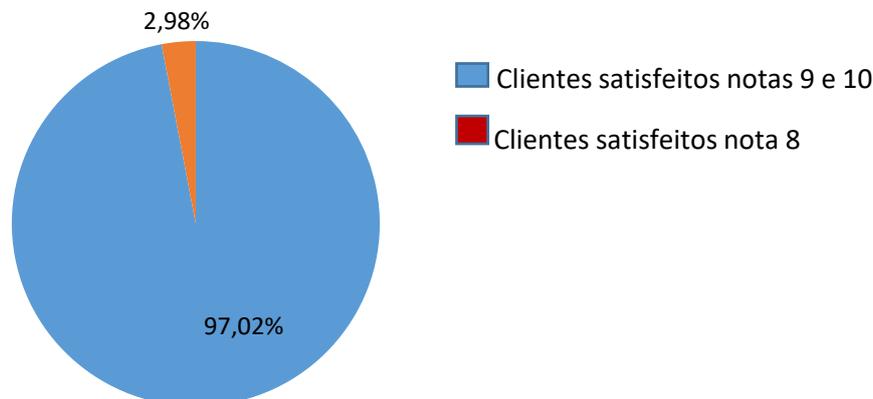
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No item “como está sua satisfação de forma geral”, com a cooperativa, no gráfico 2,98% dos clientes entrevistados, informaram estar satisfeitos, porém deram a nota 8, o restante dos clientes entrevistados 97,02% deles demonstraram estar muito satisfeito com o atendimento, conforme exemplificado no gráfico 1.

ANÁLISE DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO:
ESTUDO DE CASO UTILIZANDO O MÉTODO NPS – NET PROMOTER SCORE NO
SICOOB DE VARJÃO DE MINAS - MG

Gráfico 1: Nível de satisfação geral dos clientes

NÍVEL DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EM RELAÇÃO AO ATENDIMENTO DA



Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com a primeira pesquisa, que foi o nível de satisfação dos clientes em relação ao atendimento, podemos concluir que das 268 pessoas entrevistadas, 262 são consideradas promotoras, visto que estas votaram de 9 a 10 no questionário, as outras 8 pessoas votaram 8, sendo assim são consideradas neutras, assim 97,02% das pessoas são promotoras do atendimento de acordo com o NPS.

Conforme se observou nos resultados da pesquisa realizada na agência SICOOB CREDIPATOS – VARJÃO DE MINAS houve dezoito (18) clientes detratores.

Conforme Reichheld (2011), os detratores são clientes infelizes que se encontram presos a uma relação ruim. As notas da pesquisa foram de 0 a 6 para ser considerados clientes detratores. Não possuir clientes detratores ou em percentual abaixo de 10%, pode significar que realmente a empresa está cumprindo um ótimo serviço no mercado, ou analisar profundamente as limitações de pesquisa para ter uma explicação mais clara dos resultados apresentados.

Gráfico 2: Satisfação dos clientes em relação aos produtos oferecidos

**NÍVEL DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AOS PRODUTOS
OFERECIDOS PELO ATENDIMENTO DA AGÊNCIA**



Fonte: dados da pesquisa.

Conforme o gráfico 2, quando questionados sobre se os produtos oferecidos atendem suas necessidades, obteve-se 79% de clientes muito satisfeitos, 14% de clientes satisfeitos e 7% que preferiram não se manifestar, permanecendo neutros. Ao analisarmos essas respostas, observamos que a grande maioria se considera muito satisfeito ou satisfeito. Sugere-se à instituição, novas formas de análise de crédito, bem como a criação de produtos que atendam necessidades de clientes em situação diferenciada, entretanto em um aspecto geral os níveis de satisfação em relação aos produtos oferecidos na agência estão satisfatórios.

Podemos calcular o índice de NPS da referida agência, que é:

$$\frac{212 \text{ Promotores} - 18 \text{ Detratores}}{268} = 72,38\%$$

A partir desse cálculo, podemos chegar a conclusão que o nível de satisfação dos clientes em relação ao parâmetro avaliado que é os produtos oferecidos na agência, estão em aspectos satisfatórios, e condicionados a um bom atendimento conforme gráfico 1 e 2.

6 CONCLUSÃO

Neste estudo foi determinado quatro objetivos específicos e um objetivo geral. Conforme proposto nos objetivos, a análise dos dados obtidos com a pesquisa apresentou resultados positivos para a empresa. O objetivo geral do trabalho foi identificar o grau de satisfação dos clientes da agência do Sicoob – Varjão de Minas, medido no período de agosto a setembro de 2020. O primeiro objetivo específico foi realizar o levantamento do número de cooperados na agência, para a partir disso, calcular o número amostral para pesquisa. O segundo objetivo específico foi a partir do número de cooperados da agência, mensurar o cálculo amostral para aplicar a pesquisa de satisfação de cliente. O terceiro objetivo específico foi estipular um calendário para aplicação da pesquisa de satisfação de cliente em relação aos serviços e produtos oferecidos pela agência. O quarto objetivo específico foi formatar os dados levantados com o objetivo de apurar os resultados e obter o índice NPS – *NET PROMOTER SCORE*, a fim de obter um feedback em relação a satisfação dos clientes atendidos na agência;

Após a conclusão do presente trabalho, pode-se perceber que a pesquisa foi de grande valia para o alcance dos objetivos, visto que foi possível entender melhor os clientes que até então a empresa tinha uma visão baixa da percepção deles quanto aos serviços oferecidos e até mesmo em relação à imagem da empresa no mercado.

Portanto, para os resultados das análises, foi observado que os clientes em sua maioria estão satisfeitos com os serviços prestados, porém falta-lhes mais contato com a empresa, ou seja, um contato que pode ser realizado através de visitas ou ligações mesmo sem solicitados para informá-los sobre possíveis novidades e até mesmo para identificar diante deles sua percepção quanto ao serviço adquirido.

Diante do observado e analisado relativo aos clientes, pôde-se perceber que a empresa consegue satisfazer seus clientes de forma que os mesmos sejam indicadores tornando-se parceiros e divulgadores para outras pessoas.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2004.
- ARAUJO, Marcelo Bigalho Viturino de. **Informações e o risco de insolvência de cooperativas de crédito**. São Paulo. 2011.
- COUTO, Daniel Luiz Amorim, **Gestão de cooperativas**. Patos de Minas, MG, UNIPAM, 2016.
- CRESPO, Antônio Arnot, **Estatística fácil**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 03/2009. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502088009/cfi/23!/4/4@0.0:61.8>. Acesso em: 22 maio 2020.
- DUARTE, T. **O que é Net Promoter Score**. 2018. Disponível em: <https://satisfacaodeclientes.com/net-promoter-score/>. Acesso em: 28 abr. 2020
- PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Quais são as particularidades de Contabilidade de uma cooperativa**. 2010. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2010/12/quais-sao-as-particularidades-d-contabilidade-de-uma-cooperativa/>. Acesso em: 29 mar. 2020.
- REICHHELD, F. **A pergunta definitiva 2.0: como as empresas que implementam o net promoter score prosperam em um mundo voltado aos clientes**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.
- SATISFAÇÃO do cliente: **o que é e como fazer uma pesquisa**. Disponível em: <https://neilpatel.com/br/blog/satisfacao-do-cliente/>. Acesso em: 30 mai. 2020.
- SEBRAE. **Cooperativa: o que é, para que serve, como funciona**. 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/cooperativa-o-que-e-para-que-serve-como-funciona,7e519bda15617410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 28 mar. 2020.
- SEBRAE. **Como fazer uma pesquisa de satisfação**. Disponível em: <https://respostas.sebrae.com.br/como-fazer-uma-pesquisa-de-satisfacao/>. Acesso em: 01 maio 2020.
- WIKIHOW. **Como calcular o tamanho de uma amostra**. Disponível em: <https://pt.wikihow.com/Calcular-o-Tamanho-de-uma-Amostra>. Acesso em: 13 jun. 2020.

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL¹

Maria Inês Carneiro Machado²
Jarim Marciano Ferreira³

RESUMO: Esta pesquisa apresentou um estudo comparativo a respeito da percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis sobre a legislação trabalhista antes e depois de cursado a disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, sendo uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa e coleta de dados por meio da aplicação de questionário estruturado aos estudantes do 2º e 4º período do curso de Ciências Contábeis do Unipam. Os principais resultados apontaram alto nível de conhecimentos percebidos pelos alunos do 4º período, quando comparados ao nível de conhecimento dos estudantes do 2º período. Dos alunos do 4º período, 76,59% acertaram mais de 50% das questões objetivas do questionário, enquanto apenas 30% dos alunos do 2º período acertaram mais da metade das perguntas. O estudo apresentou, também, informações para o aprimoramento de estudos sobre áreas que podem ser mais trabalhadas pela disciplina. Foi possível concluir que a disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social contribui de forma relevante para o aprendizado, competências e habilidades dos alunos, confirmando a sua importância na grade curricular do Curso de Ciências Contábeis.

PALAVRAS-CHAVE: Direito trabalhista. Conhecimento. Ciências Contábeis.

ABSTRACT: This research presented a comparative study about the perception of students of the Accounting course about labor legislation before and after attending the discipline Labor Law and Social Security. The methodology used was bibliographical research, being a descriptive research with a quantitative approach and data collection through the application of a structured questionnaire to students in the 2nd and 4th periods of the Accounting course at Unipam. The main results showed a high level of knowledge perceived by students in the 4th period, when compared to the level of knowledge of students in the 2nd period. Of the students in the 4th period, 76.59% answered more than 50% of the objective questions of the questionnaire right, while only 30% of the students in the 2nd period answered more than half of the questions right. The study also presented information for the improvement of studies on areas that can be more worked on by the discipline. It was possible to conclude that the discipline Labor Law and Social Security contributes significantly to the learning, skills and abilities of students, confirming its importance in the curriculum of the Accounting Course.

KEYWORDS: Labor law. Knowledge. Accounting Sciences.

¹ Trabalho apresentado na área temática III – Educação e pesquisa em Contabilidade da I Revista Fórum Gerencial do UNIPAM, em 19/11/2020.

² Aluna do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: mariaines@unipam.edu.br.

³ Orientador do trabalho. Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: jarim@unipam.edu.br.

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

1 INTRODUÇÃO

As atividades laborais datam do princípio da existência humana. Desde seu início as relações trabalhistas passaram por diversas fases. A Antiguidade foi marcada pela sociedade escravista; logo depois veio a servidão, as corporações de ofício, até chegar à fase da Revolução Industrial, em que se via uma forte exploração da mão de obra por meio do trabalho nas fábricas. A partir desse momento, começou a se difundir no mundo a ideia de que era necessária a intervenção do Estado para regulamentar as relações trabalhistas e econômicas, como forma de garantir relações mais justas e igualitárias para trabalhadores e patrões (MOURA, 2016).

No Brasil, as relações trabalhistas tiveram início com a colonização do país. Desde essa época até o ano de 1888, houve uma grande exploração do trabalho humano por meio do regime escravista, cuja abolição se deu a partir da assinatura da Lei Áurea. Apenas em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, a partir de então, surgiram os decretos trabalhistas e as constituições que começaram a estabelecer alguns direitos aos empregados. A implementação da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, por Getúlio Vargas, no ano de 1943, foi um marco para o direito trabalhista brasileiro por reunir todas as normas existentes (BASILE, 2018).

Como exposto, a história do direito trabalhista no Brasil e no mundo passou por um longo caminho até se consolidar como é hoje. Diante disso, o contador tem um importante papel relacionado ao direito do trabalho, pois é o profissional responsável por intermediar as relações entre empregado e empregador. Sendo assim, o curso de Ciências Contábeis, responsável por formar o contador, deve prepará-lo para atuar no mercado de trabalho de forma ética e competente.

Diante do exposto, fez-se a seguinte pergunta: Qual o nível de conhecimento dos discentes do curso de Ciências Contábeis sobre os direitos trabalhistas, antes e depois da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social?

A presente pesquisa se justificou por ser relevante academicamente e para sociedade, pois informou por meio de dados estatísticos a importância da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social para a grade curricular curso de Ciências Contábeis e ainda apontou os tópicos que poderiam ser mais aprofundados pela disciplina. Além disso, o estudo servirá como referencial teórico para futuros trabalhos acadêmicos.

O objetivo geral deste estudo foi realizar um estudo comparativo a respeito da percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis sobre a legislação trabalhista antes e depois da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social. Para chegar ao objetivo geral foi necessário conhecer um pouco sobre a disciplina, ampliar os conhecimentos sobre os conceitos básicos da legislação trabalhista, analisar de forma geral o conhecimento dos alunos e comparar o conhecimento dos estudantes do 2º e 4º período do curso de Ciências Contábeis.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A aplicação da pesquisa ocorreu com os alunos do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), que tem como entidade mantenedora a Fundação Educacional de Patos de Minas (FEPAM), inscrita no CNPJ 23.354.848/0001-14, com endereço na rua Major Gote, n. 808, bairro Caiçaras, Patos de Minas – MG, CEP: 38702-054 (UNIPAM, 2020).

3 REVISÃO DE LITERATURA

Este referencial teórico abordou aspectos sobre a disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social e sobre algumas normas da legislação trabalhista.

3.1 DISCIPLINA DIREITO DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

Direito do trabalho e seguridade social é um dos conteúdos trabalhados no segundo semestre do curso de Ciências Contábeis do Unipam, e tem grande importância na formação dos estudantes. A disciplina aborda importantes pontos da legislação trabalhista e tem como foco a relação subordinada entre empregado e empregador. É importante destacar que toda área de estudo tem fundamentação legal na CLT e nas demais normas do direito subordinado. O conteúdo da mesma tem seu foco no papel do contador, sendo que este é essencial para intermediar as relações trabalhistas (UNIPAM, 2020).

3.2 ESTÁGIO

O estágio é um tipo de relação de trabalho sem vínculo empregatício que ocorre com objetivo de preparar o estudante para o trabalho, podendo ser obrigatório ou não. Entre os direitos trabalhistas, o estagiário faz jus somente a um recesso de 30 dias, quando seu contrato for superior a 1 ano. Nos casos de estágio não obrigatório, o estagiário deverá receber também uma bolsa-estágio e o auxílio-transporte (RESENDE, 2020).

3.3 APRENDIZ

O trabalhador aprendiz possui um contrato de trabalho por tempo determinado, que inclui, além da prestação de serviços, uma formação técnico-profissional metódica. Podem ser contratados como aprendizes pessoas entre 14 e 24 anos ou portadores de necessidade especial em qualquer idade (RESENDE, 2020).

3.4 CONTRATO DE TRABALHO

Contrato de trabalho é o acordo realizado entre o funcionário e seu patrão em razão de uma relação trabalhista que ocorreu entre ambos. Em regra geral, os contratos

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A
PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO
DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

são firmados por tempo indeterminado, concretizando assim o princípio da continuidade da relação de emprego. Em alguns casos, amparados pela legislação trabalhista, são previstos a realização do contrato por tempo determinado ou o contrato intermitente (ROMAR, 2018).

3.5 SALÁRIO

O salário é o valor pago pelo empregador a seu empregado em troca da prestação de serviço realizada pelo mesmo. Seu pagamento deve ser realizado até o 5º dia útil do mês subsequente ao trabalhado. Ele deve acontecer no local e horário de trabalho ou imediatamente após o encerramento da jornada de trabalho. Quando o mesmo é feito através de depósito, o saque deve estar disponível conforme especificado pela legislação (CISNEIROS, 2018).

3.6 13º SALÁRIO

O 13º salário, também chamado de gratificação natalina, é o direito que os trabalhadores têm de receber ao fim do ano mais uma parcela salarial proporcional aos meses trabalhados e ao valor recebido mensalmente. O valor pode ser pago de forma fracionada, sendo que metade deve ser pago até o dia 30 de novembro e o restante deve ser realizado até no máximo o dia 20 de dezembro (CALVO, 2019).

3.7 JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho corresponde à quantidade de horas diárias em que o empregado está à disposição do seu empregador. No geral, as jornadas têm limite de 8 horas diárias e 44 horas semanais, com a tolerância de 10 minutos diários, sendo 5 no início e 5 no final da jornada (CISNEIROS, 2018).

3.8 HORAS EXTRAS

As horas extras ocorrem quando o tempo trabalhado durante o dia excede a jornada habitual de trabalho. Para que se possa realizar essas horas é necessário um acordo de prorrogação individual ou coletivo. Essas horas, que podem ser realizadas antes ou após a jornada de trabalho, não podem exceder a 2 horas diárias (ROMAR, 2018).

3.9 INTERVALO INTERJORNADA

O intervalo interjornada se refere ao espaço de tempo para descanso que deve existir entre duas jornadas de trabalho (CALVO, 2019). Esse tipo de intervalo garante ao trabalhador em geral um período de descanso entre duas jornadas de trabalho de no mínimo 11 horas consecutivas (RESENDE, 2020).

3.10 FÉRIAS

As férias podem ser definidas como o período de tempo em que o empregado recebe sua remuneração normal, sem prestar serviços a seu empregador (SALES; MENDES, 2015). O período de gozo das férias é em regra geral usufruído de uma só vez. Entretanto, existe a possibilidade de fracioná-las em até 3 períodos. Para que isso ocorra deverá haver concordância do empregado e deve-se observar a quantidade de dias dos períodos, sendo que um deles deverá conter no mínimo 14 dias e os dois demais não podem ser inferiores a 5 dias corridos (ROMAR, 2018).

3.11 PEDIDO DE DEMISSÃO

O pedido de demissão é uma das formas de rescisão contratual integrante aos contratos indeterminados, e tem iniciativa por parte do empregado. Esse pedido por si só não causa nenhuma indenização ao empregado, porém o mesmo deve avisar ao empregador o seu desligamento da empresa com antecedência de 30 dias. Caso o empregado não cumpra seu aviso prévio, este poderá ser descontado de suas verbas rescisórias que incluem saldo de salário, férias vencidas e proporcionais e décimo terceiro proporcional (MOURA, 2016).

3.12 DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA

A dispensa do empregado sem justa causa é o tipo de rescisão que ocorre por iniciativa do empregador, sem motivo de falta por parte do empregado. Esse tipo de encerramento de contrato, garante ao empregado o recebimento de todas as verbas rescisórias de forma integral. Ele terá direito a receber seu saldo de salário, aviso prévio, férias vencidas e proporcionais com seu devido adicional e gratificação natalina proporcional. Além disso, ele terá direito de sacar seu FGTS com a indenização de 40% paga pelo seu empregador e ao recebimento do seguro desemprego (JORGE NETO; CAVALCANTE, 2019).

4 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como bibliográfica, pois teve sua fundamentação em materiais já publicados (GIL, 2018). Para se atingir o objetivo geral da pesquisa de comparar o nível de conhecimento dos alunos, foram aplicados questionários adaptados de Fernandes (2016). O questionário é um método utilizado com objetivo de coletar dados para um determinado fim. Ele é constituído por uma série de perguntas relacionadas a dados pessoais e temáticos sobre o objeto da pesquisa, que deverão ser respondidas pelo universo amostral (MARCONI; LAKATOS, 2019).

Com relação aos objetivos e a análise dos resultados, a pesquisa se classificou descritiva, pois descreve as respostas dos entrevistados sem interferência do autor (MEZZARROBA; MONTEIRO, 2017). A pesquisa também possuiu uma abordagem quantitativa por transformar as informações obtidas por meio do questionário em dados estatísticos (PRODANOV; FREITAS, 2011).

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este tópico apresentou os dados obtidos através da aplicação dos questionários aos 140 alunos, matriculados no 2º e 4º período, do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM. O questionário foi estruturado com 15 perguntas, sendo 4 delas relacionadas à identificação dos respondentes e 11 questões específicas relacionadas ao tema direito do trabalho. Do total dos participantes, foram obtidas 87 respostas, sendo que estas constituíram a amostra para a análise e discussão dos resultados.

5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

A primeira pergunta de identificação dos participantes foi relacionada ao período dos alunos. Das 87 respostas obtidas, 40 foram respondidas por estudantes do 2º período do curso, que estavam iniciando o estudo da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social. As demais respostas foram dos 47 alunos do 4º período que participaram da pesquisa e já concluíram o estudo da disciplina.

A segunda pergunta tinha como intuito inferir qual o gênero dos alunos. Foram apresentadas 3 opções de respostas aos participantes, sendo elas: gênero feminino, masculino ou outro, sendo que a última alternativa não foi assinalada por nenhum dos participantes da pesquisa. Dos 40 alunos do 2º período participantes da pesquisa, 35% são pessoas do gênero feminino e 65% do gênero masculino. Já dos 47 alunos do 4º período, 16 pessoas são homens, o que corresponde a 34,04% e 31 são mulheres, o que corresponde a 65,96% das respostas.

A terceira pergunta de identificação dos participantes foi relacionada a idade dos alunos. O Gráfico 1 apresenta as respostas dos participantes do 2º período. A maioria dos respondentes da pesquisa são jovens de até 22 anos, sendo que estes correspondem a 92,50% das respostas. O restante dos participantes do 2º período possui entre 23 e 30 anos, sendo que não houve nenhuma pessoa com mais de 30 anos.

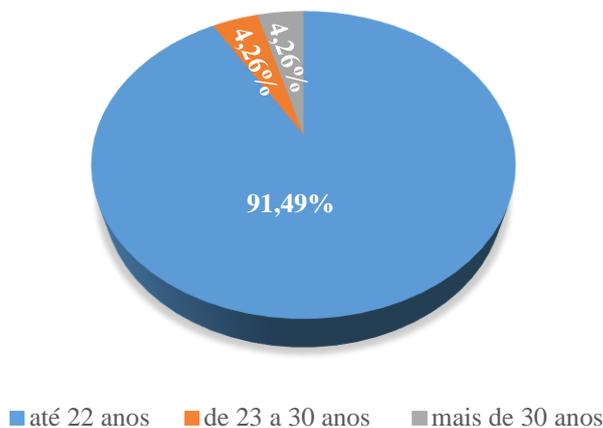
Gráfico 1: Idade dos participantes do 2º período



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Já o Gráfico 2, apresenta a idade dos alunos do 4º período que participaram da pesquisa. Desses estudantes, 91,49% possuem até 22 anos. Do restante dos respondentes, 2 pessoas possuem entre 23 e 30 anos e 2 indivíduos têm mais de 30 anos.

Gráfico 2: Idade dos participantes do 4º período



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

A última pergunta de identificação dos participantes tinha como intuito inferir sobre as relações de trabalho do aluno. Foram apresentadas 4 opções de respostas aos estudantes, sendo elas: nunca trabalhei, trabalho/faço estágio fora da área contábil, trabalho/faço estágio na área da contabilidade e trabalho/faço estágio na área de departamento pessoal/recursos humanos.

Gráfico 3: Relações trabalhistas dos alunos do 2º período



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Dos 40 alunos do 2º período, 10 alunos responderam que nunca trabalharam, o que corresponde a 25,00% das respostas. Metade dos estudantes desse período, disseram

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

que trabalham ou fazem estágio fora da área da contabilidade. O restante das respostas, ficaram divididas entre os alunos que trabalham na área contábil e na área de departamento pessoal/recursos humanos, conforme Gráfico 3.

Gráfico 4: Relações trabalhistas dos alunos do 4º período



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

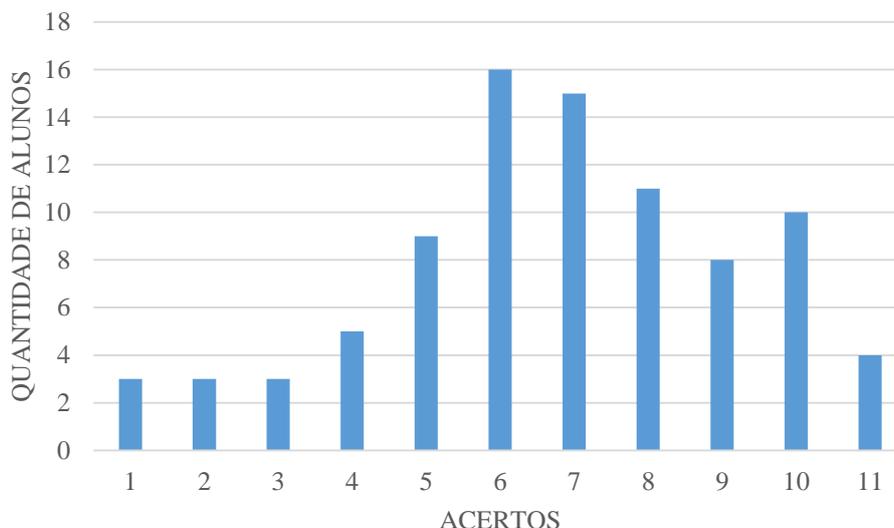
Já dos 47 alunos do 4º período, a maioria respondeu que trabalha ou faz estágio fora da área contábil, correspondente a 30 estudantes. Do restante, 17,02% disseram que nunca trabalharam, 8,51% que trabalham na área da contabilidade e 10,64% responderam que trabalham na área de departamento pessoal/recursos humanos, conforme apresentado no Gráfico 4.

5.2 ANÁLISE GERAL DO NÍVEL DE CONHECIMENTO

Para se analisar o nível de conhecimento dos alunos, foram utilizadas as 11 questões objetivas do questionário, relacionadas aos diversos pontos do direito trabalhista. O Gráfico 5 apresenta a quantidade de alunos que acertaram de 1 a 11 questões, de forma que, foi possível analisar de forma geral o nível de conhecimento.

Dos 87 participantes da pesquisa, 26,44% acertaram de 1 a 5 questões, aferindo-se um nível de conhecimento menor que 50%. A grande parte dos estudantes, correspondente a 31 alunos, acertaram entre 6 e 7 questões do questionário, o que corresponde a respectivamente 54,55% e 63,64% de acertos. Do restante de respondentes, 29 alunos obtiveram uma média de acertos entre 72,73% e 90,91% e apenas 4 alunos acertaram todas as questões do questionário, obtendo 100% de acertos.

Gráfico 5: Nível geral de conhecimento dos participantes da pesquisa



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Analisando individualmente as questões objetivas do questionário, a questão 4, foi a pergunta com maior porcentagem de acertos, conforme Gráfico 6. A pergunta tinha como objetivo inferir dos alunos em qual data deveria ser realizado o pagamento do salário. Mais de 89% dos estudantes marcaram a alternativa correta, que diz que o pagamento deve ser realizado até no 5º dia útil do mês subsequente ao trabalhado. As demais alternativas, somaram os 10,35% de erros totais.

Gráfico 6: Em que data deve ser realizado o pagamento do salário?

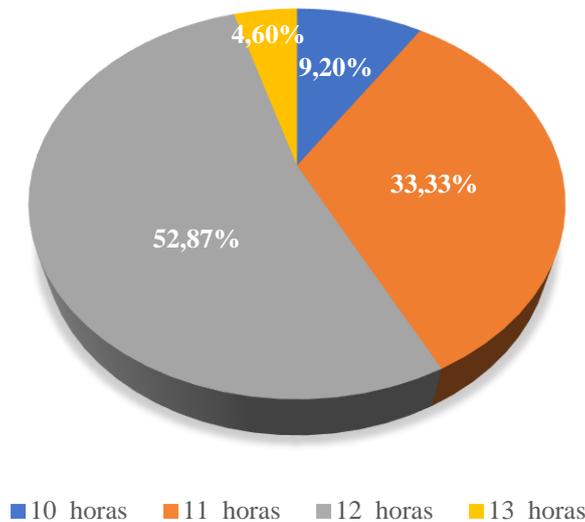


Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Em contrapartida da questão com maior quantidade de acertos, a pergunta 6, que está relacionada ao tempo que deve existir entre duas jornadas, foi a questão com maior quantidade de erros, conforme o Gráfico 7.

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

Gráfico 7: Qual tempo de intervalo deve existir entre uma jornada e outra de trabalho?



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

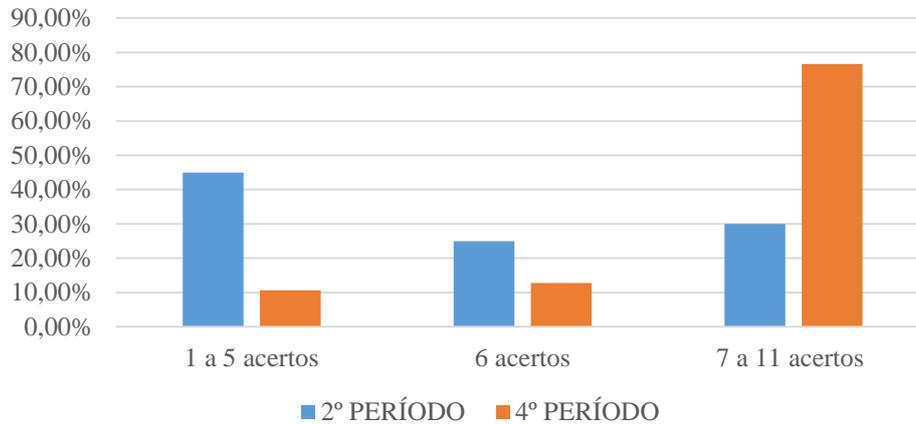
Mais de 50% dos alunos consideravam que entre uma jornada e outra de trabalho deveria haver 12 horas de descanso. Apenas 33,3% dos estudantes responderam corretamente à questão, marcando a alternativa que dizia 11 horas.

5.3 COMPARAÇÃO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO A PARTIR DO PERÍODO

O Gráfico 8 tem como objetivo fazer a comparação do nível de conhecimento entre os alunos do 2º e do 4º período sobre os direitos trabalhistas. O cálculo das porcentagens foi feito com base na quantidade de alunos de cada período, sendo 40 alunos do 2º período e 47 alunos do 4º período. Por meio dele é possível identificar a porcentagem de estudantes que acertaram de 1 até 11 questões.

Analisando os dados, percebeu-se que os estudantes do 4º período obtiveram um melhor resultado. Desses alunos, 76,59% acertaram de 7 a 11 questões, 12,77% obtiveram 6 acertos e apenas 10,64% acertaram 5 questões ou menos. Enquanto isso, dos alunos do 2º período, 45% tiveram até 5 acertos, 25% acertaram 6 questões e 30% acertaram 7 questões ou mais.

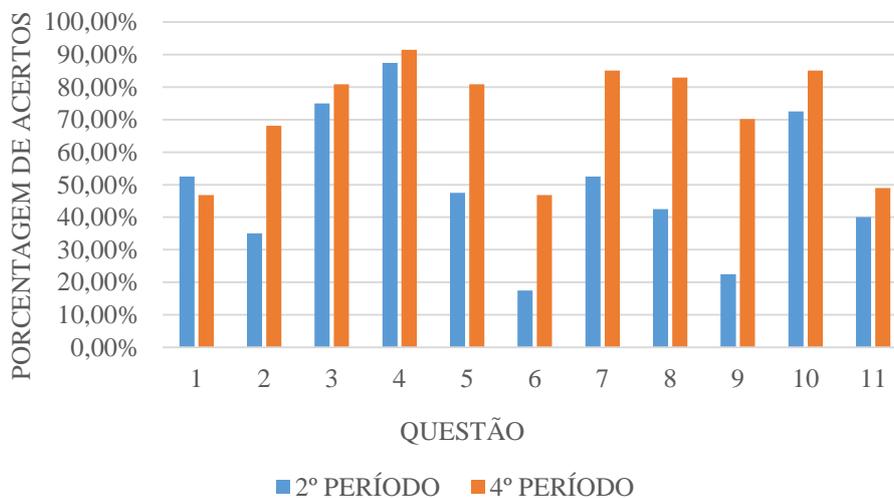
Gráfico 8: Comparação através do período



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Além da comparação pela quantidade de acertos total, foi feita a comparação da quantidade de respostas corretas por pergunta, conforme Gráfico 9. Como esperado, os estudantes do 4º período tiveram uma maior quantidade de acertos em 10 das 11 questões propostas aos alunos. Apenas na questão 1, que era relacionada aos direitos do estagiário, os acertos foram em maior quantidade dos alunos do 2º período.

Gráfico 9: Comparação da porcentagem de acertos por questão



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O resultado dessa análise pode ser explicado pelo fato de os alunos do 4º período já terem concluído o estudo da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social, enquanto os alunos do 2º período ainda estão iniciando seu estudo na área. Dessa forma, foi possível concluir que a disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social contribuiu de forma relevante para o aprimoramento do aprendizado e das habilidades dos alunos, confirmando a sua importância na grade curricular do Curso de Ciências Contábeis.

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A
PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO
DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

Além disso, observando as respostas dos alunos que já fizeram o estudo da disciplina, foi possível identificar alguns tópicos que deveriam ser mais aprofundados durante o curso. Os tópicos relacionados aos direitos do estagiário, intervalos interjornada e demissão sem justa causa, foram os que os alunos do 4º período apresentaram maior dificuldade e tiveram menos de 50% de acertos. Portanto, conclui-se que esses são pontos que deveriam ser mais trabalhados durante o curso da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do direito trabalhista no Brasil e no mundo passou por um longo caminho até se consolidar como é hoje. O contador tem um importante papel relacionado ao direito do trabalho, pois é o profissional responsável por intermediar as relações entre empregado e empregador. O curso de Ciências Contábeis, responsável por formar o contador, deve prepará-lo para atuar no mercado de trabalho de forma ética e competente. Dessa forma, a pesquisa teve como finalidade mostrar por meio de dados estatísticos a importância da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social para o curso de Ciências Contábeis.

O objetivo geral foi realizar um estudo comparativo a respeito da percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis sobre a legislação trabalhista antes e depois da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social, de forma a verificar qual o nível de conhecimento dos alunos.

De forma geral, observou-se que grande parte dos estudantes, correspondente a 31 alunos, acertaram entre 6 e 7 questões do questionário, o que corresponde a respectivamente 54,55% e 63,64% de acertos. Analisando individualmente as questões objetivas do questionário, percebeu-se que os alunos tiveram maior facilidade na questão 4, que se referia à data de pagamento do salário. Em contrapartida, os estudantes tiveram mais dificuldade na questão 6, que está relacionada ao tempo que deve existir entre duas jornadas.

Comparando-se o conhecimento dos alunos por período, percebeu-se que os estudantes do 4º período tiveram um melhor resultado que os alunos do 2º, obtendo uma maior quantidade de acertos em 10 das 11 questões. Além disso, 76,59% dos alunos do 4º período acertaram mais de 50% das questões objetivas do questionário, enquanto apenas 30% dos alunos do 2º período acertaram mais da metade das perguntas. Por meio dessa comparação, também foi possível inferir que as áreas relacionadas aos direitos do estagiário, intervalos interjornada e demissão sem justa causa deveriam ser mais aprofundados pela disciplina.

Uma das principais limitações encontradas no desenvolvimento do estudo foi realizar a aplicação de questionários de forma online, devido à pandemia do novo coronavírus. Dessa forma, muitos dos estudantes não aderiram à participação na pesquisa. Outra limitação é que, por ser um estudo de caso, se fosse aplicado o questionário em outros cursos ou períodos o resultado seria diferente.

Sugere-se para uma próxima pesquisa no meio acadêmico, realizar a aplicação de questionários em outros cursos e se comparar com cursos que façam o estudo da

disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social. Outra sugestão, seria realizar a comparação da grade curricular da disciplina em diversas universidades e aplicar o questionário, aferindo qual deles apresenta melhor resultado.

Por fim, a realização deste estudo contribuiu para a Instituição de Ensino, mostrando que a disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social contribui de forma relevante para o aprendizado, competências e habilidades dos alunos e confirmando a sua importância na grade curricular do Curso de Ciências Contábeis. Além disso, o trabalho é relevante academicamente e serve como referencial teórico para próximos trabalhos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

BASILE, César Reinaldo Offa. **Direito do Trabalho: teoria geral, contrato de trabalho e segurança e saúde no. trabalho.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CALVO, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho.** 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

CISNEIROS, Gustavo. **Direito do Trabalho Sintetizado.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.

FERNANDES, Mírian Débora Ferreira. **ESOCIAL: uma análise dos conhecimentos transmitidos pelas IES/RN aos discentes do curso de ciências contábeis frente às mudanças e exigências legais das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.** 2016. 105 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/3863/1/M%c3%adrianDFF_Monografia.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do Trabalho.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MOURA, Marcelo. **Curso de Direito do Trabalho.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A
PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO
DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SALES, Fernando Augusto; MENDES, Marcel Kléber. **Direito do Trabalho de A a Z**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

UNIPAM - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS. **Apresentação**. 2020. Disponível em: <https://www.unipam.edu.br/apresentacao.php>. Acesso em: 30 mar. 2020.

UNIPAM - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS. **O curso de Ciências Contábeis**. 2020. Disponível em: <https://graduacao.unipam.edu.br/curso.php?id=NA==>. Acesso em: 30 mar. 2020.

ANÁLISE E COMPARAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA EMPRESA UNIMED PATOS DE MINAS EM RELAÇÃO À UNIMED UBERABA E À UNIMED VALE DO AÇO NO TRIÊNIO 2017-2019¹

Isabelle Laís Caixeta Matos²
Pablo Fonseca da Cunha³

RESUMO: O presente estudo teve como foco a análise econômico-financeira da empresa Unimed Patos de Minas, bem como de outras duas empresas da região atuantes no mesmo ramo. O objetivo geral da pesquisa consistiu em realizar um diagnóstico econômico financeiro da empresa, a fim de conhecer a evolução da situação econômico-financeira no triênio 2017-2019 e comparar com os resultados obtidos das cooperativas Unimed Uberaba e Unimed Vale do Aço. Para que fosse possível realizar as análises, foram realizados os cálculos dos indicadores de liquidez, rentabilidade, estrutura de capital, atividade e das análises vertical e horizontal das três empresas unidades da UNIMED em estudo. Por meio dos resultados obtidos foi possível observar que o índice de liquidez demonstrou que as empresas Unimed Patos e Unimed Uberaba possuíam boa capacidade de arcar com suas obrigações. Os índices de rentabilidade constataram que a empresa Vale do Aço dispôs de prejuízo contábil nos anos de 2018 e 2019. Os indicadores de estrutura de capital expressaram que todas as empresas possuem mais capital de terceiros do que capital próprio. Por fim, os indicadores de atividade demonstraram que a empresa Unimed Patos apresentava uma estrutura financeira de excelente liquidez em todo triênio estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Horizontal e Vertical. Demonstrações Contábeis. Indicadores Econômico-Financeiros.

ABSTRACT: The present study focused on the economic-financial analysis of the company Unimed Patos de Minas, as well as two other companies in the region operating in the same industry. The general objective of the research was to carry out a financial and economic diagnosis of the company, in order to know the evolution of the economic and financial situation in the 2017-2019 three-year period and compare it with the results obtained from the Unimed Uberaba and Unimed Vale do Aço cooperatives. To carry out the analyzes, the calculations of the indicators of liquidity, profitability, capital structure, activity and of the vertical and horizontal analyzes of the three UNIMED units under study were carried out. Through the results obtained it was possible to observe that the liquidity index showed that the companies Unimed Patos and Unimed Uberaba had a good capacity to meet their obligations. The profitability indexes found that the company Vale do Aço had an accounting loss in the years 2018 and 2019. The capital structure indicators expressed that all companies had more third party capital than their own. Finally, the activity indicators showed that the company Unimed Patos had a financial structure of excellent liquidity in the studied period.

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 – Administração e Gestão Empresarial- Gestão Administrativa e temas correlatos do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do Curso de Administração do UNIPAM. E-mail: isabellematos@unipam.edu.br.

³ Docente do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM e Mestre em Administração na área de Finanças. E-mail: pablo@unipam.edu.br.

ANÁLISE E COMPARAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA EMPRESA
UNIMED PATOS DE MINAS EM RELAÇÃO À UNIMED UBERABA E À UNIMED
VALE DO AÇO NO TRIÊNIO 2017-2019

KEYWORDS: Horizontal and Vertical Analysis. Accounting statements. Economic and Financial Indicators.

1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é marcada por constantes mudanças no cenário econômico nacional e mundial, desafiando empresas frente às revoluções tecnológicas e evolução dos mercados. Para que as organizações sobrevivam ao ambiente em que estão inseridas, onde a competitividade entre elas se mostra cada vez mais acirrada, os administradores necessitam de um conhecimento aprofundado nas informações para a tomada de decisão de modo que não haja falhas que comprometam o futuro da organização. Estes profissionais buscam ferramentas que os auxiliem na gestão do negócio e conhecer a situação econômica e financeira da empresa é uma das alternativas mais utilizadas é de extrema relevância.

A análise financeira revela o desempenho da empresa no período observado e contribui para as decisões gerenciais, através de cálculos dos dados obtidos das demonstrações financeiras. Com o presente trabalho, foi realizado um estudo de caso focado na análise econômico-financeira da empresa Unimed Patos de Minas Cooperativa do Trabalho Médico LTDA, empresa atuante no setor de planos de saúde. Com a finalidade de obtenção de informações detalhadas da situação econômica da organização, foi realizada a mesma análise com outras duas operadoras do mesmo ramo, sendo elas Unimed Uberaba e Vale do Aço.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em comparar os indicadores econômico-financeiros da Unimed Patos de Minas com os de outras operadoras de plano de saúde da mesma região, no triênio 2017-2019. Para que fosse possível, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: A) Levantar na literatura os principais conceitos sobre Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Indicadores econômico-financeiros e Análise Vertical e Horizontal; B) Coletar as demonstrações financeiras das empresas em estudo; C) Calcular e analisar os indicadores econômico-financeiros de liquidez, rentabilidade, estrutura de capital e de atividade das empresas em estudo; D) Calcular e fazer a análise horizontal e vertical das empresas em estudo; E) Comparar os indicadores econômico-financeiros da Unimed Patos de Minas com os das empresas Unimed Uberaba e Unimed Vale do Aço.

Observando o cenário brasileiro atual, é possível perceber que o Brasil apresenta um índice de crescimento demográfico nos setores de assistência à saúde, devido ao envelhecimento da população e principalmente às incertezas que a pandemia mundial trouxe consigo. Com as novas necessidades do mercado e as inseguranças frente ao COVID-19, as empresas devem se organizar e se adaptarem buscando sua sobrevivência. Um diagnóstico empresarial eficiente fornece diretrizes para que a empresa se desenvolva e corra menos riscos.

Dessa forma, apresentou-se como problema de pesquisa: qual a situação econômica financeira da empresa Unimed Patos de Minas no triênio 2017-2019 comparada às empresas Unimed Uberaba e Unimed Vale do Aço?

Dessa maneira, justifica-se a importância de realizar este trabalho, pois por meio da análise e comparação da situação econômico-financeira de empresas de uma região,

os gestores adquirem suporte para tomada de decisão frente às ameaças e oportunidades do mercado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico são abordadas as discussões de diversos autores sobre os assuntos que norteiam o objetivo dessa pesquisa.

2.1 ANÁLISE HORIZONTAL

A análise horizontal (AH) analisa cada item de uma demonstração financeira e relaciona o mesmo item verificado no exercício passado (período-base), mostrando a evolução dos seus valores. Por meio da AH, é possível avaliar o desempenho passado da empresa e também traçar uma tendência futura (ASSAF NETO, 2012).

O autor ainda complementa que a análise horizontal pode ser calculada em valores nominais, onde a inflação do período é incorporada, ou em valores reais, trabalhando com valores de mesmo poder de compra. Quando se exclui a inflação da análise, todos os valores devem ser corrigidos para uma mesma data, usando-se um índice de atualização monetária.

2.2 ANÁLISE VERTICAL

A análise vertical (AV) possibilita a visualização de cada conta em relação à demonstração financeira inserida. Através da comparação dos resultados com os de outras empresas do mesmo ramo, ou com os da própria empresa em momentos anteriores, é possível verificar se existem anormalidades. Conforme o autor Iudícibus (2017), a análise vertical é relevante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo.

Nesse contexto, Hoji (2017) cita a facilidade na avaliação da estrutura do ativo e passivo, e a interferência dos itens na formação do lucro ou prejuízo nas demonstrações.

2.3 ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Ao realizar a análise de tais indicadores, têm-se como objetivo a apresentação do diagnóstico da organização a fim de auxiliar na tomada de decisão dos gestores.

2.3.1 Indicadores de liquidez

Ribeiro (2015, p.163) afirma que os indicadores de liquidez “evidenciam o grau de solvência da empresa em decorrência da existência ou não de solidez financeira que garanta o pagamento dos compromissos assumidos com terceiros”.

O autor Assaf Neto (2012) revela que a liquidez geral é utilizada pelas empresas como medida de segurança financeira de longo prazo, indicando sua capacidade de liquidação.

ANÁLISE E COMPARAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA EMPRESA
UNIMED PATOS DE MINAS EM RELAÇÃO À UNIMED UBERABA E À UNIMED
VALE DO AÇO NO TRIÊNIO 2017-2019

De acordo com Gitman (2010), liquidez corrente é o índice que mede a capacidade da empresa de realizar o pagamento das suas obrigações de curto prazo.

Para Zanluca (2016) a liquidez corrente é assimilada à liquidez seca desconsiderando do cálculo os estoques, por não apresentarem liquidez compatível com o grupo patrimonial onde estão postos. O resultado deste índice será invariavelmente menor ao de liquidez corrente, sendo cauteloso com relação ao estoque para a liquidação de obrigações.

O indicador de liquidez imediata leva em consideração o caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações. Retira-se além dos estoques as contas e valores a receber. Um índice de grande importância para análise da situação a curto prazo da empresa (ZANLUCA, 2016).

2.3.2 Indicadores de rentabilidade

Segundo Matarazzo (2010) os índices deste grupo indicam a rentabilidade dos capitais investidos. O indicador revela o resultado econômico da empresa mediante ao rendimento dos investimentos realizados.

A margem líquida representa quanto a empresa gerou de lucro para cada R\$1,00 da receita líquida, possibilitando mensurar a eficiência e viabilidade do negócio. Esse índice afere a porcentagem de cada unidade monetária de vendas remanescente após a dedução dos custos e despesas, inclusive juros, impostos e dividendos de ações preferenciais (GITMAN, 2010).

A rentabilidade do ativo corresponde ao quanto a empresa gerou de lucro para cada um real do ativo. Quando este indicador for multiplicado por 100, ele revela qual o valor percentual de lucro gerado em relação ao valor total investido na organização. O retorno do ativo é uma medida de lucro por real em ativos, ou seja, para cada um real de ativo tem x de lucro (ROSS, WESTERFIELD, JORDAN, 2011).

Para Gitman (2010), a rentabilidade do PL mensura o retorno alcançado sobre o investimento dos acionistas ordinários na empresa. De modo geral, quanto maior o indicador, maior o retorno e melhor para os proprietários ordinários.

Para Voglino (2020), o giro do ativo indica o número de vezes que o ativo da empresa girou e transformou-se em dinheiro em determinado período em relação às vendas realizadas. O autor ainda considera como um indicador de eficiência, onde mede como uma determinada empresa utiliza seus ativos.

2.3.3 Indicadores de estrutura de capital

Os indicadores de estrutura de capital são capazes de revelar a situação de endividamento de uma empresa, indicando o volume de dinheiro de terceiros usado para gerar lucros. Para Gitman (2010), quanto maior for o endividamento, maior o risco de a organização não cumprir com os pagamentos contratuais.

Segundo Iudícibus (2017) os índices obtidos através do cálculo da participação de terceiros são quocientes de muita importância pois são responsáveis por indicar a relação de dependência da empresa com relação ao capital de terceiros.

Em relação a composição de endividamento, Iudícibus (2017) revela que o indicador representa a composição do endividamento total ou qual parcela que se vence em curto prazo, ou seja, revela quanto possui de dívidas de curto prazo para cada real de dívidas totais.

O índice de imobilização do PL demonstra quanto a organização possui de ativo imobilizado e intangível para cada real de capital próprio. Nesse contexto, Hoji (2017) afirma que o indicador revela quanto dos recursos permanentes e de longo prazo são investidos no ativo imobilizado.

Para apurar o quanto a empresa possui de ativo imobilizado e intangível para cada um real de recursos de longo prazo, utiliza-se do indicador de imobilização de recursos não correntes. Quando o resultado apresentado for maior que um, significa que os recursos de longo prazo não são suficientes para financiar o ativo imobilizado e intangível, sendo necessária a utilização do capital de terceiros de curto prazo. Assaf Neto (2012) menciona que esse indicador é capaz de verificar a relação entre ativo e passivo permanentes.

2.3.4 Indicadores de atividade

Segundo Iudícibus (2017), os indicadores de atividades são quocientes capazes de representar a velocidade com que elementos patrimoniais se renovam durante um tempo.

A conceituação de Necessidade de Capital de Giro aponta o montante de capital permanente que a empresa precisa para financiar seu capital de giro (ASSAF NETO, 2012).

O saldo da tesouraria ou saldo disponível é uma medida de segurança financeira capaz de demonstrar a capacidade da empresa de financiar sua expansão das atividades operacionais. O indicador revela a necessidade de investimento em giro (ASSAF NETO, 2012).

O capital circulante líquido revela quanto de recursos de longo prazo a empresa utiliza para financiar o giro (ASSAF NETO, 2012). Para o autor, a empresa pode optar pelo financiamento das suas necessidades de circulante com recursos próprios ou com fundos levantados a curto ou a longo prazo junto a outras origens, não próprias.

3 METODOLOGIA

Na concepção de Gil (2018), a metodologia é o caminho a ser adotado na pesquisa investigativa com a finalidade de encontrar o meio mais racional para alcançar os objetivos propostos para um relatório.

Segundo o mesmo autor, a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, incluindo materiais impressos, como livros e jornais. Para o autor, praticamente toda pesquisa acadêmica demanda, em algum momento, a pesquisa bibliográfica.

A abordagem teórica utilizada foi descritiva. Rampazzo (2004, p.53) cita que, "a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos

ANÁLISE E COMPARAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA EMPRESA UNIMED PATOS DE MINAS EM RELAÇÃO À UNIMED UBERABA E À UNIMED VALE DO AÇO NO TRIÊNIO 2017-2019

(variáveis), sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano, sem a interferência do pesquisador”.

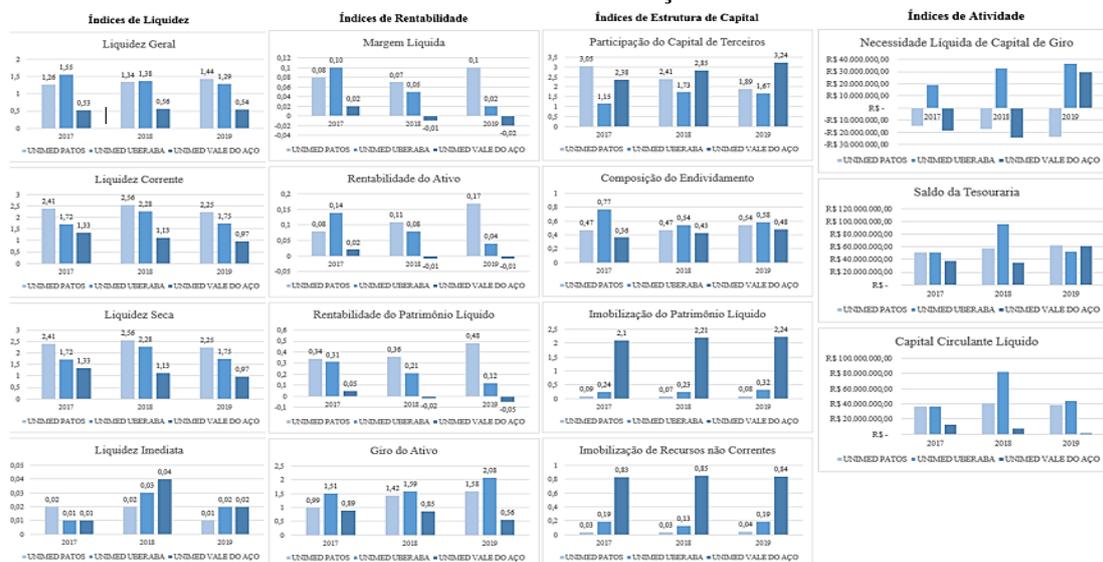
O tratamento dispensado aos dados foi a abordagem quantitativa. Rampazzo (2004) descreve que pesquisa quantitativa inicialmente se dá com o estudo de uma quantidade certa de número de casos individuais, quantifica fatores segundo um estudo típico baseado em dados estatísticos e, além disso, generaliza o que foi encontrado nos casos particulares.

O processo de coleta de dados foi norteado pela pesquisa documental, já que foram consultados os relatórios financeiros das empresas estudadas. De acordo com Oliveira (2002), a pesquisa documental compreende o levantamento de documentos que ainda não foram utilizados como base de uma pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através das análises vertical, horizontal e dos indicadores, foi realizada a comparação dos resultados financeiros de empresas estudadas, no triênio de 2017-2019. O resultado dos indicadores pode ser observado na figura 1. A seguir serão comparados os resultados das três unidades da UNIMED estudadas.

Figura 1: Indicadores Econômico-Financeiros das empresas Unimed Patos de Minas, Unimed Uberaba e Unimed Vale do Aço no triênio 2017-2019.



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

4.1 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL

Observando a análise vertical e horizontal do Balanço Patrimonial das empresas Unimed Patos de Minas, Unimed Uberaba e Unimed Vale do Aço, é possível verificar as principais semelhanças e diferenças em suas demonstrações.

Em relação ao Ativo Circulante, as empresas Unimed Patos e Unimed Uberaba apresentam maior concentração de seus investimentos no curto prazo, enquanto a

Unimed Vale do Aço concentra a maior parte no longo prazo. As Aplicações Financeiras é a conta mais representativa em todas as organizações, durante todo o triênio. Como o ramo de atuação é a prestação de serviços assistenciais à saúde, o dinheiro é aplicado e é resgatado de acordo com as necessidades. A conta que apresentou maior variação nas empresas de Patos e Uberaba foram as Despesas Antecipadas, com variação de 36721,26% e 12054,04%, respectivamente. Já na empresa de Vale do Aço, a conta Créd. de Oper. de Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora obteve variação de 877,86%.

No Ativo não Circulante, a conta Realizável a Longo Prazo apresenta maior representatividade nos anos de 2017, 2018 e 2019 nas empresas Unimed Patos e Unimed Uberaba. Já a cooperativa Unimed Vale do Aço apresenta quase todo seu Ativo não Circulante concentrado na conta Imobilizado. A conta Outros Investimentos sofreu uma variação de 1098,88%, conforme análise horizontal da empresa Unimed Patos. Já no Balanço Patrimonial da Unimed Uberaba, a conta Outras Imobilizações teve o maior índice de variação. As Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equiv. Patrimonial apresentaram alta variação na Unimed Vale do Aço.

Conforme o Passivo Circulante das empresas, nota-se que a Unimed Patos de Minas e Unimed Vale do Aço possuem maior concentração de dívidas no longo prazo, ao passo que a cooperativa Unimed Uberaba opta pelo maior volume de obrigações em curto prazo. Em todas elas, a conta com maior representatividade são as Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde, durante todo o triênio. Nas empresas Unimed Patos e Unimed Vale do Aço, a conta que mais sofreu variações foram os Débitos de Operação de Assistência à Saúde, onde apresentaram valores altos como 659,68% e 57692,35%, respectivamente.

Em relação ao Passivo não Circulante, as contas de maior destaque entre as empresas foram as Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde, com maior representatividade na Unimed Patos de Minas e Uberaba; e os Tributos e Encargos Sociais a Recolher, sendo a conta mais representativa de Vale do Aço e com maior variação entre elas.

Ao observar a análise vertical e horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício das empresas em estudo, nota-se que a conta mais representativa entre todas elas são os Eventos Indenizáveis Líquidos/ Sinistros Retidos. A empresa Unimed Uberaba apresentou o melhor resultado líquido nos anos de 2017 e 2018, e em 2019, a Unimed Patos se destacou. No triênio, a conta mais variável na DRE da Unimed Patos foram as Outras Despesas Op. de Assist. à Saúde não Relac. c/ Pl. de Saúde da OPS; na Unimed Uberaba, a Variação das Provisões Técn. de Oper. de Assist. à Saúde; e na Unimed Vale do Aço, o Resultado Financeiro Líquido.

4.2 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Neste tópico é apresentado o comparativo entre os índices de liquidez. A seguir serão expostas as comparações dos indicadores de Liquidez Geral, Corrente, Imediata e Seca.

4.2.1 Liquidez geral

Ao observar este indicador, é possível verificar que as empresas Unimed Patos e Unimed Uberaba possuíam capacidade de pagar suas dívidas de curto e longo prazo, com seus bens e direitos do mesmo período. Já a Unimed Vale do Aço, apresentava mais dívidas do que bens e direitos de curto e longo prazo, sendo incapaz de liquidar todos os seus compromissos.

4.2.2 Liquidez corrente

Observando o indicador mencionado, nota-se que a Unimed Patos apresentou melhores resultados na capacidade pagamento das suas obrigações de curto prazo com bens e direitos de curto prazo. Todas as empresas se mostraram capazes de cumprir com suas obrigações de curto prazo, exceto a empresa Unimed Vale do Aço no ano de 2019, onde apresentou R\$0,97 de bens e direitos de curto prazo para cada R\$1,00 de dívidas neste mesmo período.

4.2.3 Liquidez seca

O indicador apresentado é assimilado ao de liquidez corrente, desconsiderando os estoques. Como o negócio das empresas estudadas é a prestação de serviços assistenciais à saúde, estas não possuem estoque. Portanto, os índices serão os mesmos.

4.2.4 Liquidez imediata

Ao observar este indicador, é possível verificar que os resultados encontrados são baixos e que, nenhuma empresa estudada possui disponibilidades suficientes para cumprir com suas obrigações de curto prazo. O resultado é considerado habitual, visto que é comum as organizações não possuírem tanta disponibilidade em caixa.

4.3 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Da mesma forma, será apresentada a comparação dos indicadores de rentabilidade. Em sequência, são demonstrados os indicadores de Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo, Rentabilidade do Patrimônio Líquido e Giro do Ativo.

4.3.1 Margem líquida

Ao observar este indicador, é possível identificar que a empresa Unimed Vale do Aço apresentou prejuízo nos anos de 2018 e 2019. As empresas Unimed Patos e Unimed Uberaba obtiveram índices positivos durante todo o triênio, onde a primeira manteve uma média de 8% de lucro e a segunda apresentou uma queda contínua com o decorrer dos anos.

4.3.2 Rentabilidade do ativo

O índice de rentabilidade do ativo afere quanto a empresa gerou de lucro para cada real do ativo. Dessa forma, é possível verificar que a Unimed Patos apresentou resultados positivos em todo triênio, com um aumento durante os anos. Já a empresa Unimed Uberaba, apresentou índices positivos, porém houve uma queda nos anos de 2018 e 2019. Os resultados encontrados ainda demonstram que a Unimed Vale do Aço gerou lucro apenas no ano de 2017 e prejuízo nos anos de 2018 e 2019.

4.3.3 Rentabilidade do patrimônio líquido

Observando os índices de rentabilidade do PL, percebe-se que o percentual de lucro gerado em relação ao valor total investido pelos sócios da empresa Unimed Patos foi bom apresentando um aumento, chegando a 48% de lucro no ano de 2019. Os resultados da Unimed Uberaba foram positivos, porém o percentual de lucro caiu de 31% em 2017 para 12% em 2019. A empresa Unimed Vale do Aço apresentou prejuízos nos anos de 2018 e 2019.

4.3.4 Giro do ativo

O indicador de Giro do Ativo revela a eficiência da empresa Unimed Uberaba na geração de receita líquida em relação ao valor investido. Ao analisar os resultados, nota-se que o ativo da empresa teve alto giro em relação às vendas realizadas, e como consequência o retorno em dinheiro. Analisando os índices da empresa Unimed Patos, percebe-se um aumento com o passar dos anos. Já a empresa Vale do Aço, diminuiu o giro de seu ativo durante o triênio estudado.

4.4 INDICADORES DE ESTRUTURA DE CAPITAL

Neste tópico são apresentados os indicadores de estrutura de capital das empresas. A seguir serão expostas as comparações dos indicadores de Participação do Capital de Terceiros, Composição do Endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido e Imobilização dos Recursos não Correntes.

4.4.1 Participação do capital de terceiros

Ao observar o indicador de Participação do Capital de Terceiros, verifica-se que todas as empresas possuem mais capital de terceiros do que capital próprio. Contudo, a empresa Unimed Patos, com o decorrer dos anos, diminuiu sua dependência com relação ao capital de terceiros; enquanto a empresa Unimed Vale do Aço aumentou. A empresa Unimed Uberaba obteve os melhores índices no triênio.

4.4.2 Composição do endividamento

Observando o indicador Composição do Endividamento, é possível perceber que a empresa Unimed Vale do Aço possui menor percentual de dívidas no curto prazo em relação às dívidas totais. Já a empresa Unimed Uberaba apresenta os maiores índices no triênio, representando a característica de maior percentual de dívidas no curto prazo.

4.4.3 Imobilização do patrimônio líquido

O índice de Imobilização do PL indica quanto do ativo permanente da empresa é financiado pelo seu patrimônio líquido. Dessa forma, verifica-se que as empresas Unimed Patos e Unimed Uberaba se apresentam capazes de financiar o ativo imobilizado e intangível sem a necessidade da utilização de capital de terceiros. Já a Unimed Vale do Aço apresentou alto índice, ou seja, maior dependência de capital de terceiros para financiamento dos ativos imobilizado e intangível.

4.4.4 Imobilização de recursos não correntes

Observando o indicador mencionado, é possível verificar que todas as empresas possuem capacidade de financiamento do ativo imobilizado e intangível com os seus recursos de longo prazo. Contudo, a Unimed Patos apresenta o menor índice entre as três empresas, ou seja, o seu grau de imobilização dos fundos permanentes é baixo.

4.5 INDICADORES DE ATIVIDADE

A seguir, será apresentada a comparação dos indicadores de atividade. Em sequência, são demonstrados os indicadores de Necessidade de Capital de Giro, Saldo da Tesouraria e Capital Circulante Líquido.

4.5.1 Necessidade de capital de giro

Analisando o indicador, é possível verificar que os resultados da empresa Unimed Patos de Minas foram negativos nos últimos três anos. Esse valor é justificado pelos investimentos dos recursos do ativo circulante. A necessidade de capital de giro representa o quanto a empresa precisa de passivos financeiros para financiar o investimento na operação. Esse valor serve para manter a empresa funcionando e assegurando suas operações necessárias. A Unimed Uberaba apresentou resultados positivos durante todo o triênio e a Unimed Vale do Aço, apenas no ano de 2019, obteve índices positivos. Os resultados negativos dos anos de 2017 e 2018 da empresa de Vale do Aço, também podem ser justificados pelos investimentos do ativo circulante.

4.5.2 Saldo da tesouraria

Ao analisar o Saldo da Tesouraria no triênio, é possível verificar que todas empresas possuem uma boa folga financeira, visto que o resultado dos seus Saldos de Tesouraria foi positivos e autossustentáveis.

4.5.3 Capital circulante líquido

Observando o indicador capital circulante líquido, percebe-se que as empresas Unimed Uberaba e Unimed Patos de Minas utilizam mais recursos de longo prazo para financiamento dos investimentos no curto prazo do que a Unimed Vale do Aço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo geral identificar a posição econômico-financeira da empresa Unimed Patos de Minas Cooperativa do Trabalho Médico LTDA, identificando a evolução no triênio 2017-2019 por meio dos indicadores econômico-financeiros desenvolvidos com base nas demonstrações contábeis cedidas pela empresa e posteriormente comparando os resultados obtidos com os de outras empresas da região, do mesmo ramo de atuação.

Para isso, foram extraídos das demonstrações contábeis os Indicadores de Liquidez, Rentabilidade, Estrutura de Capital, Atividade e Análise Horizontal e Vertical, possibilitando a realização do diagnóstico econômico-financeiro.

Obedecendo aos procedimentos metodológicos descritos anteriormente, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício dos anos de 2017, 2018 e 2019, foram exportados para planilha do Excel onde os dados foram tabulados, formando novas planilhas com os cálculos e resultados de cada um dos indicadores expostos durante o trabalho. Para facilitar a interpretação dos resultados obtidos, foram criados gráficos, e após isso, foi realizada a observação de cada resultado, gerando o diagnóstico empresarial.

Em relação à análise dos dados, percebe-se que na empresa Unimed Patos de Minas e Unimed Uberaba, a maior parte do valor investido encontra-se no curto prazo. A conta Aplicações Financeiras se mostrou mais representativa entre as três empresas durante todo o triênio. No mesmo contexto, é possível perceber pela análise do passivo que as empresas de Patos de Minas e Vale do Aço optam pela maioria de suas dívidas a longo prazo. A conta com maior participação entre elas foram as Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.

Ao analisar os indicadores de liquidez, foi notado, por meio do índice de liquidez geral, que durante todo o triênio as empresas Unimed Patos e Unimed Uberaba apresentaram capacidade de arcar com suas obrigações de curto e longo prazo com seus bens e direitos de curto e longo prazo, ao passo que a primeira aumenta sua capacidade de liquidação de dívidas durante o decorrer dos anos e a segunda diminui. O índice de liquidez corrente demonstrou que as organizações são capazes de cumprir com suas dívidas de curto prazo, com bens e direitos de curto prazo, exceto a empresa Vale do Aço, no ano de 2019. O índice de liquidez seca se assimila ao de liquidez corrente, visto

ANÁLISE E COMPARAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA EMPRESA
UNIMED PATOS DE MINAS EM RELAÇÃO À UNIMED UBERABA E À UNIMED
VALE DO AÇO NO TRIÊNIO 2017-2019

que as empresas não possuem um valor significativo em estoques. O indicador de liquidez imediata demonstra que nenhuma empresa possuía disponibilidades suficientes para pagamento das obrigações de curto prazo, o que não significa, necessariamente, um problema, visto que é comum que as empresas não fiquem com muitos recursos em caixa e na conta corrente, sendo a maior parte do dinheiro excedente aplicado em investimentos financeiros.

Em relação aos indicadores de rentabilidade, foi constatado pelo índice de margem líquida e índice de rentabilidade do ativo, um prejuízo contábil gerado pela empresa Unimed Vale do Aço nos anos de 2018 e 2019. As outras empresas, ainda que com índices baixos, apresentaram lucros durante todo o triênio. Já os índices de rentabilidade do patrimônio líquido da empresa Unimed Patos podem ser considerados satisfatórios em 2017, 2018 e 2019, apresentando um aumento durante os três anos. O índice de giro do ativo demonstrou que as empresas possuem boa receita em relação ao valor total investido nelas.

A respeito dos indicadores de estrutura de capital, é possível perceber, por meio das análises realizadas, um alto índice de participação de terceiros no capital das empresas. A empresa Unimed Patos aumentou sua participação de capital próprio durante o triênio, ao passo que a Unimed Vale do Aço teve essa participação reduzida. O índice de composição do endividamento mostra que a Unimed Uberaba, nos anos de 2017, 2018 e 2019, apresentava maior volume de dívidas no curto prazo. O indicador de imobilização do patrimônio líquido demonstra a capacidade das empresas Unimed Patos e Unimed Uberaba em financiar o ativo imobilizado sem ajuda de capital de terceiros. Já a Unimed Vale do Aço, diante do alto índice encontrado, apresenta maior dependência de capital de terceiros para financiamento do ativo imobilizado e intangível. O índice de imobilização de recursos não correntes evidenciou que não foi necessária a utilização de recursos de terceiros de curto prazo para financiar o ativo imobilizado e intangível em nenhuma das empresas.

Ao analisar os indicadores de atividade constatou-se uma estrutura financeira de excelente liquidez da empresa Unimed Patos de Minas, apresentando baixo risco devido a suas estruturas patrimoniais apresentarem um estado de equilíbrio financeiro.

O presente estudo buscou contribuir com a identificação da situação econômico-financeira da Unimed Patos frente a outras empresas do mesmo ramo de atuação, na região. Nesse sentido, o trabalho foi capaz de demonstrar a eficiência da gestão da Unimed Patos em relação a seus pares. Além disso, o estudo pode ser utilizado para nortear o planejamento estratégico da instituição a fim de aumentar sua competitividade, qualidade e lucratividade.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro, comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Person Pretince Hall, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira**: uma abordagem prática [matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro]. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7. ed. De acordo com as Leis n. 11.638 e 11.941. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços**: fácil. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROSS, Stephen A. WESTERFIELD, Randolph W. JORDAN, Bradford D. **Princípios de administração financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VOGLINO, Eduardo. **O que são índices de rentabilidade e como calcular**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://comoinvestir.thecap.com.br/o-que-sao-indices-rentabilidade.htm>. Acesso em: 29 set. 2020.

ZANLUCA, Jonathan de Sousa. **Cálculo e análise dos índices de liquidez**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/indices-de-liquidez.htm>. Acesso em: 29 set. 2020.

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS E FINTECHS NACIONAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO DO TRIÊNIO 2017-2019 APLICADO À METODOLOGIA DE ANÁLISE CAMELS¹

Natan Benfica Barbosa²
Moisés Ávila da Silva³

RESUMO: Este estudo teve como objetivo verificar se as *fintechs* nacionais conseguem competir, do ponto de vista econômico-financeiro, com os maiores bancos privados atuantes no Brasil. Os bancos Bradesco, Inter, Itaú e Original foram as entidades selecionadas para a análise. A pesquisa é de abordagem quantitativa e classificada como do tipo descritiva, documental, bibliográfica e *webliográfica*. A análise foi baseada em índices propostos por Assaf Neto (2015) para as instituições financeiras. Os resultados foram utilizados para formação da matriz CAMELS para comparação dentro das seis dimensões de análise propostas pela matriz. Como resultado, foi possível concluir que apesar da diferença material do patrimônio dessas entidades, as *fintechs* conseguem competir em vários aspectos isolados com os grandes bancos privados nacionais, porém, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que esses bancos possam competir de forma igualitária em todos os aspectos relevantes.

PALAVRAS-CHAVE: Análise econômico-financeira. *Fintechs*. Instituições financeiras.

ABSTRACT: This study aimed to verify whether national fintechs are able to compete, from an economic-financial point of view, with the largest private banks operating in Brazil. The banks Bradesco, Inter, Itaú and Original were the entities selected for the analysis. The research has a quantitative approach and is classified as descriptive, documentary, bibliographic and webliographical. The analysis was based on indices proposed by Assaf Neto (2015) for financial institutions. The results were used to form the CAMELS matrix for comparison within the six analysis dimensions proposed by the matrix. As a result, it was possible to conclude that despite the material difference in the equity of these entities, fintechs are able to compete in several isolated aspects with the large national private banks, however, there is still a long way to go for these banks to compete on an equal basis, in all relevant aspects.

KEYWORDS: Economic and financial analysis. Fintechs. Financial Institution.

1 INTRODUÇÃO

Expoentes no Sistema Financeiro Nacional, os grandes bancos múltiplos e comerciais representam o tipo de negócio mais sólido, rentável e importante no nicho de mercado bancário por se encontrarem na linha de frente da circularização da moeda, o que representa a guarda de proventos da imensa maioria da população, as

¹ Trabalho apresentado na área temática III - Ciências Contábeis: educação e pesquisa em Contabilidade, do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: natanbenficabarbosa@gmail.com.

³ Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: moisesavila@unipam.edu.br.

disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa das empresas e o principal vetor para a tomada de crédito.

Aspirantes à estas condições e motivadas pelo alcance da *internet* e novas tecnologias, as *fintechs* nacionais do mercado bancário surgem como concorrentes potenciais aos bancos tradicionais ao perceberem rápido desenvolvimento e aumento no volume de suas operações com concomitante acréscimo de novos correntistas (BERTÃO, 2019).

A perspectiva de popularização das *fintechs* contribui para fortes mudanças na estrutura mercadológica do SFN. De um lado, tais instituições crescem em número de correntistas compostos em sua maioria por pessoas físicas. Do outro, os bancos privados de grande porte percebem essa nova tendência de mercado e investem em infraestrutura digital para proveito na captação de clientes, em razão da popularização das *fintechs*.

Diante deste enredo, o estudo questiona se as *fintechs* nacionais conseguem competir, do ponto de vista do desempenho econômico-financeiro, com as maiores instituições financeiras privadas atuantes no Brasil. Assim definido, o objetivo geral do presente estudo é segmentado em objetivos específicos, a saber: a) calcular a média dos principais indicadores de solvência e liquidez, de estrutura de capital e risco, e de rentabilidade e lucratividade das instituições financeiras pesquisadas no triênio 2017-2019, e; b) comparar os resultados dos indicadores econômico-financeiros das instituições financeiras utilizando a metodologia de análise CAMELS.

Este estudo justifica-se pela relevância de ordem acadêmica, social e organizacional, constituindo um conteúdo novo, útil e atualizado para suporte às novas pesquisas correlacionadas à temática da contabilidade das instituições financeiras. O estudo evoca a necessidade da coexistência de competitividade no setor bancário, o que pode contribuir em benefícios aos clientes com opção de escolha a serviços financeiros mais qualificados, disponibilidades de novos produtos, conveniência e segurança dos meios digitais de pagamento, economia com pacotes de tarifas e acesso à crédito com juros mais baixos.

Por fim, a pesquisa se estabelece como uma ferramenta de análise íntegra e isenta de manipulação de resultados, uma vez que os dados foram coletados diretamente das demonstrações contábeis das IFs, e o processamento fundamentado em métodos de análise moderados para responder ao problema de pesquisa. Desse modo, o estudo possui condições de amparar a tomada de decisão por parte de acionistas ou outras partes interessadas nas informações contábeis das IFs bem como sua posição econômico-financeira, e ainda compreende como material de análise do potencial de mercado das *fintechs* nacionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo uma visão macroscópica de sua estrutura e funcionamento, percebe-se que a contabilidade opera como um grande sistema estruturado. Através dela, operações financeiras e fatos administrativos do cotidiano transformam-se em informações novas (RIBEIRO, 2018). Esta concepção vai de encontro ao conceito de sistema, que segundo Padoveze (2019), se trata de um conjunto de dados distintos no qual ocorre a preparação

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS E FINTECHS
NACIONAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO DO TRIÊNIO 2017-2019 APLICADO À
METODOLOGIA DE ANÁLISE CAMELS

dos mesmos, formando um elemento estruturado com escopo, onde o produto final representa um objeto de maior valor agregado do que as partes isoladas que o compõe.

Diante deste enredo, é evidente que o produto final da contabilidade são as demonstrações financeiras, resultado este que é responsável por conceber o conhecimento sobre a riqueza empresarial na visão dos usuários da contabilidade (RIBEIRO, 2018).

Cada uma das demonstrações contábeis detém de propósito e produtos de informação final diferentes entre si. Entretanto, com a aplicação de indicadores (ou quocientes) econômico-financeiros é possível alcançar múltiplas informações novas e relevantes para a interpretação das DCs e tomada de decisão, contribuindo para o trabalho do analista das demonstrações financeiras, ao evidenciar novos panoramas de análise através da divisão entre duas grandezas – representado pelas contas contábeis – que podem ser de diferentes demonstrativos, resultando em valores mais fáceis de serem analisados em notação aritmética ou percentual (MARION, 2019).

Tendo em vista o papel de destaque dos indicadores econômico-financeiros para a tomada de decisão dos gestores, faz-se necessário utilizá-los como forma de comparação e avaliação da saúde financeira e integridade econômica das empresas. Assaf Neto (2015) identifica os três grupos principais de indicadores para análise econômico-financeira: solvência e liquidez; capital e risco; e, rentabilidade e lucratividade.

Os índices de solvência e liquidez são muito importantes na análise econômico-financeira para verificar a capacidade de pagamento das empresas de curto, médio e longo prazo, além de ser possível também inferir o grau de conversão de ativos em disponibilidades para saldar suas dívidas, observando assim se a empresa se apresenta ou não em posição de solidez financeira (MARION, 2019).

Por sua vez, os índices de capital e risco avaliam a composição do endividamento, estrutura de capital e a exposição dos elementos patrimoniais à riscos externos à atividade empresarial. Estes índices também são fundamentais para inferir se o endividamento possui representatividade maior com terceiros ou com sócios (RIBEIRO, 2018).

Por fim, os índices de lucratividade e rentabilidade são importantes para avaliar a capacidade lucrativa das entidades, bem como a rentabilidade de suas operações tendo em vista a aplicação de seus recursos, sendo conveniente observar a aplicação destes índices dentro do contexto da média dos concorrentes no mercado ao qual as entidades se inserem, uma vez que as informações da DRE e ciclo operacional, por exemplo, são muito utilizado para cálculo desses indicadores, observando ainda que esses dados são sensíveis ao objeto social das empresas analisadas (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2019).

Dentre as principais instituições financeiras que integram o SFN, os bancos são aqueles que representam a maioria das operações e conseqüentemente são os que geram maior impacto nesse sistema. Os bancos comerciais são instituições financeiras que operam no SFN através da permutação de moeda entre os agentes com recursos excedentes e aqueles escassos, com a comercialização desses recursos na forma de serviços bancários obtendo lucro em suas operações através da remuneração de capital (CARRETE; TAVARES, 2019).

Concorrentes aos bancos tradicionais e amplamente disseminadas graças ao avanço da internet, as *fintechs* nacionais representam um segmento em ascensão no SFN, com potencial de concorrer com os produtos e serviços oferecidos pelos bancos. As *fintechs* são empresas que empregam produtos e/ou serviços financeiros através de tecnologias modernas e plataformas digitais como a *internet*, *smartphones*, computadores, *big data*, *blockchain*, robotização, entre outros mecanismos de maneira intuitiva, dinâmica e equidistante às formas tradicionais de instrumentalização do mercado financeiro (BLUMBERG, 2018).

Ainda que as normas dos IFRS para elaboração do relatório financeiro sejam difusas e adotadas pelas instituições financeiras ao redor do mundo, no Brasil, por força dos órgãos regulamentadores, ainda perduram os procedimentos próprios de divulgação e elaboração DFs para tais instituições. Assim, desde a publicação da circular 1.273 de 1987 do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras listadas pela norma mencionada devem seguir a publicação das demonstrações contábeis conforme o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1987).

Além da obrigatoriedade da divulgação das demonstrações contábeis seguindo o padrão internacional (IFRS) e nacional (COSIF), outra particularidade da contabilidade das instituições financeiras são os Acordos de Basiléia. Os três acordos realizados possuem como tema central o apontamento dos fatores que revelam as fragilidades dos sistemas financeiros, a correlação da economia dos países com os resultados dos bancos e ainda os riscos que os bancos estão expostos com relação às suas atividades operacionais (MARTINS; DANTAS, 2014).

Para melhor analisar e comparar os indicadores de mais de uma instituição financeira, as metodologias de *rating* proporcionam uma melhor visualização do resultado agregado facilitando o contraste entre as informações. A metodologia CAMELS, neste sentido, representa uma excelente matriz de análise criada pelo Banco Central Americano, adotada por muitas instituições financeiras para medir a saúde financeira com base nos pilares de estrutura de capital, qualidade dos ativos, gerenciamento, lucratividade, liquidez e sensibilidade ao risco de mercado (CARREIRO; CUNHA, 2008).

Pereira *et al* (2016) relembram que tal metodologia de avaliação, apesar de aplicada através de um modelo difundido ao final da década de 70 pela *Federal Financial Institutions Examination Council*, não existe um modelo padrão ou patente sobre a matriz que confere exclusividade de aplicação ou convergência global do modelo, coexistindo portanto uma estrutura base onde cada dimensão de análise possa ser verificada por um ou mais índices ou indicadores contábeis e a classificação das notas seja à critério do analista.

A matriz CAMELS, em linhas gerais, fornece uma pontuação final que é atribuída à entidade analisada, baseando-se em cálculos que combinam informações quantitativas dos indicadores de cada pilar, onde serão classificados por notas de desempenho, às quais são atribuídas valores crescentes conforme avaliação, que por fim serão multiplicadas pelo peso do indicador, perfazendo assim o somatório das notas ponderadas o score bruto que representa a nota geral da instituição financeira analisada (CARREIRO; CUNHA, 2008).

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada caracteriza-se por abordagem quantitativa, utilizando do tratamento adequado dos dados para a consecução dos objetivos e dissolução da problemática exposta, considerando o tipo de pesquisa classificado como documental, bibliográfica, *webliográfica* e descritiva. Uma pesquisa de abordagem quantitativa é aquela onde o objeto de análise do estudo são dados quantificáveis, que podem ser atribuídos elementos numéricos para seu processamento e análise (PRODANOV; FREITAS, 2013).

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), em uma pesquisa quantitativa esses dados são manuseados e examinados utilizando-se de métodos estatísticos. A pesquisa documental possui como característica principal o fato de utilizar-se documentos primários que não foram processados ou receberam tratamento analítico para sua divulgação, como arquivos de empresas, notas, memorandos, memória de cálculo, entre outros documentos congêneres (GIL, 2002).

Diferentemente da pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica se caracteriza pela análise de materiais publicados, classificados e/ou catalogados referente à assuntos amplamente discutidos ou que receberam influência e contribuições técnico-científicas, levando à formação do conhecimento do pesquisador através do suporte teórico embasado em diferentes pontos de vista (BOCCATO, 2006). No que lhe concerne, a pesquisa *webliográfica* consiste na vistoria de trabalhos e materiais publicados, assim como na pesquisa bibliográfica, com o diferencial de se realizar esta análise em meios digitais com ênfase na internet (LIMA; MENDES, 2019).

Em uma pesquisa do tipo descritiva, no entendimento de Prodanov e Freitas (2013), os dados levantados e as informações obtidas pelo pesquisador são registrados, analisados e observados sem qualquer manifestação de influência ou intercessão, garantindo assim a autenticidade dos elementos e obtendo resultados que considerem o estado original e a natureza do objeto de trabalho.

A amostragem total de entidades pesquisadas constituiu quatro instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional, sendo duas classificadas como bancos comerciais privados e duas como *fintechs* nacionais do mercado bancário. As empresas Banco Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A. foram escolhidas por representarem os dois maiores bancos privados do Brasil em volume de ativos, segundo dados do Relatório Resumo de Conglomerados Prudenciais e Instituições Independentes do sistema "IF.Data" (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

Já as *fintechs* que foram representadas na pesquisa pelo Banco Original S.A. e Banco Inter S.A. foram escolhidas por critérios de acessibilidade e por se considerarem dentre as primeiras do segmento bancário digital conforme designado por suas apresentações institucionais.

Os dados das instituições financeiras pesquisadas foram coletados através das demonstrações financeiras elaboradas e transmitidas por estas instituições para o portal da CDSFN - Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).

Neste estudo foram utilizados os dados referentes às demonstrações contábeis publicadas conforme às normas do COSIF, por se tratar de um aparato normativo

contábil específico para as instituições financeiras atuantes no Brasil, desconsiderando as informações publicadas pelas IFs conforme as normas do IFRS.

O período analisado está compreendido entre a divulgação dos últimos três relatórios anuais das demonstrações financeiras, revelando um período adequado para análise, comparação e verificação dos indicadores.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A elaboração da matriz de análise CAMELS para estudo da *performance* das IFs analisadas foi constituída através da escolha dos índices econômico-financeiros mais adequados e relevantes para cada uma das 6 dimensões. As dimensões de Adequação de Capital (C), Qualidade dos Ativos (A), Capacidade de Gestão (M) e Lucratividade (E) receberam o peso de 20% na participação do score final, sendo representadas por dois indicadores.

Para a dimensão de Liquidez (L) foram atribuídos dois indicadores com o peso de 5% cada, enquanto a Sensibilidade ao Risco de Mercado (S) é representada por um único índice com peso de 10% sobre a nota final.

As notas para cada indicador seguem uma escala com valores de 2,5 a 10. Os valores são atribuídos a 4 avaliações que se aplicam aos resultados dos índices: Péssimo (2,5), Regular (5), Bom (7,5) e Ótimo (10).

As notas de cada avaliação são multiplicadas ao peso do índice, obtendo assim a nota da dimensão. Ao somar as notas recebidas de cada dimensão, o resultado se configura como o *score* final. Na tabela a seguir, exemplifica-se o modelo de aplicação da matriz CAMELS para cada um dos bancos pesquisados:

Tabela 1: Estrutura e Exemplo de Aplicação da Matriz CAMELS

Dimensão	Peso da Dimensão (A)	Notas (B)				Pontuação Ponderada (C = B x A)
		R (2,5)	R (5)	B (7,5)	O (10)	
C - Capital Adequacy	20%					1,25
Índice de Basiléia	10%			7,50		0,75
Índice de Imobilização	10%		5,00			0,50
A - Assets Quality	20%					1,00
Leverage	10%			7,50		0,75
Independência Financeira	10%	2,50				0,25
M - Management Capability	20%					1,75
Índice de Eficiência Operacional	10%				10,00	1,00
TRL	10%			7,50		0,75
E - Earnings	20%					1,75
ROE	10%			7,50		0,75
ROI	10%				10,00	1,00
L - Liquidity	10%					1,00
Encaixe Voluntário	5%				10,00	0,50
Liquidez Imediata	5%				10,00	0,50
S - Sensitivity to Market Risk	10%					0,75
Empréstimos Sobre Depósitos	10%			7,50		0,75
Pontuação Final	100%					7,50

Fonte: elaborado pelo autor.

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS E FINTECHS
NACIONAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO DO TRIÊNIO 2017-2019 APLICADO À
METODOLOGIA DE ANÁLISE CAMELS

Para atribuição das notas, as escalas de avaliação foram definidas através dos *quartis* do intervalo de classes entre o maior e o menor valor percebido entre os índices dos quatro bancos analisados, considerando todos os resultados do triênio 2017-2018. No quadro abaixo, verifica-se as escalas de avaliação definidas para cada índice:

Quadro 1: Escalas de Avaliação da Matriz CAMELS

C - Capital Adequacy (Adequação de Capital)																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Índice de Basiléia</th> </tr> <tr> <th>Intervalo de Classe</th> <th>Avaliação</th> <th>Nota</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>X < 11%</td> <td>Ruim</td> <td>2,5</td> </tr> <tr> <td>11% a 18%</td> <td>Regular</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>18% a 24,99%</td> <td>Bom</td> <td>7,5</td> </tr> <tr> <td>25% <= X</td> <td>Ótimo</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table>			Índice de Basiléia			Intervalo de Classe	Avaliação	Nota	X < 11%	Ruim	2,5	11% a 18%	Regular	5	18% a 24,99%	Bom	7,5	25% <= X	Ótimo	10
Índice de Basiléia																				
Intervalo de Classe	Avaliação	Nota																		
X < 11%	Ruim	2,5																		
11% a 18%	Regular	5																		
18% a 24,99%	Bom	7,5																		
25% <= X	Ótimo	10																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Índice de Imobilização</th> </tr> <tr> <th>Intervalo de Classe</th> <th>Avaliação</th> <th>Nota</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>X < 12,5%</td> <td>Ótimo</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>12,5% a 23,49%</td> <td>Bom</td> <td>7,5</td> </tr> <tr> <td>23,5% a 34,49%</td> <td>Regular</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>34,5% <= X</td> <td>Ruim</td> <td>2,5</td> </tr> </tbody> </table>			Índice de Imobilização			Intervalo de Classe	Avaliação	Nota	X < 12,5%	Ótimo	10	12,5% a 23,49%	Bom	7,5	23,5% a 34,49%	Regular	5	34,5% <= X	Ruim	2,5
Índice de Imobilização																				
Intervalo de Classe	Avaliação	Nota																		
X < 12,5%	Ótimo	10																		
12,5% a 23,49%	Bom	7,5																		
23,5% a 34,49%	Regular	5																		
34,5% <= X	Ruim	2,5																		
A - Assets Quality (Qualidade dos Ativos)																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Leverage</th> </tr> <tr> <th>Intervalo de Classe</th> <th>Avaliação</th> <th>Nota</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>X < 5,2</td> <td>Ruim</td> <td>2,5</td> </tr> <tr> <td>5,2 - 7,59</td> <td>Regular</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>7,6 - 9,89</td> <td>Bom</td> <td>7,5</td> </tr> <tr> <td>9,9 <= X</td> <td>Ótimo</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table>			Leverage			Intervalo de Classe	Avaliação	Nota	X < 5,2	Ruim	2,5	5,2 - 7,59	Regular	5	7,6 - 9,89	Bom	7,5	9,9 <= X	Ótimo	10
Leverage																				
Intervalo de Classe	Avaliação	Nota																		
X < 5,2	Ruim	2,5																		
5,2 - 7,59	Regular	5																		
7,6 - 9,89	Bom	7,5																		
9,9 <= X	Ótimo	10																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Independência Financeira</th> </tr> <tr> <th>Intervalo de Classe</th> <th>Avaliação</th> <th>Nota</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>X < 14%</td> <td>Ruim</td> <td>2,5</td> </tr> <tr> <td>14% - 19,99%</td> <td>Regular</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>20% - 25,99%</td> <td>Bom</td> <td>7,5</td> </tr> <tr> <td>26% <= X</td> <td>Ótimo</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table>			Independência Financeira			Intervalo de Classe	Avaliação	Nota	X < 14%	Ruim	2,5	14% - 19,99%	Regular	5	20% - 25,99%	Bom	7,5	26% <= X	Ótimo	10
Independência Financeira																				
Intervalo de Classe	Avaliação	Nota																		
X < 14%	Ruim	2,5																		
14% - 19,99%	Regular	5																		
20% - 25,99%	Bom	7,5																		
26% <= X	Ótimo	10																		
M - Management Capability (Capacidade de Gestão)																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Índice de Eficiência Operacional</th> </tr> <tr> <th>Intervalo de Classe</th> <th>Avaliação</th> <th>Nota</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>X < 36%</td> <td>Ruim</td> <td>2,5</td> </tr> <tr> <td>36% - 47,99%</td> <td>Regular</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>48% - 59,99%</td> <td>Bom</td> <td>7,5</td> </tr> <tr> <td>60% <= X</td> <td>Ótimo</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table>			Índice de Eficiência Operacional			Intervalo de Classe	Avaliação	Nota	X < 36%	Ruim	2,5	36% - 47,99%	Regular	5	48% - 59,99%	Bom	7,5	60% <= X	Ótimo	10
Índice de Eficiência Operacional																				
Intervalo de Classe	Avaliação	Nota																		
X < 36%	Ruim	2,5																		
36% - 47,99%	Regular	5																		
48% - 59,99%	Bom	7,5																		
60% <= X	Ótimo	10																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Taxa de Reinvestimento do Lucro</th> </tr> <tr> <th>Intervalo de Classe</th> <th>Avaliação</th> <th>Nota</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>X < 3%</td> <td>Ruim</td> <td>2,5</td> </tr> <tr> <td>3% - 6,99%</td> <td>Regular</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>7% - 10,99%</td> <td>Bom</td> <td>7,5</td> </tr> <tr> <td>11% <= X</td> <td>Ótimo</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table>			Taxa de Reinvestimento do Lucro			Intervalo de Classe	Avaliação	Nota	X < 3%	Ruim	2,5	3% - 6,99%	Regular	5	7% - 10,99%	Bom	7,5	11% <= X	Ótimo	10
Taxa de Reinvestimento do Lucro																				
Intervalo de Classe	Avaliação	Nota																		
X < 3%	Ruim	2,5																		
3% - 6,99%	Regular	5																		
7% - 10,99%	Bom	7,5																		
11% <= X	Ótimo	10																		
E - Earnings (Lucratividade)																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Retorno Sobre o PL</th> </tr> <tr> <th>Intervalo de Classe</th> <th>Avaliação</th> <th>Nota</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>X < 4,5%</td> <td>Ruim</td> <td>2,5</td> </tr> <tr> <td>4,5% - 9,99%</td> <td>Regular</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>10% - 15,49%</td> <td>Bom</td> <td>7,5</td> </tr> <tr> <td>15,5% <= X</td> <td>Ótimo</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table>			Retorno Sobre o PL			Intervalo de Classe	Avaliação	Nota	X < 4,5%	Ruim	2,5	4,5% - 9,99%	Regular	5	10% - 15,49%	Bom	7,5	15,5% <= X	Ótimo	10
Retorno Sobre o PL																				
Intervalo de Classe	Avaliação	Nota																		
X < 4,5%	Ruim	2,5																		
4,5% - 9,99%	Regular	5																		
10% - 15,49%	Bom	7,5																		
15,5% <= X	Ótimo	10																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Retorno Sobre o Investimento Total</th> </tr> <tr> <th>Intervalo de Classe</th> <th>Avaliação</th> <th>Nota</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>X < 0,25%</td> <td>Ruim</td> <td>2,5</td> </tr> <tr> <td>0,25% - 0,99%</td> <td>Regular</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>1% - 1,74%</td> <td>Bom</td> <td>7,5</td> </tr> <tr> <td>1,75% <= X</td> <td>Ótimo</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table>			Retorno Sobre o Investimento Total			Intervalo de Classe	Avaliação	Nota	X < 0,25%	Ruim	2,5	0,25% - 0,99%	Regular	5	1% - 1,74%	Bom	7,5	1,75% <= X	Ótimo	10
Retorno Sobre o Investimento Total																				
Intervalo de Classe	Avaliação	Nota																		
X < 0,25%	Ruim	2,5																		
0,25% - 0,99%	Regular	5																		
1% - 1,74%	Bom	7,5																		
1,75% <= X	Ótimo	10																		

Intervalo de Classe	Avaliação	Nota	Intervalo de Classe	Avaliação	Nota
X < 19%	Ruim	2,5	X < 4	Ruim	2,5
19% - 36,99%	Regular	5	4 - 6,99	Regular	5
37% - 54,99%	Bom	7,5	7 - 9,99	Bom	7,5
55% <= X	Ótimo	10	10 <= X	Ótimo	10

L - Liquidity (Liquidez)		
Encaixe Voluntário		
Intervalo de Classe	Avaliação	Nota
X < 19%	Ruim	2,5
19% - 36,99%	Regular	5
37% - 54,99%	Bom	7,5
55% <= X	Ótimo	10

Liquidez Imediata		
Intervalo de Classe	Avaliação	Nota
X < 4	Ruim	2,5
4 - 6,99	Regular	5
7 - 9,99	Bom	7,5
10 <= X	Ótimo	10

S - Sensitivity To Market Risk (Sensibilidade ao Risco de Mercado)		
Empréstimo Sobre Depósitos		
Intervalo de Classe	Avaliação	Nota
2,5 <= X	Ruim	2,5
2 - 2,49	Regular	5
1,5 - 1,99	Bom	7,5
X < 1,5	Ótimo	10

Fonte: elaborado pelo autor.

Com a matriz finalizada, o modelo é aplicado a cada uma das instituições financeiras. Para melhor verificar a performance no triênio de análise, em vez de se verificar o *score* final ano a ano em cada IF, foram classificadas e atribuídas as notas para a média aritmética de cada índice.

Para cada índice alocado à dimensão correspondente, foi revisado o critério conceitual e atribuída a análise que melhor se estende simultaneamente à aplicação do índice e a dimensão da matriz CAMELS. No quadro a seguir, são elencados os índices escolhidos e atribuídos a cada uma das dimensões, bem como o resultado da média do triênio de cada um e os critérios de análise para atribuição da nota:

Quadro 2: Variáveis de aplicação da matriz CAMELS

Dimensão	Índice	Critério / Análise	Bradesco	Inter	Itaú	Original
C	Índice de Basiléia	Mínimo exigido pelo BCB de 11%. Quanto maior melhor.	17,15%	28,51%	17,51%	14,40%
	Índice de Imobilização	Máximo tolerado pelo BCB de 50%. Quanto menor melhor.	39,30%	2,10%	25,90%	10,50%
A	<i>Leverage</i>	Rentabilidade dos recursos sobre o	8,72	6,62	10,08	4,86

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS E FINTECHS
NACIONAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO DO TRIÊNIO 2017-2019 APLICADO À
METODOLOGIA DE ANÁLISE CAMELS

		capital empregado. Quanto maior melhor.				
	Independência Financeira	Participação do Capital Próprio no Ativo. Quanto maior melhor.	11,47%	16,47%	9,94%	20,98%
M	Índice de Eficiência Operacional	Relação entre Despesas sobre Receitas de Intermediação. Quanto menor melhor.	57,13%	52,70%	46,89%	59,67%
	Taxa de Reinvestimento do Lucro (TRL)	Aplicação cíclica do lucro para geração de novos resultados. Quanto maior melhor.	7,16%	3,57%	2,12%	-0,25%
E	Retorno Sobre o PL (ROE)	Resultado obtido frente ao capital empregado. Quanto maior melhor.	15,31%	7,78%	16,71%	0,01%
	Retorno Sobre o Investimento Total (ROI)	Resultado obtido frente ao total de recursos aplicados. Quanto maior melhor.	1,76%	1,11%	1,66%	0,00%
L	Encaixe Voluntário	Capacidade de cobertura de saques imediatos. Quanto maior melhor.	48,45%	10,03%	38,06%	22,42%
	Liquidez Imediata	Capacidade de pagamento de dívidas imediatas. Quanto maior melhor.	3,41	2,26	3,95	1,97
S	Empréstimos Sobre Depósitos	Conversão dos depósitos em operações financeiras. Quanto menor melhor.	1,55	2,00	1,16	1,16

Fonte: elaborado pelo autor.

Definidos os indicadores, pesos das dimensões, critérios e valores para atribuição das notas, após verificar a nota de cada Instituição Financeira no período, foram comparadas as médias de cada dimensão, e o *score* final, elaborando um *ranking* para analisar se as *fintechs* possuem algum indício de proximidade da performance dos bancos de grande porte ou ainda, se são capazes de competir com essas instituições do ponto de vista econômico-financeiro. O banco Bradesco recebeu a avaliação “Bom” em cinco indicadores de quatro dimensões, sendo esse tipo de avaliação o mais recorrente. A única nota caracterizada como “Ótimo” foi atribuída ao índice de Retorno Sobre o Investimento Total (ROI). Destaca-se que o banco obteve quatro notas ruins em quatro

indicadores de quatro dimensões diferentes, o que contribui para a diminuição de sua pontuação final, ainda que a maioria de suas notas tenham sido avaliadas como “Bom”.

A dimensão *Earnings* (lucratividade) foi onde o Bradesco se mostrou mais forte. A nota da dimensão foi de 1,75 onde o máximo chega a 2,00. Essa dimensão representou cerca de 30% da pontuação final do banco, reafirmando a capacidade dos bancos de grande porte de gerarem lucros com recorrência. Além disso, o Bradesco se mostra como uma instituição altamente rentável mesmo em função do seu alto nível de imobilização, que por sua vez, contribuiu para a pior nota de dimensão do banco em *Capital Adequacy* (Adequação de Capital) obtendo 0,75 onde o limite máximo da nota é 2,00.

O Banco Inter teve em cinco indicadores de quatro dimensões diferentes a avaliação “Regular”, sendo esta ponderação a mais recorrente entre as demais. Apesar desta frequência, o banco Inter obteve nota máxima de dimensão da Adequação de Capital, devido à avaliação “Ótimo” aos Índices de Basiléia e Imobilização.

A matriz de análise CAMELS do banco Itaú foi a que teve maior dispersão de notas entre todos os bancos. Foram três indicadores de três dimensões com avaliação “Ruim”, três indicadores de duas dimensões com avaliação “Regular”, dois indicadores de duas dimensões com avaliação “Bom” e três indicadores de três dimensões com avaliação “Ótimo”. Assim como aconteceu com o Bradesco, o banco Itaú teve como dimensão de maior nota Lucratividade (1,75 em 2,00), reafirmando o poder de rentabilidade das instituições financeiras privadas de grande porte.

O Itaú obteve nota máxima na Sensibilidade ao Risco de Mercado, representada pelo Índice de Empréstimos Sobre Depósitos. A pior dimensão que o banco alcançou foi a Capacidade de Gestão (*Management Capability*) com nota 0,75, em função da avaliação “Ruim” da TRL e “Regular” para o Índice de Eficiência Operacional.

De todas as IFs analisadas, o banco Original foi o que obteve maior quantidade de avaliações classificadas como “Ruim”, em 5 indicadores de 4 dimensões, o que contribui para que sua pontuação final fosse a mais baixa entre os demais bancos. A melhor dimensão de análise foi a Sensibilidade ao Risco de Mercado, onde, assim como o Itaú, o banco Original recebeu avaliação “Ótimo”. A dimensão da Adequação de Capital também teve uma boa nota devido ao baixo Índice de Imobilização.

A dimensão com pior avaliação foi a Lucratividade, onde tanto o Retorno Sobre o Patrimônio Líquido, quanto o Retorno Sobre o Investimento Total, foram avaliados como “Ruim”, resultando na nota 0,50, a mais baixa possível para essa dimensão onde o máximo chega a 2,00. Com essas análises, é possível estabelecer um parâmetro de comparação entre as *fintechs* e os bancos privados de grande porte, conforme verifica-se na tabela a seguir:

Tabela 2: Comparação das Dimensões de Análise dos Bancos

Dimensão	Bradesco	Inter	Itaú	Original
C - <i>Capital Adequacy</i>	0,75	2,00	1,00	1,50
A - <i>Assets Quality</i>	1,00	1,00	1,25	1,00
M - <i>Management Capability</i>	1,00	1,25	0,75	1,00
E - <i>Earnings</i>	1,75	1,25	1,75	0,50
L - <i>Liquidity</i>	0,50	0,25	0,50	0,38
S - <i>Sensitivity to Market Risk</i>	0,75	0,50	1,00	1,00

Fonte: dados da pesquisa.

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS E FINTECHS
NACIONAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO DO TRIÊNIO 2017-2019 APLICADO À
METODOLOGIA DE ANÁLISE CAMELS

Ao observar a tabela, verifica-se que as duas *fintechs* Banco Inter e Banco Original tiveram melhor desempenho na Adequação de Capital (*Capital Adequacy*), devido à impulsão do resultado pelo baixo nível de imobilização desses bancos. A dimensão de Qualidade dos Ativos (*Assets Quality*) demonstrou resultados semelhantes entre as quatro IFs pesquisadas. Apenas o Banco Itaú obteve nota diferente das demais instituições, sendo esta nota a maior entre as demais com 1,25.

Na dimensão *Management Capability* (Capacidade de Gestão) novamente teve destaque para os bons resultados das *fintechs* com o Banco Inter obtendo a maior nota (1,25), enquanto a menor nota foi atribuída ao Itaú (0,75). Em Lucratividade (*Earnings*) os grandes bancos privados nacionais Bradesco e Itaú tiveram notas iguais (1,75), porém significativamente maiores do que as *fintechs* que tiveram bons resultados com o Banco Inter, e em contraparte obteve nota ruim com o Banco Original.

A dimensão de Liquidez (*Liquidity*) também seguiu a mesma tendência da Lucratividade, onde os bancos privados Bradesco e Itaú apresentaram maior grau de liquidez do que as *fintechs*, porém, analisando de forma abrangente percebe-se que há uma certa proximidade das notas entre os extremos. Por fim, a Sensibilidade ao Risco de Mercado (*Sensibility to Market Risk*), representada pelo Índice de Empréstimos Sobre Depósitos, teve as maiores notas conquistadas pelo Banco Itaú e Banco Original, dividindo o protagonismo desta dimensão entre um banco de grande porte e uma *fintech*.

Somadas as notas de cada dimensão, obtém-se o score final da média do triênio de cada IF pesquisada, que podem ser comparadas e classificadas em ranking conforme observa-se na tabela, a seguir:

Tabela 3: *Ranking* Final das IFs Pela Matriz CAMELS

Instituição Financeira	Score	Ranking
Banco Itaú Unibanco S.A.	6,25	1º
Banco Inter S.A.	6,25	1º
Banco Bradesco S.A.	5,75	2º
Banco Original S.A.	5,38	3º

Fonte: dados da pesquisa.

Considerando a análise do triênio e o score final obtido houve um empate entre um banco de grande porte (Banco Itaú) e uma *fintech* (Banco Inter) ambos com nota 6,25. Este resultado mostra uma proximidade do desempenho econômico-financeiro entre essas Instituições Financeiras, mesmo que a diferença material entre seus patrimônios, parcela de mercado e número de clientes ainda represente uma diferença significativa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o problema de pesquisa, é possível concluir que em vários aspectos as *fintechs* do segmento bancário nacional possuem capacidade econômico-financeira de competir com os grandes bancos privados nacionais.

Os índices econômico-financeiros em suas três propostas de análise trouxeram resultados diferentes. No tocante aos índices de solvência e liquidez, conjuntamente com

os índices de rentabilidade e lucratividade, os grandes bancos privados tiveram um aproveitamento melhor do que as *fintechs*. Por outro lado, nas análises por índices de capital e risco, as *fintechs* obtiveram bons resultados e em alguns indicadores conseguiram resultados melhores do que os bancos de grande porte como nos índices de imobilização, independência financeira e índice de Basileia, por exemplo.

Na análise pela matriz CAMELS, comparadas as dimensões de forma isolada os resultados foram semelhantes. Ao final da aplicação da matriz, o Banco Inter e o Banco Itaú obtiveram a mesma nota (6,25), enquanto o Bradesco alcançou a segunda maior nota (5,75) e o Banco Original teve a pior nota entre os bancos pesquisados (5,38). Esta análise assegura que há uma certa proximidade quanto ao nível da performance econômico-financeira entre as *fintechs* e os grandes bancos privados nacionais.

Contudo, ainda que seja possível elencar estes pontos de atenção, é possível perceber ainda, que a curto prazo, as *fintechs* ainda não conseguirão competir com os bancos de grande porte em todos os aspectos de lucratividade, rentabilidade e liquidez. O que foi possível perceber, é que estas entidades estão preparando o terreno da estrutura de capital para futuramente colher melhores frutos de seus resultados, expandindo assim cada vez mais suas operações.

De forma a complementar o estudo em questão, fica como sugestão de pesquisa replicar a metodologia CAMELS discutida nesta pesquisa em outras instituições financeiras para verificar outros tipos de entidades financeiras deste nicho de mercado, como contas de pagamento, cooperativas e bancos controlados pelos entes públicos (estados e união).

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 338 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Central de Demonstrações Financeiras do SFN**. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/encontreinstituicao>. Acesso em: 02 set. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Circular 1.273**. Brasília: BCB, 1987. 1294 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1987/pdf/circ_1273_v1_o.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Resumo de Conglomerados Prudenciais e Instituições Independentes**. 2019. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/#!>. Acesso em: 03 maio 2020.

BERTÃO, Naiara. Banco tradicional ainda é conta principal dos brasileiros, mas há interesse em migrar para *fintechs*. **Valor Investe**. São Paulo, 27 de nov. de 2019. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2019/11/27/banco-tradicional-ainda-e-conta-principal-dos-brasileiros-mas-ha-interesse-em-migrar-para-fintechs.ghtml>. Acesso em: 02 mai. 2020.

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS E FINTECHS
NACIONAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO DO TRIÊNIO 2017-2019 APLICADO À
METODOLOGIA DE ANÁLISE CAMELS

BLUMBERG, Aline Pereira. **Lógicas de Actuação das Empresas Fintech**: o caso das fintech plataforma no Brasil. 2018. 51 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia e Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Universidade de Lisboa, Lisboa (Portugal), 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/17798>. Acesso em: 03 abr. 2020.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da Pesquisa Bibliográfica na Área Odontológica e o Artigo Científico Como Forma de Comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, São Paulo/SP, v. 3, n. 18, p. 265-274, 2006. Quadrimestral. Disponível em: http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em: 01 maio 2020.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei n. 6404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Lei 6404 de 15 de dezembro de 1976**. Brasília, DF, 15 dez. 1976.

CAMEL. *In*: **XV CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS**, 2008, Curitiba/pr. Anais [...] Curitiba/PR: 2008. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1317>. Acesso em: 23 maio 2020.

CARRETE, Liliam Sanchez; TAVARES, Rosana. **Mercado Financeiro Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002 176 p.

LIMA, Andressa Martins de; MENDES, Marcílio Geraldo. Análise dos Estilos de Aprendizagem dos Alunos e Professores do Curso de Ciências Contábeis de uma Instituição Privada de Ensino Superior do Alto Paranaíba – MG: inventário de David Kolb. **Contabilometria: Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 6, n. 2, p. 1-12, dez. 2019. Semestral. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/contabilometria/article/view/1395>. Acesso em: 01 set. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 260 p.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 241 p.

MARTINS, Vanessa Maciel; DANTAS, José Alves. Evidenciação Sobre Risco de Crédito pelos Bancos Brasileiros nas Demonstrações Financeiras em IFRS e COSIF. **Revista de**

Gestão e Contabilidade da UFPI, Florianópolis/PI, v. 2, n. 1, p. 42-60, 2014. Semestral.
Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/GECONT/article/view/2289>. Acesso em: 24 maio 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de Informações Contábeis: fundamentos e análise**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 337 p.

PEREIRA, Richard Hernani *et al.* Predição da Rentabilidade: uma aplicação da metodologia de redes neurais artificiais em empresas brasileiras de capitalização. In: ENCONTRO DE GESTÃO E NEGÓCIOS (EGEN), 2016, Uberlândia/MG. **Anais...** Uberlândia: EGEN, 2016. p. 491-506.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013. 277 p.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018b. 305 p.

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA ENTRE OS MAIORES BANCOS FÍSICOS DO BRASIL E MAIORES BANCOS DIGITAIS¹

Gabriel Pereira Campos Salgado²
Moisés Ávila da Silva³

RESUMO: Os bancos digitais foram criados com o intuito de agilizar, simplificar e deixar menos onerosas as movimentações financeiras para seus clientes. Um assunto muito abordado pelos usuários das informações contábeis é a lucratividade desses bancos, principalmente se compararmos com os bancos já consolidados no mercado. Utilizando as informações da Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial entre os anos de 2017 a 2019, verificou-se qual o crescimento financeiro-econômico e a rentabilidade dos maiores bancos digitais atuantes no Brasil, comparando-os com os maiores bancos físicos. Os bancos foram selecionados a partir do seu ativo total, selecionando os cinco maiores de cada agrupamento. Por meio de uma pesquisa descritiva, foram analisados os indicadores econômico-financeiros das instituições, propostos por Assaf Neto (2015). Após a análise dos resultados, pode-se perceber que os bancos digitais ainda não conseguem fazer frente a seus concorrentes já estabelecidos no mercado, entretanto, é importante observar indicadores, como o custo de captação e o retorno médio das operações de crédito, em que podemos notar tendências que podem ocorrer a partir dos próximos anos.

PALAVRAS-CHAVE: Demonstrações Contábeis. Análise econômico-financeira. Bancos digitais. Instituições financeiras.

ABSTRACT: Digital banks were created in order to streamline, simplify and make financial transactions less costly for their customers. A subject that is very much addressed by users of accounting information is the profitability of these banks, especially when compared to the banks already consolidated in the market. Using information from the Statement of Income for the Year and the Balance Sheet between the years 2017 to 2019, it was verified the financial-economic growth and profitability of the largest digital banks operating in Brazil, comparing them with the largest physical banks. The banks were selected from their total assets, selecting the five largest from each group. Through descriptive research, the economic and financial indicators of the institutions, proposed by Assaf Neto (2015), were analyzed. After analyzing the results, it can be seen that digital banks are still unable to face their competitors already established in the market, however, it is important to observe indicators, such as the cost of funding and the average return on credit operations, in which we can see trends that may occur in the coming years.

KEYWORDS: Financial Statements. Economic and financial analysis. Digital banks. Financial Institution.

¹ Trabalho apresentado na área temática III - Auditoria e Perícia contábil; Contabilidade gerencial e de custos; Educação e pesquisa em Contabilidade; Ética e responsabilidade social e temas correlatos, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: gabrielpc@unipam.edu.br.

³ Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: moisesavila@unipam.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Os bancos são determinantes para o desenvolvimento financeiro de um país e têm papel fundamental na sociedade. Com um sistema financeiro sólido, são diversas as vantagens proporcionadas como, o oferecimento de crédito e fomentação da economia, investimentos seguros, simplificação das transações financeiras, entre outras. Portanto, um assunto de extrema importância e necessidade para a realização de estudos aprofundados em relação a estas instituições.

No Brasil, existe uma baixa concorrência no setor, com a maioria dos clientes alocados em cinco bancos. Esses possuem os maiores valores em ativos do país, são eles o Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e o Santander Brasil. Os bancos tradicionais apresentam vantagens como a comodidade de se ter agências perto de você e a confiança que os usuários podem não possuir em instituições menores e menos conhecidas. Por outro lado, essas vantagens podem ter um custo, seja através de taxas e juros mais altos, pacotes de serviços ou maior tempo em grandes filas (FEBRABAN, 2019).

É de conhecimento geral que o mundo está cada dia mais adepto ao uso da tecnologia e, no ramo financeiro, não é diferente. Os bancos digitais surgiram e, rapidamente, vêm se tornando protagonistas em um mercado dominado por gigantes com impérios estabelecidos no setor. Podemos ver um grande aumento da adesão desses por parte dos usuários, devido à grande quantidade de vantagens e inovações tecnológicas para uma melhor experiência. Dentre as principais vantagens oferecidas pelos bancos digitais estão a desburocratização dos processos, a inexistência ou baixo valor das taxas, a praticidade de uso, inexistência de filas, entre outros. Por outro lado, assim como nos bancos tradicionais, existem alguns problemas como a alta dependência tecnológica, a falta de suporte presencial, o que pode causar insegurança por parte dos consumidores, entre outros (FUNDACE, 2019).

Dessa maneira, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar o crescimento dos maiores bancos digitais do Brasil em comparação com os maiores bancos físicos e, para alcançar o objetivo geral, foram estipulados os seguintes objetivos específicos: analisar o surgimento dos bancos digitais no Brasil; identificar indicadores econômico-financeiros para a análise dos bancos selecionados; calcular e comparar os indicadores dos bancos selecionados; identificar tendências no setor bancário.

O surgimento dos bancos digitais representa uma grande mudança no mercado financeiro, o que influencia diretamente os bancos físicos e seu modo de operar. O presente estudo é de suma importância para gestores e investidores acompanharem as novas tendências e o crescimento de ambos. Além disso, o tema bancos digitais ainda é pouco explorado na produção acadêmica, principalmente no Brasil, em virtude de ser uma forma de atuação consideravelmente nova. Portanto, o seguinte trabalho poderá ser usado como referência para trabalhos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento deste estudo será necessário buscar embasamento teórico de alguns conceitos, tais como a definição de bancos digitais, análise econômico-

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA ENTRE OS MAIORES BANCOS FÍSICOS DO BRASIL E MAIORES BANCOS DIGITAIS

financeira, a contabilidade das instituições financeiras, os indicadores para análise das demonstrações contábeis do ramo financeiro, entre outros assuntos.

2.1 BANCOS DIGITAIS

Os bancos digitais, de acordo com informações disponibilizadas pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2019), são caracterizados por agregar valor em serviços e transações online que normalmente são feitos de forma presencial. Portanto, não são definidos somente por possuírem aplicativos que possam facilitar as relações de transações financeiras e prestações de serviços de *internet banking*. Os mesmos ainda possuem capacidade de adequação tecnológica e um sistema de resposta ao cliente instantaneamente.

É notável a aderência cada vez maior do uso de dispositivos móveis por pessoas do mundo inteiro. Um estudo feito pela GSMA consta que 5,1 bilhões de pessoas usam algum tipo de aparelho celular, o que representa 67% de toda a população mundial. Esses dados estão no relatório Economia Móvel 2019 que aponta o crescimento da tecnologia anualmente. O relatório estima ainda que em 2025 esse número chegará a 5,8 bilhões de pessoas, o que equivale a 71% da população mundial (WAKKA, 2019).

De acordo com a Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2019, fica claro o crescimento da migração dos usuários para as plataformas digitais. Em 2018, com novamente um grande impulso do celular, o crescimento das transações bancárias via *mobile banking* foi de 24%, enquanto o crescimento das transações bancárias em geral foi de 8%. Para exemplificar o crescimento das transações online, em 2016 foi a primeira vez que o número de operações feitas por meio de celulares superou o de transações pelo *internet banking*, chegando a 18,6 bilhões. Em 2018 esse número chegou a 31,3 bilhões de transações, quase o dobro registrado em 2016 (FEBRABAN, 2019).

2.2 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A análise de balanços refere-se a uma técnica muito utilizada pelos banqueiros da segunda metade do século passado que possui como finalidade acompanhar, avaliar e interpretar a real situação econômico-financeira da instituição (IUDÍCIBUS, 2008).

Cada usuário das demonstrações contábeis pode ter interesses diferentes nas suas análises. Para investidores, as análises servem para avaliar ou projetar a rentabilidade de seus investimentos. Para fornecedores, é importante saber se a empresa pode pagar seus compromissos no tempo determinado. Bancos devem acompanhar a liquidez ou solvência e o nível de endividamento da empresa. No âmbito empresarial, os dirigentes precisam das informações para tomada de decisões internas. O governo utiliza as análises para demonstrar a rentabilidade e o resultado das políticas de desenvolvimento do país (LINS, FRANCISCO FILHO, 2012).

Os indicadores são produtos que permitem aos usuários, a partir das análises, analisarem o desempenho econômico-financeiro da instituição (MATARAZZO, 1992).

Índices financeiros são relações entre contas ou grupos de contas das demonstrações contábeis que tem por objetivo fornecer-nos

informações que não são fáceis de serem visualizadas de forma direta nas demonstrações contábeis (SILVA, 2005, p. 248).

Apesar de existir um grande número de indicadores, não é necessário a utilização de todos para realizar uma análise. Matarazzo (1992) diz que o importante não é a quantidade de indicadores analisados, e sim a análise dos índices que permitam conhecer a situação da empresa. Existem índices necessários para tipos de análises, mas para outro tipo esse mesmo índice já não tenha relevância e deverá ser desconsiderado.

O presente trabalho utilizará em sua análise informações presentes no Balanço Patrimonial (BP) e na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) das instituições. Para que os indicadores econômico-financeiros sejam calculados, foram utilizados os índices de lucratividade e rentabilidade.

2.3 CONTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Um banco, segundo a FEBRAN (Federação Brasileira de Bancos), é uma instituição regularizada pelo BACEN e que exerce três funções principais: a remuneração através de pagamento de juros para pessoas e empresas que possuem poupança e economias, financiar o consumo e investimento das pessoas e empresas em troca do recebimento de juros e comissões e a realização de pagamento e serviços de cobrança para seus clientes por meio da cobrança de tarifas.

Segundo o art. 17 da Lei da Reforma Bancária- LEI 4595/64,

consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros (BRASIL, 1964).

Segundo Assaf Neto (2015), os recursos alocados no ativo dos bancos geram benefícios econômicos, mas em contrapartida, os passivos produzem despesas e é através desse processo de intermediação financeira que é formado o *spread* bancário (resultado bruto).

$Spread$ bancário = Receitas de intermediação – Despesas de intermediação

2.4 INDICADORES PARA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO RAMO FINANCEIRO- RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE

Os bancos comportam-se como as demais empresas, exceto pela natureza de seu produto à disposição. As matérias primas utilizadas pelas instituições são os recursos captados, recursos que são negociados em forma de créditos, empréstimos concedidos e investimentos. Assim como toda empresa, as instituições financeiras buscam a maximização do lucro (ASSAF NETO, 2015). Os índices de rentabilidade das

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA ENTRE OS MAIORES BANCOS FÍSICOS DO BRASIL E MAIORES BANCOS DIGITAIS

atividades bancárias são divididos em índices básicos de rentabilidade e índices de rentabilidade e *spread*. Abaixo seguem os índices básicos de rentabilidade:

$$\text{Retorno sobre o patrimônio líquido} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Patrimônio líquido}}$$

Esse índice indica o percentual do ganho como consequência das margens de lucro, da eficiência operacional, do *leverage* e do planejamento dos negócios. De forma mais simplificada, o retorno sobre o patrimônio líquido mede o retorno líquido do acionista para cada \$ 1 de investimento (ASSAF NETO, 2015).

$$\text{Retorno sobre o investimento total} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Ativo total}}$$

O retorno sobre o investimento total mostra o retorno apurado sobre o capital total investido, ou seja, representa os resultados das oportunidades de negócios acionadas pela instituição financeira (ASSAF NETO, 2015).

$$\text{Margem líquida} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Receita de intermediação financeira}}$$

A margem líquida é utilizada para a avaliação da função básica de intermediação financeira de uma instituição bancária, e a mesma é obtida por vários resultados da gestão dos ativos e passivos bancários como taxas, prazos, receitas e despesas (ASSAF NETO, 2015).

Assaf Neto (2015) diz que os índices de rentabilidade e *spread* são os seguintes:

$$\text{Margem financeira} = \frac{\text{Resultado bruto da intermediação financeira}}{\text{Ativo total}}$$

$$\text{Custo médio de captação} = \frac{\text{Despesas financeiras de captação de mercado}}{\text{Depósitos a prazo}}$$

$$\text{Retorno médio das operações de crédito} = \frac{\text{Receitas financeiras de operação de crédito}}{\text{Operações de crédito}}$$

$$\text{Lucratividade dos ativos} = \frac{\text{Receitas de intermediação financeira}}{\text{Ativo total}}$$

$$\text{Juros Passivos} = \frac{\text{Despesas de intermediação financeira}}{\text{Passivo total}}$$

3 METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado para a análise comparativa de indicadores econômico-financeiros dos maiores bancos físicos e digitais do Brasil será baseado no seguinte procedimento: pesquisa bibliográfica para a coleta de dados sobre o tema abordado. A pesquisa foi do tipo descritiva e a apresentação dos resultados foi feita por

meio da abordagem quantitativa. A seguinte pesquisa foi fundamentada principalmente na obra de Assaf Neto (2015).

Atualmente, os pesquisadores têm voltado seus olhares e foco para os artigos científicos, pois é neles que se pode encontrar conhecimento científico atualizado e de excelência. A pesquisa bibliográfica é um tipo de produção científica baseada em textos como livros, artigos científicos, dicionários, enciclopédias, revistas, resenhas, resumos, entre outros (MARCONI e LAKATOS, 2017).

A pesquisa possui finalidade descritiva pois tem como objetivo a coleta de dados, análise, interpretação e descrição dos mesmos. De acordo com Apolinário (2011), pesquisa descritiva é aquela em que se descreve os temas apresentados com as possíveis variáveis existentes e estudados. Andrade (2007, p.114) define a pesquisa descritiva como “fatos observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira neles”. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

A abordagem da análise dos dados pode ser definida como quantitativa, pois “neste método, a coleta de dados é caracterizada pelo uso da qualificação, isto é, de técnicas estatísticas” (GIL, 2006, p. 45). Ainda segundo Gil (2006), a pesquisa quantitativa tem como base os pressupostos da abordagem positivista, que admitem somente uma única realidade objetiva.

A pesquisa será realizada através de levantamento de dados contábeis obtidos através do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício dos bancos selecionados. Essas demonstrações foram disponibilizadas no site dos próprios bancos referente ao período de 2017 a 2019. Após o levantamento de dados contábeis será analisado os indicadores propostos por Assaf Neto (2015), sendo utilizado o *Software Microsoft Excel* e planilhas para calcular os indicadores.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para realizar a análise econômica financeira dos maiores bancos físicos e digitais do Brasil, dividiu-se os mesmos em seus respectivos setores, em que foi apresentado graficamente o comportamento dos indicadores de rentabilidade e lucratividade propostos por Assaf Neto (2015), durante o período de 2017 a 2019. Os resultados foram obtidos através da soma das demonstrações financeiras por setor (físico e digital) e, a partir dos valores encontrados, foram calculados os indicadores propostos.

4.1 RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE

Para a análise da rentabilidade e lucratividade, foram utilizados os indicadores de retorno sobre o patrimônio líquido, retorno sobre o investimento total, margem líquida, margem financeira, retorno médio das operações de crédito, custo médio de captação, lucratividade dos ativos e juros passivos. Segundo Padoveze e Benedicto (2013), a rentabilidade é decorrente da produtividade, das margens de lucro e da estrutura de capital. Esses indicadores são considerados os mais importantes nas análises financeiras e de balanço.

4.1.1 Retorno sobre o patrimônio líquido

O gráfico 1 apresenta o comparativo do indicador Retorno Sobre o Patrimônio Líquido dos bancos físicos e digitais.

Gráfico 1: Índice de retorno sobre o patrimônio líquido



Fonte: dados da pesquisa.

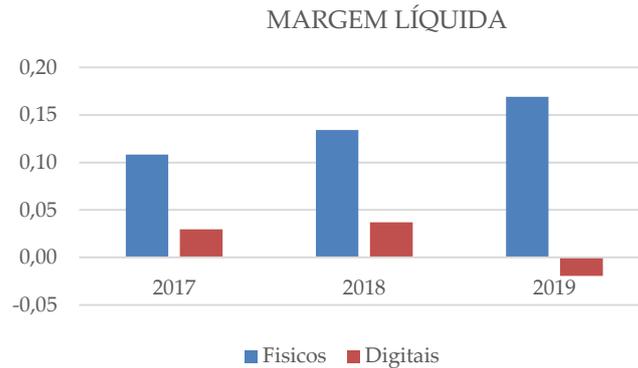
O retorno sobre o patrimônio líquido indica a relação entre o resultado líquido do exercício mediante ao patrimônio líquido. Os bancos físicos tiveram um pequeno crescimento entre os anos de 2017 e 2018, com um crescimento mais relevante comparado com o ano de 2019. Já os bancos digitais se mantiveram constantes nos anos de 2017 e 2018 com uma queda em 2019, em que os resultados foram negativos. Se compararmos os valores, a diferença fica ainda mais gritante, com o lucro líquido dos bancos físicos ultrapassando 100 bilhões a mais que os digitais em 2019, que tiveram um resultado negativo.

4.1.2 Retorno sobre o investimento total

O indicador de Retorno Sobre o Investimento Total demonstra a relação entre o lucro líquido do exercício e o total do ativo investido. De maneira semelhante ao indicador anterior, os bancos físicos tiveram um pequeno crescimento entre os anos de 2017 e 2018 com um aumento mais expressivo no ano de 2019. Os bancos digitais também mantiveram a tendência, com os anos de 2017 e 2018 muito parecidos e uma queda significativa em 2019.

4.1.3 Margem líquida

O gráfico 2 apresenta o comparativo do indicador Margem Líquida dos bancos físicos e digitais.

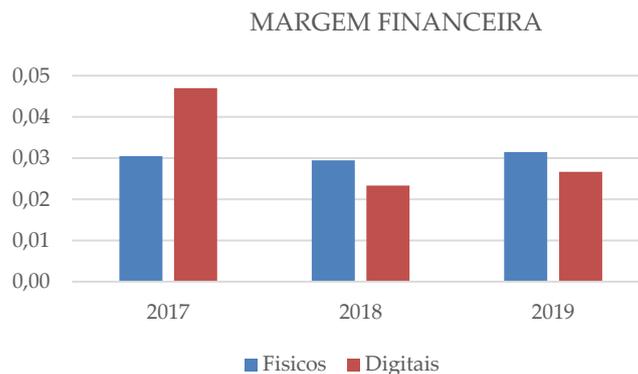
Gráfico 2: Índice de Margem Líquida

Fonte: dados da pesquisa.

Segundo Assaf Neto (2015), a margem financeira avalia a função básica de intermediação financeira de um banco. A partir da comparação do gráfico 2, podemos deferir que os bancos físicos estão em uma crescente de 2017 a 2019 chegando a atingir aproximadamente 17% de margem líquida em 2019. Os bancos digitais, apesar de uma pequena subida em 2018, tiveram uma queda considerável e terminaram 2019 no negativo.

4.1.4 Margem financeira

O gráfico 3 apresenta o comparativo do indicador Margem Financeira dos bancos físicos e digitais.

Gráfico 3: Índice de margem financeira

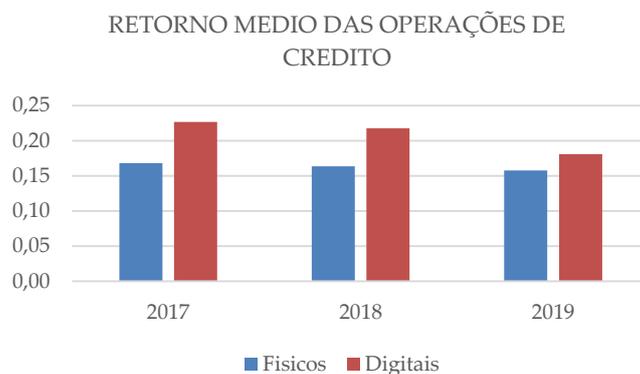
Fonte: dados da pesquisa.

A Margem financeira é a base de lucro das instituições bancárias, apresentando a diferença entre os juros cobrados e os juros pagos a seus credores. A respeito desse indicador, os bancos físicos se mantiveram constantes, com uma leve queda no ano de 2018 e retomando o crescimento de maneira moderada em 2019. Já os bancos digitais tiveram uma queda brusca comparando os anos de 2017 e 2018 e, em 2019, tiveram uma retomada no crescimento de maneira sutil.

4.1.5 Retorno médio das operações de crédito

O gráfico 4 apresenta o comparativo do indicador Retorno Médio das Operações de Crédito dos bancos físicos e digitais.

Gráfico 4: Índice de retorno médio das operações de crédito



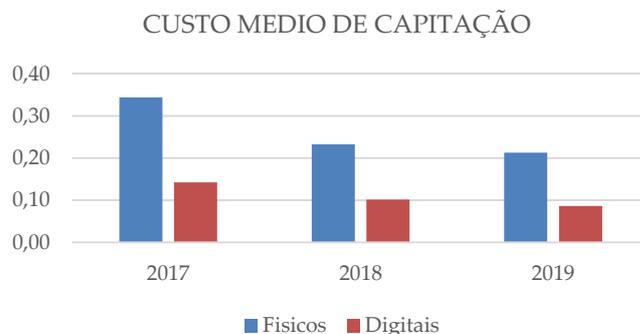
Fonte: dados da pesquisa.

O Retorno Médio das Operações de Crédito avalia a taxa de retorno das aplicações em créditos em confronto com o custo de captação para avaliação do *spread* bruto do banco. (INSTITUTO ASSAF, 2020). De acordo com o gráfico 4, os bancos digitais tiveram uma pequena queda de 2017 para 2018, o que se repetiu em 2019, entretanto, em maior proporção. Ainda assim, percentualmente falando, os bancos digitais possuem maior retorno das operações de crédito se comparado com os bancos físicos. Esses que se mantiveram constantes em 2017 e 2018, sofrendo uma pequena queda em 2019.

4.1.6 Custo médio de captação

O gráfico 5 apresenta o comparativo do indicador Custo Médio de Captação dos bancos físicos e digitais.

Gráfico 5: Índice custo médio de captação

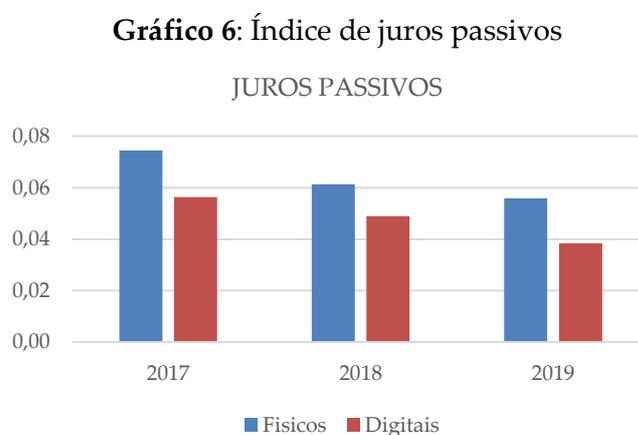


Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com o Instituto Assaf (2020), esse indicador revela o custo de capitação no mercado em relação ao total dos depósitos a prazo mantidos pelo banco. De acordo com o gráfico 5, os bancos digitais vêm tendo uma queda gradativa do custo de capitação, tendo uma redução significativa de 2017 para 2018 e em 2019 uma queda discreta. Os bancos físicos possuem o custo de capitação mais elevado que seus concorrentes digitais. Seguindo a mesma tendência, os bancos físicos tiveram uma grande queda de 2017 para 2018 e uma redução menos expressiva em 2019.

4.1.7 Juros passivos

O gráfico 6 apresenta o comparativo do indicador Juros Passivos dos bancos físicos e digitais.



Fonte: dados da pesquisa.

O indicador de Juros Passivos expressa a relação entre a despesa de intermediação financeira e o passivo total do banco, ou seja, indica o custo das fontes de financiamento do banco (INSTITUTO ASSAF, 2020). O gráfico 6 demonstra uma queda constante do índice nos bancos digitais entre 2017 e 2019, o que se repetiu nos bancos físicos. Comparando os setores, os bancos digitais mantiveram os Juros Passivos menores que os bancos físicos.

4.1.8 Lucratividade dos ativos

O gráfico 7 apresenta o comparativo do indicador Lucratividade dos Ativos dos bancos físicos e digitais.

Gráfico 7: Índice de lucratividade dos ativos



Fonte: dados da pesquisa.

Segundo Assaf Neto (2015), esse indicador apresenta a relação entre as receitas de intermediação financeira e o ativo total de um banco. É o percentual do total investido na instituição que se transformou em receitas financeiras. De acordo com o gráfico 7, os bancos digitais tiveram uma queda maior nos anos de 2017 a 2018, com uma pequena redução em 2019. Os bancos físicos tiveram uma queda constante e de menor expressão durante o período analisado. A lucratividade dos ativos, que em 2017 era parecida entre bancos físicos e digitais, apresentou uma maior disparidade nos anos seguintes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar qual o crescimento dos bancos digitais atuantes no Brasil, comparado com os bancos físicos já estabelecidos no mercado. Para a realização da análise, foram comparados os indicadores econômico-financeiros dos bancos com maior ativo total. Foram utilizados os índices econômico-financeiros de rentabilidade e lucratividade específicos das instituições financeiras propostos por Assaf Neto (2015). Com o surgimento dos bancos digitais como uma nova opção para os usuários, surge a dúvida se os mesmos podem ser tão lucrativos como seus concorrentes já estabelecidos no mercado financeiro.

Analisando os indicadores de retorno sobre o patrimônio líquido, retorno sobre o investimento total e margem líquida, verificou-se que os bancos digitais obtiveram um retorno bem abaixo que seus concorrentes físicos. Tamaña diferença se deve ao fato de que o lucro líquido (fator de cálculo para os indicadores citados) dos bancos físicos foi muito superior ao de seus concorrentes. Enquanto eles tiveram juntos mais de 100 bilhões de lucro líquido em 2019, os bancos digitais tiveram prejuízo de 81 milhões.

Comparando o indicador de margem financeira, foi verificado que os bancos digitais apresentaram uma queda significativa. Os bancos físicos se mantiveram constantes com variações muito pequenas de um ano para outro. Esse indicador tem como fator de cálculo o resultado bruto das intermediações financeiras, e se tratando de valores a diferença ainda é gigante com os bancos digitais chegando a 1,7 bilhões de resultado contra 211 bilhões de seus concorrentes tradicionais.

Tratando-se dos indicadores de custo médio de capitação e juros passivos, verificou-se que os bancos físicos possuem maior custo de capitação e gastam mais para manter seus passivos, cerca de 375 bilhões de reais. Ambos os segmentos estão em constante queda no que se refere aos índices analisados, com os bancos digitais gastando menos, cerca de 24 bilhões de reais. O indicador de retorno médio das operações de crédito indica que os bancos digitais, tiveram um maior retorno de suas operações do que os físicos. Se tratando de lucratividade dos ativos, ambos tiveram uma queda durante os anos analisados, sendo os digitais os que mais caíram. Os bancos físicos tiveram uma queda menos significativa.

Ao analisarmos os indicadores como um todo é possível concluir que os bancos digitais ainda estão longe de chegarem perto de seus gigantes concorrentes. A lucratividade e o crescimento dos bancos físicos são muito maiores, o que era previsível, pois os mesmos já possuem monopólios estabelecidos no mercado financeiro. Entretanto, podemos ressaltar alguns pontos interessantes para evidenciar algumas tendências no futuro. Os bancos físicos realizam inúmeras operações a mais que os bancos digitais, o que os dá larga vantagem contra seus concorrentes. Entretanto, os bancos digitais gastam menos com a captação de recursos e outros fatores, o que pode ser determinante para o segmento. Outro índice que devemos prestar atenção é o retorno médio das operações de crédito. Nele, verificou-se que, proporcionalmente, os bancos digitais conseguem ter mais retorno sobre as suas operações de crédito.

É válido ressaltar que a análise fica restrita às limitações do método de análise de indicadores, sendo consideravelmente influenciada por fatores como a crise econômica e a variação da taxa de juros. Como sugestão para novos estudos, recomenda-se a análise de novos períodos e de outros indicadores como solvência, liquidez, capital e risco e índice de eficiência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Redação científica**: elaboração do TCC passo a passo. São Paulo: Factash, 2007.

APPOLINARIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2011.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. Constituição (1964). **Lei no 4,595, de 31 de dezembro de 1964**. Brasília, DF: Anais, Seção 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm. Acesso em: 22 abr. 2018.

FEBRABAN. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2019**. Disponível em <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa-FEBRABAN-Tecnologia-Bancaria-2019.pdf>. Acesso em 12. maio 2020.

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA ENTRE OS MAIORES BANCOS FÍSICOS DO
BRASIL E MAIORES BANCOS DIGITAIS

FUNDACE. **Como os bancos digitais mudaram o sistema financeiro brasileiro**. 2019. Disponível em: <https://blog.fundace.org.br/2019/01/17/bancos-digitais/>. Acesso em: 12 maio 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

INSTITUTO ASSAF. **Crerios e simbologia para bancos**. Disponível em: <https://institutoassaf.com.br/criterios-e-simbologia-para-bancos>. Acesso em: 15 set. 2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LINS, Luiz dos Santos; FRANCISCO FILHO, José. **Fundamentos e análise das demonstrações contábeis: uma abordagem interativa**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, de Carvalho. **Análise das Demonstrações Financeiras**: 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Jose Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

WAKKA, Wagner. **Mais de 5 bilhões de pessoas já contam com celulares em todo mundo**. 2019. Disponível em: <https://canaltech.com.br/smartphone/mais-de-5-bilhoes-de-pessoas-ja-contam-com-celulares-em-todo-mundo-149165/>. Acesso em 12. maio. 2020.

ANÁLISE FUNDAMENTALISTA DO EFEITO BOLHA EM COTAÇÃO DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA¹

Otávio Oliveira Dias²
Gustavo de Magalhães Vieira³

RESUMO: O mercado acionário sempre passou por diversas fases ao longo da história, transitando entre um alto positivismo de agentes de mercado e em outras horas um alto pessimismo do mercado em relação a ativos vinculados às bolsas de valores. Ao analisar os demonstrativos da empresa Tesla Inc. (TSLA) no ano de 2019 e compará-los com os dos seus concorrentes, torna-se possível comprovar como o mercado age de forma irracional, precificando o valor da empresa acima do que realmente vale de acordo com os indicadores financeiros.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado; Tesla; Demonstrativos

ABSTRACT: The stock market has always gone through several phases throughout history, moving between a high positivity of market agents and at other times a high market pessimism in relation to assets linked on stock exchanges. By analyzing the statements of the company Tesla Inc. (TSLA) in 2019 and comparing them with those of its competitors, it becomes possible to prove how the market acts irrationally, pricing the company's value above what it really is worth, according to financial indicators.

KEYWORDS: Market; Tesla; Statements

1 INTRODUÇÃO

O mercado de capitais é caracterizado como sendo uma forma de suprir a necessidade do capital de médio e longo prazo das empresas para a realização de novos investimentos (CRUZ, 2012). Da mesma forma, muitos investidores procuram comprar papéis neste mercado na busca por rentabilidade e ou estabilidade financeiras de curto e longo prazo. Estes, porém, deverão ter um conhecimento aprofundado em relação à elaboração de análises fundamentalistas, na busca pela realização de investimentos sólidos, evitando o investimento especulativo.

O objetivo geral deste estudo foi promover uma análise fundamentalista e histórica de eventos passados do mercado de capitais que sustentam a tese sobre o efeito especulativo. Para tanto, elaborou-se como objetivo específico analisar as informações contidas nas estruturas contábeis da empresa Tesla Inc. (TSLA) e compará-las com indicadores gerados a partir de análises de estruturas contábeis de empresas concorrentes.

O desenvolvimento do estudo se justifica, pois através esclarece a importância de ter um olhar crítico e analítico dos demonstrativos contábeis e informações dispostas no mercado, quando da realização de um investimento no mercado de ações. Reforça ainda, a importância da análise fundamentalista.

¹ Trabalho apresentado na área temática 3.

² Estudante de Graduação 4º período do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

³ Orientador da pesquisa e professor no UNIPAM.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será possível aprofundar o conhecimento em relação ao mercado financeiro e de capitais, sociedades anônimas de capital aberto, bolsa de valores, ações, demonstrações financeiras e efeito bolha.

2.1 O MERCADO DE CAPITAIS – CONCEITUAÇÃO, CARACTERÍSTICAS E PECULIARIDADES

O mercado de Capitais perante ao sistema capitalista vigente na maioria quase absoluta dos países tem um papel de importância fundamental na sustentação do modelo de sociedade. A captação de recursos através das IPO (*Initial Public Offering*) – Ofertas Públicas de Ações – oferecem às empresas de capital aberto oportunidades inimagináveis de captação de recursos através da venda de ações. Segundo Assaf Neto (2018), o objetivo central do mercado de capitais é o de promover a riqueza de uma nação, por meio de cada capital investido dos agentes econômicos.

De acordo com (MOORE; BASIL J. 1968) o que é determinado pelo mercado de capitais em si não são os conjuntos de taxas de juros, mas o preço de uma instituição particularizada. O surgimento desse nicho de mercado se deu pelo fato da insuficiência do mercado de crédito, o qual gera um fluxo de recursos para empresas em prazos, custos e exigibilidades.

O mercado de capitais é fundamentado no princípio de desenvolvimento econômico, atuando não só como um impulsor de capitais para investimentos, mas permitindo também a criação de uma sociedade baseada na economia de mercado, com a participação plural e coletiva da sociedade nas riquezas e distribuição de resultados, como, por exemplo, a distribuição de dividendos gerados através da distribuição de lucros de uma instituição de capital aberto (PINHEIRO, 2014).

A bolsa de valores é o instrumento usado pelo mercado de capitais para a captação de recursos e negociações de partes de empresas conhecidas como ações. Segundo (GRAHAM 1949), a oferta de ações no mercado de capitais deve ser vista de forma cautelosa, uma vez que a precificação de uma ação pode ser exorbitante de acordo com o efeito especulativo.

Um exemplo de ação valorizada por especulação é a da empresa VA LINUX. Com o ânimo de um mercado que se ouvia “LINUX é a próxima Microsoft”, de um preço inicial de US\$ 30 chegou a US\$ 239,25 no final de um dia, ou seja, registrou um lucro de 697,5%, atribuindo um valor de mercado de US\$ 12,7 bilhões de dólares. Após sucessivos demonstrativos contábeis demonstrando a falta de indicativos financeiros que sustentam sua precificação, a ação chegou a US\$1,19 em 09 de dezembro de 2002 (ZWEIG, 2016). No próximo tópico será possível entender mais sobre as especulações no mercado de capitais.

2.2 ESPECULAÇÃO X INVESTIMENTOS

A realização de análises de companhias a partir de indicativos contábeis é uma das formas de se precaver no momento em que se pretende investir no mercado de capitais (GRAHAM, 1973). Porém, muitas pessoas investem por especulação.

As especulações dentro do mercado financeiro acontecem de diversas formas e na maioria delas é feita de forma errada (GRAHAM, 1973). Muitos investidores se tornam reféns das especulações, principalmente, em virtude da falta de conhecimento, preparo, educação financeira, dentre outras. A maior parte dos investidores adeptos a onda especulativa acaba atuando de forma passiva mediante aos movimentos dos mercados, sofrendo as consequências severas ocorridas diariamente nos mesmos (SOROS, 2000).

Se investe por especulação quando se pensa mais no preço de uma ação do que em qualquer outro indicativo. Nestes casos, foca-se muito em eventos futuros que provavelmente não podem acontecer (BUFFET, 2016).

2.3 ANÁLISE FUNDAMENTALISTA E SUAS CARACTERÍSTICAS

Através da realização de análises fundamentalistas torna-se possível visualizar uma espécie de raio-X das empresas a que se pretende investir. A partir de então, entende-se como fatores diversos poderão afetar o desempenho das mesmas ao ponto de refletir no valor das suas ações. Na contabilidade não importam os números isoladamente, mas o que os números contam (KIYOSAKI, 1997).

Segundo (REIS, 2019) os indicadores de análises fundamentalistas têm o papel de dar um norte aos processos financeiros de diversos agentes de mercado. Envolve a comparação entre empresas do mesmo setor de atuação, em que os resultados destas empresas são analisados e comparados. Além da análise fundamentalista de indicadores, existem outros tipos de análises dentro da abordagem da abordagem fundamentalista. Dentre as mais comuns destacam-se a análise horizontal e vertical.

As análises fundamentalistas também são classificadas por muitos como uma forma de especulação, haja visto que vários especuladores a utilizam no intuito de encontrar empresas precificadas abaixo do valor real de mercado (WALTER, 1974). Como em qualquer mercado competitivo, embora o preço de qualquer título possa tender ao equilíbrio, não há nenhuma razão para se acreditar que, em algum dado ponto no tempo, ele seja o preço de equilíbrio.

2.4 A CONTABILIDADE NA ANÁLISE DE INDICADORES FINANCEIROS

Com o mundo cada vez mais globalizado em relação às progressivas regulamentações dos mercados de capitais e o aumento do comércio mundial, as principais entidades contábeis espalhadas pelo mundo se uniram para juntas criarem o IASB – *International Accounting Standards Committee* (Comitê de Normas de Contabilidade Internacional). Posteriormente, criaram também o IFRIC – *International Financial Reporting Interpretations Committee* (Comitê de Interpretação de Relatórios Financeiros

Internacionais) no intuito de normatizar internacionalmente a publicação de relatórios financeiros (REIS, 2018).

Uma forma de analisar o desempenho financeiro, a atratividade de investimento e a situação de determinada empresa, é através da utilização de técnicas de análises de balanços patrimoniais, as quais permitem a verificação não só da posição econômica e financeira atual das instituições, mas também, traçar projeções futuras e ou tendências futuras (ASSAF NETO, 2012).

Dentre os vários objetivos da utilização dos indicativos financeiros demonstrados através da contabilidade, a possibilidade de utilizá-los como base para comparação de empresas do mesmo ramo de atividade é um deles (MARION 2009). Afinal, um indicador de produtividade, por exemplo, é representado por diversas ferramentas que auxiliam uma instituição na estimativa de desempenho institucional. Através de indicativos de produtividade é possível encontrar oportunidades de crescimento e também identificar possíveis falhas. De acordo com (BYRNE, 1991), a produtividade pode ser aumentada de três formas: reengenharia do processo em si, melhoria da utilização dos recursos e aumento do desempenho (performance) através de metas ou outros incentivos.

Já os indicadores de liquidez têm como utilidade a avaliação da capacidade de pagamento de uma empresa em honrar com seus compromissos, sejam eles de curto, médio ou longo prazo (MARION, 2006). De acordo com Silva (2006, p. 307) “a interpretação do índice de liquidez geral é no sentido de quanto maior, melhor, mantidos constantes os demais fatores”.

Os indicadores de rentabilidade nada mais são que uma medida em função dos investimentos. As fontes utilizadas nesse indicativo estão no Capital Próprio ou no Capital de Terceiros. Uma empresa com uma administração adequada do Ativo, será capaz de registrar um retorno proporcionalmente maior. Como os mesmos servem para medir o quanto rendeu determinado investimento, demonstrarão o grau de êxito econômico de uma empresa (MATARAZZO, 2003).

Outros fatores financeiros que poderão ser estudados atrelados a informações contábeis, quando da decisão de se investir tratam-se da margem de contribuição bruta e operacional, *pay-out*, rentabilidade do patrimônio líquido, lucro por ação, dentre outros (PADOVEZE; BENEDICTO, 2010).

2.5 A BOLHA DO “PONTO COM”

Empresas vinculadas a internet com codinomes “ponto com” eram as queridinhas dos especuladores entre 1994 e 2005. Estas empresas eram vinculadas a tecnologias de informação e comunicação e situava-se num ramo de mercado promissor, o da rede mundial de computadores (EDWARDS, 2019).

Com tanta badalação, é certo afirmar que as ações destas empresas de tecnologia tiveram um rápido aumento no preço de mercado entre 1995 e 2000 nos Estados Unidos, aumentando o ar de esperança de ganhos fora da realidade e fomentando a onda especulativa. Os investidores utilizavam como critério de escolha de investimento o uso de “ponto com” no nome da logomarca, colocando o valor de mercado agregado das ações em torno de trilhões. Aconteceu, porém, entre os anos de

2000 a 2002 um grande colapso nos valores destas ações. Nesta época, o mercado de ações saiu-se de um pico de 5.048 pontos para 1.139, ou seja, as ações de empresas Cisco, Oracle, Intel, dentre outras, perderam cerca de 80% do seu valor de mercado após a queda dos preços decorrentes do estouro da bolha (REIS, 2020).

Segundo Reis (2020), um dos fatores que levaram a explosão da bolha do “ponto com” foi o investimento das empresas de tecnologia em publicidades, chegando a 90% do seu investimento. Diante disso, a essas empresas acabam não investindo o necessário para construção de tecnologias inovadoras dentro do seu nicho. Outro fator é a prática injusta de empresas “ponto com” em oferecer serviços gratuitos para conquistar *Market Share*, o que demonstra falta da capacidade na geração de lucro.

O ponto crucial para o estouro da bolha aconteceu quando bancos e corretoras esgotaram o excesso de liquidez que estas empresas apresentavam. Sendo assim, foram forçados a estourar a bolha causando pânico em diversos investidores. A falência de empresas de internet aconteceu gradualmente saindo em diversos jornais, fazendo com que investidores pensassem na segurança de se investir no segmento (REIS, 2020).

De acordo com HSBC (2006), as empresas do nicho “ponto com” apresentaram uma supervalorização entre o preço lucro da ação em 40%. O único modo da empresa comprovar o valor da ação por indicativos contábeis seria se o lucro crescesse em 80% ao ano por 5 anos, fato que não aconteceu. Na verdade, o lucro permaneceu muito abaixo.

A queda na cotação das empresas de tecnologia varreu do mercado cerca de 1,755 trilhão de dólares em valor de mercado. Chegou-se ainda ao número aproximado de 200.000 desempregados entre 2001 e 2004, apenas no Vale do Silício. As gigantes, as quais têm um espaço no mercado enorme no mundo – Microsoft, Amazon, eBay e Google, porém, conseguiram superar este evento que ficou marcado na história do mercado de capitais.

3 METODOLOGIA

Este estudo analisou o efeito especulativo na possível formação do efeito bolha em cotação da empresa Tesla INC, a fim de verificar com base na análise fundamentalista inconsistências na precificação do valor de uma ação pelo mercado. Para tanto utilizou-se o comparativo fundamentalista com outras empresas do mesmo seguimento no estudo, o qual somente foi possível através de análises realizadas em demonstrativos do 4º trimestre de 2019, a fim de demonstrar os indicadores sem a influência da crise mundial causada pelo COVID-19.

O estudo é do tipo descritivo, uma vez que descreve o efeito de bolhas em cotações de empresas de tecnologia, mais especificamente da empresa Tesla INC. (TSLA). No que se refere a abordagem atribuída a análise dos dados, este estudo se caracterizou por ser quantitativo, visto que expôs seus resultados utilizando-se de números e estatística.

Para a realização do estudo foi preciso promover uma análise documental. De acordo com Appolinário (2009) a pesquisa documental utiliza o método de análise de documentos. Figueiredo (2007) complementa que um documento é utilizado como fonte de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar

determinadas questões e servir de prova para outras, conforme interesse do pesquisador. A pesquisa documental recorre a materiais vinculados a fontes primárias. Na coleta de dados o estudo em questão analisou documentos contábeis auditados e aprovados pela *Securities and Exchange Commission* (SEC), os quais foram disponibilizados pela própria INC. Tesla, a qual tem ações negociadas na NASDAQ.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

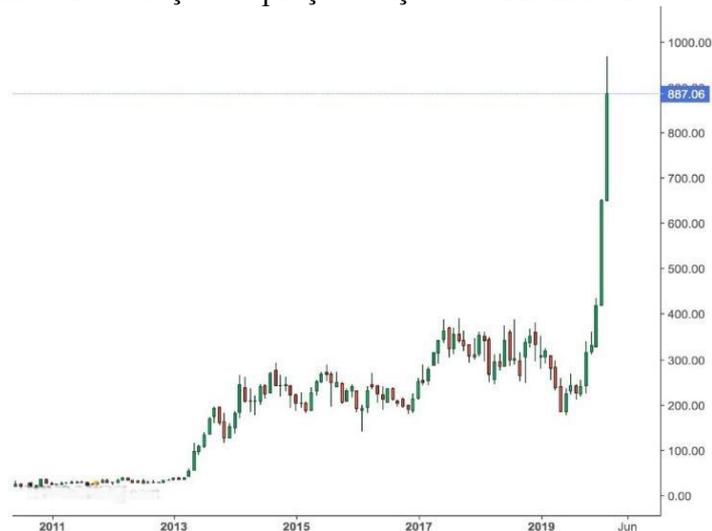
Nesta seção será possível encontrar os resultados da pesquisa.

4.1 TESLA, INC 2019

A empresa Tesla, Inc (TSLA) é uma empresa de capital aberto Norte-Americana, com ações negociadas na NADASQ (*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*) – Associação Nacional de Corretores de Títulos de Cotações Automáticas. Vale ressaltar que a NADASQ é o lugar onde se negociam 2.800 ações de diferentes empresas totalizando o segundo maior mercado em capitalização de mercado do mundo (PHILLIPS; YU; WU, 2011)

Fundada no ano de 2003 até então com o nome de “Tesla Motors”, a empresa ganhou notoriedade em 2004 com a entrada da figura icônica na construção da marca. A premissa e o carro chefe da Tesla é a fabricação e comercialização de carros elétricos usando tecnologia avançada em todas as linhas de carros produzidas. Em 2016 a empresa comunicou que seus carros produzidos Model S, Model X e o novo Model 3 teriam um *hardware* capaz de fazer desnecessária a intervenção humana na direção dos veículos (TESLA, 2016).

O ingresso da empresa no mercado acionário foi no ano de 2010, a Tesla Motors alienou 13,3 milhões de títulos a um preço unitário de 17 dólares, bem acima do preço previsto, entre 14 e 16 dólares, conforme anunciado por Bloomberg (2010) e com um comunicado submetido à *Securities and Exchange Commission* (SEC) norte-americana. A empresa apresentou um crescimento inimaginável para qualquer acionista. Em linhas gerais este crescimento desde o IPO é causado pelo entusiasmo dos investidores que estão cada vez mais otimistas que a empresa consiga tornar a sua operação realmente sustentável, com uma maior capacidade de produção de veículos e geração de lucro. Entusiasmo que em linha geral é muitas vezes consequência de um efeito manada, que por sinal é o motivo da criação do efeito bolha. O gráfico 1 mostra a evolução da cotação da empresa TESLA de 2010 a 2019.

Gráfico 1: evolução no preço de ações da TESLA – 2010 a 2019

Fonte: Haris Anwar/Investing.com, 2020.

No gráfico 1 é possível perceber que de 2010 a junho de 2019 o valor das ações da empresa TESLA oscilaram 5.218%, ou seja, saíram de USD 17,00 para USD 887,06. Com o crescimento da precificação das suas ações, a Tesla (TSLA) se tornou em 2019 a montadora mais valiosa do mundo superando outras gigantes montadoras como a Toyota. Segundo (CESAR, 2020), o valor de mercado da Tesla (TSLA) superou o valor de Toyota, GM Motors, Ferrari e Ford, juntas. Neste sentido, é possível afirmar que $TESLA = TOYOTA + FERRARI + FORD + GM MOTORS$.

Durante a maior parte de 2019, quase todas as vendas vieram de novos compradores sem reserva prévia. Inicialmente sem nenhum gasto com publicidade (TESLA, 2019). A inovação e a tecnologia envolvida em todos produtos comercializados pela Tesla, INC é indiscutível. De acordo com (GRAHAM, 1949) uma empresa se mantém em níveis elevados de cotação e de valor de mercado somente quando demonstra resultados financeiros e contábeis que demonstrem o real valor da cotação comparado com a capacidade de gerar lucro da empresa. O tópico a seguir irá analisar os resultados financeiros da empresa, evidenciando uma precificação irracional do mercado acerca dos demonstrativos contábeis e indicadores financeiros.

4.2 ANÁLISE FUNDAMENTALISTA DOS RESULTADOS TESLA. INC 2019

Em decorrência da variação nos números apresentados na grande parte das empresas em 2020 em decorrência da pandemia, os dados utilizados para análise foram os apresentados pela Tesla em 2019.

O demonstrativo contábil da Tesla no ano de 2019 apresentou uma receita total de USD 24.578.000,00 e um lucro bruto de USD 4.069.000,00. Até este momento a Tesla se encontra no positivo. Porém, ao retirar do lucro bruto as despesas operacionais de USD 4.138.000,00 as receitas operacionais fecharam no negativo com um prejuízo de USD 69.000.000,00. Impostos e itens extraordinários aumentam o prejuízo para USD

ANÁLISE FUNDAMENTALISTA DO EFEITO BOLHA EM COTAÇÃO DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA

862.000.000,00 no exercício em questão, apresentando um lucro por ação negativo de -0,97%.

Vale ressaltar, porém que nos anos anteriores, a empresa apresentou prejuízos. Chegou a registrar USD 1961,4 bilhões de dólares em prejuízo no ano de 2017, por exemplo. Tal fato pode ser justificado em virtude de que as empresas de tecnologia têm como marca o alto investimento em anos primordiais na busca de espaço maior no mercado, justificando o prejuízo inicial.

Para melhorar a análise, promoveu-se uma comparação com a empresa Toyota Motors. A Toyota Motors é uma fabricante automotiva japonesa com sede na província de Aichi, no Japão. É responsável pelo feito de ser a primeira fabricante de automóveis do mundo a produzir mais de 10 milhões de veículos por ano. Em 2019 teve o seu valor de mercado ultrapassado pela Tesla. O fato gerador dessa ultrapassagem se dá puramente pelo fato do aumento do preço das ações da Tesla, o qual impulsionou o seu valor de mercado. Apesar destas informações pode-se observar a tabela 1, a qual demonstra a disparidade na geração de riquezas da Tesla e Toyota.

Tabela 1: Comparação dos números entre a Tesla e a Toyota, referentes a 2019.

	TESLA	TOYOTA	C
Valor de Mercado	USD 280 BI	USD 175 BI	-37,5%
Carros Vendidos	367.500	10.740.00	29,2X
Vendas	USD 24,5 BI	USD 272 BI	11,1X
Margem Bruta	16,7 %	18%	+7,7%
Lucro ou Prejuízo	- USD 862 MI	USD 16,9 BI	∞
Margem Líquida	-	6,2%	∞

Fonte: elaborado pelo autor.

Com base na tabela 1 é possível concluir que, o preço da ação da Toyota é 37,5% mais barata do que a da Tesla, vendendo 29,2X mais carros no mundo. As vendas da Toyota não divergem dessa vertente, a empresa vendeu 11,1X mais carros do que a Tesla, apresentando uma Margem Bruta, ou seja, a sobra das despesas embutidas na comercialização do carro de 18%, enquanto a Tesla apresentou 16,7%, ou seja, 7,7% a menos do que a adversária.

O Lucro de USD 16,8 bilhões da Toyota Motors e o Prejuízo de USD 862 milhões da Tesla, demonstram o quanto a Toyota é mais efetiva na geração de lucros, conseguindo lucrar mais na venda dos seus carros, haja visto que para cada USD 100,00 vendidos pela Toyota USD 6,20 ficam para os acionistas, de acordo com o cálculo da Margem Líquida.

Para uma comparação mais justa em um nicho de carros mais “Premium” a Tesla compete com a Audi, filiada ao grupo Volkswagen com fundação no final do século XIX, chegando em 2006 a comercializar 905.100 veículos.

A Tesla em relação a Audi apresenta um valor de mercado 73,2% maior e uma capacidade de gerar valor a partir do produto vendido medido pela Margem Bruta de 13,7% a mais. Inicialmente os números informados parecem promissores, mas vale a pena informar que a AUDI vendeu 2,04X mais carros que a Tesla e apresentou um lucro

de USD 3,45 bilhões, enquanto a Tesla terminou o período no prejuízo. Tal fato é demonstrado na tabela 2.

Tabela 2: Comparação dos números entre a Tesla e a Audi, referentes a 2019.

	TESLA	AUDI	C
Valor de Mercado	USD 280 BI	USD 75 BI	-73,2%
Carros Vendidos	367.500	1.845.550	5,0X
Vendas	USD 24,5 BI	USD 50,1 BI	2,04X
Margem Bruta	16,7%	14,5%	-13,7%
Lucro ou Prejuízo	- USD 862 MI	+ USD 3,45 BI	∞
Margem Líquida	-	6,9%	∞

Fonte: elaborado pelo autor

A Tesla, apresentou uma estimativa para 2021 de 500.000 carros vendidos. Seguindo essa projeção, e sendo o mais positivista possível, a tabela 3 a seguir demonstra algumas informações relevantes.

Tabela 3: Projeção de lucro da Tesla em 2021.

	Projeção 2021
Carros Vendidos	500.000
Vendas	USD 34 BI
Margem Líquida	6,9%
Lucro	USD 2,35 BI
Lucro por ação	USD 2,30
Preço da Ação	USD 1.516
P/L	659,1

Fonte: elaborado pelo autor.

A tabela 3 está baseada em um positivismo supondo que a Tesla multiplique por 6x o seu poder de gerar lucro, consiga melhorar sua margem líquida e consiga equacionar suas dívidas. Através dessa tabela é possível tirar a projeção de que se a Tesla Inc. conseguiria em 2021 ter o mesmo lucro que a AUDI. Nota-se que ela teria um preço de valor de mercado 100x maior que o seu lucro.

O indicador P/L é esclarecedor quanto a discrepância entre a precificação de ativos que concorrem entre si em linhas gerais. O lucro obtido pela ação dividido pelo preço da ação dá um norte ao investidor quanto ao tempo em que a ação devolverá seu dinheiro investido. Supondo que uma empresa tenha R \$5,00 reais de lucro por ação e sua ação venha a valer R \$40,00 reais através desse índice a ação retornará o valor pago por ela em 8 anos. Outra forma de interpretar o índice P/L seria o quanto o mercado está disposto a pagar pelos lucros da empresa. Assim, quanto maior o P/L mais o mercado está disposto a pagar por este ativo.

Em linhas gerais como toda empresa voltada ao ramo da tecnologia, a Tesla Inc. apresenta um P/L altíssimo. Em 2021, o indicador preço lucro da empresa seria em torno de USD 659,00. A tabela 4 apresenta a diferença do índice P/L entre as montadoras.

Tabela 4: Diferença entre montadoras no que se diz respeito ao índice P/L

MONTADORAS	PL
TESLA	659
TOYOTA	7,7
AUDI	17,5
GM	8,2
FERRARI	39,5
FIAT CHRYSLER	4,5
VOLKSWAGEN	6,5

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se na tabela 4 que as empresas do mesmo segmento da Tesla. Inc, apresentam um índice P/L explicitamente menores apesar da notória dificuldade que permeia esse nicho de mercado. A GM Motors retornaria o investimento feito em 8,2 anos, a Ferrari com P/L ainda alto em 39,5 anos e a Fiat Chrysler em 4,5 anos com o menor índice apresentado. A Tesla Inc., conforme os demonstrativos apresentados no ano de 2019, demoraria 659 anos para retornar o dinheiro investido para o investidor. Isto, em virtude da precificação exorbitante do mercado no preço da ação da mesma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo foi possível averiguar com base na análise fundamentalista de empresas do mesmo setor, inconsistências na precificação da ação da empresa Tesla Inc. no cenário atual.

Observou-se a falta de capacidade de geração de lucro da Tesla Inc. em comparação às demais empresas do mesmo setor, uma vez que índices como margem líquida e P/L se demonstram bem abaixo dos demais.

Em normas gerais, um investidor que investe na Tesla Inc. nos preços supracitados estaria apenas especulando, haja vista que as projeções para os próximos anos não sustentariam o valor pago pela ação. Como toda bolha, a especulação em futuro promissor não é garantia de lucros e crescimento garantido.

Empresas de aviação no século 19 são exemplos a serem seguidos. A expectativa nem sempre condiz com a realidade. Estas empresas continuam até hoje, mas as capacidades de gerar lucro por muitas variáveis são mínimas ou como via de regra muitas empresas fecham seus demonstrativos contábeis no vermelho.

O estudo em questão não tem como objetivo ser pessimista, somente demonstrar através de indicadores e acontecimentos marcados na história do mercado de capitais um possível efeito bolha na cotação da empresa Tesla. O futuro promissor da empresa em todos os aspectos de mercado é notório, com a necessidade cada vez mais de produtos sustentáveis e tecnológicos. A questão que merece atenção é a alta concentração de especulação que por fim pode ocasionar uma queda no preço das ações e levar muitas pessoas desavisadas a perder dinheiro.

REFERÊNCIAS

TESLA. **Relações com investidores**. Disponível em: <https://ir.tesla.com/>. Acesso em: 15 out. 2020.

Walter, Richard. Análise fundamentalista e avaliação de títulos: aspectos teóricos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 14, n. 1, jan-fev, 1974.

BYRNE, Patrick M.; MARKHAM, William J. **Improving quality and productivity in the logistics**. Chicago: Council of Logistics Management, 1991.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações Contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NETO, ASSAF, ALEXANDRE. **Mercado Financeiro**. 14. ed, São Paulo: Atlas, 2018.

Peter CB Phillips, Yangru Wu, Jun Yu. **Quando a exuberância escala os valores dos ativos?**. Disponível em: <https://insideevs.uol.com.br/news/428094/tesla-mais-valiosa-mundo>. Acesso em: 15 fev. 2011.

Julio Cesar. **Tesla supera a Toyota e se torna a montadora mais valiosa do mundo**. Disponível em: <https://insideevs.uol.com.br/news/428094/tesla-mais-valiosa-mundo>. Acesso em: 19 set. 2020.

KIYOSAKI, Robert; LECHTER, Sharon. **Pai rico, pai pobre**: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. Tradução de Maria José Cyhlar Monterio. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GRAHAM, Benjamin. **O investidor Inteligente**. Lourdes: Sette, 2015.

REIS, Tiago. **Guia Suno de contabilidade para investidores**: conceitos contábeis fundamentais. Suno Research, 2019.

REIS, Tiago. **As dez maiores bolhas de todos os tempos**. Suno Research, 2020.

HARIS ANWAR/INVESTING.COM. **É Tarde Demais para Comprar as Ações da Tesla?** Disponível em: <https://br.investing.com/analysis/-tarde-demais-para-comprar-as-acoes-da-tesla-200433515>. Acesso em: 6 set. 2020.

FINANCIALS. **Análise Fundamentalista**. Disponível em: <http://financials.com.br/analise-fundamentalista/>. Acesso em: 6 set. 2020.

ANÁLISE FUNDAMENTALISTA DO EFEITO BOLHA EM COTAÇÃO
DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PADOVEZE, Clóvis Luís, BENEDICTO, Gideon Carvalho. **Análise das demonstrações Financeiras**. 3. ed .rev. e ampl. São Paulo: Congage Learning, 2010.

ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA REFORMA TRABALHISTA NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE¹

Caio César Caixeta e Silva²
Gustavo de Magalhães Vieira³

RESUMO: O presente estudo analisou qual foi o impacto da reforma trabalhista nos escritórios de contabilidade segundo profissionais da área contábil atuantes em uma cidade do interior de Minas Gerais. A pesquisa foi do tipo descritiva e de abordagem qualitativa. Os resultados finais da pesquisa mostram que os contadores entrevistados concordam que a reforma, de fato, deveria ser implementada, visto o avanço tecnológico e mudanças diversas nas relações de trabalho. Apesar dos vários pontos positivos e negativos advindos da implementação da reforma para as classes empresária, contábil, trabalhadora e sindical, percebeu-se após as análises realizadas na pesquisa que os pontos positivos superam os negativos. Sendo assim, tem-se que a implementação da reforma é tida como favorável segundo os pesquisados no estudo.

PALAVRAS-CHAVE: legislação trabalhista; reforma trabalhista; relações de trabalho.

ABSTRACT: The present study analyzed the impact of labor reform in accounting offices according to accounting professionals working in a city in the interior of Minas Gerais. The research was descriptive and with a qualitative approach. The final results of the survey show that the accountants interviewed agree that the reform, in fact, should be implemented, given the technological advance and various changes in labor relations. Despite the several positive and negative points arising from the implementation of the reform for the entrepreneur, accounting, working and union classes, it was noticed after the analysis carried out in the research that the positive points outweigh the negative ones. Thus, it is seen that the implementation of the reform is seen as favorable according to those surveyed in the study.

KEYWORDS: labor legislation, Labor Reform, Work Relationships.

1 INTRODUÇÃO

A busca por direitos trabalhistas devido a grande exploração e condições de trabalho inadequadas engloba o surgimento das relações trabalhistas. Manus (2012) afirma que o principal motivo dessa busca foi a total omissão do estado nas relações de trabalho e a insatisfação dos trabalhadores. Como tentativa de resolver esses problemas, os trabalhadores começaram a criar associações. Gomes e Gottschalk (2011) salientam que os direitos do trabalhador foram garantidos e as organizações sindicais foram

¹ Trabalho apresentado na área temática III Ciências Contábeis: Auditoria e Perícia contábil; Contabilidade gerencial e de custos; Educação e pesquisa em Contabilidade; Ética e responsabilidade social e temas correlatos, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: caiosilva@unipam.edu.br.

³ Orientador do trabalho e professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: gustavomv@unipam.edu.br.

reconhecidas como associações de luta e defesa dos direitos dos trabalhadores nas relações de trabalho.

De acordo com Lopes (2017) surgiu a necessidade de um avanço socioeconômico e tecnológico na legislação brasileira, levando em conta que diante de tais fatores a sociedade evoluiu e o mundo se tornou globalizado. Chamada de reforma trabalhista, no dia 13 de julho de 2017, por meio do Decreto-lei n. 13.467, foi implantada tal medida com objetivo de atualizar e flexibilizar as relações de trabalho no Brasil.

Diante das mudanças advindas da reforma mencionada, os contadores – intermediadores na relação patrão / empregado – tiveram que buscar entendimento sobre as mudanças ocorridas para orientação de ambas as partes, conforme subscreve o código de ética contábil, com total imparcialidade. É a partir da inserção da figura do contador neste processo de adaptação às mudanças trabalhistas que se faz o seguinte questionamento: quais os impactos nas atividades profissionais desempenhadas pelos contadores após a aprovação da reforma trabalhista?

O objetivo geral do presente trabalho foi analisar o impacto da reforma trabalhista na profissão dos contadores de uma cidade do interior de Minas Gerais. Com intuito de cumprir com o objetivo geral, intitulou-se como objetivos específicos, verificar as mudanças na reforma trabalhista que mais impactam o cotidiano profissional do contador e analisar as vantagens e desvantagens da implantação da reforma trabalhista para os sujeitos contador, empresário e empregado (na visão do contador).

O tema análise sobre o impacto da reforma trabalhista nos escritórios de contabilidade foi escolhido, pois beneficia a sociedade ao estudar um assunto recente, polêmico e do interesse dos trabalhadores e empresários brasileiros. Beneficia ainda as organizações contábeis ao possibilitar a reflexão de possíveis benefícios e ou problemas vivenciados após a instituição da reforma trabalhista, permitindo que os profissionais contábeis modifiquem, a partir de então, processos de trabalho e ou encorajamento para com as mudanças.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção foi possível conhecer sobre as várias alterações nas relações de trabalho no mundo e no Brasil. Será possível entender também, sobre a reforma trabalhista ocorrida no ano de 2018.

2.1 AS VÁRIAS ALTERAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO MUNDO E NO BRASIL

No início dos tempos a vida do trabalhador não era nada fácil. Este, não tinha condições adequadas de trabalho e sofria com a falta de direitos. O primeiro trabalho que surgiu no Brasil foi exatamente o “trabalho escravo”, o qual não garantia direitos ou proteção aos trabalhadores (escravos) (MARTINS, 2009).

As relações de trabalho tiveram um grande impacto com o surgimento das indústrias durante a Revolução Industrial, no início do século XVIII, na Inglaterra. De acordo com Figueira (2000) os historiadores afirmam que a Revolução Industrial teve

um papel muito importante para a evolução do capitalismo por ter sido marcada por um advento de transformações econômicas, sociais e tecnológicas.

Com o surgimento das máquinas e a produção industrial em larga escala, os trabalhadores começaram a se mudar para a cidade à procura de empregos, gerando concentrações de pessoas, excesso de mão de obra e desemprego. Com isso, os trabalhadores passaram a sofrer explorações por parte dos empregadores, cumprindo jornadas de trabalho longas e cansativas (NASCIMENTO, 2014).

No Brasil, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, o qual se elegeu com discurso de que era necessário o fortalecimento e criação de novas leis trabalhistas, constituiu-se uma base que permanece ainda nos dias atuais. Foi a partir deste período que os trabalhadores passaram a usufruir de direitos como o 13º salário, férias, descanso remunerado, horas extras, descanso semanal, salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas, regulamentação do trabalho do menor e da mulher, salário família, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), PIS (Programa de Integração Social), dentre outros (MANUS, 2015).

Diante da quantidade e especificidades dos direitos trabalhistas impostos, a partir de então, seguindo as regras do ordenamento jurídico, viu-se a necessidade de criar em 1º de maio de 1943 – através do Decreto-Lei n. 5.452 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para Nascimento (2014) a criação da CLT foi essencial para o fortalecimento da legislação trabalhista, pois os interessados passaram a ter acesso a um material consolidado para consulta do conjunto de leis trabalhistas de direito individual, coletivo e processual.

Com a nova constituição criada em 1988, estas leis tomaram forma e modificaram alguns aspectos jurídicos nas relações de trabalho (MOURA, 2016). No entanto, a mais representativa mudança na legislação trabalhista foi a reforma trabalhista de 2018 imposta pelo presidente Michel Temer.

2.2 A REFORMA TRABALHISTA ADVINDA DA INSTITUIÇÃO DO DECRETO-LEI N. 13.467/17

A chamada reforma trabalhista foi criada com discurso de que eram necessárias mudanças para a minimização da crise econômica enfrentada pelos brasileiros e aumentar empregos. Para tanto, foi preciso promover mudanças em mais de 100 pontos da CLT alegando atualização de regras, visto o desenvolvimento da sociedade e flexibilização nas relações de trabalho (LOPES, 2017).

Sobre isso, Econet (2018) afirma que a reforma trabalhista começou a ser discutida em 2016 na Câmara dos Deputados no Congresso Nacional através do Projeto de Lei nº 6.787/2016, o qual foi anunciado no dia 22 de dezembro do mesmo ano pelo governo federal com o objetivo de atualizar as leis trabalhistas. Tal projeto foi analisado no dia 23 de dezembro de 2016 e aprovado pelo Senado Federal em 11 de julho de 2017. Entretanto, vale ressaltar que entrou em vigor somente em 11 de novembro de 2017.

Dentre as mudanças advindas da reforma trabalhista Econet (2018) mostra que em relação à contribuição sindical foram alterados os artigos 579, 582, 587, 602 da CLT. No quadro 1 é possível verificar tais mudanças.

ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA REFORMA TRABALHISTA NOS
ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE

De acordo com as informações expostas no quadro 1, nota-se que a contribuição sindical era obrigatória entre os empregados antes da reforma. Posteriormente, passou a ser opcional, ou seja, passou a ser descontada do empregado que autorizar. Com a reforma o mesmo passou a acontecer para as empresas, as quais passaram a ter as contribuições patronais cobradas somente quando demonstrado o desejo por pagar.

Quadro 1: Mudanças na contribuição sindical

Antes da Reforma	Depois da Reforma
Art. 579. A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591.	Art. 579. O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 desta Consolidação.
Art. 582. Os empregadores são obrigados a descontar, da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de cada ano, a contribuição sindical por estes devida aos respectivos sindicatos.	Art. 582. Os empregadores são obrigados a descontar da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de cada ano a contribuição sindical dos empregados que autorizaram prévia e expressamente o seu recolhimento aos respectivos sindicatos.
Art. 587. O recolhimento da contribuição sindical dos empregadores efetuar-se-á no mês de janeiro de cada ano, ou, para os que venham a estabelecer-se após aquele mês, na ocasião em que requeiram às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade.	Art. 587. Os empregadores que optarem pelo recolhimento da contribuição sindical deverão fazê-lo no mês de janeiro de cada ano, ou, para os que venham a se estabelecer após o referido mês, na ocasião em que requererem às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade.
Art. 602. Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto do imposto sindical serão descontados no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho.	Art. 602. Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto da contribuição sindical e que venham a autorizar prévia e expressamente o recolhimento serão descontados no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho.

Fonte: Econet Editora Empresarial (2018).

Além das modificações na contribuição sindical, Econet (2018) explica que a reforma trouxe mudanças também nas questões relacionadas à rescisão do contrato de trabalho. Para melhor entendimento, pode-se observar o quadro 2.

Quadro 2: Mudanças na rescisão do contrato de trabalho

Antes da Reforma	Depois da Reforma
Art. 477. É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador	Art. 477. Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de

<p>uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.</p> <p>§ 1º O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social.</p>	<p>Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo.</p> <p>§ 1º (Revogado).</p>
---	---

Fonte: Econet Editora Empresarial (2018)

No quadro 2 verifica-se que antes da reforma, quando o empregado fosse rescindir o seu contrato, era preciso uma assistência sindical do Ministério do Trabalho. Esta lei, porém, foi revogada, possibilitando que o empregado e empregador possam fazer um acordo comum realizado entre as partes sem precisar dessa assistência sindical. Neste sentido, de acordo com Lopes (2017), a reforma limitou a participação dos sindicatos em alguns aspectos permitindo que o contrato de trabalho fosse realizado entre um acordo entre empregado e empregador.

Diante dessas informações, nota-se que as mudanças feitas pela reforma trabalhista trouxeram um pouco de desconforto às organizações sindicais. Neto e Souza (2018) afirmam que em virtude das alterações feitas na legislação é preciso considerar que a reforma sofre uma grande resistência. Lopes (2017) salienta que a reforma tirou um pouco das obrigações dos sindicatos, ameaçando assim, sua existência ao considerar que o principal lucro dos sindicatos era a contribuição sindical obrigatória.

A reforma impactou também a classe trabalhadora. Isto, pois aconteceram mudanças em relação aos acidentes de trabalho. Depois da reforma, caso o empregado se machuque fazendo sua refeição, descansando ou fazendo sua higienização não será considerado acidente de trabalho, pois o mesmo não estava à disposição do empregador. Tal fato revoltou a classe trabalhadora. Sobre isso, Barsano e Barbosa (2012) conceitua como doença ocupacional todo mal causado pelo ambiente ou trabalho em que está sendo executado.

3 METODOLOGIA

O estudo em questão é do tipo descritivo, pois descreve o impacto da reforma trabalhista na profissão dos contadores de uma cidade do interior de Minas Gerais. Sobre a pesquisa descritiva Mezzaroba (2017) explica que a mesma se relaciona com estudos que têm como interesse principal descrever como os fenômenos são vistos pelo pesquisador, sem propor soluções.

Quanto à abordagem da pesquisa, nesta foi utilizada a qualitativa, a qual refere-se a um trabalho de campo, onde o pesquisador tem contato direto com o ambiente e objeto de estudo. As pesquisas de abordagem qualitativa têm o ambiente como fonte direta (PRODANOV; FREITAS, 2013). Sobre isso, Goldenberg (1997) complementa que uma pesquisa qualitativa não tem por objetivo uma representatividade numérica, mas sim com o aperfeiçoamento da compreensão do grupo social, de uma organização.

ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA REFORMA TRABALHISTA NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE

Sendo assim, poderá caracterizar um problema, examinar variáveis, compreender e relacionar processos dinâmicos vividos por esses grupos.

O método de pesquisa a ser utilizado foi o estudo de caso. Para Yin (2001) este método possibilita utilizar abordagens específicas de coleta e análise de dados.

A unidade de análise e os sujeitos da pesquisa são os mesmos. Tratam de 6 profissionais atuantes em escritórios de contabilidade de uma cidade do interior de Minas Gerais com registro junto ao CRC-MG (Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais). Vale ressaltar que estes profissionais foram escolhidos pelo critério de acessibilidade.

Para a execução do trabalho os contadores selecionados foram contatados para a explicação do projeto e aceito no mês de julho de 2020. Após o aceite a coleta de dados se iniciou através de reuniões agendadas conforme a disponibilidade dos profissionais para a aplicação do roteiro de entrevista, apêndice I deste Projeto de Pesquisa. A aplicação do roteiro de entrevista foi gravada com intuito de facilitar a transcrição das respostas. Outra questão que merece destaque é que os pesquisados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual lhes garante a preservação da identidade dos mesmos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção foram apresentadas as respostas alcançadas com a aplicação do roteiro de entrevista, bem como a análise dos pontos de vista dos entrevistados em relação aos reflexos trazidos pela reforma trabalhista de 2018. Os resultados foram demonstrados na mesma sequência da aplicação do roteiro de entrevista – Apêndice I.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

O quadro 3 apresenta o perfil dos profissionais entrevistados, os quais foram escolhidos pelo critério de acessibilidade. Os mesmos foram denominados contador 1, contador 2, contador 3, contador 4, contador 5 e contador 6.

Quadro 3: Perfil dos entrevistados

Nome	Sexo	Idade	Formação	Ocupação	Experiência
Contadora 1	F	30	Superior completo	Contadora	03 anos
Contador 2	M	38	Superior completo	Contador	05 anos
Contador 3	M	47	Superior completo	Contador	20 anos
Contador 4	M	34	Pós-Graduado	Contador	15 anos
Contador 5	M	43	Superior completo	Contador	14 anos
Contador 6	M	51	Tec. Contabilidade	Téc. Contabilidade	20 anos

Fonte: elaborado pelo autor

Ao analisar o quadro 3 percebe-se que cinco dos seis entrevistados são contadores(as), ou seja, bacharéis em Ciências Contábeis. Somente o profissional (contador 6) desempenha suas atividades com o título de técnico em contabilidade. A

faixa etária dos mesmos varia de 30 a 51 anos. Nota-se também que o tempo de experiência varia muito entre os contadores entrevistados (3 a 20 anos de experiência).

4.2 RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA

Os questionamentos realizados durante a aplicação do roteiro de entrevista foram feitos com objetivo de compreender a opinião dos profissionais da área da contabilidade entrevistados em relação às mudanças feitas na legislação trabalhista em 2018. Para tanto, buscou-se entender os seguintes pontos: necessidade da aprovação da reforma trabalhista; dificuldades enfrentadas pelos escritórios antes e após a aprovação da reforma; retirada de direitos trabalhistas conforme argumentação dos sindicatos; pontos positivos e ou negativos advindos da reforma para as classes trabalhadora, empresarial, de contadores e associações sindicais, e; o que poderia ter sido deixado de lado e ou ficou faltando implementar na mudança da legislação em questão.

Sobre a reforma trabalhista, Econet (2018) afirma que a mesma veio para modernizar e renovar as necessidades dos grupos trabalhistas. Neste sentido, todos os entrevistados se mostraram cientes da reforma e concordaram em relação a necessidade da implantação das mudanças nela concebidas, naquele momento.

- Sim. A reforma trabalhista permitiu uma maior flexibilização das leis. Permitiu acordos diretos entre empresários e funcionários, mantendo os direitos previstos em constituição. (Contador 5)
- Sim. Porque algumas regras relacionadas às relações de trabalho estavam ultrapassadas. (Contador 3)

Dentre as justificativas apontadas pelos entrevistados que sustentam a necessidade de mudança na legislação trabalhista, destacam-se a flexibilização e a atualização das regras antes impostas. Neto e Souza (2018) apontam que a reforma trabalhista sofreu grande resistência, assim como toda grande alteração legislativa. Afinal, mudanças geram dificuldades em relação a aplicação prática. Dito isto, foi questionado aos entrevistados qual a maior dificuldade enfrentada pelos escritórios de contabilidade durante o debate pré-aprovação da reforma e após a aprovação da mesma.

- Negociações entre empregado e empregador. Pois, o empregador quer ficar como mandatário criando conflito entre as partes. (Contador 6)
- Após a aprovação da Lei N. 13.467/17 houve a necessidade dos profissionais contábeis e principalmente do setor de RH de se adaptarem de forma rápida e segura, através de cursos disponíveis, sejam presenciais ou por meio de plataformas digitais (online). (Contador 5)
- Implantação do E-social e suas alterações durante a implantação. (Contadora 1)
- Não encontramos dificuldades, a Lei deve ser estudada e interpretada como uma outra qualquer. Foi o que fizemos e repassamos para nossos clientes/empresa. (Contador 4)

ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA REFORMA TRABALHISTA NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE

Diante das respostas obtidas, percebeu-se que em relação às dificuldades enfrentadas pelos escritórios de contabilidade, os entrevistados tiveram opiniões distintas. Apenas um dos contadores (contador 4) relatou não ter enfrentado dificuldade durante e após o processo de instituição das novas regras trabalhistas.

Durante os debates que antecederam a aprovação da reforma, as associações sindicais apontavam que os trabalhadores sofreriam perdas consideráveis caso a mesma fosse aprovada. Isto, pois, tinham em seus discursos argumentações de que muitos dos direitos dos trabalhadores estariam sendo retirados com a implantação da nova legislação. Sobre isso os profissionais entrevistados posicionaram da seguinte forma:

- Não. Eles estavam pensando neles próprios. Na perda de arrecadação, uma vez que deixa de ser obrigatório, o desconto da contribuição sindical, essencial, negocial, para os não filiados. (Contador 3)
- Não. Os sindicatos e associações utilizavam tais argumentos porque tinham medo da sua própria extinção. (Contador 4)
- Sim. Acredito que os trabalhadores perderam com as negociações coletivas, homologações, crescimento do trabalho informal, remuneração por produtividade, dentre outros. (Contador 6)

Do total de entrevistados, apenas um (contador 6) argumentou concordar com as associações sindicais, as quais enfatizavam que os trabalhadores estariam perdendo direitos. Os demais argumentaram que os sindicatos estavam apenas procurando se proteger, pois temiam perdas consideráveis de arrecadação de recursos advindos das contribuições sindicais, as quais passariam a não ser mais obrigatórias. Sobre isso, Lopes (2017) explica que o que agora é condicionada a autorização prévia e expressa do profissional era antes obrigatório a contribuição para os sindicatos.

Toda mudança tem pontos positivos e ou negativos. Sendo assim, buscou-se entender dos entrevistados quais os pontos negativos e positivos advindos da implantação da reforma trabalhista para as classes empresária, de contadores, trabalhadora e sindical. Sobre isso, em relação a classe empresária encontrou-se as seguintes argumentações:

- Positivo: Parcelamento das férias em até três vezes, horário de almoço de 30 minutos, banco de horas. (Contador 3)
- Positivo: Flexibilização do horário de trabalho e *home office*. (Contador 6)
- Positivo: flexibilização para firmar acordos individuais de contrato de trabalho, regulamentação do trabalho *home office*, fortalecimento da classe empresária com relação aos sindicatos de classe (funcionários). (Contador 5)

Ao analisar as respostas obtidas sobre os pontos positivos e negativos da implantação da reforma para a classe empresária percebeu-se que os entrevistados foram unânimes em destacar apenas pontos positivos. Dentre eles a flexibilização do horário de trabalho e a regulamentação do trabalho *home office*, a possibilidade de acordos individuais, o parcelamento das férias, o horário de almoço de apenas 30

minutos e a prescrição do banco de horas. Neste aspecto o (contador 4) mencionou ainda que dentre os pontos positivos a redução dos processos trabalhistas foi o maior deles.

- Só positivo, visto que os processos trabalhistas com empregados reduziram quase 90%. (Contador 4)

Já em relação aos pontos positivos e negativos advindos da implantação da reforma para a classe contábil, verificou-se as seguintes argumentações:

- Negativo: passaram a ocorrer atrasos na confecção das convenções coletivas, dificuldade na interpretação da Lei, informações confusas e contraditórias. (Contador 4)
- Negativo: dificuldade na implantação E-social. (Contador 2)
- Negativo: dificuldade inicial de assimilar as mudanças em tempo hábil, pois os conhecimentos teóricos depois de interpretados de forma ímpar, têm que ser aplicados na prática; atualização do sistema da folha de pagamento, decorrente da reforma trabalhista e insegurança jurídica. (Contador 5)
- Positivo: diminuição na quantidade de obrigações, respectivamente. (Contador 2)
- Positivo: as homologações rescisórias perante ao sindicato de classe (funcionários) passou a ser facultativo depois da Lei n. 13.467/17; oportunidade de renovar e aprimorar seus conhecimentos, com foco em prestar um serviço de excelência e conseqüentemente ter por parte de seus clientes ou pelo mercado de trabalho melhor valorização profissional. (Contador 5)

Neste quesito, os entrevistados destacaram pontos positivos e negativos para a classe contábil advindos da implantação da reforma trabalhista. Dentre os pontos negativos demonstrados destacou-se a dificuldade de interpretação e aplicação prática das novas regras impostas. Já em relação aos pontos positivos, os mesmos ressaltaram que a não exigibilidade da presença de representantes sindicais durante as homologações rescisórias melhoraram o processo de desligamento do trabalhador. Além disso, houve aqueles que destacaram uma maior valorização da classe contábil.

Em relação a classe trabalhadora, foi possível constatar que houveram pontos positivos e negativos em relação à opinião dos entrevistados.

- Negativo: autorização de dispensa coletiva sem intervenção sindical, restrição de acesso à justiça gratuita, horas extras sem pagamento em *home office*. Fim da assistência gratuita na rescisão de contrato de trabalho. (Contador 3)
- Negativo: os sindicatos deixaram de se importar com o trabalhador uma vez que os mesmos optaram por não contribuir com os sindicatos. (Contador 4)
- Positivo: garantia de condições iguais para terceirizados, permissão da rescisão do contrato de trabalho por comum acordo. (Contador 3)

ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA REFORMA TRABALHISTA NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE

Percebeu-se, que os respondentes destacaram uma quantidade de pontos negativos superior aos pontos positivos, quando da análise relacionada a classe trabalhadora. Dentre os pontos positivos argumentaram que a nova legislação trabalhista equiparou os direitos e garantias dos trabalhadores terceirizados aos demais. Outro ponto destacado foi a possibilidade de acordos rescisórios. Já em relação aos pontos negativos, os profissionais entrevistados foram unânimes ao destacar que a restrição à justiça gratuita, a minimização da preocupação sindical para com os trabalhadores em virtude do não pagamento da contribuição sindical e a inexistência do pagamento das horas extras em *home office*, foram questões que impactam negativamente na vida do trabalhador.

Em relação a classe sindical, obteve-se as seguintes argumentações:

- Negativo: porque os sindicatos bons perderam suas forças com a não cobrança obrigatória do trabalhador. (Contador 4)
- Negativo: a contribuição sindical deixou de ser obrigatória e passou a ser facultativa (era uma das principais rendas dos sindicatos); enfraquecimento da classe sindical (funcionários). (Contador 5)
- Positiva: vários sindicatos que não traziam nenhum benefício ao trabalhador e que existiam apenas para sugar dos mesmos foram fechados. (Contador 4)
- Positivo: houve a necessidade da mudança no comportamento da grande maioria das entidades sindicais. Para se manter tiveram que se impor mais presentes na defesa dos interesses da classe trabalhadora. (Contador 5)

A repercussão da reforma trabalhista na classe sindical, segundo os respondentes, também foi positiva em alguns aspectos e negativa em outros. Sobre isso, vale destacar que todos os contadores entrevistados listaram a não obrigação do recolhimento da contribuição sindical por parte dos trabalhadores foi algo negativo para os sindicatos. Destacaram, porém, que esta mesma medida pode ser vista como algo positivo quando da averiguação de que alguns sindicatos (tidos como ruins / que pouco contribuem para com os trabalhadores) foram fechados. Outros, porém (tidos como bons / que muito contribuíram para com a classe trabalhadora) foram prejudicados e, por isso, impossibilitados de permanecer atuando em favor do trabalhador.

Se tratando de alterações na legislação, tem sempre aquelas que ocorrem sem a devida necessidade e outras que necessitavam de mudanças, porém, são deixadas de lado, para oportunidades futuras. Sendo assim, questionou-se aos entrevistados o que poderia ter sido deixado de lado na reforma trabalhista. Sobre isso, argumentam o seguinte:

- Um ponto a ser considerado é o caso das dispensas coletivas, que antes da Lei N. 13.467/17 havia a necessidade da participação da classe sindical (funcionários) para negociação de manutenção de empregos, diminuindo o impacto da dispensa coletiva, após a entrada em vigor da Lei N. 13.467/17 não há interferência da classe sindical (funcionários). (Contador 5)

- As leis trabalhistas no Brasil são muitas e complexas. A reforma poderia ter simplificado as regras para um melhor entendimento dos empregados e empregadores. (Contador 3)
- Férias divididas em 3 períodos, pois tal questão complica o controle das empresas com muitos funcionários. (Contador 6)

Dentre os pontos que poderiam ter sido desconsiderados na reforma, os contadores listaram a complexidade das regras, o parcelamento das férias e a possibilidade de dispensas coletivas sem a participação sindical. Já em relação ao que poderia ter sido incluído na reforma, os contadores listaram a flexibilização das regras relacionadas aos jovens aprendiz, a possibilidade de um número maior de horas extras dias por trabalhador e a possibilidade de negociação do salário entre empresa e empregado. Tais argumentações podem ser visualizadas abaixo:

- Permitir acrescentar mais horas extras na jornada de trabalho, por exemplo, hoje são apenas 2 horas ao dia que podem ser trabalhadas como extra. Isso poderia ser acrescentado ou livre desde que não atrapalhasse o descanso do trabalhador. (Contador 4)
- Negociação de salário direto com o trabalhador respeitando o salário mínimo. (Contador 2)
- Flexibilização das Leis para contratação do jovem aprendiz. (Contador 5)
- Trabalho de grávidas e lactantes. Grávidas e lactantes não poderiam trabalhar em locais insalubres. (Contador 6)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foram apresentados e analisados os impactos que a reforma trabalhista trouxe para os escritórios de contabilidade segundo profissionais da área contábil atuantes em uma cidade do interior de Minas Gerais.

Ao analisar as respostas foi possível perceber que os contadores entrevistados concordam que a reforma deveria ser implementada em 2018. A partir de então foi possível constatar que vários são os pontos positivos e negativos advindos da implantação da mesma nas rotinas da classe empresária, trabalhadora, sindical e contábil. Ainda que os pontos negativos aparecem com certa frequência nas respostas dos respondentes, verificou-se que existem mais pontos positivos do que negativos em relação à implantação da reforma no Brasil.

Diante do acima exposto, pode-se concluir que os objetivos desejados foram alcançados, visto que ao colocar este assunto em discussão torna-se possível extrair informações não só sobre a reforma, mas também sobre as leis trabalhistas em vigor com intuito de manter-se atualizado e entender qual o pensamento dos profissionais contábeis a respeito da implementação da reforma.

Dentre as dificuldades encontradas na pesquisa destaca-se a dificuldade na aplicação do roteiro de entrevista em virtude, principalmente, do momento de pandemia que vivíamos durante o período em que as mesmas foram aplicadas.

ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA REFORMA TRABALHISTA NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE

Como novas pesquisas, sugere-se a aplicação de tais questionamentos com representantes das demais classes, empresarial, trabalhadora e sindical.

REFERÊNCIAS

BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. **Segurança do trabalho**: guia prático e didático. São Paulo: Erica, 2012.

ECONET EDITORA. **Fontes do Direito do Trabalho**. 2018. Disponível em: <http://www.econeteditora.com.br/index.asp?url=inicial.php#>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ECONET EDITORA. **Reforma Trabalhista**. 2018. Disponível em: <http://www.econeteditora.com.br/index.asp?url=inicial.php#>. Acesso em: 29 set. 2020.

FIGUEIRA, D. G. **História série**: novo ensino médio. São Paulo: Editora Ática, 2000.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, O.; GOTTSCHALK, E. **Curso de Direito do Trabalho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

JUNIOR, A. B. **História**: sociedade & cidadania. 2 ed. São Paulo: FTD, 2012.

LOPES, R. **A reforma trabalhista**: Lei n. 13.497, de 13 de Julho de 2017. 2017. Disponível em: http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/cartilha_reformatralhista_interativa_0.pdf. Acesso em: 24 maio 2020.

MANUS, P. P. T. **Direito do Trabalho**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MANUS, P. P. T. **Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, S. P. **Direito do trabalho**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEZZARROBA, O. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547218737/>. Acesso em: 12 maio 2018.

MIGALHAS. **Reforma trabalhista**: o discurso, a proposta e a precarização. 2017. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/257788/reforma-trabalhista-o-discurso-a-proposta-e-a-precarizacao>. Acesso em: 23 maio 2020.

MORAES FILHO, E. D. **Introdução ao Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1971.

MOURA, M. **Curso de Direito do Trabalho**. 2. ed. São Paulo, Saraiva, 2016. (Minha Biblioteca). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>

books/9788547206673/. Acesso em: 23 maio 2020.

NASCIMENTO, A. M. **Curso de direito do Trabalho: história e teoria**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NASCIMENTO, A. M. **Curso de direito do trabalho**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NETO, R. C. W; SOUZA, G. D. **Reforma Trabalhista: impacto no cotidiano das empresas**. São Paulo: Trevisan Editora, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595450271/>. Acesso em: 24 maio 2020.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

SILVA, M. R. **Trabalho análogo ao de escravo rural no brasil do século XXI: novos contornos de um antigo problema**. Goiânia, v. 01, 2010.

STOODI. **Reforma trabalhista: o que é, resumo e principais mudanças!**. 2019. Disponível em: <https://www.stoodi.com.br/blog/2019/08/12/reforma-trabalhista-o-que-e/>. Acesso em: 24 maio 2020.

YIN. R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam, 2001.

AS MUDANÇAS NO CÁLCULO DO INSS APÓS A REFORMA DA PREVIDÊNCIA¹

Wenderson Fernandes da Costa²

Gustavo de Magalhães Vieira³

RESUMO: Nos últimos tempos aconteceram mudanças e surgiram dúvidas em relação à mudança no cálculo da contribuição do INSS. Diante dessa questão, este estudo tratou de analisar os resultados obtidos a partir dos cálculos da contribuição mensal do INSS e verificar se os trabalhadores de baixa renda foram beneficiados ou não com a mudança – justificativa para aprovação da reforma. A pesquisa foi do tipo descritiva, de abordagem quantitativa. Após os cálculos foi constatado que somente trabalhadores com salários próximos ao teto salarial tiveram suas contribuições aumentadas. O de baixa renda, de fato, teve a contribuição reduzida.

PALAVRAS-CHAVE: INSS, Reforma, Cálculo.

ABSTRACT: In recent times there have been changes and doubts have arisen regarding the change in the calculation of the INSS contribution. In view of this question, this study tried to analyze the results obtained from the calculations of the INSS monthly contribution and to verify whether low-income workers benefited or not from the change - justification for approval of the reform. The research was descriptive, with a quantitative approach. After the calculations, it was found that only workers with salaries close to the salary ceiling had their contributions increased. The low-income segment, in fact, had a reduced contribution.

KEYWORDS: INSS, Reform, Calculation.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início dos tempos as pessoas buscam de alguma forma um respaldo para os tempos difíceis. Visto isto, viu-se a necessidade de criar um sistema para assegurar os momentos de ineficiência das pessoas, o qual foi se aprimorando em todos os cantos do mundo ao longo do tempo. No Brasil não seria diferente, mudanças tiveram que ser implantadas visando a sustentação e equilíbrio financeiro deste sistema (SILVA, 2017).

Com o baixo número de natalidade no Brasil e com a expectativa de vida da população brasileira aumentando, nota-se que a Previdência Social se tornou cada vez mais fragilizada. O déficit do INSS, por exemplo, modificou-se ao longo dos anos ficando cada vez maior, visto que os brasileiros passaram a viver mais e contribuir menos. Sendo assim, diante do acima mencionado, era notório a necessidade de discussão de uma possível reforma da previdência, assunto iniciado em 2016 com a apresentação da PEC

¹ Trabalho apresentado na área temática III Ciências Contábeis: Auditoria e Perícia contábil; Contabilidade gerencial e de custos; Educação e pesquisa em Contabilidade; Ética e responsabilidade social e temas correlatos, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: wendersonfc@unipam.edu.br.

³ Orientador do trabalho. Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: gustavomv@unipam.edu.br.

287/16, via governo Michel Temer. Porém, foi somente em 2019, no governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, que a reforma da previdência, chamada por alguns de a “reestruturação histórica”, fora aprovada (INSS, 2020).

Com a aprovação da reforma da previdência, percebeu-se mudanças nas diversas formas possíveis de aposentadoria no Brasil. Isto, pois, a mesma reestruturou / alterou as regras para os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União. Neste sentido, ao analisar as novas regras previdenciárias, é possível notar alterações relacionadas ao tempo de contribuição e idade para aposentadoria, alíquotas, regras de transição, pensão por morte, limite e acúmulo de benefício e cálculo do mesmo (INSS, 2019). Tais mudanças foram propostas e alteradas com a alegação de que era preciso que as regras fossem estruturadas de forma justa para ambas as partes (trabalhador e governo). As mudanças ocasionadas em relação às alíquotas e cálculo da contribuição mensal, por exemplo, foram apresentadas com o discurso de que os trabalhadores de baixa renda seriam beneficiados com valores de contribuição mensal menores, diferentemente dos demais trabalhadores que passariam a pagar mais. Diante dessa alegação, faz-se os seguintes questionamentos: o trabalhador brasileiro de baixa renda foi realmente beneficiado com a implantação de novas alíquotas e fórmulas no cálculo da contribuição mensal do INSS? Qual o aumento da contribuição do INSS para os trabalhadores não considerados de baixa renda?

Buscando responder à pergunta mencionada, este estudo tem como objetivo geral promover o cálculo da contribuição mensal do INSS de trabalhadores com salários diferentes antes e depois da reforma da previdência com intuito de verificar qual o aumento / redução da mesma após a aprovação da reforma. Para cumprir com o objetivo geral, determinou-se como objetivos específicos, relacionar as mudanças advindas da reforma previdenciária em relação ao tempo de contribuição e cálculo do benefício e destacar as mudanças ocorridas na reforma em relação às alíquotas e fórmulas utilizadas no cálculo da contribuição mensal, verificando se elas beneficiam todos os trabalhadores.

Este estudo se justifica ao apresentar benefícios para a classe trabalhadora, visto que os deixam cientes sobre as mudanças ocorridas na reforma da previdência, principalmente, aqueles relacionados ao cálculo das contribuições mensais a que deverão ser repassadas ao INSS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será possível entender como surgiu o método de seguro social no mundo e no Brasil e quais foram as suas alterações ao longo do tempo. Será possível entender ainda, como foi e como é feito o cálculo da contribuição do INSS – antes e após a reforma previdenciária aprovada em 2019.

2.1 A HISTÓRIA DA PREVIDÊNCIA NO MUNDO E NO BRASIL

Desde os primórdios dos tempos as pessoas nascem, crescem, se reproduzem e morrem. A expectativa de vida, porém, se alterou conforme o avanço da população humana. No início as pessoas tinham uma expectativa de vida muito baixa, morriam

precocemente não podendo gozar da sua melhor idade. Com o passar do tempo, as pessoas começaram a perceber que aquelas que não conseguiam acumular riquezas durante sua vida laboral ou não tinham a quem recorrer cuidados após atingir certa idade, morriam facilmente por falta de saúde. Além disso, por não terem condições de cuidar de si mesmas, acabavam isoladas até a sua morte (MINOZZO, 2015).

Era nítido a necessidade de se resguardar para os tempos difíceis. Sendo assim, começou-se a pensar nos planos de aposentadoria, os quais possibilitaram respaldo financeiro em tempos onde, em virtude da idade avançada, já não fosse mais possível a dedicação às atividades laborais como nos tempos de juventude. Há indícios, por exemplo, que os planos de aposentadoria foram instituídos ainda no império. Segundo Minozzo (2015) o Imperador Augusto de Roma beneficiava seus combatentes de guerra com esta prática – a aposentadoria. Apesar de ser vista no início como um benefício reservado apenas aos militares, no final do século XIX os trabalhadores comuns também passaram a desfrutar do mesmo.

De acordo com Ribas (2012), foi estabelecido no governo do chanceler alemão Otto Von Bismarck – mais precisamente em 1889 – um sistema nacional que assegurava um pagamento aos trabalhadores do comércio, das indústrias e da agricultura que tivessem mais de 70 anos de idade. Esse sistema espalhou-se por outros países através de reivindicações dos trabalhadores, os quais visavam combater as ideias socialistas que se espalharam pelo continente europeu.

Ainda sobre o sistema supramencionado, Minozzo (2015) explica que a aposentadoria tinha como objetivo dar dignidade aos poucos anos que restavam aos trabalhadores, que na melhor das hipóteses, naquela época, iriam desfrutar dela acamados.

No Brasil, a seguridade social – termo utilizado para se referir ao conjunto de políticas sociais disponibilizadas aos cidadãos com intuito de proporcionar suporte nos tempos de velhice, doença, desemprego, dentre outros – não teve sua criação premeditada. Sobre isso, Ibrahim (2010) afirma que a mesma se fez presente diante da necessidade de proteção dos indivíduos, visto as adversidades da vida.

Da sua instituição aos dias atuais houveram várias modificações. Minozzo (2015) conta que a seguridade social foi instituída pela primeira vez no Brasil somente em 1988, através de um decreto imperial (9.912-A de 26 de março de 1988), o qual regulamenta a aposentadoria para os trabalhadores dos correios. Estes, por sua vez, concediam direito ao benefício após 30 anos de serviços prestados. No mesmo ano, a lei nº 3.397 de 24 de novembro de 1888 institui a chamada caixa socorro, a qual visava conceder os mesmos respaldos aos trabalhadores das estradas de ferro de propriedade do estado (SILVA, 2017).

Vários foram os atos normativos que ao passar dos anos foram assegurando os mesmos direitos às diversas categorias de funcionários públicos. Um dos grandes marcos da instituição da seguridade social no Brasil, foi a aprovação do Decreto Legislativo n. 3.724 de 15 de janeiro de 1919 que tratava do acidente no trabalho acompanhado da edição da Lei n. 4.682 de 24 de janeiro de 1923 – Lei de Eloy Chaves – a qual criava a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários (SILVA, 2017).

Para Cutait Neto (2009) e Silva (2017) a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários funcionou por muitos anos em todo território nacional sendo

considerada um marco no direito previdenciário, visto que instituiu o primeiro sistema de previdência social capaz de assegurar aos trabalhadores – ferroviários – proteção em caso de invalidez e morte. Além disso, tais trabalhadores passaram a ter também assistência médica.

Em 1930 durante o governo de Getúlio Vargas a seguridade social passou por outras várias reformulações. Jardim (2013) considera este período primordial para a evolução do tema no Brasil, visto as várias mudanças ocorridas na organização do sistema de caixas de aposentadoria e pensão e institutos previdenciários. A constituição de 1934, por exemplo, além de apresentar o termo “previdência” dissociado do termo “social” implantou o sistema tripartite de custeio de financiamento da Previdência Social. Tal sistema (ainda em uso nos dias atuais) prevê que empregador, empregado e o estado devem juntos contribuir para o funcionamento da previdência social.

Outra importante conquista legislativa foi a instituição da Lei orgânica da Previdência Social (LOPS) – Lei n 3.807 de 26 de agosto de 1960 – que unificou a legislação securitária, a qual criou e expandiu benefícios. Esta, abrangia direitos a assistência social para outras classes de trabalhadores e esteve vigente até 1991 quando foi substituída pelas leis previdenciárias atuais.

Em 1966 o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), foi criado pelo decreto-lei 72, de 21 de novembro de 1966 com a missão de unificar os institutos de previdência e pensão no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) (SILVA, 2017). Posteriormente, em 1977, a Lei 6.439 instituiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). Este novo órgão conservava as competências previdenciárias do INPS e criava o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) (JARDIM, 2013). Mais adiante, em 1988, inspirado em Welfare State (estado de bem-estar), houve uma nova publicação na constituição federal que abordava a Seguridade Social (art. 194 a 204) e dividida em Previdência Social, Assistência Social e Saúde. Sobre isso, Jardim (2013) argumenta que a constituição de 1988 reivindicou alterações da legislação ordinária e em consequência disto, em 1990 foi criado o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) que veio para substituir o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) e o Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS).

2.2 A INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) é uma autarquia vinculada ao MPAS (Ministério da Previdência e Assistência Social). Foi criado a partir do decreto n. 99.350 no dia 27 de junho de 1990 a partir da fusão do IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social) e do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). Instituído no governo do então presidente Fernando Collor de Melo, o INSS surgiu com a missão de operacionalizar o reconhecimento dos segurados do RGPS (Regime Geral da Previdência Social), promovendo a arrecadação, cobrança e fiscalização das contribuições dos beneficiários e segurados, os quais somavam na época aproximados 80 milhões (INSS, 2020).

A renda transferida pela Previdência Social é utilizada para rentabilizar o contribuinte quando não for mais capaz de trabalhar, seja por motivo de doença,

invalidez ou idade avançada, entretanto nos últimos anos o valor arrecadado mensalmente era menor que o valor destinado ao pagamento dos já aposentados. Sendo assim, era necessária aprovação de uma reforma, conforme Previdência (2019), para cobrir o déficit da previdência, o qual representava cerca de R\$ 213 bilhões no regime do RGPS no final de 2019.

Sobre isso, G1 (2019) explica que a reforma da previdência é assunto tratado desde o governo do presidente Michel Temer quando foi apresentada a PEC 287/16. Naquele momento, porém, em virtude da pouca credibilidade do governo, a PEC mencionada não chamou a atenção do legislativo e da população. Somente no governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, através da apresentação da PEC 06/2019, a qual tramitou por seis meses até a sua aprovação, é que foi possível discutir e aprovar a reforma da Previdência Social. Através da emenda constitucional n. 103, foi aprovada no dia 12 de novembro de 2019 trazendo uma série de mudanças, com discurso de que a reforma era necessária e que as decisões foram pautadas respeitando os menos favorecidos, ou seja, quem ganha mais passaria a pagar uma maior contribuição e o contrário aconteceria com os que ganham menos.

Dentre as várias mudanças aprovadas na reforma da previdência destacam a alteração na idade mínima, a qual era de 60 anos para mulheres com contribuição mínima de 15 anos, passando para 62 anos de idade com a mesma contribuição mencionada. Já para homens manteve-se a idade mínima de 65 e alterou-se a contribuição mínima que era de 15 anos para 20 anos (INSS, 2019).

Outra grande mudança está no cálculo do benefício. Quando o contribuinte completar todos os requisitos para se aposentar, será feito o cálculo para sua aposentadoria, que antes da reforma era de 70% da média dos 80% maiores salários a partir de 1994, acrescido 1% a cada ano que ultrapassasse o tempo mínimo de contribuição. Com a reforma, ficou instituído 60% da média de todas as contribuições previdenciárias a partir de 1994, acrescidos 2% a cada ano que exceder a idade mínima de aposentadoria. Houve mudanças também, nas regras relacionadas à pensão por morte. Neste quesito a nova regra impõe limites e restrições quanto ao acúmulo de benefícios. Por fim, outra mudança que carece de atenção, trata da nova fórmula de cálculo da contribuição mensal. A partir da reforma as alíquotas passam a ser progressivas, ou seja, quem ganha uma remuneração maior pagará mais e quem ganha menos pagará um valor menor. Assim, a alíquota efetiva resulta da aplicação da alíquota progressiva sobre cada faixa salarial, do piso ao teto (INSS, 2019).

2.3 CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA ANTES DA EMENDA CONSTITUCIONAL 103/19

Conforme Zogbi (2020) o cálculo da contribuição feito antes da reforma, era feito multiplicando o salário do trabalhador pela alíquota que se relacionava com uma das três faixas salariais existentes na tabela do INSS, as quais sofriam mudanças periódicas. Na tabela 1 é possível conhecer as alíquotas e as faixas salariais de determinado período.

Tabela 1: Tabela de alíquotas antes da reforma

Tabela para Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso	
Salário de Contribuição (R\$)	Alíquota
Até R\$ 1.751,81	8%
De R\$ 1.751,82 a R\$ 2.919,72	9%
De R\$ 2.919,73 até R\$ 5.839,45	11%

Fonte: adaptado de INSS (2020).

Ao analisar a tabela 1 torna-se possível compreender que de fato existiam 3 faixas salariais. Sendo assim, caso o trabalhador recebesse salário de 0 a R\$ 1.751,81, deveria contribuir com o INSS com valores mensais relativos a 8% do seu salário. Quem estivesse na segunda faixa salarial, ou seja, recebesse de R\$ 1.751,82 a R\$ 2.919,72, por sua vez contribuiria com a previdência com valores iguais a 9% do salário e, por fim, quem estivesse na terceira e última faixa salarial – R\$ 2.919,73 até R\$ 5.839,45 – com 11% do salário. Vale ressaltar que o último valor apresentado na tabela (R\$ 5.839,45) se relacionava com o teto da previdência social brasileira.

2.4 CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA FIXADO NA EMENDA CONSTITUCIONAL 103/19

Com a reforma da previdência social, a forma de fazer o cálculo da contribuição mensal dos trabalhadores brasileiros se alterou. A partir de então, as alíquotas passaram a ser progressivas, ou seja, deixaram de incidir sobre o montante total do salário, sendo aplicada sobre os valores de cada uma das faixas salariais expostas na nova tabela do INSS, conforme demonstrado na tabela 2 (NADER, 2020).

Tabela 2: Tabela de alíquotas após a reforma.

Tabela para Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso	
Salário de Contribuição (R\$)	Alíquota
Até R\$ 1.045,00	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 até R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 até R\$ 6.101,06	14%

Fonte: adaptado de INSS (2020).

Ao observar a tabela 2 torna-se possível verificar que diferentemente da tabela utilizada antes da reforma, a relacionada ao novo cálculo da contribuição previdenciária passou a fazer o apontamento de 4 faixas salariais com suas respectivas alíquotas. Nota-se ainda que a alíquota da primeira faixa salarial – de 0 a R\$ 1.045,00 – se alterou no novo cálculo, passando de 8% para 7,5%. Já as demais alíquotas, relacionam-se a 9%, 12% e 14% para a segunda faixa – de R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 –, terceira faixa – de R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 e quarta faixa – de R\$ 3.134,41 ao teto de R\$ 6.101,06 – respectivamente.

3 METODOLOGIA

O estudo em questão é do tipo descritivo, pois descreve o cálculo da contribuição mensal do INSS antes e após a aprovação da reforma da previdência no Brasil ocorrida no ano de 2019. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007) a pesquisa do tipo descritiva é aquela que correlaciona, registra e analisa os fatos sem alteração dos mesmos. Busca não só descobrir e conhecer fenômenos, mas também verificar como estes acontecem e quais são as suas características e conexões com outros fatores, correlacionando-os com a vida social, economia, política e demais aspectos do comportamento humano em grupo ou isoladamente.

Quanto à abordagem da pesquisa, esta se caracteriza como quantitativa. Para Fonseca (2002) a pesquisa quantitativa é aquela que utiliza técnicas estatísticas para descrever as causas de um fenômeno com intuito de compreender informações que poderão ser mensuradas. Sobre isso, Baptista e Campos (2016) ainda reforçam que a pesquisa quantitativa busca processar dados empíricos quantitativamente após a coleta e o tratamento dos dados.

O método de pesquisa utilizado foi o estudo de caso, o qual trata da exploração de algum fenômeno atual na busca entender como e porque o mesmo aconteceu. Através da utilização deste, torna-se possível a organização dos dados do objeto estudado, possibilitando expandir a investigação (OLIVEIRA, 2002).

A unidade de análise e os sujeitos da pesquisa são os mesmos. Trata-se de 3 trabalhadores regidos pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), os quais são residentes e empregados de empresas localizadas na cidade de Patos de Minas – Minas Gerais. Vale ressaltar que os profissionais supramencionados foram escolhidos pelo critério de acessibilidade. Importante tornar-se a frisar, que um dos profissionais escolhidos tem salário bruto abaixo da média salarial da cidade de Patos de Minas – 2,2 salários mínimos, conforme IBGE (2018) –, outro tem salário bruto próximo da média citada e o último, salário superior à média.

Para a coleta de dados realizou-se um primeiro contato com os trabalhadores escolhidos no mês de julho de 2020. Após o aceite dos mesmos, a pesquisa foi iniciada começando a partir da análise do documento solicitado aos trabalhadores – contracheque. Após a coleta do documento mencionado realizou-se os cálculos propostos pelo estudo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção será possível tomar ciência dos resultados dos cálculos das contribuições previdenciárias dos trabalhadores estudados utilizando-se das alíquotas e fórmulas previstas antes e após a reforma da previdência brasileiras aprovada em 2019.

4.1 APLICAÇÃO DOS CÁLCULOS

Os cálculos aqui evidenciados serão feitos com base nas tabelas 1 e 2, as quais foram apresentadas no Referencial Teórico deste estudo. Buscando preservar a identidade dos trabalhadores que forneceram os dados para a execução dos cálculos,

considerou-lhes como sendo Empregado 1, Empregado 2 e Empregado 3, tendo salário bruto igual a R\$ 1.045,00, R\$ 2.299,00 e R\$ 6.101,06, respectivamente.

4.1.1 Cálculo da contribuição do INSS – Empregado 1

Buscou-se num primeiro momento, calcular o valor da contribuição mensal da previdência social do Empregado 1, conforme as fórmulas e alíquotas impostas antes da reforma previdenciária de 2019. Ao observar a tabela 1, percebe-se que por ter um salário igual a R\$ 1.045,00, o mesmo relaciona-se a primeira faixa salarial, a qual deve ser aplicada uma alíquota de 8%. Tal cálculo pode ser vislumbrado na figura 1.

Figura 1: Cálculo da contribuição mensal do Empregado 1 (antes da reforma de 2019)

Salário	Alíquota
R\$ 1.045,00	8%
Cálculo da contribuição	
R\$ 1.045,00 x 8% = R\$ 83,60	

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao observar o cálculo apresentado na Figura 1, torna-se possível constatar que o mesmo se dá pela multiplicação do salário do Empregado 1 – R\$ 1.045,00 – pela alíquota de 8%. Observa-se ainda que o valor que deveria ser pago pelo Empregado 1 de contribuição mensal ao INSS no modelo de cálculo anterior a reforma era igual a R\$ 83,60 (oitenta e três reais e sessenta centavos), respeitando os valores informados na tabela 1.

Na figura 2 é possível tomar ciência do cálculo realizado para apuração da contribuição mensal do INSS devida pelo Empregado 1 após a aprovação da reforma em 2019.

Figura 2: Cálculo da contribuição mensal do Empregado 1 (após aprovação da reforma)

Salário	Alíquota
R\$1.045,00	7,80%
Cálculo da contribuição	
R\$ 1.045,00 x 7,5% = R\$ 78,38	

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao analisar a figura 2 percebe-se que o valor devido ao INSS pelo Empregado 1 de contribuição mensal é igual a R\$ 78,38 (setenta e oito reais e trinta e oito centavos). Diante desta constatação, torna-se possível afirmar que com as novas regras de cálculo advindas da aprovação da reforma da previdência em 2019 reduzem o valor mensal devido pelo mesmo. Isto, em virtude da redução da alíquota de 8% para 7,5%. Tal fato apresenta uma diferença em valores de R\$ 5,22 (cinco reais e vinte e dois centavos) por mês.

4.1.2 Cálculo da contribuição do INSS – Empregado 2

Após calcular os valores devidos pelo Empregado 1 – tópico anterior – realizou-se os cálculos dos valores relativos à contribuição mensal da previdência social do Empregado 2, conforme as fórmulas e alíquotas impostas antes e após a aprovação da reforma previdenciária de 2019. Vale ressaltar que para o cálculo utilizou-se os valores informados na tabela 1 e 2 constantes do Referencial Teórico deste estudo.

Na figura 3 é possível conhecer os valores devidos de INSS mensal pelo Empregado 2, o qual tem salário igual a R\$ 2.299,00. Vale ressaltar que antes da aprovação da reforma, a alíquota que deveria ser aplicada ao salário do trabalhador era igual a 9%.

Figura 3: Cálculo da contribuição mensal do Empregado 2 (antes da reforma de 2019)

Salário	Alíquota
R\$2.299,00	9%
Cálculo da contribuição	
R\$ 2.299,00 x 9% = R\$ 206,91	

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao observar o cálculo apresentado na Figura 3, torna-se possível constatar que o mesmo se dá pela multiplicação do salário do Empregado 2 – R\$ 2.299,00 – pela alíquota de 9%. Sedo assim, o valor que deveria ser pago pelo Empregado 2 de contribuição mensal ao INSS no modelo de cálculo anterior a reforma era igual a R\$ 206,91 (duzentos e seis reais e noventa e um centavos).

Após a aprovação da reforma, porém, os valores se alteraram. Na figura 4 é possível verificar o cálculo realizado seguindo as regras advindas da aprovação da reforma da previdência em 2019. Na tabela 2 percebeu-se que as alíquotas impostas na metodologia do novo cálculo são progressivas. Sendo assim, vale ressaltar que a cada uma das faixas, há um valor que deverá ser somado à diferença do remanescente da faixa aplicada. Tais valores são iguais a R\$ 78,38, R\$ 94,01, R\$ 125,37 e R\$ 415,33 para a primeira, segunda, terceira e quarta faixa, respectivamente. Além disso, ressalta-se ainda que, a somatória destes valores não poderá exceder R\$ 713,09 (setecentos e treze reais e nove centavos) – valor que deverá ser cobrado dos trabalhadores que tiverem salário igual ou superior ao teto da previdência.

Figura 4: Cálculo da contribuição mensal do Empregado 2 (após aprovação da reforma)

Salário	Alíquota
R\$2.299,00	12,00%
Cálculo da contribuição	
R\$ 2.299,00 - R\$ 2.089,61 = R\$ 209,39	
R\$ 209,39 x 12% = R\$ 25,13	
R\$ 25,13 + R\$ 78,38 + R\$ 94,01 = R\$ 197,51	

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao analisar a figura 4 percebe-se que o valor devido ao INSS pelo Empregado 2 de contribuição mensal é igual a R\$ 197,51 (cento e noventa e sete reais e cinquenta e um centavos). Para encontrar o valor subtraiu-se o valor do salário R\$ 2.299,00 pelo valor inicial da faixa da tabela 2 a qual o Empregado 2 se enquadra – R\$ 2.089,61. Desta operação encontrou-se R\$ 209,39 como resultado. A partir de então calculou-se 12% sobre o valor encontrado e, posteriormente, somou-se ao mesmo os valores relativos à progressão das alíquotas, os quais foram informados anteriormente.

Diante desta constatação, torna-se possível afirmar que a aplicação da nova regra reduz o valor mensal devido pelo Empregado 2 em R\$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos) por mês.

4.1.3 Cálculo da contribuição do INSS – Empregado 3

Por fim, realizou-se também os mesmos cálculos com o valor do salário do Empregado 3. Nestes, também foram utilizados os valores informados na tabela 1 e 2 constantes do Referencial Teórico deste estudo.

Na figura 5 é possível conhecer os valores devidos de INSS mensal pelo Empregado 3, o qual tem salário igual a R\$ 6.101,06. Vale ressaltar que antes da aprovação da reforma, a alíquota que deveria ser aplicada ao salário do trabalhador era igual a 11% sobre o valor do teto de R\$ 5.839,45 – conforme tabela 1. Considerou-se, porém, o valor atualizado do teto da previdência, o qual corresponde a R\$ 6.101,06, visto que se pretende, no estudo, comparar o cálculo atual com o anterior.

Figura 5: Cálculo da contribuição mensal do Empregado 3 (antes da reforma de 2019)

Salário	Alíquota
R\$ 6.101,06	11%
Cálculo da contribuição	
R\$ 6.101,06 x 11% = R\$ 671,12	

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao observar o cálculo apresentado na Figura 4, verifica-se que o mesmo se dá pela multiplicação do teto da previdência atualizado pela alíquota de 11%. Encontrou-se como resultado desta multiplicação um valor igual a R\$ 671,12 (seiscentos e setenta e um reais e doze centavos), valor devido pelo Empregado 3. Na figura 6 é possível verificar o cálculo realizado seguindo as regras advindas da aprovação da reforma da previdência em 2019.

Figura 6: Cálculo da contribuição mensal do Empregado 3 (após aprovação da reforma)

Salário	Alíquota
R\$ 6.101,06	14,00%
Cálculo da contribuição	
R\$ 6.101,06 - R\$ 3.134,41 = R\$ 2.966,64	
R\$ 2.966,64 x 14% = R\$ 415,33	
R\$ 415,33 + R\$ 125,37 + R\$ 94,01 + R\$ 78,38 = R\$ 713,09	
Fonte: elaborado pelo autor.	

Ao analisar a figura 6 percebe-se que o valor devido ao INSS pelo Empregado 3 de contribuição mensal é igual a R\$ 713,09 (setecentos e treze reais e nove centavos). Para encontrar o valor subtraiu-se o valor do salário R\$ 6.101,06 pelo valor inicial da faixa da tabela 2 a qual o Empregado 3 se enquadra – R\$ 3.134,41. Desta operação encontrou-se R\$ 415,09 como resultado. A partir de então calculou-se 14% sobre o valor encontrado e, posteriormente, somou-se ao mesmo os valores relativos a progressão das alíquotas, os quais foram informados anteriormente.

Diante desta constatação, torna-se possível afirmar que a aplicação da nova regra aumenta o valor mensal devido pelo Empregado 3 em R\$ 41,97 (quarenta e um reais e noventa e sete centavos).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi promover o cálculo da contribuição mensal do INSS de trabalhadores com salários diferentes antes e depois da reforma da previdência com intuito de verificar qual o aumento / redução da mesma após a aprovação da reforma. Neste sentido, considera-se que os objetivos deste foram cumpridos ao constatar que para os trabalhadores de baixa renda os valores devidos ao INSS foram reduzidos, diferentemente do ocorrido com os trabalhadores com rentabilidade maior, os quais tiveram suas contribuições devidas mensais aumentadas.

Diante desta constatação torna-se possível afirmar que o discurso utilizado pelo governo nas discussões que antecederam a aprovação da reforma, de fato se concretizaram, ou seja, os trabalhadores de baixa foram beneficiados com a responsabilidade do pagamento de valores menores ao INSS

Dentre as dificuldades encontradas no desenvolvimento da pesquisa, destaca-se a falta de informações sobre, transcritas em livros e ou artigos. Isto, principalmente, por se tratar de um assunto atual, que fora definido a menos de um ano da produção deste estudo.

Sugere-se como estudos posteriores, a realização de pesquisas que analisem se as regras instituídas na aprovação da reforma previdenciária de 2019 de fato foram suficientes para a redução do déficit previdenciário. Além disso, outra questão que carece de atenção por parte dos pesquisadores é a verificação do impacto da pandemia COVID-19 no déficit do INSS.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Makilim Nunes. CAMPOS, Daniel Corrêa. **Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa**. 2. ed. Rio de Janeiro, LTC, 2018. (Minha Biblioteca). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521630470/cfi/6/48!/4/2/4@0:0>. Acesso em: 07 jun. 2020.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007
- CUTAIT NETO, Michel. **Auxílio-Doença**. 2. ed. São Paulo: J. H. Zuno, 2009.
- FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed São Paulo: Atlas, 2002.
- G1. Reforma da Previdência: um retrato das aposentadorias no Brasil em 6 fatos**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/22/reforma-da-previdencia-um-retrato-das-aposentadorias-no-brasil-em-6-fatos.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2020.
- IBGE. **Salário médio mensal dos trabalhadores formais**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/patos-de-minas/panorama>. Acesso em: 06 jun. 2020.
- IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.
- INSS. **Institucional**. 2020. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/>. Acesso em 24 maio 2020.
- INSS. **Nova Previdência: confirma as principais mudanças**. 2019. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/nova-previdencia-confirma-as-principais-mudancas>. Acesso em: 25 maio 2020.
- INSS. **Tabela de contribuição: histórico**. 2020. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/calculo-da-guia-da-previdencia-social-gps/tabela-de-contribuicao-mensal/tabela-de-contribuicao-historico/>. Acesso em: 25 maio 2020.
- JARDIM, Rodrigo Guimarães. **Antecedentes históricos da seguridade social no mundo e no Brasil**. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/26145/antecedentes-historicos-da-seguridade-social-no-mundo-e-no-brasil>. Acesso em: 21 abr. 2020.

MINOZZO, Leandro. **A história da Aposentadoria**. 2015. Disponível em: <https://www.leandrominozzo.com.br/a-historia-da-aposentadoria/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

NADER, Danielle. **Cálculo da nova Tabela progressiva do INSS: alíquotas e parcela a deduzir**. 2020. Disponível em: <https://www.tribuna.com.br/noticias/economia/desconto-do-inss-na-folha-de-pagamento-muda-em-mar%C3%A7o-veja-como-fica-1.88237>. Acesso em: 24 maio 2020.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Metodologia científica aplicada ao direito**. São Paulo: Thomson Learning, 2002.

PREVIDENCIA. **Resultados do Regime Geral de Previdência Social**. 2019. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/politicas-de-previdencia-social/resultados-do-rgps/>. Acesso em: 25 maio 2020.

RIBAS, Glauco Schilli. **Aposentadoria: quando surgiu e para que fim?** 2012. Disponível em: <http://www.koskur.com.br/artigo-detalhes/3/aposentadoria--quando-surgiu-e-para-que-fim>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SILVA, Divino Jose da. **Evolução histórica da previdência social no Brasil e no mundo**. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/62810/evolucao-historica-da-previdencia-social-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ZOGBI, Paula. **Desconto do INSS sobre o salário muda em 2020; saiba quanto sai do seu bolso: novos descontos serão aplicados a partir de março sobre o salário referente a fevereiro. Novos descontos serão aplicados a partir de março sobre o salário referente a fevereiro**. 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/desconto-do-inss-sobre-o-salario-muda-em-2020-saiba-quanto-sai-do-seu-bolso/>. Acesso em: 25 maio 2020.

AUDITORIA INTERNA: IMPLEMENTAÇÃO DOS PROCESSOS DO SETOR CONTÁBIL NUMA EMPRESA DE RAÇÕES DO ALTO PARANAÍBA¹

Whênia Kriss Resende de Oliveira²
Valério Nepomuceno³

RESUMO: O presente estudo trata da análise de como implantar a auditoria interna no setor contábil da empresa x, pois é por meio dos relatórios elaborados por ela que os administradores possuem informações de caráter confiável para as tomadas de decisões. As informações utilizadas para a realização deste estudo foram adquiridas por meio de coleta de dados, observação do comportamento das pessoas envolvidas e entrevistas, para fazer a análise dos processos internos do setor da empresa em estudo. Foram realizados os levantamentos de informações dos processos dos setores, quais riscos cada setor corre e elaborado uma sugestão de agenda para que eles melhorem os controles da organização. Chegou-se à conclusão de que a organização está preparada para implantação do setor de auditoria no setor contábil, pois seus controles e capacidade de gerar informações são bastante confiáveis. Por essa razão estabeleceu-se o processo de como implantar instrumentos de auditoria interna.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria; Papéis de trabalho; Planejamento; Tomada de decisão.

ABSTRACT: This study deals with the analysis of how to implement the audit in the accounting sector of company x through the reports prepared by it that the administrators have reliable information for decision making. The information used to carry out this study was acquired through; data collection, documents, observation and interviews. Of which sought to analyze the internal processes of the sector in the company under study. Information was collected on the processes of the sectors and risks each sector runs. A suggested agenda was established so that they could improve the organization's controls. It was concluded that the organization is prepared to implement the audit in the accounting sector, as its controls and capacity to generate information are very reliable.

KEYWORDS: Audit; Working papers; Planning; Decision making.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente as empresas estão procurando manter sistemas de controles internos, eficientes e seguros, como forma de garantir maior exatidão dos registros de suas operações, além de proporcionar segurança e proteção aos seus negócios. Quanto melhor for o controle interno de uma empresa, menor será seu risco em relação aos erros e/ou fraudes, melhorando assim o desempenho das organizações.

¹ Trabalho apresentado na área temática III - Ciências Contábeis da I Revista do Fórum Gerencial, realizado dia 19 de novembro de 2020.

² Estudante de graduação 8ª período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: whenia-kriss@hotmail.com.

³ Orientador do trabalho e docente do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: valerio@unipam.edu.br.

AUDITORIA INTERNA: IMPLEMENTAÇÃO DOS PROCESSOS DO SETOR CONTÁBIL NUMA EMPRESA DE RAÇÕES DO ALTO PARANAÍBA

A auditoria pode ser conceituada como um processo de exame sistemático sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa ou um setor de atividade, com o objetivo de verificar se o que foi estabelecido como missão é o mesmo praticado na realidade.

Os controles internos são tidos como uma importante ferramenta que tem grande relevância no funcionamento das rotinas de trabalho de uma organização. Com as implantações de controles internos em seus fluxos operacionais, as organizações promovem maior segurança quanto às informações contábeis e são capazes de evitar erros ou fraudes que possam gerar prejuízos futuros.

Diante disto, o trabalho é importante pois irá avaliar as rotinas e trabalho de cada departamento dentro do setor contábil com intuito de contribuir com ideias de melhorias dos controles interno da empresa, diminuindo os erros e aumentando a eficiência do setor que contribui com o crescimento da organização.

O objetivo da pesquisa é sugerir a implantação do setor de auditoria interna dentro da empresa estudada. Para que a empresa tenha uma melhor eficiência em seus controles internos, visto que pelo seu volume de informações e dados, é importante possuir o setor de auditoria, pois é por meio dele que se terá informações mais confiáveis para a tomada de decisão.

Nesse sentido, será feito uma análise da estrutura operacional do departamento contábil, onde será preciso avaliar os processos e rotinas da empresa afim de identificar possíveis gargalos e sugerir ações que irão sanar tais problemas. Com este propósito estabeleceu os seguintes encaminhamentos:

- Elaborar diagnóstico geral do departamento de contabilidade;
- Verificar a estrutura operacional do departamento de contabilidade
- Verificar as rotinas do departamento de pessoal
- Verificar as rotinas do departamento contábil
- Verificar as rotinas do departamento fiscal
- Estabelecer as rotinas de todo o departamento de contabilidade
- Estabelecer as regras e procedimentos da auditoria interna, tendo em vista a estrutura estabelecida.
- Estabelecer os principais papéis de trabalho
- Delinear rotina para os controles internos
- Delinear o manual de controle interno

Estes pontos são importantes, pois darão direcionamento ao trabalho, cujo propósito é propiciar a implementação de um setor de auditoria interna.

Várias empresas têm sofrido disfunções e perda de energia por causa de erros e fraudes, além de falhas que podem ocasionar problemas futuros de produtividade. Para que esses riscos sejam avaliados e corrigidos é necessário algum controle interno. Devido ao avanço tecnológico e a competitividade no mercado, é de extrema importância que as empresas busquem um aprimoramento das suas ferramentas operativas para possibilitar maior eficácia dos controles.

De acordo com Almeida (2017, p. 4),

a administração da empresa, com a expansão dos negócios, sentiu a necessidade de dar maior ênfase às normas ou aos procedimentos

internos, devido ao fato de que o administrador, ou em alguns casos o proprietário da empresa, não poderia supervisionar pessoalmente todas as suas atividades. Entretanto, de nada valia a implantação desses procedimentos internos sem que houvesse um acompanhamento, no sentido de verificar se estes estavam sendo seguidos pelos empregados da empresa.

A implantação de um departamento de auditoria interna na empresa em estudo é importante, pois permitirá que se aprimore seus procedimentos, controles internos e melhore sua eficiência. A empresa tem um grande volume de dados que justifica, de per si, a criação e desenvolvimento de um setor de auditoria interna.

Para a realização da pesquisa, são seguidas etapas, métodos e técnicas predefinidas para a consecução dos objetivos. Como definição de pesquisa, Gil (1991, p. 19) afirma que “a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder o problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema”.

Para a elaboração da fundamentação teórica foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental, relatando as definições e os demais aspectos que se referem a auditoria. Para Lakatos e Marconi (1992, p. 44), “o levantamento bibliográfico é considerado o primeiro passo para uma pesquisa científica bem elaborada, sendo ela o levantamento do problema e o estudo da questão com o objetivo de encontrar uma solução para esta”.

Segundo os mesmos autores, a característica da pesquisa documental é “que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina fonte primárias” (LAKATOS e MARCONI, 1992, p. 44), onde a empresa disponibilizou os relatórios financeiros e demais dados que se julgou necessários.

No que se diz respeito à abordagem do tema, esta pesquisa segue a linha quantitativa e descritiva. Segundo Malhotra (2006, p. 154) a “pesquisa quantitativa procura quantificar os dados, e normalmente, aplica alguma forma de análise estatística”. Buscando obter uma síntese mais assertiva sobre os dados encontrados no levantamento, visto que este é o melhor método para se medir tantas opiniões, atitudes, comportamentos e preferências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Alguns autores e pesquisadores citam a existência da auditoria a mais de 4.000 anos na antiga Babilônia. Na época, os reis queriam avaliar se a cobrança de tributos estava feita de maneira correta. Ao longo da história há registros da presença de controles de auditoria para aumentar o controle e eficiência das entidades.

No Brasil, de acordo com Crepaldi e Crepaldi (2016, p. 264),

a evolução da auditoria se deu com a presença cada vez maior das subsidiárias e filiais de multinacionais, principalmente dos Estados Unidos, Japão, França, Alemanha, Inglaterra, Suécia, Japão, Coréia e Espanha. Fisco e legislação tributária, de acordo com alguns autores e pesquisadores, foram também responsáveis pela evolução das práticas

AUDITORIA INTERNA: IMPLEMENTAÇÃO DOS PROCESSOS DO SETOR CONTÁBIL NUMA EMPRESA DE RAÇÕES DO ALTO PARANAÍBA

contábeis e de auditoria no país. Todos esses, em busca de transparência nas informações prestadas pelas organizações.

Existem diversas obras na literatura que abordam o termo auditoria, porém é possível perceber que se trata da mesma característica; o intuito da auditoria é garantir que os procedimentos utilizados pelas organizações sejam executados de maneira correta e eficiente e que suas demonstrações contábeis apresentem informações confiáveis aos gestores.

A auditoria era destinada à verificação dos registros contábeis, com o objetivo de observar se eles eram exatos e com o tempo o campo da auditoria se aperfeiçoou. Atualmente ela não só se limita ao que está registrado nos livros, mas também àquilo que pode ter sido omitido, seja voluntário ou não.

A auditoria pode ser definida como o levantamento, o estudo e a avaliação sistemática de transações, procedimentos, rotinas e demonstrações contábeis. Dessa forma, busca fornecer informações e uma opinião sobre a sua propriedade ou não, isto de acordo com as normas de contabilidade (PEREZ JUNIOR, 2004, p.11).

Contudo, pode-se perceber que a auditoria não está apenas ligada à descoberta de fraudes ou erros, ela também produz informações concretas e subsídios aos gestores, sempre assegurando sobre a veracidade dos dados.

Os métodos aplicados à técnica de auditoria são a retrospectiva e análise. A retrospectiva é a verificação dos fatos passados, já vividos. Este é um caráter distintivo entre a escrituração ou registro contábil e a técnica de auditoria. A análise é o fator predominante que realmente caracteriza o método de conduta de trabalho.

De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2016 p. 14) tecnicamente, o método orienta a execução do trabalho, dando-lhe, aproximadamente, as seguintes fases:

- Levantamento de condições de rotina administrativa financeira e contábil;
- Planejamento da auditoria;
- Obtenção das provas;
- Relatório de auditoria;
- Parecer (em caso de auditoria independente).

Em cada uma dessas fases a técnica de auditoria fornece processos para execução que serão avaliados. É extremamente importante ter dados confiáveis no levantamento das informações, pois isso influencia diretamente nas próximas fases da auditoria.

Segundo Crepaldi e Crepaldi (2016, p. 68) a auditoria se classifica como interna e externa. Crepaldi (2002, p. 39), conceitua a auditoria interna como “uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar as operações, como um serviço prestado à administração. Constitui um controle gerencial que funciona por meio de análise e avaliação da eficiência de outros controles. ”

Já a auditoria externa é executada por profissionais independentes, sem nenhuma ligação com o quadro de colaboradores da empresa, geralmente através de algum contrato de prestação de serviço. Um exemplo de auditoria externa pode ser uma

cisão de duas grandes empresas, nestes casos geralmente contrata-se um auditor externo para fazer avaliação dos números do balanço de cada empresa e avaliar sobre a cisão ou fusão delas.

Dessa forma, tratando-se dos procedimentos relacionados tanto à auditoria interna quanto externa, tem-se o conceito dos papéis de trabalho. Os papéis de trabalho são os registros permanentes dos serviços executados pelo auditor, constituído sobre os procedimentos utilizados, as informações e conclusões relacionadas ao seu exame. É importante que eles tenham a abrangência e grau de detalhes suficientes para possibilitar a compreensão da auditoria executada, ou seja, precisam ser autossuficientes e não devem carecer de explicações verbais adicionais.

Segundo Crepaldi (2000, p.249), os papéis de trabalho consistem

num conjunto de formulários e documentos que contém as informações e apontamentos coletados pelo auditor, no decurso do exame, as provas por ele realizadas e, em muitos casos, a descrição dessas provas que constituem o testemunho do trabalho executado e o fundamento de sua opinião.

Sá (2000, p. 162) afirma que os papéis de trabalho são “utilizados para transcrever dados, fazer anotações, analisar contas, demonstrações de cálculos e relatar situações encontradas pelo auditor no desempenho de suas atividades”.

Almeida (2010, p. 67-68) expressa o seguinte sobre os principais objetivos dos papéis de trabalho:

- Atender as normas de auditoria geralmente aceitas;
- Acumular as provas necessárias para suportar o parecer do auditor;
- Auxiliar o auditor durante a execução de seu trabalho;
- Facilitar a revisão por parte do auditor responsável, para que ele se assegure de que o serviço foi efetuado de forma correta;
- Servir como base para avaliação dos auditores;
- Ajudar no trabalho da próxima auditoria (um conjunto de papéis bem preparado serve de guia na auditoria do outro exercício social, concorrendo para que ela seja conduzida de forma mais eficiente);
- Representar na Justiça (no caso de ser movida uma ação contra o auditor ou a firma de auditoria) as evidências do trabalho executado.

É válido destacar que os papéis de trabalho em análise contemplam as características dos auditores que os elaboram, como exemplo: bom-senso, capacidade de nitidez e organização, boa redação, graus de conhecimento de contabilidade, auditoria e impostos.

Por fim, a NBC TI 01 destaca que o auditor interno deve documentar por meio de papéis de trabalho todos os elementos significativos dos exames executados para demonstrar que a auditoria interna foi executada conforme as normas aplicáveis. Além disso, os papéis de trabalho devem conter abrangência e grau de detalhes suficientes para conceder a compreensão do planejamento dos procedimentos da auditoria, e devem ser elaborados, organizados e arquivados de maneira sistemática e racional.

As normas da auditoria são as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores da profissão contábil com objetivo de regulamentar o exercício da função do auditor, estabelecendo orientações e diretrizes a serem seguidas. As normas usuais de auditoria aprovadas pelo conselho são: normas relativas à pessoa do auditor, normas relativas à execução do trabalho, notas relativas ao parecer. Estas normas são os requisitos a serem observados no desempenho do trabalho de auditoria com o desenvolvimento da atividade e seu reconhecimento.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A sociedade estudada nasceu como uma empresa familiar que procurou como princípio básico a pesquisa e o desenvolvimento das melhores fórmulas de rações e suplementos minerais destinados à nutrição animal. Considerada uma empresa referência na região, é reconhecida no segmento, pois no seu nicho de mercado procura obter os melhores resultados quando se trata de dieta de bovinos. O ramo de nutrição animal na região é um mercado que está em ascensão atualmente e é bastante competitivo. Nas redondezas das instalações da fábrica e regiões próximas, existem muitas fazendas destinadas à produção de leite ou queijo, motivo pelo qual iniciaram suas atividades.

Inicialmente foi feito o levantamento da estrutura organizacional da empresa para poder-se entender melhor como todos os setores estão organizados. Posteriormente foi realizada uma análise mais detalhada do setor de contabilidade, onde foi possível perceber que, pelo volume de informações e rotinas, a empresa analisada possui a necessidade de separar o setor de contabilidade em contábil, fiscal e departamento de pessoal.

A empresa informou sobre sua estrutura organizacional, onde percebeu-se um modelo horizontal. Mesmo sendo uma empresa de médio porte, eles defendem uma estrutura organizacional onde se tem pessoas que são específicas para determinada atividade. Ainda de acordo com eles, na região, comparados com outras empresas, isso é um diferencial em relação a gestão da empresa, pois seus concorrentes não possuem uma gestão eficiente e não possuem números apurados do negócio.

3.1 DEPARTAMENTO CONTÁBIL

As rotinas do departamento contábil começam assim que o mês termina. Ou seja, na medida em que o sistema é integrado, todos os lançamentos são efetuados se todas as notas fiscais estiverem lançadas. A partir daí, se os ativos estão imobilizados, a depreciação dispara os lançamentos e são iniciadas as conferências. Primeiramente, todos os impostos são emitidos, de acordo com as conferências do departamento fiscal, e conferido com as contas contábeis pertinentes. Atualmente, todas as contas do ativo, passivo e patrimônio líquido são conciliáveis, o que significa que para cada conta, tem-se um documento que acoberta o saldo.

De acordo com a empresa, o setor contábil é responsável por todas as conferências, em seguida realiza-se a apuração do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) com as devidas adições e exclusões. Chegando ao imposto devido de Imposto

de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL). A partir desse valor é provisionado para pagamento. Nesse momento, também é possível saber exatamente o lucro, o qual é feito o lançamento no patrimônio líquido. Com esse procedimento feito, o balanço deve estar com Ativo e Passivo iguais.

A empresa informou que possui uma assinatura digital de uma revista para que a equipe fique sempre atualizada quanto às novas legislações e sempre que necessário se embasa em conceitos atuais para alinhar alguma situação da empresa.

O sistema ERP (*Enterprise Resource Planning*) que é utilizado pela empresa chama-se Neo-Agro e, segundo eles, é um sistema de gestão confiável quanto a segurança e correto armazenamento dos dados. Na atualidade, todas as informações do setor contábil e da empresa estão no sistema, abstendo-se de controles paralelos.

3.2 DEPARTAMENTO FISCAL

O departamento fiscal é composto por duas pessoas que são responsáveis pelas apurações do ISS, que é feito no início do mês seguinte à competência e são emitidas pelo sistema de nota fiscal de prestação de serviço adotada pelo município (*webiss*).

Posteriormente, é realizada a apuração do ICMS e após as notas estarem lançadas emite-se o livro fiscal, confrontado com a razão das contas contábeis de ICMS a recuperar e a recolher. Estando correto, são feitas as declarações: DAPI e SPED ICMS/IPI. As datas limites para transmissão dessas declarações acessórias são os dias 08 e 15 de cada mês, respectivamente.

Para o PIS e COFINS, basicamente o mesmo processo. Emite-se o livro de apuração e confere-se com as contas contábeis. Nessa apuração há um processo um pouco mais detalhado, separando por origem de créditos, pela legislação permitir aproveitamentos de várias origens diferentes. A declaração acessória é o SPED CONTRIBUIÇÕES, que têm data limite para transmissão até os 10º dias do mês subsequente, porém o pagamento das contribuições é até o dia 25 do mês seguinte.

O departamento fiscal também é responsável pelos lançamentos das notas fiscais de matéria prima, produtos para revenda, medicamentos, uso e consumo etc. De acordo com a empresa, as notas fiscais são lançadas todos os dias, pois segundo eles a empresa por possuir pouco espaço de armazenamento de matéria prima faz com que chegue vários caminhões com matéria prima de produtos a serem produzidos. Por isso a equipe fiscal é bastante atenta aos lançamentos porque senão a indústria não consegue produzir já que seu sistema de produção e ERP são sincronizados. São lançados uma média de 1.200 notas fiscais por mês, e média de 4.200 notas fiscais emitidas de vendas.

De acordo com a empresa, eles utilizam um software de ERP que possui alguns erros a serem corrigidos, mas que de modo em geral a equipe contábil confia bastante no sistema.

3.3 DEPARTAMENTO PESSOAL

Segundo informações da empresa, o setor de departamento de pessoal e RH são separados, mesmo sendo uma empresa de médio porte, a gestão destes dois departamentos ficam separados. O setor é responsável pela rotina das obrigações

AUDITORIA INTERNA: IMPLEMENTAÇÃO DOS PROCESSOS DO SETOR CONTÁBIL NUMA EMPRESA DE RAÇÕES DO ALTO PARANAÍBA

relacionadas a pessoas como: admissão e demissão de colaboradores, controle de jornada de trabalho, geração de folha e impostos sobre ela, dentre outros. Segundo informações da empresa, o setor de departamento de pessoal é responsável pelas atividades, porém a gestão dos colaboradores é de responsabilidade de cada gestor.

A empresa possui 108 funcionários e o departamento de pessoal é o apoio aos gestores. Toda semana é informado aos gestores a situação do banco de horas de cada equipe, para que todos os gestores possam gerenciar suas equipes com melhor eficiência. Ainda de acordo com a empresa, informações relacionadas a ponto de cada colaborador é gerenciado no sistema Secullum e todos os colaboradores que trabalham internamente batem ponto nos horários combinados com seus gestores, sendo início da jornada, almoço, café da tarde e término de trabalho. É registrado na folha de ponto de cada colaborador os horários trabalhados dos motoristas e ajudantes que possuem rotinas externas, ficando o gestor responsável por informar o setor de departamento pessoal sobre o horário de chegada do funcionário.

Sobre a gestão de férias de cada pessoa, é de responsabilidade do gestor combinar com seus liderados, porém o departamento pessoal ajuda no gerenciamento dessas férias informando sobre a situação de cada um sobre licença maternidade, paternidade, licença casamento, atestado médico dentre outros. Assim, fica sendo de responsabilidade de cada gestor levar informação ao departamento pessoal, para que ele tome as providências em cada caso.

2.4 AGENDA DO SETOR

Para maior organização e facilidade para o setor, foi criada uma agenda de tarefas de cada departamento, conforme Quadro 1, Quadro 2 e Quadro 3.

Quadro 1: Agenda do contábil

Agenda mensal	Atividades
1º Semana	Apuração do imobilizado
	ISS Imposto sobre serviço de qualquer natureza (dia 02)
2º Semana	Fechamento das contas contábeis
	INSS Instituto nacional serviço social (dia 07)
	EFD - Escrituração fiscal digital
3º Semana	Apuração do Lalur
	DCTF - Declaração de débitos e créditos tributários federais (dia 18)
	Apuração do Pis e Cofins (dia 24)
4º Semana	Apuração do imposto de renda
	Conferência de notas fiscais lançadas no sistema
	IRPJ imposto de renda pessoa jurídica (Dia 25)
	Apuração de ICMS

Fonte: elaborada pela autora, 2020.

Quadro 2: Agenda fiscal

Agenda mensal	Atividade
1º Semana	
2º Semana	
3º Semana	
4º Semana	Conferência SIEG de XML - Notas fiscais que ainda não chegaram na empresa para serem lançadas.
Agenda semanal	Atividade
Segunda	
Terça	Conferência dos lançamentos - <i>Uso e consumo amostragem e MP todas</i>
Quarta	
Quinta	
sexta	
Agenda diária	Atividade
Atividade	Lançamento de notas fiscais MP
	Conferência de impostos de cada nota fiscal

Fonte: elaborada pela autora, 2020.

Quadro 3: Agenda departamento pessoal

Agenda mensal	Atividade
1º Semana	
2º Semana	Adiantamento de salários
3º Semana	
4º Semana	Fechamento da folha salarial
Agenda semanal	Atividade
Segunda	Relatório de banco de horas - <i>Enviado aos gestores</i>
Terça	Acompanhamento de férias - provisões
Quarta	
Quinta	
sexta	
Agenda diária	Atividade
	Admissão e demissão - <i>quando houver</i>
	Conferir folha de ponto
	Lançamento de ponto manual - <i>Motoristas</i>

Fonte: elaborada pela autora, 2020.

As agendas são divididas entre tarefas diárias, semanais e mensais de cada departamento dentro do setor contábil, como praticamente cada departamento possui um pessoal que o executa e é o responsável por ele, optou-se por não colocar nomes dos responsáveis pelas tarefas.

2.5 RISCOS DE CONTROLES E RISCOS INERENTES

Foi levantado no setor contábil os riscos de controles e riscos inerentes da empresa estudada, como mostrado no Quadro 4. Estes são fundamentais para entender-se onde estão os maiores problemas e atuar neles para que a empresa tenha um setor

AUDITORIA INTERNA: IMPLEMENTAÇÃO DOS PROCESSOS DO SETOR CONTÁBIL NUMA
EMPRESA DE RAÇÕES DO ALTO PARANAÍBA

com informações consistentes e com menos retrabalho, pois isso influencia muito do rendimento do setor.

Os riscos inerentes foram classificados como aqueles que podem acontecer derivados de informações ou influência de outros setores e os riscos de controles são os erros que acontecem dentro do próprio setor contábil.

Foram avaliados os dados de agosto e setembro do ano de 2020, meses esses, segundo informações da empresa, em que ocorrem mais erros, devido ao aumento do volume de trabalho por causa do aumento das vendas neste período de pouca chuva.

Quadro 4: Risco inerente e de controle

Setor	Risco inerente	Casos	Risco de controle	Casos
Departamento pessoal	- Envio de quantidade de hora extra errada (Gestor)	7	- Preenchimento errado da folha ponto dos motoristas	4
	- Cálculo de gratificação enviado errado por gestores	3		
Setor contábil	- Cálculo de depreciação errado	0	- Tirar guia de retenção de impostos (Pis e Cofins, ICSLL, IR) das notas de serviço	0
	- Alteração na legislação	0	- Recalcular contas por não ter lançado nota fiscal no mês de ocorrência.	5
			- Não tirar guia para pagamento	0
Setor fiscal	- Lançamento de notas fiscais em produto errados (Indústria, revenda e loja veterinária)	24	- Lançamento da nota fiscal em conta errada.	4
			- Notas fiscais de entrada com impostos calculados errados	1
			- Aproveitamento de imposto diferente da origem (Pis, Cofins, ICMS)	0

Fonte: elaborada pela autora, 2020.

Segundo o responsável pelo departamento pessoal, a quantidade de riscos varia de acordo com a época do ano. O que foi informado é que em tempo das águas há menores riscos pois não há necessidade de hora extra e demais questões que os gestores precisam informar. Já no tempo da seca, onde o volume de trabalho da empresa aumenta devido a uma maior demanda de venda, há mais problemas. A empresa informou que a comunicação entre gestor da área e departamento de pessoal é realizada por e-mail e que não há um formulário padrão para enviar as informações. De acordo com o responsável, o problema não é por onde enviar as informações e sim o dado que o gestor envia que às vezes possui erros.

Em entrevista com responsáveis pela empresa, pôde-se perceber que mesmo tendo vários erros que geram um grande retrabalho ao setor, eles promovem várias

ações para que eles sejam diminuídos. Uma ação que a empresa compartilhou foi a de que os fornecedores locais têm até o dia 30 do mês corrente para enviar as notas fiscais com recebimento dia 10 do mês seguinte, caso não enviarem, o pagamento só é feito no seguinte mês. Ainda de acordo com a empresa, eles tinham problemas com essa questão, pois a falta de padrão fazia com o processo tivesse retrabalho e tivesse que ser realizado arbitrariamente, ocasionando em desperdício de tempo.

No Quadro 5, pode-se observar que a maioria dos erros do setor está ligada às informações que eles recebem, mesmo tendo um padrão de envio, que é por e-mail, não garante que a informação não tenha erro, pois no ato de coletar a informação que se tem a propensão de se errar. O erro mais significativo (distorção relevante) é em relação ao lançamento de notas fiscais em produto errado, pois como são muitos produtos cadastrados no sistema, cerca de 1.200 itens, pode acontecer de se lançar no produto errado.

Segundo eles, no setor fiscal, o que mais acontece de erro é lançar nota fiscal no produto errado, isso faz com que a indústria não consiga fazer seus lançamentos de produções já que os sistemas de produção e ERP são ligados. Se não tem estoque do produto, não é possível fazer um lançamento para ser produzido.

Quadro 5: População x Amostras

Riscos	População	Amostra	Índice dos problemas
Envio de quantidade de hora extra errada (Gestor)	85	20	2
Cálculo de gratificação enviado errado por gestores	85	20	2
Preenchimento errado da folha ponto dos motoristas	85	20	2
Cálculo de depreciação errado	265	42	4
Alteração na legislação	1	1	1
Tirar guia de retenção de impostos (Pis e Cofins, ICSLL, IR) das notas de serviço	3	1	1
Recalcular contas por não ter lançado nota fiscal no mês de ocorrência.	1200	70	6
Lançamento de notas fiscais em produto errados (Indústria, revenda e loja veterinária)	1200	70	6
Não tirar guia para pagamento	3	1	1
Lançamento da nota fiscal em conta errada.	1200	70	6
Notas fiscais com impostos calculados errados	1200	70	6
Aproveitamento de imposto diferente da origem (Pis Cofins, ICMS)	1200	70	6

Fonte: elaborada pela autora, 2020.

O Quadro 5 foi elaborado com base na tabela Philips, na qual estão os riscos inerentes e de controle que a empresa analisada apresentou. Foi estabelecida a população referente a cada risco, a amostra e o índice de risco. Se o número de problemas detectados estiver acima do estabelecido na tabela, o auditor interno poderá concluir que o controle interno não está adequado e deverá aprofundar a análise. O auditor interno deve, então, recorrer à amostra com o intuito de aplicar os procedimentos de auditoria a uma parcela reduzida da população, sem que haja perda de suas características essenciais, de forma a proporcionar adequada evidência sobre o todo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A auditoria na atualidade é extremamente importante para os gestores como ferramenta de controle. A implantação de uma auditoria interna faz com que a organização consiga identificar onde estão seus maiores gargalos em relação a erros e fraudes. Através dos relatórios, o gestor tem informações seguras e amplas de sua empresa, para que ele possa ser assertivo em suas decisões. Com isso, pode-se concluir que para que a organização consiga crescer em mercados ou controles, é indispensável o papel do auditor que será o olho dos administradores nas mais diversas áreas.

Diante do decorrer do trabalho na empresa analisada, pôde-se observar que o setor contábil da empresa tem colaboradores que têm bastante maturidade gerencial, ou seja, eles entendem bastante sobre os processos da empresa e tem um bom domínio das suas tarefas contábeis. Mediante as análises feitas chegou-se às seguintes conclusões.

O organograma da empresa é horizontal, ou seja, existem pessoas que são específicas em suas funções e isso faz com que as decisões sejam tomadas mais rapidamente, pois não precisam ficar subindo os níveis hierárquicos para ser decidido. Pelo tamanho da empresa também é algo bastante funcional, pois segundo eles a proximidade com o cliente é algo muito presente e de importância, uma vez que se tem posições mais rápidas para as demandas dos clientes. O setor contábil da empresa é dividido em contábil, fiscal e departamento pessoal no qual todas as tarefas são executadas por eles. Um fato que se pode perceber também é a integração entre o setor, algo presente e de fundamental importância pois se consegue passar por vários desafios juntos.

A agenda do setor foi algo sugerido à empresa para que se organizem melhor quanto às tarefas diárias, semanais e mensais, pois irá permitir que todos tenham mais envolvimento nas tarefas que são dependentes de outro setor. Além de que é importante a integração entre todos no âmbito de estar cientes do que o outro está executando. A agenda também irá possibilitar ao auditor entender melhor como funciona o setor contábil da empresa, pois nela está descrito as tarefas que cada departamento irá executar no decorrer do mês.

Ao se avaliar os riscos inerentes e de controle que a empresa possui, pôde-se perceber que existem erros que de certa forma prejudicam o rendimento do setor que geralmente ocasiona retrabalho. Ao avaliar-se mais detalhado, grande parte destes erros são ocasionados por outros setores, mesmo que eles tenham várias ações corretivas para tentar diminuí-los ao máximo. Para os erros internos do setor, a agenda criada irá ajudar os colaboradores a não esquecer as datas de entrega de cada uma. Não foi possível

avaliar qual erro possui maior percentual em relação a todos, pois a empresa não nos forneceu dados suficientes para chegarmos a tais resultados. Por questões de sigilo, a empresa optou para que não fossem calculados esses valores.

Conclui-se então que a empresa está preparada para a implantação de uma auditoria interna no setor contábil, onde se pode perceber que há processos consistentes e o sistema ERP que a empresa trabalha é bastante confiável na geração de informações. Os colaboradores do setor possuem bastante conhecimento do setor e dos processos neles envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo textos, exemplos e exercícios resolvidos. 7. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

BASSO, Irani Paulo. **Iniciação à auditoria**. 3. ed. Ijuí: UNIJUI, 2005.

BASSO, Irani Paulo. **Iniciação à auditoria**. Ijuí: Unijuí, 2005.

CREPALDI, Aparecido, S., CREPALDI, Simões, G. **Auditoria Contábil - Teoria e Prática**. 10. ed. São Paulo; Atlas, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006681/>. Acesso em: 10 Apr 2020.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo. Atlas, 1992.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

PEREZ DE SÁ, José Hernandez. **Auditoria de Demonstrações Contábeis**: normas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 1995.

PEREZ JR, José Hernandez. **Auditoria de demonstrações contábeis**: normas e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – CASO: LAGOA FORMOSA, MG

Letícia Rosa Alves¹
Marcílio Geraldo Mendes²

RESUMO: A presente pesquisa fez um estudo sobre o conhecimento e utilização da contabilidade gerencial por gestores/empreendedores em micro e pequenas empresas de Lagoa Formosa, MG. Após a aplicação da pesquisa e através da análise dos resultados, é possível afirmar que 51,85% das empresas pesquisadas recebem assessoria para ajudar no controle interno. Das 52 empresas que não recebem nenhum tipo de financiamento, 44,23% têm o interesse em receber futuramente. Através das respostas obtidas com a questão aberta feita aos respondentes, é possível notar que a maioria das pessoas veem a contabilidade como uma ferramenta de importância no controle interno, contribuindo na tomada de decisão e sucesso organizacional.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade; Contabilidade gerencial; Micro e pequenas empresas.

ABSTRACT: This research carried out a study on the knowledge and use of management accounting by managers / entrepreneurs in micro and small companies in Lagoa Formosa, MG. After the application of the survey and through the analysis of the results, it is possible to state that 51.85% of the surveyed companies receive advice to help internal control. Of the 52 companies that do not receive any type of advice, 44.23% are interested in receiving it in the future. Through the answers obtained with the open question asked to respondents, it is possible to notice that most people see accounting as an important tool in internal control, contributing to decision-making and organizational success.

KEYWORDS: Accounting; Management accounting; Micro and small companies.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade gerencial é uma ferramenta que tem por finalidade interna, atender à administração da empresa auxiliando-a com informações úteis, tempestivas e confiáveis, a fim de auxiliar no processo da tomada de decisão. (IUDICIBUS, 2020)

Sabe-se, que muitos são os obstáculos enfrentados pelas empresas atualmente, principalmente se tratando de micro e pequenas empresas, que por muitas vezes não veem a necessidade da utilização de ferramentas contábeis como auxílio na função de gestores, e logo se deparam com situações como o excesso de legislação, por exemplo. Por falta de conhecimento e suporte, acabam não conseguindo enfrentar tais adversidades, o que leva ao fechamento de seus negócios precocemente, exatamente pela falta de investimentos em ferramentas que ajudariam positivamente no alcance de metas.

¹ Graduanda do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: leticiaalves1@unipam.edu.br.

² Orientador do trabalho e professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: marcilio@unipam.edu.br.

A pesquisa teve como objetivo geral, descrever a importância do uso da contabilidade como gestão em micro e pequenas empresas, no âmbito de sua viabilidade e relevância no que diz respeito à contribuição dos resultados.

Entretanto, para atingir a problemática do tema e do objetivo geral, definiu-se os seguintes objetivos específicos embasadas em dados bibliográficos e webliográficos: Descrever a história da contabilidade; Conceituar micro e pequenas empresas; Descrever sobre contabilidade gerencial e sua relevância; Identificar a utilização da contabilidade como auxílio na gestão em micro e pequenas empresas de Lagoa Formosa; Identificar a percepção e opinião de empresários/ gestores sobre a Contabilidade Gerencial e; Descrever os resultados obtidos através desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A origem da contabilidade é mais antiga do que se imagina. Segundo Iudícibus, Marion, Faria (2017), a contabilidade para alguns teóricos, existe desde cerca de 4.000 anos antes de Cristo, tendo sua existência, portanto, desde o início da civilização humana.

A história em si, mostra que a contabilidade foi garantindo sua importância à medida que a economia foi se desenvolvendo. Em torno dos séculos XIV a XVI, na idade moderna, principalmente no renascimento, acontecimentos na economia, no mundo das artes e das nações, geraram na contabilidade um grande impulso, especialmente na Itália. Contudo, o marco principal desse período, foi a primeira literatura contábil de relevância, pelo Frei Luca Pacioli, no ano de 1494, onde foi consolidado o método das partidas dobradas, apresentando a causa e efeito do fenômeno patrimonial com os termos de débito e crédito, levando a ser uma obra vista como o início do pensamento científico no que diz respeito à contabilidade. (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2017).

No Brasil, a história da contabilidade recente teve início na década de 1970, logo após a implantação de leis voltadas para a reforma bancária e ao fortalecimento do mercado de capitais. Nessa década, a contabilidade mostrava forte vinculação com a escrituração da área fiscal, principalmente no que diz respeito ao IR. A educação contábil, através da influência europeia, foi caracterizada pelo ensino da contabilidade legalista, pouco voltada para às necessidades dos usuários como objetivo principal das DF'S, como ocorre nos Estados Unidos. (NIYAMA; SILVA, 2013).

Portanto, é notório que a contabilidade ao decorrer do tempo foi garantindo cada vez mais espaço, sendo uma ferramenta de controle essencial para as organizações, com foco na obtenção de informações úteis para a obtenção de resultados positivos, e principalmente no sucesso empresarial.

2.1.1 Contabilidade

A contabilidade é uma área profissional de grande importância no mundo dos negócios, essencial para o controle, alcance de metas e obtenção de resultados.

Segundo Barros (2013) a contabilidade é uma ciência social que controla os fatos econômicos, administrativos e financeiros das entidades através do registro, sendo um sistema de informação e avaliação que tem o intuito de fornecer aos usuários demonstrações e análise, com relação à entidade, objeto da contabilização.

O objetivo da contabilidade é, entretanto, o controle de um patrimônio, sendo definido como um sistema de informação capaz de controlar o patrimônio de uma entidade, através da coleta, armazenamento, processamento de dados e informações advindas de fatos que podem alterar ou não, o patrimônio dessa entidade em si. (PADOVEZE, 2017).

Laureano (2006, p. 12) complementa:

A contabilidade moderna, além de mensurar o patrimônio e calcular o resultado de determinado período, propicia uma grande base de dados a qual permite a seus usuários a obtenção de informações relacionadas com a tomada de decisões, por exemplo: quanto preciso ter em estoque no começo do período, qual o saldo inicial de caixa desejado para determinado mês, qual preço mínimo pode-se praticar para determinado produto ou serviço, qual a melhor estratégia para a elisão fiscal.

Logo, nota-se a importância da contabilidade no ambiente organizacional e a forma como sua utilização, em suas mais diversas áreas, influencia significativamente na obtenção de informações e melhoria dos resultados organizacionais.

2.1.1.1 Contabilidade Gerencial

A contabilidade gerencial é um ramo da contabilidade de grande importância para as organizações.

É considerada o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos gestores de empresas de pequeno a grande porte, auxiliando em suas funções gerenciais. É voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos, efetuado por um sistema de informação gerencial. Refere-se ao somatório das informações demandadas pela administração, com o objetivo de subsidiar o processo decisório. (CREPALDI; CREPALDI, 2017).

Iudicibus (1986) diz que a contabilidade gerencial pode ser caracterizada como uma ferramenta que utiliza várias técnicas e procedimentos contábeis utilizados também em outras áreas como a contabilidade de custos, a contabilidade financeira, análise financeira, de balanço; que são colocados num grau mais detalhado ou em uma perspectiva de apresentação e classificação diferenciada, de forma a auxiliar os administradores e gerentes das entidades no processo decisório.

Padoveze (2010), ressalta que, mesmo que a contabilidade gerencial utilize de temas de outras disciplinas da área da contabilidade, ela ainda se caracteriza por ser uma área autônoma pela forma que as informações contábeis são tratadas, com enfoque ao

planejamento, controle e tomada decisão, sendo parte integrante no auxílio à tomada de decisão.

Portanto, é notável que a contabilidade gerencial auxilia as organizações, não somente na área em que atua, mas também, nas demais áreas da contabilidade, sendo um suporte através das informações fornecidas.

2.2 MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

As micro e pequenas empresas nos dias atuais, vêm garantindo cada vez mais espaço no mundo dos negócios. Contudo, sabe-se das dificuldades enfrentadas por empresas desse segmento, que sofrem pelo mercado turbulento e competitivo, caracterizado pelas mudanças rápidas e constantes.

Para sobreviver e conseguir atingir metas e garantir resultados positivos, tais empresas precisam esbanjar de um desempenho eficiente e eficaz. Para tanto, os empresários precisam enfrentar as adversidades para entender as variáveis existentes, para só assim estabelecer parâmetros a fim de avaliar o desempenho da empresa. (CORONADO,2009).

Apesar da relevância das micro e pequenas empresas nos segmentos de comércio, indústria e serviços, Coronado (2009), ressalta que atualmente há uma grande instabilidade em relação ao ambiente empresarial, que sofre com um elevado número de abertura e fechamento de empresas, principalmente se tratando de micro e pequenas empresas. Ao mesmo tempo que oferece meios a serem explorados, o mercado é altamente competitivo e isso faz com que as empresas acabem fechando as portas, sobrevivendo e conseguindo se manter, somente aquelas capazes de conseguir se adaptar às mudanças contínuas.

Segundo dados do Sebrae do ano de 2018, as ME e EPP, representam cerca de 98,5% do total de empresas privadas, respondendo por 27% do PIB sendo responsáveis ainda por 54% do total de empregos formais existentes no país.

Sendo assim, nota-se a importância que tais empresas representam para a economia brasileira, e a necessidade do conhecimento sobre a relevância da utilização de ferramentas como a contabilidade gerencial, para que assim, consigam se manter no mercado e contornar de forma eficaz as dificuldades advindas, tomando as melhores decisões, atingindo os resultados esperados e crescendo significativamente no meio dos negócios.

3 METODOLOGIA

A metodologia pode ser compreendida como um método no qual se chega ao objetivo proposto. É uma disciplina que tem por objetivo estudar, compreender e avaliar, os diferentes métodos disponíveis para que se possa realizar uma pesquisa acadêmica. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Foi utilizada a pesquisa bibliográfica e webliográfica, onde foram realizadas consultas em livros, artigos e internet.

Quanto ao objetivo foi feita a pesquisa descritiva, que segundo Vergara (1998), expõe características de um determinado fenômeno ou de uma determinada população.

No que diz respeito à abordagem, foi utilizada a pesquisa qualitativa. Martins e Teophilo (2009, p.141) nos traz que “a pesquisa qualitativa tem como objetivo principal as descrições, compreensões e interpretações dos acontecimentos ao invés de cálculos”.

Foi almejado através dessa pesquisa, a busca sobre o conhecimento, visão e utilização da contabilidade por micro e pequenos empreendedores, nas micro e pequenas empresas da cidade de Lagoa Formosa, Minas Gerais.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

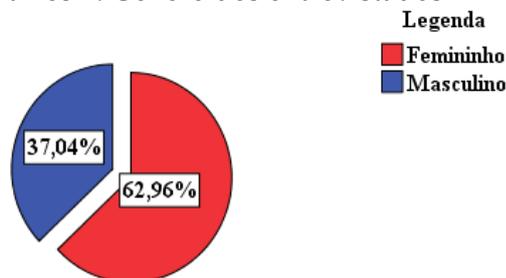
Neste item serão apresentados os resultados obtidos com a realização desta pesquisa através da aplicação de questionário, que teve o intuito de verificar a utilização e conhecimento da contabilidade por micro e pequenos empreendedores, voltada ao âmbito gerencial, da cidade de Lagoa Formosa.

O questionário foi aplicado a 108 micro ou pequenas empresas de Lagoa formosa, e obteve o retorno de todas.

4.1 DADOS PESSOAIS

Os respondentes receberam um questionário de pesquisa obtendo onze questões fechadas e uma aberta. A primeira questão apresentada, refere-se ao gênero do respondente. O resultado obtido se encontra no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Gênero dos entrevistados

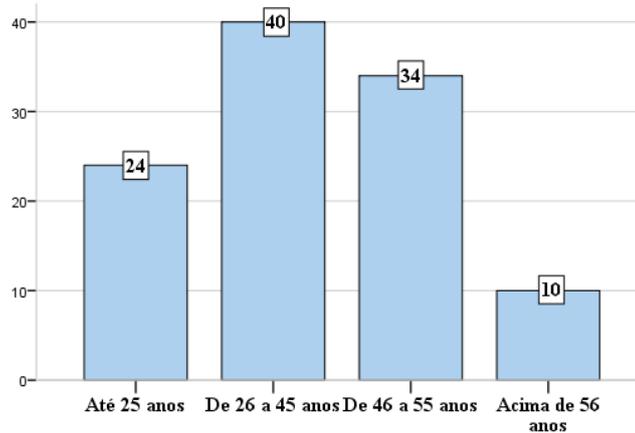


Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Em relação ao perfil dos respondentes, é possível notar que o gênero feminino é predominante em relação ao masculino. O percentual de 62,96% refere-se ao total de 68 mulheres, enquanto o de homens, representado pelo percentual de 37,04%, equivale a 40.

Com esse resultado pôde-se evidenciar que cada vez mais as mulheres vêm garantindo seu espaço em meio aos negócios.

Em seguida foi questionado sobre a idade dos participantes. O gráfico 2 demonstra o resultado obtido.

Gráfico 2: Idade dos respondentes

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No que diz respeito à idade dos respondentes, pode-se notar que 44 dos respondentes tem mais de 44 anos de idade, enquanto 24 pessoas têm até 25 anos, e 40 tem de 26 a 45 anos.

A seguir, estão apresentados os resultados obtidos em relação ao grau de escolaridade dos participantes:

Quadro 1: Grau de escolaridade

Grau de ensino	Quantidade de pessoas
Ensino Fundamental Incompleto	16
Ensino Fundamental Completo	12
Ensino Médio Incompleto	9
Ensino Médio Completo	44
Ensino Superior Incompleto	9
Ensino Superior Completo	18

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Como mostra a tabela, 44 pessoas responderam que completaram o ensino médio, enquanto 16 não completaram o ensino fundamental. Dos 108 respondentes, 27 cursaram ensino superior, sendo que 9 não completaram a graduação, e 18 concluíram.

No que diz respeito aos respondentes que de acordo com o quadro anterior responderam “superior completo” foi feita uma análise em que cursos fizeram a graduação:

Quadro 2: Cursos de graduação dos entrevistados que cursaram ensino superior completo

Cursos de graduação	Quantidades de pessoas
Administração	3
Agronegócio	1
Biomedicina	1
Ciências Contábeis	1
Educação Física	1

CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – CASO: LAGOA FORMOSA, MG

Enfermagem	1
Farmácia	4
Filosofia	1
Gestão empresarial	1
História	2
Odontologia	2
Pedagogia	2
Química	1

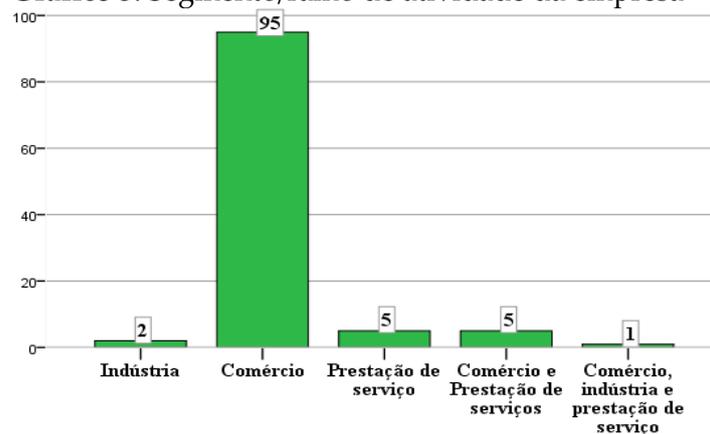
Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Como pode-se notar, dos respondentes, apenas uma pessoa fez a graduação em Ciências Contábeis. A área de destaque foi em farmácia, com 4 pessoas graduadas, precedida da administração, que obteve 3.

4.2 DADOS DA EMPRESA

Nesse tópico foram levantadas questões em relação aos dados da empresa. Foi questionado ao entrevistado primeiramente qual o segmento/ramo da empresa.

Gráfico 3: Segmento/ramo de atividade da empresa

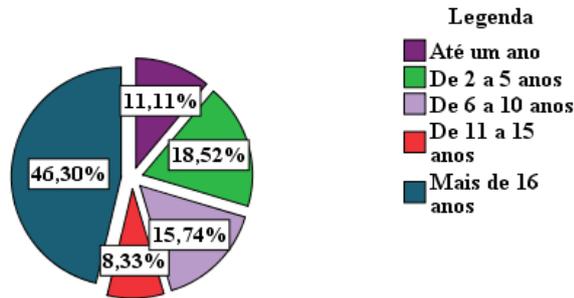


Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Como apresentado no gráfico, das 108 empresas onde foi aplicado o questionário, o segmento de comércio ganhou destaque, com 95 empresas.

Dando seguimento, foi questionado a respeito do tempo em que a empresa exercia atividade desde sua fundação:

Gráfico 4: Tempo de atividade que a empresa possui desde sua fundação

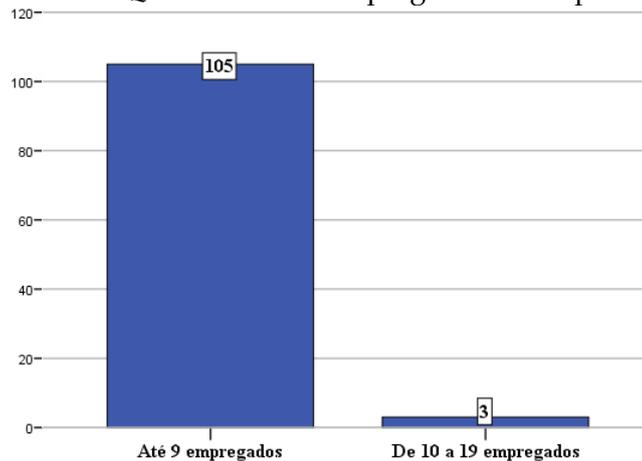


Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Como observado, 46,3% das empresas possuem mais de 16 anos de atividade desde sua fundação. Esse percentual representa um total de 50 empresas do total. Já as empresas que não possuem um ano de atividade, representam 11,11% do total, que é um percentual equivalente a 12 empresas.

O gráfico a seguir mostra a média de empregados das empresas pesquisadas:

Gráfico 5: Quantidade de empregados na empresa



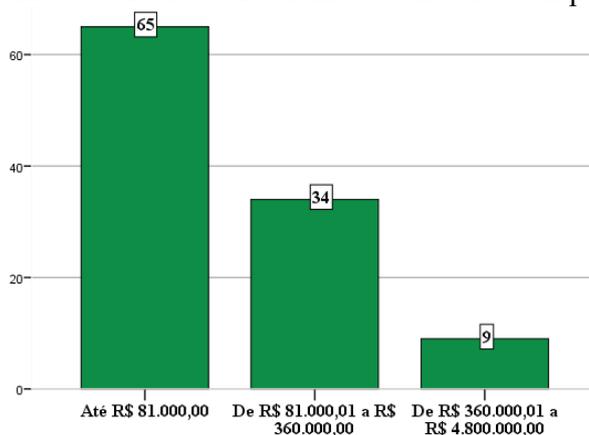
Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O gráfico evidencia que 105 empresas possuem até 9 empregados, o que representa quase 100% do total das empresas pesquisadas. Apenas 3 do total, possuem de 10 a 19 empregados. O que mostra que a maioria das empresas são de pequeno porte.

Além dos dados da empresa já mencionados, também foi questionado sobre a média de faturamento anual da empresa.

O gráfico a seguir demonstra os resultados obtidos:

Gráfico 6: Média de faturamento anual da empresa



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

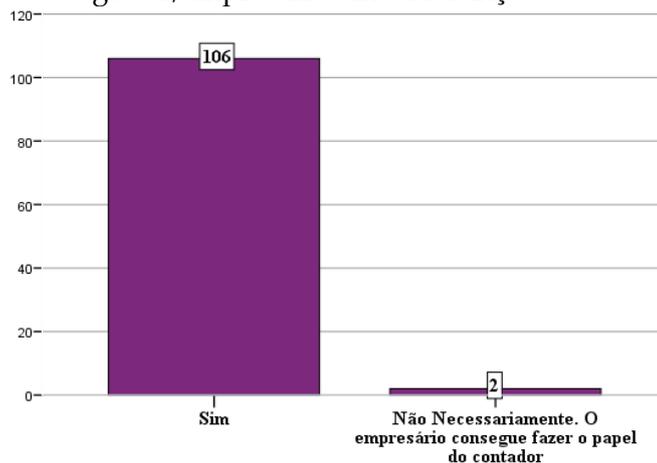
Como mostra o gráfico, 65 empresas do total possuem uma média de faturamento anual de até R\$81.000,00, o que representa mais da metade das empresas pesquisadas. Apenas 9 se enquadram na média de R\$360.000,01 A R\$4.800.000,00. O que demonstra mais uma vez, que a maior parte das empresas são de pequeno porte.

4.3 UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NO AMBIENTE EMPRESARIAL

Após os questionamentos pessoais e algumas informações a respeito da empresa, foram levantadas questões a respeito da utilização da contabilidade no ambiente empresarial.

A primeira pergunta apresentada obteve o seguinte resultado:

Gráfico 7: Importância atribuída à contabilidade como ferramenta de ajuda ao gestor/empresário em suas funções



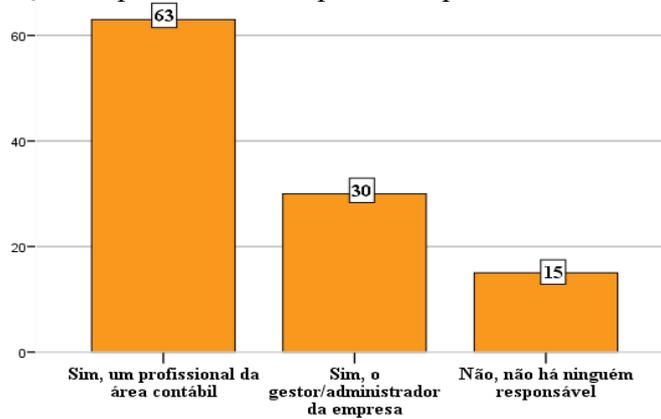
Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Podemos notar através do gráfico, que 106 dos respondentes consideram a contabilidade importante para ajuda aos gestores em suas funções e no que diz respeito

ao controle interno da empresa e tomada de decisão. Apenas 2 dos respondentes responderam que a contabilidade não é necessariamente importante.

A seguir, o gráfico apresenta o resultado obtido a respeito da utilização de um profissional responsável pelo controle interno e análise de relatórios:

Gráfico 8: Utilização de profissional responsável pelo controle interno e análises

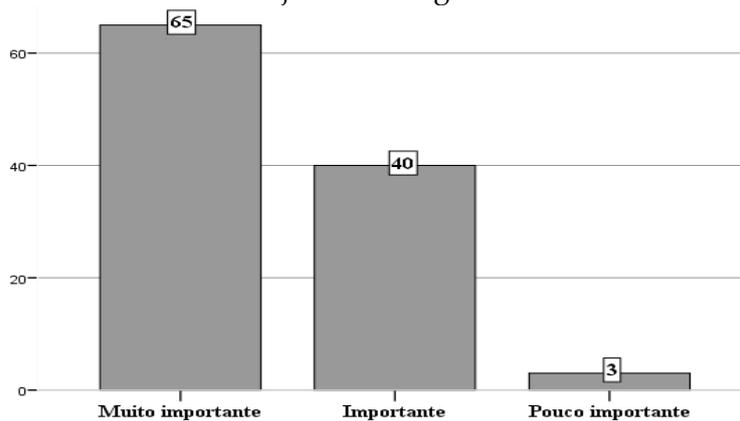


Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O gráfico evidencia que 63 empresas pesquisadas possuem um profissional da área contábil responsável pelo controle interno, enquanto 30 empresas têm apenas um gestor/administração responsável. Do total das empresas, houve 15 que constataram que não há ninguém responsável.

Foi questionado o grau de importância às informações e relatórios gerenciais, e ao contador com enfoque gerencial, para a tomada de decisão e ajuda estratégica em um negócio:

Gráfico 9: Grau de importância às informações e relatórios gerenciais e ao contador na ajuda estratégica

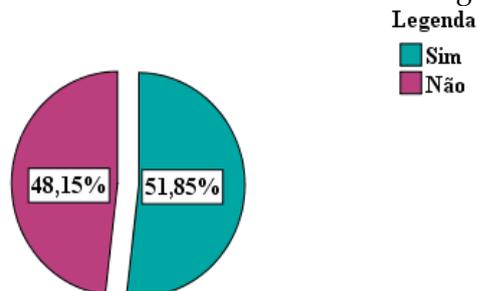


Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O gráfico acima demonstra que 105 dos respondentes atribuem importância às informações e relatórios que o contador apresenta, além da ajuda na tomada de decisão e ajuda estratégica. Apenas 3, do total de respondentes, marcaram que dão pouca importância ao contador e suas funções.

Também foi questionamento sobre o recebimento de assessoria na área gerencial:

Gráfico 10: Recebimento de assessoria na área gerencial

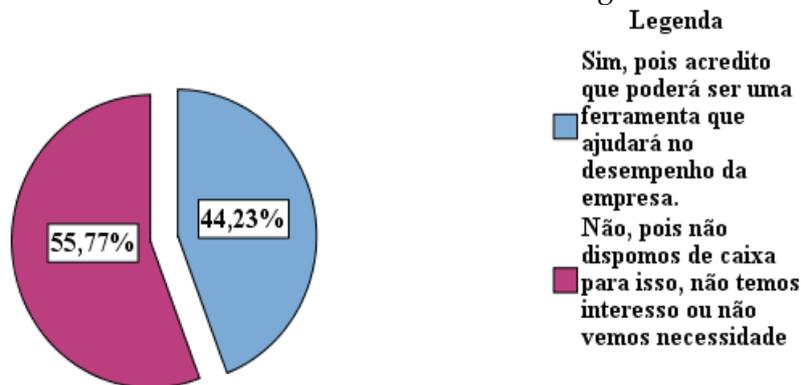


Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Do total das empresas, 51,85% recebem assessoria, o que representa que das 108 empresas, 56 têm a ajuda de um profissional contábil. Enquanto 48,15%, equivalente a 52 empresas, não recebem nenhum tipo de assessoria na área.

Aos entrevistados que responderam que NÃO recebem assessoria, foi feito outro questionamento se teriam interesse em receber assessoria futuramente, mesmo que para isso, tivessem que receber algum desembolso mensal. O gráfico a seguir demonstra os resultados:

Gráfico 11: Interesse em receber assessoria na área gerencial futuramente



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Como evidenciado, 44,23% das empresas, que equivalem a um número de 23 empresas, têm o interesse de receber assessoria, uma vez que concordam que tal ferramenta poderá ajudar no melhor desempenho da empresa. Aos que responderam não ter interesse, que representam um percentual de 55,77% das empresas equivalente a 29 empresas, não se interessam por não dispor de caixa, não terem interesse ou não ver necessidade de uma assessoria para melhoria dos resultados.

4.4 PERCEPÇÃO E OPINIÃO DE EMPRESÁRIOS SOBRE A CONTABILIDADE GERENCIAL

No último questionamento foi aplicado uma pergunta aberta, a respeito de qual a visão do respondente sobre a contabilidade gerencial como ferramenta de gestão em micro e pequenas empresas. Dos 108 pesquisados, foram obtidas 96 respostas. Abaixo foram selecionadas 5 das respostas:

Resposta 1: “Acredito que para uma empresa de sucesso, precisamos administrar com a ajuda de um profissional qualificado”;

Resposta 2: “Através da contabilidade gerencial podemos tomar decisões baseadas na realidade da nossa empresa”;

Resposta 3: “É importante para que a empresa consiga seguir a legislação fiscal, trabalhista, tributária, pois estão em constantes mudanças. E para que tenha controles eficazes”;

Resposta 4: “Acredito que contabilidade gerencial é uma boa ferramenta para a tomada de decisão pois vai auxiliar o gestor em relação a precisão de custos, lucros, capital, para que a decisão seja tomada com base em dados reais”;

Resposta 5: “Como micro, eu não tenho vínculo ao trabalho de contador. Mas conheço a grande importância desse serviço às empresas maiores, na relação e conhecimento a leis empregatícias, a impostos, bem como todo suporte relacionado ao bom andamento do comércio em geral”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi feita com a finalidade de descrever a relevância da contabilidade gerencial e analisar o conhecimento e utilização desta ferramenta em micro e pequenas empresas da cidade de Lagoa Formosa, MG.

Diante da conclusão desse estudo, foi possível atingir o objetivo geral proposto, uma vez que a pesquisa evidenciou diversos pontos positivos da contabilidade gerencial, e a forma como tal ferramenta ajuda os empresários a atingir bons resultados através de informações úteis, para a melhor tomada de decisão, além da própria visão dos respondentes do questionário aplicado, onde a maioria enxerga a contabilidade como importante em uma empresa.

Se tratando da utilização e conhecimento da contabilidade quase 100% dos respondentes consideram a contabilidade importante para ajuda no controle interno do ambiente organizacional e possuem certo conhecimento do papel do contador. Porém do total das empresas, 56 recebem de fato a assessoria na área gerencial. Contudo, das 52 que não recebem tal assessoria por parte de um contador, 23 tem interesse em receber futuramente.

Concluiu-se, portanto, que a contabilidade gerencial é uma área da contabilidade que fornece instrumentos aos gestores de empresas de pequeno a grande porte, auxiliando em suas funções gerenciais. Foi possível verificar essa visão por grande

parte dos pesquisados, uma vez que ainda há pessoas que não veem a necessidade de tal ferramenta.

Sugere-se para futuros estudos, uma pesquisa aprofundada em relação ao custo que uma empresa que não recebe assessoria teria para implantar uma área voltada a contabilidade gerencial, considerando todas as mudanças e medidas a serem tomadas para se chegar a esse objetivo, e qual seria o possível resultado obtido com essa implantação.

REFERÊNCIAS

BARROS, Mauricio. **Contabilidade Geral**. Fundação Sérgio Contente. IDEPAC, 2013. Apostila digital.

CORONADO, Osmar. **Contabilidade gerencial básica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

IUDICIBUS, Sergio de. **Contabilidade Gerencial: da teoria à prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução a Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade; TEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica Para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: Um enfoque em Sistema de Informação Contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual da Contabilidade Básica – Contabilidade Introdutória e intermediária**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SEBRAE. **Perfil das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte 2018**. 2018. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ro/artigos/perfil-das-microempresas-e-empresas-de-pequeno-porte-2018,a2fb479851b33610VgnVCM100004c00210aRCRD>. Acesso em: 24 maio 2020.

PRODANOV, Cleber C; FREITAS, Ernani C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CONTABILIZAÇÃO DE RESULTADOS COM OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS COM A COMMODITY CAFÉ EM UMA TRADING¹

Vagner Geraldo Gonçalves Silva²
Heitor de Cunha Barros³

RESUMO: O presente estudo buscou por meio de um estudo de caso verificar como a contabilização das operações com derivativos para uma *trading* que atua no ramo de comércio atacadista de café cru beneficiado em grãos está sendo realizada e qual seu impacto perante aos resultados. O comércio dessa *commodity*, traz grande movimentação à economia brasileira, já que o país é o maior exportador do grão. Por esta razão, as operações com derivativos são de cunho fundamental para que os participantes do mercado consigam se proteger dos riscos visando minimizar a perda e controlar os riscos do mercado. Foi avaliado como foram contabilizados tais resultados, seus impactos e qual o reflexo no caixa da empresa. Foi realizado um estudo de caso, utilizando metodologia quali-quantitativa, através da análise documental para extração de informações. Diante do exposto, foi possível identificar a forma e como a empresa contabiliza as operações com derivativos e seus reflexos perante algumas contas de resultado e sobre se houve impacto no caixa da empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade, derivativos agrícolas, resultado, *trading* café.

ABSTRACT: The present study sought, by means of a case study, to verify how the accounting of derivative transactions for a trading company that operates in the wholesale trade of raw coffee processed in grains is being carried out and what its impact on the results. The trade of this commodity brings great movement to the Brazilian economy, since the country is the largest exporter of the grain. For this reason, derivative transactions are fundamental for market participants to be able to protect themselves from risks in order to minimize loss and control market risks. It was evaluated how these results were accounted for, their impacts and the impact on the company's cash flow. A case study was carried out, using qualitative and quantitative methodology, through document analysis for information extraction. In view of the above, it was possible to identify the way and how the company accounts for transactions with derivatives and their impact on some income statements and on whether there was an impact on the company's cash flow.

KEYWORDS: Accounting; agricultural derivatives; results, trading coffee.

¹ Trabalho apresentado na área de temática III – Pesquisa em contabilidade do Fórum Gerencial realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: vagnerggs@unipam.edu.br.

³ Professor orientador do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: heitorcb@unipam.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O café é a segunda bebida mais consumida no mundo, ficando atrás somente da água. Por ser um produto tão procurado, o Brasil desde sua origem intensificou seu foco na sua produção agrícola.⁴

Segundo relatórios da CECAFE⁵, o Brasil exportou 40,6 milhões de sacas no ano de 2019, envolvendo café moído, torrado, solúvel e verde e o resultado das receitas cambiais alcançou 5,1 bilhões de dólares. Os valores advindos da comercialização são altamente expressivos para o PIB do país. Produtores e comerciantes, pessoas físicas e jurídicas que operam neste setor, são entendedores sobre os riscos que as operações têm consigo. Neste mercado, há vários vetores que são influentes sobre o preço, tais como: clima, consumo interno e externo, níveis de estoque, questões políticas e econômicas, dentre outros. (CORRÊA e RAÍCES, 2005).

Dentro desse cenário que engloba as operações na bolsa de valores, são de cunho fundamental, pois podem impactar de forma expressiva no resultado da companhia, ainda mais por se tratar na maioria das vezes de operações que envolvam valores vultosos. Para este enfoque, a contabilização dos resultados advindos destas operações, tem fator determinante financeiramente.

O presente estudo teve a finalidade de analisar a forma de contabilização e seu impacto no resultado da entidade, para que a mesma consiga mensurar corretamente suas operações com o mercado de café, utilizando as normas contábeis com a intenção de manter sua contabilidade de maneira correta, para que seu registro seja íntegro.

Este trabalho teve por objetivo geral avaliar o método de contabilização das operações com derivativos e qual o impacto gerado de uma empresa que atua no ramo de comércio atacadista de café beneficiado cru em grãos. Sendo os objetivos específicos desta pesquisa: a) demonstrar como são mensuradas as operações com derivativos na empresa na qual o trabalho foi desenvolvido, b) analisar o seu impacto econômico/financeiro na instituição; c) verificar sua influência de caixa e como organizar o fluxo do mesmo. Esta pesquisa justifica-se pela importância da contabilidade como instrumento de auxílio no reconhecimento das operações.

2 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

A Empresa objeto de pesquisa não autorizou a divulgação de dados sobre a mesma, sendo assim, foram apresentados dados verídicos, porém os documentos utilizados para desenvolver o trabalho não puderam ser divulgados. A empresa é de natureza jurídica, tributada pelo regime do Lucro Real. Deu-se início às suas atividades em 07 de abril de 2018, localizada em Patos de Minas, a mesma apresenta destaque no ramo de comércio atacadista de café beneficiado cru em grãos, tanto com comercialização no mercado interno, quanto também no em mercado exterior. A

⁴ Disponível em: <https://tvbrasil.etc.com.br/reporter-brasil/2020/02/cafe-e-segunda-bebida-mais-consumida-no-mundo-e-traz-beneficios>. Acesso em: 20 fev. 2020.

⁵ Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/informe_estatistico/CECAFE_Relatorio_Mensal_DEZEMBRO_2019.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

CONTABILIZAÇÃO DE RESULTADOS COM OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS COM A COMMODITY CAFÉ EM UMA TRADING

empresa ainda dispõe de um amplo armazém que atua no segmento de beneficiamento de café comprado e prestação de serviços a terceiros que também atuam no ramo de comércio de café.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico foi exposto o tema e seus conceitos, com o intuito de oferecer entendimento e informação para o desenvolvimento do trabalho.

De acordo com Nakao (2017), a Contabilidade Financeira no Agronegócio engloba normas e práticas que são bases para a divulgação de relatórios e documentos ligados ao agronegócio. É um setor fundamental para a economia do país, que tem inúmeras particularidades e que estas requerem tratamento contábil específico. Crepaldi (2004), expôs que a finalidade da contabilidade rural é superintender as operações agrícolas e pecuárias, mensurando o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade ligada ao agro, auxiliando nas projeções de produção, vendas, investimentos, fluxo de caixa e os comparativos de performance com as empresas semelhantes do mesmo ramo, levantando informações para Declaração de Imposto de Renda, dentre outras inúmeras funções que são essenciais para o bom desempenho da entidade.

Segundo Marion (2020) Cultura temporária é aquela que é possível de replantio após uma única colheita e que seu período produtivo seja inferior a 12 meses. Se tratando de cultura permanente, são vinculadas ao solo e permitem mais de uma colheita. Quanto aos seus custos, são acumulados em uma conta do ativo não circulante e após a formação da cultura, todos os valores gastos para que a cultura fosse produtiva, são transferidos para seu próprio uso.

3.1 MENSURAÇÃO A VALOR JUSTO

De acordo com o Pronunciamento Contábil 46 (2012), que traz as definições do IFRS 13, este consiste em estimar um valor pelo qual um ativo pode ser vendido ou um passivo liquidado sem que haja coação de uma das partes negociantes, que na data da transação o valor de mercado seja o valor para a negociação. O mesmo deve ser aplicado a ativos e passivos principalmente, mas também requer aplicação a instrumentos patrimoniais. A entidade deve mensurar conforme os participantes do mercado precificam a exposição a risco líquido na data de mensuração.

Quadro 1: Técnicas de avaliação

Abordagem de Mercado	É uma técnica de avaliação que faz uso de preços e outras informações pertinentes concebidas por transações de mercado que englobam ativos e passivos.
Abordagem de Custo	É uma técnica de avaliação que simboliza o valor que seria determinado para suceder a força de serviços de um ativo. Fundamenta-se no custo que um comprador tem no mercado para a aquisição de um ativo substituto semelhante.

Abordagem de Receita	É dado pela técnica de avaliação que consiste na conversão de valores futuros em um valor único atual.
----------------------	--

Fonte: adaptado CPC 46, 2012.

3.2 MERCADO A TERMO

Conforme exposto por Assaf Neto (2018), contrato a termo são operações de entrega formalizadas por um contrato preestabelecido entre comprador e vendedor, sendo definidos quantidade, valor e data de entrega e liquidação para determinados ativos (que também podendo ser firmados para ações e *commodities*).

3.3 DERIVATIVOS

Conforme Figueiredo (2020), derivativos são títulos que seus valores são concernentes a outras variáveis. Os mesmos foram criados para que os agentes econômicos pudessem se proteger contra oscilações e a volatilidade de preços, de modo que os ganhos financeiros possam compensar perdas operacionais, sejam elas causadas por oscilações dos preços na matéria prima, taxas de juros e/ou cambiais.

Santos e Silva (2015), conceituam os agentes operadores com derivativos em três tipos, sendo eles:

- *Hedgers*: São agentes que usam essas operações com a finalidade de se proteger da instabilidade de preços.
- Especuladores: Apostadores que creem em tendências, que visam lucro com a compra e venda de títulos. Esse agente é comparado com “jogador” já que acredita em regras probabilísticas com o intuito de ter ganhos com o risco que está correndo.
- Arbitradores: fazem compra e venda de operações com a finalidade de lucro, mas sem investimento inicial e sem que haja risco. São importantes pois trazem equidade à economia. Os ganhos por operações são baixos, exigindo que façam grandes volumes para ter ganhos expressivos.

3.4 HEDGE ACCOUNTING

A contabilidade do *hedge*, também denominada de *Hedge Accounting* é um utilizado com a finalidade de gerir e proteger dos riscos financeiros e quando bem utilizada, pode eliminar até mesmo a instabilidade de resultados contábeis de uma entidade. Esse é utilizado para que os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros no mesmo período em que o objeto de *hedge* é aplicado⁶.

O CPC 38 (2009), subdivide as relações de *hedge* em três categorias, de acordo com o quadro elaborado por Potin (2014) abaixo que contempla as descrições de cada categoria e onde devem ser registradas:

⁶ Disponível em: <https://www.blbbrasil.com.br/blog/contabilidade-de-hedge-2/>. Acesso em: 25 maio 2020.

CONTABILIZAÇÃO DE RESULTADOS COM OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS COM A COMMODITY CAFÉ EM UMA TRADING

Quadro 2: Relações de *Hedge* e suas formas de contabilização.

Relação de <i>Hedge</i>	Descrição	Contabilização
<i>Hedge</i> de valor justo	<i>Hedge</i> de exposição as possíveis alterações no VJ de elementos do ativo e passivo, ou compromisso firme, sejam identificados ou não, onde possa ocorrer risco particular e possa impactar o resultado	As oscilações no VJ do instrumento de <i>hedge</i> (derivativo) e do item objeto de <i>hedge</i> deve ser reconhecido no resultado quando de sua ocorrência e concomitantemente.
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	<i>Hedge</i> de exposição as oscilações no fluxo de caixa que (i) seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que (ii) possa afetar o resultado	A parcela efetiva das oscilações no instrumento de <i>hedge</i> deve ser registrada no patrimônio líquido, até que a transação se efetiva (item objeto de <i>hedge</i>), após será lançada a resultado. A parcela não efetiva vai diretamente para o resultado.
<i>Hedge</i> de investimento líquido em operações no exterior	<i>Hedge</i> de operações realizadas em moeda estrangeira.	A variação do VJ do instrumento de <i>hedge</i> é contabilizada em conta de patrimônio líquido.

Fonte: Potin, p. 28, 2014.

3.5 MARCAÇÃO A MERCADO – MTM

A marcação a mercado (*Mark to Market*), consiste no registro e mensuração dos ativos, com a finalidade de valorar a carteira de investimentos com referência ao preço dos negócios que estão sendo realizados no mercado (BANCO B3, 2018)⁷. De forma resumida, a marcação a mercado é tida como o valor que seria recebido em caso da venda de um título no dia atual da venda (RODRIGUES, 2019)⁸.

3.6 MERCADO FUTURO

Assaf Neto (2018), expõe que as operações que envolvam este mercado, basicamente são os compromissos de compra e/ou venda de um ativo estipulado em uma data para que seja definido seu preço. Geralmente esses são regidos pelas bolsas de valores, sendo estipulados parâmetros para negociação para que tenha viabilidade de negociação entre os *players*. Devido à alta volatilidade, esse mercado chama atenção dos especuladores. Como forma de garantia, as bolsas de valores exigem dos investidores

⁷ Disponível em: <https://www.ativainvestimentos.com.br/Content/files/Manual-de-Marcacao-a-Mercado.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

⁸ Disponível em: <https://www.euqueroinvestir.com/marcacao-a-mercado-dos-titulos-do-tesouro-direto-aprenda-a-calcular/>. Acesso em: 30 maio 2020.

depósitos de garantia como compensação das perdas ou ganhos que os contratos negociados obtiveram.

3.6.1 Ajustes Diários

Para Pinheiro (2019), o fechamento diário das posições causa ajustes aos *players* que têm negociações em aberto, essas oscilações podem ser positivas ou negativas aos participantes, fazendo que os valores financeiros sejam ajustados nas contas corretoras, onde todas as posições são ajustadas ao valor do fechamento.

3.6.2 Margem de Garantia

Consiste no valor depositado para que sejam asseguradas as operações feitas no mercado financeiro. Em ato, significa uma forma de inibir alavancagem financeira e em caso de possíveis prejuízos, seja possível arcar com os mesmos. É variável conforme o investimento, e nem sempre é enviada como capital. Sua principal finalidade é que os participantes do mercado não sejam prejudicados⁹.

3.7 TRIBUTAÇÃO DE DERIVATIVOS

Diante do exposto na Lei 8.981¹⁰ de 1995, art. 77, “O regime de tributação previsto neste Capítulo não se aplica aos rendimentos ou ganhos líquidos” que no inciso V, cita que as operações de hedge realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuros ou mercado de balcão. Ainda no inciso V do artigo 77, é descrito que:

§ 1º Para efeito do disposto no inciso V, consideram-se de cobertura (hedge) as operações destinadas, exclusivamente, à proteção contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de taxas, quando o objeto do contrato negociado:

a) estiver relacionado com as atividades operacionais da pessoa jurídica;

b) destinar-se à proteção de direitos ou obrigações da pessoa jurídica.

§ 2º O Poder Executivo poderá definir requisitos adicionais para a caracterização das operações de que trata o parágrafo anterior, bem como estabelecer procedimentos para registro e apuração dos ajustes diários incorridos nessas operações.

§ 3º Os rendimentos e ganhos líquidos de que trata este artigo deverão compor a base de cálculo prevista nos arts. 28 ou 29 e o lucro real.

§ 4º Para as associações de poupança e empréstimo, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos nas aplicações financeiras serão tributados de forma definitiva, à alíquota de vinte e cinco por cento sobre a base de cálculo prevista no art. 29. (Redação dada pela Lei n. 9.065, de 1995).

⁹ Disponível em: <https://blog.toroinvestimentos.com.br/margem-de-garantia-o-que-e>. Acesso em: 15 maio 2020.

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8981.htm. Acesso em: 31 maio 2020.

CONTABILIZAÇÃO DE RESULTADOS COM OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS COM A COMMODITY CAFÉ EM UMA TRADING

De acordo com dados divulgados pela ADVFN¹¹, os ganhos líquidos advindos de operações com derivativos realizados na bolsa de valores são tributados mensalmente pelo Imposto de Renda, podendo ser compensado as perdas com os ganhos realizados, desde que sejam oriundos do mesmo mercado, em período corrente ou futuro.

Segundo o site Top Invest¹², as principais operações financeiras que englobam derivativos, como NDF, *Swap* e opções é incidente de Imposto de Renda, para pessoas jurídicas, há incidência de contribuição social, IOF e IR. A tributação de PIS e COFINS é cabível apenas para empresas financeiras que também devem adotar regras específicas para a categoria.

4 METODOLOGIA

Segundo Nascimento (2012), a metodologia se trata do uso de métodos de pesquisa para que seja absorvido conhecimento e como podemos usufruir da ciência com o intuito de facilitar caminhos e resolução de problemas com ferramentas e procedimentos para que seja alcançado o resultado de acordo com os propósitos pretendidos. Trata-se de um estudo, no qual foram utilizados como base pesquisas bibliográficas e webliográficas, pesquisa descritiva e análise documental. Segundo Zanella (2013), as pesquisas bibliográficas são utilizadas na maioria dos trabalhos acadêmicos elas são norteadoras e complementam a realidade do tema auxiliam na fundamentação teórica e identificam os pontos a serem desenvolvidos e buscando resultados posteriores.

Trata-se de um estudo de caso, que ainda conforme Nascimento (2012), onde se averigua um determinado evento e seus resultados não podem ser aplicados a outras circunstâncias, ainda que sejam semelhantes. Quanto à pesquisa, esta teve como tipo quali-quantitativa, que significa que foi utilizado os métodos de pesquisa, sendo qualitativa e quantitativa. Os dois tipos em conjunto são complementares, pois a quantitativa faz o levantamento de dados e a qualitativa demonstra a possibilidade da explicação dos resultados¹³.

A empresa que foi o objeto de pesquisa se destaca no ramo atacadista de café beneficiado cru em grãos, tanto com comercialização no mercado interno, quanto também no em mercado exterior. Diante das operações, foi analisado qual o impacto gerado por essas operações com derivativos se comparadas com o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do ano fiscal de 2019 e os resultados mensais das contas de OTC – *Over-the-Counter* e bancos utilizada pela empresa, com base na análise e cálculo por Excel destes indicativos e sua influência no caixa da empresa.

¹¹ Disponível em: <https://br.advfn.com/investimentos/opcoes/negociacao>. Acesso em: 31 maio 2020.

¹² Disponível em: <https://www.topinvest.com.br/tributacao-de-derivativos/>. Acesso em: 31 maio 2020.

¹³ Disponível em: <https://projetoacademico.com.br/pesquisa-quali-quantitativa/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico foram expostos os resultados e seus impactos gerados para a empresa diante das operações com derivativos realizadas no ano de 2019. Através de análise documental e cálculos realizados, foram discorridos os resultados.

5.1 FORMA DE CONTABILIZAÇÃO E SEU IMPACTO

A empresa objeto de pesquisa, utiliza-se de mecanismos de contabilização por um sistema ERP – *Enterprise Resource Planning* específico para as rotinas da mesma. Entretanto, para as rotinas dessas operações com derivativos, são feitos os lançamentos em um sistema auxiliar. O método de contabilização adotado foi o *Hedge Accounting*. A instituição no momento não faz a contabilização das posições separadamente, mensurando detalhadamente cada ganho ou perda por operação. Mantendo a contabilidade somente das operações que foram liquidadas.

Através do extrato da conta OTC e extratos bancários a qual a empresa possui, é feito o lançamento contábil dos movimentos obtidos.

Figura 1: Contabilização das operações extrato

<i>Cash Beginning Balance</i>	Saldo Inicial
<i>Net Profit/Loss</i>	Resultado Financeiro Op Liquidada
<i>Commission</i>	Comissão
<i>Cash Movements - Wire In</i>	Aporte
<i>Cash Movements - Wire Out</i>	Resgate
<i>Margin Threshold Utilization</i>	Tarifas
<i>Cash Ending Balance</i>	Saldo Final
<i>Cash Beginning Balance</i>	Saldo Inicial
<i>Net Profit/Loss</i>	Resultado Financeiro Op Liquidada
<i>Commission</i>	Comissão
<i>Cash Movements</i>	Aporte
<i>Margin Threshold Utilization</i>	Tarifas
<i>Cash Ending Balance</i>	Saldo Final

Fonte: dados da Pesquisa, 2020.

Sobre o extrato mensal da conta OTC, parte-se para os lançamentos, conforme figura acima, é alimentado na planilha utilizada pela empresa para que mensure os resultados obtidos no mês. Para fazer a transição destes resultados para o ERP, são feitos os lançamentos conforme as contas e naturezas referentes, conforme figura abaixo:

CONTABILIZAÇÃO DE RESULTADOS COM OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS COM A COMMODITY CAFÉ EM UMA TRADING

Figura 2: Contabilização das operações ERP

Data Lçto.	Débito	Nomenclatura (Débito)	Crédito	Nomenclatura (Crédito)	Valor	Complemento Hist.
Resultado Financeiro Op Liquidada						
31/12/2019	.300.426	Resultado Financeiro Operacao Liquidada	.100.203	APL - Banco XXXXXXXX CC: 3	\$	Vlr Ref XXXXXX
Aporte						
31/12/2019	.100.203	APL - Banco XXXXXXXX CC: XXXXXX	.100.255	Banco Brasil	R\$	Despesa de Variacao Cambial XXXXXX
Tarifa						
31/12/2019	.300.427	Tarifas Corretoras	.100.203	APL - Banco XXXXXXXX CC: 3	R\$	Tarifa Cfe Extrato
Variação Cambial						
31/12/2019	.300.423	Variacao Cambial Derivativos	.100.203	APL - Banco XXXXXXXX CC: 3	R\$	Despesa de Variacao Cambial XXXXXX

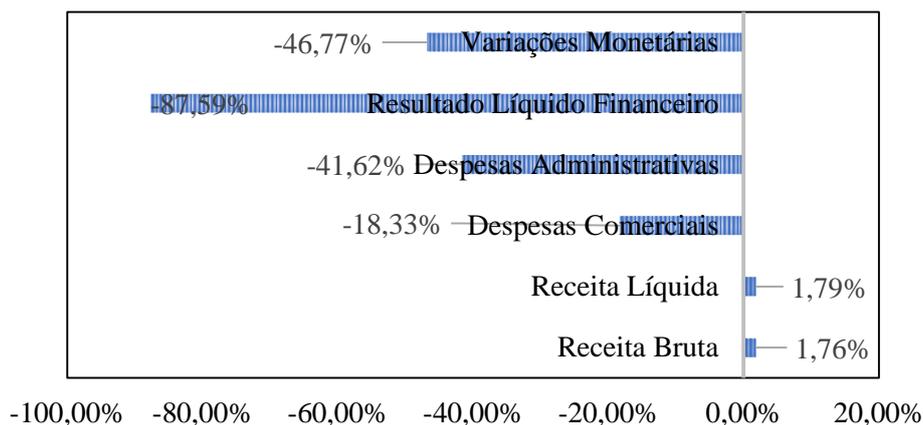
Fonte: dados da Pesquisa, 2020.

No encerramento do mês, é coletado as movimentações ocorridas via extrato da OTC. A grande maioria das operações são efetuadas em dólar, é feita conversão pela PTAX¹⁴, que é a taxa de câmbio referência para cotação do dólar, que consiste em uma média informada pelos *dealers*, que são as instituições financeiras, sejam bancos ou corretoras. Essa média é realizada com base em horários determinados pelo BACEN.

5.2 REPRESENTATIVIDADE PERANTE AS GRANDES CONTAS

Quanto aos resultados advindos das operações com derivativos, foi comparado com algumas contas de grande impacto para que fosse analisada sua influência perante as mesmas. Abaixo gráfico sobre o percentual de representatividade com as contas da DRE. Foram escolhidas as contas do de Receita, as despesas de maior cunho, o resultado líquido financeiro e as variações cambiais.

Figura 3: Representatividade Operações com Derivativos X DRE



Fonte: dados da Pesquisa, 2020.

Diante do gráfico acima, percebemos que essas operações representam uma pequena parte do grupo de receitas da entidade, representando 1,76% da Receita Líquida

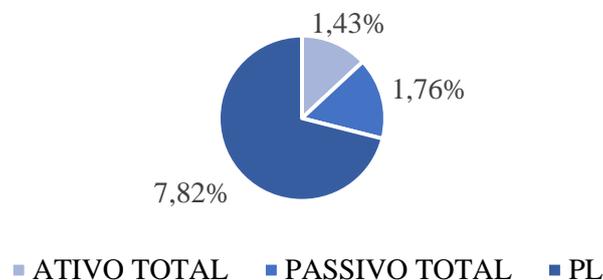
¹⁴ Disponível em: <https://www.remissaonline.com.br/blog/ptax-o-que-e/>. Acesso em: 28 set. 2020.

e 1,79% da Receita Bruta. Já para as contas de despesas, sendo elas comerciais e administrativas que a empresa incorreu, representaram -18,33% das despesas comerciais e -41,62% das despesas administrativas. Quanto ao resultado líquido, o impacto foi de -87,59%. O último tópico frisado no gráfico, que é referente às variações cambiais, que apresentou o resultado de -46,77%. As variações cambiais, foram ajustadas ao valor presente para apresentação dos resultados, este valor está deduzindo o resultado devido à alta de preços dos contratos firmados em bolsa que não foram liquidados ao decorrer do tempo, que se encontram no período em aberto.

Já quando usamos como base os o total dos itens do ativo, passivo e balanço patrimonial, temos o resultado conforme expresso no gráfico abaixo:

Figura 4: Representatividade Operações com Derivativos X BP

REPRESENTATIVIDADE PERANTE GRUPOS DO BALANÇO PATRIMONIAL



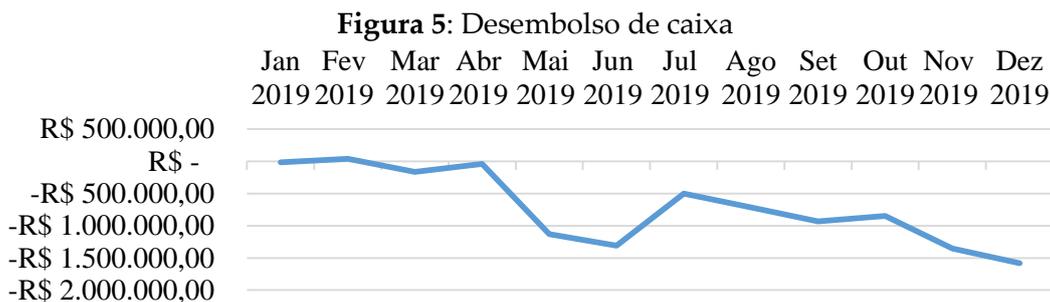
Fonte: dados da Pesquisa, 2020.

Diante dos dados coletados na pesquisa, se pôde observar o que representou 1,43% sobre o total do ativo da empresa, 1,76% do valor total do passivo e 7,82% do Patrimônio Líquido.

5.3 IMPACTO NO CAIXA

Diante das variações ocorridas nas bolsas de valores, há a desvalorização ou valorização da posição que o contrato de derivativo se encontra no momento. Com essas oscilações, se torna necessário o envio de recursos para o cobrimento de margem das operações que estão em aberto, esse valor é desmembrado em duas contas, sendo ajuste diário e margem de garantia. Na figura abaixo, foi demonstrado o impacto em caixa nos meses de janeiro a dezembro de 2019.

CONTABILIZAÇÃO DE RESULTADOS COM OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS COM A COMMODITY CAFÉ EM UMA TRADING



Fonte: dados da Pesquisa, 2020.

A grande variância se dá devido ao volume de negócios que foram feitos no ano, também levando em consideração as constantes altas e baixas que o mercado da *commodity* teve no ano de 2019. É de suma importância que a empresa disponha de recursos em caixa para poder cobrir as chamadas de margem e os ajustes diários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste trabalho, foi possível identificar a forma de contabilização adotada pela empresa, a representatividade perante algumas contas e como o caixa foi impactado para que os compromissos em conta OTC fossem honrados e as posições se mantivessem firmadas.

Quanto o modo de contabilização dessas operações com derivativos, poderia ser mais eficaz, quando mensuradas separadamente por operação e caso também fosse feito a contabilização das posições que estão em aberto, fazendo com que os resultados fossem mais assertivos, sabendo identificar o lucro ou prejuízo por operação realizada. Vale ressaltar, que a empresa utiliza dos derivativos somente como instrumento de *Hedge*, visando somente proteção dos preços, não sendo impactada pela queda ou alta de preços.

Em relação ao objetivo geral do trabalho foi possível identificar a maneira de contabilização utilizada pela empresa e como as operações com derivativos impactaram perante ao ano exercício de 2019, mesmo que a empresa não adote a marcação a mercado como forma de contabilização, foi expressivo o resultado, porém não se torna possível identificar onde há ganhos ou perdas diante da operação executada.

Para a conclusão da presente pesquisa a limitação encontrada foi a falta de fontes claras sobre qual forma e qual a tratativa contábil é dada para os resultados e qual a forma mais adequada de se utilizar e o quão dificultoso é analisar os resultados e não podê-los divulgar para dar mais ênfase sobre sua relevância. Uma sugestão para próximas pesquisas seria realizar um estudo de caso sobre como a marcação a mercado traria resultados ainda mais assertivos para a tomada de decisão e a efetividade dos resultados com derivativos.

REFERÊNCIAS

Alexandre, A. N. **Mercado Financeiro, 14ª edição**. São Paulo. Grupo GEN, 2018. 9788597018066. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/>

[#/books/9788597018066/](#). Acesso em: 29 maio 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Mensuração do Valor Justo.**

Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/395_CPC_46_rev%2012.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

CORRÊA, A. L.; RAÍCES, C. **Derivativos agrícolas.** São Paulo: Globo, 2005.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011654/cfi/6/10!/4/2@0:0> Acesso em: 02/04/2020

FIGUEIREDO, A. C. **Introdução aos derivativos.** São Paulo: Cengage Learning, 2020. 9788522129386. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522129386/>. Acesso em: 09 maio de 2020.

HULL, C., J. **Opções, futuros e outros derivativos.** Rio Grande do Sul: Bookman Editora Ltda., 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582603932/>. Acesso em: 03 maio 2020.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: agrícola, pecuária e imposto de renda.** 15. ed. São Paulo, Atlas, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519622/cfi/33!/4/4@0.00:10.7> Acesso em: 02/04/2020.

NAKAO, Silvio Hiroshi. **Contabilidade financeira no Agronegócio.** São Paulo: Editora Atlas, 2017.

NASCIMENTO, L. P. D. **Elaboração de projetos de pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica.** São Paulo; Cengage Learning Brasil, 2016-10-19. 9788522126293. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126293/>. Acesso em: 1 junho 2020.

PINHEIRO, Lima, J. **Mercado de capitais.** São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021752/>. Acesso em: 18 maio 2020.

POTIN, Silas Adolfo. **HEDGE ACCOUNTING NO MERCADO ACIONÁRIO BRASILEIRO: EFEITOS NA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E DISCLOSURE,** 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1358/1/Hedge%20accounting%20no%20mercado%20acionario%20brasileiro%20efeitos%20na%20qualidade%20da%20informacao%20contabil%20e%20disclosure.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

CONTABILIZAÇÃO DE RESULTADOS COM OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS COM A
COMMODITY CAFÉ EM UMA TRADING

SANTOS, J.C.D; Silva, M. E. D. **Derivativos** e renda fixa: teoria e aplicações ao mercado brasileiro. São Paulo: Editora Atlas S.A.,2015. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522498642/>. Acesso em: 09 de maio 2020.

ZANELLA, Liane Carly Hermes; VIEIRA, Eleonora Milano Falcão; MORAES, Marialice. **Técnicas de pesquisa**. 2013.

CONTROLADORIA: ESTUDO DA VIABILIDADE DO MODELO DE GESTÃO DA COMPANHIA LOJAS AMERICANAS S.A. PELO SEU FLUXO FINANCEIRO¹

Monnielly de Fátima Caetano Andrade²
Valério Nepomuceno³

RESUMO: O estudo é uma análise sobre a viabilidade do modelo de gestão adotado pela Lojas Americanas S/A. O principal objetivo foi analisar a gestão com base no seu fluxo financeiro. A pesquisa foi realizada por meio de uma pesquisa documental explicativa. Na coleta de dados econômicos e financeiros foi usada uma abordagem quantitativa, e qualitativa para as questões referente ao modelo de gestão. A companhia no período estudado de 2014 a 2019 deixa claro nos relatórios da administração a sua forma sólida com os colaboradores voltado à sustentabilidade, a sua robusta expansão de mercado. O modelo de gestão teve um impacto positivo no caixa, mesmo que grande parte do recurso seja de terceiros.

PALAVRAS-CHAVE: Modelo de Gestão. Fluxo de Caixa. Ciclo operacional e Financeiro.

ABSTRACT: The study is an analysis of the feasibility of the model of teeth adopted by Lojas Americanas S / A. The main objective was to analyze management based on its financial flow. The research was carried out through an explanatory documentary research. In the collection of economic and financial data, a quantitative and qualitative approach was used for questions regarding the management model. The company in the period studied from 2014 to 2019 makes clear in the management reports its solid form with employees towards sustainability, and its robust market expansion. The management model had a positive impact on cash, even though a large part of the resource is from third parties.

KEYWORDS: Management Model. Cash flow. Operational and Financial cycle.

1 INTRODUÇÃO

A gestão empresarial é uma estratégia de administração de negócios com melhores resultados, é um requisito fundamental para que as empresas tenham sua lucratividade. No atual cenário percebe-se várias mudanças que levam o mercado a incertezas. São mudanças sociais, políticas, culturais, tecnológicas e econômicas que pressionam as organizações a se adaptarem a fim de sobreviver. Essa adaptação começa pelo modelo gestão. No século XX foram construídos modelos com foco em máquinas, recurso, equilíbrio que foi se tornando obsoletos na medida em que aumentava a complexidade.

Diante dessa visão, em pleno desenvolvimento, os consumidores vêm abastecidos de informações e características de qualquer produto em tempo real. Desse

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de graduação do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: monnielly@unipam.edu.br.

³ Orientador do trabalho e docente do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: valerio@unipam.edu.br.

modo, se a mercadoria não atender as necessidades do cliente, ele não hesita em procurar a concorrência. Assim os empresários têm a obrigação de uma gestão dinâmica capaz de se enquadrar na atualidade.

O modelo de gestão é um conjunto de estratégias e ferramentas para guiar a coordenação da empresa e trazer os resultados.

Assim como a tecnologia e o mercado, a contabilidade também tem sofrido constantes evoluções, não apenas legais, mas como práticas. Essas mudanças vêm da própria necessidade de o mercado receber informações cada vez mais detalhadas e rápidas, para tomada de decisões gerenciais, administrativas ou financeiras, com isso para facilitar o controle da gestão empresarial veio à controladoria.

A controladoria é um ramo de conhecimento da contabilidade, é responsável pela parte orçamentária e administrativa das organizações, ela é que controla a gestão econômica, analisa informações para os gestores tomarem decisões eficazes, tudo isso para alcançar os objetivos.

Algumas ferramentas contábeis podem auxiliar nas avaliações das práticas gerenciais. Destacam-se os indicadores econômico-financeiros que são ciclos operacionais e ciclo financeiro, usados para medir os aspectos das atividades da companhia, é capaz de analisar a solidez do fluxo de caixa que representa entrada e saída de recursos financeiros.

2 FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa é o movimento de entradas e saídas monetárias de uma empresa em um determinado tempo. A partir da construção do fluxo de caixa é possível enxergar escassez ou excedentes de caixa determinando decisões a serem tomadas. O ciclo operacional é usado para estimar o tempo gasto para desenvolvimento das atividades que envolvem o processo organizacional, é desde a entrada da mercadoria até o recebimento da venda, o ciclo financeiro inicia na fabricação até o término de recebimento da venda, os prazos definem se a organização está com folga ou falta de investimento em capital de giro.

3 DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA DE CAIXA

A demonstração financeira de caixa é uma ferramenta essencial para um planejamento estratégico e financeiro, pois mostra o caminho para tomada de decisões. Ele é formado por um relatório gerencial que informa todas as transações em um determinado período de tempo. Na economia que se vê, é preciso que o administrador tenha profissionais especializados, contar com sistemas confiáveis que tragam informações verdadeiras, rápidas e seguras, para que o gestor consiga tomar atitudes em suas atividades financeiras a fim de que possam aumentar os lucros, minimizar gastos, despesas e prejuízos.

A Lojas Americanas sempre esteve presente de forma íntegra e competitiva no mercado varejista, oferecendo produtos de altíssima qualidade, é uma das lojas listadas na Bolsa de Valores, com base acionária por ações ordinárias e preferenciais. Seus princípios éticos, comportamentais e socioambientais, geridos por uma boa gestão,

refletem financeiramente de forma positiva no atual mercado e buscando algo promissor no futuro.

4 METODOLOGIA

Foram desenvolvidas pesquisas bibliográfica e web bibliográfica, para que atinja os objetivos do tema proposto, levantando conhecimentos de autores e estudiosos, a respeito do conteúdo em estudo. Também foi realizada uma pesquisa documental a fim de saber e avaliar o planejamento financeiro das Lojas Americanas S/A, para com isso conseguir analisar o modelo de gestão meritocrático que foi adotado por ela.

Gil (2007) deixa claro que a pesquisa bibliográfica é baseada em artigos científicos e livros de referências teóricas já verificados por grandes autores.

Ramos (2009, p. 207) explica:

A pesquisa documental pressupõe o uso de recursos metodológicos que viabilizem o contato direto do investigador com o fenômeno pesquisado. Ela pressupõe o exame ou reexame de materiais que ainda não receberam qualquer tratamento analítico. A sua utilização resulta de fontes primárias (aquelas produzidas por pessoas que vivenciaram diretamente o evento investigado) ou secundárias (são aquelas coletadas por pessoas que não estavam presentes na sua ocorrência).

Pode-se definir que a pesquisa é qualitativa e quantitativa, qualitativa, pois desenvolve questões e informações do modelo de gestão de uma companhia. Quantitativa porque apresenta as demonstrações contábeis, dados econômicos, dados financeiros e exposição de informações para confrontar e conferir com a pesquisa qualitativa.

Segundo Gil (2016) a pesquisa quantitativa é uma pesquisa de planejamento e forma mais ampla especificação dos objetivos, operacionalização dos conceitos e variáveis, elaboração do instrumento de coleta de dados, pré-teste do instrumento de coleta de dados, seleção da amostra, coleta e verificação dos dados, análise e interpretação dos dados, redação do relatório de pesquisa.

Chizzotti (2014) pesquisa qualitativa é uma ferramenta de busca de dados que tem como objetivo explorar e descrever fenômenos, ambientes, aspectos da vida social de um grupo, mudar condições percebidas como transformáveis.

De acordo com Vergara (2005) as informações têm caracteres explicativos que identificam os fatores, que confirma autenticidade dos dados estudados, um estudo a fundo das questões propostas e as justificações das causas estudadas.

O presente estudo foi realizado em uma empresa de grande porte no segmento varejista de diversos produtos. Para realizar a pesquisa é necessário a coleta de dados entre os anos de 2014 a 2019, anos em que serão analisados financeiramente. Será levantado informações econômico-financeiras das demonstrações contábeis, relatórios de administração, projetos, expansões a partir dos dados foram realizadas tabelas, gráficos, cálculos dos índices financeiros (PMRE, PMPC, PMRV) de dois anos consecutivos, tendo uma melhor visão de mudança ocorridas no estoque, vendas,

recebimentos de clientes e pagamentos. Todos os resultados serão comparados com o desenvolvimento do caixa para detectar como o modelo de gestão tem contribuído para o crescimento das Lojas Americanas S/A.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a meta pré-estabelecida pela empresa no final do exercício de 2014, na qual a empresa lança o projeto “85 anos em 5 – SOMOS MAIS BRASIL”, tendo como o objetivo a abertura de 800 novas lojas e 2 novos Centros de Distribuição até 2019; pode se concluir que a partir desta informação, a administração da empresa estava com o foco na grande expansão da empresa, visando alocar os recursos disponíveis para a expansão de lojas físicas e centros de distribuição para uma melhor logística.

No ano de 2015, a companhia deu início ao projeto estabelecido, foram inauguradas neste ano 92 lojas entre elas tradicional e express, com essa expansão foram usados R \$677,30 milhões, distribuídos entre as operações de tecnologia, inaugurações e melhorias.

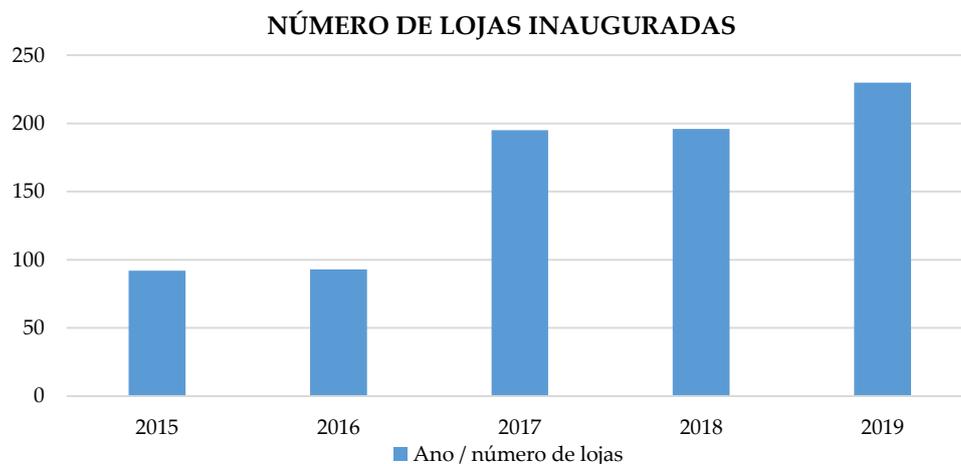
Em 2016, Lojas Americanas inaugurou 93 novas lojas, alcançando 1.127 lojas em 436 municípios de todos os estados brasileiros e Distrito Federal, investiu o total de R \$560,9 milhões, com ênfase em expansão, reforma da rede de lojas e atualização tecnológica.

No ano de 2017 a controladora abriu 195 novas lojas, sendo 6 delas de conveniência, encerrando o ano com presença em 522 cidades. Foram R \$939,8 milhões de capital investidos, incluindo aberturas de novas lojas, atualização tecnológica, operações e outros.

Em 2018 inaugurou 196 aberturas, divididos entre lojas tradicionais, express e conveniência, a expansão custou R \$949,2 milhões.

Foram inauguradas 230 lojas em 2019, um novo recorde de aberturas na Companhia.

Gráfico 1: Número de lojas inauguradas em relação ao exercício



Fonte: relatórios da Administração (2014 a 2015).

O ano de 2019 marcou a entrega do mais ambicioso plano de expansão da história da Companhia, o “85 Anos em 5 – Somos Mais Brasil”, com a inauguração de 806 lojas entre 2015 e 2019, alcançando a marca de 1.700 lojas distribuídas em 739 cidades, com presença em todas as regiões do País. E cumprindo com sua meta de crescimento em relação ao número de estabelecimentos abertos em conjunto com os dois centros de distribuição.

Gráfico 2: Valor dos investimentos em relação ao ano/exercício



Fonte: relatórios da Administração (2014 a 2019).

Para que toda expansão fosse cumprida os movimentos oscilaram, os anos de 2017 e 2018 foram os que investiram com valores mais altos, isso se deu pela grande aceleração para o cumprimento da meta, das lojas abertas e em fase de construção concluindo em 2019. Isso refletiu diretamente no caixa da empresa.

Para melhor compreensão do modelo de gestão LASA foram apresentadas as análises abaixo.

Tabela 1: Análise comparativa das atividades operacionais no ano de 2014 a 2019 (R\$ MIL)

Grupos	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Caixa Gerado nas Operações	2.020.852	1.965.585	2.244.013	2.522.273	2.469.210	3.562.574
LUCRO LÍQUIDO	427.832	250.249	27.828	81234	227.510	581.283
(+) Depreciação e Amortização	388.358	541.545	636.791	769.616	935.359	954.777
(+) Juros e Var. s/Financiamentos	254.948	525.457	1.657.757	1.569.442	1.183.693	1.310.729
(-) Variações nos Ativos e Passivos	-1.268.174	-1.255.558	-3.442.976	-2.085.226	-1.005.919	-1.191.613

Fonte: demonstrações financeiras padronizadas – Relatórios da administração

Pode-se observar que o caixa gerado nas operações foi maior nos anos de 2019 a 2017, o que significa que a empresa tem empreendido seu modelo de gestão corretamente. Em 2017 a empresa teve um lucro líquido de R\$ 81.234 somado à

CONTROLADORIA: ESTUDO DA VIABILIDADE DO MODELO DE GESTÃO DA COMPANHIA
LOJAS AMERICANAS S.A. PELO SEU FLUXO FINANCEIRO

depreciação que foi de R\$ 769.616, em 2019 o lucro líquido foi de R\$ 581.283 que foi somado com a depreciação de 954.777. As despesas financeiras também foram maiores em 2017 R\$ 2.622.349 e em 2019 foi de R\$ 2.343.704, pois elas vêm somando no DFC. As contas a receber do ano de 2019 teve R\$ -454.399 o que não foi bom para o caixa, pois a empresa deixa de receber esse dinheiro, em 2017 R\$ 174.542 o caixa recebeu esse dinheiro. O estoque no ano de 2019 foi de R\$ -44.123 isso significa que onera o caixa, tendo um impacto negativo, já em 2019 teve um impacto positivo no valor de R\$ 105.669. Na conta fornecedores, o ano de 2019 teve um impacto positivo 1.059.985 significa que o caixa poupou esse dinheiro, em 2017 ficou negativo no valor de R\$ 132.387.

A tabela também mostra que nos períodos de 2014 a 2019 houve um aumento significativo do caixa gerado nas operações, mostrando que o número de operações aumentou significativamente e em larga escala neste período, o caixa gerado por estas operações em 2014 do montante de 973.301 finalizou em 2019 com o montante de 3.562.574, sendo assim houve um aumento crescente de aproximadamente 366% dos anos de 2014 a 2019. Em relação ao lucro líquido obtido nestes períodos, podemos afirmar que houve uma grande oscilação, entretanto, esta oscilação deve-se aos investimentos, estoques, e dividendos em geral, visto que as operações aumentaram drasticamente, mostrando que houve um aumento constante da receita da empresa.

Tabela 2: Análise comparativa do caixa líquido das atividades de investimento

Grupos	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.492.916	-2.342.588	-356.998	-3.998.372	1.976.911	-2.860.495
Imobilizado / Intangível	-1.483.459	-1.532.882	-1.044.273	-1.319.787	-1.301.135	-1.589.215
Títulos e Valores Mobiliários	46.015	-901.829	687.275	-2.678.585	3.278.046	1.268.780

Fonte: demonstrações financeiras padronizadas – Relatórios da administração.

Conforme a tabela 2 as atividades de investimentos, refere-se ao uso do dinheiro pela organização, no ano de 2018 o caixa ficou positivo, nesse ano houve uma aplicação financeira de R\$ 3.239.485, a cia teve em ativo imobilizado R\$ 3.647.720, de intangível R\$ 3.763.221, a venda de bens foi de R\$ 17.689.682. Em 2018 a empresa teve um caixa positivo devido a venda de ativos para cobrir suas operações. A maior aplicação financeira foi no ano de 2017 com R\$ 6.517.532, porém a venda de ativos foi menor que R\$ 16.345.589.

Tabela 3: Análise comparativa das atividades de financiamentos nos exercícios 2014 a 2019

Grupos	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.268.037	2.006.889	753.250	6.605.434	-193.901	-32.594
Captação de Empréstimos	1.569.040	3.525.953	1.423.709	3.549.226	3.210.205	3.546.941

Pagamento de Principal	-2.018.277	-1.265.993	-802.883	-827.804	-3.667.461	-4.559.625
Captação de Debêntures	950.000	0	300.000	1.500.000	1.000.000	1.000.000

Fonte: demonstrações financeiras padronizadas – Relatórios da administração.

Na Tabela 3, nas atividades de financiamento o maior caixa foi no ano de 2017 com um caixa líquido de R\$ 6.605.434, sua captação de empréstimos foi maior de R\$ 3.549.226, juntamente com a captação de debêntures de 1.500.000, nesse mesmo ano teve o pagamento dos empréstimos de R\$ 827.804, perdendo apenas para o ano de 2016 que foi de R\$ 802.883. Ainda em 2017 teve um total de empréstimos e financiamentos de R\$ 19.603.687. Dividendos a pagar R\$ 101.733.

Os indicadores de atividade são de grande importância para a empresa, já que através deles é possível conhecer bem o ciclo operacional e financeiro. Para que o resultado da empresa seja satisfatório, quanto maior o prazo para pagamento de fornecedores e quanto menor o prazo para recebimentos de clientes e para renovação de clientes, melhor será para o caixa da empresa.

O quadro abaixo, mostra a análise dos índices no decorrer dos 6 anos estudados.

Quadro 1: Análise dos indicadores de atividade em dias

INDICADORES DE ATIVIDADE	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Prazo Médio de Pagamentos de Compras (PMPC)	142	143	126	147	155	179
Prazo Médio de Renovação de Estoques (PMRE)	92	97	105	118	109	106
Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV)	147	150	142	133	111	121
Ciclo Operacional (C.O)	240	247	247	251	220	227
Ciclo Financeiro (C.F)	98	104	120	104	64	48

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

De acordo com os dados do quadro, nota-se que o Ciclo Operacional da empresa até o ano de 2016, estava com o prazo médio de 247 dias. Em 2017, o ciclo operacional passou para 251 dias, devido a alteração no prazo médio de recebimentos de vendas e a elevação no prazo de estocagem. Em 2018, houve uma redução do C.O pois, o prazo médio de recebimentos reduziu em mais de 20 dias. No ano de 2019, o prazo do ciclo volta a elevar devido ao aumento do PMRV.

O ciclo Financeiro indica quanto tempo a empresa leva para pagar os fornecedores até o prazo de recebimento e quanto menor for o prazo, melhor é para a empresa. O ciclo Financeiro de 2016 foi maior que a média entre 2014 e 2015, a ocorrência desse fato se dá pela redução do prazo de pagamentos de compras. Em 2017, a empresa voltou para 104 dias. E a partir de 2018, a loja consegue reduzir seu ciclo financeiro através do resultado do ciclo operacional.

As reservas de capital são constituídas através de valores que são recebidos pela empresa, mas que não são referentes à atividade operacional dela. São valores que não

estão no resultado da empresa. As reservas de capital ficam na conta do Patrimônio líquido.

As reservas de lucros são constituídas através do lucro da empresa que não foi destinado como dividendo para os sócios. É uma conta que também é localizada no patrimônio líquido da empresa.

Tabela 3: Demonstração de reservas de capital e reservas de lucro

RESERVAS	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Reserva de Capital	153.934	134.856	116.132	90.687	64.921	39.842
Reservas de Lucros	1.055.136	865.667	605.177	482.214	1.014.338	988.445

Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com a tabela 3, as reservas de capital da empresa estudada aumentaram de forma intensa durante os seis anos estudados. Isso quer dizer que os acionistas contribuíram para o incremento do Capital Social, sem que utilizasse dos serviços da empresa. E com essa reserva a empresa conseguirá resgatar ou comprar ações e até incorporar ao capital social.

As reservas de lucros da empresa são divididas em reserva legal, reserva para novos empreendimentos, dividendo adicional proposto e ágio em transações do Capital. De acordo com o quadro x, até 2015 a empresa tinha uma reserva de lucro maior. Em 2016, quase 50% das reservas foram aplicadas na empresa, com novos investimentos e dividendos adicionais. Logo, no decorrer dos anos, as reservas foram se acumulando, isso quer dizer que a empresa está gerando riquezas para que no futuro possa aproveitar desse lucro utilizando as reservas.

6 CONCLUSÃO

Um modelo de gestão bem engajado é um requisito essencial para um bom funcionamento de caixa e para expansão da empresa no mercado.

Observando o modelo de gestão das Lojas Americanas é possível perceber que é voltado para o desenvolvimento humano. Primeiramente, o sistema Global Reporting Initiative (GRI), que significa a responsabilidade e uma conduta ambiental para seus colaboradores. A gestão reforça o comprometimento com as Lojas Americanas, mostrando transparência na comunicação e informações de estratégias para seus stakeholders. Também foi citado a gestão pela meritocracia, a LASA busca promover seus colaboradores que apresentam os melhores índices de desempenho. Ou seja, ela permite que os colaboradores cresçam dentro da organização.

Os resultados apresentados mostram que uma gestão pautada em bom desempenho como as Lojas Americanas é capaz de trazer benefícios a todos os envolvidos, pois ela permanece em constantes evoluções dentro do mercado, mantendo suas atividades operacionais e de investimentos estáveis ao longos dos anos e investimento muito recurso em crescimento da empresa como a melhoria das que já estão em funcionamento.

Destaca-se também o uso eficiente da captação de recursos de terceiros e usados pela empresa, esse recurso financia seu ciclo operacional e também para expansão da companhia.

Assim, de acordo com o estudo apresentado, o modelo de gestão da Lojas Americanas S/A impacta positivamente no fluxo de caixa. As análises dos relatórios da administração e das demonstrações contábeis, foi fundamental para comparar financeiramente a eficácia da gestão dos recursos financeiros.

Enfim, o modelo de gestão das Lojas Americanas contribui para sua estabilidade financeira. Fica evidenciado que a evolução da sociedade afeta diretamente de como gerir um negócio, este estudo contribui para uma reflexão por parte dos alunos, e para os gestores de forma geral que uma empresa com uma boa gestão é o que é determinante para a expansão e sobrevivência de uma companhia

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BARRETO, A. A. A eficiência Técnica e Econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação. **Ciência da Informação**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 1-18, jul. 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/640/644>. Acesso em: 14 maio 2020.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO VAREJO. **Varejo brasileiro: evolução do Varejo no Brasil**. 2018. Disponível em: <http://www.idv.org.br>. Acesso em: 13 maio 2020.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanço**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORESI, E. A. D. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/pzj7MLqJc6jX5zHLxH5PFwq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 maio 2020.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2009.

ROCHA, Welington. **Controladoria**. Apostila do Curso de Especialização em Contabilidade Gerencial. Natal, UFRN, 1997. Mimeo.

CONTROLADORIA: ESTUDO DA VIABILIDADE DO MODELO DE GESTÃO DA COMPANHIA
LOJAS AMERICANAS S.A. PELO SEU FLUXO FINANCEIRO

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

ESTRESSE EM CONTADORES¹

Micaela Luan de Jesus Machado²
Ana Paula Lara Vasconcelos Ramos³

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo geral realizar uma revisão bibliográfica e analisar quais são os reais motivos causadores do estresse ocupacional em contadores. A importância do presente estudo fundamentou-se na verificação de como o contador lida com o estresse em suas atividades profissionais diárias, analisando-se os impactos em sua saúde mental e física, bem como na vida social. Desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, exploratória, explicativa e qualitativa. A percepção e investigação do estresse ocupacional em profissionais da Contabilidade mostrou-se imprescindível no decorrer da busca por uma melhor qualidade de vida, seja nas atividades laborais, familiares ou sociais. Através desta pesquisa, verificou-se que a adoção de estratégias de prevenção e tratamento, com auxílio médico, grupo de amigos/família, modificações nas empresas, bem como por meio do enfrentamento pela própria pessoa, é muito importante. Os fatores estressores estão inseridos na atividade profissional do contador, especialmente pela alta e intensa demanda de trabalho. Para o combate ao estresse em contadores, as organizações podem realizar uma melhor gestão de pessoas, assim como o profissional pode buscar momentos de descanso e lazer junto à família, cultivando um bom convívio social, além da prática de atividades físicas e exercícios de relaxamento.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade, estresse, qualidade de vida.

ABSTRACT: The present work had as general objective to carry out a bibliographic review and to analyze which are the real reasons that cause occupational stress in accountants. The importance of this study was based on the verification of how the accountant deals with stress in their daily professional activities, analyzing the impacts on their mental and physical health, as well as on social life. Bibliographic, exploratory, explanatory and qualitative research was developed. The perception and investigation of occupational stress in Accounting professionals proved to be essential during the search for a better quality of life, whether in work, family or social activities. Through this research, it was found that the adoption of prevention and treatment strategies, with medical assistance, group of friends / family, changes in companies, as well as through coping by the person, is very important. Stress factors are inserted in the accountant's professional activity, especially due to the high and intense demand for work. To combat stress in accountants, organizations can perform better people management, just as the professional can seek moments of rest and leisure with the family, cultivating a good social life, in addition to the practice of physical activities and relaxation exercises.

KEYWORDS: Accounting, stress, quality of life.

¹ Trabalho realizado como requisito de avaliação total da disciplina de Estágio Supervisionado II e para obtenção do título de Bacharel em Contabilidade pelo Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM.

² Estudante de graduação do 8º período do curso de Administração do UNIPAM. E-mail: micaelaluana02@gmail.com.

³ Docente do UNIPAM e mestre em Administração na área de estratégica e competitividade. E-mail: anapaula@unipam.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade continuamente modifica-se, evoluindo especialmente em seus meios tecnológicos, o que influencia no desenvolvimento do mercado global. Diante deste cenário, o contador, assim como outros profissionais, necessita estar sempre atualizado defronte às mudanças e apto a enfrentar tais transições cada vez mais complexas. Com tamanha exigência profissional, há uma queda na qualidade de vida das pessoas em geral, transformando o modo como se encara a globalização.

Ademais, a pressão, normas de trabalho incoerentes, negativismo no ambiente organizacional, vida pessoal, saúde física e mental colocadas em segundo plano e a sobrecarga de atividades influenciam diretamente nos trabalhadores, acarretando perda nos resultados da empresa. Estes fatores, além de minimizar o ritmo e a qualidade da atividade desempenhada, colocam o estresse como parte do cotidiano empresarial. O estresse profissional, atualmente, é um dos mais frequentes desestabilizantes organizacionais.

Dessa forma, o presente estudo procurou responder à seguinte problemática: quais são os principais fatores estressantes que incidem nos profissionais da área contábil e quais são os cuidados tomados para a preservação de sua saúde? Para responder essa problemática, o objetivo geral foi realizar uma revisão bibliográfica e analisar, conforme pesquisas executadas dentro da temática, quais são os reais motivos causadores do estresse ocupacional em contadores.

Os objetivos específicos foram: relatar sobre a Contabilidade em geral, principalmente o dia a dia dos profissionais da área contábil; explanar sobre o estresse e suas causas, especificamente acerca do estresse ocupacional; verificar quais são as causas do estresse ocupacional em contadores; e, por fim, identificar sobre as principais estratégias para seu enfrentamento.

A importância do presente estudo respaldou-se por verificar como o contador lida com o estresse cotidiano, uma vez que são relevantes os atos praticados nesta profissão, inclusive com responsabilização do profissional por suas ações. A grande demanda de trabalho, com prazos curtos para atendimento, além da assimilação contínua de uma legislação complexa, com frequentes alterações, gera altos picos de estresse, impactando e interferindo significativamente no desempenho de suas atribuições. Compreender e buscar por ações positivas são atitudes essenciais, desenvolvendo cada indivíduo na descoberta harmônica entre ser um bom profissional, o autocuidado e o cuidado coletivo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE

A profissão de contador está legalmente regulamentada por meio do Decreto-lei n. 9.295/46, sendo suas atribuições elencadas pela Resolução n. 560/83 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a qual dispõe sobre as prerrogativas dos profissionais da área. O mercado de trabalho contábil é amplo e fornece inúmeras possibilidades de carreira, sendo que, nos dias atuais, vive um tempo próspero, uma vez que não importa

o tamanho da empresa, seja de pequeno ou grande porte, todas necessitam de orientação de um profissional da área (BIASIBETTI; FEIL, 2017).

Devido à tamanha exigência em seu meio profissional, os contadores podem ser acometidos por picos de estresse, o que prejudica tanto sua saúde mental como o desenvolvimento de seu trabalho. Biasibetti e Feil (2017, p. 96) elucidam que “o desempenho do profissional contábil é essencial no desenvolvimento de habilidade e competência, além dos conhecimentos teóricos”. Dentre os agentes estressores, a ausência de tempo para realização de atividades é um dos principais. Cavallache e Rodrigues (2018) explanam que o contador é um dos profissionais que mais sofrem com tensão e situações estressantes relativas à alta carga laboral, uma vez que desde o período acadêmico devem lidar com a pressão psicológica e relativa ao mercado do seu meio profissional.

2.2 ESTRESSE OCUPACIONAL

O organismo, ao ser exposto a situações danosas, reage de forma semelhante, sendo tais reações divididas em três fases:

Fase de alarme – é a fase em que o organismo é exposto ao agente estressor, quando se ativa o estado de alerta; fase de resistência – a ativação do organismo permanece, entretanto, manter a fase de alarme no mesmo patamar levaria o organismo rapidamente à exaustão e, em consequência, à morte; fase de esgotamento – persistindo o agente estressor, o mecanismo de adaptação se rompe, reaparecendo sintomas da etapa de alarme, com consequente deterioração do organismo (BENEVIDES, 2002, p. 28-29 *apud* SILVA; SALLES, 2016, p. 234-247).

Selye (1978 *apud* PAGLIARONE; SFORCIN, 2009) denominou como “Síndrome Geral de Adaptação” a resposta à condição de estresse, definindo-o em três importantes fases: reação de alarme, fase de resistência e fase de exaustão, assim como já definido no presente estudo por Benevides (2002).

Por sua vez, Lipp (2003 *apud* SILVA, 2018) classifica a resposta ao estresse em quatro fases, conforme seu nível (baixo, médio e alto). A primeira fase é a do alerta, sendo a fase positiva do estresse, na qual o indivíduo, devido à descarga de adrenalina no organismo, fica em plenitude e energizado. A segunda fase é a de resistência, a pessoa deve lidar com os estressores mantendo uma organização interna. Na terceira fase, a de quase exaustão, o organismo está quase começando a se entregar aos estressores, não conseguindo se manter mais em equilíbrio. Por fim, na quarta fase, a de exaustão, a pessoa acometida não consegue mais resistir aos estressores, surgindo doenças e traumas psicológicos e o sistema imunológico fica vulnerável. O estresse ocupacional pode ser definido da seguinte forma:

Trata-se de uma reação do indivíduo ao seu ambiente de trabalho, que, de alguma forma, o atinge. Essas ameaças podem ser entendidas como agentes estressores que caracterizam uma relação pouco produtiva entre a estrutura do indivíduo e o seu ambiente ocupacional,

demonstrando que excessivas mudanças estão sendo direcionadas ao trabalhador e que ele não está devidamente preparado, do ponto de vista psicológico, para internalizá-las de forma positiva (FRENCH, 1983 *apud* ZILLE, 2011, p. 4).

Para Reis, Fernandes e Gomes (2010), os aspectos do ambiente laboral e as características de cada pessoa, como experiência de vida, aspectos genéticos e condições socioeconômicas influem na forma como cada um vive seu cotidiano no trabalho. Limongi-França e Rodrigues (2005) abordam que contextos nos quais a pessoa identifica seu ambiente de trabalho como uma ameaça a seus objetivos de realização no campo profissional/pessoal, afetando sua interação com o trabalho e seu ambiente, juntamente com demanda excessiva de serviços, podem desencadear o estresse ocupacional, uma vez que o indivíduo, por vezes, não conta com ferramentas para enfrentar tais situações.

Como consequência do estresse ocupacional, que ocorre, segundo Dias *et al.* (2016), no contexto em que a pessoa não consegue atender às demandas solicitadas em seu ofício, tem-se o sofrimento psicológico, alterações comportamentais, distúrbios do sono, mal-estar e sentimento negativos. Meng-Jinn e Curandi (2008 *apud* BALLASIANO; TAVARES; PIMENTA, 2011) defendem que os colaboradores estressados diminuem o desempenho e a qualidade de seu ofício, o que provoca aumento nos custos da organização relativos a problemas de saúde, com grande fluxo de rotatividade e de absenteísmo, da mesma forma que são perceptíveis maiores índices de acidentes no local de trabalho.

2.3 TIPOLOGIAS DE ESTRESSE OCUPACIONAL

Rossi (1994) dispõe que as respostas ao estresse podem ser positivas ou negativas, conforme o sujeito percebe tais reações em si, a intensidade e o tempo de permanência. As respostas positivas resultam da percepção do sujeito de enfrentar um desafio, de se superar. Promovem o desenvolvimento emocional e intelectual da pessoa, na proporção que estimulam a ação e a produtividade. Selye (1965) nomina o estresse positivo como *eustress*. Por sua vez, as respostas negativas são chamadas de *distress* e decorrem da percepção do agente estressor como uma ameaça, sendo desagradáveis e prejudiciais.

Para Lipp (2001), o estresse é negativo no momento em que ultrapassa o limite de cada pessoa, tornando difícil ou, até mesmo, esgotando sua capacidade de adaptação, levando o indivíduo à exaustão. Por sua vez, a autora defende que o estresse pode ser delineado como positivo no momento no qual a pessoa está em fase de alerta, produzindo adrenalina e proporcionando um estado de vigor, ânimo, criatividade e produtividade. Contudo, se o estresse perdurar, possivelmente tornar-se-á negativo, levando o ser humano à exaustão.

Outra relevante distinção define o estresse como estresse de sobrecarga e estresse de monotonia. Couto (1987) disciplina que o estresse de sobrecarga é comum em ambientes laborais, sendo mais fácil de ser confrontado em comparação ao estresse de monotonia, uma vez que a pessoa acometida pode ter um controle sobre ele; na situação inversa, o estresse de monotonia depende do contexto no qual está inserido.

Por fim, dentre as tipologias do estresse ocupacional, destaca-se o estresse crônico e agudo. Para Couto (1987), é definido como crônico quando o estado de estresse perdura por longo período, com o indivíduo em alerta contínuo, não se permitindo pausas regulares para recuperação e descanso do desgaste psíquico. Em contrapartida, o estado agudo é um período de estresse breve, dissipando-se imediatamente logo após a situação vivenciada.

2.4 FONTES DE TENSÃO NO TRABALHO

Cooper, Sloan e Willians (1988), em seu estudo, determinam que fontes estressoras ou, também denominadas, fontes de tensão, são encontradas em qualquer ambiente laboral. Para os autores, tais fontes subdividem-se em seis fatores de análise, os quais são: papel do indivíduo na organização, relacionamento interpessoal, perspectivas futuras e satisfação do colaborador em relação a sua carreira, estrutura e clima organizacional, intrínsecos ao trabalho e interface casa/trabalho.

Lipp e Rocha (2007) explicam que as fontes de tensões podem ser externas ou internas. No primeiro contexto, relacionam-se ao dia a dia dos colaboradores, afetando seu organismo diante de características ou determinados comportamentos, como acontecimentos inesperados, por exemplo, mudança de chefia e crises econômicas/financeiras. Há também condições psicossociais do trabalho, tais como sobrecarga laboral, assédio moral e ausência de autonomia. Por sua vez, as fontes internas abrangem o modo como cada pessoa se comporta diante de situações estressantes. É o “modo de ser” de cada pessoa, com expansividade, timidez, pessimismo, perfeccionismo, etc.

O conjunto e a determinação de tarefas que formam a carga profissional de cada colaborador, segundo Prado (2016), associam-se a importantes estressores do trabalho, os quais podem ser agravados diante de condições laborais negativas, como baixa remuneração, pouca valorização, tarefas fora do prazo, falta severa de recursos e infraestrutura precária. Na mesma direção, Ferreira e Assmar (2008) pontuam que o ambiente de trabalho pode apresentar elementos de tensão, gerando efeitos psicofísicos ao trabalhador, quando o mesmo estiver sujeito a riscos físicos e bioquímicos, trabalhos perigosos e insalubres, carga horária excessiva, dentre outros.

2.5 SINTOMAS DE ESTRESSE

Os sintomas relativos ao estresse podem ser de ordem física ou emocional, interferindo no comportamento da pessoa acometida, pois a reação hormonal desencadeia alterações psicofísicas, inclusive ocasionando patologias, tanto individuais como coletivas. Tal processo pode afetar o indivíduo de inúmeras formas, sendo os sintomas variáveis de pessoa para pessoa (LIPP, 2001; SANTOS; COSTA, 2005).

Para Pereira, Braga e Marques (2014), o estresse pode fomentar o infarto prematuro de miocárdio, o acidente vascular cerebral (AVC), dores de cabeça por tensão, hipertensão, abuso de substâncias como álcool e demais drogas. Por sua vez, os sintomas correlatos ao comportamento são referentes a condutas agressivas, irritabilidade, distúrbios alimentares, disfunções na libido e passividade (COUTO, 1987; LIPP, 2001).

Como exposto, o estresse é indutor de inúmeras doenças e comportamentos, sendo imprescindível seu enfrentamento para o bem-estar do indivíduo.

2.6 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DO ESTRESSE

Fontes, Neri e Yassuda (2010) expõem que o enfrentamento ao estresse é condicionado a uma avaliação minuciosa do contexto da pessoa afetada, realizado por meio de uma análise cognitiva da situação, na qual a pessoa se autoavalia, compreendendo e refletindo sobre prováveis ações de enfrentamento às fontes estressoras que poderão surgir. Aqueles indivíduos que detectam suas potencialidades e acreditam em suas habilidades possuem maior êxito para lidar com as fontes de tensão.

Prado (2016) ressalta que a prevenção é essencial, uma vez que enfatiza a dimensão humana, sinalizando os cuidados em relação à saúde do trabalhador. O objetivo principal do enfrentamento ao estresse é minimizar ou moderar seus efeitos sobre o bem-estar psicofísico do colaborador. A gestão do ambiente de trabalho contribui para que o estresse entre os colaboradores seja diminuído, através da promoção de uma melhor comunicação, concessão de poder e participação, definição de objetivos, seleção adequada, capacitação e apoio às famílias.

2.7 PESQUISAS RELACIONADAS AO ESTRESSE OCUPACIONAL EM CONTADORES

Nesta seção são pontuadas pesquisas relacionadas ao estresse ocupacional em contadores. Em relação aos objetivos, nos estudos predominaram a identificação e a análise do nível de estresse em contadores, nos quais se descrevem as fontes estressoras, mecanismos para diminuir as tensões e os sintomas. Dentre os métodos de pesquisa, prevaleceram as entrevistas e os questionários.

No estudo de Amaral, Ladislau e Fernandes (2016) é perceptível que o contador está exposto a diversas pressões advindas de seu trabalho, sendo que as mesmas podem ocasionar prejuízos, inclusive a terceiros, uma vez que o contador responde por seus atos profissionais, sendo imprescindível que esteja sempre em constante atualização, especialmente quanto às normas legais. Em investigação de Silva (2020), apreende-se que fatores como excesso de trabalho, pressão dos hierarquicamente superiores, desconforto no ambiente profissional, jornada laboral exaustiva e má remuneração são causas que diminuem a qualidade de vida e a produção do contador.

Na pesquisa de Vieira, Alves e Succar Junior (2012) a proposta foi relacionar os fatores individuais e profissionais do desempenho dos profissionais de Contabilidade e os sintomas de estresse que os mesmos apresentam. Os autores evidenciam que a pesquisa é restrita aos profissionais componentes do CRC do Rio de Janeiro.

Peres *et al.* (2016) em seu estudo demonstraram que as fontes de pressão da atividade profissional de contador exercem uma alta tensão nos entrevistados, sendo tendência o aumento no estresse daqueles profissionais que acumulam maior tempo na função contábil em escritórios de contabilidade. Por sua vez, Linn e Treter (2017) demonstraram a importância da análise dos diversos aspectos da atuação do contador, especialmente de suas atribuições na gestão de um patrimônio que não lhe pertence,

correlacionando este contexto com o impacto emocional do trabalho, além da alta demanda de atividades. Dentre os sintomas de estresse mais relatados neste estudo pelos entrevistados estão a dor de cabeça e a ansiedade.

Oliveira *et al.* (2015) descrevem em seu estudo que fatores como discriminação, favoritismo, ambiente de trabalho, tempo para realização das atividades, execução de tarefas além da capacidade e pouca valorização em relação aos superiores são características que precisam ser reavaliadas pelas empresas contábeis estudadas, especialmente na área de gestão de pessoas, buscando compreender falhas, antecipar-se aos problemas e propor iniciativas inovadoras que minimizem o estresse laboral.

Prieto e Halik (2018) propuseram investigação sobre a contabilidade pública, relatando o nível de estresse dos contadores públicos federais, na qual ficaram evidenciados que dentre os principais estressores estão a sobrecarga laboral, desvalorização do profissional, escassez de recursos humanos e a dissonância entre teoria e prática. No trabalho desenvolvido por Silva (2018a) o ambiente de trabalho do contador foi concebido como uma área de pressão para o cumprimento de tarefas, cuja rotina de trabalho é intensa, sendo um profissional que deve sempre se atualizar para agregar valor ao seu trabalho. Cavalache e Rodrigues (2018) verificaram em seu estudo que os contadores pesquisados enfrentam os mesmos ou semelhantes sintomas encontrados na pesquisa bibliográfica proposta, sejam psíquicos ou físicos.

As pesquisas elencadas respaldam a execução da presente revisão, que compreenderá as causas e consequências do estresse ocupacional em contadores, buscando-se soluções e modificações no meio profissional, visando uma melhor qualidade de vida.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é um procedimento sistemático e intensivo, que possui o intuito de investigar e interpretar os fatos que estão inseridos em certa realidade. Dessa forma, pode-se afirmar que a pesquisa é necessária para se obter uma resposta para algo. Contudo, faz-se necessário, além do desejo em pesquisar, de que esteja disposto conhecimento prévio sobre o assunto a ser pesquisado, bem como recursos materiais, financeiros e humanos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A abordagem da presente pesquisa foi qualitativa, assim como o objetivo foi exploratório e explicativo. O método de pesquisa pautou-se, exclusivamente, pelo levantamento bibliográfico, no qual foram enfatizados estudos e publicações pertinentes à temática, tendo como descritores estresse e contadores.

Após a busca dos artigos nos portais e bancos de dados (Scielo e Google Acadêmico) foram identificados os achados bibliográficos dos quais foram excluídos inicialmente estudos em duplicidade. Dentre os artigos restantes foram lidos os resumos, sendo que, caso existisse necessidade, o trabalho era averiguado na íntegra para que se determinasse sua elegibilidade. Os artigos foram reunidos e avaliados por meio de uma criteriosa leitura. A pesquisa foi realizada entre os meses de abril a setembro de 2020. Foram levantados 8.981 artigos; posteriormente, desenvolveu-se um filtro para artigos de estresse em contadores.

Após esse filtro foram analisados os artigos que continham estudos sobre a relação de estresse e a profissão, causas e principais sintomas de estresse em contadores e estratégias de enfrentamento ao estresse ocupacional em contadores. Assim, chegou-se a 9 artigos. A partir destes artigos foi desenvolvida a análise bibliográfica dos resultados encontrados. Expuseram-se os achados através de uma linguagem descritiva, possibilitando a aplicabilidade dos resultados desta pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 RELAÇÃO ENTRE O ESTRESSE DOS CONTADORES E A PROFISSÃO

Linn e Treter (2017) afirmam que a figura do contador como um profissional estressado e atarefado, pois vive sob grande pressão, é uma verdade e não um mito, uma vez que vive cotidianamente situações de tensão, cobrança e estresse, as quais, caso não forem controladas com o tempo, podem afetar sua saúde. Os contadores entrevistados por Peres *et al.* (2016) relataram alto nível de cansaço após sua jornada de trabalho, com uma rotina de vida sedentária. Ademais, há uma tendência para um maior grau de estresse na medida em que os contadores já estão no mercado de trabalho.

Silva (2018b) determina em sua pesquisa que o contador, desde sua formação no Ensino Superior, não pode se estagnar, uma vez que esta profissão necessita de atualização constante legal e tributária. Ademais, a autonomia deve estar presente em seu cotidiano, pois as atividades que exerce pressupõem disciplina para a execução de tarefas pontuais, já que é responsável pelo controle e conhecimento da empresa. Da mesma forma, Oliveira *et al.* (2015) fundamentam que os profissionais da área contábil devem estar preparados, treinados, integrados e desenvolvidos de modo a contribuir com a organização, alcançando os padrões e objetivos da empresa.

Em estudo de Vieira, Alves e Succar Junior (2012), realizado no Rio de Janeiro/RJ, na amostra constituída por 443 contadores determinaram-se que 50% não apresentam níveis de estresse, 35% estão na fase de resistência e 13% estão em nível de exaustão. Averiguou-se também que o estresse é semelhante entre os contadores e o que é explanado pela literatura, sendo os sintomas físicos predominantes.

Ademais, Silva (2020) expõe que 65% dos contadores paraibanos entrevistados, ao compararem o montante de atividades a ser realizado e o prazo estabelecido, concluem que se sentem sobrecarregados. Dessa forma, o avanço da tecnologia e dos instrumentos de automação para auxiliar em sua função não atinge o patamar suficiente para que o profissional trabalhe de modo tranquilo. Ao determinar em sua pesquisa as principais causas de estresse e suas consequências no dia a dia do profissional contábil paraibano, identificou que o fato de trabalhar horas extras e direcionar atividades profissionais para casa podem ser atitudes altamente geradoras de estresse.

4.2 CAUSAS E PRINCIPAIS SINTOMAS DE ESTRESSE OCUPACIONAL AVERIGUADOS EM CONTADORES

Silva (2018b) em sua pesquisa promoveu coleta de dados através de um roteiro de entrevista semiestruturada, por meio do qual se averiguou que os principais fatores

estressores que influenciam no ambiente de trabalho do contador, segundo as pessoas entrevistadas, são a pressão para o cumprimento de tarefas; rotina intensa de trabalho; comprometimento dos momentos de lazer em virtude do excesso de trabalho, dependendo de sua função; e o processo de intensa atualização, na busca por novos conhecimentos que somem para seu trabalho.

Durante a coleta e análise dos dados, Amaral, Ladislau e Fernandes (2016) identificaram que as principais causas de estresse no contador surgem pelos prazos curtos exigidos pelo fisco para o envio das obrigações tributárias e a solicitação de informações já requisitadas em outras declarações. As inúmeras penalidades geradas pela falta ou atraso no envio das obrigações tributárias também somam para um alto nível de estresse.

No tocante às causas de estresse em contadores, Silva (2020) também elenca o excesso de trabalho, pressão dos superiores, ambiente laboral desconfortável, má remuneração e jornada de trabalho exaustiva. Oliveira *et al.* (2015) pontuam como principais fatores que provocam estresse em contadores o favoritismo no ambiente de trabalho, a ausência de tempo hábil para execução de atividades, a exigência de alta capacidade para a realização do trabalho e mínima valorização profissional. O estudo de Prieto e Halik (2018), mantendo o mesmo direcionamento, relata que os entrevistados concordam em média que o estresse interfere no fechamento do exercício contábil e que a sobrecarga no trabalho, o conflito de funções, a ausência de recursos, a desvalorização profissional, a baixa remuneração e a distância entre teoria e prática são os principais elementos causadores de estresse no trabalho.

Não obstante, a pesquisa de Linn e Treter (2017) descreve que os entrevistados identificaram como possíveis agentes estressores a ausência de autonomia para a tomada de decisões, o cumprimento dos prazos das obrigações tributárias, fiscais e contábeis, empecilhos relacionados a pessoas que não executam processos da devida forma, cobrança para apresentar resultados, omissão de receitas, clientes que não enviam documentos necessários para o escritório e modificações legais constantes.

Peres *et al.* (2016) evidenciaram nos resultados de sua pesquisa uma intensa fonte de pressão nos contadores entrevistados, especialmente quanto ao domínio de novas tecnologias, o que aumentou a responsabilidade dos trabalhos a serem executados, em um ritmo acelerado, com extensa jornada laboral e mínimas possibilidades de crescimento profissional.

Em estudo realizado por Silva (2018b), verificou-se que o estresse está presente nos contadores de forma muito nítida. Para os homens, as fontes estressoras são a burocracia, cobrança e pressão. Para as mulheres, a queixa mais recorrente é o curto prazo para a realização do trabalho. Demonstrou-se que algumas entrevistadas não souberam expor o que fazer para reduzir seu nível de estresse, ao passo que outras afirmaram que atividades físicas, momentos de lazer, descanso e a mudança profissional seriam alternativas para uma vida mais tranquila e para uma melhora em seu bem-estar.

Nos trabalhos pesquisados por Oliveira *et al.* (2015), que tratam do estresse do contador, os sintomas predominantes foram os físicos. Dentre os sintomas de estresse Linn e Treter (2017) averiguaram que todos os profissionais que participaram de sua pesquisa relataram dor de cabeça e ansiedade. Silva (2020) identificou que, mesmo os colaboradores indicando estarem sempre nervosos, tensos ou estressados; e diante de

um quadro de desvalorização, 72,34% dos profissionais pesquisados se sentem motivados na realização de sua atividade.

Cavalache e Rodrigues (2018) em sua pesquisa averiguaram que a maioria de seus entrevistados afirma que o ambiente de trabalho pode proporcionar um maior nível de estresse, complementando que dependendo do período, o índice de estresse pode ser tão elevado quanto a demanda exigida pela clientela. A pressão no trabalho e as mudanças profissionais, em um nível favorável ao profissional, são importantes para sua manutenção no mercado. Contudo, pontua Oliveira *et al.* (2015), o excesso de pressão pode causar problemas e conflitos individuais, desencadeando um nível de estresse prejudicial.

4.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO ESTRESSE OCUPACIONAL EM CONTADORES

Os entrevistados por Peres *et al.* (2016) relataram atividades com amigos, escutar música e consumo de bebidas alcoólicas como formas de amenizar os efeitos ocasionados pelo estresse. Para mitigar o estresse ocupacional, os contadores pesquisados por Amaral, Ladislau e Fernandes (2016) utilizam estratégias diretas e indiretas. No enfrentamento direto estão a busca por auxílio de outros profissionais, divisão das atividades, definição de prioridades e não procrastinação. Já as estratégias de enfrentamento indiretas são as práticas de *hobbies*, manutenção do bom humor, compartilhamento de sentimentos e a busca por suporte religioso.

Oliveira *et al.* (2015) ressaltam a importância das empresas implementarem um programa de prevenção, tratamento e controle do estresse no trabalho, com promoção de técnicas de relaxamento, seminários cujo tema seja a importância do combate ao estresse, ginástica laboral, dentre outras atividades que levem saúde e equilíbrio ao colaborador, trazendo benefícios para a sua atividade profissional e evitando o quadro de estresse. Consoante à pesquisa descrita, Linn e Treter (2017) acreditam ser imprescindível separar a vida pessoal da profissional, com momentos de descanso junto à família e amigos. A prática de atividades físicas regulares e exercícios de relaxamento também são importantes e auxiliam no controle do estresse.

Silva (2020) esclarece que as organizações, com intuito de aumentar a satisfação no ambiente laboral, podem propor a realização de interação entre os funcionários, comemorando, por exemplo, datas especiais, e propiciando um ambiente mais harmônico e agradável. Para a minimização dos sintomas, podem ser realizadas ginásticas laborais e ensinos sobre a importância da postura e da movimentação após um período de tempo de trabalho estático.

Como forma de minimizar o estresse profissional, Linn e Treter (2017) evidenciam a organização das atividades e horários, não ocorrendo uma sobrecarga para determinados colaboradores. Por sua vez, a harmonização do ambiente de trabalho, com respeito aos colegas, sem interferência na produtividade, a limitação de horas trabalhadas sem pausa e realização de algum tipo de ação social são estratégias interessantes para o enfrentamento ao estresse. Para Oliveira *et al.* (2015) as empresas contábeis necessitam reavaliar a sua administração, principalmente ao que tange a gestão de pessoas, área que trata dos trabalhadores de forma geral, antecipando-se aos

problemas, reconhecendo falhas e tomando iniciativas inovadoras que representem uma redução dos fatores que provocam tensão no ambiente laboral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contador é um dos trabalhadores que mais sofrem com tensão e situações estressantes no ambiente laboral, sendo as exigências profissionais perceptíveis desde a inserção do estudante na graduação em Ciências Contábeis, visto que deve se destacar para futuramente adentrar ao exigente mercado de trabalho. O cenário profissional da Contabilidade é permeado por inúmeros fatores estressores, como o elevado nível de competitividade, alta demanda de trabalho criterioso, além da grande responsabilidade na execução do mesmo.

Como forma de minimizar o estresse profissional as empresas podem realizar uma melhor gestão de pessoas, com a organização das atividades e horários, de forma que não ocorra sobrecarga de trabalho para determinados colaboradores. O respeito ao outro, a limitação das horas trabalhadas sem pausa e a execução de algum tipo de ação social também são estratégias pontuadas pela literatura. Por fim, nota-se imprescindível a cada um que separe sua vida pessoal da profissional, tendo momentos de descanso e lazer junto a família e amigos. A prática de exercícios físicos regulares e manobras de relaxamento também são importantes para o combate ao estresse comportamental.

REFERÊNCIAS

AMARAL, K. C. B.; LADISLAU, L. S.; FERNANDES, C. M. **O estresse ocupacional do contador perante as obrigações tributárias**. 2016, 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2016.

BALLASSIANO, M.; TAVARES, E.; PIMENTA, R. C. Estresse ocupacional na administração pública brasileira: quais os fatores impactantes? **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 751-754, 2011.

BIASIBETTI, A. P.; FEIL, A. A. Análise do perfil do profissional contábil requerido pelas empresas do Vale do Taquari-RS. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 9, n. 1, p. 89-110, 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução n. 560**, de 28 de outubro de 1983. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o art. 25 do Decreto-lei n. 9.295, de 27 de maio de 1946. Brasília: CFC, 1983.

CAVALACHE, N. H.; RODRIGUES, L. V. A percepção dos profissionais de contabilidade sobre o estresse laboral na região do Cariri. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 12, n. 42, p. 465-480, 2018.

- COOPER, C. L.; SLOAN, S. J.; WILLIAMS, J. Occupational stress indicator. **Management guide**. Windsor/UK: NFER-Nelson, 1988.
- COUTO, H. A. **Stress e qualidade de vida dos executivos**. Rio de Janeiro: COP, 1987.
- DIAS, F. M. *et al.* O estresse ocupacional e a síndrome do esgotamento profissional (*Burnout*) em trabalhadores da indústria do petróleo: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 41, n. 1, p. 1-12, 2016.
- FERREIRA, M. C.; ASSMAR, E. M. L. Fontes ambientais de estresse ocupacional e *Burnout*. Tendências tradicionais e recentes de investigação. *In*: TAMAYO, A. (org.). **Estresse e cultura organizacional**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 21-75.
- FONTES, A. P.; NERI, A. L.; YASSUDA, M. S. Enfrentamento de estresse no trabalho: relações entre idade, experiência, autoeficácia e agência. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 30, n. 3, p. 620-633, 2010.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.
- LINN, A. C. M.; TRETER, J. **Saúde emocional do profissional contábil**: mitos ou verdades? 2017, 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Ciências Contábeis) – Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, 2017.
- LIPP, M. E. N. (Org.) **Pesquisas sobre stress no Brasil**: saúde, ocupações e grupos de risco. Campinas: Papyrus, 2001.
- LIPP, M. E. N.; ROCHA, J. C. **Pressão e alto estresse**: o que fazer agora? Um guia de vida para o hipertenso. Campinas: Papyrus, 2007.
- OLIVEIRA, C. A. *et al.* Um estudo sobre o estresse na atividade profissional do contador de escritórios de Contabilidade do município de Ituiutaba/MG. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 16, n. 1, p. 50-59, jan./abr. 2015.
- PAGLIARONE, A. C.; SFORCIN, J. M. Estresse: revisão sobre seus efeitos no sistema imunológico. **Biosaúde**, v. 11, n. 1, p. 57-90, 2009.
- PEREIRA, L. Z.; BRAGA, C. D.; MARQUES, A. L. Estresse no trabalho: um desafio para os gestores das organizações brasileiras. **REGE**, v. 21, n. 3, p. 401-413, 2014.
- PIETRO, M. F.; HALIK, A. R. O estresse ocupacional dos contadores federais no fechamento do exercício financeiro. *In*: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 21., 2018, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2018. p. 1-15.

PERES, R. S. *et al.* Fatores de pressão no trabalho de contadores que atuam em escritórios de Contabilidade na cidade de Belo Horizonte-MG. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v.5, n.9, p.224-241, jan./jul.2016.

PRADO, C. E. P. Estresse ocupacional: causas e consequências. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 14, n. 3, p. 285-289, 2016.

ROSSI, A. M. **Autocontrole**: nova maneira de controlar o estresse. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SANTOS, J. C.; COSTA, M. L. Descrevendo o estresse. **Principia**, n. 12, p. 51-57, abr. 2005.

SILVA, A. A. V. R. **A relação entre trabalho e saúde mental do profissional contábil paraibano**. 2020, 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2020.

SILVA, B. T. **Fatores estressores do trabalho de profissionais de formação contábil**. 2018, 38 f. Monografia (Bacharelado Ciências Contábeis) - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, Rio Grande do Sul, 2018b.

SILVA, L. M. **Estresse na profissão contábil**: um estudo na região do triângulo mineiro. 2018, 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018a.

SILVA, L. C.; SALLES, T. L. A. O estresse ocupacional e as formas alternativas de tratamento. **Revista de Carreiras e Pessoas**, v. 6, n. 2, p. 234-247, 2016.

SELYE, H. **Stress**: a tensão da vida. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 1965.

VIEIRA, S. S. C.; ALVES, F. J. S.; SUCCAR JUNIOR, F. Análise do nível de estresse do profissional de Contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 9, n. 18, p. 103-118, 2012.

ZILLE, L. P. *et al.* Tensões excessivas no trabalho e o estresse ocupacional: estudo com gestores que atuam em empresas privadas de setores diversos. *In*: III ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO. João Pessoa, 2011. **Anais...** João Pessoa, EnGPR, 2011. p. 1-17. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnGPR242.pdf>. Acesso em: 29 maio. 2020.

ÉTICA NO COTIDIANO DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE¹

Paulo Ricardo de Lima Oliveira²

João Wander Silva³

RESUMO: O presente estudo teve como finalidade demonstrar o perfil e como se comportam eticamente os contadores que fazem parte do Sindicato de Contabilistas de Patos de Minas. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e webliográfica, e uma pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa com a coleta de dados feitas por meio de um questionário que foi aplicado de forma online via *Google*. Os resultados principais nos mostraram que os contadores possuem em sua maioria um amplo conhecimento do código de ética da profissão, sua própria definição pessoal do que é a ética e moral, mas que o código de ética o influenciou nessa definição e que ele julga ser importante fazer uma reflexão ética para tomar decisões corretas à vista para não prejudicar ninguém e que essas decisões sejam boas para todos. Observa-se, que ética e moral não são coisas para se deixar de lado, seja profissionalmente ou na vida pessoal. Os contadores nos mostraram isso, cada um à sua particularidade conclui se que todos possuem um compromisso ético e íntegro com sua profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Ética, Moral, Código de ética do Contador.

ABSTRACT: The present study was to demonstrate the profile and how the accountants who are part of the Union of Accountants of Patos de Minas behave ethically. The methodology used was bibliography and webliographic research, and exploratory research with a qualitative approach with the collection of data made through a questionnaire that was applied online via *Google*. The main results showed us that accountants mostly have a broad knowledge of the profession's code of ethics, their own personal definition of what ethics and morals are, but that the code of ethics influenced him in this definition and that he thinks it is important make an ethical reflection to make correct decisions in sight so as not to harm anyone and that these decisions are good for everyone. It is observed that ethics and morals are not things to be left aside either professionally or in personal life. The accountants showed us this, each one according to his particularity concludes that everyone has an ethical and integral commitment to their profession.

KEYWORDS: Ethics, Moral, Accountant's Code of Ethics.

1 INTRODUÇÃO

A ética sempre esteve presente em nossa convivência em sociedade ou no ambiente profissional. O termo popular da ética se refere apenas ao que podemos ou não fazer, o que é certo ou errado, se perguntado a qualquer pessoa muito provavelmente ela dirá essas palavras, não está errado visto que a ética possui várias aplicações e definições que podem ser usadas.

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de graduação do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: pauloricardo@unipam.edu.br.

³ Orientador do trabalho e professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: jwander@unipam.edu.br.

Ética é uma palavra de origem grega do termo *Ethos* e moral vem da palavra *Mores*, as duas palavras possuem o significado de hábitos e costumes (LISBOA, 2006). A partir do termo de origem, foram feitos tanto no campo teórico quanto prático. Vários autores sempre procuraram a melhor definição do que poderia ser a ética, entrando em vários campos seja no campo profissional ou no pessoal do dia a dia.

Baseando nessa temática da ética e no código de ética do contador, a seguinte questão foi levantada: como é o perfil e o comportamento ético do contador que compõe o sindicato dos contabilistas de Patos de Minas? O objetivo geral é fazer uma análise desse perfil e comportamento ético, com o auxílio de objetivos específicos que são verificar o conhecimento sobre o código de ética da profissão, o conceito próprio do que é a ética e moral e se o profissional faz algum tipo de reflexão ética na profissão.

Para se alcançar esses objetivos foi feita a revisão de literatura, uma aplicação de questionário de forma online, com perguntas que visam atender os objetivos específicos e pôr fim a análise dos dados até a conclusão final.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta etapa da pesquisa são apresentados os fundamentos teóricos e os autores que serviram de base para a fundamentação das teorias da pesquisa.

2.1 CONCEITO DE ÉTICA E MORAL

Para definição de ética e moral recorreremos a conceitos da filosofia, em que a ética influenciou e foi influenciada, envolvendo juízes de valor que se referem a normas que orientam um grupo na sociedade e a ética profissional que entra como condutas que profissionais devem seguir no ambiente de trabalho.

A ética conduz a ideia de universalidade moral, uma forma universal do comportamento humano, expressa em princípios válidos para todo pensamento normal e sadio. A moral como sinônimo da ética é conceituada como o conjunto de normas que, em determinado meio alcançam a aprovação para o comportamento humano (LISBOA, 2006, p. 24)

Valls (2003) diz que a sociedade possui esse pensamento simples do que é a ética, o popular certo ou errado, mas seu conceito é mais amplo. A ética como uma ciência orientadora de indivíduos com valores que direcionam o comportamento do homem em sociedade (LISBOA, 2006).

Já Cortella (2008) diz que a ética é um conjunto de valores, princípios e normas que são usadas por um indivíduo quando ele tem que tomar uma decisão, baseando em três questões específicas a vida, quero, devo e posso. A moral anda lado a lado com a ética embora não sejam a mesma coisa em teoria. Cotrim (2013) conceitua a moral como um conjunto de normas, princípios e costumes, proibições que numa sociedade orientam os indivíduos, tendo como base valores próprios de uma determinada sociedade ou um grupo social que vivemos.

A ética possui um trabalho dobrado em analisar o significado e a natureza que faz parte, de como se comporta o ser humano em relação ao seu pensamento e linguagem envolvendo o elemento normativo moral, onde existem os julgamentos normativos e não normativos, sendo eles segundo Velasquez (2006) normativos demonstram valores inerentes aos tipos de conduta que o indivíduo deve ter em alguma situação específica e os não normativos possuem a função de descrever, denominar, fazer definições e prognósticos sobre certas coisas. A ética, no entanto, é considerada uma matéria normativa.

2.2 CONTABILIDADE

A contabilidade apareceu em séculos antigos, onde povos antigos já utilizavam um certo tipo de escrituração em paredes de cavernas, rochas para registrar as caças. A contabilidade já era uma técnica de arte ou uma ciência que já se desenvolvia e hoje se encontra em um estado mais digital, mas seu conceito é de a escrituração de atos e fatos contábeis que ocorrem em uma empresa, onde através de lançamentos é gerado informações importantes para gestores e para a organização (RIBEIRO, 2017).

O método mais usado até nos dias de hoje é de partidas dobradas que segundo Gouveia (2001) teve seu primeiro registro em um livro no ano de 1494 em Veneza na Itália feito por um Frei Franciscano chamado Luca Pacioli. Mas vale falar que esse método já era utilizado em civilizações antigas, Pacioli só foi o primeiro a registrar ele em um livro. No Brasil foi no ano de 1850 que o chamado Código Comercial, obrigou as empresas a fazerem suas escriturações contábeis e seus balanços anuais (SCHMIDT, 2006).

Atualmente no Brasil os chamados CPC são as normas que os contabilistas têm de seguir, os mesmos são monitorados pelos Conselhos de Contabilidade criados em 1946, pelo presidente da época Eurico Gaspar Dutra. Anos depois alguns estados criaram conselhos regionais de contabilidade em conjunto com conselho federal que tem sua sede em Brasília (TIBURCIO, 2013).

A contabilidade evolui bastante e hoje em dia estamos na sua fase mais digitalizada, a chamada contabilidade digital que segundo Manes (2020) representou uma melhora nos serviços contábeis, onde os mesmos ficaram mais rápidos e integrados com softwares.

2.3 CÓDIGO DE ÉTICA DO CONTADOR

Um código de ética pode ser compreendido como uma relação das práticas de comportamento que se esperam que sejam praticadas no trabalho, visando o bem-estar da sociedade seja dentro ou fora de uma empresa, tendo como um dos objetivos principais a formação de consciência profissional com relação a padrões de conduta, mesmo que variando de instituição para instituição ou até mudanças de regras (LOPES DE SÁ, 2012)

O código de ética possui 4 princípios fundamentais, competência, sigilo, integridade e objetividade, nesse caso o código de ética do contador orienta que o profissional da contabilidade adquira a finalidade de cumprir regras da sociedade,

trabalhar e servir sempre lealdade e diligência e respeitar a si mesma, seja como pessoa ou como um profissional atuante.

As bases do código de ética do contador são:

Responsabilidade, perante a sociedade de atuar com zelo e qualidade, com critérios livres e imparciais, lealdade a contratante de serviços, guardando sigilo profissional, recusando tarefas que sejam contrárias a moral, responsabilidade com deveres da profissão, sejam eles um aperfeiçoamento técnico, participações no órgão da classe, mantimento da imagem profissional, continuando sempre atualizado em relação a leis, normas da profissão e sempre respeito aos colegas (LISBOA, 2006, p. 61).

O contador pode ser conceituado segundo Fortes (2002) um profissional lembrado pela sua uniformidade em serviços feitos, conhecimentos e habilidades adquiridos pela graduação e experiência, profissionais fortes na sociedade devido à grande responsabilidade social e econômica que possuem. O código de ética do contador foi criado em 1970 pelo CFC e tendo uma nova versão em 1996, no fim de 2019 sofreu algumas alterações baseando-se no código de ética internacional dos contadores feito pela IFAC (Federação Internacional de Contadores).

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se alguns métodos como a pesquisa bibliográfica e webliográfica, descritiva, exploratória e o método qualitativo, a pesquisa de campo e por fim a coleta de dados. Revisão bibliográfica foi feita com base em temas da ética em geral e na área da contabilidade, utilizando da pesquisa bibliográfica e webliográfica que segundo Vergara (2004) é um estudo que foi desenvolvido por outros pesquisadores e autores e que foi publicado e disponível por meio de livros, jornais, artigos, teses e em casos da webliográfica em sites, artigos de internet.

As pesquisas exploratória e descritiva também foram utilizadas. A pesquisa exploratória pode ser caracterizada segundo Gil (2007) como uma base para uma maior aproximação do problema da pesquisa, utilizando-se de entrevistas e questionários para um levantamento de dados. Já a pesquisa descritiva é caracterizada como uma forma do pesquisador obter informações sobre um certo fenômeno ou material estudado a fim de encontrar conexões para que possa definir a natureza deles (TUMELERO, 2018).

Foi aplicado uma metodologia qualitativa, que quando aplicada ela incentiva o entrevistado a ter um pensamento livre sobre a matéria, conceitos e acabam sendo parte fundamental no desenvolvimento da pesquisa, complementando a isso uma pesquisa qualitativa segundo Lakatos e Marconi (2003) é uma obtenção de dados no ambiente natural onde estão inseridas as pessoas, empresas podem utilizar essa pesquisa para saber a opinião do público a respeito de um produto por exemplo.

Por fim foi feita a aplicação de um questionário, aos membros do sindicato dos contabilistas de Patos de Minas esse feito de forma online via Google Docs. Questionário

segundo Gil (2008) é um material utilizado para obtenção dos dados, onde ele é composto por uma série de perguntas, que são respondidas pelo entrevistado, por escrito ou marcando respostas pré-definidas.

4 ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa foram obtidos através da aplicação de um questionário online, e o mesmo foi enviado através dos e-mails dos contadores que são filiados e alguns não filiados ao Sindicatos dos Contabilistas de Patos de Minas. Os levantamentos de dados foram feitos a partir das respostas obtidas, com essas respostas foi possível obter dados para análise final sobre o perfil e comportamento ético do contador.

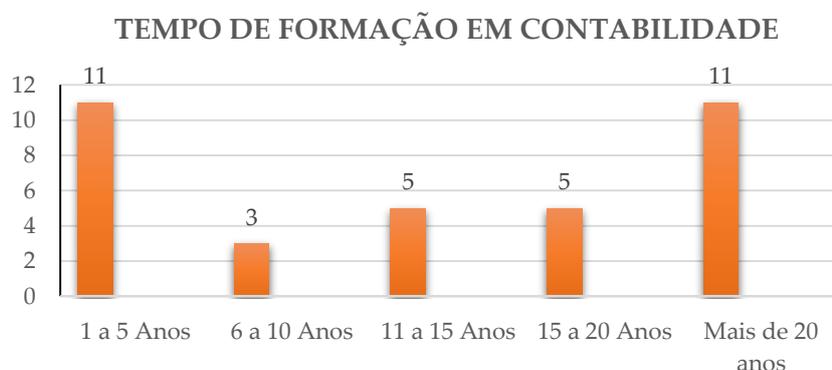
4.1 RESULTADOS

4.1.1 Tempo de formação em contabilidade

De acordo com as respostas no gráfico, percebe-se que houve um empate em contadores que se formaram há mais de 20 anos e que se formaram entre 1 a 5 anos recentemente no caso. Podemos destacar que quem se formou a mais de 20 anos viu de perto o processo de modernização da contabilidade, a contabilidade digital que segundo Manes (2020) apresentou um melhoramento dos serviços contábeis, usando a internet e softwares integrados a sistemas contábeis.

Sem contar que quem se formou em outros anos também passaram ou já entraram em meio da contabilidade mais informatizada, que é o caso de quem se formou mais recentemente de 1 a 5 anos ou as pessoas que se formaram entre 6 a 10, 11 a 15 e 15 a 20 anos. Todas elas viram algum tipo de evolução no meio contábil, viram que o serviço de uma simples escrituração que era feita a mão usando os chamados livros diários e tomava boa parte do tempo, passou a ser feita no computador e às vezes leva menos de 5 minutos para o processo estar concluído. Essa modernização da área abriu várias especialidades dentro da área que acabaram por atrair muitas pessoas interessadas em entrar no mercado da contabilidade.

Gráfico 1: Tempo de formação em Contabilidade



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

4.1.2 Como você conheceu o código de ética do contador?

Sobre a forma como os contadores conheceram o código de ética da profissão, o gráfico nos mostra que na Graduação foi a mais marcada com quase 100% das respostas, isso se deve que ao longo do curso de contábeis há uma matéria que trata da ética e do código. Outras respostas foram apresentadas ao código por terceiros, dando a entender que pode ter sido em uma apresentação assim como a resposta em artigos/revistas e apenas duas pessoas disseram que não conhecem o que é a minoria na pesquisa.

Gráfico 2: Como conheceu o código de ética



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

4.1.3 Você faz uso do código de ética?

As respostas no geral foram favoráveis ao seu uso, mesmo que apenas às vezes ou em situações específicas, a não utilização dele foi citada como a minoria e o ponto forte foi que a maioria das respostas foram utilizadas sempre. Conclui-se então que o código de ética da profissão é bem utilizado pelos contadores buscando orientação para a profissão, mostrando que não é um material descartável para os contadores.

Gráfico 3: Uso do Código de Ética



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

4.2 CONCEPÇÃO DE ÉTICA E MORAL

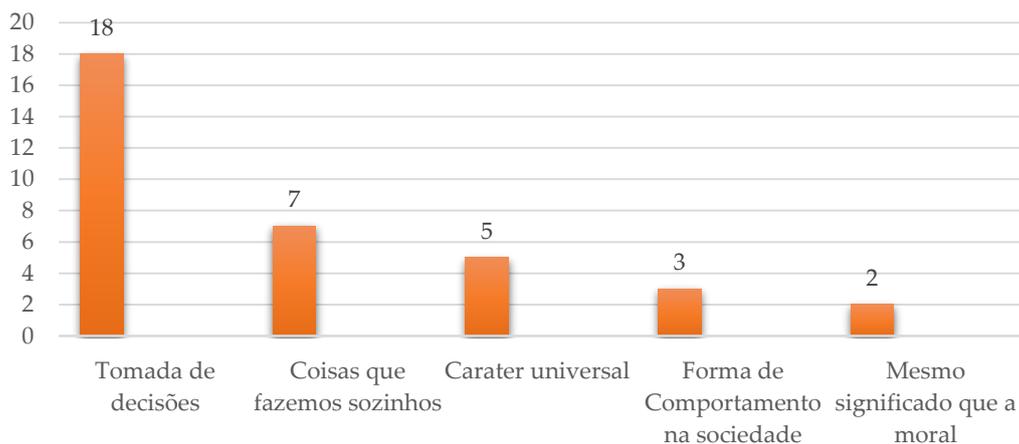
Nessa parte da pesquisa, buscou saber como os contadores definem a ética e a moral da sua forma pessoal, envolvendo o código de ética ou não.

4.2.1 O que é a ética para você?

Cortella (2008) disse que a ética está ligada a tomada de decisões, um pouco mais da metade das respostas foram na linha de pensamento do Cortella, isso é uma definição mais profissional da ética é dizer que ela é chave para tomadas de decisão, visando a melhor decisão aquela que favorece a todos. Há de se destacar que houve confusão de conceito com a moral, o que é normal visto que as duas andam juntas, mas segundo Henrique (2016) a moral se transforma de sociedade para sociedade característica que a ética não possui, chegando ao conceito de universalidade da ética.

Gráfico 4: O que é a ética para você?

O QUE É A ÉTICA PARA VOCÊ?



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

4.2.2 O que é a moral para você?

Com relação à moral, diferentemente da ética, os conceitos populares de normas e regras para viver em sociedade e o de hábitos e costumes foram os mais marcados, na pergunta da ética onde um termo mais ligado a um jeito profissional recebeu mais marcações. E novamente houve algumas confusões de conceitos entre ética e moral, mas nada tão relevante que pudesse alterar o rumo da pesquisa, visto que essa confusão é algo normal.

Gráfico 5: O que é a moral para você?



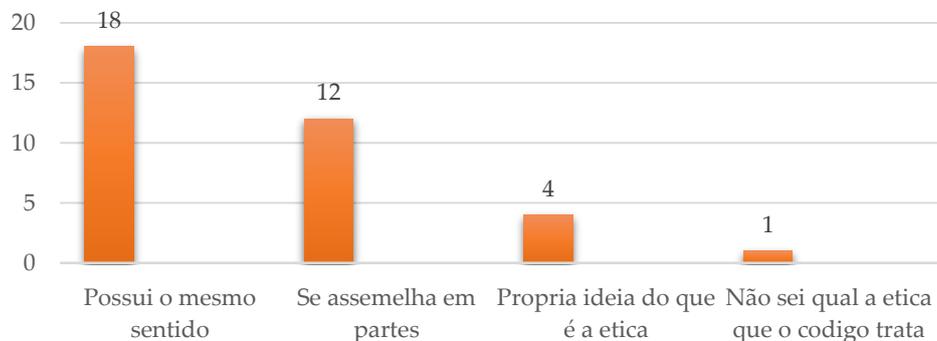
Fonte: elaborado pelo autor (2020).

4.2.3 Percepção de ética pessoal e a ética do código do contador, são a mesma?

Ao se tratar de sua percepção pessoal de ética foi influenciada pelo código de ética da profissão ou não, tivemos quase 100% das respostas favoráveis que houve a influência, visto que na pergunta do que era ética para você, eles preferiam marcar um termo mais profissional ou de ética usada para tomadas de decisões. Sim há ligação com código de ética do contador e suas bases que segundo Lisboa (2006) são Responsabilidade, perante a sociedade de atuar com zelo e qualidade, com critérios livres e imparciais, lealdade a contratante de serviços, guardando sigilo profissional, recusando tarefas que sejam contrárias à moral, responsabilidade com deveres da profissão.

Gráfico 6: Ética pessoal vs. Ética do código

**ÉTICA PESSOAL VS ÉTICA DO CODIGO
PROFISSIONAL**



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

4.2.4 Qual dessas situações levaria a uma situação anti ética?

Nas situações ilegais e antiéticas, os participantes marcaram que a falta de conhecimento do código de ética ainda é o maior causador dessas situações. Seguido da falta de fiscalização que acarreta outras duas opções sonegação e a adulteração de contas que segundo Costa (2019) são crimes cabíveis até de prisão, perante a Lei Federal nº 4729 de 1965 que diz que práticas assim geram pena de até dois anos e multa de 5 vezes o valor do imposto devido.

Concorrência no ramo que também é destaque quando alguém passa a usar táticas ilegais para promover o seu negócio, como oferecendo um serviço por um valor menor, difamando colegas de profissão, olhando apenas que a pessoa que houve essa difamação acredite que o outro profissional seja ruim. Contadores que praticam essas coisas podem estar recorrendo a receber punições de acordo com o código de ética da profissão, na sua seção de penalidades como por exemplo advertências, censuras ou em casos mais extremos a perda do seu registro no conselho de contabilidade (TIBURCIO, 2013).

Gráfico 7: Condutas antiéticas



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

4.3 REFLEXÃO ÉTICA NA PROFISSÃO CONTÁBIL

Na última parte da pesquisa, buscou-se entender como o contador pratica e se ele acha importante realizar algum tipo de reflexão ética na sua profissão, principalmente no ambiente de trabalho.

4.3.1 Você pratica a reflexão ética no trabalho?

Ao nos envolvermos com algum problema, normalmente segundo Passos (2009) o primeiro passo é pensar no problema se possível já fazer uma reflexão sobre o que está acontecendo, e posteriormente reunir elementos que achamos relevantes para

tal solução do problema antes de partirmos para a ação. A ética entra nesse momento final antes de partirmos para a ação, ou seja, a resolução do problema.

Uma reflexão ética é segundo Santos (2015) um julgamento do comportamento humano, pensando, falando sobre o que está certo e o que é errado. No caso não só dos contadores, mas das profissões em geral, uma hora ou outra acabamos nos encontrando em alguma situação que acaba mexendo com a gente, que temos de pensar no que fazer para logo tomar uma decisão certa sem prejudicar ninguém ou ser prejudicado. O gráfico nos mostra que as respostas foram favoráveis a prática dessa reflexão, mais da metade dos contadores já fizeram essa reflexão, mesmo que não seja todos os dias e apenas uma minoria afirma que nunca a fez.

Gráfico 8: A prática da reflexão ética



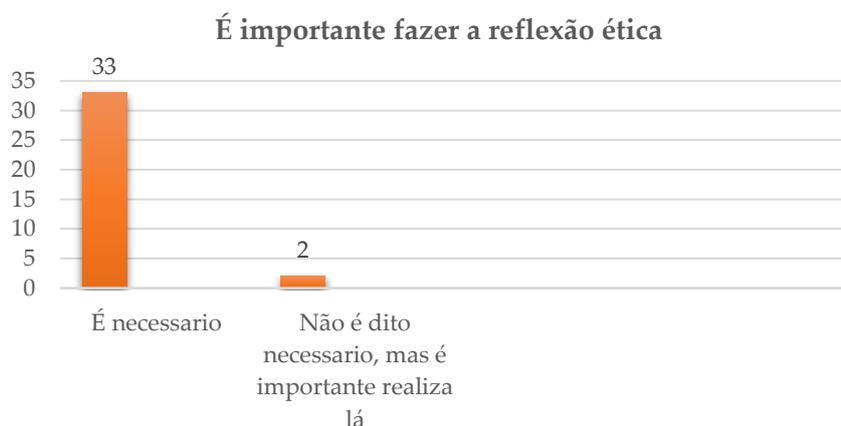
Fonte: elaborado pelo autor (2020).

4.3.2 Na sua opinião é importante realizar a reflexão ética para um bom desenvolvimento profissional?

A última questão tratava de um assunto que pode ser importante para o desenvolvimento dentro da profissão, visto essa introdução a pergunta era se os contadores achavam importante fazer essa reflexão ética, pessoas que estão por exemplo começando na profissão agora, que se formaram a pouco tempo, ou até aqueles com mais experiência na área, sendo que algumas situações que pedem essa reflexão acontecem de uma hora para outra.

O gráfico aponta 100% das respostas favoráveis que sim é necessário fazer essa reflexão, é uma coisa que não pode ser deixada de lado mesmo que aparente ser algo bem simples. Gomes (2013) diz que essa reflexão faz a gente ter um pensamento moral, sobre os costumes, as regras e as tradições que estamos nos envolvendo no meio trabalhista. Concluímos então que os contadores ao se passar por situações onde sua moral ou ética estiver em julgamento, eles recorrem a um pensamento, reflexão sobre o acontecido buscando uma solução mais ética possível, sem se prejudicar ou prejudicar algum lado que esteja envolvido.

Gráfico 9: Reflexão ética



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve a finalidade de pesquisar e mostrar como o contador se comporta em relação a ética no seu dia a dia. Para atingir os objetivos propostos foi feita a aplicação de um questionário online via Google, através do questionário e suas respostas foi possível analisar e demonstrar pelos gráficos as respostas dos participantes com o tema voltado para a ética e moral e principalmente para o código de ética do contador.

Em relação ao código de ética do contador, pode-se dizer que os resultados foram satisfatórios, pois observou-se que a maioria participante da pesquisa possui sim o conhecimento sobre o código da profissão, o que é ótimo e não se necessita sugerir uma intervenção para realizar a apresentação do mesmo e suas sanções para os contadores. Aos poucos que disseram que não o conhecem uma simples pesquisa na internet, já sanaria essa falta de conhecimento ou uma conversa com seus gestores diretos.

A relação ética x moral, os participantes conceituaram a ética de uma forma mais profissional, voltada ao momento de tomada de decisão, claramente com uma influência do código de ética e a moral como o termo mais popular ou de normas e regras para se viver em sociedade. Com relação a reflexão ética, nos mostraram que são favoráveis à sua realização não só no ambiente de trabalho em si, mas também fora dele e principalmente para quem pensa em entrar no mercado de trabalho da área, visto que a profissão de contador exige que o profissional seja mais ético e íntegro possível.

Os contadores então visam e possuem um comportamento extremamente ético e íntegro, onde evitam se envolver em atos de corrupção visto que atualmente a corrupção é algo bastante falado e a área contábil por ser uma área que se envolve às vezes com grandes valores pode se tornar um prato cheio para pessoas má-intencionadas visando o bem próprio sem se importar com o que vai acontecer com os outros. Esse comportamento e perfil ético são de pessoas que querem e contribuem para o fortalecer e unir ainda mais a classe contábil que se encontra em franca expansão.

Para uma sugestão de futuro estudo, sugere-se aprofundar um pouco mais nessa questão de ética e no relacionamento dos colaboradores com seus gestores, como ambos se comportam ao trabalhar juntos e em determinadas situações onde por exemplo sua integridade ética pode ser posta à prova.

REFERÊNCIAS

- CORTELLA, Mario Sérgio. **Qual é a tua obra?** Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COSTA, Vitor Luiz. **Principais aspectos da sonegação fiscal.** 2019. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11274/Principais-aspectos-da-sonegacao-fiscal#:~:text=A%20Lei%20Federal%20n.%C2%BA,%2C%20livrando%20Do%20da%20ca%20deia>. Acesso em: 23 set. 2020.
- COTRIM, Gilberto. **Fundamentos de filosofia: história e grandes temas.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- FORTES, J. C. **Ética e responsabilidade profissional do contabilista.** Fortaleza, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOMES, Luiz Flavio. **A ética, então, seria uma reflexão sobre a moral?.** 2013. Disponível em: [https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121932427/a-etica-entao-seria-uma-reflexao-sobremoral#:~:text=A%20%C3%A9tica%20%C3%A9%20uma%20reflex%C3%A3o,\(e%20numa%20determinada%20%C3%A9poca\)](https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121932427/a-etica-entao-seria-uma-reflexao-sobremoral#:~:text=A%20%C3%A9tica%20%C3%A9%20uma%20reflex%C3%A3o,(e%20numa%20determinada%20%C3%A9poca)). Acesso em: 23 set. 2020.
- GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade.** 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2001.
- HENRIQUE, Sergio. **Ética e moral.** São Paulo, 2016.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310p.
- LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 174 p.
- LOPES DE SÁ, Antônio. **Ética Profissional.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 312 p.
- MANES, Gabriel. **Contabilidade Digital: o guia completo.** 2020. Disponível em: <https://contadores.contaazul.com/blog/contabilidade-digital>. Acesso em: 8 set. 2020.

RIBEIRO, Moura Osni. **Estrutura, análise de balanços**: Lei n. 11.638 e n. 11.941/2009–12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SANTOS, Francisco. **A importância das organizações para o pensamento ético**. 2015. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-das-organizacoes-para-o-pensamento-etico>. Acesso em 23 set. 2020

SCHIMIDT, J. L. dos S. **História do pensamento contábil**. São Paulo: Atlas, 2006. v. 8.

TIBURCIO, César. **História da Contabilidade**: a criação do conselho federal de contabilidade. 2013. Disponível em: <https://www.contabilidade-financeira.com/2013/10/historia-da-contabilidade-criacao-do.html>. Acesso em: 22 maio 2020.

TUMELERO, Naína. **Pesquisa descritiva**: conceito, características e aplicação. 2018. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-descritiva/#1-O-que-e-pesquisa-descritiva>. Acesso em: 25 maio 2020.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos).

VELASQUEZ, Manuel Gonçalves. **Ética nos negócios conceitos e casos**. 3. ed. Nova Jersey: Prentice - Hall, 2006. 448 p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ICMS NO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DA APLICAÇÃO E IMPACTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS EM UM COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS¹

Jacqueline Fernandes Machado²
Jarim Marciano Ferreira³

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo analisar o impacto da aplicação de benefícios fiscais de ICMS em um comércio mineiro de insumos agropecuários. Foram abordados os principais pontos do Regulamento de ICMS vigente no estado, com relação ao agronegócio, apresentando os benefícios concedidos e demonstrando sua aplicação nas apurações da empresa. Através das análises realizadas, foi evidenciado um percentual de redução de 92% no imposto recolhido no período de maio a julho de 2020.

PALAVRAS-CHAVE: ICMS; Agronegócio; Benefícios Fiscais.

ABSTRACT: The present study aimed to analyze the impact of the application of Tax Benefits of ICMS in a trade of agricultural insums from Minas Gerais. The main points of the ICMS Regulation in force in the state, in relation to agribusiness, presenting the benefits granted and demonstrating its application in the company's calculations were addressed. Through the analyses performed, it was evidenced a percentage reduction of 92% in the tax collected in the period from May to July 2020.

KEYWORDS: ICMS; Agribusiness; Tax Benefits.

1 INTRODUÇÃO

O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) é um dos principais tributos incidentes sobre o agronegócio brasileiro. De competência estadual, o ICMS tem sua tributação variável conforme o tipo de mercadoria comercializada e a Unidade Federativa em que se encontra a empresa.

Mathias *et al* (2015) comentam que a arrecadação do ICMS é de extrema relevância para os Estados e, por contribuir com uma grande parcela da receita obtida, representa atualmente um dos impostos mais importantes para o Sistema Tributário Nacional. Além do aspecto econômico, os autores acrescentam que a importância deste tributo decorre da sua capacidade de fortalecimento das relações interestaduais, como ocorre na celebração de convênios entre as Unidades Federativas.

Com o convênio 100/97 alguns benefícios são concedidos às atividades do agronegócio, no intuito de reduzir a carga tributária sobre os produtos comercializados.

¹ Trabalho apresentado na área temática III - Educação e Pesquisa em Contabilidade do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de graduação do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: jacquelinefm@unipam.edu.br.

³ Orientador da pesquisa e professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: jarim@unipam.edu.br.

De acordo com Dagostim (2011) são considerados benefícios fiscais os tratamentos diferenciados quanto aos impostos, com o objetivo de provocar qualquer vantagem tributária.

Diante da importância do estudo, por parte de profissionais e estudantes da área contábil, do Regulamento de ICMS vigente no estado, bem como dos benefícios concedidos e sua aplicabilidade nas empresas da região, esta pesquisa objetivou analisar o efeito da aplicação de benefícios fiscais, no decorrer de um trimestre, em um comércio mineiro de insumos agropecuários.

Para obtenção dos resultados, foi realizado um estudo de caso na empresa, demonstrando a redução no ICMS recolhido, decorrente dos benefícios aplicados, através de um comparativo das apurações realizadas com uma nova apuração que desconsiderou qualquer benefício concedido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico serão abordados pontos importantes acerca do tema desenvolvido, tais como: a carga tributária no agronegócio, a incidência do ICMS, o conceito de benefícios fiscais e o Convênio 100/97, agregando conhecimentos que irão amparar o desenvolvimento do trabalho. Para Marion, Dias e Traldi (2002) o referencial teórico precisa contemplar uma abordagem atual do assunto que será tratado, independente se foram escolhidas essas teorias, fazendo um apanhado sobre o tema.

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade é uma ciência surgida na antiguidade, decorrente da necessidade do homem de controlar o seu patrimônio. De acordo com Padoveze (2006) seu surgimento ocorreu a partir do momento em que o homem descobriu a possibilidade de armazenamento de bens, nos primórdios da civilização. Iudícibus (2015) afirma que é possível localizar seguramente os primeiros exemplos de contabilização no terceiro milênio antes de Cristo, embora formas primárias de contagem de bens tenham sido realizadas ainda antes.

Com o crescimento do comércio, a contabilidade tornou-se cada vez mais importante para a longevidade das empresas, demonstrando o impacto dessa ciência para a sociedade e expandindo seu campo de estudo em diversas áreas.

Dentre diversas ramificações da ciência contábil, a Contabilidade Tributária é a responsável pela identificação e acompanhamento do regime mais adequado à empresa e pela apuração dos tributos devidos. Conforme exposto por Fabretti (2017), o objetivo desse ramo da contabilidade é aplicar adequadamente os princípios e normas contábeis básicas, em conformidade com a legislação tributária.

2.2 ICMS NO AGRONEGÓCIO

O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS é um tributo de competência estadual, instituído pela EC n. 18/1965. Está previsto na

Constituição Federal de 1988, conforme disposto no artigo 155, inciso II e tem suas normas gerais regidas pela LC n. 87/1996.

De acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda (MG), o ICMS trata-se de um “Imposto não-cumulativo que incide sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. De competência dos Estados e do Distrito Federal, conforme previsto no art. 155, II, da Constituição de 1988, apresenta-se como uma das principais fontes de recursos financeiros para a consecução das ações governamentais”.⁴

Em determinadas situações, empresas ou ramos de negócio gozam de direitos diferenciados na tributação de suas atividades. O agronegócio brasileiro é uma das áreas contempladas atualmente com a concessão de benefícios fiscais.

Em conformidade com o RICMS MG (2002), são isentas de ICMS as saídas em operações internas com defensivos e fertilizantes, dentre outros insumos. A comercialização de condicionadores de solo e implementos agrícolas também faz jus à benefícios na tributação, havendo para estes uma redução na base de cálculo do imposto.

Além dos benefícios concedidos nas operações internas, as vendas interestaduais de insumos também são tributadas com base de cálculo reduzida. Esta condição é assegurada, da mesma forma que as demais, por convênio entre as Unidades Federativas.

2.3 CONVÊNIO 100/97

O convênio 100/97 instituiu a redução da base de cálculo do ICMS nas saídas de insumos agropecuários. É regulamentada na cláusula primeira, a redução da base de cálculo do ICMS em 60% nas operações com os produtos determinados nos incisos de I a XVII. Dentre os passíveis de aplicação deste benefício, estão:

- I - inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, parasiticidas, germicidas, acaricidas, nematocidas, raticidas, desfolhantes, dessecantes, espalhantes, adesivos, estimuladores e inibidores de crescimento (reguladores), vacinas, soros e medicamentos, produzidos para uso na agricultura e na pecuária, inclusive inoculantes, vedada a sua aplicação quando dada ao produto destinação diversa;
- [...] III - rações para animais, concentrados, suplementos, aditivos, premix ou núcleo, fabricados pelas respectivas indústrias, devidamente registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
- [...] V - semente genética, semente básica, semente certificada de primeira geração - C1, semente certificada de segunda geração - C2, semente não certificada de primeira geração - S1 e semente não certificada de segunda geração - S2, destinadas à semeadura, desde que produzidas sob controle de entidades certificadoras ou fiscalizadoras, bem como as importadas, atendidas as disposições da Lei n. 10.711, de 05 de agosto de 2003, regulamentada pelo Decreto n. 5.153, de 23 de

⁴ Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/impostos/icms>. Acesso em: 17 mai. 2020

ICMS NO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DA APLICAÇÃO E IMPACTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS EM UM COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

julho de 2004, e as exigências estabelecidas pelos órgãos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou por outros órgãos e entidades da Administração Federal, dos Estados e do Distrito Federal, que mantiverem convênio com aquele Ministério;

[...] VIII - mudas de plantas

[...] XVI - condicionadores de solo e substratos para plantas, desde que os produtos estejam registrados no órgão competente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e que o número do registro seja indicado no documento fiscal.

Além dos produtos cuja saída é beneficiada com redução de 60% na base de cálculo do imposto, há operações com algumas mercadorias em que essa redução ocorre na proporção de 30% do valor do item. Adubos e fertilizantes são exemplos destes, conforme descrito no inciso III, da cláusula segunda do Convênio:

III - amônia, uréia, sulfato de amônio, nitrato de amônio, nitrocálcio, MAP (mono-amônio fosfato), DAP (di-amônio fosfato), cloreto de potássio, adubos simples e compostos, fertilizantes e DL Metionina e seus análogos, produzidos para uso na agricultura e na pecuária, vedada a sua aplicação quando dada ao produto destinação diversa.

A redução da base de cálculo, instituída pelo Convênio 100/97, pode ser estendida às operações internas com os produtos relacionados, além da possibilidade de isenção, desde que observadas as condições para uso do benefício.

Caso não ocorra a concessão de isenção ou redução de base de cálculo em conformidade com o percentual adotado pelo Estado de origem, é assegurado o crédito presumido equivalente à parte reduzida do imposto, ao estabelecimento adquirente das mercadorias.

O Convênio 100/97 complementa ainda que para que se tenha direito aos benefícios por ele instituído, deverá estar demonstrado nos documentos fiscais da venda, a dedução do imposto dispensado no preço final da mercadoria.

3 METODOLOGIA

Foi realizada, no desenvolvimento deste estudo, uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e descritivo. A pesquisa bibliográfica é conceituada por Marconi e Lakatos (2019) como um tipo de produção científica realizada com base em livros, revistas, artigos e outros documentos de texto semelhantes. Exemplos recorrentes deste tipo de pesquisa, para Gil (2002), são investigações ideológicas e as que objetivam analisar diversos pareceres acerca de determinado problema. Ainda de acordo com Gil (2002, p.44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Foi escolhido o tipo de pesquisa exploratório por possibilitar a análise do assunto sob as mais diversas concepções e abordagens já realizadas por outros autores. Segundo Mattar (2001), os métodos utilizados pela pesquisa exploratória consistem em

levantamentos de experiência, estudos de caso e demais fontes secundárias, pelas quais são obtidas informações de forma ampla e versátil.

A realização do estudo de caso nesta pesquisa possibilitou um melhor entendimento do tema e de sua ocorrência na prática. De acordo com Gil (2002), esse método tem como propósitos, dentre outros, a análise dos dados no contexto da pesquisa e a verificação das variáveis em cada situação.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa foram decorrentes da análise das apurações de ICMS da empresa, referentes aos meses de maio a julho de 2020, e de um comparativo de valores caso não fossem aplicados os benefícios fiscais de ICMS.

Na comercialização da empresa Alfa no decorrer do trimestre, houveram grupos de produtos com direito à isenção ou redução da base de cálculo do ICMS, dependendo do destino da operação. Para avaliar a efetividade da aplicação dos benefícios e a forma com que isso impactou nas apurações, foi realizada uma análise dos relatórios utilizados no processo e dos valores de ICMS recolhidos no período.

4.1 APURAÇÃO DE ICMS DA EMPRESA ALFA NO PERÍODO

Durante os meses de maio, junho e julho de 2020, a empresa Alfa totalizou R\$ 3.507.019,47 em compras. Foi demonstrado na Tabela 1 o aproveitamento de crédito de ICMS, com base nos valores e grupos de produtos adquiridos, que correspondeu a R\$ 153.953,42 no período. Cabe ressaltar que, dentre as compras realizadas, há operações tributadas a 4% (produtos importados), 12% (interestaduais) e 18% (internas). O percentual sem aproveitamento de crédito nos demais grupos de mercadorias, englobados em "Outros", corresponde à aquisição de produtos sujeitos à substituição tributária, de forma que a empresa não tem direito a creditar-se desse valor.

Tabela 1: ICMS sobre Compras e Aquisição de Serviços de maio a julho de 2020

Grupos	Valor Contábil	Imposto Creditado
Defensivos	2.484.805,29	111.287,71
Fertilizantes	40.402,77	53,31
Sementes	334.442,38	8,30
Nutrição Animal	15.707,58	814,41
Serviços	30.811,01	-
Uso e Consumo	10.332,64	-
Outros	590.517,80	41.789,69
TOTAIS	3.507.019,47	153.953,42

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Ao tratar dos grupos de produtos com benefícios relativos ao ICMS, foram abordados os casos em que a compra foi acobertada por isenção ou redução na base de cálculo, de acordo com o Regulamento de ICMS do Estado de Minas Gerais (2002),

ICMS NO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DA APLICAÇÃO E IMPACTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS EM UM COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

avaliando a forma com que essas entradas foram tratadas nas apurações mensais da empresa.

Em conformidade com o inciso I do art. 71 do RICMS MG, foi estornado nas apurações o crédito relativo às entradas de defensivos, fertilizantes e sementes, conforme demonstrado na Tabela 2. O valor mantido como crédito, nestes grupos, é referente às devoluções de venda interestaduais, onde como houve o débito do imposto na venda, mesmo que em parcela reduzida, ao ser devolvida a mercadoria foi creditado o mesmo valor da operação de origem.

Tabela 2: Crédito de ICMS Estornado de maio a julho de 2020

Grupos	Imposto Creditado	Valor Estornado
Defensivos	111.287,71	111.025,71
Fertilizantes	53,31	-
Sementes	8,30	-
TOTAIS	111.349,32	111.025,71

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

No período em análise, a empresa Alfa teve um total de R\$ 3.140.768,95 de saídas faturadas, conforme demonstrado nas Tabelas 3 e 4. Foi realizada uma análise do valor tributado de ICMS referente a cada grupo de produto, após subdivididas as vendas internas e interestaduais.

Tabela 3: Débito de ICMS nas Vendas Internas de maio a julho de 2020

Grupos	Vendas Internas	Imposto Debitado
Defensivos	897.401,20	1.095,63
Fertilizantes	42.341,79	-
Sementes	917.819,59	-
Nutrição Animal	25.654,23	2.070,74
Material para Lavoura	244.330,98	30.254,33
Outros	241.756,88	1.587,41
TOTAIS	2.369.304,67	35.008,11

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Conforme detalhado na Tabela 3, no período em análise as vendas internas foram tanto de itens com direito à aplicação de benefícios relativos ao ICMS, como também de alguns tributados de forma integral em Minas Gerais, totalizando R\$ 35.008,11 de débito do imposto.

As vendas de defensivos, fertilizantes e sementes foram isentas dentro do estado, com exceção das vendas de defensivos para uso não destinado diretamente à agricultura, sobre as quais a empresa arcou com o débito de R\$ 1.095,63 no trimestre. Houve redução de base de cálculo na venda de produtos de nutrição animal e em alguns casos de material para lavoura.

Tabela 4: Débito de ICMS nas Vendas Interestaduais de maio a julho de 2020

Grupos	Vendas Interestaduais	Imposto Debitado
Defensivos	274.959,35	9.060,84
Fertilizantes	10.403,96	527,60
Sementes	169.300,23	7.088,83
Nutrição Animal	20.500,80	742,21
Material para Lavoura	157.682,33	10.887,20
Outros	138.476,24	11.913,97
TOTAIS	771.322,91	40.220,65

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Na comercialização interestadual, demonstrada na Tabela 4, os grupos de defensivos, sementes e nutrição animal contaram com o benefício de redução da base de cálculo do imposto em 60%, enquanto para o grupo de fertilizantes essa redução foi de 30%. Somente uma parte das vendas de defensivos foi tributada de forma integral, por serem destinadas a não contribuintes de ICMS ou a empresas cuja atividade fim não é ligada diretamente à agricultura. Os demais grupos não têm direito a nenhum benefício e, devido a isso, as saídas foram tributadas de forma integral.

Conforme já demonstrado, ao tratar dos estornos de crédito, por serem isentos de ICMS dentro do Estado de Minas Gerais, os créditos referentes à aquisição de defensivos, fertilizantes e sementes são estornados nas apurações da empresa. Ao realizar a venda interestadual ou devolução de compras de produtos cujo crédito foi estornado anteriormente, esse valor pode ser “recuperado”, uma vez que haverá o débito na operação. Para isso, foram reconhecidos nas apurações de ICMS como “Outros Créditos”.

Tabela 5: Outros Créditos de ICMS de maio a julho de 2020

Operação	ICMS Estornado Anteriormente	Valor a aproveitar
Vendas com Redução	3.064,44	1.659,10
Vendas de Importados	1.510,31	1.510,31
Devoluções de Compra	2.613,22	2.613,22
TOTAIS	7.187,97	5.782,63

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

A empresa obteve no período o total de R\$ 5.782,63 de outros créditos, conforme demonstrado na Tabela 5.

4.2 APURAÇÃO DE ICMS SEM A APLICAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS

Após as análises dos benefícios aplicados nas apurações de ICMS da empresa, foi realizada uma nova apuração sem a aplicação dos mesmos. Para que fosse encontrado o valor do débito inicial de ICMS sem benefícios, foi recalculado o imposto, de forma integral, sobre a venda de todos os produtos que foram isentos ou tributados com redução de base de cálculo nas apurações normais da empresa.

ICMS NO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DA APLICAÇÃO E IMPACTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS EM UM COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

Tabela 6: Tributação das Vendas Internas sem Aplicação de Benefícios

Grupos	Vendas Internas	Imposto Devido
Defensivos	897.401,20	161.532,22
Fertilizantes	42.341,79	7.621,52
Sementes	914.825,91	164.668,66
Nutrição Animal	28.760,35	5.176,86
Material para Lavoura Tributados	173.731,27	31.271,63
Outros Tributados	8.818,94	1.587,41
TOTAIS	2.065.879,46	371.858,30

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Sobre o total de vendas internas da empresa Alfa no período, o valor correspondente ao débito de ICMS, caso não houvesse a aplicação dos benefícios concedidos, seria de R\$ 371.858,30, de acordo com a Tabela 6.

Foi aplicada a alíquota de 18% para a comercialização de defensivos, fertilizantes, sementes e nutrição animal dentro do estado; grupos que na apuração normal foram considerados isentos. Sobre os grupos de Material para Lavoura e Outros foi desconsiderada a parte da comercialização referente a produtos sujeitos à substituição tributária e os demais foram tributados também a 18%.

Nas Tabelas 7 e 8 a seguir, foram demonstrados os valores que iriam incidir sobre o total interestadual comercializado no período, desconsiderando também a aplicação de benefícios. Os valores das vendas dos produtos que tiveram sua base reduzida para cálculo do ICMS foram recalculados de forma a desconsiderar o desconto de ICMS dispensado, que ocorre apenas devido à aplicação do benefício.

Tabela 7: Tributação das Vendas Interestaduais à Alíquota 7% sem Aplicação de Benefícios

Grupos	Vendas a 7%	Imposto Devido
Defensivos	233.860,47	16.370,23
Fertilizantes	10.366,82	725,68
Sementes	20.781,85	1.454,73
Nutrição Animal	14.738,18	1.031,67
Material para Lavoura Tributados	152.531,85	10.677,21
Outros Tributados	94.062,98	6.584,40
TOTAIS	526.342,15	36.843,92

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Com relação às vendas interestaduais à alíquota de 7%, a nova base para o cálculo do imposto seria de R\$ 526.342,15, totalizando R\$ 36.843,92 a recolher no período em análise.

Tabela 8: Tributação das Vendas Interestaduais à Alíquota 12% sem Aplicação de Benefícios

Grupos	Vendas a 12%	Imposto Devido
Defensivos	9.406,25	1.128,75
Fertilizantes	264,36	31,72
Sementes	90.635,77	10.876,29
Sementes (devolução)	44.939,72	2.157,11
Nutrição Animal	6.876,74	825,21
Outros Tributados	44.413,26	5.329,57
TOTAIS	196.536,11	20.348,65

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Sobre a comercialização para os estados em que incide a alíquota de 12%, caso tributada sem a aplicação de qualquer benefício fiscal referente ao ICMS, o valor devido no período seria de R\$ 20.348,65, conforme demonstrado na Tabela 8.

4.3 ANÁLISE COMPARATIVA

Com os novos valores de impostos sobre a comercialização calculados, foi realizado o comparativo da apuração de ICMS, referente ao total do período, com benefícios fiscais e sem a aplicação dos mesmos, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 9: Comparativo de Apurações de ICMS no Período de maio a julho de 2020

	Sem Benefícios	Com Benefícios	Aumento/Redução	(%)
Débito de ICMS				
apurado	430.948,54	75.228,76	- 355.719,78	-83%
Crédito sobre compras	153.953,42	153.953,42	-	-
Crédito estornado	-	111.025,71	111.025,71	-
Outros Créditos	-	5.782,63	5.782,63	-
Estorno de débito recolhido a maior	-	978,68	978,68	-
Crédito de ICMS				
apurado	153.953,42	49.689,02	- 104.264,40	-68%
ICMS a compensar	3.133,18	3.133,18	-	-
ICMS a recolher	273.861,94	22.406,56	- 251.455,38	-92%

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

De acordo com a Tabela 9, de R\$ 273.861,94 que seria devido de ICMS pela empresa Alfa, o saldo a recolher foi somente de R\$ 22.406,56. Houve uma redução de 92% no valor total a recolher, no período de maio a julho de 2020, decorrente da aplicação de benefícios fiscais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste estudo foi demonstrar o impacto causado pela aplicação de benefícios fiscais em um comércio mineiro de insumos agropecuários. Para sua realização foram analisadas as apurações de ICMS da empresa no decorrer dos meses de maio a julho de 2020 e traçado um comparativo sobre os valores tributados e os que seriam devidos sem os benefícios.

No desenvolvimento da pesquisa foi analisada a tributação de cada grupo de produto comercializado, evidenciando os casos de isenção de ICMS na venda interna de insumos agropecuários, de redução na base de cálculo em 30% para fertilizantes e 60% para defensivos e sementes, e a redução tanto interna quanto interestadual de 60% nas vendas de rações animais.

Ao final dos comparativos o valor reduzido encontrado foi de R\$251.455,38 no ICMS recolhido pela empresa durante o trimestre. Esse valor corresponde a 92% do total que seria devido se apurado de forma integral, evidenciando assim o impacto final da aplicação desses benefícios ao longo do período.

Este trabalho contribuiu para expandir o conhecimento na área tributária do agronegócio e evidenciar a importância do conhecimento da legislação vigente e da correta aplicação dos benefícios concedidos às empresas.

Sugere-se o estudo do tema sob a perspectiva de outras empresas do ramo e também a análise aprofundada dos efeitos decorrentes da aplicação destes benefícios no resultado da empresa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 19 maio 2020

BRASIL. Emenda Constitucional n. 18, de 1º de dezembro de 1965. Reforma do Sistema Tributário. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc18-65.htm. Acesso em: 19 mai. 2020

BRASIL. **Convênio ICMS 100/97**. Reduz a base de cálculo do ICMS nas saídas dos insumos agropecuários que especifica, e dá outras providências. Conselho Nacional de Política Fazendária. Brasília, DF, 1997. Disponível em: https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/1997/CV100_97. Acesso em: 24 maio 2020

BRASIL. Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/

lcp87.htm. Acesso em: 25 mai. 2020

DAGOSTIN, William Ferreira. **ICMS nas importações**: benefícios fiscais nas operações por conta e ordem de terceiros em Santa Catarina. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2011.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARION, José Carlos; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para os cursos de Administração, Contabilidade e Economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

MATHIAS, Bruno Queiroz *et al.* **Temas atuais do ICMS**: teoria e prática. São Paulo: Editora Sage, 2015.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAS GERAIS. **RICMS 2002**. Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Minas Gerais, 2002. Disponível em: http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/ricms_2002_seco/sumario2002.html. Acesso em: 13 maio 2020.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Fazenda. **ICMS: Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação**. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/impostos/icms>. Acesso em: 17 mai. 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à Contabilidade**: com abordagem para não-contadores. São Paulo: Cengage Learning, 2006. Disponível em: <https://cengagebrasil.vitalsource.com/#/books/9788522108145/cfi/471!/4/4@0.00:0.00>. Acesso em: 13 abril 2020.

NÃO APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 905, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019: AVANÇO OU RETROCESSO?¹

Daniele Mateus de Andrade²

Wania Alves Ferreira Fontes³

RESUMO: A busca incessante dos jovens pelo seu primeiro emprego e as dificuldades enfrentadas pelos mesmos, fez com que o governo buscasse alternativas para incentivar os empresários a darem a grande chance para que esse objetivo fosse cumprido. Assim, em 11 de novembro de 2019 foi criada a Medida Provisória n. 905, trazendo em seu texto possíveis estímulos para os empregadores, reduzindo taxas e contribuições, acreditando que essa atitude alavancaria o mercado de trabalho para essa faixa etária. Porém, essa MP também ocasionou muitos questionamentos acerca do que era tratado em seus artigos, fazendo com que ocorresse a revogação. A presente pesquisa buscou analisar alguns desses tópicos contidos na medida, concluindo que a atitude tomada pelo comitê votante trouxe avanço para o cenário atual brasileiro. Para a revisão bibliográfica foram abordados diversos autores que escreveram sobre os temas trabalhistas e também a legislação do Brasil, sendo um trabalho webliográfico, qualitativo e quantitativo.

PALAVRAS-CHAVE: Departamento pessoal. Contrato de trabalho. Medida Provisória.

ABSTRACT: The incessant search of young people for their first job and the difficulties faced by them, made the government look for alternatives to encourage businessmen to give a great chance for this objective to be fulfilled. Thus, on November 11, 2019, Provisional Measure No. 905 was created, bringing in its text possible incentives for employers, reducing rates and contributions, believing that this attitude would leverage the labor market for this age group. However, this MP also caused many questions about what was treated in its articles, causing the revocation to occur. The present research sought to analyze some of these topics contained in the measure, concluding that the attitude taken by the voting committee brought progress to the current Brazilian scenario. For the bibliographic review, several authors who wrote about labor issues and also the Brazilian legislation were approached, being a webliographic, qualitative and quantitative work.

KEYWORDS: Personal department. Employment contract. Provisional Measure.

1 INTRODUÇÃO

Por todo mundo, a população necessita do trabalho para se colocar em meio à sociedade e conseguir manter suas necessidades básicas de sobrevivência. Assim, de acordo com Maciel (2018), a classe trabalhadora começou a lutar por melhores condições de trabalho e salários mais justos, pois a exploração por parte dos empresários era exacerbada, o que não foi diferente no Brasil. Em razão dessa busca, em 1943 foi criada

¹ Trabalho apresentado na área de temática III – Pesquisa em contabilidade do Fórum Gerencial realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de graduação do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: danielema@unipam.edu.br.

³ Professora orientadora do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: wania@unipam.edu.br.

a Consolidação das Leis do Trabalho, para poder garantir que a população de trabalhadores tenha segurança na execução das suas atividades.

O início da vida profissional é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo brasileiro, principalmente pela população jovem do país. Segundo Pochmann (2000), a menor expectativa de sucesso, empobrecimento, violência, a evasão escolar e até a instabilidade da economia nacional, levam os jovens a diminuir suas expectativas na inserção no mercado de trabalho. Por estas razões, o cenário da juventude na vida profissional causa preocupação e o governo está sempre em busca de alternativas para melhorar esse aspecto.

Nesta perspectiva, o presente trabalho teve o propósito de evidenciar a situação da inserção dos jovens no mercado de trabalho é analisar a Medida Provisória criada pelo governo para estimular a contratação da população juvenil em seu primeiro emprego, bem como evidenciar quais eram vantagens econômicas para os contratantes, caso a mesma houvesse sido instituída como lei. Neste âmbito, a questão de pesquisa foi exposta: O contrato Verde e Amarelo traz vantagens econômicas para uma microempresa? A não transformação da Medida Provisória em lei, traz avanços ou retrocessos para o cenário econômico do Brasil?

A presente pesquisa se justifica pela significância do departamento de pessoal, área que deve ser profundamente conhecida pelo contador. Esse departamento tem relevância na empresa e o profissional deve ter entendimento sobre os novos tipos de contrato de trabalho para poder recomendar a sua carteira de clientes. O objetivo geral deste estudo foi analisar o quanto o contrato de trabalho Verde e Amarelo impactaria economicamente uma microempresa e demonstrar se a não transformação dessa Medida Provisória em lei foi um avanço ou retrocesso para o país, objetivo que se quer faz por meio de coleta de dados e cálculos, para verificação e avaliação do efeito financeiro deste tipo de contrato. Para alcançar o objetivo foi realizado um estudo sobre a legislação trabalhista e os tipos de contratos existentes.

Para o cumprimento deste objetivo geral, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos: a) sintetizar a história da contabilidade; b) apresentar o contrato Verde e Amarelo; c) realizar coleta dos dados que serão utilizados para comparação de valores; d) analisar as diferenças econômicas entre um contrato normal e o contrato Verde e Amarelo; e) concluir os resultados da pesquisa.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A Empresa Modelo Ltda – ME não autoriza a divulgação de informações e dados coletados em sua organização, não sendo aceito publicação e/ou divulgação de dados em veículos acadêmicos. Sendo assim, foram apresentados dados fictícios, porém os documentos utilizados para desenvolver o trabalho são reais. A empresa é de natureza jurídica, tributada pelo regime do Simples Nacional, deu início às suas atividades em 01/07/2001, localizada em Patos de Minas, prestando serviços contábeis, do departamento pessoal, fiscal ao contábil na região.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor entendimento do tema exposto e para uma conclusão que demonstre a realidade de forma mais fidedigna sobre como o contrato Verde e Amarelo impactaria economicamente em uma microempresa caso o mesmo houvesse sido promulgado como Lei, abordou-se neste item algumas definições relacionadas à contratos de trabalho e relações trabalhistas, determinando-se no preceito do fundamento de autoridade.

3.1 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NO BRASIL

De acordo com Basile (2018) com a assinatura da Lei Áurea em 1888 os escravos passaram a ter liberdade de trabalho e serem remunerados para exercerem suas funções em similaridade àqueles que nunca estiveram em tal situação. Esse cenário causou desorganização e ainda era observado que o preconceito racial levava a desigualdade, assim se tornaram necessárias as leis trabalhistas para homogeneizar as formas de tratamento.

Na Constituição Federal de 1934 foram estabelecidos alguns direitos mínimos dos trabalhadores como isonomia salarial, proteção do trabalho feminino e dos menores, férias remuneradas, salário-mínimo, entre outros direitos. Somente no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) foi criado o Ministério do Trabalho, aplicando com maior firmeza o que já era estabelecido pela constituição.

3.1.1 Consolidação das Leis do Trabalho

A Consolidação das Leis do Trabalho, que regulariza as interações trabalhistas rurais e urbanas, individual ou coletivamente, foi decretada durante a Era Vargas em 1º de maio de 1943. Segundo Politize⁴ a CLT foi criada a fim de regular as relações de trabalho e proteger o trabalhador. Essa consolidação é de extrema importância, pois coíbe as relações de trabalho abusivas, bastante comuns anteriormente, garantindo as mínimas condições para a execução dos ofícios.

A mesma reúne as leis trabalhistas brasileiras em um só documento. De acordo com Cezar (2008), a CLT compila as normas de direito coletivo e individual e apesar de ter sido criada em 1943, ainda está em vigor atualmente e frequentemente sofre alterações, revogações e adições em suas leis para maior adequação com a realidade atual. Expõe em seu 41º artigo que é obrigatório para os empregadores realizarem o registro de seus trabalhadores, sendo em fichas, livros, eletronicamente em sistemas de acordo com as regras do Ministério do Trabalho.

3.2 CONTRATOS DE TRABALHO

A Consolidação das Leis do Trabalho no Artigo 442 explicita que “Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de

⁴ Disponível em: <https://www.politize.com.br/clt/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

emprego”. De acordo com Politize⁵, os contratos de trabalho são determinadores do vínculo entre contratante e contratado, mesmo que acordados verbalmente com base na confiança entre as partes e não possuindo um documento comprobatório. Porém, para ter os direitos do trabalhador que foram garantidos no Artigo 7º da Constituição Federal Brasileira, é necessária a comprovação do vínculo por meio de contrato escrito. Esses contratos possuem mais de um tipo e podem ser definidos segundo o Artigo 443 da CLT como por prazo determinado, indeterminado ou intermitente.

3.2.1 Contrato por prazo determinado

Segundo Barbieri (S/D) para que ocorra contratos de prazo determinado são imprescindíveis alguns requisitos, tal como os acordos sejam feitos de forma escrita, com data certa para ocorrer a extinção para execução de serviços específicos. É necessário que o empregador faça a assinatura da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), com duração máxima de dois anos, podendo ser prorrogado apenas uma vez sem exceder o prazo máximo e sem causar a indeterminação do mesmo. Os contratos de experiência possuem as mesmas características dos contratos por prazo determinado, porém não podem ultrapassar o tempo máximo de 90 dias, como citado no parágrafo único do artigo 445 da CLT. Em ambos casos, os direitos do trabalhador são garantidos e assegurados conforme um contrato por prazo indeterminado.

3.2.2 Contrato por prazo indeterminado

Os contratos por prazo indeterminado são aqueles que não possuem término estipulado, ou seja, não tem prazo fixo para sua vigência. Segundo Oliveira (2009), eles ocorrem quando na relação de emprego o serviço não é de natureza eventual. Uma das formas de existência do contrato por prazo indeterminado é a não obediência das regras dos contratos por prazo determinado. Quando o empregador não prorroga o prazo de experiência na ocorrência do término da primeira parte do mesmo, em questões da não opção dos 90 dias diretamente, ou dos dois anos no determinado, ou até mesmo quando esses prazos completos terminam e o empregador não faz a rescisão contratual (CONTARIN; DINIZ, 2009).

Uma das grandes diferenças que o contrato por prazo indeterminado possui é o direito ao aviso prévio. Segundo Garcia (2013), o aviso prévio pode ser entendido como uma comunicação feita entre as partes da pretensão de término de contrato de trabalho. Esse aviso pode ser deferido tanto pelo empregado, quanto pelo empregador, dependerá de quem surgiu no arbítrio. O aviso prévio é um direito que é devido pela parte que fez a comunicação, à parte que recebeu a notícia. Seja ele trabalhado ou indenizado, o valor de referência é de 30 dias de salário do trabalhador. No caso do trabalhado, o aviso é proporcional a quantidade de anos completados pelo trabalhador no contrato, instituído pela Lei 12.506/2011⁶, acrescentando 3 dias para cada ano de serviço findado.

⁵ Disponível em: <https://www.politize.com.br/contratos-de-trabalho/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12506.htm. Acesso em: 22 abr. 2020.

3.2.3 Contrato intermitente

A reforma trabalhista de 13 de junho de 2017 instituiu a Lei 13.467, realizando diversas alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas. Uma dessas adições, segundo Guia Trabalhista⁷ foi o contrato de trabalho intermitente, que é considerado uma modalidade em que o trabalhador possui subordinação, porém ocorrendo revezamento de períodos de prestação de serviço e ociosidade, sendo determinados os dias, meses e horas em que esse colaborador irá trabalhar, regidos por legislação própria e independente da atividade do empregador. De acordo com Kaled (2019), essa categoria de contrato é muito boa para os empregadores, pois em períodos que tem a maior demanda de funcionários disponíveis, como no natal, ele terá a opção de convocar com antecedência mínima de 3 dias mais pessoas com custo reduzido e assegurando todos os direitos com a legislação trabalhista, que antes considerava essa modalidade informal.

3.3 DIREITOS TRABALHISTAS

Os direitos do trabalho garantem uma vida íntegra e o equilíbrio da relação empregado-empregador. Porém, segundo o site Politize⁸, os direitos trabalhistas no Brasil foram conquistados tardiamente, pois o fim da escravidão e a industrialização do país também foram. De acordo com Bernardes (2019), em 1988 com a nova Constituição Federal Brasileira foi trazido de forma mais democrática um modelo que passou a ser utilizado na resolução dos conflitos sociais do país, com a valorização do direito coletivo e individual e instituindo regras para a normatização das Leis. Em seu 7º artigo, ela traz o que está fundado como os direitos básicos dos trabalhadores urbanos e rurais. Dentre eles, seguro-desemprego; FGTS; multa rescisória; férias remuneradas; 13º salário; salário-mínimo; jornada de trabalho; horas-extras; equidade salarial.

3.3.1 Encargos Trabalhistas e Sociais

Segundo Capacidades Humanas⁹, encargos trabalhistas e sociais são os valores que o empregador remunerar o trabalhador mensalmente ou findando seu contrato, inclusive os benefícios que não são explícitos em valores. A possível inadimplência desses encargos é passível de notificações e multas ao empregador. De acordo com Meneses e Cerqueira (2009), é obrigação do empregador elaborar a folha de pagamento conforme o artigo 32 da Lei n. 8.212 de 24 de julho de 1991, compondo toda a carta de pessoas que estão prestando serviços, sejam empregados, trabalhadores avulsos e individuais.

⁷ Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/contrato-de-trabalho-intermitente.htm>. Acesso em: 26 abr. 2020.

⁸ Disponível em: <https://www.politize.com.br/direitos-trabalhistas-historia/>. Acesso em: 01 maio 2020.

⁹ Disponível em: <http://capacidadeshumanas.org/arvorelogica/rhsus/encargos.htm>. Acesso em: 01 maio 2020.

Sendo o custo de um funcionário contratado com o salário-mínimo brasileiro vigente em 01/05/2020 em uma empresa tributada pelo Simples Nacional com o valor de um salário mínimo, considerando nos custos também o FGTS e as provisões de férias, 1/3 sobre as férias, 13º salário mensal. Assim, o valor a ser considerado quando se contrata um empregado pelo valor de R\$1.045,00 é o custo total mensal de R\$1.348,05.

3.4 MERCADO DE TRABALHO PARA O JOVENS BRASILEIROS

De acordo com Andrade e Menezes-Filho (2005), a partir dos anos 1950 foi notado um aumento significativo no nível de escolaridade dos brasileiros, pela maior exigência dos empresários nas contratações de mão-de-obra. Porém, ainda assim ao longo dos anos o empenho frenético por qualificação de serviço pelos jovens não está trazendo os resultados esperados nas estatísticas. De acordo com pesquisa divulgada pelo IBGE¹⁰ no quarto trimestre de 2019, com dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a taxa de desocupação entre brasileiros com idade de 18 a 24 anos foi de 31,3% e de 25 a 39 anos foi de 34,8%. Esses níveis foram preocupantes para a administração pública, pois graus de desemprego altos entre jovens como esses trazem consequências muito grandes para o país. Com isso, uma alternativa mais atrativa de contrato de trabalho para jovens sugerida como medida provisória para os empresários teve que ser criada pelo governo brasileiro.

3.5 CONTRATO DE TRABALHO VERDE E AMARELO

O contrato de trabalho Verde e Amarelo foi instituído pela Medida Provisória n. 905 em 11 de novembro de 2019¹¹ e seu objetivo foi exposto no Artigo 1º, “Fica instituído o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, modalidade de contratação destinada à criação de novos postos de trabalho para as pessoas entre dezoito e vinte e nove anos de idade, para fins de registro do primeiro emprego em Carteira de Trabalho e Previdência Social. “. Essa medida foi sugerida para poder amenizar a situação do desemprego entre os jovens e tentar criar incentivos para os primeiros empregos na CTPS (menor aprendiz, contratos de experiência, intermitentes e avulsos, não se caracterizam como primeiro emprego mesmo que registrados), com encargos trabalhistas menores e maior flexibilidade no pagamento dos empregados (RESENDE,2020).

Segundo Dutra; Jesus (2020), o contrato Verde e Amarelo é de prazo determinado totalizando até 24 meses e pode ser celebrado para qualquer tipo de atividade e terá jornada de trabalho normal àquela já exercida na organização, podendo inclusive extrapolar o horário estabelecido e crescer até duas horas extras diárias. Nessa modalidade se aplica o pagamento equivalente a até 1,5 salário-mínimo vigente, não

¹⁰ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=26895&t=destaques>. Acesso em: 08 maio 2020.

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv905.htm. Acesso em: 09 maio 2020.

NÃO APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 905, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019:
AVANÇO OU RETROCESSO?

havendo aplicação de equidade salarial. O total de trabalhadores permitidos nessa modalidade por empresa é de 20% da média de empregados registrados na folha entre 01/01/2019 e 31/10/2019. Já para empresas que possuem até 10 colaboradores, a regra é diferente, ficando autorizada a contratação de 2 empregados pelo Verde e Amarelo. Outras principais alterações trazidas foram:

Quadro 1: Principais alterações no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo

VERBAS	CONTRATO INDETERMINADO	CONTRATO VERDE E AMARELO
FGTS	8%	2% - A redução da alíquota é independente do valor da remuneração
Multa Rescisória	40%	20% - Foi permitido o acordo entre empregado e empregador para o pagamento da multa rescisória antecipada mensalmente, de forma irrevogável em casos de demissão por justa causa
13 ^o	anual	Permitido o pagamento proporcional mensalmente
Férias+1/3	anual	Permitido o pagamento proporcional mensalmente

Fonte: adaptado de Dutra; Jesus (2020).

Essa MP que poderia ter aplicações de contratos desse formato amparadas no período de 1º de janeiro de 2020 a 31/12/2022, tendo validade até 24 meses após essas datas. Apesar dos benefícios oferecidos para os jovens que ainda não possuíam experiências profissionais e para os empregadores, em 20 de abril de 2020 o presidente Jair Bolsonaro revogou a MP n. 905 com a instituição da Medida Provisória n. 955¹², extinguindo a possibilidade de torná-la Lei. Porém, segundo o portal G1¹³, para aqueles contratos que foram firmados antes da revogação, enquanto ainda possuía validade, existe a segurança jurídica que assegura todos aqueles direitos estabelecidos pelo contrato de trabalho Verde e Amarelo.

4 METODOLOGIA

Método pode ser definido como a direção para chegar a um fim. Segundo Gil (2019, p. 9), “Refere-se, portanto, ao conjunto de regras básicas para desenvolver uma investigação com vistas a produzir novos conhecimentos ou corrigir e integrar conhecimentos existentes”. Para a conclusão desse trabalho, elegeu-se a pesquisa caracterizada como bibliográfica, utilizando referências que já foram publicadas, como livros, artigos científicos, dissertações ou teses, de forma virtual ou impressa.

A presente pesquisa utilizou a análise quali-quantitativa, pois para a evidenciação dos impactos econômicos do contrato de trabalho Verde e Amarelo foi necessária à coleta de dados da empresa através do programa utilizado para lançamento de informações e documentos de registro, com as devidas autorizações dos responsáveis e a elaboração de cálculos trabalhistas comparativos e, segundo Gil (2019), na análise

¹² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv955.htm. Acesso em: 04 set. 2020.

¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/23/mp-do-contrato-verde-e-amarelo-foi-revogada-como-fica-a-situacao-dos-trabalhadores.ghtml>. Acesso em: 09 maio 2020.

quantitativa os valores analisados em tabela e através de comparação, influenciam o resultado da pesquisa. Além disso, a análise qualitativa foi utilizada para a conclusão dos resultados, visto que a Medida Provisória n. 905 não foi aprovada pelo presidente da república, fazendo-se indispensável um enfoque interpretativista, para entender a intenção no ato da revogação da mesma e verificou se essa decisão repercute de forma positiva ou negativa para os empregadores e os jovens que usufruiriam dessa MP.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A empresa analisada neste trabalho possui atualmente 5 funcionários em sua folha de pagamento e, de acordo com a MP do contrato Verde e Amarelo, a contratação de novos funcionários fica limitada a 20% do total de empregados constantes na folha de pagamento. Porém, no § 2º do Artigo 2º, empresas com até dez funcionários estão autorizadas a contratar dois trabalhadores nessa categoria. Além disso, a medida institui que para ter validade, as admissões podem ser com salário entre o mínimo corrente e um salário mínimo e meio.

5.1 PISOS SALARIAIS

O contrato por tempo indeterminado segue como referência no caso do escritório de contabilidade, a Convenção Coletiva corrente no ano, estabelecida pelo Sindicato dos Escritórios de Contabilidade, Auditoria e Perícias Contábeis do Estado de Minas Gerais (SINESCONTÁBIL/MG) que ampara esse tipo de empresa. Para realizar a referida análise, foram utilizados os pisos salariais admitidos nas duas modalidades de contratos para a admissão hipotética de dois auxiliares de escritório. No contrato Verde e Amarelo não existe piso salarial, portanto utilizou-se o salário-mínimo corrente brasileiro no ano de 2020 (R\$1.045,00).

5.2 ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS DOS FUNCIONÁRIOS

Para realizar essa análise, no contrato por prazo indeterminado utilizou-se o salário base para a função determinada na convenção de R\$1.135,08 (um mil, cento e trinta e cinco reais e oito centavos). Portanto, para um estudo completo dos custos, foi criada uma tabela para efetivar a comparação de valores mensais entre um Auxiliar de Escritório contratado nas condições do contrato Verde e Amarelo e outro nas circunstâncias citadas acima.

Tabela 1: Custo mensal comparativo de um funcionário em empresa do Simples Nacional

VERBA	FREQUÊNCIA	VALOR CONTRATO VERDE E AMARELO	VALOR CONTRATO INDETERMINADO
Salário	mensal	R\$1.045,00	R\$1.135,08
FGTS	mensal	R\$20,90	R\$90,81
Férias	anual	R\$1.045,00	R\$1.135,08
1/3 sobre férias	anual	R\$348,33	R\$378,36
13º salário	anual	R\$1.045,00	R\$1.135,08

NÃO APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 905, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019:
AVANÇO OU RETROCESSO?

FGTS sobre férias, 1/3 e 13º	anual	R\$48,77	R\$211,88
Multa FGTS	em caso de rescisão (provisão mensal)	R\$4,99	R\$43,39
Provisão Mensal (Férias + 1/3 sobre férias + 13º + FGTS sobre eles)	mensal (valor guardado mensalmente para pagamento das obrigações anuais)	R\$207,26	R\$238,37
TOTAL MENSAL	(são somados apenas os valores mensais)	R\$1.278,15	R\$1.507,65

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Pode ser observado na tabela acima exposta que existe uma diferença significativa de valores de custos de colaboradores dentre salário, FGTS mensal e provisões de férias, 1/3 sobre férias e 13º salário. Na demonstração feita, foram utilizados os valores de apenas um funcionário, porém, como a Medida Provisória n. 905 permite a contratação de até dois funcionários no caso em que se encaixa a empresa estudada. Foi observado no exposto na tabela 3 que a diferença mensal entre os dois contratos nessas condições foi de R\$459,00, representando um custo a mais 17,95%, caso não utilizasse o contrato Verde e Amarelo.

5.3 POSSÍVEIS MOTIVAÇÕES DA REVOGAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 905

De acordo com o Crema (2020), para que uma Medida Provisória seja aprovada, é necessário que o Congresso Nacional a vote favoravelmente em até 180 dias. Porém, em 17 de março de 2020, a MP do Contrato Verde e Amarelo foi votada e diversos fatores fizeram com que ocorresse a não aprovação e concretização em Lei. Dentre os elementos contidos no texto da medida, vários não estavam em conformidade para a comissão mista votante da Câmara dos Deputados e os fizeram ser retirados de pauta.

5.3.1 Alíquota de FGTS

A Câmara julgou como prejudicial à alíquota de FGTS sugerida pela MP 905, pois o valor mensal seria transformado para apenas 2%, quando normalmente era 8%, segundo Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA)¹⁴. Além disso, a multa de FGTS, que antes era de 40% passou a ser somente de 20%, sendo desfavorável para o empregado. Por final, essa multa deveria ser depositada pelo empregador mesmo em casos de demissão por justa causa, sendo irrevogável. Assim, esses tópicos eram desfavoráveis para ambas partes.

5.3.2 Trabalho aos domingos e feriados

Outra pauta que causou polêmica na MP, foi a proposta de que todas as categorias de trabalho pudessem realizar seu descanso semanal de 24 horas em qualquer

¹⁴ Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/imprensa/anamatra-na-midia/29049-trabalhador-vai-ter-reducao-de-80-no-fgts-com-pacote-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: 08 set. 2020.

dia da semana, sendo apenas um DSR por mês, imprescindivelmente no domingo. Atualmente a CLT prevê que o descanso semanal é obrigatoriamente aos domingos para a maioria das atividades do país, com exceção das que se encaixavam no Decreto n. 27.048/49¹⁵. Esse tópico foi causador de grande polêmica e em meio a votação da Câmara e segundo cita Crema (2020), ficaram autorizadas apenas para as seguintes categorias: “telemarketing; Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC); atividades de automação bancária; serviços por canais digitais; áreas de tecnologia, segurança e administração patrimonial; atividades bancárias excepcionais ou em áreas diferenciadas”.

5.3.3 Periculosidade

O § 1º do artigo 193 da CLT¹⁶ prevê um adicional de periculosidade de 30% sobre o salário base do empregado para as atividades que de natureza ou métodos que causem grande risco pela exposição permanente do trabalhador. Entretanto, a medida estava sugerindo nos itens que o empregador poderia realizar a contratação, por meio de acordo com o empregado, um seguro privado para assegurar perante possíveis acidentes ocorridos na realização da função. Assim, o adicional de periculosidade ficaria reduzido a apenas 5% na folha de pagamento e ainda seria concedido somente para o tempo em que realmente ficou em exposição. Esse tópico também foi retirado do texto durante a votação.

5.3.4 Bancários

Segundo o site JusBrasil¹⁷, onde cita o artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, a jornada de trabalho dos bancários e trabalhadores de casas bancárias é de 6 horas diárias em dias úteis, totalizando 30 horas semanais. Com exceção das funções de gerência, chefia, direção e equivalentes. O contrato Verde e Amarelo previa uma carga horária diária para essa categoria de 8 horas, com ressalva dos operadores de caixa de atendimento. Seria considerada jornada extra apenas o que ultrapassasse o descrito. A comissão inclusive votou como desfavorável essa pauta.

5.4 DECORRÊNCIA DE ANÁLISE ENTRE PRÓS E CONTRAS

Pode ser observado durante a análise e discussão de resultados, que apesar do benefício financeiro no final de cada mês para o empregador, alguns tópicos redigidos pela Medida Provisória continham artigos que não traziam reais vantagens, seja para empregado ou empregador. Assim como foi citado no artigo de Crema (2020), foi

¹⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d27048.htm. Acesso em: 07 set. 2020.

¹⁶ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10743259/artigo-193-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>. Acesso em: 07 set. 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10739502/paragrafo-2-artigo-224-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>. Acesso em: 07 set. 2020.

NÃO APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 905, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019: AVANÇO OU RETROCESSO?

apontada pelos analistas uma eficácia muito insignificante de redução de impostos e aumento de contratações. Ainda segundo a autora, existem métodos mais modernos e aplicáveis para que esses jovens que a MP pretendia estender sua aplicação consigam seus primeiros empregos.

6 CONCLUSÃO

Diante do exposto neste trabalho, foi possível identificar os motivos pelos quais a Medida Provisória n. 905, de 11 de novembro de 2019 não foi aprovada pelo comitê votante da Câmara, como a redução do valor de recolhimento do FGTS, a flexibilização do trabalho nos domingos e feriados, o desvio de responsabilidade por grande parte do adicional de periculosidade e também dos horários de trabalho dos profissionais bancários. É notório também no exemplo apresentado que mensalmente seria proporcionada uma redução no custo em 17,95% de um funcionário. Porém, analisando melhor os tópicos mais polêmicos da Medida, pôde-se notar que essa vantagem econômica não é suficiente para que um empregador opte por utilizar o contrato Verde e Amarelo em substituição do já constante na CLT.

Em relação ao objetivo geral do trabalho foi possível concluir que a decisão tomada pelo Congresso Nacional foi sensata, pois a MP do Contrato Verde e Amarelo não traria reais benefícios, seja para o empregado ou empregador. A não transformação da mesma em Lei foi um avanço para o país, em razão de que instituições que estudam e defendem o direito do trabalho, como a ANAMATRA¹⁸, citam que essa tentativa de modificação dos direitos adquiridos pelos trabalhadores durante toda a luta da classe, é uma “agressão aos direitos básicos dos trabalhadores” e ainda menciona que existem soluções mais modernas e eficientes para o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, sem prejudicar ambas as partes.

Para a conclusão do presente trabalho a limitação encontrada foi a falta de fontes confiáveis para citações sobre e a Medida Provisória n. 905, já que ela foi logo revogada quando foi à votação e muitos autores não escreveram sobre o assunto. Porém, ainda assim, a elaboração do presente trabalho trouxe muitos conhecimentos sobre a história dos direitos do trabalho, principalmente no Brasil e também sobre como se deve observar todos os lados afetados quando se cria uma medida provisória, podendo ser aprovada em Lei. Uma sugestão para próximas pesquisas seria sobre formas mais eficientes que impulsionariam a admissão de jovens no mercado de trabalho, trazendo vantagens tanto para o contratado quanto para o contratante.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Alexandre Augusto Seijas de; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. **O papel da oferta de trabalho no comportamento dos retornos à educação no Brasil. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 35, n. 2, São Paulo, 2005. Disponível

¹⁸ Disponível em: <https://www.politize.com.br/contrato-verde-e-amarelo/>. Acesso em: 26 set. 2020.

em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4503/1/PPE_v35_n02_Papel.pdf. Acesso em: 07 maio 2020.

BARBIERI, Fabiana Amendola. **Breves considerações sobre o contrato de trabalho por prazo determinado**. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/breves_consideracoes_sobre_o_contrato_de_trabalho_por_prazo_determinado.pdf. Acesso em: 21 abril 2020.

BARROS, Adilson de; OLIVEIRA, Luís Martins de; YOSHITAKE, Mariano. **Contabilidade na prática**. São Paulo: Trevisan, 2014 Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519622/cfi/2!/4/4@0.00:54.4>. Acesso em: 05 abril 2020.

BASILE, César Reinaldo Offa. **Direito do Trabalho**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600304/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 19 abril 2020.

BERNARDES, Simone Soares. Direito do Trabalho. **Revista Coleção Resumo para Concursos**, vol. 17, n. 04, 2019. Disponível em: <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/f5343f098c14bd20aae4309ad0d14a55.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.

CEZAR, Frederico Gonçalves. O processo de elaboração da clt: histórico da consolidação das leis Trabalhistas brasileiras em 1943. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, vol. 3, n. 07, Brasília, 2012. Disponível em: <http://institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2012/07/3%C2%BA-artigo-Frederico-Gon%C3%A7alves.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.

CONTARIN, Laís; DINIZ, Patrícia Lelis. **Contrato individual de trabalho**. 2009. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC36401142804.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CREMA, Gabriella Lenza. **Contrato Verde e Amarelo: o que previa e por que a MP perdeu a validade?**. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/contrato-verde-e-amarelo/>. Acesso em: 04 set. 2020.

DUTRA, Renata Queiroz; JESUS, Selma Cristina Silva de. Medida provisória n. 905/2019 Programa Verde Amarelo: a reforma dentro da reforma trabalhista. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 2, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v18n2/0102-6909-tes-18-2-e0026899.pdf>. Acesso em: 09 maio 2020.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Lei 12.506/2011 e Aviso Prévio Proporcional**. 2013. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/95620/2013_garcia_gustavo_lei_aviso.pdf?sequence=1. Acesso em: 22 abr. 2020.

NÃO APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 905, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019:
AVANÇO OU RETROCESSO?

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/cfi/6/10!/4/2@0:0>. Acesso em: 11 maio 2020.

KALED, Gabriela Schellenberg Pedro Bom. Contrato de trabalho intermitente. **Revista Unicuritiba**, v. 1, n. 28, Curitiba, 2019. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/3418>. Acesso em: 26 abr. 2020.

MENESES, Carlos Antônio Maciel; CERQUEIRA, Luciano Antônio Nóbrega. **Folha de pagamento e encargos sociais**. 2009. Disponível em: http://grupoempresarial.adm.br/wp-content/uploads/2017/10/Contabilidade-e-Folha-de-Pagamento_M3_AR.pdf. Acesso em: 01 maio 2020.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual dos contratos de trabalho**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466764/cfi/2!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 21 abr. 2020.

POCHMANN, Marcio. **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Campinas, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf>. Acesso em: 14 março 2020.

RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho**. 8. ed. Rio de Janeiro: Método, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530989552/cfi/6/2!/4/2/2@0:43.6>. Acesso em: 1 maio 2020.

NÍVEL DE EXPECTATIVA DOS ALUNOS DO 2º PERÍODO E SATISFAÇÃO DOS ALUNOS DO 4º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UNIPAM COM APLICAÇÃO DO MÉTODO *NET PROMOTER SCORE*¹

Bruna Monyelle da Silva Martins²
Marcílio Geraldo Mendes³

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo geral identificar e analisar a expectativa dos alunos do Segundo Período em relação ao curso de Ciências Contábeis, da Universidade de Patos de Minas – UNIPAM e assim correlacionar a satisfação ou não dos alunos do Quarto Período deste mesmo curso. Para melhor identificar o tema em questão foi realizada pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, cujo instrumento foi a aplicação de questionário de satisfação, pela equipe de TI do UNIPAM. Os dados da pesquisa de campo foram tabulados pelo sistema método *Net Promoter Score* - NPS. Os resultados demonstraram que as expectativas dos alunos do Segundo Período e o nível de satisfação em relação ao Curso de Ciências Contábeis são quase equivalentes.

PALAVRAS-CHAVE: Satisfação. Alunos. Ciências. Contábeis. UNIPAM.

ABSTRACT: This work had as general objective to identify and analyze the expectations of the students of the Second Period in relation to the Accounting Sciences course, of the University of Patos de Minas - UNIPAM and thus to correlate the satisfaction or not of the students of the Fourth Period of this same course of the referred institution education. To better identify the topic in question, bibliographic research and field research were carried out, the instrument of which was the application of a satisfaction questionnaire by the IT team at UNIPAM. The data collected in the field research were tabulated by the Net Promoter Score - NPS method. The results showed that the expectations of the students of the Second Period and the level of satisfaction in carrying out the Accounting Sciences Course are almost equivalent.

KEYWORDS: Studentes. Ciências. Contábeis. UNIPAM.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Oliveira, Santos e Dias (2016) identificar as expectativas que o aluno tem do curso superior que estudará, é condição indispensável para que os gestores e professores do ensino superior possam promover melhor adaptação para os mesmos. Nesta mesma perspectiva Coelho (2010) estabelece que reconhecer a satisfação também é necessário para a garantia do desenvolvimento do aluno na Universidade, isso porque o grau de satisfação ou sua ausência determinará a assiduidade e comprometimento do aluno no curso no qual está frequentando.

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do XV Congresso Mineiro de Empreendedorismo.

² Graduanda do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: email brunaborges2013@yahoo.com.br

³ Orientador do trabalho e professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: marcilio@unipam.edu.br

NÍVEL DE EXPECTATIVA DOS ALUNOS DO 2º PERÍODO E SATISFAÇÃO DOS ALUNOS DO 4º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UNIPAM COM APLICAÇÃO DO MÉTODO NET PROMOTER SCORE

A problemática deste trabalho faz a seguinte indagação: os alunos do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM se sentem satisfeitos com o processo de ensino aprendizagem dos quais fazem parte e acreditam estarem preparados para o mercado de trabalho? Partiu-se da hipótese que os alunos possuem boas expectativas e se sentem satisfeitos com o curso de Ciências Contábeis.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de organizar dados estatísticos referente às expectativas e satisfação dos alunos do Segundo e Quarto períodos do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM do ano de 2020. Os objetivos específicos constituíram-se em: - Verificar se as expectativas no 2º Período do Curso de Ciências Contábeis podem ser confirmadas com alunos satisfeitos em relação a escolha por este curso no Quarto Período; Reconhecer o resultado do NPS voltado para as expectativas e satisfação dos alunos entrevistados; Verificar os comentários das turmas dos 1º e 4º Períodos do Curso de Ciências Contábeis e assim relacioná-los com clientes promotores, neutros ou detratores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GÊNESE DA CONTABILIDADE

O surgimento da contabilidade se deu nos primórdios da civilização, cujo principal objetivo era separar os bens materiais de ambas as pessoas. Nesse momento há uma nova era da história, em que as pessoas deixaram a vida comunitária para ingressar em um período de divisões dos bens, tais como: a agricultura, a caça, as propriedades, terras entre outros. O novo objetivo agora é que cada pessoa trabalhe e tenha a sua riqueza individual e não mais aquela que era dividida ou feita por trocas de materiais.

Com esta nova realidade, de acordo com Gomes e Soares (2013) surgiu um novo vocábulo, o patrimônio que consistia inicialmente pela herança em grego denominado de *pater ou patris*, que era deixada de pais para filhos. A partir desse momento esse vocábulo passou a corresponder como algo material, ou uma posse que a pessoa tinha. Nesse cenário a contabilidade surge como o objetivo de registrar as atividades dos comércios. Para Fischborn, Jung (2011) os primeiros cidadãos a efetivarem a prática do comércio foram os fenícios. Já no ano 2000 a.C foi registrado registros e relatórios bem simples do governo egípcio. Quanto mais os negócios expandiram, maiores eram as necessidades de registro, de saber quanto se tem, quanto se ganhou, o que rendeu, ou se teve prejuízo.

À medida que as organizações iam melhorando seus registros, aumentava a necessidade de melhorar os registros e a administração dos negócios que eram sempre realizados à vista. Quanto mais complexas se tornavam os negócios, iam se formando a ideias e ações de receitas de caixa, que tinha como fundamento renda, despesa, o lucro, as perdas e os ganhos. Já no período medieval, na Itália a contabilidade viveu grandes novidades pois o governo e a igreja passaram a utilizar o termo *Contabilitá*, traduzindo para nós brasileiros Contabilidade. A partir de sua gênese até hoje a Contabilidade teve as seguintes denominações: a primeira denominada de Mundo Antigo, a segundo de Mundo Medieval, a terceira de Mundo Moderno e a que vivemos atualmente denominada de Contabilidade científica. (SOARES, SILVA, PFITSCHER, 2011).

2.2 EXPECTATIVAS E SATISFAÇÃO NO ENSINO UNIVERSITÁRIO

As expectativas em relação a qualquer curso, são demonstradas de acordo com a personalidade de cada pessoa e do ambiente no qual o estudante está inserido. É algo intrínseco, ou seja, de dentro para fora. Neste cenário a participação da família é fundamental, ela pode proporcionar maiores expectativas, ou até mesmo frustrar seu filho, que agora se torna um educando universitário. Além de um novo cenário de amizades, pessoas, novos educadores, uma nova modalidade de ensino que é o superior, muitos desses alunos estarão mais longe da família, seja por mudança de cidade, seja pelo tempo ser menor devido aos novos estudos.

2.3 PERFIL DE ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL

Reconhecer o perfil dos alunos do curso de Ciências Contábeis no Brasil, promove a análise de pesquisas realizadas, analisadas e refletidas em diversas instituições brasileiras sejam elas públicas ou privadas. Nesta perspectiva Schmidt et al. (2012) afirma que o que chamou a atenção em seus estudos é que o curso de Ciências Contábeis foi escolhido por opção e não por influência, e que por serem a maioria da classe C e D veem nesse curso a possibilidade de melhoria em termos profissional e consequentemente financeiro e pessoal. Também salientaram que os estudantes de contabilidade possuem mais importância para atuarem na área pública: contábil, auditoria, tributária e controladoria.

De acordo com Gomes e Soares (2013) o aluno que busca pelo curso de Ciências Contábeis geralmente é oriundo das classes mais baixas brasileiras e vê em sua formação a oportunidade de melhorar suas condições de vida devido ao amplo espaço que a contabilidade está ganhando dentro das empresas públicas e privadas. Além desta realidade o referido autor ressaltou a questão do preço da mensalidade, muitas vezes mais acessível do que outros cursos superiores.

2.3.1 O curso de Ciências Contábeis do UNIPAM

O curso de Ciências Contábeis do UNIPAM tem duração de 4 anos, o mesmo pode ser realizado de maneira presencial ou à distância (EAD). Nas aulas presenciais e em EAD o que muda são as estratégias de ensino, o aluno EAD terá um tutor que orientará todo seu percurso acadêmico e nas aulas presenciais, tem-se o professor. O conteúdo é o mesmo e alinham teoria à prática.

2.3.2 Pesquisa NPS

O NPS foi elaborado no ano de 2003 pelo pesquisador Fred Reichheld diretor da Bain & Company, mediante uma revista de publicações da Universidade Harvard, nos EUA, cujo artigo intitulava-se "O número que você precisa crescer". Posteriormente suas descobertas e o método *Net Promoter Score* seria explicado em sua nova publicação: um livro intitulado "A pergunta definitiva: você nos apresentaria a um amigo?". De acordo com Reichheld (2011) a simplicidade do método permite reconhecer dados

NÍVEL DE EXPECTATIVA DOS ALUNOS DO 2º PERÍODO E SATISFAÇÃO DOS ALUNOS DO 4º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UNIPAM COM APLICAÇÃO DO MÉTODO NET PROMOTER SCORE

qualitativos e quantitativos de uma escala de aproveitamento de satisfação de 0% a 100%. Logo, a escala apresentada por este método é Zona de Excelência (cujo NPS fica entre 76 e 100), Zona de Qualidade (cujo NPS é entre 51 e 75) Zona de Aperfeiçoamento (apresenta NPS entre 1 e 50), Zona Crítica (NPS em escala de -100 e 0).

O NPS trata-se de uma métrica, cuja finalidade é mensurar a satisfação e/ou fidelização dos clientes, seu objetivo é criar uma pergunta simples adequada a auxiliar às empresas a promover relacionamentos duradouros e satisfação dos clientes, o método busca ainda compreender como os clientes se sentem e levar os funcionários a sentirem-se responsáveis pela experiência do cliente. Baseado na pesquisa as empresas identificam o nível de satisfação dos clientes. O livro sugere a seguinte pergunta: "Numa escala de 0 a 10, qual é a probabilidade de você recomendar a empresa X a um amigo ou colega?" (REICHHELD, 2011, p. 3).

Reichheld (2011) revela que o NPS é mais objetivo se for comparado às pesquisas tradicionais. Esta realidade acaba por otimizar o tempo de quem responde, ou seja, do sujeito da pesquisa e também do pesquisador que terá acesso às informações de maneira rápida. "A única forma de saber se uma empresa está cumprindo sua missão e melhorando a vida das pessoas é mensurar sistematicamente o relacionamento com seus clientes" (REICHHELD, 2011, p.3). Logo, reconhecer a satisfação dos clientes é condição fundamental para que se fidelize os mesmos e tenha sua marca garantida no mercado de trabalho.

Outra questão defendida por este autor em seu livro "A Pergunta definitiva" é que por intermédio de apenas uma pergunta realizada ao cliente, esta metodologia promove o reconhecimento de três perfis dos seus clientes sendo: detratores, neutros ou promotores. Os dados do NPS levam a dois caminhos que devem ser observados e analisados. O primeiro é a questão da satisfação ou não dos seus clientes e posteriormente o porquê dessas conclusões. Basicamente a satisfação está ligada com as maneiras pelas quais o cliente lida com as marcas e os produtos oferecidos, importante. (GUMMESSON, 2010).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Este estudo foi realizado em dois momentos, primeira pesquisa bibliográfica de modo físico em livros e revistas e de modo online na base de dados do Scielo, Lilacs, Bireme, referente às publicações do ano de 2010 a 2020. Posteriormente foi realizada pesquisa de campo, cujo instrumento de pesquisa foi a aplicação de questionário aplicado pelo departamento de Tecnologia e Informação (TI) do UNIPAM referente ao primeiro semestre letivo do ano de 2020. Na pesquisa bibliográfica foi utilizado como critério de elegibilidade, foram incluídos textos da literatura que citassem as palavras chaves deste estudo que são elas: Satisfação. Alunos. Ciências. Contábeis. UNIPAM.

3.2 UNIDADES DE ANÁLISE E OBSERVAÇÃO

A unidade de análise e observação consiste no local onde foi realizado este estudo. Deste modo a pesquisa foi realizada no UNIPAM, tem como objeto de estudo alunos do de Ciências Contábeis desta instituição.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos que participaram do universo dessa pesquisa, foram os alunos do 2º e 4º período do primeiro semestre do curso de Ciências Contábeis presencial do UNIPAM do ano de 2020.

3.4 PROCEDIMENTO E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para coletar os dados, inicialmente foi pensado em utilizar como instrumento de coleta de dados um questionário para os alunos do 2º e 4º períodos, porém com a pandemia a pesquisadora foi orientada a utilizar a pesquisa de satisfação do UNIPAM. Pesquisa esta que demonstra, junto com a pesquisa bibliográfica os dados necessários, para alcançar os objetivos propostos deste estudo. Logo, o questionário aplicado para os alunos do UNIPAM, é menor do que o que seria aplicado inicialmente pela pesquisadora. A pesquisa de satisfação de acordo com Marconi e Lakatos (1999, p. 100) geralmente constitui um questionário, constituído por uma série de perguntas objetivas.

A referida pesquisa de satisfação foi realizada no portal do UNIPAM e contou com dados de todos os cursos. Desse modo, foram selecionados apenas os resultados dos alunos do 2º e 4º período do curso de Ciências Contábeis. Na referida pesquisa, os dados obtidos visavam identificar os promotores, detratores e as pessoas neutras em relação aos cursos oferecidos. Também permitia que o estudante escrevesse sua opinião, sugestões de melhorias, referente a instituição pesquisa e dos serviços oferecidos por ela.

3.5 TRATAMENTO DE DADOS

Os dados foram quantificados por meio do método Net Promoter Score ou NPS. O mesmo consiste em um método, um caminho criado por Fred Reichheld, nos Estados Unidos da América (EUA), cujo principal objetivo é a organização de maneira estatística do grau de satisfação e da lealdade dos indivíduos que consomem distintos produtos em diferentes empresas.

De acordo com Reichheld (2011) o cálculo para medir o NPS é realizado ao subtrair o percentual de clientes promotores (P) pelo percentual de clientes detratores (D), assim, consegue-se o percentual líquido de promotores, que significaria o NPS. Assim temos a seguinte fórmula: $\%P - \%D = \%NPS$.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram obtidas 172 respostas, pois foram aplicados questionários para os alunos do Primeiro ao oitavo período. Porém, foram considerados aqueles matriculados e

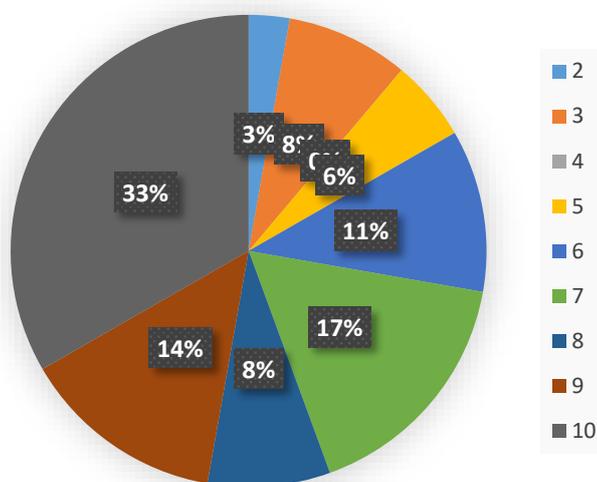
NÍVEL DE EXPECTATIVA DOS ALUNOS DO 2º PERÍODO E SATISFAÇÃO DOS ALUNOS DO 4º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UNIPAM COM APLICAÇÃO DO MÉTODO NET PROMOTER SCORE

frequentes no segundo e quarto períodos. Desse modo, o total de sujeitos deste estudo são 76, dos quais 41 são alunos do Segundo Período e 35 são alunos do quarto período.

4.1 ANÁLISES DA EXPECTATIVA DOS ALUNOS DO 2º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNIPAM DO ANO 2020

Esta pesquisa buscou analisar se o curso de Ciências Contábeis do UNIPAM corresponde às expectativas dos alunos iniciantes do 2º período e a satisfação dos alunos a partir do 4º período em relação ao referido Curso. O gráfico 1 demonstra a nota dada pelos alunos do 1º período ao curso de Ciências Contábeis do UNIPAM, promovida pelos sujeitos desta pesquisa, a pontuação poderia variar de 0 a 10.

Gráfico 1: Notas referente as expectativas



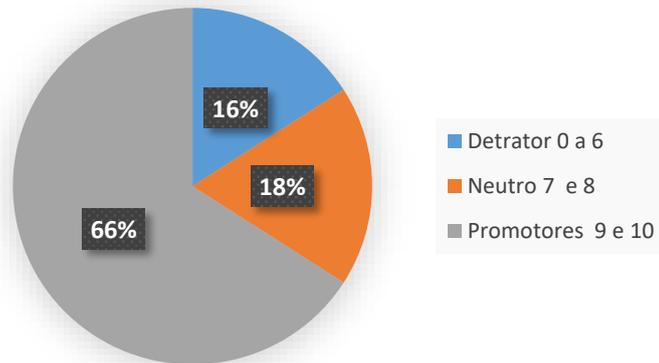
Fonte: questionário aplicado em 2020.

O gráfico 1, demonstra que 12 pessoas o que corresponde a 33% e outras 5 o que corresponde a 14% ressaltaram que as expectativas são excelentes dando uma nota de 9 a 10 em relação às expectativas alusivas ao curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. Logo, as expectativas são as melhores para 47% dos estudantes do referido Curso.

Outros nove estudantes, o que corresponde a 25% deram nota entre 6 e 7, os mesmos ressaltaram uma expectativa considerada boa, porém que poderia ser melhorada. Dentre os quesitos a serem melhorados, eles apontam aulas mais práticas, contextualizadas, bem como um manejo de classe e metodologias de ensino mais atuais. Logo, a inovação dos educadores para alguns dos entrevistados é condição necessária para a melhoria do Curso. As demais 16 pessoas, o que corresponde a 28%, ressaltaram que as expectativas não são boas. Os mesmos ressaltam em seus comentários principalmente o preço da mensalidade e a falta de preparo com a questão da pandemia. Outra questão que chamou atenção foi a empatia entre professores e alunos, pois de acordo com 2 entrevistados a Universidade não trata os alunos com atenção, tampouco resolvem as questões problemas que lhe são propostas. Este problema foi citado.

Com o intuito de reconhecer a avaliação os alunos do primeiro Período do Curso de Ciências Contábeis fazem do mesmo foi analisada a pontuação dos que variam de 0 a 10 e cuja pergunta consistia em: “Em uma escala de 0 a 10, que nota você atribuiria para a sua satisfação até o presente momento?”. O gráfico 2 demonstra as respostas obtidas.

Gráfico 2: Avaliação do curso de Ciências Contábeis



Fonte: questionário aplicado em 2020.

O gráfico 2 demonstra o que os discentes do curso de Ciências contábeis acham do mesmo. Enquanto que no gráfico 1 os sujeitos demonstram que 47% têm ótimas expectativas, quando se fala em detrator, neutralidade e promoção os alunos relataram que 66%, o que corresponde a 29 sujeitos da pesquisa tem excelentes expectativas em relação ao Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. Outros 8 sujeitos relataram neutralidade referente ao curso e os demais 7 estudantes o que corresponde a 16% relataram que a expectativa não é boa manifestando o seu posicionamento como detratores, ou seja, há muito que ser feito para melhorar.

Para quem referiu aos detratores, ou seja, a nota de 0 a 6 ressaltaram que os problemas vão desde questões tecnológicas até a metodologia de ensino. O que mais foi citado foram as mensalidades, porque estão pagando por um curso presencial, porém devido ao momento do coronavírus as Faculdades e Universidades brasileiras optaram por aulas remotas. Os sujeitos deste estudo falaram sobre os seguintes entraves:

“Falta investimento no curso, como palestras, algumas práticas, aulas mais dinâmicas”.

“Mensalidade injusta”.

“Na minha opinião como estamos nessas condições de aprendizagem, que para mim está sendo dificultoso, além de não conseguir acessar o portal várias vezes, até mesmo em horário de prova, a instituição não está fazendo melhoria nenhuma, já que TODOS os alunos estão pagando mensalidade referente a um curso presencial”.

“Vocês tem que baixar a mensalidade ou infelizmente muitos alunos vão trancar a faculdade assim como no meu caso, estamos passando por um momento muito difícil financeiramente, e vocês deveriam nos ajudar!!!”

NÍVEL DE EXPECTATIVA DOS ALUNOS DO 2º PERÍODO E SATISFAÇÃO DOS ALUNOS DO 4º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UNIPAM COM APLICAÇÃO DO MÉTODO NET PROMOTER SCORE

“É uma ótima instituição, por isso escolhi fazer meu curso nela e me formar, então vocês tem que valorizar nós, alunos, e nos ajudar também! #MENSALIDADEJUSTAJÁ”.

“O curso é bom, mas a Universidade não deu o suporte adequado no momento de pandemia para os alunos”.

De acordo com Marteleto (2010) um detrator significa os pontos fracos da empresa, volta-se para aquilo que deve ser melhorado para que a marca da empresa seja bem vista e indicada por aqueles que a conhecem. Um detrator deve ser analisado de acordo principalmente com as respostas dadas pelos clientes.

A neutralidade de acordo com Tinoco e Ribeiro (2014) pode ser considerada pelo gestor ou dono da empresa como algo bastante relevante, pois qualquer ação pode colocar o cliente ao nível superior (promotor) pode colocá-lo ao nível inferior detrator. Nesta perspectiva 8 sujeitos deste estudo o que corresponde a 18% disseram ser neutros em relação à expectativa dos cursos. Ao falarem em neutralidade promoveram uma nota entre 7 e 8 disseram. Esses entrevistados ressaltaram o seguinte:

“Eu recomendo, porém, tem algumas matérias que deveria ser mais exploradas que outras”.

“É um bom curso, porém falta algumas inovações”.

“Alguns métodos ainda são antiquados, alguns professores ultrapassados”.

“Boa coordenação”.

Na fala dos entrevistados o curso é bom, porém há necessidade de ajustes. Esta é a característica principal da neutralidade conforme afirma Martelo (2010). Há algo bom na empresa, mas sempre há aquilo que deve ser melhorado para que a mesma saia da neutralidade e vá para a fase de promotores. Outra questão voltada para a neutralidade de acordo com Tinoco e Ribeiro (2014) é esta qualidade neutra que se torna um ponto negativo. Desse modo, ela deve ser considerada à luz de pessoas que se encontram em um nível pacífico, maleável para procurar por outra marca, ou outra empresa. Alusivo a 29 pessoas o que corresponde a 66% ressaltaram que a faculdade apresenta o nível de Promotores, ou seja, nota de 9 a 10 disseram que:

“Um bom curso”.

“Em 3 períodos, já me sinto apaixonado pelo curso de ciências contábeis. Apesar do semestre tortuoso que passamos, sem aulas presenciais, achei o aprendizado regular”.

“O curso é ótimo, porém na modalidade presencial Recomendaria pra qualquer um o PRESENCIAL do UNIPAM. #mensalidadejustaja. Primeiramente porque gosto, mas também o vasto mercado de trabalho”

Falar que uma empresa está no nível promotor é o mesmo eu dizer que ela está em um nível de excelência conforme afirma Tinoco e Ribeiro (2014). Este mesmo autor resalta que o gestor da empresa deve estar atento para manter este nível, porque não é

fácil chegar até ele e o mais difícil é garantir a satisfação plena dos seus clientes. Mesmo satisfeito nota-se que ainda há neste quesito entrevistado citando a questão da mensalidade, com certeza isso se aplica a condição das aulas remotas (online). Para identificar o NPS da empresa, Reichheld (2011) elaborou o seguinte esquema:

Gravura 1: Modelo NPS



Fonte: adaptado de Reichheld (2011).

Mediante o gráfico 2, alusivo a questão da satisfação usando o NPS tem-se a seguinte operação:

$$\text{NPS} = 66\% - 16\% \quad \text{NPS} = 50\%$$

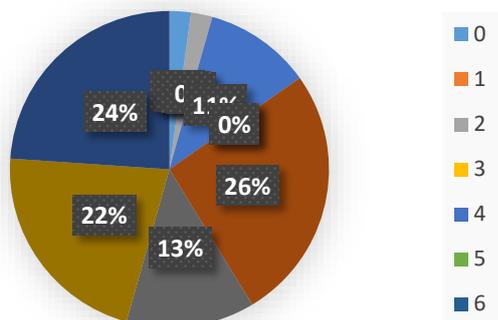
Nota-se pelo NPS obtido pela pesquisa ora apresentada, que a empresa pesquisada, de acordo com Reichheld (2011) deve adotar novas medidas em relação a sua marca e seus produtos oferecidos para que se tenha uma nota maior de promotores. Nesta perspectiva é crucial propor novos meios para que promova nova imagem e aumente o nível entre a parceria dos seus clientes, neste caso os alunos dos 2º Período do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

4.2 ANÁLISES DO NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS ALUNOS DO 4º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNIPAM DO ANO 2020

Com o objetivo de reconhecer o nível de satisfação dos alunos do 4º Período do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM foi pedido que eles dessem uma nota de 0 a 10. O gráfico 3 demonstra as respostas obtidas:

NÍVEL DE EXPECTATIVA DOS ALUNOS DO 2º PERÍODO E SATISFAÇÃO DOS ALUNOS DO 4º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UNIPAM COM APLICAÇÃO DO MÉTODO NET PROMOTER SCORE

Gráfico 3: Notas referentes a satisfação



Fonte: Questionário aplicado em 2020.

A maioria dos entrevistados o que corresponde a 21 pessoas deram nota entre 9 e 10, o que corresponde a 46% dos sujeitos deste estudo. Outros 18 estudantes colocaram nota entre 7 e 8, o que corresponde a 39% e os demais 7 estudantes, o que corresponde a 15% deram nota entre 0 a 4. As notas 5 e 6 não foram citadas.

De acordo com os dados coletados, verifica-se a necessidade de elevar o nível de satisfação dos alunos sujeitos deste estudo. Este fato acontece, pois, como diria Tinoco e Ribeiro (2014) quanto maior o nível de satisfação do cliente maior será o grau de lealdade e o compromisso do cliente. Outra questão importante para esses autores é que o cliente satisfeito acaba por promover mais clientes à empresa.

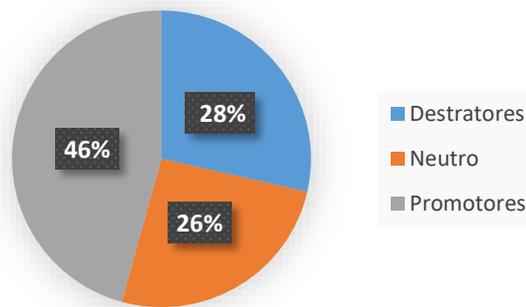
A satisfação dos clientes é um tema bastante enfatizado pelos donos de empresas, isso porque de acordo com Blackwell *et. al.* (2011) essa é a garantia de consumo de produtos e o contentamento da marca apresentada. Nesta pesquisa a satisfação é demonstrada pelo nível de promotores e o contrário, a insatisfação pelos detratores. Nesta perspectiva Matiz e Bulgacov (2011) ressaltam que um cliente em descontentamento com uma marca pode promover esse sentimento para outras pessoas, sendo este um perigo à marca de qualquer instituição.

Entre o meio termo dos detratores e dos promotores têm-se os clientes de nível neutro, que para Tinoco e Ribeiro (2014) representam perigo à marca da empresa, pois são influenciáveis e podem trocar de marca ou empreendimento a qualquer momento. Desta forma a neutralidade apresentada deve ser analisada e propostas ações para que se chegue ao nível de promotores.

Com o intuito de reconhecer a satisfação medida pelo NPS dos alunos dos 3º Período foi realizada a mesma indagação realizada aos alunos do 1º período: "Em uma escala de 0 a 10, que nota você atribuiria para a sua satisfação até o presente momento?". Os alunos poderiam ministrar notas de 0 a 6, o que corresponde aos detratores. Caso optassem por essa resposta deveriam dizer o motivo da nota. Aqueles que dessem nota de 7 a 8 teriam como perfil clientes neutros e deveriam dizer qual a dica você daria para a empresa tirar nota 10. Quem colocasse a nota de 9 a 10, teria como perfil clientes promotores e teriam que responder se indicaria o curso de Ciências Contábeis, do UNIPAM a um parente ou amigo e qual sua abordagem para convencê-los.

O gráfico 4 demonstra o nível de satisfação dos alunos do 3º Período do curso de Ciências Contábeis no ano de 2020.

Gráfico 4: Nível de satisfação dos alunos do 4º Período do curso de Ciências Contábeis no ano de 2020



Fonte: questionário aplicado em 2020.

NPS = 70% - 16% NPS = 54%

Dezesseis pessoas, o que corresponde a 46%, ressaltaram que tem o perfil de promotores, para eles a satisfação é a máxima, pois o curso é excelente e a Universidade como um todo também. Outros 10 sujeitos da pesquisa, o que corresponde a 28%, escolheram o item detratores, os mesmos ressaltaram que não estão satisfeitos com o Curso ou com a própria universidade. Outros nove sujeitos, o que corresponde a 26%, ressaltaram que são neutros em relação ao Curso que frequentam.

Em relação aos detratores os sujeitos salientaram a superficialidade do curso, falta de avaliação. Outros avaliaram bem o curso, porém mostraram insatisfação em relação ao Centro Universitário. As respostas obtidas por aqueles que demonstraram insatisfação, detratores foram:

“Muito superficial”.

“Em outras situações a nota seria 10, porém a instituição não nos tratou com o respeito que merecemos, se calando sem ao menos dar uma explicação aos nossos apelos”.

“Resta uma dúvida, por que esse semestre não tem a avaliação da instituição? Estão com medo de algo? O curso é excelente, recomendaria para todos, porém em relação à instituição, devido ao total descaso com o seu maior patrimônio, que são seus alunos, as chances de indicar o CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS para alguém são mínimas”.

Referente a neutralidade não houve comentários. Nesse aspecto, Matitz e Bulgacov (2011) ressaltam que as pessoas com este perfil, comparado às suas expectativas compram ou acessam o que necessitam, pois são pessoas passivas, sem entusiasmo. Estes autores fazem um alerta a esse perfil, pois não são leais, podendo mudar de marca ou querer outro serviço a qualquer momento. Nesta perspectiva Reichheld (2011), faz um alerta, ele ressalta que o objetivo da empresa deve ser o de entender esses clientes e promovê-los com ações para perfis de clientes promotores.

NÍVEL DE EXPECTATIVA DOS ALUNOS DO 2º PERÍODO E SATISFAÇÃO DOS ALUNOS DO 4º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UNIPAM COM APLICAÇÃO DO MÉTODO NET PROMOTER SCORE

Sobre a questão dos promotores, os sujeitos deste estudo ressaltaram que o curso é ótimo e que oferece um vasto campo de oportunidade de trabalho. As respostas obtidas foram as seguintes.

“Porque estou satisfeito com minha escolha, curso que tem um excelente mercado de trabalho vasto de oportunidade, onde auxilia na minha profissão que exerço, sempre desenvolvendo conhecimento constante, mudou completamente minha vida, podendo ajudar minha família e amigos, assim indico o curso que tem só a somar na sociedade”.

“Ótimo curso”.

Quando os clientes apresentam o perfil de promotores a empresa tem muito a ganhar, pois se mostram totalmente satisfeitos e são fiéis a ela e a marca dela no mercado. Apesar do NPS constituir-se em uma metodologia simples e poder ser aplicado de maneira mais rápida e precisa Reichheld (2011), faz a consideração que ele não pode ser esgotado em si, pois os dados coletados devem ser refletidos e alguns devem ser propostas maneiras para que o cliente saia do grau de insatisfação ou neutro para um desempenho satisfatório voltados para a marca e os produtos oferecidos. Desse modo, esse autor afirma que:

Nosso verdadeiro objetivo não deve ser ter um alto NPS em si, porque um NPS elevado não é garantia de sucesso. O *Net Promoter Score* é simplesmente uma forma de mensurar a qualidade dos relacionamentos de uma empresa com seus clientes, e os relacionamentos de alta qualidade são condições necessárias, mas não suficientes, para o crescimento rentável. (REICHHELD, 2011, p. 58).

Se o NPS não esgota em si, deve ser observada outras demandas que promovem a satisfação do cliente. A satisfação dos produtos ou da marca de uma empresa são mensuráveis principalmente com o contentamento do cliente. Neste processo há uma série de ações e condutas que devem ser vivenciadas. Entre elas: credibilidade, confiança, precificação, qualidade, acesso, bom atendimento, estrutura física, localização, entre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos do corpo discente do 2º e 4º períodos do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM – Centro Universitário de Patos de Minas permitiram constatar que as expectativas dos alunos do Segundo Período e o nível de satisfação na realização do Curso de Ciências Contábeis são quase equivalentes. Isso porque demonstraram equidade na pesquisa de campo nos aspectos de detratores, neutros e promotores conforme demonstraram os gráficos apresentados. O NPS voltado para a expectativa dos alunos do 2º período ficou em 50%, já a satisfação dos alunos do 4º período contabilizou 54%, mantendo e até mesmo aumentando o nível de expectativa e satisfação dos alunos.

Para tanto, os dados obtidos ressaltam que a expectativa dos alunos do 2º período vem ao encontro da satisfação dos alunos do 4º período. Os dados apresentados demonstram que as satisfações dos entrevistados estão na zona de qualidade e que as expectativas se voltam para o último nível da zona de aperfeiçoamento, quase passando para a zona de qualidade.

Mediante os resultados da pesquisa, cabe ao UNIPAM perceber quais são estes detratores e trabalhar para que venham a ser promotores de sua imagem, da marca e dos produtos da referida instituição de ensino. Os pontos neutros e promotores também podem ser analisados para verificar o que é bom e aquilo que está entre o bom e o excelente e que poderá ser mantido.

REFERÊNCIAS

BLACKWELL, R. D.; MINIARD, P. W.; ENGEL, J. F. **Comportamento do consumidor**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

COELHO, Claudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da Contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

FISCHBORN, N. H.; JUNG, C. F. Perfil e expectativas de alunos de Ciências Contábeis e a relação com as demandas do mercado. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, n. 1, p. 1-18, 2012.

GOMES, G., & SOARES, A. B. (2013). Inteligência, habilidades sociais e expectativas acadêmicas no desempenho de estudantes universitários. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 26(4), p. 780-789. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722013000400019>. Acesso 23 abr. 2020.

GUMMESSON, Evert. **Marketing de Relacionamento Total**. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. V.. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 27-46, 2010.

MATITZ, Q. R.S.; BULGACOV, S. O conceito desempenho em estudos organizacionais e estratégia: um modelo de análise multidimensional. **ANPAD – RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, art. 2, p. 580-607, jul./ago. 2011.

REICHHELD, Fred; MARKEY, Rob. **A Pergunta Definitiva 2.0**: como as empresas que implementam o Net Promoter Score prosperam em um mundo voltado aos clientes. 2011.

NÍVEL DE EXPECTATIVA DOS ALUNOS DO 2º PERÍODO E SATISFAÇÃO DOS ALUNOS DO 4º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS UNIPAM COM APLICAÇÃO DO MÉTODO NET PROMOTER SCORE

SCHMIDT, Paulo; OTT, Ermani; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Castiglia. Perfil dos alunos do curso de Ciências Contábeis de instituições de ensino do sul do Brasil.

ConTexto, Porto Alegre, v. 12, n. 21, p. 87-104, 1º semestre 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/24825>. Acesso em: 18 set. 2017.

SOARES, Sandro V.; SILVA, Gabriel R.; PFITSCHER, Elisete. D. Teoria da Contabilidade: o que se Ensina nos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras?. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 5, p. 45-57, 2011.

TINOCO, M.A.C.; RIBEIRO, J.L.D. Modelagem robusta para a satisfação de clientes de serviços. **Production**, v. 24, n. 1, p. 104-117, 2014.

O PROCESSO PARA IMPLANTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2018 EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE¹

Luiz Eduardo Gondim Furtado²

Laércio José Vida³

RESUMO: O presente estudo foi desenvolvido com o intuito de orientar como deve ser feita a implantação da certificação ISO 9001:2018 em um escritório de contabilidade, além de apresentar as vantagens decorrentes da aplicação das padronizações propostas pela norma e a forma que uma organização é vista após a utilização da gestão do sistema de qualidade, utilizando de fundamentações teóricas. Esta pesquisa visa auxiliar os profissionais da área contábil na tomada de decisões quanto à implantação da norma. O artigo foi confeccionado de acordo com a legislação vigente sobre a norma ISO e conseqüentemente apresentando as vantagens da utilização da mesma dentro da organização. Os dados foram coletados através de uma entrevista elaborada e aplicada com oito contadores da cidade de Patos de Minas, e foram analisados e estruturados de acordo com revisões bibliográficas. A fim de ser um estudo de caso, é possível reconhecer as limitações deste trabalho ao universo pesquisado, portanto é esperado que possa ser utilizado de forma a acrescentar informações sobre o sistema de qualidade e a certificação com os resultados constatados neste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: certificação; competitividade; vantagens.

ABSTRACT: This study was developed in order to guide how the implementation of ISO 9001:2018 certification should be carried out in an accounting office, in addition to presenting the advantages resulting from the application of the standards proposed by the standard and the way an organization is seen after the use of quality system management, using theoretical foundations. This research aims to assist accounting professionals in making decisions regarding the implementation of the standard. The article was made in accordance with the current legislation on the ISO standard and consequently included the advantages of using it within the organization. The data were collected through an elaborated and applied interview with eight accountants from the city of Patos de Minas, and were organized and structured according to bibliographic reviews. In order to be a case study, it is possible to recognize work limitations to the researched universe, so it is expected that it can be used in order to add information about the quality system and a certification with the results found in this work.

KEYWORDS: certification; competitiveness; benefits.

1 INTRODUÇÃO

Com o ritmo acelerado de desenvolvimento no mercado, a procura por serviços e produtos de melhor qualidade vem se intensificando a cada dia. Visando a satisfação de seus clientes, as empresas buscam novas soluções para aprimorar-se de maneira que

¹ Trabalho apresentado na área temática 3 – Pesquisa em Contabilidade do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de graduação 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: luizegf@unipam.edu.br.

³ Professor orientador do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: laerciojv@unipam.edu.br.

consigam atender às suas demandas. Pensando nisso, em todos os setores existem organizações que se preocupam em obter certificações de qualidade para aumentar a sua eficiência e a melhora na estruturação da entidade. Através de sistemas de gestão que abrangem a implantação da certificação, alguns escritórios de contabilidade buscam se adequar aos métodos de padronização e organização propostos pela norma ISO 9000.

A série de normas ISO 9000 existem desde a década de 80, e é a responsável pela regulamentação dos sistemas de gestão de qualidade implantados nas empresas que, as adotam como forma de padronizar os seus processos, produtos e serviços, fazendo com que essa uniformização favoreça a obtenção de melhorias nos resultados. A ISO 9001 fornece diretrizes para controlar e melhorar os processos das organizações e está em constante evolução. As mais renomadas empresas do mundo adotam essa norma como forma de melhorar continuamente os seus processos.

Buscando as melhorias e a excelência em sua prestação de serviços, os escritórios de contabilidade que são empresas com inúmeros procedimentos e atividades, e possuem uma ampla carteira de clientes que exigem individualmente necessidades específicas, passaram a aderir os modelos propostos pelas normas ISO 9001, de forma que consigam otimizar o seu atendimento através dessas poderosas ferramentas tendo por base as melhores práticas de mercado do mundo, com o intuito de oferecer ao seu cliente excelência e assistência de forma personalizada.

Esta pesquisa justifica-se pelo fato de alguns empreendedores não terem conhecimento sobre os procedimentos necessários para a implantação da certificação do sistema de gestão de qualidade em sua empresa.

O objetivo geral deste estudo sobre as normas, é demonstrar os procedimentos necessários para obter a certificação ISO 9001 em um escritório de contabilidade, visando a melhoria e a padronização dos padrões de qualidade na prestação de serviços. Para cumprir o objetivo geral serão executados os seguintes objetivos específicos: Apresentar a estrutura necessária para obter a certificação; identificar as vantagens que a certificação gera para a entidade; verificar se os profissionais contábeis possuem conhecimento sobre as certificações e pretendem implantar em seu escritório.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico serão abordados pontos de relevância para a construção dessa pesquisa através de revisão teórica e citações. Dando início a pesquisa, será abordada a evolução da contabilidade e sobre o sistema de gestão de qualidade. Logo em seguida será apresentada uma abordagem sobre as normas ISO 9000 e os procedimentos que devem ser feitos para que possam ser implantadas dentro de um escritório de contabilidade.

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade existe desde os tempos antigos e apresenta seus primeiros vestígios entre os anos de 8.000 e 3.000 a.C., e foi uma das primeiras profissões existentes, porém não da forma que é conhecida atualmente. A partir disso, as investigações e estudos foram se aprofundando até que gradativamente, nasceu o método das partidas

dobradas entre os séculos XIII e XIV em diversos centros de comércio da Itália em arquivos municipais da cidade de Gênova. (HENDRIKSEN, BREDA, 1999).

Sá (1999, p. 42), conceitua a contabilidade como uma: “ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos em relação à eficácia funcional das células sociais”.

Alguns outros autores possuem uma visão complementar do que é a contabilidade e para que ela serve. Para Marion (2002, p. 27), a contabilidade é o instrumento que auxilia a tomar as decisões por parte da administração. O principal objetivo dela é coletar os dados econômicos, mensurando-os monetariamente e os registrando para que contribuam para a tomada de decisões.

2.2 SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE

Até a primeira metade do século XX as práticas de gestão eram voltadas para o controle dos resultados dos processos de fabricação, garantindo assim a equivalência com os resultados desejados. Nas últimas décadas, a gestão da qualidade ganhou um papel onde envolve toda a organização. (CARPINETTI, 2008). Um dos sistemas é a gestão da qualidade que se trata de uma forma de gerenciamento da organização, ela visa principalmente obter as melhorias nos setores, e buscar meios de aumentar o desempenho das atividades para que apareçam vantagens competitivas aos olhos de seus clientes.

Segundo Carpinetti (2008, p. 5), a gestão da qualidade foi se evoluindo ao longo do século XX, e teve como algo marcante quatro estágios: a inspeção do produto, o controle do processo, os sistemas de garantia da qualidade e a gestão da qualidade total. Esse último estágio, mais conhecido como TQM (Total Quality Management) e os sistemas de gestão de qualidade da série ISO 9000 foram importantes no processo dessa evolução, e foi amplamente adotado por diversas empresas no Brasil e no mundo, visando aumentar sua competitividade.

Quando uma organização pensa em implantar um sistema de gestão, o que ela busca é a melhoria da qualidade em seus produtos ou serviços utilizando os métodos que esse sistema lhe oferece para identificar o problema, alinhar, planejar e controlar suas ações, fazendo assim uma otimização do todo para atingir melhores resultados.

A ABNT NBR ISO 9001:2018 é a versão da norma internacional que foi instituída no Brasil e que define os quesitos para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da organização. A ISO 9001:2008 estabelece que a melhoria contínua deve ser feita por meio do uso da política da qualidade, objetivos da qualidade, resultados de auditorias, análises de dados, ações corretivas e preventivas e análise crítica pela administração.

Segundo Carpinetti (2008), o modelo de gestão de qualidade baseado nos princípios estabelecidos pela ISO 9001:2008 e pelo comitê da ISO, institui cinco requisitos como processos inter-relacionados de gestão da qualidade: sistema da qualidade, responsabilidade da direção, gestão de recursos, realização do produto, medição, análise e melhoria.

A seguinte figura mostra a inter-relação entre os processos de acordo com os requisitos do sistema de qualidade. Um processo é formado pelo conjunto das ações

juntamente com os recursos disponibilizados pela direção da organização, que atende a necessidade dos clientes com a oferta de produtos ou serviços.

Figura 1: Modelo de Melhoria Contínua



Fonte: (CARPINETTI, 2008, p. 21).

A figura mostra que o Sistema de Gestão da Qualidade é estabelecido principalmente pelo intuito da satisfação do cliente. Para que seja atingida essa meta, alguns quesitos precisam ser corretamente realizados. A função da alta gerência é gerir os recursos de matéria prima e mão de obra para que seja adequada a elaboração dos produtos para atender os padrões e a qualidade exigida. O sistema de gestão possui a função do monitoramento dos procedimentos da fabricação para que eles possuam a qualidade garantida e possam ser entregues aos clientes.

2.3 CERTIFICAÇÃO

Em alguns países já se percebe que um dos requisitos inerentes ao processo de certificação é a política de mercado, onde apenas os produtos ou serviços vindos de fornecedores certificados podem ser comercializados. Nessa situação, a certificação é indispensável para que o negócio consiga sobreviver e evoluir.

O primeiro requisito ao buscar a certificação é a estruturação do sistema de qualidade da organização. Posteriormente ela deve fazer a análise para saber se o produto ou serviço a ser certificado está de acordo com as normas e códigos de conduta das certificadoras.

O que comprova a funcionalidade do sistema de gestão da qualidade e garante a qualidade é a certificação quando feita sob inspeção do órgão credenciado pelo INMETRO, este que garante a credibilidade da empresa responsável pelo trabalho. Segundo Júnior (2003), o que garante que o produto atende os requisitos dispostos é a certificação. Dessa forma, ela é a responsável pela continuidade do processo de qualidade.

2.4 PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

O registro certificação ISO 9000 traduz que uma empresa avaliou e testou o seu sistema da Qualidade Total e este seguiu todos os requisitos e exigências aplicáveis pelas normas 9000. (PURI, 1994).

Segundo Hutchins (1994), para que as organizações consigam se adaptar e fazer a implantação de forma que seja positiva para a empresa, é necessário que ela passe por três etapas durante o processo de implantação: a pré- certificação, a certificação e a pós-certificação.

A primeira etapa que se refere à pré-certificação, conforme Rangel (1995), é o momento em que a empresa inicia o planejamento e elabora as estratégias apropriadas para as atividades que serão desenvolvidas. A segunda fase é a avaliação, esta fase é onde pode se verificar todos os aspectos utilizados na implantação dos procedimentos, além de analisar se o sistema de qualidade está de acordo com as condições exigidas pelas normas. A terceira e última etapa é a pós-avaliação, nessa etapa é feito o relatório pela auditoria, e ele é analisado pelo órgão de certificação. Se a empresa ainda possui alguma não conformidade, ela recebe um determinado prazo para que realize as correções e consiga agendar uma nova data de avaliação.

Atualmente as empresas que conseguem implementar esse sistema de certificação de qualidade, visam o melhor atendimento das necessidades dos clientes e também buscam se destacar no mercado diante seus concorrentes.

2.5 BENEFÍCIOS DA CERTIFICAÇÃO

A implantação do processo de certificação gera diversos benefícios para a organização, isso facilita a ampliação das oportunidades de mercado e a qualidade dos seus produtos ou serviços, e isso demonstra que a utilização dos métodos de gestão do negócio é precisa e eficaz.

Segundo Puri (1994), as empresas que possuem certificação ISO 9001, são reconhecidas no mundo inteiro por seguir parâmetros de qualidade que de certa forma emitem para seus consumidores a certeza de uma qualidade garantida naqueles produtos ou serviços.

Conforme Hutchins (1994), quando uma empresa faz a implantação de um Sistema de Gestão de Qualidade de acordo com as normas ISO 9001, ela também conquista diversas vantagens competitivas. Os benefícios que são causados dentro da organização são devido ao fato de acarretar melhorias nos níveis de qualidade, a redução de defeitos, a uniformização dos procedimentos, o aumento na confiabilidade e na competitividade, além das condições de acompanhamento e controle dos processos, além de reduzir os custos para inspeção e análise de informações incorretas, eles também promovem uma abertura de novos mercados e a melhoria no entrosamento dos departamentos da organização.

Os diversos benefícios citados por Hutchins (1994) e por Puri (1994) anteriormente, são provenientes da implantação do sistema de qualidade baseado nas normas ISO 9001. O aumento da eficiência e da eficácia no processo produtivo é um dos benefícios que mais se destacam, pois é ele que resulta na justificação dos custos, fazendo

com que aumente de forma significativa os lucros da organização e a visibilidade e destaque no mercado. Segundo Carpinetti (2008, p. 15), “ a revisão no modelo de sistema de gestão da qualidade foi definida pela ISO, editada em 2000, baseando-se fortemente nos princípios de gestão estabelecidos pela qualidade total”.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de respostas coletadas através de uma entrevista por escrito com profissionais contábeis da cidade de Patos de Minas e teve como objetivo avaliar de forma qualitativa, o que os contadores pensam a respeito da implantação das certificações ISO 9001 dentro dos escritórios de contabilidade, e se julgam esta colocação necessária para a possível melhoria dos serviços oferecidos pelas suas empresas.

De acordo com MARCONI; LAKATOS (2002), o primeiro passo para realização de uma pesquisa de campo, é a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Pois se trata do ponto inicial para que possa ser feita a compreensão do atual estado do problema, e quais foram os estudos realizados a respeito e as opiniões encontradas. O segundo passo, faz com que seja possível o estabelecimento de um modelo inicial de referência que possa ajudar na elaboração do plano geral da pesquisa.

De acordo com CERVO; BERVIAN (2007) o que a pesquisa bibliográfica busca a partir de referências teóricas, teses, dissertações, é a explicação de como parte da pesquisa descritiva ou experimental pode ser realizada. Essa pesquisa além oferecer meios de resolver problemas já conhecidos, ela também é responsável por explorar áreas onde não há a caracterização suficiente dos problemas, e com isso seu objetivo é permitir ao pesquisador o reforço na análise de seus estudos.

Segundo Fonseca (2002), as investigações que resultam na coleta de dados junto a pessoas se caracterizam como pesquisa de campo. Contudo este trabalho possui uma abordagem por meio de um procedimento bibliográfico, onde as informações buscadas advêm de artigos, livros, internet, dissertações e teses publicadas. A coleta de dados permite obter informações sobre o objeto de estudo, o que possibilita o entendimento das áreas envolvidas para obter os resultados desejados. Esta técnica é realizada através de estudos minuciosos que visam a resolução de um determinado problema, sendo aplicada em um ambiente a fim de descrever sua situação.

A pesquisa foi aplicada durante os meses de junho e julho de 2020, sendo de origem individual e participativa, em que o entrevistador aborda questões quanto à relevância da certificação ISO 9001 para escritórios de contabilidade.

Em relação ao tratamento dos dados, o presente estudo é embasado na metodologia da pesquisa descritiva que, segundo Rampazzo (2004, p. 53), “[...] observa, registra, analisa e correlaciona os fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano, sem a interferência do pesquisador”.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, foi exposto o apuramento dos questionários aplicados com alguns contadores da cidade de Patos de Minas, buscando respostas plausíveis dos entrevistados para confrontá-las com a teoria descrita. Através dos resultados coletados, será produzida uma análise das questões abordadas na entrevista. As indagações foram realizadas por meio de um questionário, que foi explorado no decorrer da entrevista.

4.1 ANÁLISE DO CONTEÚDO DA ENTREVISTA

A fim de buscar respostas para as questões elencadas acima, os questionários aplicados foram semi-estruturados se embasado no referencial teórico desta pesquisa, traçando a relevância de cada tópico. As entrevistas foram enviadas via correio eletrônico, e respondidas prontamente pelos contadores responsáveis pelos escritórios da cidade.

As pesquisas foram iniciadas no mês de junho deste ano. As perguntas que fizeram parte do roteiro da entrevista foram essenciais para a definição das categorias abordadas:

A Valorização do escritório de contabilidade com a certificação ISO 9001:2018.

Pré-requisitos necessários para implantação da certificação ISO 9001:2018 em um escritório de contabilidade.

A implantação da certificação é uma diferenciação ou necessidade.

A relevância das ferramentas da certificação para garantir a competitividade no mercado.

A valorização é oriunda da procedência da certificação para a organização.

As oportunidades geradas pela certificação.

4.2 CATEGORIA 1: A VALORIZAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE COM A CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2018

A primeira pergunta do questionário foi criada com a finalidade de avaliar a opinião dos entrevistados sobre a valorização do escritório de contabilidade ao implantar a certificação ISO 9001:2018.

A valorização que se obtém com a certificação em um escritório de contabilidade é imensurável e indiscutível, pois os produtos ou serviços prestados são bem vistos pelos clientes. Assim como foi citado pelos entrevistados de forma generalizada conforme as respostas da indagação:

“Acredito que um escritório que seja certificado com a ISO 9001:2018 será uma referência de qualidade e eficiência”. (E1)

E ainda, outro depoimento:

“A certificação seria uma grande valorização nos aspectos de confiabilidade e eficiência organizacional”. (E2)

O PROCESSO PARA IMPLANTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2018 EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE

Através dessas opiniões é possível observar que os profissionais percebem a valorização das empresas de uma forma positiva. E os benefícios internos e externos gerados pela certificação podem ser impactantes para a organização, dando-lhe maior visibilidade e referência dentre os clientes.

Segundo Hutchins (1994), as organizações que recebem a certificação proporcionam aos clientes que adquirem seus produtos ou serviços a redução de gastos e tempo que poderiam ter, caso precisassem passar por algumas inspeções ou testes. Os clientes buscam comodidade e satisfação das suas necessidades com produtos que apresentam padrões altos de qualidade. Com a certificação a empresa assegura que o seu produto é confiável e atende as exigências do mercado, e isso acarreta na valorização da sua marca.

4.3 CATEGORIA 2: PRÉ-REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2018 EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE

A implantação da certificação ISO 9001:2018 requer que a organização esteja preparada com pré-requisitos que serão de suma importância para o procedimento organizacional. O intuito da aquisição da certificação é de que a empresa seja capaz de demonstrar para seus clientes a qualidade presente em seus produtos ou serviços. Muitas vezes algumas empresas já possuem em suas operações os processos necessários para formalizar a certificação.

Ao abordar esse questionamento na entrevista, os entrevistados se pronunciaram voltando a atenção para os pré-requisitos que o escritório visa alcançar com a organização, padronização, planejamento, segurança e a avaliação de desempenho.

Ao tomar uma decisão de implantar em sua rotina um sistema de controle de qualidade, a empresa adquire a necessidade de fazer alterações em toda a sua estrutura organizacional e a participação dos colaboradores e da gerência é essencial. Os colaboradores se comprometem com a adaptação às modificações que serão exigidas e necessitam ter o conhecimento para se familiarizar com os processos. Para Puri (1994), a instrução e o treinamento são indispensáveis para que a equipe e os funcionários se envolvam na melhoria dos processos durante a certificação.

É possível notar que os entrevistados em suas conclusões sobre o questionamento abordaram de maneira genérica os pré-requisitos, dando ênfase na organização e na padronização dos processos necessários para a implantação da certificação.

4.4 CATEGORIA 3: A IMPLANTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO É UMA DIFERENCIAÇÃO OU NECESSIDADE

A implantação da certificação é realizada de acordo com os planos adotados pela empresa para otimizar os seus processos organizacionais. De acordo com a ABNT (2020), um sistema de gestão da qualidade quando é implantado se torna uma

importante ferramenta para possibilitar a otimização dos procedimentos da organização e faz com que busquem contínuas melhorias dos produtos e serviços ofertados.

Apesar de não ser um procedimento obrigatório, muitas empresas buscam as certificações como forma de fazer um upgrade em suas marcas e torná-las mais visíveis. Dentro dos escritórios de contabilidade a procura pela otimização de processos não é visivelmente ampla em relação a empresas de outros setores, porém cada vez mais se torna um diferencial para o contador.

Os entrevistados responderam o questionamento exaltando que a certificação é vista como uma grande diferenciação para os escritórios que buscam o crescimento e a ampliação dos resultados. Alguns colocaram como uma necessidade para aqueles escritórios que visam um maior alcance de clientes e pretendem otimizar seus processos.

4.5 CATEGORIA 4: A RELEVÂNCIA DAS FERRAMENTAS DA CERTIFICAÇÃO PARA GARANTIR A COMPETITIVIDADE NO MERCADO

Ao serem indagados sobre a relevância da certificação para que o escritório possua uma maior competitividade dentro do mercado, os entrevistados expressaram sua opinião da seguinte forma:

“A ISO garante que todos os produtos ou serviços estão dentro dos padrões de qualidade da norma”. (E3)

E ainda,

“O mercado nacional está cada vez mais exigente sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos e isso torna a certificação extremamente relevante para que a empresa se mantenha competitiva no mercado”. (E4)

As empresas se preocupam com o processo produtivo e isso torna a busca por melhorias contínuas árdua e incessante. Conforme Oliveira (1995), atualmente os negócios buscam a competitividade, preocupados em cada vez uma maior quantidade de técnicas e conceitos voltados para a qualidade. As ferramentas são responsáveis por auxiliar na obtenção de informações sobre a prática do controle de qualidade na organização.

Segundo Paladini (2006) os indicadores da qualidade são tratados como essenciais para a sobrevivência da empresa devido seu grau estratégico. Para Carvalho (2005) os indicadores permitem avaliar direta e indiretamente os impactos dos produtos finais sobre os consumidores e com isso avaliar a relevância de buscar melhorias para o processo produtivo.

Os indicadores permitem que a organização acompanhe os processos produtivos de maneira detalhada e busque soluções objetivando a melhoria em seus serviços para atender os desejos dos clientes. A eliminação das falhas ocorridas nos procedimentos e a otimização dos mesmos também são visados pela organização diariamente.

É possível observar através das respostas dos entrevistados que a análise sobre a relevância das ferramentas é necessária para a competitividade empresarial e podem ser responsáveis por reduzir os custos e aumentar a produtividade da organização.

4.6 CATEGORIA 5: A VALORIZAÇÃO ORIUNDA DA PROCEDÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Quando uma organização busca otimizar os seus procedimentos visando melhorias na qualidade dos seus produtos, ela também gera uma maior credibilidade dentro do mercado por garantir que a sua comercialização está seguindo padrões de normas internacionais.

Segundo Hutchins (1994), uma vantagem competitiva significativa para um fornecedor é obtida através de um bom relacionamento de parceria entre cliente e fabricante onde as duas partes são agradadas mutuamente, assim gerando uma grande agregação de valor ao produto e também uma garantia de segurança para o consumidor em relação ao produto certificado.

De acordo com os entrevistados, um escritório certificado além de adquirir uma credibilidade maior, ele também se valoriza em questão de eficácia, eficiência, valorização da classe profissional e também dos serviços, assim como citado abaixo:

“O sistema de gestão da qualidade é ótimo para conseguir poder de competitividade, reconhecimento e rumo ao mercado como uma ferramenta para garantir o crescimento e qualidade dos produtos na avaliação de um investidor”. (E5)

Por meio da fala desse entrevistado, é possível observar claramente como a certificação pode ser fundamental para o crescimento contínuo de uma companhia, seja ela comerciante de produtos ou prestadora de serviços, assim como os autores defendem em suas teorias.

4.7 CATEGORIA 6: AS OPORTUNIDADES GERADAS PELA CERTIFICAÇÃO

Devido à grande demanda em todos os setores as organizações que se destacam são aquelas que além de atender às suas próprias expectativas, visam oferecer um produto onde o cliente se sinta confortável e seguro de adquirir e que lhe cause um impacto em sua vida onde possa desfrutar da melhor maneira.

Para Hutchins (1994), os benefícios ocasionados ao se implantar um Sistema de Gestão baseado na norma ISO 9001 provocam melhorias significativas na qualidade e na confiabilidade em produtos ofertados pela organização. Isso gera uma grande vantagem competitiva, além de possibilitar à empresa reduzir custos desnecessários e uma adequação mais exigente para a utilização de recursos disponíveis.

O estudo deste projeto se fez necessário pela qualidade que os escritórios de contabilidade anseiam oferecer para seus clientes na comercialização dos seus serviços, portanto muitos ainda não se adequaram à ideia de que para alcançar esse desejo

precisam pensar em uma possível implantação de um sistema de controle de qualidade em sua empresa.

Segundo o E6, as oportunidades que são geradas devido à certificação são inúmeras, mas deve-se destacar que o aumento da rentabilidade e captação de clientes pode ter um resultado positivo impactante em relação àqueles escritórios que não oferecem um serviço com atestado de certificação de qualidade.

É possível saber que a qualidade é o que atrai clientes que buscam por serviços específicos. Um serviço que possui a sua qualidade atestada pela certificação é visado devido ao grande valor agregado por ela e acima de tudo é muito bem visto no mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como objetivo demonstrar a necessidade da certificação ISO 9001:2018 nas organizações que buscam padronizar os seus procedimentos internos para melhorar a qualidade entregue em seus produtos ou serviços. A pesquisa desenvolveu-se através da entrevista de profissionais contábeis para obter respostas sobre os questionamentos elaborados de forma que pudessem concluir os objetivos deste trabalho.

O trabalho aplicado, teve como fonte de consulta, a utilização de monografias, mídias eletrônicas, livros, artigos e documentos publicados, e a entrevista estruturada foi respondida por alguns contadores.

Diante da análise dos resultados, é possível observar que a implantação da certificação ISO 9001:2018 pode trazer vários benefícios para a organização que busca melhorias nos seus procedimentos padrões. Além das vantagens competitivas que a empresa pode conseguir com a implementação do sistema de qualidade, é vista como um diferencial para atender os desejos dos clientes e a possibilidade da organização se destacar dentro do mercado em relação aos seus concorrentes.

É de suma importância que novas pesquisas (teóricas e campo) sejam realizadas com o intuito de complementar este estudo, além de expandir e demonstrar novas concepções sobre o assunto que foi proposto.

REFERÊNCIAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Disponível em: <http://www.abnt.org.br>. Acesso em: 27 set. 2020.

CARPINETTI, Luiz César Ribeiro; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick; GEROLAMO, Mateus Cecílio. **GESTÃO DA QUALIDADE ISO 9001:2000**: princípios e requisitos. São Paulo: Atlas, 2008. 110 p.

CARVALHO, M.M *et al.* **Gestão da qualidade**: teoria e casos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

HENDRIKSEN, E.S.; VAN BREDA, M.F. 1999. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 550 p.

HUTCHINS, Greg. **ISO 9000: um guia completo para o registro, as diretrizes da auditoria e a certificação bem-sucedida**. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora Ltda., 1994.

JUNIOR, Isnard Marshall (coord.) **Gestão da qualidade**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Marcos A. **ISO 9000: Guia de Implementação: guia de auditorias da qualidade**. São Paulo: Atlas, 1995.

PALADINI, Edson P. **Gestão da Qualidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

PURI, Subhash C. **Certificação ISO 9000 e gestão da qualidade total**. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

RANGEL, Alexandre. **Momento da qualidade**. São Paulo: Atlas, 1995.

SÁ, Antonio Lopes de. **Introdução à Ciência da Contabilidade**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1984-1996.

PROFISSÃO DO CONTADOR: ANÁLISE DAS INTENÇÕES DOS FORMANDOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA ESCOLHA DA ÁREA DE LABORAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO¹

Lara Lúcia Caixeta²

RESUMO: Esse estudo tem a finalidade de analisar quais áreas da contabilidade os futuros egressos do curso de Ciências Contábeis pretendem atuar. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Esse trabalho justifica-se por analisar quais áreas os profissionais pretendem atuar. Foi constatado a predominância de alunos do sexo feminino, a maioria dos alunos são empregados assalariados e pretendem seguir a carreira de analista financeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Carreira. Mercado de trabalho. Contabilidade.

ABSTRACT: This work aims to analyze which areas of accounting the future graduates of the Accounting course intend to work on. A bibliographic search was carried out. This work is justified by analyzing which areas the professionals intend to work in. There was a predominance of female students, most of the students are salaried employees and intend to pursue a career as a financial analyst.

KEYWORDS: Career. Labor market. Accounting.

1 INTRODUÇÃO

O departamento de contabilidade de uma empresa tem várias funções, dentre elas elaborar, implementar e manter o sistema de informações operacionais, de finanças e da contabilidade em si, mesmo que a instituição seja sem fins lucrativos (SOUZA, 2014).

Devido a tantas áreas de atuações possíveis, o presente trabalho analisou os alunos do Unipam a fim de responder: Quais são as áreas mais propícias para atuar no mercado de trabalho, segundo os alunos de Ciências Contábeis do Unipam?

Para auxiliar nessa escolha, o trabalho teve como objetivo geral analisar qual área os futuros egressos em Ciências Contábeis do Unipam pretendem atuar.

Os objetivos específicos foram: caracterizar as áreas da contabilidade que os profissionais podem atuar; sintetizar o perfil dos alunos; avaliar qual motivo da escolha dos alunos por certas áreas da contabilidade; demonstrar quais áreas têm maior adesão pelos alunos.

O trabalho se justifica na importância de se estudar o tema, pois se trata do futuro dos profissionais contadores e pode auxiliar aqueles que ainda não decidiram em que área atuar.

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de graduação do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: laraluciac@unipam.edu.br.

2 CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO

O estudo foi realizado no Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM, e teve como alvo da pesquisa os alunos do curso de Ciências Contábeis dos 4º e 6º períodos do ano de 2020.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O trabalho desenvolvido buscou mostrar as principais profissões do contador na atualidade, bem como suas atividades, e o seu mercado de trabalho.

3.1 A CONTABILIDADE

A contabilidade está pontuada nos conceitos de débito e crédito e nos conceitos de bens, direitos, obrigações, PL, receitas e despesas. Quando registrados os acontecimentos em razonetes, os débitos são apresentados do lado esquerdo e os créditos do lado direito (VISCONTI, NEVES, 2017).

As práticas contábeis e sua importância nas organizações evoluíram tanto, que hoje a contabilidade é vista como um campo de conhecimento próprio das ciências sociais, essa importância é vinculada a necessidade de vários usuários das informações contábeis necessitarem de informações úteis para a avaliação do patrimônio (CARVALHO, 2019).

3.2 A NOVA CONTABILIDADE

A implantação do XBRL no Brasil, vem sendo estudada pelos órgãos do CFC e do CRC, essa tecnologia transforma as informações contábeis em arquivos eletrônicos, assim os usuários de dados e os gestores podem diminuir os custos de revisão de informações e dar um retorno mais rápido aos seus clientes. Se adotado no Brasil, o XBRL pode regulamentar as demonstrações padronizadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade, simplificar o acesso dos usuários etc (CFC, 2020)³.

Outra inovação é o Blockchain, hoje, essa tecnologia já está se dissociando do bitcoin, porém as duas tecnologias começaram juntas. O Blockchain, é uma rede que funciona com blocos encadeados seguros, que carregam o conteúdo junto com a impressão digital, e o bloco posterior vai conter a impressão digital do anterior, mais o seu próprio conteúdo (TECNOBLOG)⁴.

3.3 CAMPO DE ATUAÇÃO DO CONTADOR

O campo de atuação da contabilidade enquanto ciência social aplicada é muito amplo, com os objetivos de captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os

³ Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/areas-de-interesse/xbrl/>. Acesso em 27 set. 2020.

⁴ Disponível em: <https://tecnoblog.net/227293/como-funciona-blockchain-bitcoin/>. Acesso em 27 set. 2020.

fenômenos que afetam as situações patrimoniais de qualquer entidade (IUDÍCIBUS, 2019).

3.3.1 Perito contábil

A perícia contábil deve resultar em benefícios para a sociedade, assim como qualquer outro trabalho profissional, ou seja, propiciar condições de justiça, deve ser considerada para a sua execução os efeitos sociais dela decorrentes (MAGALHÃES, 2017).

O trabalho do perito contador pode se dar de duas formas, quando a perícia é contratada e quando é deferida, quando contratada, significa que uma das partes resolve contratar o perito por conta própria, já a deferida, é quando o juiz julga como necessária a contratação para o auxílio no julgamento processual (COSTA, 2017).

O perito contador não recebe por forma de salário e sim de honorários, estes devem ser calculados de acordo com quantidade de tempo que o profissional levará para realização da perícia, os riscos e benefícios que envolvem a mesma, dentre outros (SÁ, 2019).

3.3.2 Atuário

A ciência atuarial é baseada em técnicas matemáticas e estatísticas, com o objetivo de maximizar os lucros das operações, o profissional atuário tem de forma geral a função de calcular probabilidade de eventos, indenizações, seguros, dentre outros benefícios (LAUTERT *et al.*, 2017).

O principal ramo de atividade do atuário é o de seguros, ele deve ser aleatório, incerto ou bilateral, ou seja, há obrigação das duas partes e oneroso pois segurado e segurador possuem ônus e vantagens econômicas (AZEVEDO, 2008).

No curso de Ciências Contábeis do UNIPAM, é ministrada a matéria de noções atuais, mas para exercer a profissão de atuário já existe a graduação própria para essa profissão, com duração que pode chegar a doze semestres, dependendo da instituição de ensino.

3.3.3 Controller

A contabilidade, com toda sua evolução dos últimos tempos, ainda necessita de melhorias, o empresário precisa de informações tempestivas e confiáveis para sua tomada de decisão. O profissional controller deve ser de alto nível na empresa, ter uma visão proativa, dirigida para o futuro, além de ser altamente responsável pelo bom andamento da empresa, já que neste caso ele será responsável por praticamente tudo o que acontece na organização, bem como o bom andamento das atividades (OLIVEIRA, PEREZ, SILVA, 2009).

O controller na atualidade precisa ter um vasto conhecimento em diversas áreas administrativas em geral, e a valorização dessa profissão se deve ao conceito das empresas de criar planejamentos estratégicos para controlar os recursos disponíveis (OLIVEIRA, PEREZ, SILVA, 2009).

3.3.4 Professor

Segundo Perrenoud (2008, p. 26) “O professor profissional é, antes de tudo, um profissional da articulação do processo ensino-aprendizagem em uma determinada situação, um profissional da interação das significações partilhadas”.

Em termos de perspectivas, a docência em contabilidade conta com fatores positivos para quem segue essa carreira, pois a educação nunca poderá deixar de existir e sempre será necessário professores e pesquisadores para evoluir os estudos em contabilidade (CONTÁBEIS⁵, 2017).

3.3.5 Setor público

O setor público une atividades que são exercidas em prol da coletividade, satisfazendo as necessidades da comunidade e proporcionando bem-estar social, atividades essas que são delegadas pelo Estado através dos seus três poderes, que são o legislativo, executivo e judiciário (BORGES, 2016).

A contabilidade pública se divide em subsistemas de informações que oferecem diferentes produtos em razão da demanda do usuário, eles se dividem em subsistema de informações orçamentárias, que registra, processa e evidencia os atos e fatos relacionados ao planejamento orçamentário; subsistema de informações patrimoniais, que registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros que são relacionados com as variações do patrimônio público; e subsistema de compensação, que tem por objetivo evidenciar os atos da gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público (KOHAMA, 2016).

3.3.6 Auditor

A auditoria é o levantamento de dados, estudos de transações, procedimentos e operações de uma entidade. Pode-se definir também que auditoria é uma atividade crítica, pois busca opinar sobre diversas atividades e formas de exercer as mesmas (CREPALDI, 2019).

A auditoria interna é facultativa e funciona como verificação de controle interno, e objetiva a redução de custos, pois o auditor nesses casos é comprometido com os resultados e metas da organização (CREPALDI, 2019).

A auditoria externa é executada por um ou mais auditores independentes que não possuem vínculo com a empresa, seu trabalho se dá através de um contrato firmado entre as partes, em que o auditor se compromete a analisar os dados da empresa de forma criteriosa e imparcial (CREPALDI, 2019).

⁵ Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/4071/o-profissional-contabil-e-o-exercicio-da-docencia>. Acesso em: 28 mar. 2020.

3.3.7 Analista Financeiro

Ser um analista financeiro é de grande responsabilidade, pois tem por função o processamento de contas a pagar e receber, análise de todas as operações financeiras de uma empresa, fazer simulações para identificar problemas e oportunidades. (XERPA, 2019)⁶.

Para se destacar na área, o profissional analista financeiro deve ter conhecimento avançado em Excel e contabilidade financeira, pois estas ferramentas serão utilizadas frequentemente pelo analista. (NA PRÁTICA, 2015)⁷.

3.3.8 Consultoria

A consultoria empresarial surge da necessidade de identificação e investigação de problemas internos da empresa. O consultor deve ser independente e qualificado, ou seja, imparcial em seu julgamento e análise; deve recomendar e auxiliar, e não tomar decisões, pois isso não é de sua responsabilidade (CROCCO, 2017).

O consultor pode atuar de duas formas, pode ser um consultor interno, ou seja, funcionário da empresa designado a aquela função, o que pode contribuir, já que o funcionário conhece toda a empresa, bem como sua estrutura e regras, mas também pode atrapalhar no fato de ter menos imparcialidade de atuação, pois convive diariamente com os colegas (OLIVEIRA, 2019).

3.3.9 Tributária

O sistema tributário brasileiro é composto pelos tributos de competência da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ambos regidos pela Constituição Federal (SOUSA, 2018).

Para um bom andamento da empresa, o setor de contabilidade tributária é imprescindível, e para que esse trabalho aconteça de forma exemplar, existe a escrituração contábil, que consiste no registro em livros contábeis, todos os acontecimentos da entidade, que podem ser mecanizados ou não (RIBEIRO, PINTO, 2014).

De modo geral, a contabilidade tributária está presente em todas as empresas, e em algumas é feita de forma mais completa, o que permite melhor aproveitamento do capital da empresa. A remuneração para essa área varia de acordo com a empresa.

3.4 O CONTADOR SOB A ÓTICA DO MERCADO

Para ser um contador e exercer a profissão, além da graduação em Ciências Contábeis, para requerer o registro de contador, o profissional tem de passar pela prova

⁶ Disponível em: <https://www.xerpa.com.br/blog/o-que-faz-analista-financeiro/>. Acesso em: 29 mar. 2020.

⁷ Disponível em: <https://www.napratica.org.br/como-se-destacar-como-analista-financeiro>. Acesso em: 29 mar. 2020.

do CRC, e conseguir aprovação, que hoje é limitada a pelo menos 50% de acerto do total de questões, ou seja, 25 pontos (CONSULPLAN, 2020)⁸.

Segundo o site do CFC, no Brasil, existem cerca de 516.893 profissionais de contabilidade entre técnicos e contadores, desse total 51,60% estão presentes na região sudeste. Na região sudeste, Minas Gerais representa 19,74% do total de profissionais da região e 10,18% de profissionais em relação ao Brasil, o que representa um total de 52.657 profissionais. Destes 32.277 são contadores e 20.380 são técnicos, com relação ao total de contadores e técnicos ativos, 52,65% trabalham em sociedades, 25,32% são empresários, 8,83% são MEI, 13,20% são EIRELI (CFC, 2020)⁹.

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio bibliográfico, descritivo e exploratório, a pesquisa bibliográfica segundo Marconi e Lakatos (2017, p.33) “é um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos”.

Os alunos através desse estudo, poderão entender mais sobre as áreas de atuação do contador, e verificar também quais áreas são mais pretendidas pelos alunos do UNIPAM.

Na aplicação da pesquisa, foi utilizada metodologia quantitativa, para aplicação do questionário, foi enviado um formulário eletrônico por e-mail aos alunos, com um link, no qual, o discente foi convidado a participar do estudo.

O questionário foi aplicado a 155 alunos e foram obtidas 30 respostas. A análise dos dados foi tabulada em planilhas de Excel, e demonstrados em gráficos elaborados a partir das planilhas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos com a aplicação dos questionários.

5.1 ANÁLISE DO PERFIL DOS ALUNOS

O Gráfico 1 demonstra a faixa etária dos entrevistados, nele observa-se que dos alunos que responderam à pesquisa, 60% pertencem à faixa etária de 18 a 20 anos e 30% pertencem à faixa etária de 21 a 25 anos que foram as faixas etárias predominantes nas respostas.

⁸ Disponível em: <https://www.consulplan.net/concursosInterna.aspx?k=QkI8wW6eOoI=>. Acesso em 27 set. 2020.

⁹ Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>. Acesso em 27 set. 2020.

Gráfico 1: Qual sua faixa etária?

Faixa etária do entrevistado



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Através do gráfico, observa-se a predominância de indivíduos que pertencem às gerações Y e Z, duas gerações marcadas pela tecnologia, principalmente em relação à geração Z. (ACHE¹⁰, 2012).

A intenção do Gráfico 2 é mostrar qual o gênero dos alunos participantes da pesquisa, destaca-se o gênero feminino, representado por 70% do total de alunos participantes.

Gráfico 2: Qual seu gênero?

Contagem de Gênero



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Segundo o site do CRCSP, em uma matéria feita em 2019, foi explicado nesse artigo que as mulheres representam 43% dos profissionais registrados no país, só em São Paulo, as mulheres são 41% dos 151.535 profissionais registrados, e as mulheres já são maioria nos cursos de Ciências Contábeis desde 2015. (CRCSP¹¹, 2019).

O Gráfico 3 mostra a ocupação profissional dos alunos que participaram da pesquisa, nele observa-se que 70% é empregado assalariado e outros 10% é apenas estudante.

¹⁰ Disponível em: <https://www.ache.com.br/arquivos/Cartilha-Geracoes-web.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

¹¹ Disponível em: <http://comissoes.crcsp.org.br/mulher/2019/05/10/mulheres-estao-cada-vez-mais-presentes-na-contabilidade/>. Acesso em: 13 set. 2020.

Gráfico 3: Ocupação Profissional

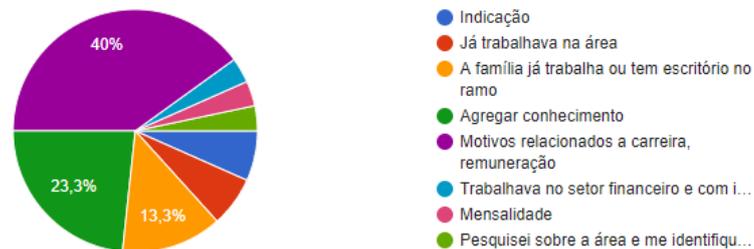


Fonte: dados da pesquisa (2020).

Quando um aluno ingressa na faculdade, independente do curso, ele quer ser inserido no mercado de trabalho, no curso de Ciências Contábeis não é diferente. O UNIPAM colabora diretamente com esses alunos, buscando diversas formas de inseri-lo no mercado de trabalho.

O Gráfico 4 demonstra o motivo pelo qual os alunos participantes da pesquisa desejam ingressar no curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

Gráfico 4: Motivo da escolha pelo curso de Ciências Contábeis



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Nele observa-se que a pretensão salarial e carreira são motivos predominantes na escolha do curso, 40% dos alunos escolheram essa opção. Cerca de 23,3% dos entrevistados escolheram o curso para agregar conhecimento.

Outra predominância são aqueles alunos, dos quais os pais ou familiares já possuem escritórios ou trabalham em algum, e devido a isso, os alunos já pretendem seguir determinada área desde muito cedo, nesta pesquisa, esse percentual foi de 13,3% dos entrevistados.

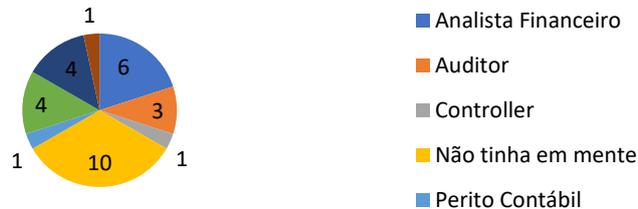
Foi questionado aos alunos quais áreas de atuação eles pretendiam seguir assim que ingressaram no curso. O Gráfico 5 demonstra que houve bastante divergência em questão dessa primeira escolha, mas que a maioria dos alunos, 33,3%, ainda não tinha em mente qual área pretendia seguir no início do curso.

Segundo o site Psicorientação, um dos fatores que faz os alunos deixarem o ensino superior é o fato da profissão escolhida não ter sido pautada em cima do

autoconhecimento e que para saber o que se quer, é preciso se conhecer. (PSICORIENTAÇÃO¹², 2020).

Gráfico 5: Área de atuação pretendida ao ingressar no curso

Área de atuação pretendida ao ingressar no CURSO



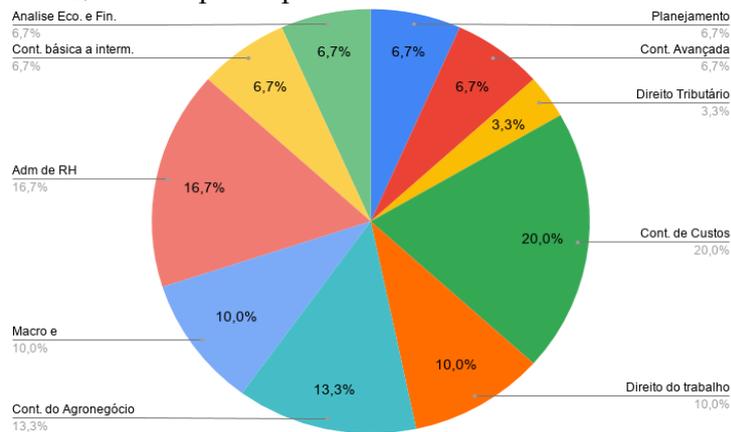
Fonte: dados da pesquisa (2020).

Para escolher sua área de atuação, o aluno deve perceber qual área mais se identifica, qual sua pretensão salarial, disponibilidade de mudança ou viagens, já que algumas profissões, exigem do contador que ele viaje constantemente, como é o caso da auditoria.

5.2 DISCIPLINA PREDILETA ATÉ O MOMENTO

Das várias disciplinas oferecidas pelo curso de Ciências Contábeis do UNIPAM, foi questionado aos alunos quais delas eles mais se identificaram até o momento. O Gráfico 6 demonstra as respostas dos alunos para esse questionamento.

Gráfico 6: Qual disciplina que você mais se identificou até o momento



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

As respostas foram bem diversas e não foi notória uma predominância de nenhuma das disciplinas, sendo que as mais escolhidas foram, contabilidade de custos,

¹² Disponível em: <https://www.psicorientacao.com/o-jovem-e-escolha-profissional>. Acesso em 13 set. 2020.

PROFISSÃO DO CONTADOR: ANÁLISE DAS INTENÇÕES DOS FORMANDOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA ESCOLHA DA ÁREA DE LABORAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

(20%), administração de recursos humanos, (16,7%) e contabilidade do agronegócio, (13,3%).

5.3 ANÁLISE PROFISSÃO PRETENDIDA APÓS O DECORRER DO CURSO

O Gráfico 7 demonstra que os alunos se dividiram em analista financeiro, 23,3%, auditor 16,7% e que 20% dos alunos ainda não se decidiram.

Gráfico 7: Área de atuação pretendida após o decorrer do curso

Área de atuação pretendida após o decorrer do curso



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Estabelecendo relação com o gráfico anterior, foi questionado aos alunos, qual foi o motivo da escolha deles por determinada área de atuação, 53,3% dos entrevistados informaram que foi por afinidade com a área, reconhecimento e remuneração ficaram empatados com 13,3% e estabilidade e grande oferta de emprego com 10% cada. O Gráfico 8 demonstra essa análise.

Gráfico 8: Motivo da escolha da área de atuação

Motivo da escolha da área de atuação



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Escolher a profissão realmente não é tarefa fácil, segundo o site guia da carreira, é preciso informar-se sobre as profissões e carreiras, conversar com profissionais formados, escolher com calma a profissão, conhecer bem suas áreas de interesse, testar sua afinidade com a profissão e não deixar se levar, pois a escolha deve ser do profissional que irá atuar e não de outras pessoas. (GUIA DA CARREIRA¹³, 2020).

¹³ Disponível em: <https://www.guiadacarreira.com.br/carreira/escolha-profissao-certa-7-dicas/>. Acesso em: 13 set. 2020.

5.4 CRUZAMENTO DE PERGUNTAS

Ao comparar as áreas de atuação pretendidas ao ingressar no curso e ao término dele, verificou-se que em alguns casos como nas profissões de auditor e analista financeiro, houve aumento nas intenções de atuação, já em áreas como professor e setor público, houve diminuição das intenções de atuação. É válido citar que aqueles que não sabiam em qual área iriam atuar diminuíram em 40%.

Tabela 1: Área de atuação pretendida ao ingressar no curso e em seu decorrer

	Frequência Início	Porcentagem Início	Frequência Final	Porcentagem Final	Comparação
Perito contábil	1	3,33	0,00	0,00	-100%
Atuário	0	0,00	0	0,00	0%
Controller	1	3,33	1	3,33	0%
Professor	4	13,33	3	10,00	-25%
Setor Público	4	13,33	3	10,00	-25%
Auditor	3	10,00	5	16,67	67%
Analista Financeiro	6	20,00	7	23,33	17%
Consultoria	0	0,00	2	6,67	7%
Tributária	1	3,33	1	3,33	0%
Não sabia/sabe	10	33,33	6	20,00	-40%
Agronegócio	0	0,00	1	3,33	3%
Business Intelligence	0	0,00	1	3,33	3%
Total	30	100	30	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Com isso, verifica-se que as áreas de atuação pretendidas pelos alunos podem mudar bastante, assim como a indecisão também pode ser um grande problema para a maioria dos alunos.

6 CONCLUSÃO

Através do trabalho apresentado, conclui-se que há predominância dos alunos entre 18 e 20 anos, e as mulheres representam a maioria dos alunos que responderam à pesquisa. A pesquisa demonstrou que a maioria dos alunos são empregados assalariados, e que quando ingressaram no curso não tinham em mente qual área pretendiam seguir, com as aulas e o avanço da disciplina, esse percentual diminuiu 40%, mesmo assim, ainda é um índice alto.

Houve grande parte que desde o início identificou-se com a área de analista financeiro, e esse percentual aumentou 17% com o andar do curso. O seguimento de auditoria teve um aumento de 67% nas intenções de atuação por parte dos alunos.

PROFISSÃO DO CONTADOR: ANÁLISE DAS INTENÇÕES DOS FORMANDOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA ESCOLHA DA ÁREA DE LABORAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

As limitações do estudo se deram devido ao número reduzido de amostra, visto que, com a modalidade online, muitos alunos não se dispuseram a responder a pesquisa.

Os resultados da pesquisa demonstram o amadurecimento do aluno no decorrer do curso. Alunos que inicialmente se encontravam indecisos quanto à sua intenção de atuação profissional, passaram a definir melhor suas áreas de preferência.

Constata-se, portanto, que a vivência no mundo acadêmico, o contato com professores e outros profissionais da área, o intercâmbio de informações entre os discentes e os estágios são ferramentas importantes e decisivas para o futuro profissional dos acadêmicos.

Por essa razão, conclui-se que o papel da Universidade e dos professores é de extrema importância para a formação profissional dos alunos do curso de Ciências Contábeis.

O estudo é valioso para o meio acadêmico, os novos ingressantes do curso de Ciências Contábeis podem consultar a pesquisa realizada para saberem quais as intenções e preferências desses alunos que já estão a algum tempo no curso.

Para a UNIPAM, o estudo é bastante válido, pois através dele podem ser traçadas estratégias para ênfase em determinadas disciplinas e até aplicações de testes vocacionais, visto que houve grande indecisão por parte dos alunos na hora de escolher a área de atuação.

REFERÊNCIAS

ACHE. **Gerações BB, X, Y E Z**: uma convivência saudável. Disponível: <https://www.ache.com.br/arquivos/Cartilha-Geracoes-web.pdf>. Publicado em maio de 2012. Acesso em: 07 set. 2020.

AZEVEDO, Gustavo Henrique de. **Seguros, matemática atuarial e financeira**. São Paulo: Saraiva, ç2008.

BORGES, Thiago Bernardo. **Fundamentos de Contabilidade Pública**. Porto Alegre: Sagah, 2016.

CARVALHO, Marcia Silva. **Contabilidade Geral**: uma abordagem interativa. São Paulo: Atlas, 2019.

CFC. **A implantação do XBRL no Brasil**. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/areas-de-interesse/xbrl/>. Acesso em: 27. set. 2020.

CFC. **Consulta por região**. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>. Acesso em: 27 set. 2020.

CONSULPLAN, Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Exame de Suficiência 2/2020**. Disponível em <https://www.consulplan.net/concursosInterna.aspx?k=QkI8wW6eOoI=>. Acesso em: 27 set. 2020.

CONTABÉIS. **O profissional contábil e o exercício da docência**. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/4071/o-profissional-contabil-e-o-exercicio-da-docencia/>. Publicado em 02 out. 2017. Acesso em: 28 mar. 2020.

COSTA, João Carlos Dias da. Perícia Contábil: aplicação prática. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S. l.], n. 222, p. 94, jan. 2017. ISSN 2526-8414. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1491>. Acesso em: 27 set. 2020.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**: teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CRCSP. **Mulheres estão cada vez mais presentes na contabilidade**. Disponível em: <http://comissoes.crcsp.org.br/mulher/2019/05/10/mulheres-estao-cada-vez-mais-presentes-na-contabilidade/>. Publicado em 10 mar. 2019. Acesso em: 13 set. 2020.

CROCCO, Luciano. **Consultoria empresarial**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GUIA DA CARREIRA, **Escolha a profissão certa**: 7 dias rápidas. Disponível em: <https://www.guiadacarreira.com.br/carreira/escolha-profissao-certa-7-dicas/>. Acesso em: 13 set. 2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio de *et al.* (coord.). **Contabilidade Introdutória**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LAUTERT, Juliano, MATOS, João Guterres, PEREIRA, Vaniza, SILVA, Filipe Martins. **Noções de Atividades Atuariais**, E-PDF, 2017.

MAGALHÃES, Antonio de Farias. **Perícia Contábil**: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NA PRÁTICA. **Como de destacar na carreira de analista financeiro?**. Disponível em: <https://www.napratica.org.br/como-se-destacar-como-analista-financeiro/>. Publicado em 03 fev. 2015. Acesso em: 29 mar. 2020.

OLIVEIRA, Luís de, PEREZ Jr., José Hernandez, SILVA, Carlos Alberto Santos. **Controladoria Estratégica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PROFISSÃO DO CONTADOR: ANÁLISE DAS INTENÇÕES DOS FORMANDOS EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS NA ESCOLHA DA ÁREA DE LABORAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

OLIVEIRA, Djalma de Pinho de. **Manual de Consultoria Empresarial**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PSICORIENTAÇÃO. **O jovem e a escolha profissional**. Disponível em:
<https://www.psicorientacao.com/o-jovem-e-escolha-profissional>. Acesso em: 13 set. 2020.

PERRENOUD, Philippe. **Formando professores profissionais: quais estratégias? quais competências?**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

RIBEIRO, Osni Moura; PINTO, Mauro Aparecido. **Introdução à Contabilidade Tributária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SÁ, Antônio de. **Perícia Contábil**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SOUZA, Ailton Fernando. **Contabilidade na Prática**. São Paulo: Trevisan Editora, 2014.

SOUSA, Edmilson de. **Contabilidade Tributária: aspectos práticos e conceituais**. São Paulo: Saraiva, 2018.

TECNOBLOG, **O que é Blockchain?** Indo além do Bitcoin. Disponível em
<https://tecnoblog.net/227293/como-funciona-blockchain-bitcoin/>. Acesso em 27 set. 2020.

VISCONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade Básica**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RELEVÂNCIA DO ESTUDO E DOMÍNIO EM DIREITO TRIBUTÁRIO PARA DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS – UNIPAM¹

Kene Faria Silva²

RESUMO: O objetivo deste estudo foi demonstrar a importância atribuída ao estudo e domínio da disciplina de Direito tributário por discentes de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário de Patos de Minas- UNIPAM. Um questionário relacionado ao tema foi aplicado aos discentes matriculados no 8º período do curso e com o retorno da pesquisa foi possível constatar que a maioria dos discentes atribuíram relevância ao estudo do Direito Tributário para a formação profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade. Direito tributário. Formação profissional

ABSTRACT: The objective of this study was to demonstrate the importance attributed to the study and mastery of the subject of tax law by undergraduate students in Accounting Sciences at the University Center of Patos de Minas - UNIPAM. A questionnaire related to the theme was applied to students enrolled in the 8th period of the course and with the return of the research it was possible to verify that the majority of students attributed relevance to the study of Tax Law for professional training.

Keywords: Accounting. Tax law. Professional qualification.

1 INTRODUÇÃO

A complexidade para apuração e prestação de informações ao fisco e os altos valores financeiros envolvidos trouxeram grande relevância a área fiscal ou tributária, que deve estar cada vez mais alerta às constantes mudanças de normas vigentes no país, além de ser a área responsável pela busca de meios para a redução de tributos de forma legal para que as empresas se mantenham erguidas e competitivas no mercado. É neste cenário que surge o contador, profissional que conhece a contabilidade como um todo, mas necessita de conhecimento aprofundado nas normas e legislação tributária. Para isso, o entendimento em outras áreas de conhecimento é determinante para o gerenciamento dos débitos tributários.

Neste contexto surgem ramos de conhecimentos muito próximos: a Contabilidade e o Direito. A Contabilidade Tributária de acordo com Fabretti (2001) “é o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada”. De acordo com Sabbag (2012), “Direito Tributário é o conjunto de normas que regula o comportamento das pessoas de levar dinheiro aos cofres públicos”.

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de graduação do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: kenerf@unipam.edu.br.

RELEVÂNCIA DO ESTUDO E DOMÍNIO EM DIREITO TRIBUTÁRIO PARA DISCENTES DO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO
DE PATOS DE MINAS – UNIPAM

Assim, diante do exposto levanta-se a seguinte questão: Qual o entendimento dos discentes do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM sobre a relevância do estudo e domínio em Direito Tributário?

O objetivo geral deste estudo foi demonstrar a relevância atribuída ao estudo e domínio da disciplina de Direito tributário por discentes de graduação em Ciências Contábeis do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Patos de Minas-UNIPAM. Para atingir os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa quantitativa e descritiva. Foi aplicado um questionário aos discentes matriculados no oitavo período do curso de Ciências Contábeis do ano de 2020. A pesquisa justificou-se na importância do estudo deste tema para os futuros profissionais que ingressarão no mercado de trabalho e cuja capacitação profissional afetará o crescimento de empresas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os fundamentos teóricos relevantes para o entendimento do presente estudo foram abordados neste tópico.

2.1 CONCEITO DE CONTABILIDADE

A contabilidade é uma ciência social, ela concilia conhecimentos e gera informações que visam controlar o patrimônio de uma entidade. A seguir apresenta-se conceitos de acordo com Lopes de Sá e Padoveze.

De acordo com Sá (2002), “contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais” (SÁ, 2002, p. 46).

De acordo com PADOVEZE (2004), “[...] podemos definir Contabilidade como o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade. Uma entidade contábil é o conjunto patrimonial pertencente a uma pessoa jurídica ou física” (PADOVEZE, 2004, p. 29).

Percebe-se assim que o Patrimônio é o objeto da Contabilidade.

2.2 CONCEITO CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

É o ramo da contabilidade que além de demonstrar a situação do patrimônio e o resultado do exercício tem como objetivo aplicar na prática os conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação de forma simultânea e adequada. O objeto da Contabilidade Tributária é apurar com exatidão o resultado econômico do exercício social, de forma clara e sintética para atender as exigências da legislação do IRPJ e da Contribuição social, mesmo que de forma extra contábil, devido a legislação tributária frequentemente atropelar os resultados econômicos, transformando – o em resultado fiscal. (FABRETTI, 2006).

Segundo Oliveira (2009), “esse ramo da Contabilidade tem por objetivo o controle e o planejamento dos tributos gerados pelas operações e resultados empresariais, além da realização de análise a todas as implicações tributárias de cada transação relevante” (OLIVEIRA, 2009, p. 03).

Verifica-se que os autores Fabretti (2006) e Oliveira (2009) têm a mesma linha de pensamento sobre a contabilidade tributária ser utilizada para satisfazer o fisco e a legislação tributária, sendo que tal atitude pode ignorar os resultados econômicos da organização, como destacou Fabretti.

2.3 CONCEITO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Direito tributário é ramificação autônoma da ciência jurídica que abarca o conjunto de normas e princípios que abarca o conjunto de normas e princípios jurídicos, reguladores da obrigação tributária que surge da relação do polo ativo credor, que são os entes tributantes, conhecido por Fisco (União, Estados, municípios e o Distrito federal) e do polo passivo devedor, que são os contribuintes que podem ser pessoas físicas ou jurídicas. (SABBAG, 2017).

Segundo Sabbag (2017):

As partes destacam-se como ente público estatal, de um lado, e o contribuinte (ou responsável), de outro. O objeto é a obrigação em si, que pode consistir numa obrigação de dar, de cunho patrimonial (levar a pecúnia aos cofres públicos) ou numa obrigação de fazer ou não fazer, de cunho instrumental (emitir notas fiscais, entregar declarações, etc.) (SABBAG, 2017, p. 41).

De acordo com Machado (2010), “[...] é possível conceituar o Direito Tributário como o ramo do Direito que se ocupa das relações entre o fisco e as pessoas sujeitas a imposições tributárias de qualquer espécie, limitando o poder de tributar e protegendo o cidadão contra os abusos desse poder” (MACHADO, 2010, p. 56).

2.4 ABORDAGENS DE TRIBUTAÇÃO NA CONTABILIDADE

A evolução da contabilidade está intimamente ligada ao desenvolvimento econômico da sociedade, tanto nas questões monetárias quanto legais. Tal evolução implica no crescimento das normas jurídicas, no enriquecimento das práticas comerciais e contábeis e faz-se necessário a adaptação às novas regras impostas pela legislação.

Conforme Schmidt:

Uma das primeiras grandes manifestações da legislação como elemento propulsor do desenvolvimento contábil brasileiro foi o Código Comercial de 1850. Esse Código instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual da demonstração do Balanço Geral, composto dos bens, direitos e obrigações das empresas comerciais (SCHMIDT, 2000, p. 205).

Atualmente a contabilidade gerencia os tributos de maneira estratégica, além dela servir de base de cálculo para alguns destes tributos. Antes do advento da Lei 11.638/2007, a contabilidade societária diverge totalmente da contabilidade fiscal, nome designado para contabilidade tributária, tendo a entidade a obrigação de fazer dois

RELEVÂNCIA DO ESTUDO E DOMÍNIO EM DIREITO TRIBUTÁRIO PARA DISCENTES DO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO
DE PATOS DE MINAS – UNIPAM

balanços distintos, um para o fisco e outro para fins societários. A Lei 11.638/2007 alterou significativamente a Lei de Sociedade por Ações – 6.404/1976, assim o Brasil estava aderindo um resultado de informações unificadas internacionalmente. Com a Lei 11.941/2007, outras medidas foram criadas, incluindo a que instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT), assim os resultados das contas que mudaram sua essência na contabilidade internacional, não influenciaram na sistemática tributária brasileira. (FARIA, 2016).

De acordo Faria 2016:

A contabilidade sempre foi ferramenta para gerenciamento de informações, dando a seus usuários mecanismos para a tomada de decisões. Não poderia ser diferente com o gerenciamento dos tributos, o qual representa um custo de quase 40% do preço de venda de um (determinado) produto de uma (determinada) empresa (FARIA, 2016, p. 05).

A contabilidade registra as variadas contas contábeis, para mostrar valores do caixa, contas a pagar, contas a receber e demais contas e demonstrativos que compõem a contabilidade financeira. Porém, para a área tributária, existem determinadas contas contábeis que as empresas conseguem acompanhar melhor o gerenciamento de seus tributos (FARIA, 2016).

2.5 A DISCIPLINA DE DIREITO TRIBUTÁRIO NO CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

O Direito tributário pode ser considerado um campo ou disciplina da Contabilidade que estuda os princípios, conceitos, técnicas, métodos e procedimentos que podem ser aplicados à apuração dos tributos de uma empresa.

A disciplina de Direito tributário do Curso de graduação de Ciências Contábeis tem como objetivos gerais: desenvolver no discente do curso de Ciências Contábeis uma visão direcionada acerca do direito tributário através de um estudo voltado para a área empresarial, sua importância, aplicação, relação com as outras disciplinas do curso, especialmente com o Direito do Trabalho e Empresarial e despertar no discente o interesse pela pesquisa de assuntos correlatos com a disciplina, desenvolvendo o raciocínio jurídico tributário, além de manusear e interpretar a legislação tributária. (PORTAL ACADÊMICO UNIPAM, 2018)³.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi elaborada tomando como população os 105 discentes matriculados no segundo semestre de 2020, cursando o oitavo período do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM, sem distinção de gênero e faixa etária livre, tomando apenas o volume de discentes matriculados no

³ Disponível em: <https://alunos.unipam.edu.br/PortalAluno/Home/EscolherCurso?codCur=4&idperlet=181>. Acesso em 30 abr. 2020

período. A intenção da pesquisa foi verificar qual foi o grau atribuído pelos discentes sobre a relevância e conhecimento adquiridos na disciplina de Direito Tributário.

Os dados referentes aos questionários respondidos foram tabulados e analisados estatisticamente, buscando-se obter as porcentagens relativas a cada questão para análise e comparação. Tal análise permitiu verificar o grau de relevância atribuído pelo discente à disciplina de Direito tributário, permitindo assim confrontar o grau mínimo de conhecimento adquirido.

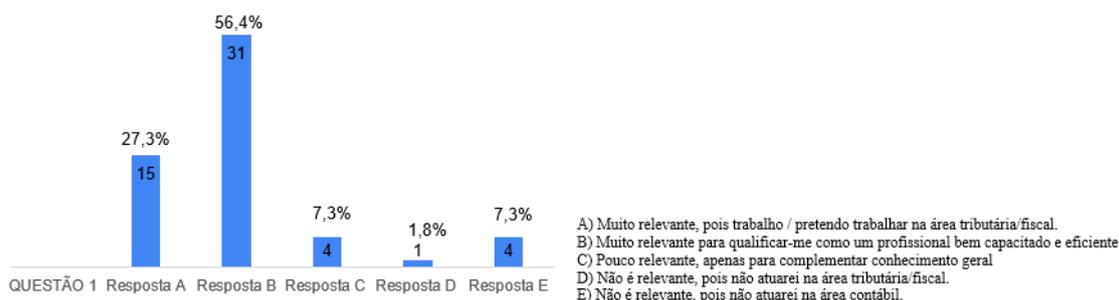
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos em subdivisões, de acordo com as perguntas aplicadas no questionário, incluindo as perguntas sobre conhecimentos básicos de tributação para realizar uma análise confrontando a questão da relevância do assunto abordado na pesquisa com o conhecimento adquirido.

4.1 RELEVÂNCIA DO DIREITO TRIBUTÁRIO PARA A FORMAÇÃO DO CONTADOR

A análise a seguir referiu-se à primeira questão que requer que o discente indicasse a relevância do Direito Tributário em sua formação profissional, a maioria dos respondentes, 56,4%, assentiu que o Direito Tributário é muito relevante para qualificação e capacitação profissional; 27,3% dos respondentes consideram o Direito Tributário muito relevante, pois trabalha ou pretende trabalhar na área tributária/fiscal. Para 7,3% dos respondentes o direito Tributário é pouco relevante por ser apenas complemento de conhecimento geral. E também 7,3% acredita não ser relevante, uma vez que não atuarão na área tributária/fiscal. Apenas 1,8% dos respondentes não acham relevante porque não atuarão na área contábil. O Gráfico abaixo representa os resultados.

Gráfico 1: Relevância do Direito Tributário para a formação do contador



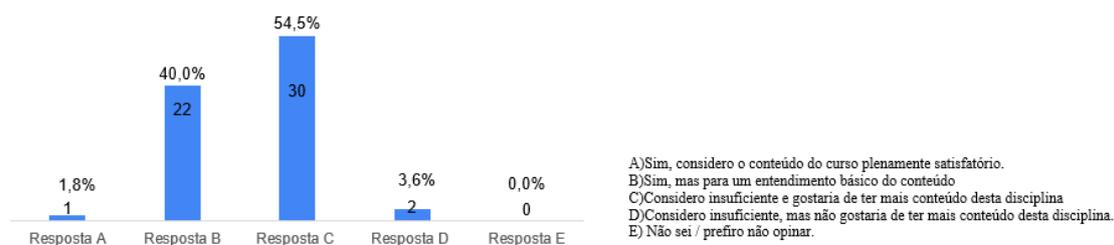
Fonte: dados pesquisa, 2020.

RELEVÂNCIA DO ESTUDO E DOMÍNIO EM DIREITO TRIBUTÁRIO PARA DISCENTES DO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO
DE PATOS DE MINAS – UNIPAM

4.2 O CONTEÚDO DE DIREITO TRIBUTÁRIO ADQUIRIDO NO CURSO FOI SUFICIENTE PARA O ENTENDIMENTO DA ÁREA TRIBUTÁRIA/FISCAL

Nesta análise a questão requer que o discente indicasse se o conhecimento adquirido no curso foi suficiente para o entendimento da área tributária fiscal. Na opinião de 54,5% dos respondentes, o conteúdo apresentado durante o curso é insuficiente para um entendimento da área tributária/ fiscal e gostaria de ter tido mais conteúdo da disciplina, enquanto que 40% dos respondentes considera que o conteúdo foi suficiente para entendimento básico da área. Estão satisfeitos com o conteúdo oferecido pelo curso 1,8% dos discentes, enquanto 3,6% consideram o conteúdo insuficiente, porém não possuem interesse em ampliar seu conhecimento. Todos responderam o questionamento, não havendo abstenção, como representa o Gráfico abaixo.

Gráfico 2: O conteúdo de Direito Tributário adquirido no curso foi suficiente para o entendimento da área tributária/fiscal

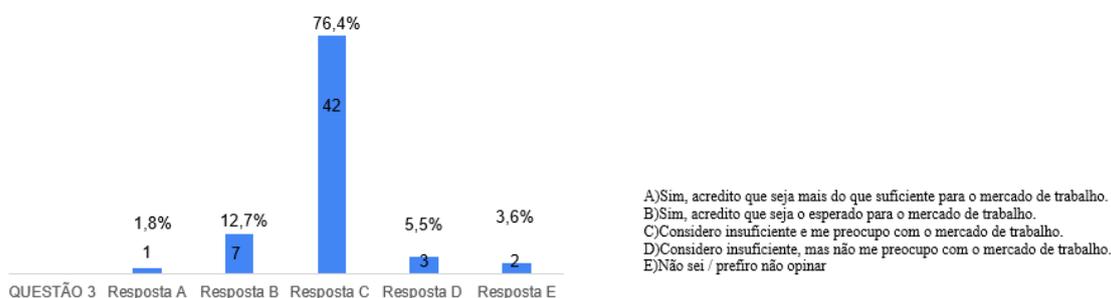


Fonte: dados pesquisa, 2020.

4.3 O CONTEÚDO DE DIREITO TRIBUTÁRIO ADQUIRIDO NO CURSO SERÁ SUFICIENTE PARA DESEMPENHO DA FUNÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.

Para o questionamento referente à suficiência do conteúdo de direito tributário adquirido no curso para desempenho da função no mercado de trabalho, o resultado está apresentado no Gráfico 3, com os seguintes resultados: Para 76,4% dos respondentes o conteúdo da disciplina é insuficiente para desempenhar funções na área tributária/fiscal e demonstraram preocupação com o mercado de trabalho. Em contrapartida, 12,7% acredita que o conteúdo apresentado é o esperado para o mercado de trabalho. Já 5,5% dos respondentes consideram o conteúdo insuficiente, mas não demonstram preocupação com o mercado de trabalho. Apenas 1,8% dos respondentes considera que o conteúdo apresentado é mais que suficiente para o mercado de trabalho. Para esta pergunta houve 3,6% de abstenção. O Gráfico abaixo representa os resultados obtidos.

Gráfico 3: O conteúdo de Direito Tributário adquirido no curso será suficiente para desempenho da função no mercado de trabalho.



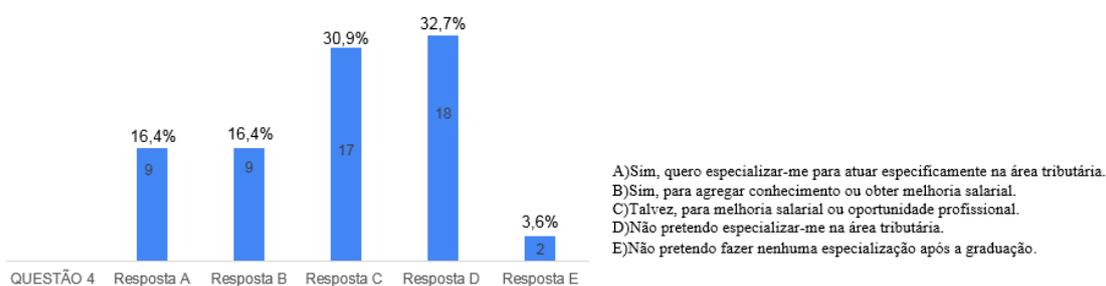
Fonte: dados pesquisa, 2020.

4.4 INTERESSE EM FAZER ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

Nesta análise a questão requer que o discente indicasse seu interesse em fazer especialização na área de Contabilidade tributária. Em relação à especialização, 32,7% dos respondentes afirmaram não ter interesse em se especializar na área em estudo, sendo este o maior percentual para esta pergunta. Já 30,9% dos respondentes cogitaram especializar-se na área tributária apenas para melhoria salarial ou oportunidade profissional.

Com igual percentual de 16,4% dos respondentes demonstraram interesse em especializar-se especificamente na área tributária e tem interesse em especialização para agregar conhecimento na área ou obter melhoria salarial. Apenas 3,6 % não tem pretensão em especializar-se em nenhuma área após a graduação. O gráfico abaixo representa os resultados obtidos.

Gráfico 4: Interesse em fazer especialização na área de Contabilidade tributária.



Fonte: dados pesquisa, 2020.

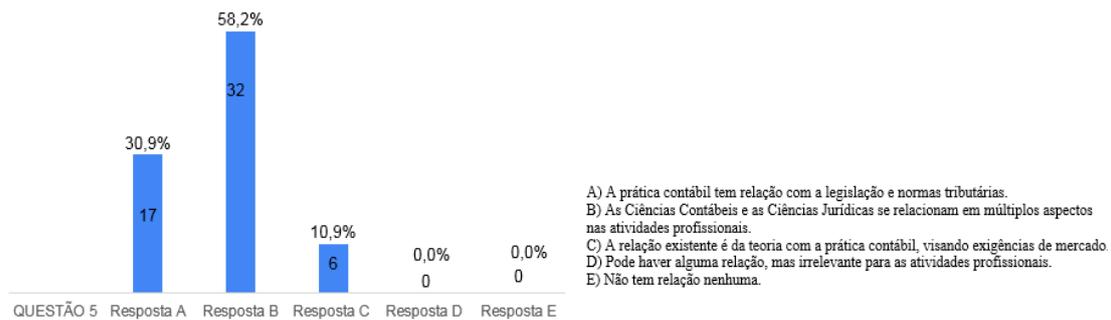
4.5 A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE CONTABILIDADE E DIREITO TRIBUTÁRIO

Questionados sobre a relação existente entre a Contabilidade e Direito Tributário, 58,2% dos respondentes entendem que as Ciências Contábeis e as Ciências Jurídicas se relacionam em múltiplos aspectos nas atividades profissionais, assim como 30,9% dos respondentes acreditam que a prática contábil tem relação com a legislação e

RELEVÂNCIA DO ESTUDO E DOMÍNIO EM DIREITO TRIBUTÁRIO PARA DISCENTES DO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO
DE PATOS DE MINAS – UNIPAM

normas tributárias. Para 10,9% dos respondentes a relação existente entre Contabilidade e Direito Tributário vem da teoria com a prática contábil, visando exigências do mercado. Todos os participantes acreditam na relação entre as ciências contábeis e jurídicas, para os questionamentos diferentes a esta opinião o percentual foi de 0%, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 5: A relação existente entre Contabilidade e Direito Tributário.

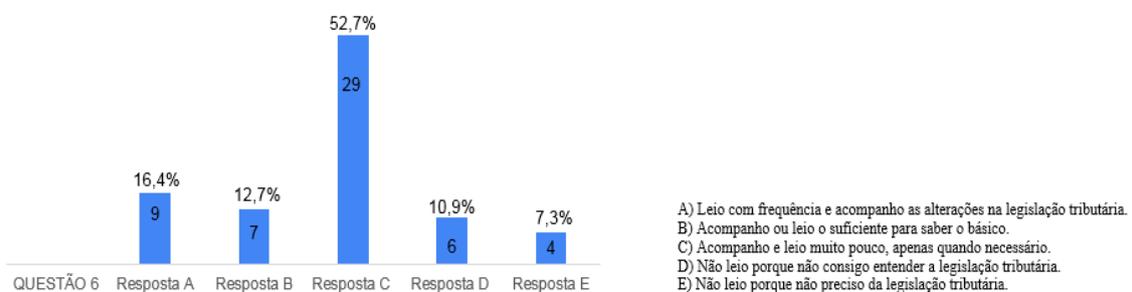


Fonte: dados pesquisa, 2020.

4.6 ACOMPANHAMENTO DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Nesta análise a questão requeria que o discente indicasse se tem o hábito de acompanhar as alterações da legislação tributária. Observa-se que 52,7% dos discentes no final do curso acompanham pouco e estudam acerca das alterações da legislação tributária apenas quando necessário, enquanto 16,4% acompanham com frequência as alterações na legislação tributária. Para 12,7% dos respondentes, a leitura acerca da legislação tributária é muito pouca, apenas para conhecimento básico. Já para 10,9% dos respondentes admitem que não lêem porque não conseguem entender a legislação. Assim o percentual restante 7,3% dos respondentes admitem que a leitura é dispensável por não precisarem da legislação tributária em sua atividade. O gráfico abaixo representa os resultados obtidos.

Gráfico 6: Acompanhamento das alterações da legislação tributária.



Fonte: dados pesquisa, 2020.

4.7 CONHECIMENTOS BÁSICOS ACERCA DO CONTEÚDO DE DIREITO TRIBUTÁRIO.

A análise a seguir busca perceber sobre o conhecimento geral e fixação do conteúdo acerca da matéria tributária dos discentes do 8º período do Curso de Ciências. As questões possuem respostas diferentes do restante do questionário, havendo apenas as opções de verdadeiro ou falso, ou ainda a opção de abster-se da resposta. Os resultados obtidos nesta análise estão apresentados no Quadro 6.

Quadro 6: Conhecimentos básicos acerca do conteúdo de Direito Tributário.

Questão	%		
	Acertos	Erros	Abstenção
O Princípio da Legalidade Tributária refere que só é possível criar nova regra ou majorar a base de cálculo ou a alíquota de tributos através de lei regularmente instituída.	54,5	9,1	36,4
IPI e COFINS são exemplos de Impostos Federais, enquanto que ICMS e ITBI são exemplos de Impostos Estaduais	47,3	45,5	7,3
O imposto se distingue das demais espécies de tributos porque tem como fato gerador uma situação que independe de atividades estatais específicas.	54,55	18,18	27,27
Em relação à divisão das competências em matéria tributária, compete ao município instituir o IPTU, o ITBI e o ISSQN.	80,0	7,3	12,7

Fonte: elaborado a partir dos dados de pesquisa (2020).

A primeira questão tratava do Princípio da legalidade Tributária, das quatro questões esta é a mais específica da área de Direito Tributário e por ser uma pergunta mais específica é perceptível a quantidade significativa de abstenção da questão, que chegou a 36,4%.

A questão envolvendo exemplo de impostos foi a que obteve o maior percentual de erros, 45,5%, apesar de os impostos já terem sido estudado ao longo do curso, este foi o questionamento que apresentou o pior desempenho. Já a questão envolvendo o conceito de imposto apresentou melhor desempenho com 54,55% de acertos.

Quanto à divisão de competências em matéria tributária, obteve-se 80% de acertos, sendo este o maior percentual de acertos em relação aos demais questionamentos, o que demonstra que o discente tem claro o que é de competência da União, Estado e Município.

Diante das questões apresentadas, conclui-se pela pesquisa, que os graduandos em Ciências Contábeis necessitam de mais conhecimentos sobre os assuntos tributários, sendo estes realmente insuficientes para atuarem no mercado de trabalho. Mesmo que a maioria destes discentes concordam que o Direito Tributário é relevante para a formação profissional, cabe a cada um procurar mais à legislação tributária e aprofundar seus conhecimentos no assunto, haja vista que tal área é de grande complexidade e constante alteração. Um profissional contador com conhecimento aprofundado na área tributária

pode gerar um melhor respaldo legal para tomar decisões, terá ampla capacidade de interpretação relativa a impostos e maior oportunidade de atuação no mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o conhecimento em Direito tributário é importante para a formação do contador, o presente estudo procurou demonstrar a relevância atribuída ao estudo e domínio da disciplina de Direito tributário para os discentes de graduação em Ciências Contábeis do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Patos de Minas- UNIPAM. Ainda se propôs averiguar se os discentes possuem interesse pela área de Contabilidade tributária com intenções de especialização, analisar o grau de importância que o discente atribuiu sobre a legislação tributária e verificar qual a visão dos discentes sobre o mercado de trabalho e os conhecimentos adquiridos sobre Direito Tributário durante o curso.

Para cumprir o objetivo geral deste estudo, verificou-se pela análise dos resultados que 56,4% dos discentes acreditam que o conhecimento em Direito tributário é relevante para qualificação profissional. Atendendo aos demais objetivos específicos deste estudo constatou-se que 76,4% dos discentes concordaram que o conhecimento fornecido no curso é insuficiente para garantir-lhes uma vaga no mercado de trabalho nesta área, aumentando assim a necessidade de maior aprofundamento no que diz respeito a assuntos tributários, principalmente mais voltado para a ótica do contador.

Em contraponto a pesquisa mostrou também que 52,7% dos discentes não buscam aprofundar o conhecimento sobre a área tributária e tem hábito de leitura e atualização sobre legislação tributária somente quando necessário. A falta de interesse por especialização na área de Contabilidade Tributária com 32,7% dos discentes nos leva a entender que a busca por conhecimento depende de cada um e o papel da instituição é apresentar o início da busca do conhecimento.

O pouco interesse pelo assunto percebido na pesquisa é refletido no questionário de conhecimentos básicos do assunto, onde a porcentagem de acerto para algumas questões foi baixa, para o nível básico das questões, além de algumas questões apresentarem volume considerável de abstenções.

Esta pesquisa contribui para a discussão sobre a opinião dos discentes em relação a assuntos tributários, não apenas em relação ao Direito Tributário, mas de um modo geral, uma vez que o contador da área tributária não só apura impostos, mas tem o importante papel de oferecer um gerenciamento capaz de desonerar os custos da empresa com os tributos.

Sugere-se que a pesquisa poder ser replicada em outras instituições de ensino superior e como continuidade deste estudo uma pesquisa envolvendo a investigação de como os profissionais contadores que atuam na Contabilidade tributária adquiriram seus conhecimentos e se quando estavam no final da graduação em Ciências Contábeis eles faziam parte do grupo de discentes que não demonstravam interesse pelo assunto.

Outro ponto de sugestão desta pesquisa seria para a própria instituição de ensino onde aplicou-se o questionário da pesquisa: se o assunto tributário é relevante na opinião da maioria dos discentes, seria importante a inclusão da contabilidade tributária na grade curricular do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Patos

de Minas – UNIPAM, uma vez que esta disciplina trata de tributação sob a ótica do contador.

REFERÊNCIAS

- FABRETTI, L. C. **Contabilidade Tributária**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- FABRETTI, L. C. **Contabilidade Tributária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- FARIA, Ramon Alberto Cunha de. **Contabilidade tributária**. Porto Alegre: Sagah, 2016.
- MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito tributário**, 31. ed. PC Editora, 2010.
- OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária**. 3. ed. rev.e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.
- PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2002.
- SABBAG, E. **Manual de Direito Tributário**. 4. ed. Saraiva, 2012.
- SABBAG, E. **Manual de Direito Tributário**. 12. ed. Saraiva, 2017.
- SCHMIDT, Paulo. **História do Pensamento Contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- UNIPAM. **Portal do Aluno**. Disponível em: <https://alunos.unipam.edu.br/PortalAluno/Home/EscolherCurso?codCur=4&idperlet=181>. Acesso em: 30 abril 2020.

SIMPLES NACIONAL: ANÁLISE DOS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS APÓS AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NA LEI COMPLEMENTAR 123 DE 2006¹

Gabriela Fernandes C. Ribeiro²
Jarim Marciano Ferreira³

RESUMO: O estudo teve como objetivo principal analisar os principais impactos na carga tributária da empresa Bay Clean, após as alterações no Simples Nacional a partir de 2018. O delineamento do presente artigo deu-se por meio de uma pesquisa descritiva, tendo como meio de investigação o estudo de caso e as pesquisas bibliográficas e de campo. A empresa estudada atua no comércio varejista de produtos saneantes domissanitários, situada na cidade de Patos de Minas-MG, onde foram analisados os cálculos do Simples Nacional durante os anos de 2017 e 2018. Em síntese na análise dos resultados encontrou-se um aumento no valor pago de imposto de 6% após as alterações na fórmula de cálculo do Simples Nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Simples Nacional. Imposto. Alíquotas.

ABSTRACT: The main objective of the study was to analyze the main impacts on the tax burden of the company Bay Clean, after the changes in Simples Nacional since 2018. The outline of this article took place through a descriptive research, having as a means of investigation the case study and bibliographic and field research. The studied company operates in the retail trade of sanitizing products, located in the city of Patos de Minas-MG, where the calculations of Simples Nacional were analyzed during the years 2017 and 2018. In summary, in the analysis of the results an increase was found in the amount of 6% tax paid after changes in the calculation formula of Simples Nacional.

KEYWORDS: Simple national. Tax. Rates.

1 INTRODUÇÃO

O Simples Nacional é um dos regimes de planejamento tributário que conforme a Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte. Em 2016 ocorreu a aprovação da Lei Complementar 155 onde houve várias mudanças sendo uma delas a nova fórmula de cálculo do Simples Nacional, que entrou em vigor no dia 01/01/2018, sendo objeto de estudo deste artigo com o propósito de analisar a alteração da fórmula de cálculo e verificar os impactos desta mudança em uma empresa no ramo de comércio e prestação de serviço, optante pelo regime Simples Nacional. O Simples Nacional é um regime tributário compartilhado de arrecadação,

¹ Trabalho apresentado na área temática 1 - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do XIV Congresso Mineiro de Empreendedorismo, realizado de 5 a 7 de novembro de 2020.

² Estudante de graduação de 8º período do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: gabrielafernandesr@unipam.edu.br.

³ Professor Orientador (UNIPAM). E-mail: jarim@unipam.edu.br.

cobrança e fiscalização de tributos aplicável às ME e EPP e abrange a participação de todos os entes federados União, Estado, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2006).

Dessa forma, o presente artigo teve como objetivo geral analisar os principais impactos na carga tributária da empresa, após as alterações no Simples Nacional a partir de 2018. Para que o objetivo geral fosse atingido utilizou-se dos objetivos específicos relacionados a: Interpretar as mudanças ocorridas no Simples Nacional após a instituição da Lei Complementar 155 de 27 de outubro de 2016; aplicar comparações do cálculo do imposto utilizando a antiga e nova fórmula; coletar os dados em planilha Excel do período de 2017 a 2018; examinar os resultados obtidos pela antiga e nova fórmula e analisar se as mudanças de cálculo foram compensatórias para a empresa.

A justificativa do artigo deu-se a questão de possíveis impactos tributários para a empresa escolhida com as alterações incorridas, pois qualquer entidade busca uma economia em seu caixa visando um maior lucro e uma melhor rentabilidade, dependendo assim de informações corretas sobre a nova fórmula de cálculo e o uso da alíquota exata para a definição de preço de produtos.

2 DADOS DA ORGANIZAÇÃO

Este estudo foi realizado no departamento fiscal da contabilidade da empresa Bay Clean com razão social Bay Clean Soluções em Limpeza e Piscina LTDA, inscrito no CNPJ 14.362.299/0001-94 e localizada na Rua Major Jerônimo, 925, Centro, Patos de Minas (MG), CEP: 38700-002.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Os fundamentos teóricos relevantes para o entendimento do presente estudo foram abordados neste tópico.

3.1 CONTABILIDADE

A contabilidade está presente na vida das pessoas a todo instante e a bastante tempo, sendo um instrumento de informação essencial para as empresas. Para Visconti (2018) as pessoas físicas e jurídicas que possuem o interesse de entender a situação financeira de determinada empresa, por exemplo, dependerá da contabilidade. Com o intuito de explicar o que é contabilidade, Ribeiro (2018) diz que a contabilidade é uma ciência social que tem por objetivo o patrimônio das entidades econômico-administrativas. Tendo como alvo principal controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações.

A contabilidade é indispensável para a gestão de uma entidade pois demonstra a real situação da mesma, através de informações fundamentais e precisas que tem como apoio para a tomada de decisão de forma convicta dos empresários, tanto para área econômica, patrimonial e também financeira. E se tratando de informações contábeis para a classe empresarial, Pohlmann (2010) afirma que as informações relacionadas à tributação são as mais pertinentes. Isso por motivos do sistema tributário brasileiro ser considerado um dos mais complicados. Ressalta-se que o Brasil possui uma das cargas

tributárias mais altas entre os países. Por isso a importância das entidades de possuir um bom planejamento tributário para que tenham uma boa saúde financeira.

3.2 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

A contabilidade tributária é uma das várias áreas existentes dentro da contabilidade e que possui a função de apurar os tributos devidos pela entidade. Andrade *et al.* (2015) afirma que a contabilidade tributária aceita realizar os estudos e conduzir ao registro adequado dos aspectos econômicos da legislação tributária.

Fabretti (2016) define a contabilidade tributária como um ramo especializado da contabilidade e que possui o objetivo de colocar em prática a aplicação de conceitos, princípios e normas básicas de contabilidade em conjunto com a legislação tributária, demonstrando a situação patrimonial do exercício e apurando o resultado economicamente exato da entidade.

Por certo observa-se que uma das principais funções da contabilidade tributária é a de apurar os tributos das entidades durante o seu exercício. Orientando assim a forma correta de calcular e emitir os documentos fiscais necessários com base na legislação.

3.3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O planejamento tributário é uma maneira legal para que entidades e empresários consigam reduzir o pagamento de tributos. Chaves (2017, p. 2) define o planejamento tributário como o “processo de escolha de ação, não simulada, anterior à ocorrência do fato gerador, visando direta ou indiretamente à economia de tributos”. Alves (2017) complementa que o planejamento tributário não deve ser confundido com a sonegação de impostos pois é baseado em estudos com maneiras lícitas, que levam aos contribuintes diversas opções de pagamento de impostos antes do fato gerador, podendo o mesmo escolher a forma menos onerosa.

Desta forma para alcançar um planejamento tributário eficaz exige uma alta dose de conhecimento sobre o assunto, devendo comprovar a economia no pagamento de tributos onde o estudo tributário deverá ser realizado de forma legal, optando sempre pela elisão fiscal e respeitando a legislação tributária. Caso contrário, se o mesmo for praticado de forma ilegal, considerando uma evasão fiscal, a entidade poderá ter problemas com crime fiscal.

3.4 SIMPLES NACIONAL

A LC nº 123/06 ou também conhecida como Lei Geral da ME e EPP ou ainda Lei Complementar do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (LC MEPP), determina normas gerais relativas à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios por meio do regime único de arrecadação e também sobre as obrigações acessórias (FABRETTI, 2019). A Lei Geral dispõe que a ME que no ano-calendário ultrapassar o limite de R \$360.000,00 passará no ano-calendário seguinte à condição de EPP. A EPP que não alcançar o limite de R \$360.000,00 passará no ano-calendário seguinte à condição de ME.

A Lei Complementar 123/2006 mantinha em seu disposto o cálculo da guia do Simples Nacional que teve seus critérios válidos até 31 de dezembro de 2017, de uma maneira prática e que necessitava de poucas informações financeiras da empresa (BRASIL, 2006). Para a aplicação do cálculo era necessário primeiramente verificar o faturamento da empresa nos seus últimos doze meses. Após a verificação era possível identificar em qual dos anexos disponibilizados pela lei do Simples Nacional a empresa se enquadraria, dependendo também do seu setor e da sua área de atuação. Nos anexos eram definidas as alíquotas para cada faixa de faturamento. O cálculo utilizado era a aplicação da alíquota definida multiplicando-se pelo faturamento mensal da empresa, chegando assim ao valor do Simples Nacional a ser recolhido no mês (BRASIL, 2006).

A nova Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016 trouxe algumas mudanças sendo elas, o aumento no teto da receita-bruta para que a empresa possa ser considerada como pequeno porte, subindo de R\$3,6 milhões para R\$4,8 milhões, empresas produtoras ou vendedoras de bebidas alcoólicas autorizadas a se ingressar no regime Simples Nacional, a figura do investidor anjo e as principais que é tratada neste artigo: a reformulação na tabela de alíquotas, a extinção da alíquota simples sobre a receita bruta mensal, a diminuição de anexos e novas tabelas do Simples Nacional (BRASIL, 2016).

As faixas de alíquotas aplicadas diretamente na RBT12 agora contam com apenas 6 sendo que na antiga fórmula continha 20, enquanto os anexos que antes eram 6 passam a ser apenas 5. Um anexo para comércio, um anexo para indústria e três anexos para prestação de serviço. Com a eliminação do anexo VI as atividades que pertenciam a este anexo passaram a pertencer a grande maioria ao anexo V com exceções de algumas atividades, enquanto as que pertenciam ao anexo V passou a pertencer ao anexo III.

Atualmente, para calcular o imposto devido do Simples Nacional, não é aplicada a alíquota nominal que consta na tabela no anexo em que a empresa se enquadra. O cálculo para achar a alíquota efetiva deverá ser definido utilizando a receita bruta dos últimos doze meses multiplicada pela alíquota nominal constante na tabela, subtraindo o valor a deduzir que também é informado na tabela e dividido pela receita bruta dos últimos doze meses.

3.5 COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E ATIVIDADE DE LIMPEZA

De acordo com o art. 18, §4, item I da Lei Complementar 123/2016 o CNAE 4789-0/05 se enquadra como revenda de mercadorias que serão tributadas, na forma do anexo I da tabela do Simples Nacional. Esta atividade compreende o comércio varejista de saneantes domissanitários e de acordo com o INCQS (Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde) saneantes domissanitários são substâncias destinadas à higienização, desinfecção ou desinfestação domiciliar, ambientes coletivos ou públicos, lugares de uso comum e no tratamento de água.

Referente ao CNAE 8129-0/00 o art. 18, §5º da Lei Complementar 123/2006 informa que o mesmo se enquadra como atividade de prestação de serviço, que será tributada pelo anexo IV da tabela do Simples Nacional. Esta atividade inclui limpeza e

tratamento de piscinas, limpeza de caixas de águas, limpeza de ruas, máquinas industriais, entre outras.

4 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento teórico deste trabalho, utilizou como procedimento a pesquisa bibliográfica, sendo consultado através de livros, artigos, leis e dentre outros materiais. Para o complemento da pesquisa bibliográfica aplicou-se a pesquisa documental, onde através dos relatórios contábeis dos anos de 2017 e 2018 auferidos na contabilidade da empresa, foi possível verificar o impacto tributário de acordo com as novas alterações do Simples Nacional.

Quanto à obtenção dos objetivos propostos no estudo foi utilizado a pesquisa descritiva onde descreve as mudanças ocorridas pela nova LC 155/2016, sendo analisadas e interpretadas cuidadosamente sem que o pesquisador tenha interferido ou manipulado os dados. Já em relação à abordagem da pesquisa está se deu pelo método quantitativo, visto que foram utilizadas técnicas e outros mais mecanismos estatísticos e matemáticos.

E por fim foi realizado um estudo de caso, que após a coleta de dados da empresa nos anos de 2017 e 2018, foi executada a análise quanto aos valores dos tributos, onde os quais possibilitaram as comparações no trabalho sendo capaz verificar a redução ou aumento da carga tributária da empresa. A análise e verificação dos cálculos foi executada pelos programas *Microsoft Office Excel* e *Microsoft Office Word*. E para a realização do artigo foram utilizados informações e relatórios de uma empresa no ramo de comércio e atividade, optante pelo regime do Simples Nacional, localizada na cidade de Patos de Minas – MG.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção evidencia-se as análises e discussões das informações coletadas através do estudo de caso, com o fornecimento de informações da empresa sobre o faturamento e a receita bruta acumulada nos doze últimos meses nos anos de 2017 e 2018. Todos os cálculos foram executados a partir do faturamento real da empresa e foram apresentados demonstrativos para entender as mudanças ocorridas e comparações na tributação do Simples Nacional.

5.1 MUDANÇAS OCORRIDAS NO SIMPLES NACIONAL COM A LC 155/2016

O regime tributário Simples Nacional no ano de 2018 recebeu grandes mudanças, com a entrada de novas atividades, novos limites de faturamento e redutor da receita, além de alterações nas alíquotas. A figura 1 apresenta as alterações nos limites de faturamento trazidas pela LC 155/2016.

Figura 1: Limites de faturamento do Simples Nacional conforme classificação da empresa

Classificação	31/12/2017	01/01/2018
ME	Igual ou inferior a R\$360.000,00	Igual ou inferior a R\$360.000,00
EPP	Superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$3.600.000,00	Superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$4.800.000,00

Fonte: LC 123/2006 e LC 155/2016, adaptada pela autora, 2020.

Como pode ser observado pela figura 1 as microempresas (ME) não sofreram alterações em seus limites, continuam não podendo ultrapassar os R\$360 mil anual. Já para as empresas de pequeno porte (EPP) podem chegar no limite de R\$4,8 milhões e continuarem enquadradas nessa modalidade, o que equivale a uma média mensal de R\$400 mil. Diferentemente do que acontecia nos anos anteriores, onde o faturamento não podia ultrapassar os R\$3,6 milhões.

Até 31/12/2017 o Simples Nacional era composto por seis anexos, cada um deles designado a um grupo de atividades, possuindo uma determinada alíquota. Cada anexo continha 20 faixas diferentes de tributação, onde dependia da receita bruta acumulada dos últimos doze meses. Os anexos eram separados conforme a atividade econômica exercida pelas empresas, de acordo com a figura 2 abaixo:

Figura 2: Anexos Simples Nacional, atividades e alíquotas conforme LC 123/2006

Anexos	Atividades	Faixa de Alíquota
I	Comércio de mercadorias, lojas em geral, comércio atadista e varejista, dentre outras descritas no art. 18 da LC 123/2006	4% a 11,61%
II	Atividades fabris, fábricas de produto animal e vegetal, frigoríficos, confecções de roupas etc.	4,5% a 12,11%
III	Digitador, edição de imagens, promoção de vendas etc	6% a 17,42%
IV	Atividades de advocacia, parte das atividades ligadas a construção civil etc	4,5% a 16,85%
V	Academias, imobiliárias, criação de softwares etc	17,5% a 22,90%
VI	Consultorias, serviços contábeis, jornalismo etc	16,93% a 22,45%

Fonte: LC 123/2006, adaptada pela autora, 2020.

A partir de 01 de janeiro de 2018 o Simples Nacional passou a ter apenas cinco anexos, continuando a pertencer cada um deles a um grupo de atividades, mas com alterações nas alíquotas, não tendo mais a opção pela alíquota efetiva diretamente, sendo necessário o cálculo para encontrá-la. De acordo com a figura 3 é possível analisar as mudanças realizadas.

SIMPLES NACIONAL: ANÁLISE DOS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS APÓS AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NA LEI COMPLEMENTAR 123 DE 2006

Figura 3: Anexos Simples Nacional, atividades e alíquotas conforme LC 155/2016

Anexos	Atividades	Faixas de alíquotas	Parcela a deduzir
I	Empresas de comércio (lojas em geral)	4% a 19%	R\$5.940,00 a R\$378.000,00
II	Fábricas/Indústrias	4,5% a 30%	R\$5.940,00 a 720.000,00
III	Empresas que oferecem serviços de instalação, de reparos e de manutenção, agências de viagens, escritórios de contabilidade, academias, laboratórios	6% a 33%	R\$9.360,00 a R\$648.000,00
IV	Empresas que fornecem serviços de limpeza, vigilância, obras, construções de imóveis, serviços advocatícios	4,5% a 33%	R\$8.100,00 a R\$828.000,00
V	Empresas que fornecem serviços de auditoria, jornalismo, tecnologia, publicidade, engenharia etc.	15,5% a 30,50%	R\$4.500,00 a R\$540.000,00

Fonte: LC 155/2016, adaptada pela autora, 2020.

Todas as atividades do Simples Nacional passam a ter uma alíquota progressiva quando o faturamento ultrapassar os R\$180.000,00 no acumulado dos últimos doze meses, na medida que o faturamento aumentar a alíquota irá variar. Houve a extinção do anexo VI e as atividades que a ele pertenciam passam para o novo anexo V. Como via de regra as atividades que pertenciam ao antigo anexo V passam a pertencer ao anexo III e tudo que era do anexo VI passa a fazer parte do anexo V com algumas exceções que passou do anexo VI para o anexo III. São elas: atividades de arquitetura e urbanismo, medicina, odontologia, psicologia, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, clínicas de nutrição e bancos de leite.

A LC 155/2016 trouxe também, modificações no cálculo do imposto, onde temos a utilização da nova fórmula para apuração da alíquota efetiva e também a nova relação entre folha de pagamento e faturamento, ambos relativos aos últimos doze meses. De acordo com a figura 4 pode-se analisar como ficou a nova fórmula do cálculo do Simples Nacional implementada com a Lei Complementar 155/2016:

Figura 4: Passos para o cálculo do imposto no Simples Nacional antes e após a reforma

Passo	Cálculo 2017 (LC 123/06)	Cálculo 2018 (LC 155/16)
1º	Encontrar o valor de faturamento acumulado nos últimos 12 meses ao período	Encontrar o valor do faturamento dos últimos 12 meses anteriores ao período de apuração.
3º	Multiplicar o faturamento mensal pela alíquota encontrada na tabela.	Aplicar a alíquota efetiva encontrada no 2º passo pelo faturamento mensal da empresa.

Fonte: LC 123/06 e LC 155/16, adaptada pela autora, 2020.

Em relação às empresas que estão iniciando suas atividades em um período menor que 12 meses, estas terão que realizar o cálculo proporcional utilizando a média aritmética da receita bruta total dos meses em que houve o faturamento, multiplicando o valor final por 12 e o resultado será dividido pela quantidade de meses em que houve

faturamento, exceto o mês de apuração. O resultado final será utilizado como receita bruta dos últimos 12 meses para o cálculo do DAS (CGSN, 2017).

Apurado na nova regra do Simples Nacional, a tributação de algumas empresas que contêm atividades de serviços, dependerá do nível de utilização de mão-de-obra remunerada de pessoas físicas – fator R (folha de salários) – dos últimos doze meses, considerando salários, pró-labore, contribuição patronal previdenciária e FGTS. Se o fator R, apresenta o resultado da divisão da folha salarial dos últimos doze meses pelo faturamento dos últimos doze meses, igual ou superior à 28% a tributação será pelo anexo III, se for inferior aos 28% deve-se enquadrar no anexo V.

Com a chegada da LC 155/2016 houve também a inclusão de novas atividades permitidas a ingressar no regime de tributação do Simples Nacional, que antes com a LC 123/2006 não podiam se enquadrar. A figura 5 apresenta essas novas atividades que foram contempladas na nova versão.

Figura 5: Atividades inclusas no Simples Nacional em 2018 após LC 155/16

Atividades
Indústria ou comércio de bebidas alcoólicas; representação comercial e atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros;
Atividades do setor de serviços que realizem atividades intelectuais, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural;
Atividades de controle e administração;
Auditoria; Economia;
Consultoria;
Gestão; organização;
Serviços médicos em geral

Fonte: LC 155/2016, adaptada pela autora, 2020.

E finalizando as alterações que chegaram junto a LC 155/2016, teve a criação do investidor-anjo, que possui uma grande responsabilidade por alavancar o início dos negócios estimulando o desenvolvimento da economia e inovação do país. O investidor anjo foi criado com a finalidade das micro e pequenas empresas adquirirem contribuições para investimentos e inovações.

5.2 CÁLCULO DO IMPOSTO COM A LC 123/2006 NO ANO DE 2017

Sendo a empresa optante pelo regime Simples Nacional foi utilizado o Anexo I - Partilha do Simples Nacional Comércio e o anexo IV - Partilha do Simples Nacional Serviços, onde no ano de 2017, o estabelecimento obteve um faturamento total e real no valor de R\$736.539,96, sendo que R\$709.527,96 foram receitas provenientes do comércio com vendas de mercadorias, com R\$179.617,81 vendas na modalidade tributada, R\$529.910,16 com vendas de produtos substituição tributária e R\$27.012,00 receitas originárias de prestação de serviço. Com estas receitas gerou um total de R\$42.321,92 a

SIMPLES NACIONAL: ANÁLISE DOS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS APÓS AS ALTERAÇÕES
INTRODUZIDAS NA LEI COMPLEMENTAR 123 DE 2006

recolher de impostos do Simples Nacional no ano de 2017, como pode ser analisado no Figura 6.

Figura 6: Cálculo do Simples Nacional no ano de 2017 com a LC 123/2006

COMPETÊNCIA	RBT12 RS	VENDAS TRIBUTADAS RS	VENDAS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA RS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO RS	ALÍQUOTAS %	IMPOSTO PAGO RS
jan/17	585.599,88	1.078,20	73.185,40	5.500,00	7,54; 4,98; 8,49	4.192,88
fev/17	645.875,38	84,80	33.516,91	645,00	7,54; 4,98; 8,49	1.730,29
mar/17	638.919,65	460,85	50.380,90	-	7,54; 4,98	2.543,72
abr/17	625.826,30	71,50	34.011,85	292,00	7,54; 4,98; 8,49	1.723,97
mai/17	624.117,63	11.675,96	94.753,84	2.355,00	7,54; 4,98; 8,49	5.799,05
jun/17	693.254,82	5.871,49	61.856,74	1.200,00	7,54; 4,98; 8,49	3.625,06
jul/17	706.307,05	7.571,07	43.582,92	7.920,00	7,54; 4,98; 8,49	3.413,70
ago/17	721.315,05	11.911,20	53.718,66	4.740,00	7,60; 5,02; 8,97	4.027,10
set/17	726.017,35	5.918,92	23.449,24	780,00	7,60; 5,02; 8,97	1.696,96
out/17	705.866,12	49.572,86	15.517,65	3.580,00	7,54; 4,98; 8,49	4.814,51
nov/17	711.421,63	56.629,72	19.495,95	-	7,54; 4,98	5.240,78
dez/17	751.974,30	28.771,23	26.440,10	-	7,60; 5,02	3.513,90
TOTAIS	8.136.495,16	179.617,80	529.910,16	27.012,00		42.321,92

Fonte: elaborada pela autora, 2020.

Para a realização destes cálculos foi utilizada a alíquota de 7,54% de janeiro a julho, outubro e novembro, enquanto nos meses de agosto, setembro e dezembro a alíquota usada foi de 7,60%, estas alíquotas correspondem aos produtos tributados, que significa em termos gerais, que o imposto somente é cobrado na sua venda. Já para a venda de produtos substituição tributária que é o imposto cobrado com antecedência, ou seja, na entrada, foram utilizadas alíquotas de 4,98% para os meses de janeiro a julho, outubro e novembro e 5,02% para os meses de agosto, setembro e dezembro. Para a atividade de prestação de serviços houve variação de alíquotas de 8,49% e 8,97%, sendo esta última apenas nos meses de agosto e setembro.

As alíquotas utilizadas para o cálculo do Simples Nacional a recolher em 2017, foram estabelecidas de acordo com o faturamento dos últimos doze meses anteriores ao da receita da apuração. O cálculo usado para o resultado final foi a multiplicação da receita mensal por esta alíquota encontrada pelo RBT12 e que eram definidas nos anexos I e IV vigentes até 31 de dezembro de 2017.

5.3 CÁLCULO DO IMPOSTO COM A LC 155/2016 NO ANO DE 2018

No cálculo do imposto pago em 2018, utilizou-se os valores de faturamento da empresa nos últimos doze meses e informações contidas no anexo I e anexo IV da nova tabela do Simples Nacional. Com estes cálculos foi possível gerar os valores pagos de impostos no ano de 2018 conforme a figura 7 demonstra.

Figura 7: Cálculo do Simples Nacional no ano de 2018 com a LC 155/2016

COMPETÊNCIA	RBT12 RS	VENDAS TRIBUTADAS RS	VENDAS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA RS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO RS	ALÍQUOTAS EFETIVAS %	IMPOSTO PAGO RS
jan/17	585.599,88	83.944,02	43.977,30	1.560,00	7,65 ; 5,08; 8,60	8.787,65
fev/17	645.875,38	18.541,80	15.983,13	216,00	7,84; 5,21; 8,94	2.305,79
mar/17	638.919,65	49.757,91	54.996,07	1.920,00	7,84; 5,21; 8,94	6.940,12
abr/17	625.826,30	30.723,78	19.769,81	-	8,03; 5,34	3.522,66
mai/17	624.117,63	18.838,24	25.828,00	-	8,08; 5,37	2.909,83
jun/17	693.254,82	21.452,07	40.444,83	240,00	7,87; 5,23; 8,99	3.825,74
jul/17	706.307,05	48.673,79	43.846,98	-	7,84; 5,22	6.105,07
ago/17	721.315,05	41.519,75	58.663,73	2.760,00	7,96; 5,29; 9,16	6.663,16
set/17	726.017,35	54.386,81	35.522,26	590,00	8,06; 5,36; 9,34	6.346,35
out/17	705.866,12	31.226,52	46.739,75	11.520,00	8,24; 5,48; 9,65	6.244,92
nov/17	711.421,63	110.703,69	52.140,39	200,00	8,29; 5,51; 9,74	12.076,37
dez/17	751.974,30	48.220,51	23.584,54	-	8,50; 5,65	5.430,71
Totais	8.136.495,16	557.988,89	461.496,79	19.006,00		71.158,37

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

No ano de 2018 a empresa estudada teve um aumento significativo em sua receita, chegando aos R\$1.038.491,68, sendo R\$1.019.485,68 com receitas provenientes do comércio, R\$557.988,89 com vendas tributadas e R\$461.496,79 com vendas de produtos sujeitos à substituição tributária e R\$19.006,00 de receitas advindas com a prestação de serviço. O valor destas receitas gerou um montante de R\$71.158,37 de impostos a pagar no Simples Nacional.

De acordo com a figura 7 as alíquotas efetivas foram inconstantes, somente no mês de fevereiro e março que foram as mesmas, variando entre 7,65% a 8,50% para produtos sujeitos à tributação, 5,08% a 5,65% aos produtos substituição tributária e 8,60% a 9,74% a prestação de serviços. Isto ocorreu devido às mudanças da nova fórmula de cálculo do Simples Nacional, onde houve a inclusão das alíquotas nominais do anexo I e IV e também a criação da parcela a deduzir na fórmula matemática do cálculo.

5.4 SIMULAÇÃO DO CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL 2018 COM A ANTIGA FÓRMULA

Utilizando-se ainda como base para os cálculos da simulação o faturamento do ano de 2018 foi realizada a simulação do imposto que seria pago no mesmo ano, caso as normas não fossem alteradas pela implementação da Lei Complementar 155/2016. Para isso, os anexos I e IV da antiga tabela do Simples Nacional serão utilizados novamente para a simulação do cálculo.

SIMPLES NACIONAL: ANÁLISE DOS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS APÓS AS ALTERAÇÕES
INTRODUZIDAS NA LEI COMPLEMENTAR 123 DE 2006

Figura 8: Simulação do Simples Nacional que seria pago em 2018, conforme cálculo antigo regido pela LC 123/2006

COMPETÊNCIA	RBT12 R\$	VENDAS TRIBUTADAS R\$	VENDAS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA R\$	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO R\$	ALÍQUOTAS EFETIVAS %	IMPOSTO PAGO R\$
jan/18	585.599,88	83.944,02	43.977,30	1.560,00	7,54; 4,98; 8,49	8.651,89
fev/18	645.875,38	18.541,80	15.983,13	216,00	7,54; 4,98; 8,49	2.212,35
mar/18	638.919,65	49.757,91	54.996,07	1.920,00	7,54; 4,98; 8,49	6.653,56
abr/18	625.826,30	30.723,78	19.769,81	-	7,54; 4,98	3.301,11
mai/18	624.117,63	18.838,24	25.828,00	-	7,54; 4,98	2.706,64
jun/18	693.254,82	21.452,07	40.444,83	240,00	7,54; 4,98; 8,49	3.652,01
jul/18	706.307,05	48.673,79	43.846,98	-	7,54; 4,98	5.853,58
ago/18	721.315,05	41.519,75	58.663,73	2.760,00	7,60; 5,02; 8,97	6.347,99
set/18	726.017,35	54.386,81	35.522,26	590,00	7,60; 5,02; 8,97	5.969,54
out/18	705.866,12	31.226,52	46.739,75	11.520,00	7,54; 4,98; 8,49	5.660,17
nov/18	711.421,63	110.703,69	52.140,39	200,00	7,54; 4,98; 8,49	10.960,63
dez/18	751.974,30	48.220,51	23.584,54	-	7,60; 5,02	4.848,70
Totais	8.136.495,16	557.988,89	461.496,79	19.006,00		66.818,17

Fonte: elaborada pela autora, 2020.

Ao observar os valores demonstrados na figura 8, observa-se que a alíquota de 7,54% para produtos tributados, 4,98% para produtos substituição tributária e 8,49% para prestação de serviço se manteve durante nove meses, alterando apenas para 7,60%, 5,02% e 8,97% nos meses de agosto, setembro e dezembro, onde a receita bruta dos últimos doze meses ultrapassou o valor do teto da quarta faixa de faturamento (R\$720.000,00), por este motivo a empresa passou a ser tributada pela alíquota da quinta faixa de faturamento. Com esta simulação chegamos à um valor final de R\$66.818,17 a serem pagos de imposto no Simples Nacional caso a antiga fórmula permanecesse.

5.5 ANÁLISES DAS DESVANTAGENS COM A LC 155/2016

Ao analisar os resultados obtidos na figura 7, utilizando a nova fórmula de cálculo, foi possível constatar que as alíquotas foram maiores em todos os meses, tanto para os produtos tributados, substituição tributária e prestação de serviço, em comparação com os dados apresentados na figura 8, onde foi realizada uma simulação de como ficaria o valor final do imposto do Simples Nacional caso a nova lei não tivesse sido criada. Na figura 9 pode-se analisar a diferença das alíquotas com a LC 123/2006 e após a implementação da LC 155/2016.

Figura 9: Comparação de Alíquotas

	ALÍQUOTAS CONFORME LC 123/2006 NA SIMULAÇÃO DO CÁLCULO DO IMPOSTO NO ANO DE 2018			ALÍQUOTAS LC 155/2016 NO ANO DE 2018		
	PRODUTOS TRIBUTADOS	PRODUTOS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	PRODUTOS TRIBUTADOS	PRODUTOS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
JAN	7,54%	4,98%	8,49%	7,65%	5,08%	8,60%
FEV	7,54%	4,98%	8,49%	7,84%	5,21%	8,94%
MAR	7,54%	4,98%	8,49%	7,84%	5,21%	8,94%
ABR	7,54%	4,98%		8,03%	5,34%	-
MAI	7,54%	4,98%		8,08%	5,37%	-
JUN	7,54%	4,98%	8,49%	7,87%	5,23%	8,99%
JUL	7,54%	4,98%		7,84%	5,22%	-
AGO	7,60%	5,02%	8,97%	7,96%	5,29%	9,16%
SET	7,60%	5,02%	8,97%	8,06%	5,36%	9,34%
OUT	7,54%	4,98%	8,49%	8,24%	5,48%	9,65%
NOV	7,54%	4,98%	8,49%	8,29%	5,51%	9,74%
DEZ	7,60%	5,02%		8,50%	5,65%	-

Fonte: elaborada pela autora, 2020.

Durante todo o período de apuração da figura 8, mesmo com variações nos 3 meses citados anteriormente, as alíquotas não ultrapassaram o valor de 7,60%, 5,02% e 8,97%. Enquanto que na figura 7 no cálculo real com a nova LC 155/2016 as alíquotas variaram bastante, chegando a um percentual máximo de 8,50%, 5,65% e 9,74% para os respectivos produtos tributários, substituição tributária e prestação de serviço. Com base nestes comparativos podemos notar que a carga tributária da empresa Bay Clean cresceu 6% em relação ao cálculo de alíquota que era vigente até o final de 2017. O valor que deveria ser debitado considerando a apuração com as normas previstas até 2017 era de R\$66.818,17 e considerando as normas vigentes a partir de 2018 o valor arrecadado foi de R\$71.158,37, deste modo, houve o aumento de R\$4.340,20 nos tributos da empresa. Na figura 10 pode-se analisar as diferenças de valores mensalmente:

Figura 10: Diferença mensal do valor do imposto

PERÍODO DE APURAÇÃO	IMPOSTO PAGO EM 2018 COM A NOVA LEI	IMPOSTO QUE SERIA PAGO EM 2018 CASO NÃO HOUVESSE A ALTERAÇÃO	DIFERENÇA EM R\$	DIFERENÇA EM %
JANEIRO	R\$ 8.787,65	R\$ 8.651,89	R\$ 135,76	1,57%
FEVEREIRO	R\$ 2.305,79	R\$ 2.212,35	R\$ 93,44	4,22%
MARÇO	R\$ 6.940,12	R\$ 6.653,56	R\$ 286,56	4,31%
ABRIL	R\$ 3.522,66	R\$ 3.301,11	R\$ 221,55	6,71%
MAIO	R\$ 2.909,83	R\$ 2.706,64	R\$ 203,19	7,51%
JUNHO	R\$ 3.825,74	R\$ 3.652,01	R\$ 173,73	4,76%
JULHO	R\$ 6.105,07	R\$ 5.853,58	R\$ 251,49	4,30%
AGOSTO	R\$ 6.663,16	R\$ 6.347,99	R\$ 315,17	4,96%
SETEMBRO	R\$ 6.346,35	R\$ 5.969,54	R\$ 376,81	6,31%
OUTUBRO	R\$ 6.244,92	R\$ 5.660,17	R\$ 584,75	10,33%
NOVEMBRO	R\$ 12.076,37	R\$ 10.960,63	R\$ 1.115,74	10,18%
DEZEMBRO	R\$ 5.430,71	R\$ 4.848,70	R\$ 582,01	12,00%
TOTAL	R\$ 71.158,37	R\$ 66.818,17	R\$ 4.340,20	6%

Fonte: elaborada pela autora, 2020.

Pode-se notar que a empresa em questão teve aumento no seu imposto a pagar em todos os meses no ano de 2018 com a implementação da LC 155/2016. Concretizando assim a desvantagem da firma em relação a essa nova modalidade de tributação do Simples Nacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, tendo como ponto de partida a análise dos dados da empresa afirma-se que houve efeitos da nova fórmula de cálculo, existindo aumento significativo da carga tributária na empresa estudada. A empresa no ano de 2018 recolheu R\$71.158,37 e considerando os mesmos valores de receita e utilizando a antiga fórmula de cálculo a empresa pagaria no mesmo ano R\$66.818,17 havendo um aumento de 6% nos valores a recolher do Simples Nacional. Outro efeito que obteve com a nova fórmula de cálculo do Simples Nacional, foi a variação de alíquotas aplicáveis à empresa durante o ano, dificultando a aplicação do planejamento tributário da empresa e causando bastante

SIMPLES NACIONAL: ANÁLISE DOS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS APÓS AS ALTERAÇÕES
INTRODUZIDAS NA LEI COMPLEMENTAR 123 DE 2006

dúvidas dos empresários, onde no que diz respeito a alíquota a ser aplicada no preço dos produtos e serviços.

Pode-se assim concluir que para a empresa em questão, as mudanças na fórmula do cálculo trazidas juntamente com a Lei Complementar 155/2016 não foram vantajosas e nem benéficas, gerando desvantagens negativas tanto financeiras quanto econômicas, após a alteração da norma tributária. Entretanto, generalizações não são indicadas, sendo sempre importante o auxílio de um profissional contábil para realizar o planejamento tributário para a identificação da forma de tributação menos onerosa para a empresa, levando em consideração os aspectos de cada uma com o objetivo de chegar a menor carga tributária.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eurídice S. Mamede de; LINS, Luiz dos Santos; BORGES, Viviane Lima. **Contabilidade tributária: um enfoque prático nas áreas federal, estadual e municipal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ALVES, Luiz. **Planejamento Tributário: conceitos de práticas**. Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro. Fevereiro de 2017.

BRASIL. **Lei Complementar n. 155, de 27 de outubro de 2016**. Altera a Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, Brasília, 2016.

CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento Tributário na Prática: gestão tributária aplicada**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL (CGSN). Normas. Brasília, 2017

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 314 p.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FABRETTI, Camargo, L.; FABRETTI, Denise; FABRETTI, Ramos, D. **As micro e pequenas empresas e o Simples Nacional**. São Paulo: Atlas, 2019.

Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nos 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

VISCONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Saraiva, 2018.

TURNOVER DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NOS SERVIÇOS HOSPITALARES: CASO HOSPITAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – HNSF¹

Cecília de Carvalho Costa²
Sandro Ângelo de Andrade³

RESUMO: O presente estudo buscou identificar, como se estabelece o índice de rotatividade de funcionários no setor de enfermagem do Hospital Nossa Senhora de Fátima nos últimos dois anos, buscando observar ainda suas respectivas políticas de recursos humanos. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, descritiva, quantitativa e um estudo de caso. A amostra não foi probabilística intencional. De modo geral, os índices de rotatividade nos anos estudados não oscilam exponencialmente, nota-se certa linearidade nos indicadores dos respectivos meses. Exceto nos meses de julho (2,2) de 2018 e julho (1,4) de 2019, com uma diferença relativamente maior (0,8) se comparada com os demais meses de ambos os anos. Os dados apontam que dos 46 participantes do estudo, a maior parte (72%) se compôs de técnicos de enfermagem. No ano de 2018, 20 profissionais deixaram de trabalhar no HNSF, sendo a maioria (14) composta de técnicos de enfermagem.

PALAVRAS-CHAVE: Equipe de Enfermagem. Índice de Rotatividade. Políticas de Recursos Humanos. Turnover.

ABSTRACT: The present study sought to identify how the employee turnover rate in the nursing sector of Hospital Nossa Senhora de Fátima was established in the last two years, also seeking to observe their respective human resources policies. Bibliographic, descriptive, quantitative research and a case study were carried out. The sample was intentionally non-probabilistic. In general, the turnover rates in the years studied do not fluctuate exponentially, there is a certain linearity in the indicators for the respective months. Except in the months of July (2.2) of 2018 and July (1.4) of 2019, with a relatively larger difference (0.8) compared to the other months of both years. The data show that of 46 study participants, most (72%) were composed of nursing technicians. In 2018, 20 professionals stopped working at HNSF, the majority (14) being composed of nursing technicians.

KEYWORDS: Nursing team. Turnover index. Human Resources Policies. Turnover.

1 INTRODUÇÃO

A rotatividade de pessoal denominada ainda como *turnover* tem relação com a saída de funcionários de uma empresa. Diferentes são as causas que motivam esse desligamento. As pessoas tendem a requerer a sua demissão devido a não estarem satisfeitas com alguma política de recursos humanos adotada pela empresa, por falta de motivação, bem como por estarem interessadas em buscar uma colocação profissional

¹ Trabalho apresentado na área temática III - Educação e pesquisa em contabilidade do Fórum Gerencial 2020, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: ceciliacc@unipam.edu.br.

³ Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: sandroangelo@unipam.edu.br.

que melhor atenda às suas perspectivas. (CHIAVENATO, 2008), (LACOMBE, 2005), (LIMONGI-FRANÇA, 2014).

Turnover pode ser compreendido ainda como “o resultado da saída de alguns funcionários e o ingresso de outros para substituí-los no trabalho” (MACÁRIO *et al.* 2015, p. 18). A área de Recursos Humanos das empresas é responsável pela questão que envolve a rotatividade de pessoal, devendo estar preparada para identificar as principais causas do aumento desse evento, que podem ainda ter como causas questões relacionadas ao treinamento e desenvolvimento, salários e benefícios e clima organizacional. Bem como, a empresa pode desejar contratar profissionais mais qualificados, visando melhorar o seu desempenho, uma vez que, um profissional adaptado à cultura da organização poderá ser mais produtivo e, portanto, a empresa terá resultados mais positivos, podendo com isso, aumentar a sua rentabilidade e se manter estável. (KLEINERT e NEVES, 2018).

O estudo aqui sugerido partiu das seguintes questões: a) Como se estabeleceria o índice de rotatividade de funcionários no setor de enfermagem do Hospital Nossa Senhora de Fátima – HNSF nos últimos dois anos? Quais políticas de recursos humanos são adotadas pelo HNSF para o setor de enfermagem?

Este trabalho teve a intenção de reunir elementos teóricos que esclarecessem sobre a rotatividade de pessoal nas empresas, fato que é considerável, pois primeiramente, é importante que o público interessado nesse assunto, possa compreender os conceitos e as características do tema estudado. O público a que se refere, pode envolver diferentes empresas que enfrentam o problema do *turnover*, futuros acadêmicos que também ambicionam aprofundar nesse assunto, e, para a sua própria autora que entende ser fundamental compreender que a interdisciplinaridade convida aos futuros contabilistas a buscarem saber como a gestão de recursos humanos trata o fenômeno da rotatividade de pessoal nas organizações.

O objetivo geral deste estudo consistiu em identificar, como se estabelece o índice de rotatividade de funcionários no setor de enfermagem do Hospital Nossa Senhora de Fátima nos últimos dois anos, buscando observar ainda suas respectivas políticas de recursos humanos.

Teve ainda como objetivos específicos: a) Conceituar e caracterizar o tema rotatividade de pessoal em empresas. b) Identificar, nos últimos dois anos, o índice de rotatividade de funcionários no setor de enfermagem. c) Descrever cargos e quantidade de profissionais que se desligaram, dispensas realizadas, pedidos de demissão, entrevistas de desligamentos e término de Contrato ocorridos nos anos de 2018 e 2019. e) Informar as políticas de recursos humanos adotados pelo HNSF para o setor de enfermagem.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Turnover é uma palavra procedente do inglês que significa rotatividade que no ambiente organizacional denota o movimento de entrada e saída de funcionários, devido a uma decisão do empregador ou empregado (SILVEIRA, 2011). Em outros termos, caso haja muitas vagas de emprego no mercado de trabalho, ocorre uma tendência das pessoas buscarem outras oportunidades com melhores salários, fazendo com que os

empregados optarem por trocar de emprego, cujas saídas denominam-se *turnover*. (ECKERT *et al.* 2011).

A rotatividade de empregados costuma escapar do controle da empresa, quando os desligamentos partem de iniciativa dos empregados e tendem a aumentar significativamente. Em mercados de trabalho que dispõem de grandes ofertas de emprego costumam evidenciar aumento de rotação de pessoal. Por um lado, a rotação de pessoal pode inflacionar o sistema com novos recursos, quando as entradas são maiores do que as saídas que incentivam operações e expandem resultados. Por outro lado, a rotação pode esvaziar o sistema, quando as saídas são maiores do que as entradas, pois diminuem as operações e reduz os resultados. (CHIAVENATO, 1981).

Muitas são as causas que levam ao funcionário a partir para o desligamento destes envolvem, pedidos de demissão por descontentamento com alguma política da empresa, falta de motivação, ou possibilidade de conseguir melhor colocação profissional. Mas, a empresa também tem o direito de investir na busca de profissionais mais capacitados para melhorar o seu quadro funcional, visando inovação e reforma profissional de sua equipe de pessoal. (MEDEIROS; ALVES; RIBEIRO, 2012).

Destaca-se que a rotatividade pode não ser a razão, mas, o efeito de variáveis internas e externas na empresa. As variáveis externas envolvem a condição de oferta e procura do mercado, a condição econômica e as oportunidades de empregos. Dentre as variáveis internas citam-se a política de salários e benefícios que a empresa proporciona, o estilo de gestão, as oportunidades de treinamento e desenvolvimento, o relacionamento humano, as condições físicas e psicológicas de trabalho. O clima e a cultura organizacional também são responsáveis por boa parte das variáveis internas. (CHIAVENATO, 2010).

O turnover é um fenômeno negativo para as empresas, porque gera prejuízos que poderiam ser evitados através de um bom planejamento de pessoal e de um processo eficaz de recrutamento. O *turnover* pode promover "I. Pagamentos de salários e quitação de verbas trabalhistas (férias, décimo terceiro, etc.); II. Despesas com benefícios; III. Custos com consultorias (*outplacement* ou *replacement*); IV. Cargos em aberto até a substituição. (CHIAVENATO, 2004, p.8). Por isso a relevância de se atrair e eleger o pessoal adequado para o processo seletivo, ou seja, atentar-se para a escolha de candidatos providos de habilidades esperadas para o cargo e com intenções de permanecer na organização.

Por outro lado, conforme Lopes (2017) deve-se considerar que algumas condições estabelecidas pela administração podem desencadear problemas psicológicos que levam o empregado a pedir demissão do emprego, ou simplesmente abandoná-lo.

Existem também outras causas frequentes que levam a rotatividade de pessoal e as possibilidades de soluções mais predominantes para lidar com a questão, segundo demonstra o Quadro 1.

TURNOVER DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NOS SERVIÇOS HOSPITALARES:
CASO HOSPITAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – HNSF

Quadro 1: Causas e possibilidades de soluções

Causas frequentes de rotatividade	Possibilidades de soluções
Instabilidade da chefia no tratamento do pessoal	Seleção, treinamento e orientação da gestão
Salários abaixo inferiores ao mercado de trabalho	Revisões no plano de salário
Falta de oportunidades de crescimento	Criação de um sistema de promoção e melhoria
Falta no emprego	Implantação de políticas para mediar soluções, de forma que tanto o empregado quanto o empregador tenham estabilidade
Indecisão quanto a deveres e obrigações	Organizar um plano de trabalho com normas escritas para regulamentar a conduta do pessoal
Condições físicas de trabalho inadequadas	Melhoria no ambiente físico, equipamentos e métodos de trabalho

Fonte: Lopes (2017).

Conforme Lacombe (2011) uma atividade complementar ao desligamento é a entrevista de desligamento ou a entrevista de saída. Raras as organizações que a realizam sistematicamente, mas, elas são importantes. A entrevista de desligamento se revela numa conversa com um funcionário, cuja saída seja por pretensão dele ou da organização. Normalmente é realizada, sem a presença de outra pessoa, por um psicólogo de recrutamento e seleção. A entrevista é quase sempre realizada entre a comunicação e a homologação da saída do funcionário.

Quase sempre o funcionário que sai está descontente, por isso, a entrevista deve ocorrer por meio de perguntas já estabelecidas e respostas livres. Pode ser que o funcionário exponha tudo o que pensa, ainda que com viés negativo, as conclusões encontradas podem ser favoráveis como feedback para seleções futuras. Essas entrevistas podem ser tabuladas e confrontadas com outras. O entrevistador deve ter muito cuidado, ser sucinto e nortear os assuntos de modo claro e definitivo. Sugere-se evitar falar sobre o que motivou a dispensa e evitar comentar sobre atuações negativas. Deve-se ouvir o demitido e demonstrar que entende o seu jeito de pensar, mas sem lhe dar razão. (LACOMBE; HEILBORN 2008).

Devido aos inúmeros aspectos negativos referentes a alta rotatividade de pessoal se torna um fator preocupante, especialmente quando realizada pelas empresas para a aquisição de falsas vantagens a curto prazo, médio e longo prazos. “A rotatividade, provoca enormes prejuízos à empresa, ao mercado e à economia como um todo e, principalmente, ao empregado individual ou socialmente em relação à sua família” (CHIAVENATO 1981, p. 35).

De qualquer forma o custo da rotatividade não deixa de ser um desafio para a empresa, esse valor pode proceder da combinação de variáveis como “custo de demissão, reposição, dos exames para demissão e admissão; tempo médio de reposição de vagas; treinamento introdutório; ambientação de novos empregados; perda de produtividade; qualificação ou adaptação” (CABRAL, 2009, p. 1).

Os custos de rotatividade podem oscilar, segundo o impacto da posição na estrutura da empresa “Em algumas empresas, o custo médio da troca de um funcionário chega a 8 vezes o salário do mesmo (ZEUCH, 2007, p. 1)”.

De acordo com Zeuch (2007, p. 1) “o índice de rotatividade de pessoal ou *turnover* é medido pela média de funcionários admitidos e demitidos na empresa ou no setor no período, dividido pelo total de funcionários no início do período”. Segundo Cabral (2009, p. 1) um dos mais reconhecidos apontadores aplicados à gestão de recursos humanos é o de índice de rotatividade ou *turnover*. A finalidade deste índice de rotatividade é tentar conter a entrada e saída de pessoas, a fim de evitar o impacto de uma rotatividade não esperada que pode ser potencialmente negativa para a empresa. Lembrando-se de que, “o *turnover* ou índice de rotatividade é a média dos indicadores de entrada (admissão) e de saída (desligamento)”. Observa-se a Figura 2.

Figura 1: Índice de Rotatividade

$$\text{Índice de Rotatividade (Turnover Global)} = \left\{ \frac{\left[\frac{\text{N}^\circ \text{ de admissões (no mês)}}{2} + \frac{\text{N}^\circ \text{ de demissões (no mês)}}{2} \right]}{\text{N}^\circ \text{ de empregados (final do mês anterior)}} \right\} \times 100$$

Fonte: Cabral (2009, p. 1).

Ressalta-se que o índice de rotatividade determina apenas o giro de pessoal em certo período. Enquanto que o giro considera apenas as pessoas que entraram e saíram da empresa sem que esse evento tivesse sido planejado. A substituição de pessoal representa giro, logo, é uma rotatividade. Saber se a rotatividade da empresa está alta ou baixa não é tarefa simples. Isso parece estar mais para um juízo que pode modificar de pessoa para pessoa, do que uma ciência exata. Ademais, “são muitos fatores que podem influenciar o índice para cima ou para baixo: Rotatividade do mercado (e da concorrência); Economia do país e do estado; Área de negócio da empresa; O tamanho da empresa; A gestão da empresa, etc.” (ZEUCH, 2008, p.1).

Dutra (2019) desenvolveu um estudo para avaliar a qualidade da Saúde no Brasil. Para esse autor, a saúde no Brasil deve ser decodificada conforme um sistema, que busca transformar insumos em resultados especializados, como serviços para prestar atendimento às necessidades de saúde dos usuários, com o objetivo de melhorar a saúde da população. Referente aos parâmetros da qualidade, a demanda não vem sendo atendida, e o capital e a força de trabalho atuam aquém das expectativas. Portanto, esses efeitos refletem em todo o sistema, como um processo de *feedback* ruim e redução de consultas na Atenção Básica. Apesar disso, se transformadas as demandas, estas têm força para causar impactos positivos na saúde da população.

Patos de Minas possui um sistema de saúde enxuto, com atribuições bem estabelecidas e conta com o apoio de um Núcleo de Vigilância Epidemiológica e Hospitalar – NUVEH do Hospital Regional Antônio Dias – HRAD e de Agências de Controle de Infecções Hospitalares – CCIHs de outros três hospitais, um é conveniado ao SUS e os outros dois disponibiliza atendimentos particulares ou de convênios. (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATOS DE MINAS, 2018). Dentre os hospitais privados citados encontra-se o Hospital Nossa Senhora de Fátima – HNSF que é a empresa eleita para o estudo de caso do presente trabalho.

3 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica fundamentada em referenciais teóricos. A pesquisa bibliográfica é realizada por meio de material já publicado e envolve “material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos” (GIL, 2017, p. 28).

A pesquisa foi descritiva quanto aos seus fins, vez que buscou-se analisar os fatores determinantes de rotatividade de funcionários do setor de enfermagem, do Hospital Nossa Senhora de Fátima – HNSF.

Segundo Gil (2017), a pesquisa descritiva propõe descrever as características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis, e abrange o uso de técnicas uniformizadas de coleta de dados, como observação sistemática ou questionário.

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, uma vez que se estudou aspectos relacionados a uma determinada empresa. Conforme Yin (2001), o estudo de caso não busca apenas explorar fenômenos, mas, além disso, compreendê-los em alguma conjuntura, além de utilizar diversos métodos para a coleta de dados quantitativos e qualitativos. O presente estudo foi realizado no Hospital Nossa Senhora de Fátima – HNSF, inserido na cidade de Patos de Minas (MG).

O diagnóstico encontra-se apresentado por meio de uma pesquisa quali-quantitativa que tem como objetivo principal compreender e interpretar o estudo eleito, no sentido de identificar o índice de rotatividade de funcionários do setor de enfermagem do referido hospital. Na abordagem quantitativa, os dados podem ser quantificados e centralizados na objetividade, cuja realidade pode ser entendida apenas com embasamento na análise de dados brutos, tratados com o auxílio de instrumentos uniformizados e neutros. Esse tipo de pesquisa procura a linguagem matemática para apresentar as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis. Enquanto que a pesquisa qualitativa se define como qualquer forma de coleta de dados que objetiva descrever conteúdos referentes a algum contexto. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

O universo desta amostra abarcou a empresa HNSF. A amostra abrangeu o setor de enfermagem que nela atua e foi não probabilística intencional e contou com 46 profissionais.

Os instrumentos de coleta de dados deste estudo, contam com três roteiros: Roteiro para levantar dados institucionais relacionados ao *Turnover*; Roteiro para consultar fichas de desligamento dos funcionários demitidos nos anos de 2018 e 2019 e Roteiro para levantar dados relacionados às variáveis influenciadoras do *Turnover* aplicado a gestora do departamento de pessoal do HNSF.

A pesquisa foi realizada na segunda quinzena do mês de agosto de 2020.

A análise dos dados foi realizada mediante programa Excel que permite uma estatística descritiva e objetiva resumir e compreender os dados levantados que são aqui apresentados através de gráficos e tabelas e discutidos junto a teoria analisada.

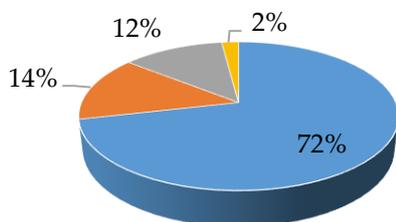
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Turnover constitui rotatividade de funcionários no ambiente organizacional significa o movimento de entrada e saída de pessoal, dado a uma determinação do empregador ou do empregado. Essa rotatividade torna-se preocupante quando escapa do controle organizacional, cuja iniciativa de sair da empresa parte dos funcionários. Se as saídas são maiores do que as entradas, a tendência é reduzir as operações e, portanto, os resultados. (CHIAVENATO, 1981), (SILVEIRA, 2011), (ECKERT *et al.* 2011).

O presente estudo, portanto, buscou identificar o índice de *turnover* e seus fatores determinantes no setor de enfermagem do Hospital Nossa Senhora de Fátima – HNSF, situado na cidade de Patos de Minas (MG).

Primeiramente, o Gráfico 1 apresenta a amostra estudada.

Gráfico 1: Amostra estudada



- Técnico de Enfermagem
- Enfermeiro
- Coordenador de Enfermagem
- Auditoria de Enfermagem

Fonte: pesquisa de campo realizada no HNSF (2020).

De 46 participantes deste estudo, a maioria da amostra se compôs de (72%) de técnicos de enfermagem, o que deixa latente o quanto essa força de trabalho é fundamental para a instituição estudada, haja vista que se refere a maioria absoluta dos profissionais de enfermagem que lá prestam os seus serviços.

Em suas diferentes áreas de atuação, a enfermagem, é uma grande força de trabalho, o que leva a múltiplas jornadas de trabalho com intervalos pequenos para descansar. Com isso, surge a vulnerabilidade que suscita questionamentos sobre o reconhecimento desta função, levando à rotatividade de pessoal. O desligamento de técnicos e auxiliares de enfermagem pode interferir na qualidade do serviço, na produtividade do trabalho em equipe e no alto custo financeiro dos processos admissionais e demissionais. (SILVA, SANTOS e HILLESHEIM, 2018).

No Hospital Nossa Senhora de Fátima (HNSF), por exemplo, especificamente nos anos de 2018 e 2019, houveram dispensas, muitos pedidos de demissão, pedidos de licença e término de contrato, fatores estes que podem fazer oscilar o índice de rotatividade. No ano de 2018 deixaram de trabalhar no HNSF 20 profissionais, sendo 14 da área técnica de enfermagem e no ano de 2019, foram 26 profissionais, sendo 19 da área de enfermagem.

Muitos podem ser os motivos que levam funcionários a partirem para o desligamento, estes envolvem, pedidos de demissão por descontentamento com

TURNOVER DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NOS SERVIÇOS HOSPITALARES:
CASO HOSPITAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – HNSF

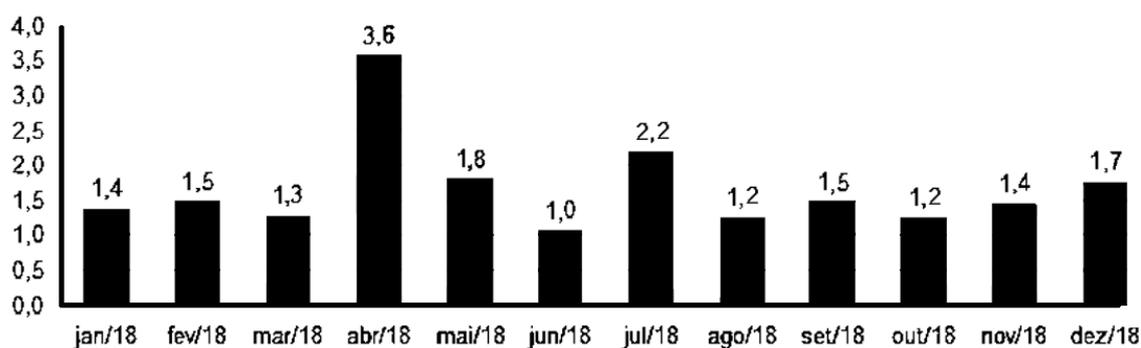
determinadas políticas das empresas, falta de motivação, ou probabilidade de conseguir melhor colocação profissional. (MEDEIROS; ALVES; RIBEIRO, 2012).

O tempo de permanência retratado em meses de trabalho dos profissionais de enfermagem no HNSF que pediram demissão nos anos de 2018 e 2019 foi bastante diversificado, notando-se o mínimo de permanência de 2 meses e o máximo de 183 meses.

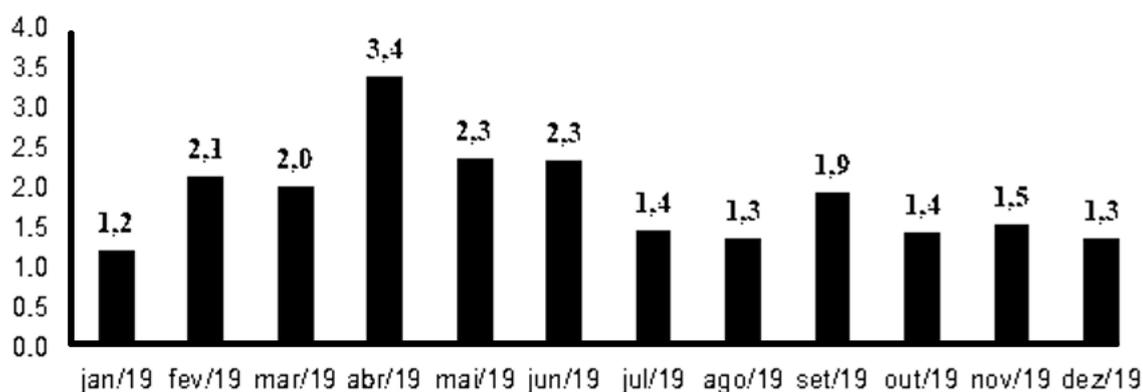
O índice de *turnover* foi calculado por meio da fórmula: número de funcionários desligados, dividido pelo número do efetivo médio de funcionários existentes no final do período analisado, multiplicado por 100. Os resultados mostraram alto índice de *turnover* procedentes de falhas, tanto no recrutamento quanto na seleção de candidatos que não atendiam ao perfil da vaga ou que não tinham habilidade para desenvolver as tarefas eficientemente. (COUTO e SILVA, 2020).

Conforme levantamento nos anos de e 2018 e 2019 foi constatada taxa de *turnover* no Hospital Nossa Senhora de Fátima, cujo Índice obtido foi de cerca de 1,4% ao ano, a fórmula utilizada para medir o *turnover* foi a seguinte: $\frac{\text{Admitidos} + \text{Demitidos}}{2} \times 100/2$. Observe-se o gráfico 2 da rotatividade dos anos de 2018 e 2019.

Gráfico 2: Índice de Rotatividade 2018 e 2019
Índice de Rotatividade (2018)



Índice de Rotatividade (2019)



Fonte: pesquisa de campo (2020).

Muito embora o Índice de Rotatividade tenha apresentado uma média de 1,4% ao ano em 2018 e 2019. Observa-se no Quadro 3, que, no ano de 2018, os meses de janeiro (1,4), abril (3,6), julho (2,2) e dezembro (1,7) apresentaram maiores percentuais de rotatividade.

E, no ano de 2019, constatam-se maiores percentuais de Índice de Rotatividade nos meses de fevereiro (2,1), março (2,0), maio (2,3), junho (2,3), agosto (1,3), setembro (1,9), outubro (1,4) e novembro (1,5). Mas, ao comparar ambos os anos, nota-se que o maior índice (3,6) e menor índice (1,0) ocorreram em abril e junho de 2018, respectivamente.

De modo geral, os índices de rotatividade nos anos estudados não oscilam exponencialmente, nota-se certa linearidade nos indicadores dos respectivos meses. Exceto nos meses de julho (2,2) de 2018 e julho (1,4) de 2019, com uma diferença relativamente maior (0,8) se comparada com os demais meses de ambos os anos.

A rotatividade da equipe de enfermagem configura um grande desafio para os administradores de hospitais, tanto pelos impactos provocados na assistência à saúde dos pacientes, como nos custos. A permanência dos trabalhadores nessas instituições pode estar associada diretamente com a qualidade dos ambientes de prática, satisfação e bem-estar. Portanto, análises relacionadas à rotatividade, promovem contribuições para os gestores de enfermagem, com a probabilidade de se refletir em intervenções de curto prazo para solucionar as não consonâncias observadas nas entidades de saúde. (CORRÊA, 2020).

A rotatividade de pessoal pode se transformar em um problema quando as suas taxas se alteram frequentemente. Se isso ocorrer, as instituições devem tentar equilibrar as taxas de rotatividade, uma vez que, essa estabilização garante qualidade e eficácia produtiva na organização. Para tanto, a organização tem que estabelecer uma relação humanizada para que a equipe esteja sempre integrada, com boas condições de trabalho, segurança física, social, financeira e emocional aos profissionais. (STANCATO; ZILLI, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo identificou o índice de rotatividade de funcionários no setor de enfermagem do Hospital Nossa Senhora de Fátima nos últimos dois anos e ainda observou suas respectivas políticas de recursos humanos.

Conforme o estudo realizado nos anos de 2018 e 2019 foi verificada uma taxa de *turnover* no Hospital Nossa Senhora de Fátima, cujo índice obtido foi de cerca de 1,4% ao ano, a fórmula usada para medir o *turnover* foi a seguinte: $\frac{\text{Admitidos} + \text{Demitidos}}{100/2}$

O Hospital Nossa Senhora de Fátima, não apresenta altos índices de *turnover* e suas políticas de recursos humanos acompanha a tendência do mercado de Patos de Minas (MG).

As políticas de recursos humanos do HNSF envolvem treinamento e desenvolvimento profissional, em que a instituição oferece oportunidade para novos colaboradores. Mas, a teoria estudada deixou claro que o treinamento é diferente do desenvolvimento. O desenvolvimento gerencial comumente é designado aos

TURNOVER DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NOS SERVIÇOS HOSPITALARES:
CASO HOSPITAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – HNSF

profissionais mais veteranos que estão sendo preparados para cargos mais altos para promover ao treinando maior percepção do *business* ou a vaga de cargos hierárquicamente mais altos.

No HNSF, de modo geral, os colaboradores cultivam um bom relacionamento com os superiores, a instituição prepara a equipe para o acolhimento a novos funcionários e verifica-se uma relação de confiança entre os colegas e solidariedade entre a equipe. Realidade esta já esperada, pois a própria instituição divulga em seu site e mídia geral que os seus valores incluem equipe multiprofissional em processo contínuo de melhoria que visa trabalhar de forma integrada, priorizando ética nas relações e de competências de relacionamento intra e interpessoal.

Uma limitação deste estudo incide no fato de não ter tido a oportunidade de aplicar um questionário abrangente diretamente aos profissionais do setor de enfermagem do HNSF, isso devido, aos contratemplos gerados pela pandemia mundial de Covid que preconizou o distanciamento social e, por conseguinte, a não possibilidade de se reunir com os enfermeiros.

Oportunamente, sugere-se prosseguir com outro estudo que possa atender o objetivo de realizar uma pesquisa junto aos profissionais de enfermagem, na esperança de saber a partir dos mesmos, como se estabelecem as políticas pertinentes a rotatividade de pessoal e as ações de recursos humanos adotadas pela gestão para essa área.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Marcelo. Como anda a rotatividade de funcionários dentro de nossas empresas? “*Turnover*” - Medindo a Rotatividade de Pessoas. Publicado em 16/02/2009. **Rehagro – Recursos Humanos de Agronegócios**. Disponível: <http://www.rehagro.com.br/siterehagro/printpublicacao.do?cdnoticia=1276> Acesso: 06 jun. 2020.

COUTO, Anderson; SILVA, José Roberto Domingues da. **O processo de recrutamento e seleção e sua relação com o turnover em uma rede de lojas de varejo na região sul do país**. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização Lato Sensu MBA em Gestão de Pessoas, do programa de Pós-graduação do Centro Universitário FAG. Paraná, 2020. 22p. Disponível em: <http://tconline.fag.edu.br:8080/app/webroot/files/trabalhos/20200417-193025.pdf> Acesso em: 31 julho 2020

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. 9. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CORRÊA, Bárbara Soares. **Rotatividade da equipe de enfermagem em hospital privado**. Dissertação (mestrado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22134/tde-06072020-162002/en.php>. Acesso em: 09 out. 2020.

DUTRA, Evelyn de Britto. **Qualidade da saúde no Brasil: um retrato do seu desempenho baseado na abordagem sistêmica**. 2019. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/23826>. Acesso em: maio 2020.

ECKERT, Alex *et al.* As motivações e os reflexos do *turnover* em termos contábeis e econômicos numa entidade sem fins lucrativos no município gaúcham de Caxias do Sul. *In: XIII CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL*, Rio Grande Sul, 2011.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KLEINERT, Leila Fátima; NEVES, Luiz Fernando Costa. As causas da rotatividade de pessoal – estudo de caso em uma rede de lojas de calçados infantis situada no Rio Grande do Sul. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica**, n. 8, p. 206-233, 2018. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/administracao/article/view/792/595>. Acesso em: mai. 2020.

LACOMBE, Francisco. **Recursos Humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2005.

LACOMBE, Francisco. **Recursos humanos: princípios e tendências**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. **Administração: princípios e tendências**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de Recursos Humanos – PRH**. São Paulo: Atlas, 2014.

TURNOVER DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NOS SERVIÇOS HOSPITALARES:
CASO HOSPITAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – HNSF

LOPES, Tomás de Vilanova Monteiro. Movimentação de Pessoal. **Revista do Serviço Público**. Arquivos v. 97, n. 1, 1965. ENAP 2017. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2841/1669>. Acesso em: 08 jun. 2020

MACÁRIO, Daniel Lucas Tavares *et al.* A importância do recrutamento para redução do turnover das organizações do século XXI. 28, 29, 30 de outubro. **XII SEGET - SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO DE TECNOLOGIA**. TEMA 2015. OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS E DESENVOLVIMENTO, p. 09-24. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/16922346.pdf>. Acesso: 28 jul. 2020.

MEDEIROS, R. K. R.; ALVES, R. C.; RIBEIRO, S. R. S. Turnover: uma análise dos fatores que contribuem para a decisão de sair da empresa dos colaboradores da alfa comércio Ltda. **Revista Connexio**, 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATOS DE MINAS. **Plano Municipal de Saúde - 2018-202**. Patos de Minas, 2018.

SILVA, I.; SANTOS, P. M.; HILLESHEIM, B. Rotatividade de técnicos em enfermagem na área hospitalar. **São de Ensino e Extensão: inovação na aprendizagem**, Unisc. p. 1-1, 2018. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/salao_ensino_extensao/article/view/18624. Acesso: 10 out. 2020.

SILVEIRA, C. C. **Análise de turnover na Química Brasil Ltda**. Trabalho de Conclusão de Curso, Porto Alegre 2011.

STANCATO, Kátia; ZILLI, Priscila Trentin. Fatores geradores da rotatividade dos profissionais de Saúde: uma revisão de literatura. Campinas (SP), **Revista de Administração em Saúde (RAS)**, v. 12, n.,47, p.87-99, Abr-Jun, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman. 2001.

ZEUCH, Matheus. Reduzindo o índice de rotatividade. **Matheus Zeuch Empreendedorismo e Administração de pequenas empresas**, 2007. Disponível: <http://matheuszeuch.com/reduzindo-o-indice-de-rotatividade/print/>. Acesso em: 08 jun. 2020

ZEUCH, Matheus. Custos da alta rotatividade. 2008. **Matheus Zeuch Empreendedorismo e Administração de pequenas empresas**. Disponível: <http://matheuszeuch.com/custos-da-alta-rotatividade/print/> Acesso em: 08 jun. 2020.

TURNOVER EM DISTINTOS SETORES EM UMA INDÚSTRIA¹

Késsia Soares Magalhães²
Gustavo de Magalhães Vieira³

RESUMO: Este estudo teve como objetivo averiguar as principais causas e consequências do *turnover* em 7 diferentes departamentos de uma indústria localizada no interior do estado de Minas Gerais. Foi do tipo descritiva com abordagem qualitativa. Os sujeitos da pesquisa foram 7 gestores de diferentes departamentos, os quais foram escolhidos pelo critério de acessibilidade. Após a análise dos resultados constatou-se que as causas geradoras de *turnover* se alteram de um departamento para outro. Verificou-se ainda que os setores que trabalham durante o turno comercial e que a maioria dos funcionários trabalham na área de formação tem índice baixo de *turnover*, diferentemente dos setores que exigem, por exemplo, esforço físico, onde o *turnover* é considerado alto.

PALAVRAS-CHAVE: *Turnover*, departamentos e indústria.

ABSTRACT: This study aimed to investigate the main causes and consequences of *turnover* in 7 different departments of an industry located in the interior of the state of Minas Gerais. It was descriptive with a qualitative approach. The research subjects were 7 managers from different departments, which were chosen according to the accessibility criterion. After analyzing the results, it was found that the causes of *turnover* change from one department to another. It was also found that the sectors that work during the business shift and that most employees work in the training area have a low *turnover* rate, unlike the sectors that require, for example, physical effort, where *turnover* is considered high.

KEYWORDS: *Turnover*, departments and industry.

1 INTRODUÇÃO

Buscando permanecer em constante desenvolvimento, toda e qualquer empresa deverá ser capaz de controlar os recursos humanos, a começar pela realização de processos de seleção e treinamento estruturados e atualizados. Assim fazendo, acredita-se que estas contarão com profissionais competentes para desempenhar tarefas no presente e futuro na busca contínua por melhores resultados (LACOMBE, 2012).

Chiavenato (2002) explica que ainda que as organizações passem a adotar os princípios e técnicas de recursos humanos, não estarão isentas de vivenciar desafios e obstáculos nas relações humanas. Um desafio vivenciado pelas organizações atualmente é o *turnover*, ou seja, a rotatividade de funcionários, a qual é tido por muitas companhias como benéfico e por outras como prejuízo.

¹ Trabalho apresentado na área temática 3 - Educação e pesquisa em Contabilidade do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de graduação do 8º período do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: kessiasm@unipam.edu.br.

³ Orientador do trabalho e professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: gustavomv@unipam.edu.br.

É diante dos prejuízos advindos do aumento do *turnover* nas organizações, que muitos departamentos de recursos humanos têm procurado estudar os motivos geradores de aumento e ou redução do mesmo nas organizações. Neste sentido, faz-se os seguintes questionamentos: Qual é o índice de *turnover* em distintos departamentos de uma indústria? Quais os motivos geradores destas ocorrências?

É na busca por responder os questionamentos acima que este estudo teve como objetivo geral verificar os índices de *turnover* em sete departamentos distintos de uma indústria localizada no interior de Minas Gerais. Para fazer cumprir o objetivo geral estipulou-se como objetivos específicos: verificar os motivos que elevam e ou reduzem os índices de *turnover* em cada um dos departamentos estudados; listar os impactos ocasionados com o aumento do *turnover* na organização.

O desenvolvimento deste estudo se justificou, ao possibilitar que a organização estudada – indústria – tomasse a ciência dos índices de *turnover* em cada um dos seus departamentos para, a partir de então, desenvolver planejamentos e ou projetos capazes de minimizar a rotatividade organizacional e, em consequência deste feito, seus custos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DE PESSOAS NAS EMPRESAS

Diante das novas exigências nas relações de trabalho as empresas foram tendo cada vez mais a necessidade de utilizar técnicas aplicadas à gestão de pessoas. Para Chiavenato (2004) o departamento de gestão de pessoas dentro das organizações tem três funções básicas muito importantes para toda e qualquer empresa. Além de ser responsável por contratar, treinar, comunicar e cuidar da higiene e segurança do trabalho contribui também nos processos de planejamento e negociações em relação aos direitos e benefícios dos funcionários e evidencia o quanto os profissionais são essenciais para o desenvolvimento organizacional.

Sobre a Gestão de Pessoas Vergara (2016) explica que as empresas somente registaram resultados positivos se tiverem um olhar para com as pessoas. Sobre isso, o mesmo autor complementa que para alcançar seus objetivos as empresas necessitarão de pessoas que se esforcem para o melhor desenvolvimento de suas atividades, independentemente do setor em que estiverem inseridas.

Uma boa gestão de pessoas deve encontrar também as melhores formas para contribuir com a redução do índice de *turnover*, ou seja, de rotatividade (OLIVEIRA, 2006). Para tanto, é importante que se atente ao desempenho dos processos de recrutamento e seleção de trabalhadores – próximos tópicos desta seção.

2.2 FORMAS E CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO DE COLABORADORES PARA CARGOS DISPONÍVEIS

Segundo Chiavenato (2014) a seleção de pessoas é o método utilizado para fazer escolhas entre candidatos que melhor se encaixem às necessidades das empresas. Para tanto, serão desenvolvidos – no processo de seleção – diversos procedimentos que

poderão auxiliar o gestor e ou profissional de recursos humanos nesta escolha (LIMONGI-FRANÇA; ARELLANO, 2002).

Dentre as várias técnicas de seleção, a mais utilizada é a entrevista, a qual permite a comunicação entre duas ou mais pessoas no intuito de buscar informações sobre o entrevistado, verificando inclusive as suas aptidões (CHIAVENATO, 2014).

Outras técnicas comuns são as avaliações de competências e a aplicação de dinâmicas. Em relação a avaliação de competências. Permite analisar não somente as características de personalidades, mas também o comportamento social dos candidatos (MARRAS, 2016). Já em relação a aplicação das dinâmicas, torna-se possível afirmar que estas possibilitam avaliar, por exemplo, como os candidatos se comportam ao desempenharem trabalhos em equipe (PASSOS; CARVALHO; SARAIVA, 2008).

Quando a empresa seleciona as pessoas, ela espera que estas se desenvolvam na organização. Para conquistar e reter profissionais evitando o *turnover*, Chiavenato (2014) explica que a empresa deverá adotar procedimentos capazes de deixar os funcionários com o sentimento de realização. Neste sentido, é certo afirmar que a gestão de pessoas deverá se preocupar com o clima, cultura e comportamento organizacional.

2.4 A SATISFAÇÃO NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

A satisfação no trabalho é o nível de sentimento do funcionário dentro da empresa, ocasionada por causas internas e ou externas, que podem causar contentamento, ou pelo contrário, desagrado (LOCKE, 1969). Neste sentido, torna-se possível afirmar que a motivação e o reconhecimento são fatores que geram satisfação no ambiente de trabalho.

É normal que as pessoas tenham vontade de serem reconhecidas, afinal, na maioria das vezes se entregam completamente no desempenho de suas funções dentro das empresas (VERGARA, 2016). Siqueira e Gomide (2004) afirmam que reconhecimento tem relação com as formas de recompensas pela execução de tarefas. Tal recompensa pode ser feita nas formas de remunerações e ou incentivos oferecidos aos colaboradores.

Para Silva (2002) as remunerações e incentivos deverão estar descritas nos planos de cargos e salários das organizações, o qual relaciona-se a um método bastante utilizado pelas as empresas para um melhor retorno dos colaboradores que por ventura identifiquem no plano, possibilidades de crescimento – financeiro ou não – dentro da organização.

É certo afirmar que ao descrever as remunerações e incentivos possíveis de serem conseguidos pelos colaboradores no plano de cargos e salários da organização, a empresa estará gerando satisfação por parte dos colaboradores no ambiente de trabalho. Ao gerar satisfação estará proporcionando qualidade de vida no trabalho.

Limongi-França (2012) reforça em seus estudos que a qualidade de vida no trabalho traz mais entusiasmo para o ambiente laboral. Faz com que os colaboradores se coloquem mais engajados e motivados a entregar melhores resultados. Para o mesmo autor a qualidade de vida no trabalho evita, inclusive, o *turnover*.

2.5 TURNOVER

Turnover é o mesmo que admissão e ou desligamento de colaboradores em determinada empresa de maneira voluntária ou não (ROBBINS, 2002). Enquanto o desligamento voluntário é causado por determinação e atitude dos próprios colaboradores – que podem justificar tal feito em virtude da oferta de trabalho em outra empresa – a involuntária acontece quando o trabalhador não é mais demandado pela empresa e, por este motivo, é demitido.

Sobre isso, Chiavenato (2009) explica que as organizações deverão criar mecanismos para melhorar as relações de trabalho e, assim, evitar o desligamento voluntário, o qual poderá gerar custos financeiros para a organização com a contratação de novos colaboradores que muito provavelmente demandam treinamento e tempo até que se tornem de fato produtivos.

Existem várias formas de se calcular o índice de *turnover* dentro das organizações. Na fórmula 1 é possível observar uma das equações propostas por Chiavenato (2015). Vale ressaltar que as letras “A”, “D” e “EM” referem-se ao número de admissões, demissões e média de funcionários, respectivamente.

Fórmula 1: Equação dos índices de rotatividade geral.

$$\text{Índices de rotatividade geral} = \frac{\frac{A + D}{2} \times 100}{EM}$$

Fonte: Chiavenato (2015).

Ao observar a fórmula 1 é possível tomar ciência que na busca pela apuração do índice de *turnover* torna-se necessário somar o total de admissões com o total de demissões do período estudado. Posteriormente, deve-se dividir o valor encontrado por 2 e multiplicar por 100. Por fim, realiza-se uma nova divisão pela média de funcionários do período estudado. Através do cálculo do índice de *turnover*, o departamento de recursos humanos conseguirá obter informações relevantes para a sua tomada de decisão (CHIAVENATO, 2015). Segundo Breancini e Dreux (2015) tal índice permitirá analisar também os motivos que fizeram com que tais colaboradores deixassem a organização.

Estas análises são consideradas importantes, principalmente, em virtude de que os gastos com *turnover* de pessoas afetam a produtividade e em consequência disto, geram custos financeiros não previstos pela organização. De acordo com Chiavenato (2009) os custos com o *turnover* são classificados em primários, secundários e terciários. Os primários são aqueles relacionados ao desenvolvimento do recrutamento, seleção e demissão do colaborador. Já os secundários são os custos indiretos ocasionados nas demissões e admissões, ou seja, o prejuízo na produção em virtude da falta de alguém qualificado produzindo e ou demais custos extraordinários trabalhistas e funcionais exigidos pela legislação brasileira.

3 METODOLOGIA

Em virtude de não serem utilizados números e ferramentas estatísticas nas análises deste estudo, a abordagem se deu como qualitativa. A unidade de análise e os sujeitos da pesquisa são os mesmos. Tratam-se de 7 gestores de departamentos distintos de uma mesma indústria localizada no interior de Minas Gerais.

Para a coleta de dados os profissionais supramencionados serão escolhidos pelo critério de acessibilidade. Posteriormente, será agendada uma reunião com os mesmos para a explicação do projeto. Somente após o aceite dos mesmos é que será agendado um novo encontro para a aplicação da entrevista, o qual será gravado para posterior transcrição e análise dos resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS E DEPARTAMENTOS

O quadro 1 apresenta o perfil dos profissionais que foram entrevistados. Buscando preservar a identidade dos mesmos, estes serão denominados de Gestor 1, Gestor 2, Gestor 3, Gestor 4, Gestor 5, Gestor 6 e Gestor 7.

Quadro 1: Perfil dos entrevistados

NOME	SEXO	IDADE	FORMAÇÃO	CARGO	TEMPO DE CARGO	TEMPO DE EMPRESA
Gestor 1	M	39	Superior Pós-Graduado	Gerente (Não quis identificar a área)	7 anos	21 anos
Gestor 2	M	37	Superior Completo	Gerente Expedição	16	16
Gestor 3	M	42	Superior Completo	Gerente da Qualidade	8 anos	21 anos
Gestor 4	M	36	Superior Completo	Gerente Transporte	2,5 anos	10,5 anos
Gestor 5	M	42	Superior Completo	Gerente Contabilidade	11 anos	20 anos
Gestor 6	M	42	Superior Completo	Gerente Financeiro	6 anos	6 anos
Gestor 7	M	49	Superior Pós-Graduado	Gerente Manutenção	6 anos	6 anos

Fonte: elaborado pela autora através da coleta de informações da pesquisa, 2020.

Ao analisar o quadro 1 é possível identificar que todos os entrevistados são do sexo masculino e possuem curso superior. Com relação à faixa etária, constatou-se que esta varia de 36 a 49 anos. Notou-se também que todos os entrevistados já atuam como gerente de departamentos distintos de uma mesma indústria há no mínimo 2 anos, com tempo de empresa de no mínimo 6 anos e no máximo 21 anos.

Vale destacar que a indústria em que os mesmos trabalham apresenta mais de 7 departamentos. Diante da informação, necessário se faz informar que não é possível entrevistar os gerentes de todos os departamentos, visto a não acessibilidade para com

os mesmos. No quadro 2 é possível tomar ciência da quantidade de colaboradores registrados em cada um dos 7 departamentos estudados.

Quadro 2: Perfil dos departamentos

DEPARTAMENTO	GESTORES	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	NÍVEL DO ÍNDICE DE <i>TURNOVER</i> NO SETOR
Não quis identificar	Gestor 1	120	Médio
Expedição	Gestor 2	84	Pequeno
Laboratório	Gestor 3	40	Pequeno
Logística	Gestor 4	250	Médio
Contabilidade	Gestor 5	17	Pequeno
Financeiro	Gestor 6	8	Pequeno
Manutenção	Gestor 7	60	Médio

Fonte: elaborado pela autora através da coleta de informações da pesquisa, 2020.

Verifica-se no quadro 3 que a quantidade de funcionários em cada um dos departamentos varia bastante – de 8 a 250. Observa-se também que a maioria dos gestores acredita que o departamento tem um nível pequeno de índice de *turnover*. Destes, somente os gestores 1, 4 e 7 consideraram os índices em questão como de nível médio.

4.2 RESULTADOS E ANÁLISES DA PESQUISA

Para atingir a finalidade da pesquisa, foi utilizado um roteiro de entrevista com o propósito de averiguar as causas e os impactos dos índices de *turnover* segundo os gestores dos 7 departamentos distintos.

As perguntas elaboradas na entrevista foram desenvolvidas com objetivo de compreender os seguintes pontos: qual a opinião dos entrevistados em relação ao *turnover* do seu departamento; se os mesmos consideram o nível de *turnover* pequeno, médio ou grande; se acreditam que o *turnover* atende ou prejudica a empresa / departamento; quais os motivos que levaram a ter os índices de *turnover* registrados atualmente no departamento; quais os impactos que o *turnover* causa no departamento em relação ao clima organizacional, quando do treinamento de um novo colaborador; qual a média de tempo gasto – esperado pelo departamento – para que um novo colaborador possa desempenhar adequadamente suas atribuições, e; o que o departamento tem feito para manter o vínculo empregatício com seus colaboradores.

Discorrendo em relação ao tema do *turnover*, Chiavenato (2010) conceitua como sendo o fluxo de entradas e saídas de pessoas em uma organização, ou seja, às entradas de pessoas para compensar as saídas de pessoas das organizações. Neste contexto buscou-se saber dos gestores entrevistados se o índice de *turnover* no departamento atende ou prejudica o mesmo. Neste quesito, a maioria dos gestores sinalizaram acreditar que o índice de *turnover* atende o departamento.

“Hoje ele está atendendo. Se ele fosse alto prejudicaria muito, pois pegar um funcionário novo e treinar até ele adequar as normas da empresa e atender o que a empresa precisa leva um tempo. Então

quanto mais troca, mais problemas. Mas pode ser melhorado” (Gestor 4).

Somente os gestores 1 e 7, argumentaram que tal índice prejudica o setor. Sobre isso, o Gestor 1 relatou o seguinte: “como trabalharmos com operação, seguimos preceitos de melhorias contínuas. O que mais prejudica é a não padronização das atividades operacionais”.

As causas do *turnover* são inúmeras e podem ser motivadas por questões pessoais do empregado, ou podem advir da escolha da empresa em desligar o funcionário (MEDEIROS; ALVES; RIBEIRO, 2012). Ao serem questionados sobre quais motivos justificam os índices de *turnover* no departamento foram relatadas questões salariais, chances de crescimento profissional, turnos de trabalho e clima organizacional. Neste sentido, os mesmos sinalizaram que os índices baixos de *turnover* em seus departamentos se devem ao fato de a indústria oferecer boas condições e ambiente de trabalho agradável.

“O ambiente do setor é muito bom. Tem uma boa integração entre os membros dos setores, valorização dos bons valores, oportunidade de crescimento profissional, modelo de gestão de cooperativismo. Sem contar que os funcionários têm liberdade para discutir as suas ideias”. (Gestor 6)

“Antigamente o *turnover* já chegou a ser bastante alto. Tempos atrás, quando a gente trabalhava mais fazendo carga estivada. É quando o expedidor pega a caixa manual e vai fazendo a carga. Hoje a gente faz mais paletizado. Antigamente, 62% do volume nosso era paletizado e 38% era estivado. Esse estivado provocava muito adoecimento na turma. Tinha muitos problemas, muito desgaste físico, muitos problemas com os funcionários por questões de saúde. Enfim, várias questões. Hoje esses 38% que era lá em 2016, hoje é 1%. Então diminuiu muito o meu *turnover*”. (Gestor 2)

De acordo com Luz (1996) o objetivo mais importante do estudo do clima organizacional é melhorar o convívio da empresa com os empregados, disponibilizando não só condições de trabalho apropriadas através do oferecimento de possibilidades de progresso dentro da empresa, mas também um bom ambiente de trabalho. Em relação aos impactos causados pelo *turnover* no clima organizacional, os gestores demonstraram seus pontos de vistas, argumentando que:

“Afeta, porque cria expectativas entre os outros funcionários. Por exemplo, os funcionários que estão em funções mais baixas vão poder melhorar de função e nesses casos às vezes podem ter problemas, porque às vezes não estão preparados”. (Gestor 7)

“Depende do motivo. Se ele está saindo para uma oportunidade melhor, aí não tem clima pesado, agora se ele está saindo por uma insatisfação que é dele, que ele queria algo melhor que aquilo que a gente não consegue fornecer, isto até gera um desconforto, mas eu acho que não chega gerar um desconforto ao ponto de contaminar a equipe,

a não ser que eu deixe esse funcionário e por algum motivo eu não posso desligá-lo e ele tenha que ficar, aí sim prejudica". (Gestor 2)

De acordo com Fidelis (2014) o treinamento indica o aumento do potencial de conhecimento das pessoas para executar determinada atividade no ambiente de trabalho. No quadro 3 é possível verificar o tempo gasto para treinar um novo colaborador em cada um dos 7 departamentos estudados.

Quadro 3: Tempo de preparação de novos colaboradores nos departamentos

GESTORES	TEMPO DE PREPARAÇÃO
Gestor 1	Varia de algumas semanas a um ano.
Gestor 2	No mínimo três meses, mas pode variar até seis meses.
Gestor 3	Um ano.
Gestor 4	Varia de um mês até três meses.
Gestor 5	De três a quatro meses.
Gestor 6	Cargo de assistente seis meses e analista três anos.
Gestor 7	Dois anos.

Fonte: elaborado pela autora através da coleta de informações da pesquisa, 2020.

No quadro 3 é possível identificar que o tempo gasto na preparação de novos colaboradores varia muito de departamento para departamento. Variam, inclusive, dentro dos próprios departamentos, a depender da função que cada novo colaborador desempenha no departamento.

Para Silva (2001) é essencial diminuir o índice de *turnover*, pelo fato de que o mesmo eleva os custos do negócio. Ao questioná-los em relação ao custo do *turnover*, os gestores 1, 3, 4, 6 e 7 responderam que este é elevado. Já os gestores 2 e 5 responderam que são baixos nos seus departamentos.

"O custo para o meu setor é baixo. Esse ano os desligamentos que a gente fez foram poucos, foi mais no início do ano, mas depois que começou a pandemia está um sossego. E mesmo quando o *turnover* era alto o custo era baixo, pois o treinamento é interno, não tem nenhum tipo de função nossa que tenha que fazer treinamento externo. A despesa mesmo é mais de rescisão". (Gestor 2)

"É elevado, porque esse tipo de funcionário o salário dele é diferenciado, então o custo para a empresa é alto para fazer os desligamentos e um custo maior ainda para fazer o treinamento". (Gestor 7)

Os entrevistados também foram perguntados se a pandemia COVID 19 trouxe mudanças em relação ao *turnover*. Sobre isso, apenas os gestores 1, 2, 4 e 5 afirmaram haver o registro de mudanças. O gestor 4 mencionou que "o *turnover* diminuiu, porque os funcionários ficaram mais resilientes, e não quiseram apostar na incerteza. Preferiram continuar na empresa como garantia de trabalho".

Sobre o tema abordado, os autores Wagner e Hollenbeck (2009) afirmam que quando ocorre o *turnover* a empresa perde o investimento gasto no desenvolvimento do

funcionário desligado e gera um novo custo com o treinamento do novo colaborador. Para finalizar a entrevista, os gestores foram questionados sobre o que tem sido feito para manter o vínculo empregatício por mais tempo com seus funcionários.

“Aqui a gente trabalha muito com questões de reconhecimento das pessoas e quando a gente fala em reconhecimento, não é só o reconhecimento financeiro. O reconhecimento também do dia-a-dia de trabalho é muito importante. A questão do *feedback*, do elogio. Quando cabe ouvir as pessoas, deixar elas contribuírem positivamente em suas atividades, buscar atender os anseios e atender as necessidades que cada pessoa tem [...]. Sempre entregar o seu melhor dentro das suas atividades e também uma coisa que acho que ajuda é a questão salarial. A empresa paga sempre em dia, o salário não é ruim e as pessoas se sentem responsáveis pelo sucesso da empresa. Pelo sucesso e pelas conquistas da empresa. Então acaba que as pessoas se sentem um pouco donos da empresa”. (Gestor 3)

“Hoje com essa mudança na jornada melhorou muito. Deixar o funcionário descansar, melhorou muito o atendimento a eles fora da estrada e a gente tenta atender ele bem quando retorna para a empresa com algum problema. Não deixar ele esperando, da atenção para ele, que faz com que ele comece a ter mais atenção com a empresa também. Ocorre uma reciprocidade”. (Gestor 4)

O *turnover* nada mais é que um fator que exige cuidado contínuo pelo gestor na empresa. É essencial compreender o *turnover*, pois é um agente de competitividade no mercado de trabalho por causar perda intelectual, de conhecimento e de informações para a empresa (QUÉGE, 2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou analisar as causas e os impactos do *turnover* em diferentes setores de uma indústria. Ao analisar as respostas obtidas por meio de entrevistas com os gestores responsáveis por cada um dos departamentos, foi possível verificar que as causas de *turnover* se alteram entre os setores. No administrativo, por exemplo, encontrou-se registros de baixo *turnover*, por funcionar durante o turno comercial e oferecer salários considerados bons para cidade em que a indústria está instalada. Além disso, notou-se que a maioria dos colaboradores deste departamento desempenham funções compatíveis com a área de formação.

Outro fator observado nas análises foi que o esforço físico é algo que provoca o aumento do *turnover*, da mesma forma que a diminuição da jornada de trabalho, aumento salarial e possibilidade de crescimento reduzem o mesmo. Diante disso, constatou-se que, de fato, a qualidade de vida no trabalho é fundamental para a permanência dos trabalhadores. Ficou constatado também que o *turnover* causa a elevação dos custos na maioria dos departamentos. Principalmente, daqueles que demandam treinamentos externos.

Diante do acima mencionado, é possível afirmar que o estudo atingiu os objetivos pretendidos, ao passo que possibilita a reflexão do assunto pelos gestores da indústria estudada e demais interessados que porventura façam a leitura do mesmo.

Dentre as dificuldades encontradas na execução do estudo, destaca-se a disponibilidade de tempo dos entrevistados para responder o roteiro de entrevista. Isto, principalmente, por se tratar de um período de distanciamento ocasionado em virtude da pandemia COVID 19.

REFERÊNCIAS

BREANZINI, Adilar João. DREUX, Virgínia Palva. **Rotatividade de pessoal: um estudo de caso em uma empresa do ramo da construção civil**. 2015. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/exatas/article/view/1827/1080>. Acesso em: 19 maio 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. 494 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal: como agregar talentos à empresa**. 8. ed. Barueri: Manole, 2015. 168 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal: como agregar talentos à empresa**. 7. ed. Barueri: Manole Ltda, 2009. 177 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. 9. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 506 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 515 p.

FIDELIS, Gilson José. **Gestão de Pessoas: estrutura, processos estratégicas empresariais**. São Paulo: Érica, 2014. 120 p.

LACOMBE, Francisco. **Recursos Humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2012. 536 p.

LIMONGI-FRANCA, Ana Cristina. **Qualidade de vida no trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 217 p.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina; ARELLANO, Eliete Bernal. **As pessoas na organização**. São Paulo: Editora Gente, 2002. 306 p.

LOCKE, E. A.. **What is job satisfaction? Organizational Behaviour Human Performance**. v. 4, n. 4, p. 309-336, 1969.

LUZ, Ricardo Silveira. **Clima Organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 336 p.

MEDEIROS, Rochele Kaline Reis de; ALVES, Rafaela da Cunha; RIBEIRO, Sidney Roberto S. Turnover: uma análise dos fatores que contribuem para a decisão de sair da empresa dos colaboradores da alfa comércio ltda. **Revista Connexio**, 2012.

OLIVEIRA, Thais Fátima L. **Rotatividade de Pessoal - Turnover**. 2006. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/rotatividade-de-pessoal->. Acesso em: 15 fev. 2020.

PASSOS, Antônio Eugênio Valverde Mariani; CARVALHO, Iêda Maria Vecchioni; SARAIVA, Suzana Barros Corrêa. **Recrutamento e seleção por competências**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

QUÉGE, Marco A. Estudo sobre Rotatividade de Funcionários no Brasil. **Revista Business School**. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 9. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. 637 p.

SILVA, Glenio Luiz da Rosa e. **Controle de turnover: como prevenir e demitir com responsabilidade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

SILVA, M, O. **Manual de gestão de pessoas e equipes: Operações**. 2. ed. São Paulo: Gente, 2002.

SIQUEIRA, M. M. M.; GOMIDE JR., S. Vínculos do indivíduo com o trabalho e com a organização. In: Zanelli, J. C.; Borges-Andrade, J. E.; Bastos, A. V. B (org.). **Psicologia, organização e trabalho no Brasil**, Porto Alegre: Artmed, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 211 p.

WAGNER III, J. A.; HOLLENBECK, J. R. **Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2000.

UMA ANÁLISE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: ARRECADAÇÕES VERSUS GASTOS¹

Joice Pereira Almeida²

Welice Cicera Ribeiro³

RESUMO: O presente trabalho teve como finalidade analisar as arrecadações e dispêndios previdenciários no Brasil nos anos de 2018 e 2019 e evidenciar por meios das informações contábeis e demonstrações a perspectiva financeira e atuarial previdenciária. Os principais resultados apontam um déficit nos dois períodos apresentados. Considerando o sistema de repartição simples utilizado, adicionado o cenário demográfico de maturação da população brasileira, o sistema previdenciário entrará em depauperação, não sendo suficiente apenas a reforma previdenciária.

PALAVRAS-CHAVE: Previdência Social. Reforma Previdenciária. INSS.

ABSTRACT: The purpose of the present study was to analyze social security collections and expenditures in Brazil in the years 2018 and 2019 and to show, through the accounting information and statements, the social security and actuarial perspective. The main results point to a deficit in the two periods presented. Considering the simple distribution system used, adding the demographic scenario of the maturation of the Brazilian population, the social security system will go into impoverishment, with social security reform not being sufficient.

KEYWORDS: Social Security. Social Security Reform. INSS.

1 INTRODUÇÃO

Desde seu surgimento, a previdência social tem sido foco de discussões a respeito da sustentabilidade do sistema previdenciário. Dotada pelo regime de repartição, as fontes de despesas se tornaram cada vez mais crescentes para o Governo Federal, a cada ano que se passa percebe-se que as receitas não estão sendo suficientes para cobrir os gastos previdenciários.

Este trabalho tem como tema a análise das contas previdenciárias, especificamente as que se destinam à captação de recursos e as contas de dispêndios de benefícios e serviços concedidos pelo INSS. Assim a problematização do tema, se faz pelo questionamento: qual é o resultado do cálculo das arrecadações *versus* gastos da previdência social nos anos de 2018 e 2019?

O cenário econômico e social, a repercussão do tema pelos meios midiáticos, a reflexão sobre as causas que levaram a atual conjuntura previdenciária e o aprofundamento do debate à temática Previdência Pública no Brasil, são os motivos que justificaram essa pesquisa.

¹ Trabalho apresentado na área temática Previdência Social - Novas tecnologias e ferramentas para gestão empreendedora do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de Graduação 8º período do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM, e-mail: joicepereira@unipam.edu.br

³ Orientadora do trabalho, email: welice@unipam.edu.br.

O objetivo geral deste trabalho foi trazer uma análise das arrecadações e gastos da previdência social nos anos de 2018 e 2019. Para cumprir objetivo geral, foram executados os seguintes objetivos específicos: examinar as receitas e despesas da previdência; comparar a evolução do PIB do Brasil com os gastos com INSS; correlacionar às mudanças na composição etária da população brasileira com o déficit ou superávit previdenciário e fazer uma projeção das arrecadações e gastos da previdência social no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico buscou conhecimento das referências fundamentais e conceitos de diversos autores, fornecendo informações suficientes para desenvolver e embasar a pesquisa, que é essencial no suporte do estudo.

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade é uma ferramenta que permite que uma vasta gama de pessoas e entidades utilizem informações contábeis para tomada de decisões, sejam por meio de balanços patrimoniais, demonstrações de resultado, demonstrações de fluxo de caixa, dentre outras diversas informações. Responsável também por averiguar, examinar e registrar os fenômenos que afetam o patrimônio de uma empresa (MARION, 2009).

Chagas (2013, p. 3) esclarece que “A contabilidade, além de possibilitar, a qualquer tempo, o controle e a avaliação dos bens, direitos e obrigações da entidade, oferece ao administrador os dados e fundamentos necessários a suas tomadas de decisões”. Ou seja, torna-se um essencial instrumento de monitoramento e gestão das empresas, auxiliando-as na geração de informações por meio das análises das demonstrações contábeis, permitindo aos administradores tomarem as decisões mais corretas para a organização.

Como qualquer outra área, a contabilidade permite que haja “simbiose” com diversos ramos, com a seguridade social não poderia ser diferente. A seguridade social pode ser considerada como um gênero do qual a previdência apresenta-se como uma espécie. Assim, as contabilizações realizadas em seus processos tornam-se supratransparentes, de forma que a sociedade e gestores possam assimilar e compreender os registros, movimentações e as informações geradas (CUNHA, 2013).

2.2 SEGURIDADE SOCIAL

A Constituição Federal no título VIII Ordem Social, artigo 194, conceitua que a seguridade social compreende “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Ou seja, são condutas destinadas a garantir o mínimo de condições básicas de vida digna às pessoas (BRASIL, 1988).

A seguridade social é formada por um tripé de proteção social, do qual, a saúde e assistência social independem de contribuição, enquanto a previdência social necessita de contribuição prévia para acessar os benefícios e serviços. Assim, de acordo com Santos (2018, p. 36), em síntese, a seguridade social garantirá os “mínimos necessários à sobrevivência com dignidade, à efetivação do bem-estar, à redução das desigualdades e à justiça social”.

A previdência como hoje é conhecida passou por diversos estágios de transformação e aprimoramento. Seguidamente, são apresentados esses atos de evolução.

2.3 EVOLUÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

De acordo com Tavares (2012) a evolução da previdência é dividida em 5 episódios : 1- período de implantação: período que se inicia com aprovação da Lei Eloy Chaves até da criação das Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAPs); 2-Período de expansão: período correspondente ao surgimento dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs); 3- Período de unificação: período equivalente a unificação legislativa e institucional das IAPs ; 4- Período de estruturação: período análogo de 1977 a 1988, com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SIMPAS) e a divisão por áreas de atividade e 5- Período de seguridade social: com a constitucionalização da seguridade como gênero de três espécies de direitos sociais - previdência social, assistência social e saúde.

À face do exposto, com a evolução da previdência houve a definição e ramificação de regimes previdenciários.

2.4 TIPOS DE REGIMES

Santos (2018) explana que o sistema previdenciário é dividido em regime público e regime privado. O primeiro possui caráter obrigatório, ou seja, independe da vontade do segurado sendo subdividido em Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). E o segundo é um regime de caráter facultativo, só adere a esse regime as partes que manifestarem interesse em participar, subdivide-se em Previdência Complementar.

O regime geral é o principal regime previdenciário do Ordenamento Jurídico, que abarca de forma obrigatória todos os trabalhadores da iniciativa privada. Baseado no princípio da solidariedade entre os indivíduos, a forma de organização previdenciária é pautada pelo sistema de repartição simples, pelo qual os trabalhadores que estão ativos custearam o pagamento daqueles que estão inativos. Ou seja, os benefícios serão pagos por quem estiver trabalhando e distribuídos para quem tiver o direito de recebê-los (SANTOS, 2018).

Por conseguinte, são discorridos os benefícios e serviços prestados pelo RGPS.

2.5 BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS PELO INSS

Segurados e dependentes possuem direitos a receber diversos benefícios e serviços oferecidos pelo INSS. O artigo 201º da Constituição Federal expressa que:

A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; proteção à maternidade, especialmente à gestante; proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado os dispostos (BRASIL, 1988).

Os benefícios da previdência social são compostos por três tipos de aposentadorias, três auxílios, dois salários e uma pensão, além de serviços de reabilitação profissional e social. Essas prestações são direcionadas aos beneficiários da previdência social, sendo alguns destinados somente aos segurados (aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-acidente, salário-família e salário-maternidade), outros aos dependentes (pensão por morte e auxílio-reclusão) e ou a ambos (serviço reabilitação profissional e social) (LAZZARI; CASTRO, 2016).

É por meio da contribuição que se garante aos beneficiários condições de manutenção de seus direitos fundamentais. Desta forma, o custeio da previdência social garante a continuidade da prestação desses benefícios e serviços, permitindo que haja a efetivação do equilíbrio financeiro e atuarial da previdência social.

2.6 FORMAS DE CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Balela e Mussi (2015) elucidam que a seguridade social é financiada por um sistema de cooperação, do qual toda a sociedade contribui, sendo um dever coletivo de a sociedade financiar de forma direta e indireta. Assim, o financiamento indireto se desdobra mediante receitas orçamentárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Enquanto que o financiamento direto se desenvolve mediante as contribuições sociais.

As contribuições sociais de acordo com a Constituição Federal: recaem aos empregadores e empresas equiparadas, incidentes sobre: a folha de salários e demais rendimentos pagos à pessoa física, a receita ou o faturamento e ao lucro. Aos trabalhadores e demais segurados da previdência social. Sobre as receitas de concursos de prognósticos. E aos importadores ou equiparados (BRASIL, 1988).

Corrêa (2018) em sua obra explica que as contribuições sociais previdenciárias são o resultado da arrecadação destinada exclusivamente para o pagamento de benefícios da previdência social. São elas as receitas das contribuições dos segurados (empregados, domésticos, avulsos, contribuintes individuais, facultativos e segurados

especiais), das empresas (incidentes sobre a folha de salários) e a dos empregadores domésticos.

3 METODOLOGIA

A metodologia usada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e experimental. Segundo Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é feita a partir da investigação e sondagem de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web, assim como legislações e normas.

Gil (2011) esclarece que a pesquisa experimental se constitui em determinar um objeto de estudo, selecionar os elementos que seriam capazes de interferir-lo e modificá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.

Tratando-se do método de abordagem, está classificado como qualitativo-quantitativa. A pesquisa quantitativa é baseada na coleta de dados estatísticos e números para quantificar informações e opiniões para um determinado estudo. E a pesquisa qualitativa tem como base no caráter subjetivo, recolhe informações que descrevem a informação de maneira mais abstrata. Assim, a pesquisa qualitativo-quantitativa buscou através do questionamento a respeito das arrecadações e gastos da previdência social no Brasil, entender determinados fenômenos de forma mais intensa e conseqüentemente quantificar os resultados encontrados aplicando-os no cotidiano, promovendo uma interação entre números e palavras (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto ao objeto de pesquisa foi utilizada a pesquisa descritiva e exploratória. A pesquisa descritiva procura fazer uma análise pormenorizada e meticulosa do objeto de estudo, sem que haja manipulação dos dados. Assim, a pesquisa descreve a realidade, tendo como principal característica a naturalidade em suas análises (SANTOS, A. R., 2007).

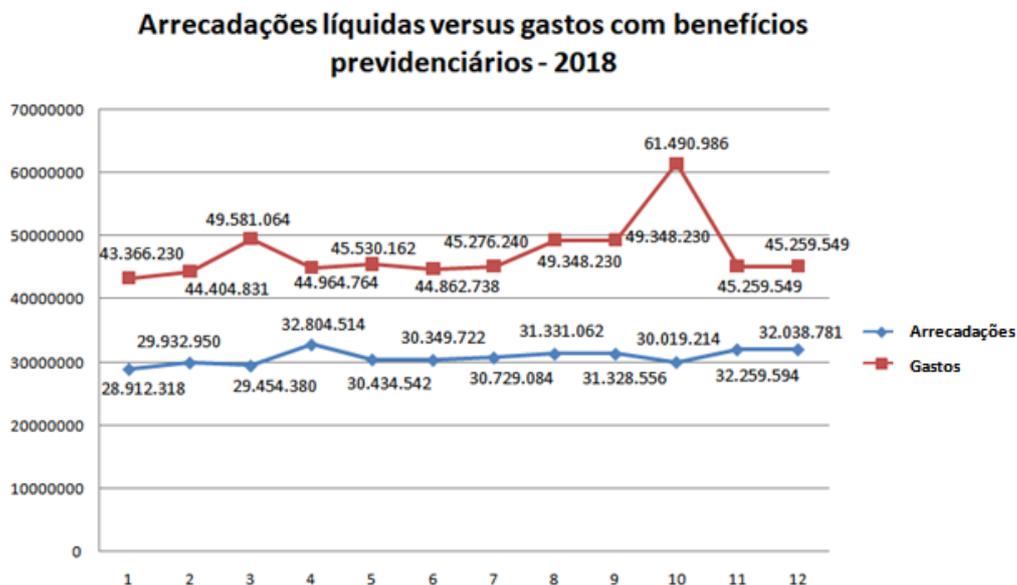
Prodanov e Freitas (2013) conceituam a pesquisa exploratória como uma fase preliminar, de investigação e levantamento de informações sobre o tema. O estudo exploratório tenta entender como as casualidades funcionam. Assim, foram analisadas as demonstrações disponibilizadas pelo próprio site do INSS, do período de 2018 a 2019. Para uma melhor análise e associação das informações foram apresentados gráficos e quadros, sendo estes uma forma mais eficiente e clara para se fazer as comparações e transmitir os dados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados da metodologia para a mensuração da receita e despesa conforme apresentada anteriormente.

De acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social a arrecadação líquida corresponde à arrecadação bruta deduzida dos valores de ressarcimentos, restituições e repasses a terceiros. Em primeira análise, são feitas comparações entre os valores obtidos pelas arrecadações líquidas e os dispêndios com benefícios previdenciários dos anos de 2018 e 2019, conforme gráfico 1 e 2 (BRASIL, 2020).

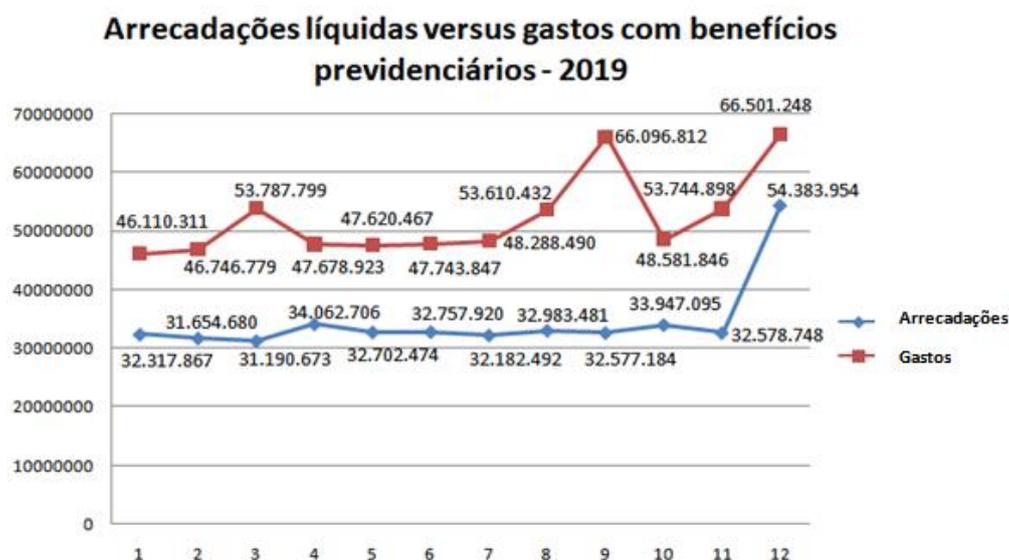
Gráfico 1: Arrecadações líquidas versus gastos com benefícios previdenciários 2018



Fonte: INSS/Boletim Estatístico da Previdência Social. (BRASIL,2020) (Adaptado).

Ao analisar os dados, percebe-se a discrepância entre as arrecadações e gastos. As arrecadações são inferiores aos gastos realizados com benefícios, ocorrendo uma variação média de 54,24% entre os meses de janeiro a dezembro de 2018. Em se tratando de números da classe de bilhões a disparidade entre os aspectos analisados torna-se alarmante diante da conjuntura previdenciária.

Gráfico 2: Arrecadações líquidas versus gastos com benefícios previdenciários 2019.



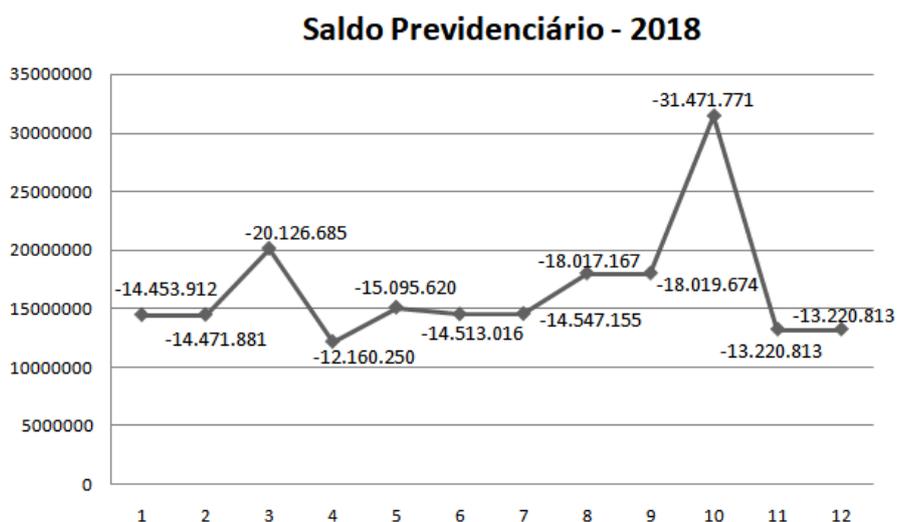
Fonte: INSS/Boletim Estatístico da Previdência Social. (BRASIL,2020) (Adaptado).

Como no gráfico anteriormente analisado, no ano de 2019 perdura-se o valor da arrecadação ser menor do que com os gastos com benefícios. Houve uma variação média de 53,33% entre os meses de janeiro a dezembro de 2019.

Segundo Leite, Ness Junior e Klotzle (2010), diversos são os fatores que podem impactar a arrecadação: a quantidade de segurados contribuintes, o trabalho informal, a massa salarial, dentre outros aspectos. Diante do gráfico 2 é possível compreender os impactos da reforma da previdência, fato que trouxe um aumento considerável nas arrecadações. A reforma da previdência teve sua vigência em 12 de novembro de 2019, sendo que algumas questões como o novo cálculo para as contribuições descontadas no salário e questões tributárias não tiveram validade no momento da promulgação da lei. Assim, os impactos do efeito da nova reforma sobre as arrecadações terão resultados mais efetivos nos demonstrativos dos meses seguintes.

O saldo previdenciário consiste na diferença entre as arrecadações previdenciárias líquidas menos as despesas com benefícios. A seguir são demonstrados graficamente os valores dos saldos correspondentes nos anos de 2018 e 2019, de acordo com os gráficos 3 e 4.

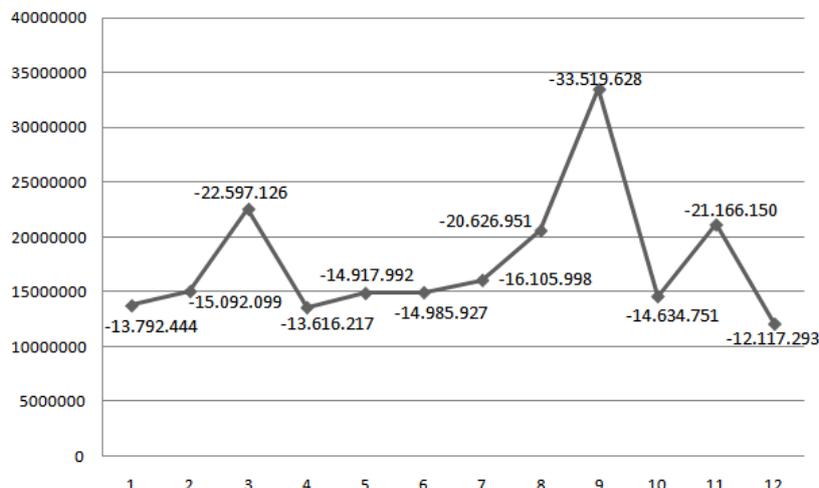
Gráfico 3: Saldo Previdenciário 2018



Fonte: INSS/Boletim Estatístico da Previdência Social. (BRASIL,2020) (Adaptado).

Nota-se que o resultado não existe uma constância, a uma variação entre os meses, havendo uma única similaridade, o fato de todos os saldos serem negativos, e acumularem um rombo as contas previdenciárias no Brasil, sendo nesse período analisado correspondente a R\$-199.318.757.000 reais (saldo negativo).

Gráfico 4: Saldo Previdenciário 2019
Saldo Previdenciário - 2019



Fonte: INSS/Boletim Estatístico da Previdência Social. (BRASIL,2020) (Adaptado).

Como já observado no gráfico antecedente, os saldos previdenciários de 2019 todos fecharam com valores negativos, totalizando nesse período um saldo de R\$-213.172.576.000, atentando-se que em relação ao ano de 2018 houve um aumento de 6,95%. Assim, em ambos os intervalos temporais analisados pode-se concluir que houve realmente um déficit previdenciário.

Em suma, fatores econômicos e demográficos interagem e determinam fluxos financeiros da Previdência Social. Nesse sentido, o PIB (Produto Interno Bruto) tem grande relação com os gastos e com os benefícios, no fundamento do qual os dispêndios serão considerados para a realização do cálculo do PIB, desta forma quanto maior os gastos maiores serão os impactos no resultado do PIB brasileiro.

Seguidamente é demonstrado no quadro 4 a participação da arrecadação líquida e gastos com benefícios previdenciários com relação ao PIB.

Quadro 1: Participação da Arrecadação Líquida e Gastos com Benefícios Previdenciários com relação ao PIB

PARTICIPAÇÃO DA ARRECADAÇÃO LÍQUIDA E GASTOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS						
Ano	PIB (R\$ milhão)	Arrecadação líquida (R\$ mil)	% no PIB	Benefícios do RGPS (R\$ mil)	% no PIB	Déficit
2014	5.521.256	337.503.133	6,11	394.201.250	7,14	1,03
2015	5.904.331	350.272.004	5,93	438.163.319	7,42	1,49
2016	6.266.895	358.137.319	5,71	507.871.304	8,1	2,39
2017	6.559.940	374.784.828	5,71	557.234.827	8,49	2,78
2018	6.827.586	391.181.797	5,73	586.378.752	8,59	2,86

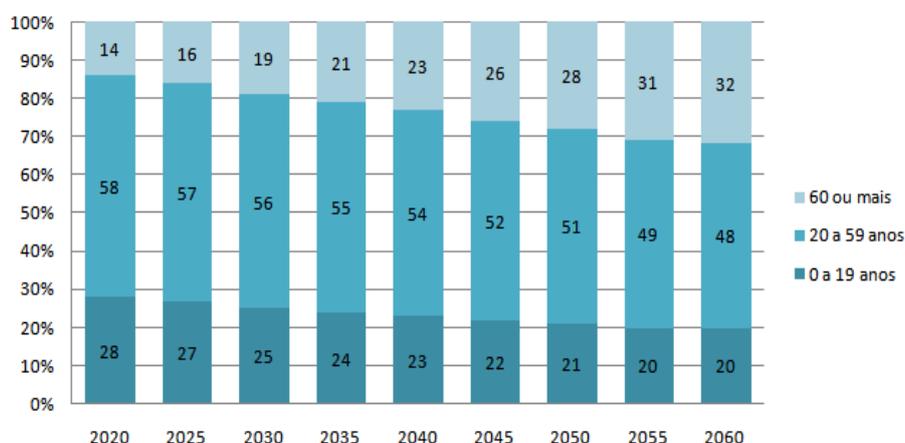
Fonte: INSS/Boletim Estatístico da Previdência Social. (BRASIL, 2020) (Adaptado).

O quadro 4, mostra o comportamento do total dos gastos do INSS em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), no período de 2014 a 2018. No primeiro ano analisado,

a despesa com benefícios do RGPS correspondeu a 7,14% do Produto Interno Bruto no ano de 2014. Enquanto que a arrecadação líquida foi equivalente a 6,11% do PIB e o déficit a 1,03%. Em 2018, as despesas foram iguais a 8,59% do PIB. Já a arrecadação líquida foi compatível a 5,73% do PIB e o déficit a 2,86%. De acordo com Meirelles (2017) caso nenhuma medida corretiva seja feita, os benefícios previdenciários em relação ao PIB em 2060 serão condizentes a 17,2%.

A seguir foi elaborado o gráfico sobre a mudança da composição etária da população brasileira, em números relativos:

Gráfico 6: Projeção da População Brasileira – 2020 a 2060
Projeção da População Brasileira - Números Relativos - 2020 a 2060



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Projeções da População. (BRASIL, 2020)
 (Adaptado).

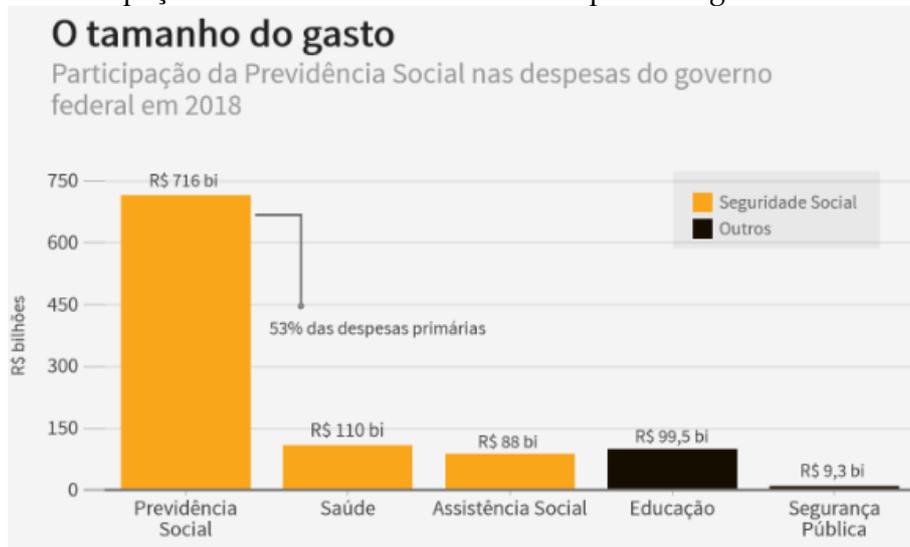
Fica evidente o crescimento da população com 60 anos ou mais, no ano de 2020 apresentará 14% enquanto que no ano de 2060 apresentará 32%. Observa-se também uma redução considerável de natalidade e da população ativa, fato que acarreta no menor percentual de jovens entre 0 a 19 anos nas próximas projeções e na redução da população economicamente ativa (faixa etária que impacta na potencial geração de produção e mão de obra), ocasionando deste modo, na diminuição das arrecadações futuras.

Considerando o atual sistema de repartição simples, o qual as pessoas que estão na ativa financiam o pagamento daqueles que estão inativos, nesse sistema não existem instrumentos que garantam o pagamento dos benefícios no futuro. Não é preciso grandes cálculos atuariais para compreender o descompasso e a grande incógnita: a arrecadação não suportará o volume de concessão de benefícios no futuro, fato esse que tem total relação com o déficit previdenciário.

Atualmente, o sistema previdenciário brasileiro não é capaz de se manter independentemente, sem que haja a necessidade de recursos da União. Assim, se mostra um entrave ao desenvolvimento nacional, isso porque os recursos que poderiam ser investidos na educação, infraestrutura, segurança pública e etc serão direcionados para

conter as insuficiências financeiras da previdência. O gráfico 8 detalha os gastos da previdência em relação a outros setores do governo.

Gráfico 8: Participação da Previdência Social nas despesas do governo federal em 2018



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2020).

Os gastos previdenciários são a principal despesa do governo federal, ultrapassando a saúde, assistência social, educação e a segurança pública. Em 2018, os gastos com pagamentos de benefícios e serviços da previdência atingiram um saldo de 716 bilhões, representando 53% das despesas primárias (despesas não financeiras do governo), em conformidade com os dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

Mediante o estudo, pode-se constatar que os gastos previdenciários e as concessões de benefícios são maiores que as arrecadações resultando em um déficit previdenciário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A previdência social abarcada pela seguridade social expôs grandes desenvolvimentos no decorrer do tempo. Apesar de suas grandes evoluções, a previdência é constantemente martirizada, por ser tratada como um estorvo para a sociedade. As receitas não estão sendo suficientes para cobrir os gastos previdenciários e os recursos que poderiam ser destinados para outros departamentos e setores da sociedade brasileira estão sendo deslocados para suprir as insuficiências e tentar conter o desequilíbrio atuarial e financeiro previdenciário.

Este estudo empregou a pesquisa do tipo bibliográfica e experimental, tratando-se do método de abordagem quantitativo-qualitativa e utilizando como objetivo de pesquisa descritiva e exploratória. O motivo pelo qual foi proposto a ser realizado é pelo fato de ser um assunto de relevância em vários aspectos. Apesar de sua influência, de forma direta ou indireta na vida dos brasileiros, a previdência social ainda é pouco conhecida.

Assim, o propósito é aprofundar mais o debate da temática, de forma que gere discernimento, consciência e informação. Fornecendo preceitos básicos para qualquer tipo de leitor, apresentando a previdência de forma compreensível e clara, cujo objetivo é engrandecer o conhecimento dos mesmos em relação aos assuntos abordados, para que passem a construir opiniões, pontos de vistas com percepções do que está sendo tratado e conhecimento para poder discernir a matéria.

O estudo apresentou a progressão dos resultados previdenciários nos anos de 2018 e 2019, objetivando demonstrar a evolução do déficit desse sistema e de seus resultados. Tais resultados desencadearam uma série de análises vinculadas a fatores como PIB brasileiro, projeções do comportamento demográfico e também o resultado previdenciário futuro.

Em análise simultânea com a evolução do PIB e as despesas previdenciárias, verifica-se que esses gastos se avolumam ano cada vez mais, representando em média 7,95% do PIB brasileiro (no período analisado). Quanto à questão demográfica, de acordo com os dados observados, o índice de envelhecimento daqui 40 anos terá um aumento de 269,95%, ou seja, a população ficará mais velha. O sistema foi desenhado baseado em uma expectativa de vida menor das pessoas. Considerando o sistema de repartição simples, no qual a previdência faz parte, os contribuintes ativos não conseguirão sustentar os contribuintes inativos.

A reforma da previdência trouxe mudanças significativas, consideravelmente no que diz respeito à recuperação das arrecadações. Entretanto, a nova reforma não será o suficiente para conter o colapso previdenciário futuro. De acordo com Jens Arnold, economista da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em uma entrevista à BBC News Brasil afirmou que “só a reforma da Previdência não será suficiente”. O Brasil terá de fazer mais” (BBC NEWS BRASIL, 2019).

Nesse sentido, medidas como redução de subsídios ao setor industrial (maior parte dos custos é pelas desonerações fiscais), a reforma tributária (principalmente do regime tributário Simples Nacional, ele representa um estímulo para que as empresas se mantenham pequenas, por ser um dos regimes mais utilizados no Brasil, ele reduz a possibilidade de ganhos na produtividade), a maior integração do Brasil na economia global e redução de barreiras à importação (favorece principalmente as famílias de baixa renda que teriam ganhos potenciais no poder de compra com a queda nos preços dos importados) dentre outras deliberações seriam importantes para amenizar a calamidade previdenciária futura. Segundo Jens Arnold, “O Brasil tem espaço para diminuir gastos públicos. Há muita gordura para ser cortada” (BBC NEWS BRASIL, 2019).

É relevante observar que esta pesquisa foi elaborada com fundamentos em hipóteses atuariais em momentos políticos econômicos distintos da realidade atual, não possuindo garantia de execução. E caberá ao governo, a árdua e ambígua incumbência de realizar uma nova composição financeira que ao mesmo tempo mantenha boa parte dos direitos adquiridos, e que venha suprir as novas carências e dificuldades do sistema previdenciário brasileiro.

Recomenda-se que sejam feitos estudos sobre a situação econômica da Previdência Social brasileira *versus* a previdência dos outros países e as medidas adotadas pelos seus governos para equilibrar a situação financeira e atuarial. Pode-se também, apresentar uma análise da estrutura etária do Brasil em relação aos países

desenvolvidos e buscar compreender as transformações no campo socioeconômico desses países.

REFERÊNCIAS

BALELA, Wagner; MUSSI, Cristiane Miziara. **Direito Previdenciário**. 11. ed. São Paulo: Método, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6341-5/cfi/6/2!/4/2@0.00:0>. Acesso em: 14 nov. 2019

BBC NEWS BRASIL (Brasil). **BBC News Brasil**. 2019. Elaborado por Daniela Fernandes. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 08 maio 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 abril 2020.

BRASIL. Secretaria de Previdência. **Boletim Estatístico da Previdência Social**. 2020. Ministério da Economia. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/boletins-estatisticos-da-previdencia-social/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Secretaria do Tesouro Nacional**. 2020. Ministério da Economia. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

CHAGAS, Gilson. **Contabilidade Geral Simplificada: demonstrações financeiras após alterações na lei das S.As. e as sociedades empresárias à luz do novo Código Civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502204737/cfi/0!/4/4@0.00:56.6>. Acesso em: 07 set. 2019

CORREA, Rubens Maurício. **Financiamento da Seguridade Social**. 2018. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/financiamento-da-seguridade-social-resumo-diagramado-para-o-inss/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CUNHA, Ana Rosa Gomes. **Contabilidade Previdenciária: um estudo sobre o grau de conformidade das práticas contábeis dos Regimes Próprios de Previdência Social dos municípios pernambucanos**. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Ciências Contábeis e Atuariais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11063/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_VER%c3%83O%20FINAL.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002

GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAZZARI, João Batista; CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. **Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Forense, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530972356/cfi/6/10!/4/2/4@0:100>. Acesso em: 01 set. 2019.

LEITE, Anderson Ribeiro; NESS JUNIOR, Walter Lee; KLOTZLE, Marcelo Cabus. **Previdência Social: fatores que explicam os resultados financeiros**. 2010. 20 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito Previdenciário: Esquematizado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 816 p.

MEIRELLES, Henrique. **Reforma da Previdência**. 2017. Ministério da Fazenda. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/apresentacoes/arquivos/2017/2017-04-17_apresentacao_henrique-meirelles_seminario-valor.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/Ebook%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito Previdenciário: Esquematizado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 816 p.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito Previdenciário: Regime Geral de Previdência social e Regras Constitucionais dos Regimes Próprios de Previdência Social**. 14. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

UMA ANÁLISE DA SÍNDROME DE BURNOUT NOS PROFISSIONAIS DE FORMAÇÃO CONTÁBIL¹

Mariana de Araújo Ferreira²

Adriene Sttéfane Silva³

RESUMO: A presente pesquisa fez um estudo e levantamento sobre as características da Síndrome de Burnout e a forma que ela prejudica a realização do ofício contábil. Durante a busca, foi compreendido também os aspectos comparados à ocorrência do trabalho e ao ambiente em que o profissional está inserido. Assim, este também teve como objetivo analisar as complicações que a referida síndrome pode trazer no exercício da Contabilidade e caracterizar fatores interligados ao labor, determinando alguns passivos como consequência. Utilizou-se da pesquisa exploratória com abordagem quali-quantitativa, do tipo bibliográfica e web-bibliográfica e conteúdo de natureza descritiva. A maior limitação foi a falta de interesse ou tempo por parte dos pesquisados para responder aos questionamentos. Os principais resultados apontaram que os profissionais estão cada vez mais sujeitos à exaustão física e emocional devido ao acúmulo de serviços e obrigações.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de Burnout. Gestão de Pessoas. Profissional Contábil.

ABSTRACT: The present research made a study and survey about the characteristics of the Burnout Syndrome and the way it impairs the performance of the accounting profession. During the search, the aspects compared to the occurrence of work and the environment in which the professional is inserted were also understood. Thus, this also aimed to analyze the complications that said syndrome can bring in the exercise of Accounting and to characterize factors interconnected to work, determining some liabilities as a consequence. Exploratory research with a qualitative and quantitative approach was used, of the bibliographic and web-bibliographic type and content of a descriptive nature. The biggest limitation was the lack of interest or time on the part of the respondents to answer the questions. The main results showed that professionals are increasingly subject to physical and emotional exhaustion due to the accumulation of services and obligations.

KEYWORDS: Burnout Syndrome. People management. Accounting Professional.

1 INTRODUÇÃO

A palavra trabalho originou-se do latim *tripalium*, sendo um utensílio empregado para imobilizar animais das famílias *Equidae* e *Bovidae* enquanto acontece a “ferragem” (CELIS, 2003). O trabalhador atual passa por diversas transformações devido ao avanço dos métodos utilizados, onde este acaba adoecendo quando necessita alterar

¹ Trabalho apresentado na área temática III - Educação e Pesquisa em Contabilidade do Fórum Gerencial, realizado de 17 a 19 de novembro de 2020.

² Estudante de graduação do 8º período do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: marianaaraujo1@unipam.edu.br.

³ Orientadora do trabalho e professora do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: sttefane@unipam.edu.br

UMA ANÁLISE DA SÍNDROME DE BURNOUT NOS PROFISSIONAIS DE FORMAÇÃO CONTÁBIL

o comportamento diante ao estresse (LIPP, 1984). O Portal SB Coaching (2019)⁴ nos trouxe que a carreira é importantíssima para várias pessoas, pois dá sentido à vida e a ação de trabalhar é primordial para a realização do homem. Mas definir o valor e importância do trabalho não é fácil.

A partir de que são muitas obrigações para poucos profissionais, Figueirêdo (2016) explicou que um dos fatores do bem-estar no trabalho é a materialização dos seus escopos profissionais. Farber (1991) escreveu que a Síndrome de Burnout tornou-se uma dificuldade social de altíssima relevância, e que vem sendo desenvolvidos vários estudos, uma vez que está relacionada a grandes custos nas organizações que se dão a partir da rotatividade no quadro de funcionários, a problemas no rendimento e na qualidade dos serviços executados.

Hendriksen e Van Breda (1999) mostraram que o contabilista é o responsável por várias áreas de empresas. Assim, é de uma enorme relevância para o perfeito funcionamento de um negócio, exercendo um papel essencial e considerável. O estudo teve como objetivo mostrar como a Síndrome de Burnout assola a classe contábil trazendo prejuízos, possibilitando assim que a síndrome seja reconhecida e diagnosticada e, evitando então, afastamentos trabalhistas que possam afetar a empresa. Neste contexto foi formulado a análise: Quais as complicações que a Síndrome de Burnout traz no exercício da Contabilidade?

Em consonância com Silva (2018), o tema selecionado para esse trabalho foi de imensurável importância para que os profissionais conheçam os fatores que estimulam o estresse e a exaustão física e mental. Sabemos que há profissionais que são portadores da Síndrome de Burnout, mas a desconhecem ou se limitam em não buscar auxílio, conforme o CID 10 Z 73⁵ “problemas relacionados com a organização do seu modo de vida”, e de acordo com a revista norte-americana *Health* (2011)⁶, os contadores são a nona posição no ranking das dez carreiras com altas taxas de depressão, enfatizando a necessidade do estudo.

Pretendeu-se com o desenvolvimento da pesquisa, levantar uma revisão bibliográfica sobre a Síndrome de Burnout e analisar se há indícios da referida doença nos profissionais contábeis a partir do questionário *Maslach Burnout Inventory* (MBI), mensurando as suas consequências para o próprio profissional e para sua respectiva empresa. Pudemos também relacionar as fases evolutivas desta com as características profissionais encontradas junto às suas atividades atribuídas, sendo estas favoráveis à propensão da síndrome.

As informações adquiridas e suas correspondências podem ser empregadas como referencial para fatores implicados na Síndrome de Burnout, agregando valor à reflexão. Para satisfazer o objetivo geral, foram realizados os consequentes objetivos específicos: compreendeu aspectos comparados à ocorrência do trabalho e ao ambiente

⁴ Disponível em: <https://www.sbcoaching.com.br/blog/trabalho-dignifica-homem/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

⁵ Disponível em: <https://www.cid10.com.br/buscadescr?query=z73>. Acesso em: 24 mar. 2020.

⁶ Disponível em: <https://www.health.com/condition/depression/10-careers-with-high-rates-of-depression?slide=4d268015-4bf5-48ad-af1d-98c32e401249#4d268015-4bf5-48ad-af1d-98c32e401249>. Acesso em: 02 jun. 2020.

em que o profissional está inserido; identificou as características da síndrome tema e a forma que ela prejudica a realização do trabalho contábil; caracterizou fatores interligados ao labor, determinando alguns passivos como consequência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho foi uma análise dos traços e indícios de Síndrome de Burnout em profissionais de formação contábil. Dessa forma, Trentini e Paim (1999, p.68) declaram que “a seleção criteriosa de uma revisão de literatura pertinente ao problema significa familiarizar-se com textos e, por eles, reconhecer os autores e o que eles estudaram anteriormente sobre o problema a ser estudado”. Assim, este tópico foi organizado em várias subdivisões. De início, abordou-se o conceito de Contabilidade e as diversificadas funções do contador, e após, identificou-se as obrigações desse profissional, a relação entre eles e o COVID-19, o estresse e suas características e o estresse ocupacional.

2.1 A CONTABILIDADE COMO VIDA PROFISSIONAL

A Contabilidade é tão antiga que existe desde os primórdios da humanização. Iudícibus (1991), escreveu que ela existe há pelo menos 4.000 anos a.C. Consoantes, Hendriksen e Van Breda (1999) falaram que a Contabilidade apresenta seus primeiros vestígios através de fichas de barro entre os anos 8.000 e 3.000 antes de Cristo. Com base nessa descoberta, apareceram novas fichas mais complexas e os primeiros pictogramas. Logo após, nasceu gradativamente, as partidas dobradas com Pacioli, já nos séculos XIII e XIV.

O avanço do capitalismo faz com que essa ciência crescesse de maneira natural, chegando em mais de 500.000 (quinhentos mil) profissionais da contabilidade registrados no Brasil (CFC, 2016)⁷. Sá (1999) explicou a Contabilidade como sendo uma ciência que estuda os acontecimentos patrimoniais. Já Marion (2002), abordou outro conceito, como sendo um grande instrumento que ampara o setor administrativo a tomar todas as decisões, coletando dados, mensurando-os, catalogando-os e contribuindo para a tomada de decisões.

A carreira contábil no Brasil, de acordo com o CFC (2016), foi escolhida por cerca de 536 mil pessoas. Isso significa que esses profissionais são 0,24% da população brasileira, em face das 19mi⁸ empresas efetivadas no território nacional. Ainda de acordo com a Resolução CFC n. 560/1983, as funções desses profissionais poderão ser desempenhadas como chefe, responsável, diretor, supervisor, encarregado, superintendente e gerente.

Algo que seria para simplificar, mas toma-se como forma contrária é a tecnologia, que à medida que evolui, os profissionais ficam mais atravancados ao trabalho. Se anteriormente a jornada de trabalho era reduzida ao escritório, hoje ela se expande à vida pessoal através dos celulares, *sites*, *e-mails*, etc. (ANDREWS, 2003). Por

⁷ Disponível em: <https://cfc.org.br/registro/quantos-somos-2/>. Acesso em 19 mar. 2020.

⁸ Disponível em: <https://datasebrae.com.br/totaldeempresas/>. Acesso em 03 maio 2020.

UMA ANÁLISE DA SÍNDROME DE BURNOUT NOS PROFISSIONAIS DE FORMAÇÃO CONTÁBIL

isso, de acordo com Barcelar (2013)⁹, a rotina executada pelo profissional contábil está entre uma das mais estressantes da atualidade.

2.2 O PROFISSIONAL CONTÁBIL

De acordo com Thomé (2001), a demanda do dia-a-dia dentro de uma contabilidade é muito exigente. Além de fiscalizar o patrimônio total da empresa, ele ainda tem a função de informar as circunstâncias do negócio. O escritor declara que dentre as rotinas, destacam-se as planilhas, guias, folhas de pagamentos, todas com prazos mínimos para entrega, cobrança das partes, finalização de livros de prestação de contas.

Para Fabretti (2013), a legislação tem criado diversas obrigações acessórias. O não cumprimento destes deveres provoca ao contador e ao empresário elevadas multas. Conforme o Portal da Contabilidade (2019)¹⁰, as principais obrigações são: Balanço, Livro Diário e Razão, DIRF, IRRF, Comprovante de Rendimentos, Livro de Registro de Duplicatas, de Inventário, de Empregados, Sped Fiscal/EFD, Contábil/ECD, Imposto de Renda/ECF, Folha de Pagamento e encargos, Normas Regulamentadoras, Informes de Rendimentos das Pessoas Físicas e Jurídicas, Publicações Obrigatórias nas Empresas Limitadas, SISCOSEV.

De acordo com o artigo 1177 da Lei n. 10.406, “no exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos”. Oliveira *et al.* (2015) acrescentou que o dirigente necessita conhecer profundamente a legislação tributária, devido às suas obrigações. Entende-se que, o contador é responsabilizado por prejuízos que causar, por culpa ou dolo, podendo ser obrigado a indenizar o empresário.

Diante do exposto, entendeu-se que ao longo dos anos, o acúmulo de tarefas exigidas pelo Governo, pelas empresas e pelos demais clientes é visível. A cada dia que passa, descobre-se uma obrigação nova atribuída ao cargo do contador e seus auxiliares. Assim, a realização de diversas atividades em conjunto e a responsabilidade que o profissional contábil tem é justificativa para as tensões que a ocupação vem sofrendo com o estresse exacerbado.

2.3 O CORONAVÍRUS E A CONTABILIDADE

Os coronavírus são RNAs ocasionadores de infecções do trato respiratório em animais, incluindo os mamíferos (FEHR, PERLMAN; 2015). De acordo com o MS (2020)¹¹, o causador da COVID-19, foi descoberto em dezembro de 2019 na cidade de

⁹ Disponível em: <https://cfc.jusbrasil.com.br/noticias/100318311/contadores-estao-entre-os-profissionais-com-mais-risco-de-estresse-e-depressao>. Acesso em: 23 maio 2020.

¹⁰ Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/obrigacoes.htm>. Acesso em: 23 maio 2020.

¹¹ Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20COVID%2D19,-Os%20coronav%C3%ADrus%20s%C3%A3o&text=A%20COVID%2D19%20%C3%A9%20uma,infec%C3%A7%C3%B5es%20assintom%C3%A1ticas%20a%20quadros%20graves>. Acesso em: 01 out. 2020.

Wuhan, na China. Jin *et al.* (2020) nos mostra que o surto ganhou destaque global e foi declarada pandemia pela OMS em 11 de março de 2020 por não existir tratamento e muito menos vacinas específicas. Desse modo, esse problema tem sido degradante em diversas esferas.

O Novo Coronavírus desencadeou impactos não só na saúde pública, mas também na economia, afetando diretamente o cotidiano dos profissionais da contabilidade. Sabendo disso, percebe-se facilmente que entender os impactos da pandemia é o básico para superar a crise e continuar com seu negócio estável, mas lamentavelmente muitos dirigentes estão tardando para perceber as mudanças que a pandemia já começou a acarretar (KUERZI, 2020).

Assim, a área contábil viu a necessidade de se adaptar para atender as demandas legais, e o governo federal colaborou trazendo recomendações, fazendo o máximo para preservar empregos e vidas. Segundo Nery (2020), na área trabalhista muitos empresários precisam definir sobre a concessão de férias, demissões, afastamentos, redução de salários e carga horária ou o home office. Já na área tributária, um novo planejamento é repensado considerando uma queda de faturamento, com a possibilidade da suspensão do pagamento do Simples Nacional.

A seguir, foi elaborado a partir de adaptações de Kuerzi (2020) e Cassar (2020), um quadro com as principais mudanças para a contabilidade durante a pandemia do Coronavírus:

Quadro 1: Principais mudanças na Contabilidade durante o Covid-19

FGTS	Suspensão o recolhimento por 90 dias.
BANCO DE HORAS	Liberado para uso.
AFASTAMENTO	Antecipação de feriados não religiosos.
FÉRIAS	Flexibilizada a comunicação prévia.
LICENÇA REMUNERADA	Abono de ausências devido ao COVID.
HOME OFFICE	Se acordo bilateral, por escrito.
REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA	25%, 50% e 70%, subsidiado pelo Governo.
SUSPENSÃO DE TRABALHO	Subsidiado pelo Governo.
EXTINÇÃO DO CONTRATO	Com verbas rescisórias, sem Aviso Prévio e multa FGTS (20%).
TRABALHADOR INFECTADO/SUSPEITO	Direito ao atestado médico.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	Previsto pela NBC TG 26.
DEMONSTRATIVOS	Previsto pelas NBC TA 560 e 540.
AVALIAÇÃO DO IMPACTO	Previsto pela NBC TG 24.
CONTINUIDADE OPERACIONAL	Deverá ser avaliado.

Fonte: Kuerzi e Cassar (2020), adaptado pela autora.

Um dos serviços que o profissional contábil pode oferecer especialmente durante a crise, Nery (2020) sugere que seja apoio psicológico para seus clientes devido a desestabilização, alguém que possa ouvi-los e trazer uma mensagem positiva. Além disso, prestar orientações técnicas é essencial, estando atento às medidas que o Governo lança, acompanhando mudanças, incentivos e analisando como as instituições financeiras têm agido.

2.4 O ESTRESSE E A CONTABILIDADE

UMA ANÁLISE DA SÍNDROME DE BURNOUT NOS PROFISSIONAIS DE FORMAÇÃO CONTÁBIL

Selye (1965, p. 64) explicou que o estresse é “um estado manifesto por uma síndrome específica, constituída por todas as alterações não específicas produzidas num sistema biológico”. De acordo com Goldberg (1980), leva-se ao aparecimento de doenças cardiovasculares, ansiedade, depressão e outras descrições clínicas. “O estresse é uma reação psicológica, com componentes emocionais físicos, mentais e químicos” (LIPP, 1984, p. 6).

Para Chiavenato (1999), esse estresse ocupacional atinge o indivíduo de forma que ele veja o ambiente de trabalho como ameaçador, além de interferir em suas relações interpessoais. A partir das cobranças advindas da chefia, a desconfiança, pressões, horário de trabalho, a rotina e a insatisfação pessoal são provocadores primordiais de estresse no âmbito trabalhista.

Conforme disseminado pela ONU do Brasil (2013)¹², as doenças ocupacionais não só lesam os trabalhadores e a sua família, mas também os empregadores e clientes devido ao prejuízo na produtividade. Além dos habituais gastos, surgem também os passivos contingentes, às vezes causados pelos afastamentos devido a essas doenças. Isso ocorre devido ao volume excessivo e estressante de trabalho e o modo como estamos conectados às tecnologias, fazendo com que desenvolvamos transtornos psicológicos.

De acordo com Lipp (1984), não é qualquer fomento interno ou externo ao indivíduo que é vigoroso o suficiente para ser fonte de alteração do equilíbrio do organismo e protagonizar o estresse. Tamayo (2008) nos assegurou que as tentativas falhas de acabar com o estresse têm provocado variados problemas, como drogas, excesso de álcool, baixo comprometimento, baixa produtividade, insatisfação e afastamento do trabalho.

Apoiando-se em pesquisas do ISMA Brasil (2014)¹³, vimos que 70% dos trabalhadores brasileiros sofrem pelo nível alto de estresse. Desses, 30% alcançaram o Burnout. O trabalho sobrecarregado e excessivo é indicado por 64% dos entrevistados pelo ISMA como um grande vilão do bem-estar. Ainda conforme a pesquisa, o medo de ser demitido é um aval para o estresse e também gatilho para a ansiedade em 56% dos ouvidos.

Conforme Vieira *et al.* (2012), entende-se que o profissional é exposto a contínuas pressões como resultado do exercício de sua profissão escolhida. Diante de tudo isso, observamos que há um acúmulo de responsabilidades atribuídas ao contabilista e um excesso de informações a serem processadas. Assim, as cobranças em cima deste profissional podem ser prejudiciais à saúde tanto física quanto mental, podendo também fugir do controle.

2.5 A SÍNDROME DE BURNOUT

De acordo com França (1987), Burnout é um termo originado do inglês, que indica algo ou aquilo que não funciona mais por esgotamento ou ausência de energia.

¹² Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/62451-com-2-milhoes-de-mortes-por-ano-oit-pede-acao-urgente-contra-doencas-ocupacionais>. Acesso em: 24 maio 2020.

¹³ Disponível em: http://www.ismabrasil.com.br/?obj=site&con=faq&q=burnout&utm_source=blog&utm_campaign=rc_blogpost. Acesso em: 05 jun. 2020.

“A tradução literal da palavra Burnout é ‘queimar por completo’, ‘perder a energia’ ou ‘perder o fogo’” (CODÓ; VASQUES-MENEZES, 1999). Freudenberger (1974) usou o termo como um distúrbio psíquico, depressivo que leva ao esgotamento mental e físico, surgindo diversos sintomas como dores de cabeça, cansaço, dores musculares, baixa autoestima, insônia, etc.

De acordo com Gil-Monte e Peiró (1997) não há unanimidade sobre o conceito de Burnout, podendo se diferenciar sob diferentes entendimentos: clínica e psicossocial. Para o entendimento clínico, ele é uma condição consequência de um estresse ocupacional. Já no psicossocial, é um método que se desenvolve por características da área pessoal e laboral, bem diferentes entre ambas as partes. Tal engloba três proporções: a exaustão emocional, transtorno de despersonalização e a insatisfação profissional (MASLACH, 2005).

Silva e Carlotto (2003) observam que exaustão emocional insinua uma circunstância em que o profissional não se entrega ao trabalho e sente desgaste emocional. A dimensão da despersonalização é marcada pela maneira do profissional de abordar indivíduos do espaço de trabalho de jeito impessoal. No que diz respeito a terceira dimensão, caracterizada pela baixa realização profissional, é uma intenção de sempre se autoavaliar desfavoravelmente, com anseios insatisfatórios em sua atuação profissional, confiando ter diminuído sua aptidão e a sua técnica de relacionamento interpessoal na esfera profissional (MASLACH, 2005).

Existem dificuldades no diagnóstico preciso por causa dos sinais parecidos com outras doenças em sua primeira fase. De acordo com Harrison (1999, *apud* CARLOTTO, 2003), a doença Síndrome de Burnout é um tipo de estresse crônico comum na esfera do trabalho, principalmente na existência de grandes pressões, poucas recompensas emocionais, muito conflito e sem reconhecimento.

Consoante a Araújo (2001), a diferença entre o estresse laboral e a Síndrome de Burnout é a perspectiva existente na segunda, em que a qualidade do labor é abdicada, não somente pela desatenção, mas também pelo convívio entre o prestador de serviço e o solicitante. Portanto, em oposição, o estresse ocupacional some depois de um determinado intervalo de descanso e repouso, a Síndrome de Burnout não recua no período de férias.

3 METODOLOGIA

A metodologia dá sustentação para alcançar a finalidade de um trabalho acadêmico. Para Gil (2007, p. 26), “pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim”. Utilizou-se como introdução e parte deste estudo, artigos publicados nas bases de dados Scielo, Lilacs, e Medline, artigos publicados em língua portuguesa e demais de livre acesso, revisões de literatura, cruzando com os termos e palavras-chaves “Burnout”, “esgotamento profissional”, “gestão de pessoas”, “estresse no trabalho”, “estresse em contadores”.

A revisão bibliográfica foi realizada a partir das literaturas sobre gestão de pessoas e psicologia descrevendo a Síndrome de Burnout, onde investigou-se diversificadas obras e artigos publicados que abordam o assunto. Assim, é utilizado para evoluir este trabalho a pesquisa bibliográfica e web-bibliográfica. Abordou-se um

UMA ANÁLISE DA SÍNDROME DE BURNOUT NOS PROFISSIONAIS DE FORMAÇÃO CONTÁBIL

conteúdo de natureza descritiva, e segundo Gil (2007), essa natureza analisa as ações e estudos de certa população, descrevendo suas características.

Também foi utilizada a pesquisa exploratória. Gil (2007) expõe que essa pesquisa tem intenção de tornar o problema melhor explícito. Neste trabalho foi utilizado um questionário, facilitando a coleta dos dados. Prodanov e Freitas (2013, p. 108) dizem que “o questionário é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante”. Inicialmente, foi aplicado o *Maslach Burnout Inventory* via Google Docs - Forms. Conforme Lima *et al.* (2009)¹⁴, “ele foi elaborado por Christina M. e Susan J. em 1978, e hoje tem sido um instrumento amplamente utilizado nas diversas profissões”.

Foi necessária amostra não probabilística intencional, assim, o maior número possível de respostas de profissionais e como pode-se evitá-los, entre contadores, contabilistas e técnicos em contabilidade. O link foi enviado por e-mail, garantindo que somente os atraídos pela pesquisa pudessem responder. Entende-se que esse tipo de coleta de dados diminui bastante a taxa de retorno, sendo isso uma limitação. Destacou-se que este questionário não solicitou dados pessoais, garantindo o sigilo daqueles que responderam.

Quanto à forma da verificação dos fundamentos, foi realizado um estudo qualitativo. De acordo com Creswell (2010), o adiantamento e a legalidade percebida dos dois métodos provocaram uma difusão da pesquisa, adaptando uma melhor compreensão das dificuldades estudadas, é observada como um processo de análise, coleta e combinação de artifícios qualitativos e quantitativos em um mesmo propósito na pesquisa.

4 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, os resultados foram obtidos por meio de formulário eletrônico via Google Docs - Forms¹⁵. A pesquisa iniciou-se com a aplicação do questionário que foi enviado por e-mail, observando o cumprimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Assim, a análise foi efetuada respeitando-se a divisão das dimensões da doença segundo Maslach (2005), baseando-se também na pesquisa de Vieira e Honório (2016).

De um total de mais de 200 profissionais, obteve-se retorno de em média 14,5%, totalizando uma amostra de 29 indivíduos, dos quais 3,4% (n=1) era técnico, 72,4% (n=21) eram graduados, 20,7% (n=6) eram pós-graduados e 3,4% (n=1) era mestre. A amostra foi constituída por participantes variados, tendo uma maior prevalência de homens (55,2%, n=16), com idade entre 24 (13,8%, n=4) e 62 anos (3,4%, n=1).

A maioria dos participantes atua na área contábil de 0 a 5 anos (39,3%, n=11). Ademais, o que mais chama atenção é o salário, que varia entre até R\$ 2.000,00 (10,3%, n=3) e acima de R\$8.000,01 (10,3%, n=3). Apenas 6,9% (n=2) das pessoas afirmaram terem contabilizado algum afastamento trabalhista, enquanto 1 não se recorda do período. O

¹⁴ Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnGPR156.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2020.

¹⁵ Disponível em: <https://forms.gle/ENnBnNnNc27QDgByA6>, com acesso disponível entre 18 set. e 18 out. 2020.

mais preocupante durante a pesquisa foi 55,2% ou 16 pessoas não conhecerem a Síndrome de Burnout, sensibilizando para a importância da pesquisa.

4.1 EXAUSTÃO EMOCIONAL

As perguntas SB 1, SB 2, SB 3, SB 6, SB 8, SB 13, SB 14, SB 16 e SB 20 são direcionadas para a primeira dimensão da Síndrome de Burnout e caracterizadas pela exaustão emocional, sentimento de não ter mais energia, impaciência, nervosismo e depressão. Silva (2009) afirmou que o profissional vivenciará sentimentos de entusiasmo, mas depois irá se sentir deprimido, questionando seu trabalho até começar a sentir frio. Pode-se observar que 1 profissional se sente emocionalmente abatido e também esgotado após um dia de trabalho.

Vimos também que 2 desses profissionais entrevistados se sentem cansados já pela manhã, e já 5 profissionais alegam que é difícil trabalhar com pessoas. Assim, 3 acham que o trabalho traz exaustão e está no limite das possibilidades, e 4 acham que está trabalhando demais. Essas respostas se relacionam com a declaração de Ferenhof e Ferenhof (2002), que enfatizou que esses sentimentos podem desenvolver a Síndrome de Burnout.

4.2 DESPERSONALIZAÇÃO

As perguntas SB 5, SB 10, SB 11, SB 15 e SB 22 são voltadas para a despersonalização, instigando a tendência de reagir de forma fria e cínico-agressiva, distanciando-se com indiferença. Exatamente 1 profissional diz que o trabalho está preocupante ao ponto de que o esteja fazendo endurecer emocionalmente e também que as pessoas o culpam pelos problemas que acontecem, mas 2 informaram que não está se preocupando com as pessoas ao seu redor.

É importante ressaltar que, ao vivenciar a despersonalização, o trabalhador irá reduzir a energia disponível para outras funções no trabalho, dedicar sua energia somente àquelas incumbidas, apenas cumpri-las e evitar preocupações adicionais. Segundo Maslach (2005), os profissionais continuarão a desenvolver suas próprias atividades profissionais, mas tais atividades são as menos necessárias e geralmente de baixa qualidade.

4.3 REALIZAÇÃO PROFISSIONAL

As perguntas SB 4, SB 7, SB 9, SB 12, SB 17, SB 18, SB 19 e SB 21 são retomadas à insatisfação profissional, falta de confiança nas próprias habilidades e competências, em menos ambições de sucesso e de carreira e também em uma sensação de insatisfação. Silva e Carlotto (2003) apontam que muitos são os estressores que podem comprovar a insatisfação profissional. Com isso, 1 profissional não entende como se sente as outras pessoas e não tem conseguido muitas realizações com o trabalho.

Ainda 2 desses não lidam eficazmente com o problema dos demais e não cria uma atmosfera relaxada com essas, enquanto 3 acham que não influencia na vida do próximo e nem tem vitalidade para tais coisas. Carlotto e Moraes (2010) afirmam que

quando os profissionais realizam autoavaliação negativa de suas habilidades para o trabalho, passam a se sentir incompetentes e incapazes de interagir com colegas, clientes, alunos ou pacientes.

Silva (2009) destacou que devido ao baixo desempenho no trabalho, os sujeitos passaram a se sentir frustrados e incapazes de realizar suas tarefas, e, assim, expressaram insatisfação com a profissão. De acordo com Mendes e Silva (2006), pode-se perceber que o baixo rendimento no trabalho pode causar sofrimento relacionado à insegurança, desespero, medo, dor, desgaste, inutilidade, solidão, desvalorização, etc.

Em relação à todas as dimensões do Burnout, identificou-se que os profissionais apresentaram maiores níveis de satisfação em trabalhar com várias pessoas o dia todo, disseram que não estão frustrados com o trabalho, não tratam as pessoas como objetos, que o trabalho não está o endurecendo e que se preocupam plenamente com as pessoas ao redor. Observamos em relevância que quase um terço dos profissionais entrevistados acham que influenciam várias vidas e que estão conseguindo muitas realizações a partir do trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da média salarial do profissional contábil apresentado na pesquisa, podemos analisar uma consequência financeira para o empregador após um colaborador contrair a Síndrome de Burnout. Tendo a média salarial em R\$ 3.000,00, após arcar com os primeiros 15 dias de um afastamento, o empregador teria que contratar outro profissional para exercer a função. Assim, seriam mais despesas salariais, encargos da folha de pagamento e tempo para treinamento. Para o trabalhador, quando se afasta do trabalho, os valores recebidos pelo Auxílio Doença são até 50% menores. De acordo com o INSS¹⁶, para o cálculo desse auxílio, são usados uma média dos últimos salários e uma base para Salário de Contribuição, multiplicando ao final pela alíquota de 0,91 e é exigido ao menos 12 meses de contribuição.

Assim como Zanelli (2011), acreditamos que além da falta de incentivos financeiros e profissionais, fatores como o desgaste físico e mental e a excessiva carga de trabalho também desencadeiam o esgotamento. Devido à busca de melhor remuneração e recursos financeiros, esses profissionais estão mais sujeitos a rotatividade. Mesmo considerando que um alto percentual de trabalhadores acredita estar sobrecarregado, os baixos percentuais nas outras duas dimensões ainda não indicam alto risco de Burnout. Mas medidas preventivas podem minimizar o impacto da Síndrome nesses trabalhadores e melhorar o desempenho e a qualidade dos serviços que prestam. Embora a síndrome não seja muito comum, importantes fatores de risco foram identificados.

Este estudo fornece linhas de pesquisa relacionadas à doença e enriquece a literatura. Ressalta-se que se limitou aos profissionais localizados nas proximidades da sede da pesquisa. Além de ampliar e apresentar novos conceitos, novas pesquisas deverão ser realizadas para complementá-lo. Por fim, os resultados obtidos devem ser

¹⁶ Disponível em <https://www.inss.gov.br/beneficios/auxilio-doenca/valor-dos-beneficios-por-incapacidade/>. Acesso em: 23 out. 2020.

usados com cautela, pois são resultados de amostras não probabilísticas e, portanto, não podem ser generalizados para outras instituições ou profissionais, mas podem ser discutidos e analisados.

Por meio da análise dos resultados, pode-se observar que alguns profissionais da contabilidade se queixam de problemas psicológicos causados pela sobrecarga de trabalho. Esse fato mostra que uma consequência grave da Síndrome de Burnout é o surgimento de doenças físicas e emocionais. A prevenção dessa doença pode trazer muitos benefícios para organizações e funcionários.

De acordo com Pimenta (2019), para se evitar a Síndrome de Burnout é necessário praticar atividade física, manter um bom sono, evitar desmarcar compromissos, cuidar do uso de smartphones e estabelecer um ambiente de trabalho mais saudável. Com isso, deveremos colocar limites nas relações da empresa, evitar ler e-mails fora do expediente, aprender a delegar funções e de forma alguma abrir mão das férias para “recarregar as energias”.

Mas, segundo Petersen (2019), essa doença não é algo que se possa curar somente saindo de férias, e pode ser tratada. A psicoterapia ajuda a desenvolver o autoconhecimento e a lidar com as emoções, no entanto é necessário ir um pouco mais além, buscando ajuda de um psiquiatra e terapias alternativas. O uso de antidepressivos também não está descartado, desde que conjuntamente com um bom acompanhamento médico.

Esse cuidado é extensivo do empregado ao chefe, pois todos estão sujeitos ao esgotamento profissional. As empresas que fecham os olhos para isso estão dispostas a perder talentos e dinheiro. A saída é desenvolver atividades para o bem-estar dos colaboradores, para a saúde mental, além de poder criar a rotina do *feedback*. O resultado é visto rapidamente, com o retorno da produtividade e a diminuição do absenteísmo (PIMENTA, 2019).

Concluimos que os dados deste estudo permitem inferir que a saúde dos profissionais de contabilidade tem sofrido muito, principalmente com a desaceleração econômica, os escritórios e as empresas precisam se adaptar às necessidades do mercado, enquanto os trabalhadores também precisam adaptar-se a ele para que a atividade dessas empresas não seja interrompida.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, S. **Stress a seu favor: como gerenciar sua vida em tempos de crise**. São Paulo: Ágora, 2003.

ARAÚJO, V. L. N. **Síndrome de Burnout e saúde geral em trabalhadores da saúde**. Dissertação de Mestrado Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo - São Paulo, 2001.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, pp. 1-74, 11 jan. 2002.

UMA ANÁLISE DA SÍNDROME DE BURNOUT NOS PROFISSIONAIS
DE FORMAÇÃO CONTÁBIL

CARLOTTO, M.S. Síndrome de Burnout em professores de instituições particulares de ensino. **Aletheia**, Canoas, n. 17/18, pp. 53-61, 2003.

CARLOTTO, M. S.; MORAES, G. Síndrome de Burnout e fatores associadas em professores de escolas públicas e privadas. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 30, n. 79, São Paulo, Brasil, 2010.

CASSAR, V.B. **Coronavírus (COVID-19) - Impactos nas relações trabalhistas**. LFG, São Paulo, mar/2020. Disponível em: <https://www.lfg.com.br/conteudos/artigos/geral/coronavirus-covid19-impactos-nas-relacoes-trabalhistas>. Acesso em: 01 out. 2020.

CELIS, J. C. (ed.) Lecturas clásicas y actuales del trabajo. **Wayback Machine**. Ed Escuela Nacional Sindical Medellín, 2003, p. 256-257.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CODO, W.; VASQUES-MENEZES, I. O que é Burnout?. *In: Educação: carinho e trabalho*. 4. ed., cap. 13. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 237-254.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade tributária**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FARBER, B. A. **Crisis in education**. Stress and Burnout in the American teacher. São Francisco: Jossey-Bass Inc. 1991.

FEHR, A. R.; PERLMAN, S. Coronaviruses: an overview of their replication and pathogenesis. **Methods Mol Biol** 2015; 1282:1-23. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n3/e00019620/>. Acesso em: 01 out. 2020.

FERENHOF, I. A.; FERENHOF, E. A. Burnout em professores. **ECCOS**, Revista Científica - Avaliação e Mudanças - Centro Universitário Nove de Julho, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 131-151, São Paulo, 2002.

FIGUEIRÊDO, T. **Burnout: uma análise da presença da síndrome nos profissionais da contabilidade da cidade de Campina Grande - PB**. Trabalho de Conclusão de Curso Ciências Contábeis - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2016.

FRANÇA, H. H. A Síndrome de "Burnout". **Revista Brasileira de Medicina**. São Paulo, v. 44, n. 8, p. 197-199, 1987.

FREUDENBERGER, H. J. Staff burn-out. **J. Soc. Issues**, New York. v. 30, n. 1, p. 159-165, mar. 1974.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL-MONTE, P. R.; PEIRÓ, J. M. A study on significant source so the "Burnout Syndrome" in workers at occupational centers for the mentally disabled. **Psychol**, Spain, Madrid, v.1, n. 1, p55-62, 1997.

GOLDBERG, P. **A saúde dos executivos**: como identificar sinais de perigo para a saúde e levar a melhor contra o estresse. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade**: uma visão crítica e o caminho para o futuro. Belo Horizonte: CRC/MG, 1991.

JIN, Y.; YANG, H.; JI, W.; WU, W.; CHEN, S.; ZHANG, W.; DUAN, G. Virology, Epidemiology, Pathogenesis, and Control of COVID-19. **Viruses** 2020; 12(4): E372. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903493&lang=pt. Acesso em: 01 out. 2020.

KUERZI, R. Implicações contábeis da COVID-19. **KPMG**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2020/03/implicacoes-contabeis-covid.html>. Acesso em: 01 out. 2020.

LIPP, M. E. N. Stress e suas implicações. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 1, n. 3 e 4, p. 5-19, 1984.

LIMA, C. F.; OLIVEIRA, J. A.; SILVA, E. S.; EMERITO, A. P.; LIMA, F. D. M.; SOUZA, R. K. S. Avaliação Psicométrica do Maslach Burnout Inventory em Profissionais de Enfermagem. In: **II Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**, Curitiba, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MASLACH, C. **Entendendo o Burnout**. In: ROSSI, A. M.; PERREWÉ, P. L.; SAUTER, S. L. **Stress e qualidade de vida no trabalho**: perspectivas atuais da saúde ocupacional. São Paulo: Atlas, 2005.

MENDES, A. M.; SILVA, R. R. Prazer e sofrimento no trabalho dos líderes religiosos numa organização protestante neopentecostal e noutra tradicional. **Psico-USF**, v. 11, n. 1, jan./jun. p. 103-112, 2006.

NERY, P. 3 serviços que contadores de sucesso prestam durante a crise. **Portal Contábeis**, São Paulo, ago/2020. Disponível em:

UMA ANÁLISE DA SÍNDROME DE BURNOUT NOS PROFISSIONAIS
DE FORMAÇÃO CONTÁBIL

<https://www.contabeis.com.br/artigos/6236/3-servicos-que-contadores-de-sucesso-prestam-durante-a-crise/>. Acesso em: 01 out. 2020.

OLIVEIRA, L. M.; CHIEREGATO, R.; JÚNIOR, J. H. P.; GOMES, M. B. **Manual de contabilidade tributária**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 464 p.

PETERSEN, A. H. Como os millenials se tornaram a geração do Burnout. **Buzzfeed**, Nova Iorque, out/2019. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/br/annehelenpetersen/millennials-burnout-geracao-esgotamento>. Acesso em: 23 out. 2020.

PIMENTA, T. Burnout: como evitar o esgotamento profissional? **Vittude**, São Paulo, out/2019. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/burnout/>. Acesso em: 23 out. 2020.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SÁ, A. L. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SELYE, H. **Stress: a tensão da vida**. São Paulo: Ibrasa, 1965.

SILVA, G. N.; CARLOTTO, M. S. Síndrome de Burnout: um estudo com professores da rede pública. **Psicologia Escolar Educacional**, v. 7, n. 2, p. 145-153, 2003.

SILVA, N. R. **Condições de trabalho e saúde de professores e alunos com ou sem necessidades educacionais especiais**. 2009. 132 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2009.

SILVA, B. T. **Fatores estressores do trabalho de profissionais de formação contábil**. 2018. 38 fls. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Ciências Contábeis, UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES, Lajeado, 2018.

TAMAYO, Á. **Estresse e cultura organizacional**. São Paulo: All Books, 2008.

THOMÉ, I. **Empresas de Serviços Contábeis**. São Paulo. Editora Atlas 2001.

TRENTINI, M.; PAIM, L. Pesquisa em Enfermagem. **Uma modalidade convergente-assistencial**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

VIEIRA, S. S. C.; ALVES, F. J. dos S.; JUNIOR, F. S. **Análise do nível de estresse do profissional de Contabilidade**, jul/dez, 2012.

VIEIRA, G. M.; HONÓRIO, L. C. Propensão ao Burnout: Avaliando Docentes do Ensino Fundamental em uma Escola de Periferia no Interior de Minas Gerais. *In: IX Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD (EnEO)*, Belo Horizonte, 2016.

ZANELLI, J. C. *Estresse nas Organizações de Trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2010.